



SÍNTESE ANALÍTICA DAS PROPOSTAS E RESULTADOS

Apoio:



Realização:

CNDM

CONSELHO NACIONAL DOS
DIREITOS DA MULHER

MINISTÉRIO DAS
MULHERES





SÍNTESE ANALÍTICA DAS PROPOSTAS E RESULTADOS

Fevereiro / 2026

1





Ministério das Mulheres

Márcia Helena Carvalho Lopes
Ministra de Estado das Mulheres

Eutalia Barbosa Rodrigues
Secretária-Executiva

Sandra Kennedy Viana
Secretária Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política

Estelizabel Bezerra de Souza
Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres

Rosane da Silva
Secretária Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Presidenta: Márcia Helena Carvalho Lopes
Secretária-Executiva: Lorena Batista Dantas de Lucena

Entidades não governamentais

Conselheira Emérita
Titular: Leila de Andrade Linhares Barsted

Conselheira de Notório Conhecimento

Titular: Alice Bianchini
Conselheira de Notório Conhecimento

Titular: Andremara dos Santos
Conselheira de Notório Conhecimento

Titular: Olgamir Amancia Ferreira
Titular: Adélia Moreira Pessoa





Instituto Brasileiro de Direito da Família- IBDFAM

Titular: Adriana Rosa dos Santos

Capítulo Brasil Fórum de Mulheres do Mercosul – FMM Brasil

Titular: Alison Regina Mazza Lubascher Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil - BPW

Titular: Brenda Natacha de Alencar Félix

Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL

Titular: Bruna Gurgel Batista

Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)

Titular: Camila Mafioletti Daltoe

Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

Titular: Celina Alves Padilha Arêas Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB

Titular: Ivanete Alves de Oliveira

União de Negras e Negros pela Igualdade – UNEGRO

Titular: Jovanna Cardoso da Silva

Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros- FONATRANS

Titular: Laudijane Domingos da Silva

União Brasileira de Mulheres – UBM

Titular: Lourdes Andrade Simões

Marcha Mundial das Mulheres- MMM

Titular: Manoela Gonçalves Silva

Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica – ABMCJ

Titular: Mara Luzia Feltes

Central Única dos Trabalhadores-CUT

Titular: Maria Isabel Castro Costa

Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas- FENATRAD





Titular: Melissa Gabrieli da Silva Vieira
Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultoras Familiares-CONTAG

Titular: Monique Damas da Costa Andrade
Instituto Juristas Negras

Titular: Sandra Laules
Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência

Titular: Sandra Pereira Braga
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

Titular: Sandrali de Campos Bueno
Coalizão Negra por Direitos

Titular: Sandra Zerino da Silva
Coordenação Nacional dos Trabalhadores na Indústria-CNTI

Titular: Valéria Cristina Vilhena
Evangélicas pela Igualdade de Gênero - EIG

Suplente: Adria Maria Bezerra Ferreira
Rede Nacional de Promotoras Legais Populares

Suplente: Berenice D'arc Jacinto
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE

Suplente: Carolina Saraiva
Conselho Federal de Psicologia

Suplente: Gabriela Solange Sagaz
Rede Nacional de Feministas Antiproibicionista

Suplente: Marilha Boldt
Instituto Superação da Violência Doméstica

Suplente: Raquel Eshilley Rodrigues da Silva
Instituto Nacional das Mulheres Redesignadas – INAMUR





Suplente: Sarah Barreto Marques Ribeiro
Organização Nacional de Cegos do Brasil

Poder público

Titular: Márcia Helena Carvalho Lopes
Ministério das Mulheres
Suplente: Sandra Kennedy
Ministério das Mulheres

Titular: Danielle Cavagnolle Mota
Ministério do Planejamento e Orçamento
Suplente: Andrea Thalhofer Ricciardi
Ministério do Planejamento e Orçamento

Titular: Olivia Lucena de Medeiros
Suplente: Renata de Souza Reis

Titular: Manuella de Mello Pereira
Ministério da Educação
Suplente: Maraisa Bezerra Lessa
Ministério da Educação

Titular: Maria Luiza Fonseca Valle
Ministério do Trabalho e Emprego
Suplente: Tereza Martins Godin
Ministério do Trabalho e Emprego

Titular: Maria Clara D'ávila Almeida
Ministério da Justiça e Segurança Pública
Suplente: Raphaela de Araújo Lima Lopes
Ministério da Justiça e Segurança Pública

Titular: Viviana Bezerra de Mesquita
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Suplente: Patrícia de Lucena Mourão
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar





Titular: Márcia Helena Gonçalves Rollemberg

Ministério da Cultura

Suplente: Karina Miranda da Gama

Ministério da Cultura

Titular: Valéria Maria de Massarani Gonelli

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Suplente: Luana Simões Pinheiro

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Titular: Elisângela Lizardo De Oliveira

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Suplente: Sônia Da Costa

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Titular: Adriana Rodrigues Martins

Ministério das Relações Exteriores

Suplente: Louise Borges Branco

Ministério das Relações Exteriores

Titular: Jane Maria Vilas Boas

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Suplente: Cláudia Regina Sala de Pinho

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Titular: Ivania Pereira da Silva Teles Secretária-Geral da Presidência da República Suplente: Maria

Augusta Martins Rodrigues Secretária-Geral da Presidência da República

Titular: Cecília Bizerra Souza

Casa Civil da Presidência da República

Suplente: Bárbara Roberto Estanislau

Casa Civil da Presidência da República

Titular: Bárbara Ohanna dos Santos Veloso

Ministério da Igualdade Racial

Suplente: Lívia de Meira Lima Paiva

Ministério da Igualdade Racial

Titular: Lorena Lopes de Moraes

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania





Suplente: Anna Karla da Silva Pereira
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Fiocruz – Projeto GEREb 006 FIO 25

Mulheres líderes e ativistas: fortalecendo a participação nos espaços de decisão de políticas públicas.

Coordenador do projeto Fiocruz : Wagner de Jesus Martins

Responsável pelo Projeto Ministério da Mulheres: Yasmin Marques Barros

BOLSISTAS / FIOCRUZ:

Danilo Teixeira Lima

Laura Janice Xavier Fernandes

Luziele Maria de Souza Tapajós

Natalina Ribeiro

Patrícia Lemos Duarte

Renata Leite

Sheila de Lima Samico

Sílvia Fernandes Barreto

Vilênia Venâncio Porto Aguiar





Ficha Técnica

Título: Plataforma das Mulheres

Formato: E-book interativo

Páginas estimadas: 450 páginas

Organização: Ministério das Mulheres/ Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Apoio: Fiocruz

TDS Company: subsídio aos processos de tomada de decisão baseada em dados, à participação social, à geração de insumos estruturados para o monitoramento, análise e avaliação de políticas voltadas para as mulheres e à divulgação das ações realizadas no âmbito da 5ª CNDM.

Público-alvo: Gestoras públicas, movimentos sociais, pesquisadoras, militantes, sociedade civil.

Distribuição: Gratuita em plataformas digitais governamentais.





Sumário Executivo

Um Brasil para Todas	10
CNDM: Quatro décadas de luta por igualdade e democracia	12
Apresentação	14
Os 15 Eixos Temáticos: uma visão integrada das políticas para mulheres	16
Estrutura do E-book	22
PARTE I - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	26
O Legado das Conferências	26
Metodologia Participativa	33
PARTE II - DADOS E PARTICIPAÇÃO	38
Números da Conferência	38
Composição Geral das Credenciadas	39
Participação por estado e região	42
PARTE III - PROPOSTAS	58
PARTE IV - SÍNTESES ANALÍTICAS REGIONAIS	61
Região Centro-Oeste	62
Região Nordeste	114
Região Norte	191
Região Sudeste	249
Região Sul	291
PARTE V - OS 15 EIXOS TEMÁTICOS	315
Eixos Temáticos, Espaços de Diálogos e Propostas	315
PARTE VI - RESULTADOS DA ETAPA NACIONAL	399
Propostas Nacionais Prioritárias	399
Painel 1 – Políticas Públicas e Ações para as Mulheres do Brasil	433
Painel 2 - Painéis Temáticos da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	443
Resoluções e Moções	467
PARTE VII - RECURSOS E FERRAMENTAS	479
Ferramentas Interativas	479
Galeria Fotográfica	480
Conclusão	481
Anexos	482
Anexo A: Documentos de Referência	482





Um Brasil para Todas

A 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (5ª CNPM) reafirma um princípio essencial da vida democrática: políticas públicas sólidas nascem quando o Estado escuta, dialoga e constrói com o povo. Depois de um período de descontinuidade que fragilizou instâncias de participação, a retomada das conferências nacionais neste governo, que atua do lado do povo brasileiro, devolveu ao país um espaço público decisivo de pactuação federativa, controle social e formulação coletiva de prioridades. A 5ª CNPM, realizada em 2025, foi a expressão desse reencontro histórico: um processo democrático retomado, que reafirma o protagonismo das mulheres na reconstrução do país e na defesa de direitos.

Esta publicação — Síntese Analítica das Propostas e Resultados — cumpre uma dupla tarefa: documentar a dimensão do processo conferencial e sistematizar os seus resultados com rigor e transparência. Aqui, está o caminho percorrido desde as conferências municipais e estaduais/distrital e livres até a etapa nacional.

O que entregamos ao Brasil é um documento que reúne prioridades, diretrizes e propostas formuladas pelas participantes em todas as etapas.

Os números ajudam a dimensionar esse movimento: foram 1.669 conferências realizadas com 5.007 propostas registradas, evidenciando a capilaridade territorial e a potência política dessa construção.

Mais do que estatísticas, esses dados revelam um país em mobilização: mulheres de diferentes realidades, idades, territórios e trajetórias organizadas em torno de uma agenda comum, sob o tema “Mais Democracia, Mais Igualdade, Mais Conquistas para Todas”.

A metodologia da 5ª CNPM foi concebida como um processo participativo e de construção coletiva, sustentado por documentos orientadores públicos, e reafirmou uma escolha política fundamental: a democracia só é plena quando reconhece a diversidade das mulheres brasileiras e enfrenta as desigualdades de forma integrada. Por isso, a conferência adotou critérios de representatividade e inclusão, assegurando a presença de mulheres em toda a sua diversidade, bem como condições efetivas de equidade e participação qualificada em todas as etapas do processo.

Este *e-book* foi desenhado para oferecer uma visão completa do processo, desde a contextualização histórica das conferências, os dados e participação, bem como as propostas





e as sínteses analíticas territoriais, que subsidiarão grandemente a elaboração do Plano Nacional de Política para as Mulheres do Brasil.

Apresentamos esta Síntese Analítica com a convicção de que ela não é um ponto de chegada, mas uma ferramenta para a ação. Fruto de um amplo trabalho coletivo, este documento devolve ao país um mapa de compromissos que precisa se traduzir em políticas públicas com governança, coordenação federativa, financiamento adequado, participação social e controle democrático.

Ela expressa, também, o reconhecimento de que a reconstrução institucional só faz sentido quando alcança os territórios e se materializa na vida concreta das mulheres, respeitando suas realidades, diversidades e modos de viver.

Que esta publicação fortaleça, portanto, um pacto que é ao mesmo tempo político e ético: o compromisso de fazer do Estado brasileiro um instrumento permanente de promoção da igualdade, de enfrentamento a todas as formas de violência e de garantia de direitos — com as mulheres no centro das decisões e com a participação social como método e horizonte da ação pública.

Márcia Lopes

Ministra de Estado das Mulheres





CNDM: Quatro décadas de luta por igualdade e democracia

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, criado em 1985 no contexto da redemocratização do país, é fruto das lutas históricas dos movimentos de mulheres pela institucionalização de políticas públicas comprometidas com a igualdade de gênero e os direitos humanos. Ao longo de sua trajetória, consolidou-se como espaço estratégico de articulação entre Estado e sociedade civil, garantindo participação social, incidência política e construção coletiva.

É nesse percurso histórico que se insere a 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (5ª CNPM), um dos mais importantes instrumentos da democracia participativa brasileira. Após quase uma década sem a realização de uma conferência nacional, a 5ª CNPM representa uma conquista política e social fundamental, reafirmando o compromisso do Estado brasileiro com os direitos humanos das mulheres, com a participação social e com a transversalidade de gênero nas políticas públicas.

A 5ª CNPM afirmou-se como um marco histórico pela garantia da diversidade e da representatividade. Mulheres e meninas de diferentes territórios, gerações, raças, etnias, orientações sexuais, identidades de gênero, condições socioeconômicas e realidades de vida ocuparam este espaço de forma legítima, plural e profundamente democrática, trazendo suas experiências, demandas e propostas.

Além de espaço de deliberação e formulação política, a 5ª CNPM constituiu-se também como um **território de memória, reconhecimento e celebração das trajetórias de luta das mulheres brasileiras**. Ao valorizar a história e o legado de **60 mulheres que, em diferentes contextos e gerações, fortaleceram o feminismo, a defesa dos direitos, a igualdade de gênero e a democracia**, a Conferência reafirmou a importância da memória política como dimensão fundamental da construção de políticas públicas. Esse reconhecimento coletivo não apenas honra trajetórias individuais e coletivas, mas fortalece o sentido de continuidade histórica das lutas feministas e inspira novas gerações na afirmação de direitos.

Destacamos como inovação central deste ciclo conferencial a consolidação das conferências livres, que ampliaram significativamente a participação social, reconheceram a autonomia





dos movimentos de mulheres e feministas e permitiram que pautas historicamente invisibilizadas contribuíssem diretamente para a formulação das propostas nacionais.

Nesse mesmo compromisso com a democratização do processo, a aprovação da Resolução CNDM/Mulheres nº 1/2025 representou um avanço histórico ao estabelecer critérios obrigatórios de representatividade nas delegações eleitas, assegurando a presença de mulheres negras, indígenas, quilombolas, LBT+, mulheres com deficiência e de povos e comunidades tradicionais, refletindo de forma mais fiel a pluralidade das mulheres brasileiras.

É nesse contexto político, histórico e participativo que apresentamos os Relatórios Finais das Comissões de Trabalho da 5ª CNPM. Esses relatórios são mais do que documentos técnicos: são a materialização do esforço coletivo de escuta, debate qualificado, dissenso e construção política, transformando milhares de propostas vindas das etapas livres, municipais, estaduais e nacional em diretrizes concretas para subsidiar a Plataforma e o futuro Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres.

Em um país marcado por profundas desigualdades e por disputas em torno dos direitos das mulheres, os Relatórios das Comissões expressam um projeto de nação comprometido com a justiça social, com o antirracismo, o enfrentamento às violências, a laicidade do Estado, a diversidade, o cuidado coletivo e a democracia substantiva.

Que estes relatórios sejam reconhecidos como patrimônio político das mulheres brasileiras e como referência obrigatória para a ação do Estado, pois carregam não apenas propostas, mas vidas, histórias, urgências e a esperança coletiva que segue impulsionando a construção de um Brasil mais justo, igualitário e democrático.





Apresentação

A 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (5ª CNPM) representa um marco histórico no processo democrático e participativo de construção de políticas públicas para a igualdade de gênero no Brasil. Esta publicação documenta e sistematiza todo o processo conferencial, desde as etapas municipais até a consolidação nacional, apresentando as propostas prioritárias que orientarão as políticas públicas para as mulheres nos próximos anos. E, fundamentalmente, tem a tarefa de apresentar a Plataforma Programática, resultante dos debates e indicativos da 5ª CNPM.

Construída a partir de milhares de vozes de mulheres de todo o país, reunidas em conferências municipais, estaduais, distrital e livres, esta Plataforma, que aglutina pautas, agendas expressa não apenas demandas setoriais, mas uma visão integrada e transformadora sobre o papel das políticas públicas na construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária. Não há dúvida que o documento que ora se apresenta é fruto de décadas de luta do movimento feminista brasileiro, que conquistou direitos, transformou leis e construiu institucionalidades capazes de enfrentar as múltiplas dimensões da opressão de gênero. Ao mesmo tempo, a Plataforma das Mulheres olha para o futuro, incorporando temas emergentes como a economia do cuidado, a transição ecológica, a digitalização e as novas formas de violência política, demonstrando a capacidade do movimento de mulheres de antecipar e responder aos desafios contemporâneos.

A Plataforma não é apenas um conjunto de propostas, mas uma referência para transformação social que articula passado, presente e futuro. Ela reafirma o compromisso do Estado brasileiro com a igualdade de gênero, a autonomia das mulheres e o enfrentamento a todas as formas de violência e discriminação. Mais do que isso, estabelece um pacto federativo e intersetorial que envolve União, estados, municípios, movimentos sociais, academia e sociedade civil na implementação de políticas que transformem as estruturas de poder que perpetuam desigualdades. A Plataforma é, portanto, um compromisso coletivo que exige coordenação, financiamento, participação social e controle democrático para que suas diretrizes se traduzam em mudanças concretas na vida de milhões de mulheres brasileiras.

A Plataforma Programática da 5ª CNPM se estrutura sobre princípios fundamentais que orientam todas as suas ações e políticas. O primeiro deles é a interseccionalidade, reconhecendo que as opressões de gênero, raça, classe, orientação sexual, identidade de





gênero, território, idade e deficiência se entrelaçam e se potencializam, exigindo políticas que enfrentem simultaneamente essas múltiplas dimensões da desigualdade. Não é possível construir políticas efetivas para mulheres sem compreender que uma mulher negra, periférica, lésbica e com deficiência enfrenta barreiras estruturais distintas de uma mulher branca, urbana, heterossexual e sem deficiência. A interseccionalidade não é apenas um conceito teórico, mas uma exigência metodológica que deve orientar desde o diagnóstico até a avaliação de impacto das políticas públicas.

Outro princípio basilar é a participação social, garantindo o protagonismo de todas as mulheres em todas as etapas de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas. Este princípio reafirma que as mulheres não são beneficiárias passivas de políticas desenhadas por tecnocratas, mas sujeitos políticos capazes de identificar suas próprias necessidades, propor soluções e fiscalizar o Estado. A participação social se materializa em conferências, conselhos, audiências públicas, consultas e outras instâncias que garantem que a voz das mulheres, especialmente das mais vulnerabilizadas, seja ouvida e incorporada nas decisões políticas. A transversalidade, princípio inegociável, exige que a perspectiva de gênero seja integrada em todas as políticas públicas e setores governamentais, superando a lógica de que políticas para mulheres são responsabilidade exclusiva de organismos específicos. A transversalidade implica que desde a política econômica até a política de infraestrutura devem ser avaliadas sob a ótica de seu impacto sobre as desigualdades de gênero.

A universalidade e a equidade aparecem como princípios que se complementam: a primeira garante que todas as mulheres tenham acesso a direitos e políticas públicas sem discriminação, enquanto a segunda reconhece que a igualdade formal não é suficiente, sendo necessário promover ações afirmativas para corrigir desigualdades históricas e estruturais. A universalidade sem equidade reproduz privilégios; a equidade sem universalidade cria guetos. A laicidade do Estado é reafirmada como condição para garantir a liberdade de crença e a autonomia corporal das mulheres, impedindo que dogmas religiosos se transformem em políticas públicas que restrinjam direitos sexuais e reprodutivos. A autonomia das mulheres — econômica, política, corporal e decisória — é tanto um princípio quanto um objetivo, reconhecendo que não há igualdade sem que as mulheres tenham condições materiais e simbólicas de fazer escolhas sobre suas próprias vidas. Por fim, a sustentabilidade das políticas exige garantia de financiamento, estrutura institucional e continuidade, superando a lógica de programas pontuais e frágeis que dependem da vontade política de governos específicos.





Os 15 Eixos Temáticos: uma visão integrada das políticas para mulheres

A Plataforma Programática se organizou em 15 eixos que definiram e organizaram o debate temático na 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e que abrangem desde questões estruturais da economia até dimensões culturais e simbólicas da opressão de gênero. Esta organização não foi arbitrária, mas refletiu a compreensão de que a desigualdade de gênero é multidimensional e exige respostas integradas que articulem trabalho, cuidado, educação, saúde, enfrentamento à violência, participação política, sustentabilidade ambiental, cultura, combate ao racismo e fortalecimento institucional. Os 15 eixos não são compartimentos estanques, mas dimensões interconectadas de uma mesma luta pela transformação das estruturas de poder que subordinam as mulheres.

Eixo Temático 1: Trabalho, Emprego e Autonomia Econômica das Mulheres

O primeiro eixo reconhece que a autonomia econômica é condição fundamental para a liberdade e a igualdade das mulheres. No entanto, o mercado de trabalho brasileiro é profundamente marcado por desigualdades de gênero: as mulheres ganham, em média, 77% do salário dos homens para funções equivalentes, estão concentradas em setores precarizados e informais, enfrentam discriminação na contratação e promoção, e são as principais vítimas do assédio sexual no ambiente de trabalho. O objetivo estratégico deste eixo é promover igualdade salarial, combater discriminação e assédio, ampliar acesso a trabalho decente e formalizado, e garantir condições para conciliação entre trabalho e vida pessoal.

Eixo Temático 2: Políticas do Cuidado e a Autonomia das Mulheres

O segundo eixo enfrenta uma das dimensões mais estruturantes da desigualdade de gênero: a divisão sexual do trabalho que atribui às mulheres a responsabilidade quase exclusiva pelo cuidado de crianças, idosos, pessoas com deficiência e doentes. Este trabalho de cuidado, essencial para a reprodução social, é invisibilizado, desvalorizado e não remunerado quando realizado no âmbito doméstico, e precarizado e mal pago quando realizado no mercado. As





mulheres dedicam, em média, 21 horas semanais a afazeres domésticos e cuidados, contra 11 horas dos homens, o que limita drasticamente sua participação no mercado de trabalho, na política e em outras esferas da vida pública. O objetivo estratégico é reconhecer, redistribuir e remunerar o trabalho de cuidado, garantindo corresponsabilidade entre Estado, mercado, comunidade e famílias, e entre homens e mulheres.

Eixo Temático 3: Mulheres, Empreendedorismo e Economia Solidária

O terceiro eixo reconhece que, diante das barreiras no mercado de trabalho formal, muitas mulheres buscam no empreendedorismo e na economia solidária alternativas de geração de renda e autonomia econômica. No entanto, mulheres empreendedoras enfrentam dificuldades específicas: menor acesso a crédito, falta de capacitação em gestão, sobrecarga com trabalho doméstico, discriminação em ambientes empresariais e concentração em setores de baixa rentabilidade. A economia solidária, baseada em cooperação, autogestão e solidariedade, oferece um modelo alternativo ao capitalismo predatório, mas também enfrenta desafios de financiamento, assistência técnica e acesso a mercados. O objetivo estratégico é ampliar acesso a crédito, capacitação e mercados para mulheres empreendedoras, e fortalecer a economia solidária como alternativa de geração de renda e organização econômica.

Eixo Temático 4: Educação para Igualdade e Cidadania

O quarto eixo reconhece a educação como direito fundamental e instrumento estratégico para transformação cultural, combate a estereótipos de gênero e promoção de igualdade. No entanto, o sistema educacional brasileiro reproduz desigualdades de gênero através de currículos que invisibilizam a contribuição das mulheres, livros didáticos que reforçam estereótipos, práticas pedagógicas que estimulam meninos e meninas de forma diferenciada, e ausência de educação sexual e de gênero. Meninas são desencorajadas de seguir carreiras em ciências exatas e tecnologia, enquanto meninos são afastados de áreas de cuidado e humanidades. A violência de gênero nas escolas, incluindo assédio e bullying contra meninas e pessoas LGBTQIA+, é naturalizada e raramente enfrentada. O objetivo estratégico é promover educação não sexista, incluir perspectiva de gênero nos currículos, capacitar professores e combater violência de gênero nas escolas.





Eixo Temático 5: Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

O quinto eixo reafirma a saúde como direito humano fundamental e reconhece as especificidades da saúde das mulheres, que vão além da dimensão reprodutiva. As mulheres enfrentam barreiras de acesso a serviços de saúde de qualidade, sofrem com a medicalização e patologização de seus corpos, são vítimas de violência obstétrica, têm seus direitos sexuais e reprodutivos violados por políticas conservadoras, e enfrentam invisibilidade de questões como saúde mental, doenças crônicas e saúde na terceira idade. A mortalidade materna, especialmente de mulheres negras, é uma tragédia evitável que revela o racismo estrutural no sistema de saúde. O objetivo estratégico é garantir acesso universal a serviços de saúde de qualidade, respeitar direitos sexuais e reprodutivos, combater violência obstétrica e reduzir mortalidade materna.

Eixo Temático 6: Violência Contra as Mulheres

O sexto eixo enfrenta uma das dimensões mais brutais da desigualdade de gênero: a violência contra as mulheres em suas múltiplas formas — física, psicológica, sexual, patrimonial, moral, institucional, política e simbólica. No Brasil, uma mulher é agredida a cada dois minutos, e uma mulher é assassinada a cada sete horas. A violência doméstica e familiar, regulamentada pela Lei Maria da Penha, é apenas a ponta do iceberg de um fenômeno que inclui feminicídio, estupro, assédio sexual, violência política, violência institucional em serviços públicos, e novas formas de violência digital. As mulheres negras, indígenas, lésbicas, trans, com deficiência e em situação de rua enfrentam violências específicas e agravadas. O objetivo estratégico é prevenir, punir e erradicar todas as formas de violência contra as mulheres, garantindo proteção, acolhimento e reparação.

Eixo Temático 7: Violência Política e das Redes contra as Mulheres

O Eixo 7 focaliza a violência política de gênero e a violência nas redes digitais como expressões contemporâneas do patriarcado e do autoritarismo, que buscam silenciar, intimidar e afastar as mulheres dos espaços públicos, dos processos democráticos e dos espaços de decisão. Abrange desde agressões explícitas até formas “naturalizadas” de violência, que operam por meio de campanhas de deslegitimação, ridicularização,





sexualização, racismo e lesbofobia, afetando de forma ainda mais severa mulheres negras, indígenas, quilombolas, mulheres LBT, com deficiência e das periferias. O propósito do desse debate é reconhecer, tipificar e enfrentar práticas como ameaças, difamação, perseguição, discurso de ódio, divulgação de dados pessoais, ataques à honra, assédio coordenado e campanhas de desinformação dirigidas a mulheres que atuam na política institucional, em movimentos sociais, na imprensa, nas universidades, na cultura, nas redes digitais e em outros espaços de visibilidade. Busca-se, assim, consolidar garantias para a participação política plena e segura das mulheres, fortalecendo mecanismos de proteção, responsabilização e regulação das plataformas digitais, em articulação com o sistema de justiça, os partidos políticos, os movimentos sociais e as instituições democráticas.

Eixo Temático 8 - Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão

O oitavo eixo reconhece que a democracia brasileira é incompleta enquanto as mulheres, que representam 52% da população, ocupam apenas 18% das cadeiras no Congresso Nacional e percentuais ainda menores em cargos executivos e no Poder Judiciário. A sub-representação política das mulheres não é resultado de desinteresse ou incapacidade, mas de barreiras estruturais que incluem falta de financiamento de campanhas, violência política, divisão sexual do trabalho que sobrecarrega mulheres com responsabilidades de cuidado, cultura machista que desqualifica lideranças femininas, e fraudes na aplicação de cotas eleitorais. Mulheres negras, indígenas, lésbicas e trans enfrentam barreiras ainda maiores. O objetivo estratégico é ampliar a participação de mulheres em espaços de poder e decisão, garantir paridade de gênero, combater violência política e promover democracia paritária.

Eixo Temático 9 : Desenvolvimento Sustentável com Igualdade Econômica e Social

O nono eixo articula a agenda de igualdade de gênero com a agenda de sustentabilidade ambiental, reconhecendo que a crise climática afeta desproporcionalmente as mulheres, especialmente as mais pobres, negras, indígenas e rurais. As mulheres são as primeiras a sofrer com secas, enchentes, deslizamentos e outros desastres climáticos, pois são responsáveis pela busca de água, alimentos e cuidados. Ao mesmo tempo, as mulheres são protagonistas de práticas sustentáveis, como agroecologia, extrativismo sustentável e gestão comunitária de recursos naturais. No entanto, são excluídas de espaços de decisão sobre





políticas ambientais e climáticas. O objetivo estratégico é integrar a perspectiva de gênero em políticas ambientais e climáticas, promover economia verde liderada por mulheres e garantir participação feminina em decisões sobre sustentabilidade.

Eixo Temático 10 : Direito à Terra com Igualdade para as Mulheres do Campo e da Floresta

O décimo eixo enfrenta uma das desigualdades mais profundas e invisibilizadas: a exclusão das mulheres rurais do acesso à terra, crédito, assistência técnica e políticas agrícolas. Apesar de representarem 48% da população rural e serem fundamentais para a produção de alimentos, as mulheres do campo, da floresta e das águas possuem apenas 13% dos estabelecimentos agropecuários. A concentração fundiária, o agronegócio predatório, a violência no campo e o machismo nas estruturas sindicais e de representação rural agravam a exclusão. Mulheres indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras e extrativistas enfrentam violações específicas de seus territórios e modos de vida. O objetivo estratégico é garantir acesso à terra, crédito, assistência técnica e políticas agrícolas para mulheres rurais, promover titulação conjunta e fortalecer a agroecologia.

Eixo Temático 11: Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia

O décimo primeiro eixo reconhece que a desigualdade de gênero se reproduz também nas dimensões simbólicas e culturais, através de estereótipos, invisibilidade e objetificação das mulheres na cultura, no esporte e na mídia. Mulheres artistas, atletas e comunicadoras enfrentam menor acesso a recursos, invisibilidade, desvalorização de suas produções, assédio sexual e violência. No esporte, as mulheres recebem salários até dez vezes menores que os homens, têm menos patrocínio e cobertura midiática, e enfrentam sexualização e desqualificação. Na mídia, as mulheres são sub-representadas, estereotipadas e objetificadas, reforçando padrões de beleza inatingíveis e naturalizando violências. O objetivo estratégico é promover igualdade de gênero na cultura, esporte e comunicação, combater estereótipos e garantir acesso a recursos e visibilidade.

Eixo Temático 12: Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia

O décimo segundo eixo reconhece que não é possível enfrentar a desigualdade de gênero sem enfrentar o racismo, o sexismo e a lesbofobia, que se articulam e se potencializam na





opressão de mulheres negras, indígenas e lésbicas. Mulheres negras são as que mais morrem por violência doméstica, as que menos acessam serviços de saúde de qualidade, as que ocupam os trabalhos mais precarizados, as que menos ocupam espaços de poder. Mulheres indígenas enfrentam genocídio, etnocídio, invasão de territórios e violências específicas. Mulheres lésbicas e bissexuais enfrentam invisibilidade, discriminação, violência corretiva e exclusão de políticas públicas. O objetivo estratégico é enfrentar racismo, sexismo e lesbofobia de forma integrada, promover ações afirmativas e garantir direitos de mulheres negras, indígenas e lésbicas.

Eixo Temático 13: Igualdade para as Mulheres Jovens, Idosas e Mulheres com Deficiência

O décimo terceiro eixo reconhece que mulheres jovens, idosas e com deficiência enfrentam vulnerabilidades e violações específicas que exigem políticas diferenciadas. Mulheres jovens enfrentam desemprego, violência sexual, gravidez na adolescência, evasão escolar e exclusão de espaços de decisão. Mulheres idosas enfrentam abandono, violência patrimonial, invisibilidade e falta de proteção social. Mulheres com deficiência enfrentam discriminação múltipla, barreiras de acessibilidade, violência sexual, esterilização forçada e exclusão de políticas reprodutivas. O objetivo estratégico é garantir políticas específicas para mulheres jovens, idosas e com deficiência, promovendo acessibilidade, proteção social, participação e autonomia.

Eixo Temático 14: Outras Políticas para Mulheres

O décimo quarto eixo reconhece que há grupos de mulheres que enfrentam vulnerabilidades e violações tão específicas que exigem políticas setoriais diferenciadas. Mulheres migrantes e refugiadas enfrentam xenofobia, discriminação, dificuldades de documentação, exploração sexual e trabalhista. Mulheres em situação de rua enfrentam invisibilidade, violência, falta de acesso a serviços básicos e criminalização. Mulheres privadas de liberdade enfrentam condições desumanas, violência institucional, separação de filhos e falta de políticas de reintegração. Mulheres trans enfrentam transfobia, violência, exclusão do mercado de trabalho e negação de direitos. O objetivo estratégico é garantir direitos, proteção e acesso a políticas públicas para mulheres migrantes, refugiadas, em situação de rua, privadas de liberdade e trans.





Eixo Temático 15: Institucionalização dos Organismos de Políticas para Mulheres

O décimo quinto eixo reconhece que a efetividade das políticas para mulheres depende da existência de estruturas institucionais fortes, com orçamento, equipe qualificada, articulação federativa e capacidade de coordenação intersetorial. A história das políticas para mulheres no Brasil é marcada por avanços e retrocessos institucionais: a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres em 2003, sua elevação ao Ministério em 2023, mas também períodos de enfraquecimento e extinção. Nos estados e municípios, a situação é ainda mais frágil, com organismos precários, sem orçamento e sem capacidade de implementação. O objetivo estratégico é fortalecer organismos de políticas para mulheres em todos os níveis federativos, garantir orçamento específico, estrutura adequada e criar o Sistema Único de Políticas para Mulheres.

A Plataforma Programática da 5ª CNPM não é apenas um conjunto de intenções, mas um compromisso que exige mecanismos concretos de implementação, como governança participativa, articulação federativa, financiamento, exigindo recursos específicos no Orçamento da União, nos orçamentos estaduais e municipais, em fundos setoriais e em cooperação internacional e participação social.

Estrutura do E-book

Este projeto editorial foi estruturado para oferecer uma visão completa e analítica do processo da 5ª CNPM, organizando o conteúdo em seções que permitem tanto a consulta específica quanto a leitura sequencial. O conteúdo é organizado nas seguintes grandes seções:

Parte I – Contextualização Histórica e Metodologia

Apresenta o propósito institucional e o sumário executivo. A parte inicial é dedicada à contextualização histórica, revisita o legado das quatro conferências anteriores e destaca conquistas relevantes, articulando o desenvolvimento das políticas nacionais com uma visão interseccional e plural das participantes. Assuntos principais: Legado das conferências anteriores (1ª a 4ª CNPM); Avanços e conquistas das políticas para as mulheres; Relação com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e 5ª CNPM como retomada democrática do processo. Ademais, detalha a metodologia participativa, informando sobre a





elaboração da Conferência em suas diferentes etapas, com base na metodologia participativa, garantindo um enfoque interseccional nas reflexões e decisões, promovendo o respeito à diversidade e a inclusão como eixo central do processo conferencial.

Parte II – Dados e Participação:

Aprofunda os dados de participação, apresentando números e gráficos que revelam tanto a dimensão regional e nacional do envolvimento das mulheres quanto o detalhamento visual do percurso conferencial, apoiando a leitura pública e transparente dos resultados. Assuntos principais: Números oficiais do processo e participação regional; gráficos; Transparência e acesso público aos dados e propostas.

Parte III – Propostas:

Apresenta a metodologia de coleta e sistematização das propostas advindas dos debates dos diferentes níveis federativos — municipal, estadual/distrital, e conferências livres — e a plataforma criada para sistematizar e organizar de forma interativa todas as demandas e prioridades, permitindo ao leitor identificar as principais propostas de cada localidade e comparar avanços entre territórios. Conteúdo principal: processo sistematização das propostas nacionais, estaduais/distritais, municipais e conferências livres; acesso às propostas através da plataforma.

Parte IV – Sínteses Analíticas Territoriais:

Reúne sínteses analíticas territoriais, consolidando as informações por região e estado a partir dos eixos temáticos, o que resulta em uma análise das diversidades, convergências e especificidades locais, compondo um panorama estratégico para futuras decisões sobre políticas públicas. Principais conteúdos: análises regionais e estaduais baseadas nos principais eixos temáticos, resgate da pluralidade dos desafios e realidades regionais para subsidiar decisões estratégicas.





Parte V – Os 15 Eixos Temáticos: Painéis, Espaços de Diálogos e Propostas

Detalha os quinze eixos temáticos que nortearam os debates, cada um dedicado a abordagens integradas e transversais sobre dimensões como trabalho, cuidado, educação, saúde, enfrentamento à violência, participação política, sustentabilidade, direitos raciais, e proteção a grupos vulneráveis, sempre valorizando o diálogo e a escuta qualificada das mulheres. Principal conteúdo: Detalhamento de cada eixo temático, seus debates e propostas, espaços de diálogo, transversalidade das temáticas estratégicas debatidos nos painéis nacionais e integração das demandas.

Parte VI – Resultados da Etapa Nacional:

Apresenta os resultados da etapa nacional, com as propostas prioritárias explicadas, os painéis temáticos organizados e as resoluções e moções aprovadas na plenária final, sintetizando os frutos do debate coletivo em diretrizes estratégicas. Principal conteúdo: propostas prioritárias nacionais (painéis e resultados), resoluções e moções finais da Conferência

Parte VII – Recursos e Ferramentas:

As últimas partes do e-book trazem recursos e ferramentas interativas, incluindo mecanismos digitais, galerias de fotos e demais conteúdos complementares

Organização: Ministério das Mulheres, Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres

Distribuição gratuita em plataformas digitais governamentais

Essa estrutura possibilita um mergulho crítico e abrangente nos conteúdos e resultados da 5ª CNPM, valorizando tanto a diversidade dos temas quanto a integração entre história, participação, análise e perspectivas para o futuro.







PARTE I - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

CAPÍTULO 1

O Legado das Conferências

Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil



A trajetória das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPMS) é um marco na consolidação da participação social e na institucionalização das políticas de gênero no Brasil. Desde 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a reestruturação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), o país inaugurou um novo ciclo de diálogo entre governo e sociedade civil, traduzindo as demandas históricas dos movimentos de mulheres em políticas públicas de Estado.

A 1ª CNPM, realizada em 2004 sob o tema *“Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero”*, mobilizou cerca de 120 mil mulheres em todo o país. Esse processo culminou na formulação do I Plano Nacional de Políticas para as





Mulheres (I PNPM), estruturado em cinco eixos temáticos: autonomia e igualdade no trabalho; educação inclusiva e não discriminatória; saúde das mulheres e direitos reprodutivos; enfrentamento da violência; e participação política. O Plano foi o primeiro documento governamental a articular, de forma integrada, ações voltadas à efetivação dos direitos das mulheres.

A 2ª CNPM, realizada em 2007, teve como foco *“Desafios para a construção da igualdade na perspectiva da implementação do PNPM”*. Além de avaliar o I Plano, a conferência ampliou seu escopo e incorporou novos eixos estratégicos, como o desenvolvimento sustentável, o direito à terra e à moradia, a cultura e comunicação igualitárias e o enfrentamento do racismo e das desigualdades geracionais. O resultado foi o II PNPM (2008–2011), composto por 94 metas e 388 ações distribuídas em 11 áreas de atuação, consolidando a transversalidade de gênero, raça e etnia nas políticas públicas.

Em 2011, a 3ª CNPM, com o tema *“Autonomia e igualdade para as mulheres”*, reuniu cerca de 200 mil participantes e deu origem ao III PNPM (2013–2015). Sob o governo da primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, o Plano reafirmou a centralidade da igualdade de gênero no projeto democrático do país, ampliando o protagonismo da SPM e aprofundando a articulação intersetorial das políticas.

A 4ª CNPM, realizada em 2016, teve como tema *“Mais direitos, participação e poder para as mulheres”*. O encontro ocorreu em um momento político conturbado, marcado pelo processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Em meio à defesa da democracia e à resistência a retrocessos, a conferência propôs a criação do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM), como instrumento de articulação federativa e fortalecimento da política de gênero.





**DEMOCRACIA,
IGUALDADE,
CONQUISTAS
PARA TODAS.**

2004

1ª CNPM

Organizada pela recém-criada Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, em articulação com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Tema: "Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero".



2007

2ª CNPM

Debateu a transversalidade de gênero nas políticas públicas.

Tema: "Política para as mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero".



2011

3ª CNPM

Articulou políticas públicas com a agenda do trabalho decente, valorização do salário mínimo e ampliação de direitos trabalhistas.

Tema: "Autonomia e igualdade no mundo do trabalho".



2016

4ª CNPM

Realizada em meio ao processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, destacou a defesa da democracia e dos direitos das mulheres.

Tema: "Mais direitos, participação e poder para as mulheres".





Principais conquistas e avanços das Políticas para as Mulheres

As quatro conferências e seus respectivos planos representaram uma profunda transformação institucional e política na agenda de igualdade de gênero no Brasil. Entre as conquistas mais significativas, destacam-se:

- A institucionalização da Política Nacional para as Mulheres como política de Estado, com a criação e o fortalecimento de organismos de políticas para as mulheres em todas as esferas federativas;
- A adoção da transversalidade de gênero como princípio orientador da ação governamental, articulando ministérios e políticas setoriais;
- Avanços legislativos e normativos, como a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e a ampliação da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres;
- Expansão das políticas de autonomia econômica, de acesso ao crédito e de fortalecimento do trabalho e da produção das mulheres, especialmente as do campo e da floresta;
- Reconhecimento da diversidade das mulheres brasileiras, incorporando raça, etnia, geração, território e orientação sexual como dimensões estruturantes das políticas;
- Participação social ampliada e paritária, garantindo às mulheres o protagonismo na definição de diretrizes e prioridades das políticas públicas.

Esses avanços foram acompanhados da consolidação da política de gênero na agenda de governo, refletida na inclusão de ações e metas nos Planos Plurianuais (PPA) e na construção de mecanismos de monitoramento e avaliação com controle social.





Conexão com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) constitui o principal instrumento de planejamento e coordenação da política de igualdade de gênero no Brasil. Elaborado de forma participativa e referendado pelas Conferências, o PNPM orienta as ações do Estado brasileiro para a promoção dos direitos das mulheres e a superação das desigualdades de gênero, raça e classe.

Cada versão do Plano reafirmou os princípios fundantes da Política Nacional para as Mulheres: igualdade, equidade, respeito à diversidade, laicidade do Estado, universalidade das políticas, justiça social, transparência e controle social. A relação entre as conferências e o PNPM é, portanto, de reciprocidade e continuidade: às deliberações das conferências definem as prioridades do Plano, enquanto este organiza e direciona as ações interministeriais e federativas.

O PNPM consolidou a transversalidade de gênero como método de gestão pública, integrando políticas de trabalho, educação, saúde, cultura, desenvolvimento rural, meio ambiente, comunicação e direitos humanos, entre outras áreas. Essa estratégia conferiu legitimidade social e institucionalidade duradoura à agenda das mulheres, traduzindo as pautas históricas do movimento feminista em compromissos de Estado.

A 5ª CNPM como retomada de um processo democrático

A 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2025, marca a retomada de um processo democrático interrompido e reafirma o protagonismo das mulheres na reconstrução do país. Após quase uma década sem conferências, o reencontro das mulheres brasileiras em torno da agenda de igualdade representa não apenas a continuidade de uma política pública, mas a reafirmação do pacto social e democrático que deu origem à Política Nacional para as Mulheres.

Essa 5ª edição carrega o legado das anteriores e, ao mesmo tempo, aponta para os desafios contemporâneos: o fortalecimento do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres, a ampliação da participação social, a garantia orçamentária das políticas e a transversalidade de gênero em todos os níveis de governo.





Mais do que um evento, a 5ª CNPM simboliza a reconstrução de um espaço público de diálogo, de resistência e de proposição coletiva, reafirmando que a democracia brasileira se fortalece quando as mulheres participam, decidem e transformam.





CAPÍTULO 2

Metodologia Participativa

Foto: Vitor Vasconcelos



A 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (5ª CNPM) reafirmou a tradição democrática e participativa das políticas para as mulheres no Brasil. Estruturada como um processo de escuta ativa e construção coletiva, a conferência teve como resultado central a **Plataforma das Mulheres**, documento que sistematiza as prioridades, diretrizes e propostas formuladas pelas participantes em todas as etapas — livres, municipais, estaduais, distrital e nacional.

O Regimento da 5ª CNPM definiu a conferência como “**um espaço estratégico de articulação democrática para o avanço dos direitos das mulheres em sua diversidade**”, assegurando que o resultado fosse fruto da **participação ativa das mulheres** em seus territórios e da reflexão coletiva sobre as condições de vida, lutas e desafios que enfrentam cotidianamente.

A construção da Plataforma foi orientada pelo tema “**Mais Democracia, Mais Igualdade, Mais Conquistas para Todas**”, e baseou-se em três dimensões complementares:





1. **Diagnóstico participativo** das realidades e desigualdades vividas pelas mulheres;
2. **Proposição de ações prioritárias** para o fortalecimento e a ampliação das políticas públicas;
3. **Síntese política** que expressa a unidade na diversidade, reafirmando os princípios de igualdade, equidade e justiça social.

Critérios de priorização nas diferentes etapas

O processo metodológico da 5ª CNPM foi concebido em quatro etapas articuladas — **Conferências Livres, Municipais/Regionais, Estaduais/Distrital e Nacional** — e orientado por critérios de participação, representatividade e priorização definidos coletivamente pela **Comissão Organizadora Nacional**.

As **Conferências Livres**, realizadas entre abril e agosto de 2025, tiveram papel pedagógico e mobilizador, permitindo que coletivos de mulheres, movimentos feministas, organizações sociais e grupos territoriais pudessem debater temas específicos e apresentassem propostas vinculadas ao eixo central “Democracia e Igualdade”. Essas conferências constituíram um canal de ampliação da participação, com caráter de autoconvocação e liberdade metodológica, desde que observados os princípios e critérios do Regimento.

Nas etapas municipais e estaduais, os critérios de priorização buscaram refletir a **pluralidade de experiências territoriais e temáticas**, valorizando:

- As propostas com maior aderência às demandas regionais e à realidade local;
- As ações que fortalecem a transversalidade das políticas de gênero;
- As iniciativas com potencial de replicabilidade e impacto coletivo;
- As deliberações que integram múltiplas dimensões — econômica, social, ambiental, política e cultural — do enfrentamento às desigualdades.

A etapa **nacional**, realizada entre 29 de setembro e 1º de outubro de 2025, consolidou o processo, validando as deliberações estaduais e as moções apresentadas. A **Comissão de Sistematização** foi responsável pela análise das propostas e pela formulação do documento final, que subsidiará o novo ciclo de políticas públicas para as mulheres.





Articulação com documentos base

Toda a metodologia da 5ª CNPM foi sustentada por **documentos orientadores** disponibilizados na **Plataforma Brasil Participativo**, assegurando transparência, acessibilidade e diálogo interinstitucional. O **Texto-Base da Conferência**, construído de forma colaborativa entre o **Ministério das Mulheres** e o **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)**, apresentou os fundamentos conceituais e as diretrizes políticas do processo.

Além disso, a conferência dialogou com instrumentos estruturantes das políticas de gênero, como o **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)**, o **Plano Plurianual (PPA) 2024–2027**, e os **relatórios das conferências anteriores**, reafirmando a continuidade e a coerência da agenda de igualdade.

Essa articulação garantiu que o debate sobre democracia, igualdade e direitos das mulheres se integrasse a uma **visão sistêmica e intersetorial**, consolidando a 5ª CNPM como espaço de formulação política e de construção de compromissos federativos.

Diversidade de participantes

Um dos pilares da metodologia da 5ª CNPM foi a **garantia da diversidade e da representatividade** das mulheres brasileiras em todas as etapas do processo. O Regimento Interno e a Resolução CNDM nº 1/2025 estabeleceram critérios de composição que asseguraram a presença de mulheres **negras, indígenas, quilombolas, do campo, da floresta e das águas, urbanas, jovens, idosas, com deficiência e LBT+**.

A **reserva mínima de vagas** foi definida da seguinte forma:

- 50% de mulheres negras;
- 10% de mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneras e travestis;
- 5% de mulheres com deficiência;
- 5% de mulheres indígenas;
- 5% de mulheres quilombolas e de povos e comunidades tradicionais.





Esses critérios foram aplicados **a todas as etapas**, incluindo as conferências livres, municipais, estaduais e nacional, e somaram-se a outras medidas de inclusão, como a **garantia de acessibilidade, estrutura de cuidado** para mães com crianças dependentes e **condições de deslocamento** para as representantes de territórios mais distantes.

O resultado foi um processo profundamente plural, em que as mulheres brasileiras se reconheceram em suas múltiplas identidades e realidades, reafirmando que a democracia só é plena quando contempla a diversidade das experiências femininas.

Enfoque interseccional das políticas

A metodologia da 5ª CNPM foi pautada por um **enfoque interseccional**, reconhecendo que as desigualdades de gênero se articulam com marcadores de raça, classe, etnia, território, idade, deficiência e orientação sexual. Essa abordagem permeia tanto o desenho participativo do processo quanto a formulação das propostas apresentadas na **Plataforma das Mulheres**.

Ao adotar a interseccionalidade como eixo estruturante, a conferência reafirmou que a superação das desigualdades exige **respostas integradas e sensíveis à diversidade** das mulheres brasileiras. A 5ª CNPM também reafirmou a **laicidade do Estado, a universalidade das políticas públicas** e o **enfrentamento de todas as formas de discriminação e violência** como princípios inegociáveis da política nacional para as mulheres.

Mais do que um método, a interseccionalidade foi a base ética e política de todo o processo conferencial — uma forma de garantir que cada mulher, em sua singularidade e pertencimento, tivesse **voz, representação e poder de decisão** na construção de políticas públicas para a igualdade.







PARTE II - DADOS E PARTICIPAÇÃO

CAPÍTULO 3

Diversidade e Representatividade na Participação Social

Este capítulo apresenta uma leitura dos dados de participação da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, com foco nos recortes de raça/cor e identidade de gênero das participantes. Os gráficos aqui sistematizados têm como objetivo evidenciar a diversidade presente no processo conferencial e contribuir para a compreensão dos perfis que compuseram os espaços de debate e deliberação.

Os dados analisados referem-se a um conjunto significativo de registros coletados por meio da Plataforma Brasil Participativo. Embora esse volume não permita inferências estatísticas sobre o total das participantes da conferência, ele constitui uma amostra indicativa relevante das múltiplas identidades, trajetórias e pertencimentos que atravessam a participação das mulheres nesse processo nacional.

Assim, os resultados apresentados devem ser compreendidos como um retrato parcial, porém expressivo, das diversidades presentes na 5ª CNPM, reforçando a importância de políticas públicas sensíveis às desigualdades raciais e às diferentes identidades de gênero.

Números da Conferência

ETAPA	CONFERÊNCIAS	PROPOSTAS
Municipais	661	1.983
Estaduais/Distrital	28	84

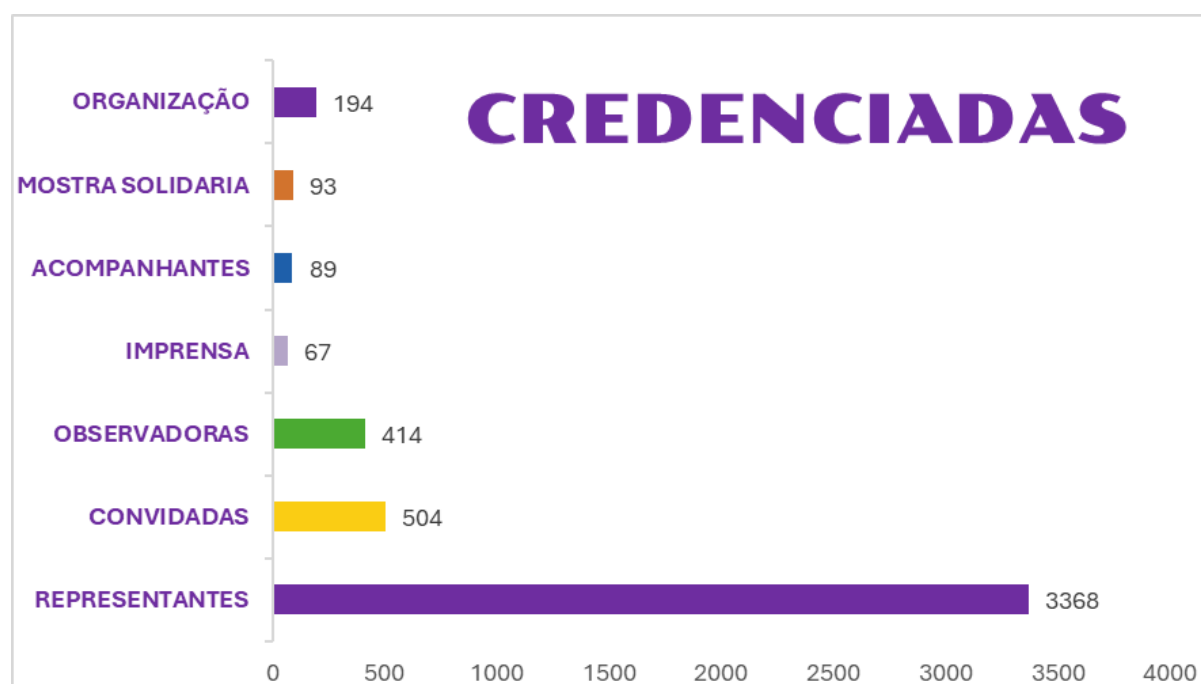




ETAPA	CONFERÊNCIAS	PROPOSTAS
Livres	980	2.940
TOTAL	1.669	5.007

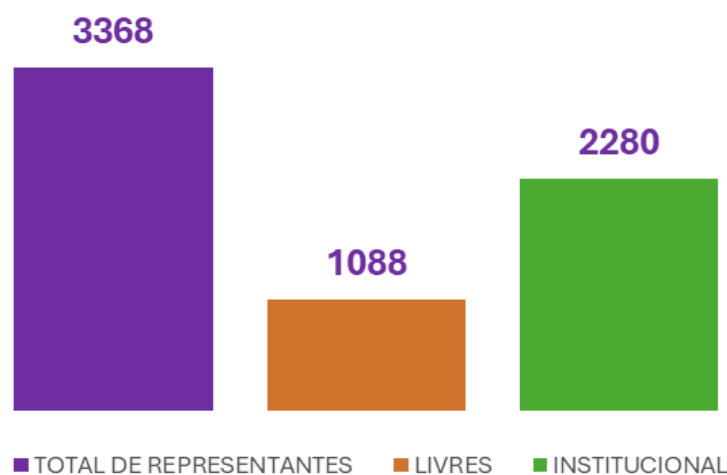
Composição Geral das Credenciadas

O total de credenciadas na 5ª CNPM foi de **4.729 pessoas**, distribuídas em diferentes categorias de participação:

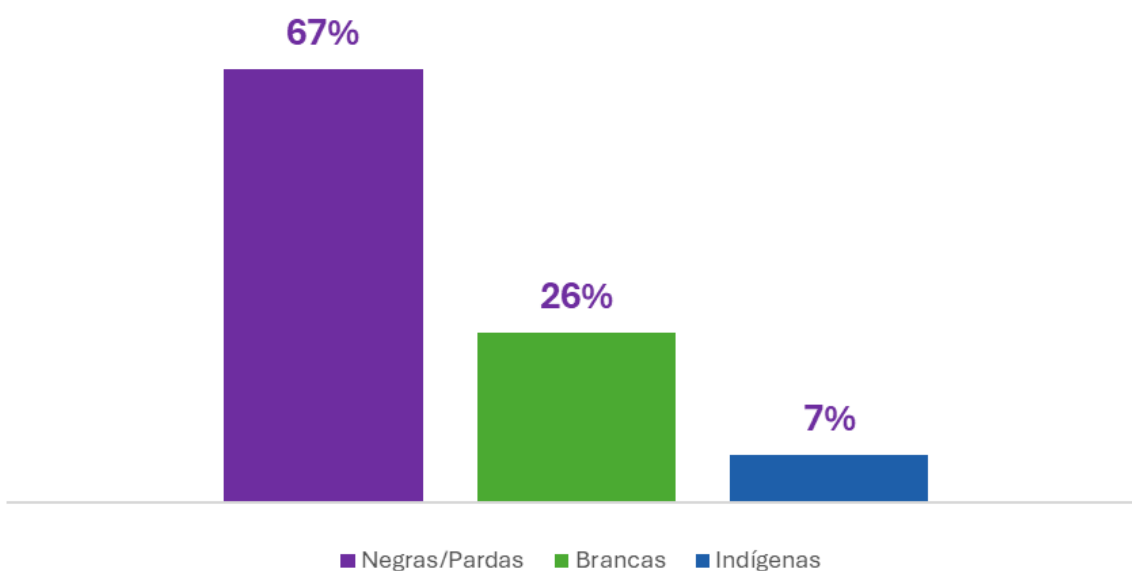




REPRESENTANTES CREDENCIADAS



RAÇA/COR





CAPÍTULO 4

Participação por estado e região



5ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres do Amazonas. Foto: SEJUSC.

Capilaridade Territorial e Dinâmicas de Participação nos Estados

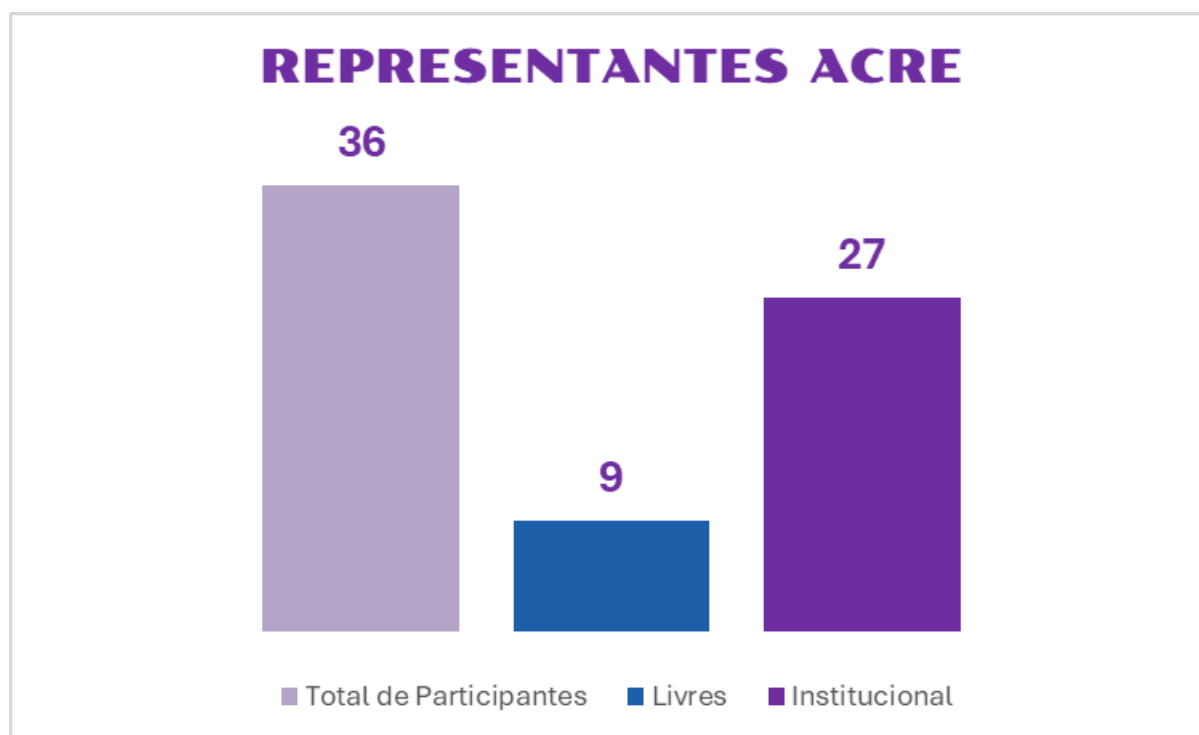
O presente capítulo apresenta a distribuição da participação por unidade da federação, a partir dos dados sistematizados ao longo do processo. Os gráficos a seguir permitem visualizar a abrangência territorial da participação, evidenciando tanto a capilaridade nacional da iniciativa quanto às assimetrias regionais que marcam o envolvimento dos diferentes estados.

A leitura desses dados possibilita identificar padrões de mobilização, níveis diferenciados de engajamento e a concentração relativa de participações em determinadas regiões, elementos fundamentais para a compreensão do alcance do processo e para a formulação de estratégias futuras de fortalecimento da participação social em âmbito nacional.



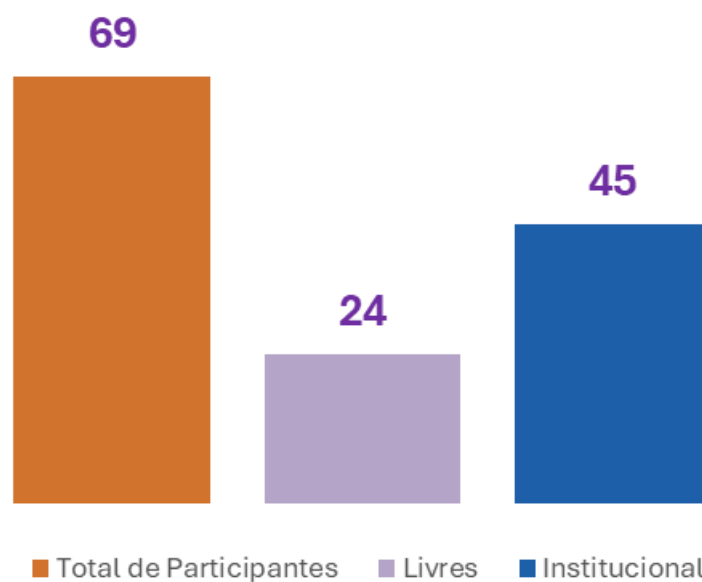


Ressalta-se que os gráficos devem ser interpretados de forma contextualizada, considerando as especificidades territoriais, demográficas, institucionais e organizativas de cada estado. Assim, mais do que estabelecer comparações isoladas, este capítulo contribui para uma análise integrada da participação, articulando dimensão territorial, diversidade regional e desafios para a ampliação e qualificação dos processos participativos.

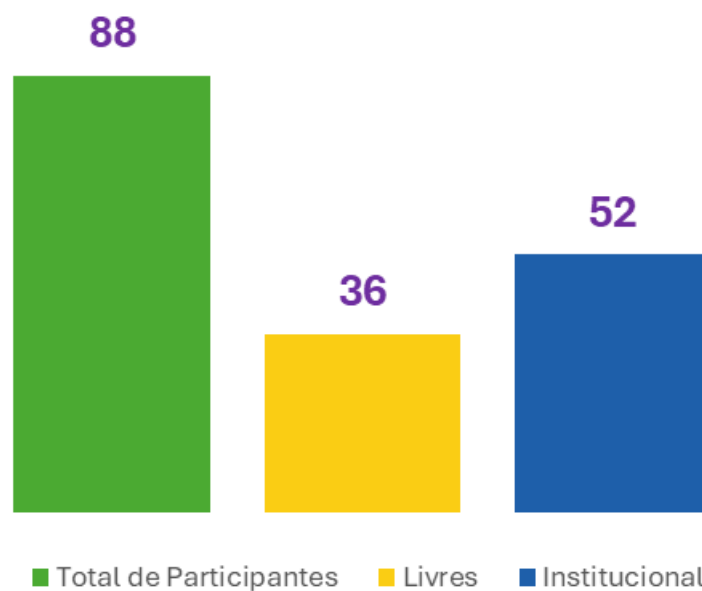




REPRESENTANTES ALAGOAS

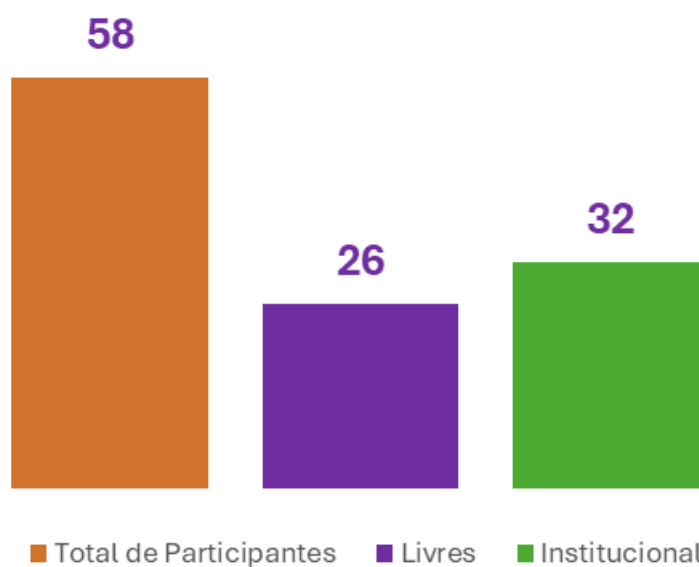


REPRESENTANTES AMAZONAS

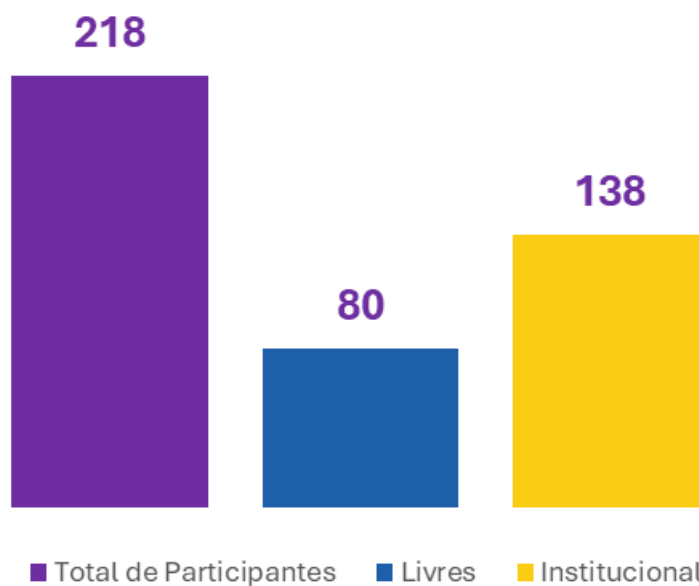




REPRESENTANTES AMAPÁ

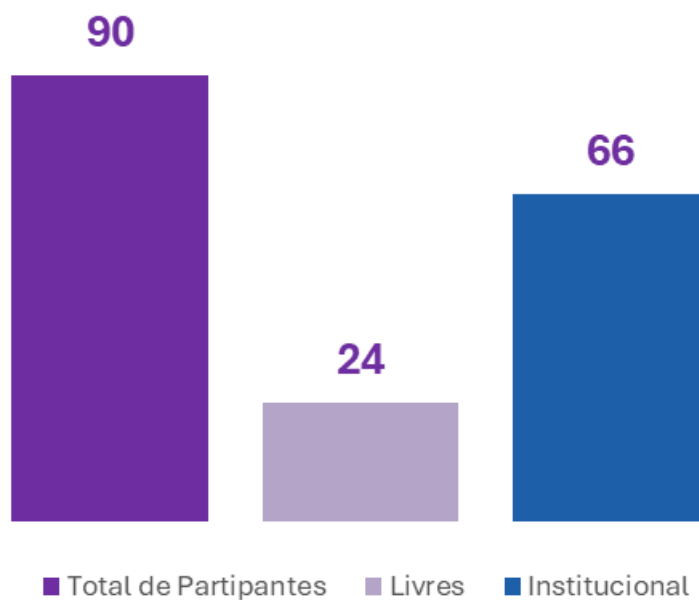


REPRESENTANTES BAHIA

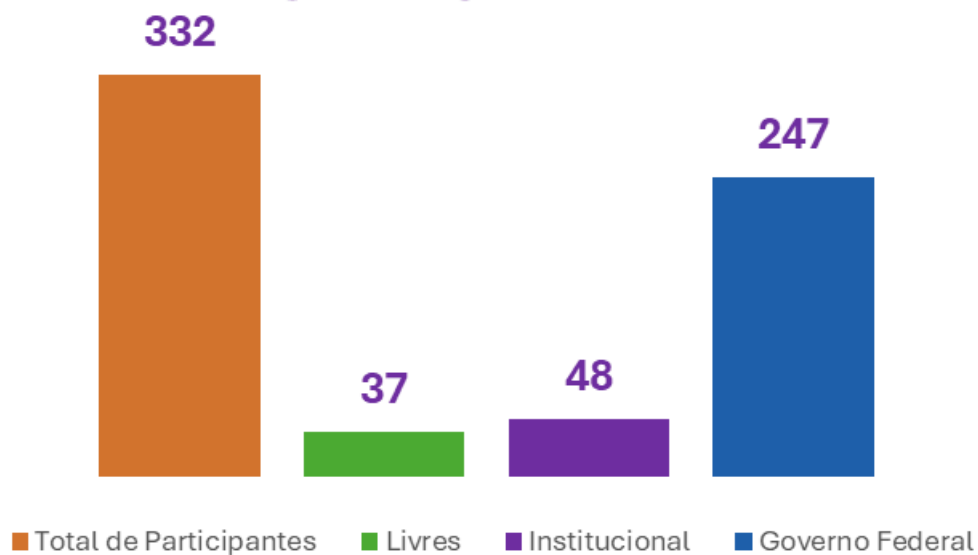




REPRESENTANTES CEARÁ

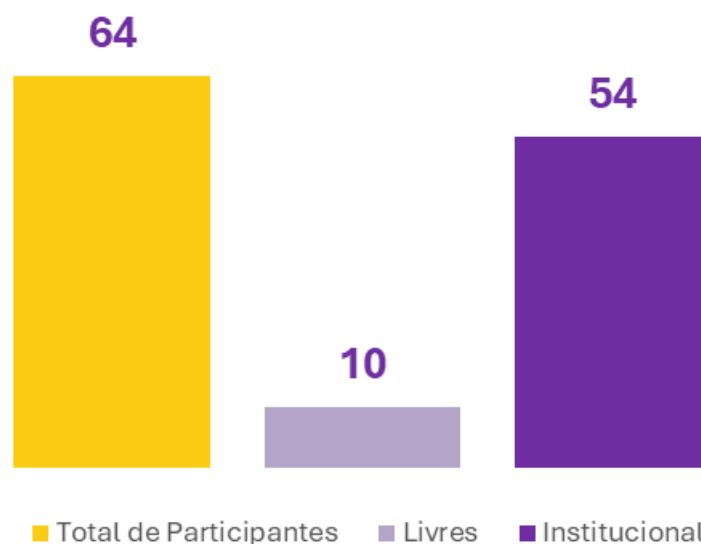


REPRESENTANTES DISTRITO FEDERAL

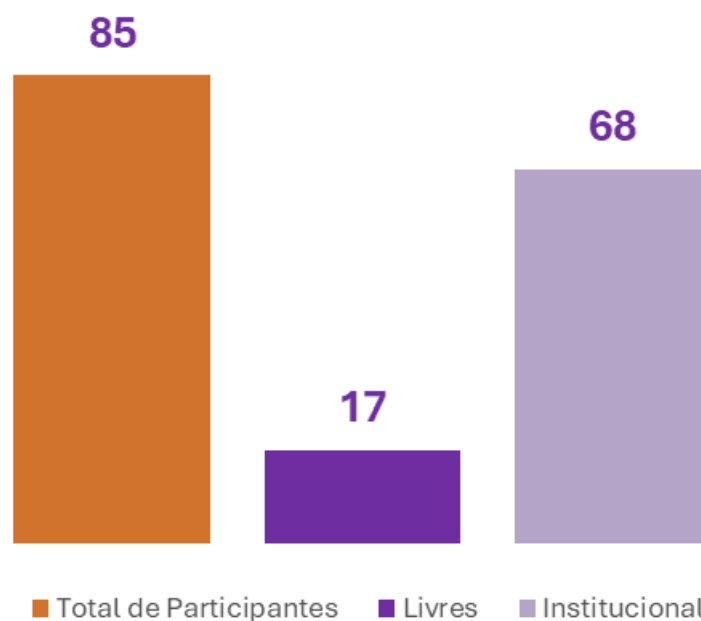




REPRESENTANTES ESPIRITO SANTO

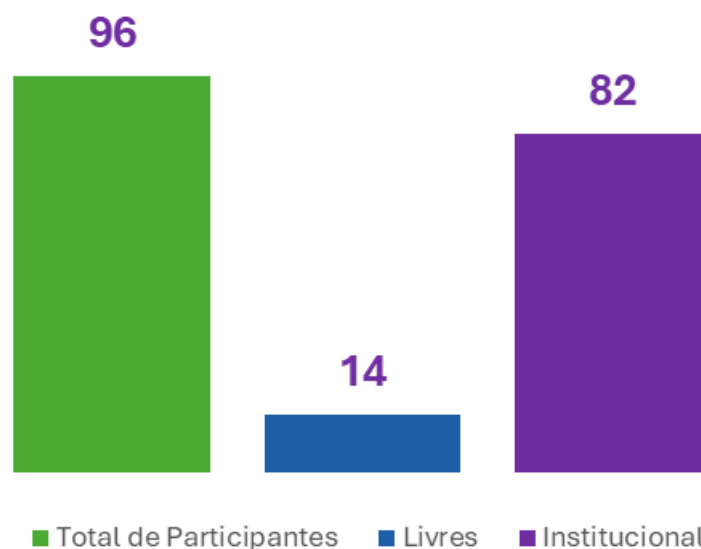


REPRESENTANTES GOÍAS

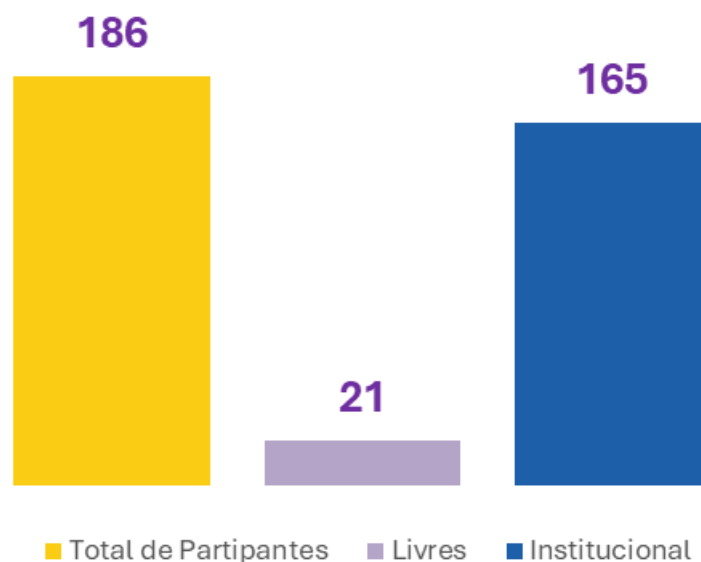




REPRESENTANTES MARANHÃO

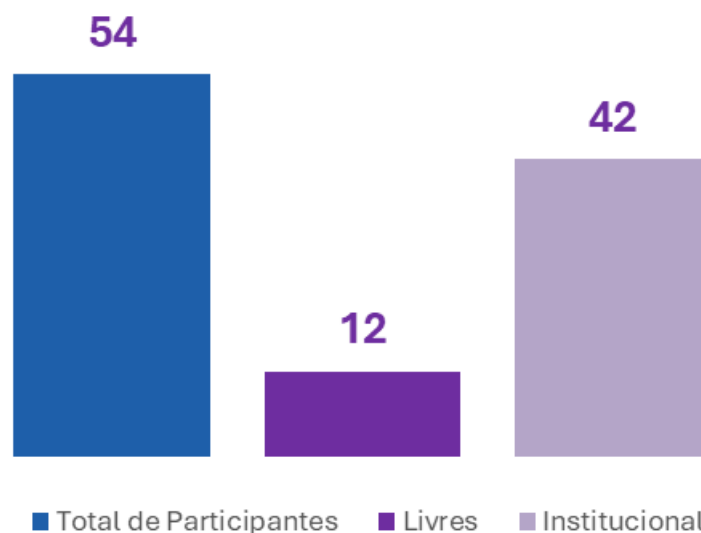


REPRESENTANTES MINAS GERAIS

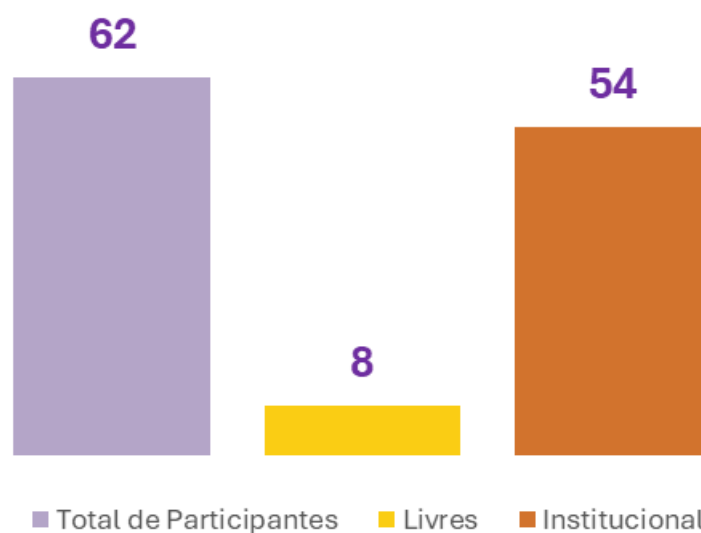




REPRESENTANTES MATO GROSSO

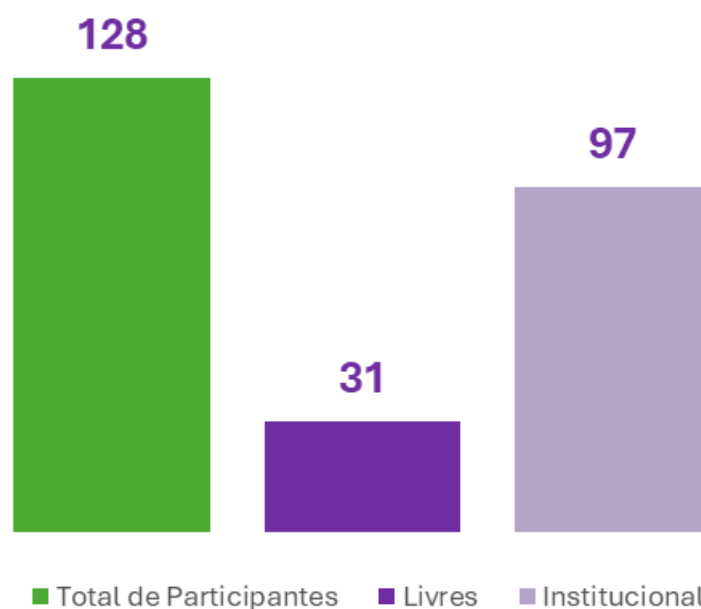


REPRESENTANTES MATO GROSSO DO SUL

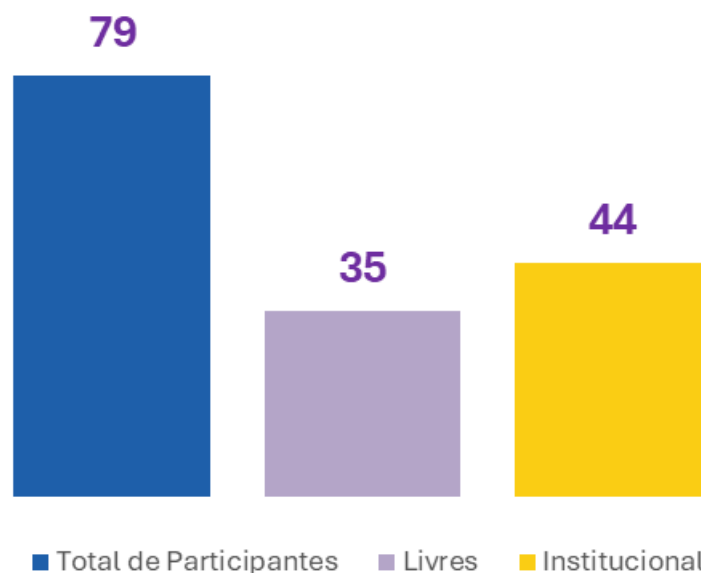




REPRESENTANTES PARÁ

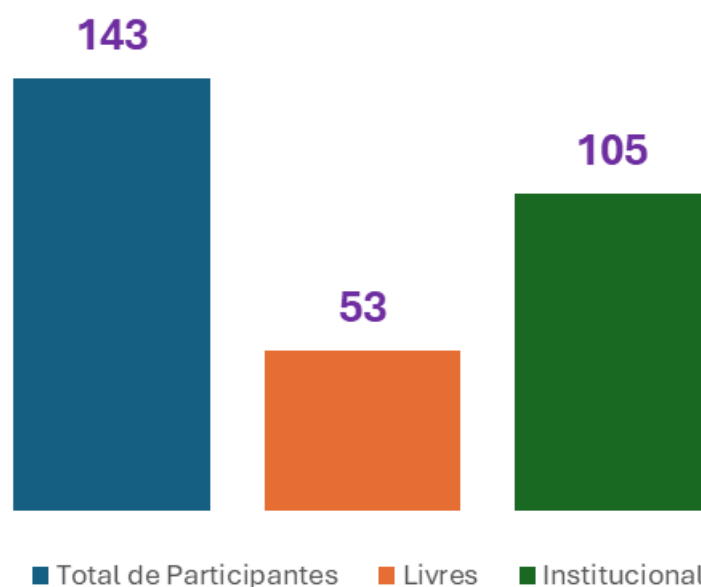


REPRESENTANTES PARAÍBA

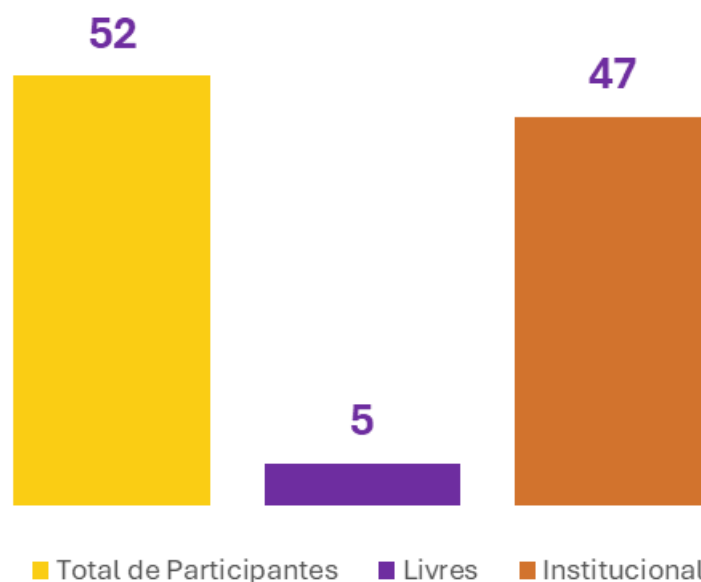




REPRESENTANTES PERNAMBUCO

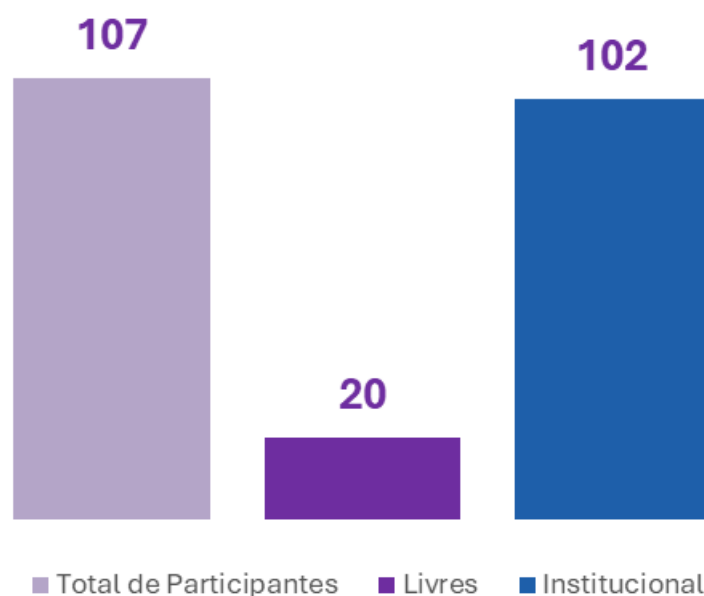


REPRESENTANTES PIAUÍ

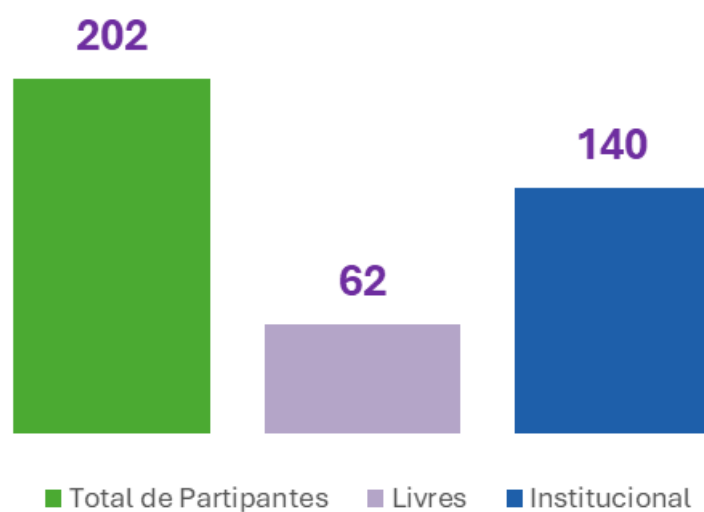




REPRESENTANTES PARANÁ

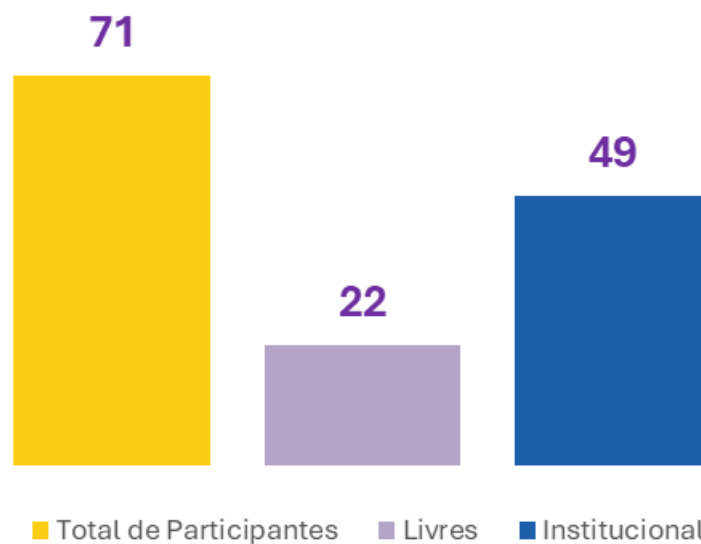


REPRESENTANTES RIO DE JANEIRO

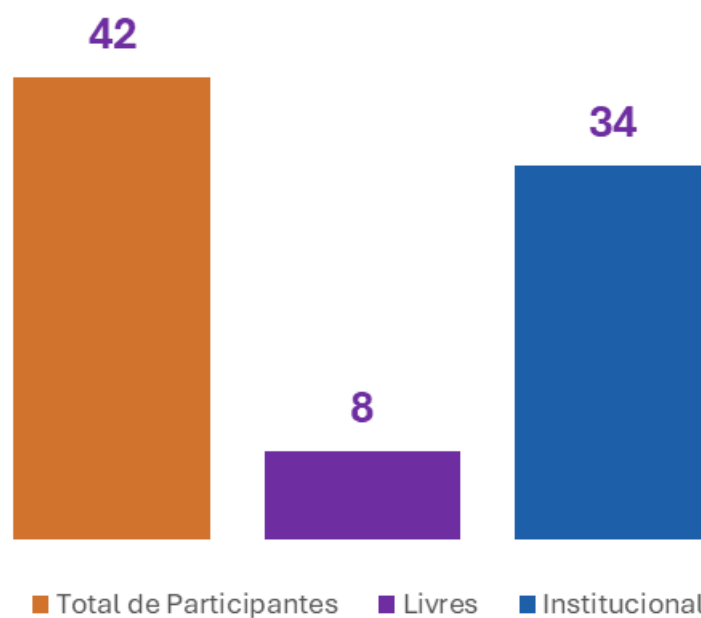




REPRESENTANTES RIO GRANDE DO NORTE

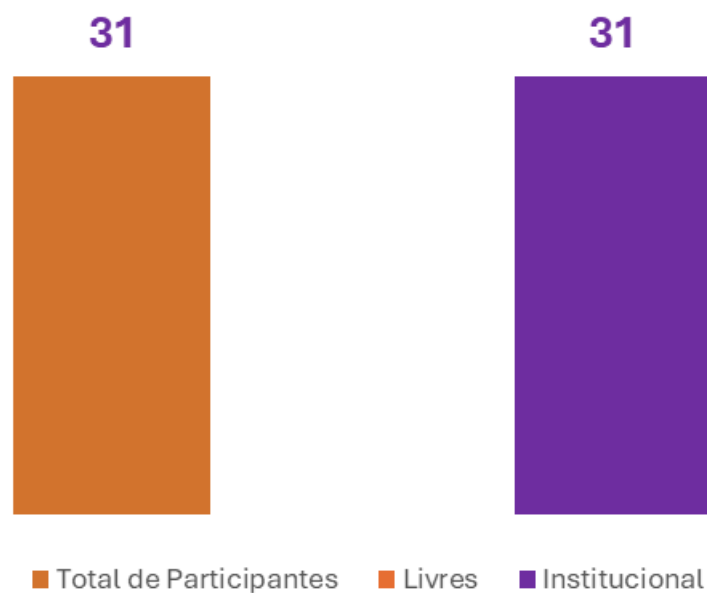


REPRESENTANTES RONDÔNIA

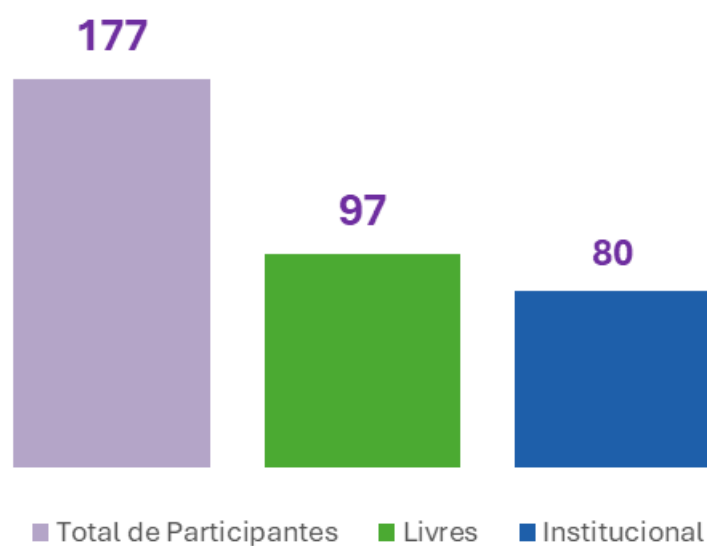




REPRESENTANTES RORAIMA

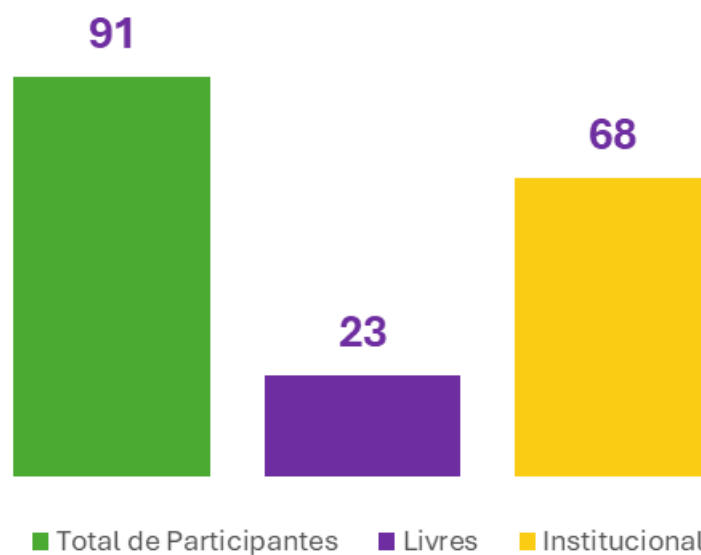


REPRESENTANTES RIO GRANDE DO SUL

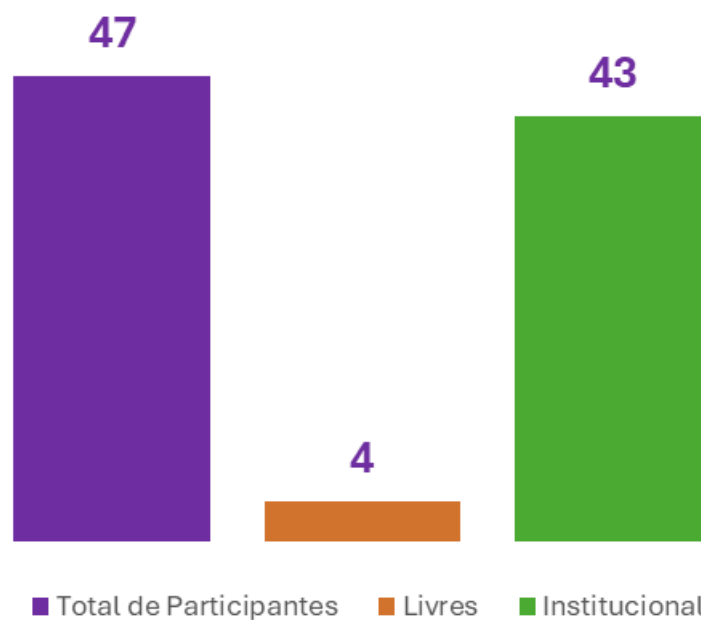




REPRESENTANTES SANTA CATARINA

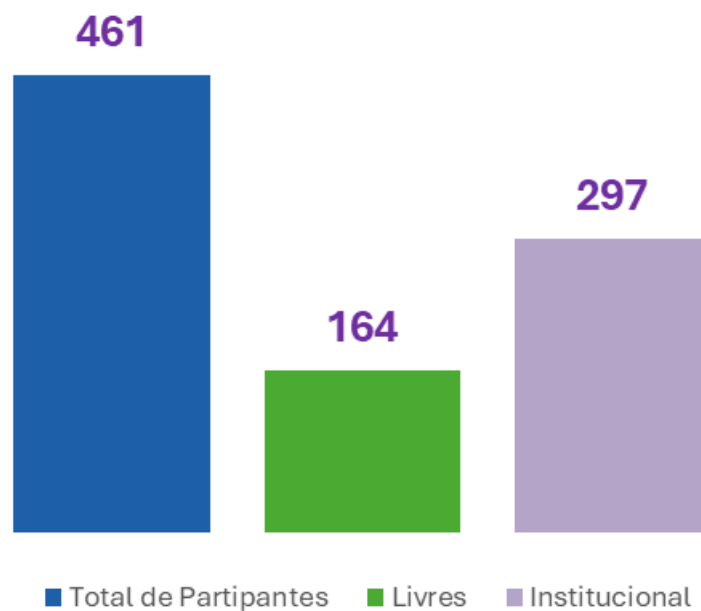


REPRESENTANTES SERGIPE

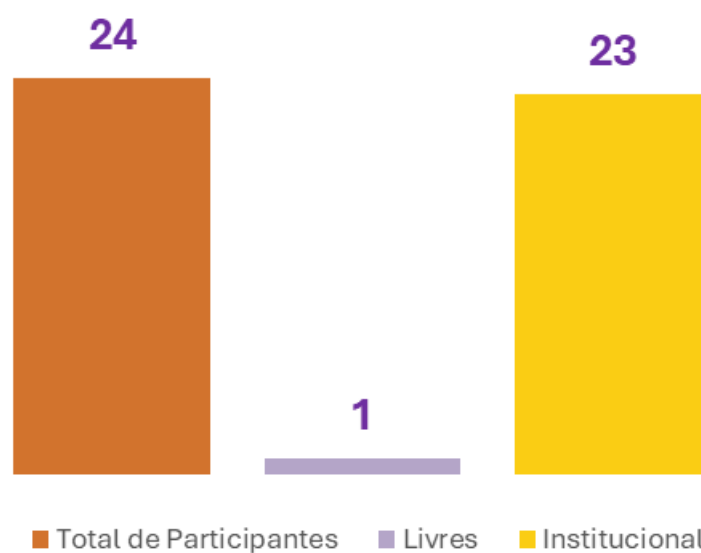




REPRESENTANTES SÃO PAULO



REPRESENTANTES TOCANTINS







PARTE III - PROPOSTAS

CAPÍTULO 5

A Construção Democrática das Propostas na 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres



Foto: Ricardo Stuckert/PR

O processo de criação do Caderno de Propostas da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foi estruturado de maneira inclusiva e democrática, permitindo que as vozes de mulheres de todo o Brasil fossem ouvidas e refletidas nas propostas apresentadas.

1. Coleta e registro das propostas: O ponto de partida para a criação do Caderno de Propostas foi o envio das contribuições oriundas dos debates e votações realizados nas conferências prévias, tanto livres quanto institucionais. As conferencistas, ao longo de suas discussões, registraram suas propostas no formulário de cadastramento específico, abrangendo as necessidades e sugestões discutidas em cada um dos eventos realizados.





2. Organização e consolidação das propostas: Após a coleta, iniciou-se o processo de organização das propostas, que foram distribuídas entre os 15 eixos temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Durante essa etapa, as propostas repetidas ou semelhantes foram consolidadas, permitindo uma análise mais clara das demandas e identificando as questões mais recorrentes.

3. Debate e priorização nas conferências: A lista das propostas consolidadas foi levada para discussão na 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, onde delegadas e representantes de todo o país se reuniram para debater e priorizar as demandas. O processo de priorização ocorreu em duas fases: inicialmente, as propostas foram discutidas em grupos temáticos, e, posteriormente, as mais relevantes foram debatidas e refinadas durante a plenária da conferência nacional.

4. Seleção das propostas finalistas: Após esse processo de debate e consenso, três propostas foram escolhidas para cada um dos 15 eixos temáticos¹, resultando na formação do Caderno de Propostas da 5ª CNPM. Essas propostas refletem as prioridades mais urgentes e as necessidades identificadas pelas participantes da conferência, sendo a base para o avanço das políticas públicas voltadas para as mulheres.

5. Plataforma de visibilidade e empoderamento: Para garantir transparência e acesso democrático ao processo, foi criada uma plataforma pública onde todas as propostas enviadas pelas conferências realizadas em todo o Brasil foram consolidadas e disponibilizadas. Por meio dessa [plataforma](#), a população pode consultar as propostas por município, estado, região e tipo de conferência, promovendo maior visibilidade e empoderamento aos municípios e estados no processo de implementação das políticas públicas para as mulheres.

O Caderno de Propostas da 5ª CNPM, resultado desse processo coletivo, não apenas reúne as demandas das mulheres, mas também reflete o compromisso com a construção de um país mais justo e igualitário. Este caderno se torna um guia essencial para a formulação e execução de políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres e que fortaleçam os direitos das mulheres em todo o Brasil.

¹ Em alguns eixos temáticos, devido à realização de duas salas de debate, foram selecionadas mais de três propostas, a fim de contemplar as deliberações construídas coletivamente.







PARTE IV - SÍNTESES ANALÍTICAS REGIONAIS

A seguir, uma análise das propostas debatidas nos processos preparatórios da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, organizadas por estados e pelo Distrito Federal. A sistematização regional permite identificar tendências recorrentes, desafios específicos e prioridades políticas emergentes nos diferentes territórios.

A partir da leitura comparativa das contribuições estaduais, o capítulo evidencia os temas mais debatidos, destacando convergências e especificidades regionais. Também são analisadas as articulações entre as propostas e os eixos temáticos da conferência, com atenção à transversalidade das pautas de gênero, raça, território, geração, deficiência e outras dimensões interseccionais.

Ao final, busca-se oferecer uma síntese interpretativa que contribua para a compreensão das dinâmicas territoriais da participação social e para o fortalecimento de políticas públicas sensíveis às desigualdades regionais e estruturais que atravessam a realidade das mulheres no Brasil.





CAPÍTULO 6

Região Centro-Oeste



5ª Conferência Distrital de Políticas para as Mulheres. Foto: Ascom/MMulheres

A Região Centro-Oeste revelou uma pauta diversificada, porém convergente em prioridades centrais. Em todas as unidades federativas do território, as participantes enfatizaram a importância de fortalecer a democracia participativa e assegurar a efetividade dos direitos já conquistados, em sintonia com o tema nacional “Mais Democracia, Mais Igualdade, Mais Conquistas para Todas”.

Observou-se uma forte demanda por maior presença e ação do Estado na garantia dos direitos das mulheres, alinhando as discussões regionais à urgência de consolidar políticas públicas de gênero como políticas de Estado permanentes, e não sujeitas a discontinuidades a cada governo.

Diversos temas recorrentes emergiram nas conferências do Centro-Oeste. A autonomia econômica das mulheres aparece como preocupação transversal, incluindo o acesso ao trabalho digno, renda e apoio ao empreendedorismo, bem como a valorização das políticas de cuidado como elemento indispensável para a igualdade de gênero. Paralelamente, foi unânime a prioridade de enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, com





destaque para o fortalecimento e a expansão das redes de proteção, serviços especializados e mecanismos de justiça.

Outro eixo comum foi a incorporação consistente da perspectiva interseccional nas análises e propostas. Os debates regionais ressaltaram que questões de raça, etnia, território, geração, sexualidade e deficiência permeiam os desafios enfrentados pelas mulheres, exigindo respostas integradas.

Assim, propostas direcionadas a mulheres indígenas, mulheres quilombolas, mulheres negras, ribeirinhas, do campo, LGBTQIA+, jovens, idosas e mulheres com deficiência surgiram em todos os estados, evidenciando uma compreensão compartilhada de que a igualdade de gênero deve articular-se com o combate ao racismo, ao capacitismo, à LGBTfobia e às outras desigualdades estruturais.

Essa abordagem inclusiva reforçou os eixos temáticos nacionais, demonstrando que, no Centro-Oeste, o enfrentamento da violência, a promoção da autonomia econômica, o cuidado, a saúde e a participação política são agendas interligadas e tratadas de forma complementar.

Destaca-se, igualmente, a preocupação com o fortalecimento institucional das políticas para as mulheres e com a ampliação da participação social no seu monitoramento. As conferências da região apontaram entraves como a insuficiência de recursos orçamentários e de estrutura nos órgãos voltados para políticas de gênero, mas também sugeriram estratégias para superá-los – seja por meio da criação de fundos específicos, da interiorização das ações ou do aprimoramento da governança intersetorial.

Em síntese, o Centro-Oeste apresentou uma voz coesa em defesa de políticas públicas integradas, sustentáveis e sensíveis às diferentes realidades das mulheres, contribuindo de forma substancial para os consensos nacionais nos eixos priorizados pela 5ª CNPM.

Distrito Federal

Tendências emergentes





Ampliação integrada da rede de enfrentamento à violência de gênero

No Distrito Federal, as conferências apontaram como tendência emergente o reforço e a inovação na rede de atendimento às mulheres em situação de violência. Houve destaque para propostas que integrassem os serviços de segurança, justiça, saúde e assistência, de forma a oferecer acolhimento completo e humanizado.

Debates recorrentes trataram da criação e melhoria de equipamentos especializados – como delegacias da mulher 24 horas, casas-abrigo e centros de referência – e da necessidade de protocolos unificados que evitem a revitimização.

Também ganhou força a ideia de utilizar ferramentas tecnológicas para aprimorar esse enfrentamento, a exemplo de aplicativos para denúncias e sistemas integrados de dados que conectem polícia, judiciário e rede de apoio, facilitando o monitoramento de agressores e a proteção das vítimas.

Essa tendência revela uma direção de mudança em que o combate à violência se torna mais estruturado, articulado em rede e permanente, indo além da resposta reativa e focando na prevenção e no acompanhamento contínuo dos casos.

Políticas de cuidado e corresponsabilidade familiar

Outro conjunto de tendências emergentes no DF concentrou-se na valorização da economia do cuidado e na distribuição mais equilibrada das responsabilidades familiares. Os debates evidenciaram que a sobrecarga das mulheres com tarefas domésticas e de cuidados – com crianças, idosos, pessoas com deficiência – continua sendo um obstáculo significativo à sua plena participação econômica e política.

Assim, emergiu com destaque a proposta de políticas públicas de cuidado: ampliação da oferta de creches e pré-escolas em tempo integral, criação de serviços de apoio domiciliar a cuidadoras e equipamentos comunitários (como cozinhas e lavanderias coletivas) que aliviem o trabalho reprodutivo não remunerado.

A tendência reflete a compreensão de que o cuidado deve ser tratado como responsabilidade coletiva e estatal, e não apenas individual ou das mulheres, alinhando-se às discussões nacionais sobre compartilhar cuidados entre Estado, comunidade e famílias. No DF, tal enfoque aparece como inovação, integrando a pauta econômica (autonomia das mulheres) com a social (bem-estar das famílias).





Saúde integral e atenção psicossocial às mulheres

A ênfase na saúde integral das mulheres surgiu como tendência marcante nas conferências distritais. As participantes ressaltaram demandas por melhoria no atendimento em saúde tanto básico quanto especializado, com ênfase na saúde mental e nos direitos sexuais e reprodutivos.

Ficou evidente nas discussões que lacunas existentes – por exemplo, insuficiência de serviços de saúde mental para mulheres em situação de violência ou sobrecarregadas pelos cuidados – precisam ser supridas com urgência.

Além disso, temas antes considerados sensíveis ganharam espaço, como a necessidade de garantir o acesso ao aborto legal, seguro e gratuito dentro dos serviços públicos de saúde, bem como de ampliar programas de planejamento reprodutivo e prevenção ao câncer ginecológico e de mama.

Essa tendência indica uma visão ampliada de saúde, que vai além da assistência médica pontual: trata-se de assegurar atendimento humanizado, contínuo e abrangente, incluindo apoio psicológico e respeito à autonomia das mulheres sobre seus corpos. No DF, onde a rede de saúde é relativamente estruturada, as conferências apontaram caminhos para torná-la mais sensível às especificidades femininas e às diversas fases da vida da mulher.

Inclusão interseccional e foco em grupos vulnerabilizados

Os debates no Distrito Federal demonstraram uma forte incorporação da perspectiva interseccional nas tendências emergentes. Foi recorrente a articulação de demandas voltadas a grupos de mulheres historicamente marginalizadas, indicando uma orientação de políticas mais inclusivas.

Destacou-se propostas específicas para mulheres negras, indígenas, imigrantes, LGBTQIA+, mulheres com deficiência, idosas e mães solo, reconhecendo que cada um desses segmentos enfrenta barreiras particulares no acesso a direitos. No DF, por exemplo, discutiu-se a criação de incentivos para a contratação de mulheres trans e com deficiência, a reserva de vagas específicas em programas de qualificação profissional e ações afirmativas em políticas públicas setoriais.





Essa tendência mostra que as conferências buscaram “não deixar nenhuma mulher para trás”, considerando as múltiplas desigualdades. O resultado é uma compreensão mais refinada de cidadania, na qual as políticas para as mulheres devem ser calibradas para atender a diversidade de experiências – seja adaptando serviços às necessidades de mulheres surdas, seja levando informação e proteção às migrantes em situação de vulnerabilidade.

Inovação tecnológica e qualificação para autonomia econômica

Uma tendência inovadora observada no Distrito Federal foi a ligação entre tecnologia e empoderamento econômico das mulheres. Diante da vocação do DF como centro administrativo e de serviços, surgiram propostas para aproveitar ferramentas digitais e formas modernas de qualificação visando ampliar oportunidades de trabalho.

Mencionou-se, por exemplo, a implementação de programas de formação em áreas STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática) para meninas e mulheres jovens, com oficinas de programação, robótica e incentivo ao ingresso em carreiras tecnológicas onde elas são sub-representadas.

Além disso, as conferências defenderam a criação de plataformas digitais e incubadoras que divulguem negócios liderados por mulheres, conectando empreendedoras a mercados e a crédito, inclusive através de parcerias com fintechs e bancos comunitários. Também foi salientada a necessidade de capacitar as trabalhadoras para as novas demandas do mercado digital, evitando que fiquem excluídas das profissões do futuro.

Essa tendência demonstra um movimento de atualização das estratégias de igualdade: as mulheres do DF vislumbram a tecnologia tanto como meio de acesso a melhores empregos quanto como aliada na solução de problemas sociais (por exemplo, aplicativos de segurança pessoal). Em síntese, há uma aposta crescente em inovação como eixo transversal para acelerar a autonomia econômica feminina.

Fortalecimento institucional e participação social nas políticas

Por fim, evidenciou-se no Distrito Federal uma tendência de retomar e fortalecer os mecanismos institucionais de promoção dos direitos das mulheres, com ampla participação da sociedade civil. Após anos de enfraquecimento dessas estruturas em nível federal, as





conferências distritais reforçaram a importância de consolidar órgãos e conselhos de políticas para mulheres dotados de recursos, equipes estáveis e mandatos contínuos.

Discutiu-se, por exemplo, a necessidade de instituir ou fortalecer a Secretaria da Mulher local, garantir orçamento próprio para implementação das ações do Plano Distrital de Políticas para Mulheres e reativar espaços de controle social como conselhos e fóruns de mulheres. As participantes também defenderam a criação de observatórios e sistemas de monitoramento para acompanhar a execução das políticas de gênero no DF, tornando mais transparente a avaliação de resultados.

Essa tendência indica uma busca por institucionalizar de forma duradoura as pautas de igualdade, blindando-as de retrocessos políticos. Além disso, ao enfatizar a participação popular – por meio de conferências regulares, audiências públicas e controle social – as mulheres do DF demonstraram compreender que a democracia participativa é condição essencial para o avanço e a manutenção das conquistas nas políticas para as mulheres.

Propostas

Enfrentamento à violência e ampliação da proteção

Grande parte das propostas do Distrito Federal concentrou-se no fortalecimento das ações de combate à violência contra as mulheres e na expansão da rede de proteção. Recomendações importantes incluíram a criação de novas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) em áreas ainda descobertas, além do funcionamento 24 horas das delegacias e da garantia de equipes femininas treinadas para atendimento a qualquer momento.

Foi reiterada a implementação completa da Casa da Mulher Brasileira no DF – integrando num só espaço delegacia, defensoria, judiciário, atendimento psicossocial e abrigo temporário – assegurando acolhimento integral e contínuo às vítimas.

Outras propostas reforçaram a necessidade de aumento de vagas em casas-abrigo e de criação de unidades de acolhimento regionais para descentralizar o atendimento, de modo que mulheres de regiões administrativas mais distantes não fiquem desassistidas. Também se propôs a capacitação obrigatória e contínua de profissionais da segurança pública, saúde





e assistência social para atendimento humanizado às vítimas, evitando negligência ou julgamentos morais.

Por fim, o DF sugeriu aprimorar os mecanismos de registro e gestão de informações sobre violência de gênero – por exemplo, criando um observatório distrital da violência contra a mulher e sistemas unificados de dados – a fim de orientar políticas preventivas e monitorar reincidências de agressores. O conjunto dessas propostas visa robustecer todos os elos da rede de enfrentamento: desde a denúncia e proteção imediata até a punição efetiva do agressor e a recuperação da autonomia da mulher sobrevivente.

Saúde, direitos reprodutivos e apoio psicossocial

No eixo da saúde, as propostas do DF refletem uma preocupação em garantir atendimento integral e humanizado às mulheres, cobrindo aspectos físicos, mentais e reprodutivos. Uma série de recomendações busca melhorar a saúde materna e infantil, como ampliar o número de equipes de saúde da família nos territórios com maior vulnerabilidade, assegurar a presença de casas de parto humanizado e garantir transporte seguro e rápido para gestantes de alto risco.

Houve ênfase em fortalecer os serviços de saúde mental voltados para mulheres, incluindo a criação de centros de atendimento psicológico para vítimas de violência e programas específicos para tratar depressão, ansiedade e outros transtornos que afetam desproporcionalmente as mulheres (por sobrecarga de trabalho doméstico, violência ou outros fatores).

Em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, o DF propôs ações firmes: assegurar a aplicação efetiva da legislação que garante aborto legal nos casos previstos (estupro, risco de vida, anencefalia), com treinamento das equipes de saúde para atendimento sem julgamentos, e disponibilizar contraceptivos de longa duração e emergência amplamente nas unidades básicas.

Também foi proposta a criação de campanhas de informação sobre saúde sexual, visando reduzir a desinformação e o estigma, e a oferta de atendimento especializado para populações específicas – por exemplo, preparar o sistema de saúde para acolher mulheres trans nos serviços ginecológicos ou adaptar materiais de educação sexual para mulheres com deficiência.





O DF ressaltou ainda a importância de integrar saúde física e mental: cada unidade de referência à mulher deveria contar com psicólogos e assistentes sociais, garantindo que a paciente tenha apoio psicossocial completo junto do tratamento médico.

Trabalho, renda e empreendedorismo feminino

As propostas de autonomia econômica e trabalho no Distrito Federal delinearam estratégias amplas para melhorar as oportunidades de emprego e renda das mulheres. Uma diretriz central foi a implementação de programas de qualificação profissional voltados às novas demandas do mercado, garantindo que mulheres – especialmente jovens, chefes de família e desempregadas – adquiram habilidades em áreas de tecnologia, economia digital e outros setores emergentes.

Preveu-se, por exemplo, cursos gratuitos de programação, marketing digital e gestão financeira para mulheres de baixa renda, de forma a prepará-las para ocupações bem remuneradas. O incentivo ao empreendedorismo feminino apareceu com força: propôs-se a criação de um Fundo Distrital de Apoio ao Empreendedorismo das Mulheres, oferecendo microcrédito orientado, capital semente e consultoria para pequenos negócios liderados por mulheres, particularmente os situados em regiões periféricas.

Complementarmente, recomendou-se ampliar a divulgação de políticas de apoio já existentes – como reservar vagas para mulheres em programas de qualificação técnica e facilitar a formalização de trabalhadoras informais, com simplificação burocrática e orientação nos MEIs (Microempreendedor Individual).

Outra frente das propostas foi a inserção de mulheres em setores estratégicos: estimular empresas de ciência e tecnologia a contratarem mais mulheres, por meio de selos ou incentivos fiscais para aquelas que alcancem metas de equidade de gênero no quadro de pessoal.

Por fim, no âmbito do trabalho formal, reforçou-se a necessidade de fiscalização da igualdade salarial entre homens e mulheres, aplicando as sanções da recém aprovada Lei de Igualdade Salarial, bem como de incentivar a ascensão das mulheres a cargos de liderança no serviço público e privado.

Com esse conjunto de medidas, o DF busca remover barreiras estruturais – educacionais, financeiras e culturais – que ainda limitam a plena participação econômica das mulheres, capitalizando suas competências e criatividade em benefício do desenvolvimento local.





Educação para igualdade e empoderamento das novas gerações

Reconhecendo o papel transformador da educação, as conferências do Distrito Federal aprovaram propostas para promover a igualdade de gênero e os direitos humanos no ambiente educacional. Uma medida de destaque é a inclusão de conteúdos sobre gênero, diversidade, prevenção às violências e compartilhamento do cuidado no currículo escolar desde a educação infantil até o ensino médio.

Sugeriu-se atualizar as diretrizes pedagógicas e formar continuamente professores e professoras para que temas como respeito às mulheres, combate ao machismo, racismo e LGBTfobia sejam abordados de forma transversal nas disciplinas.

Além do currículo formal, recomendou-se criar materiais didáticos e campanhas educativas específicas, que apresentem referências positivas de mulheres (cientistas, líderes históricas, artistas) e desafiem estereótipos de gênero desde cedo, estimulando meninas e meninos a ampliarem seus horizontes sem preconceitos.

Outras propostas na educação incluíram programas de retomada escolar para mulheres adultas, especialmente jovens mães que abandonaram os estudos: por exemplo, expandir a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) com modalidades semipresenciais e disponibilizar creches nas escolas para que mães estudantes possam concluir a educação básica.

Houve preocupação também em integrar a educação profissional: incentivar que meninas ingressem em cursos tecnológicos e profissionalizantes de áreas onde as mulheres são minoria (como eletrônica, informática, engenharia mecânica), mediante bolsas de estudo, feiras de profissões e mentorias.

Essas propostas educacionais refletem o entendimento de que a construção de uma sociedade igualitária começa nas escolas e espaços formativos. Ao investir na educação para a igualdade, o DF visa formar novas gerações comprometidas com o respeito e, simultaneamente, empoderar as alunas a conhecerem e reivindicarem seus direitos, garantindo conquistas duradouras.





Participação política e representação equilibrada

As propostas voltadas à participação política no Distrito Federal buscaram assegurar que as mulheres tenham voz ativa e sejam equitativamente representadas nos espaços de poder. Uma série de medidas foi direcionada a cumprir e ampliar a legislação de paridade: por exemplo, implementar efetivamente a reserva de 50% de vagas para mulheres nos conselhos de políticas públicas e estimular os partidos a aplicarem plenamente a cota mínima de 30% de candidaturas femininas, com distribuição justa do fundo eleitoral.

Além disso, recomendou-se a criação de programas de formação política para mulheres, preparando lideranças femininas – em especial mulheres negras, jovens e de periferia – para disputar eleições e ocupar cargos de decisão. As conferencistas do DF também propuseram mecanismos de combate à violência política de gênero, reconhecendo que muitas mulheres sofrem ataques e intimidações quando ingressam na vida pública.

Nesse sentido, sugeriu-se desde campanhas de conscientização sobre o voto em mulheres e respeito às candidatas, até a instituição de ouvidorias e comitês legislativos que recebam denúncias de assédio e discriminação contra mulheres nos parlamentos e órgãos públicos.

Por fim, destacou-se a importância de incluir mais mulheres em postos de comando na administração pública distrital: foi proposta a adoção de critérios de representatividade de gênero e raça na nomeação de altos cargos, bem como a criação de programas de mentoria para servidoras com potencial de liderança.

Em conjunto, essas propostas indicam uma estratégia dupla: aumentar o número de mulheres na política e garantir um ambiente seguro e respeitoso para sua atuação. O objetivo final é construir uma democracia local verdadeiramente paritária, em que as políticas públicas reflitam as perspectivas e necessidades das mulheres em igual medida.

Fortalecimento institucional e financiamento das políticas para mulheres

Nas conferências do DF, ficou evidente o reconhecimento de que sem estrutura institucional sólida as melhores propostas podem não sair do papel. Por isso, foram aprovadas diversas recomendações para robustecer os mecanismos institucionais dedicados às políticas para mulheres.

Entre elas, destaca-se a criação de um Fundo Distrital de Políticas para as Mulheres, de natureza financeira e orçamentária, para garantir recursos contínuos e exclusivos à implementação das ações deliberadas nas conferências.





Foi proposta também a ampliação da estrutura da Subsecretaria ou Secretaria da Mulher do DF, com aumento de quadro técnico e descentralização de núcleos de atendimento nas regiões administrativas, aproximando os serviços das usuárias.

Outra iniciativa aprovada foi a institucionalização de instâncias permanentes de participação social, como a realização regular de conferências regionais e a reativação do Conselho dos Direitos da Mulher, garantindo que haja controle social efetivo e diálogo constante entre sociedade civil e governo.

Além disso, o DF sugeriu a integração da perspectiva de gênero no planejamento de todas as secretarias setoriais: por exemplo, que o orçamento distrital adote a transversalidade de gênero, destinando verbas para ações em saúde, educação, trabalho e segurança com recorte específico para mulheres.

Essa série de propostas demonstra um esforço das participantes em consolidar as políticas de gênero como política de Estado – dotada de recursos, estrutura e permanência –, prevenindo retrocessos e assegurando que os compromissos firmados em conferência se traduzam em mudanças reais e sustentáveis na vida das mulheres.

Desafios

Insuficiência de recursos e fragilidade institucional

As mulheres do Distrito Federal identificaram desafios institucionais significativos que dificultam a plena implementação das políticas para as mulheres. O subfinanciamento crônico das pastas e órgãos responsáveis pela agenda de gênero foi apontado como um entrave central – muitas ações esbarram na escassez de verbas e na falta de prioridade orçamentária.

Essa limitação financeira soma-se à estrutura institucional frágil: órgãos com equipes reduzidas, ausência de unidades em regiões fora do Plano Piloto e alta rotatividade de gestores comprometem a continuidade dos programas. Observou-se também uma falta de integração mais forte entre as diversas áreas governamentais; apesar de existir uma compreensão da transversalidade de gênero, na prática ainda há fragmentação das iniciativas e dificuldade em coordenar esforços entre saúde, educação, assistência e segurança.





Outro aspecto mencionado foi a descontinuidade administrativa: mudanças de governo frequentemente trazem dismantelamento ou rebaixamento das estruturas de políticas para mulheres, fazendo com que projetos não tenham tempo suficiente para maturar.

Esse contexto institucional instável configura um desafio de primeira ordem: sem estrutura consolidada e recursos garantidos, muitas das propostas inovadoras dificilmente se transformarão em políticas efetivas.

Persistência de barreiras culturais e desigualdades de gênero

Paralelamente aos obstáculos institucionais, as conferências do DF ressaltaram desafios culturais profundos. Foi consenso entre as participantes que, apesar de avanços legais, ainda permanece enraizado o machismo na sociedade, manifestando-se em atitudes cotidianas, na resistência de setores conservadores a discutir gênero nas escolas e na naturalização de certos tipos de violência e discriminação.

Por exemplo, muitas mulheres relataram dificuldades em acessar direitos reprodutivos devido a julgamentos morais de profissionais de saúde ou sofreram tentativas de desacreditá-las em denúncias de violência devido a estereótipos de gênero. Essa persistência de padrões socioculturais desiguais resulta na responsabilização quase exclusiva das mulheres pelo trabalho doméstico, na pouca participação dos homens nos cuidados familiares e na sub-representação feminina em espaços de poder – situações que são culturalmente vistas como “normais” por parte da população.

As participantes identificaram que mudar essas mentalidades é um processo lento e complexo, mas imprescindível. Ou seja, junto às políticas concretas, há o desafio de promover uma mudança de comportamento e valores, combatendo preconceitos e tornando inaceitáveis práticas antes toleradas.

Esse é um obstáculo transversal, pois influencia desde a aceitação das políticas públicas até a efetividade das leis: enquanto persistirem visões patriarcais, a implementação de muitas medidas encontrará resistências ou será mitigada no dia a dia.





Transversalidade com eixos temáticos

No Distrito Federal, os debates mantiveram estreito diálogo com os eixos temáticos nacionais da 5ª CNPM, frequentemente abordando-os de forma integrada. Observou-se que alguns eixos ganharam destaque particular – caso do eixo de Trabalho, emprego e autonomia econômica, muito presente nas conferências livres realizadas no DF, e do eixo de Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres, tratado como prioridade absoluta.

Ao mesmo tempo, ficou claro que nenhum dos temas foi discutido de maneira isolada: houve uma convergência transversal entre eles. Por exemplo, ao discutir o eixo de autonomia econômica, as participantes imediatamente conectavam a necessidade de políticas de cuidado (creches, divisão do trabalho doméstico), evidenciando a interdependência entre trabalho e cuidado.

Da mesma forma, os debates sobre saúde integral das mulheres incorporaram questões do eixo de direitos reprodutivos e sexuais, mas também tocaram no eixo de diversidade e interseccionalidade, ao destacar as disparidades de acesso sofridas por mulheres negras, indígenas e trans nos serviços de saúde.

Essa abordagem interligada mostrou que, no DF, os eixos temáticos foram trabalhados de maneira complementar: as propostas de participação política levaram em conta a necessidade de combater a violência política de gênero, articulando o eixo da política com o de enfrentamento da violência; as discussões de educação para igualdade dialogaram com o eixo de cultura e mudança de paradigmas; e até a agenda ambiental apareceu conectada, relacionando sustentabilidade e direitos das mulheres.

Em resumo, a experiência do Distrito Federal demonstrou que tratar os eixos temáticos de forma transversal enriquece as análises e soluções, garantindo que as políticas para as mulheres sejam abrangentes e integradas.





Goiás

Tendências emergentes

Interiorização dos serviços e alcance das políticas no estado

Em Goiás, uma tendência emergente clara foi a preocupação em levar as políticas para as mulheres a todo o território, superando a concentração de iniciativas na capital e grandes centros. As conferências evidenciaram que mulheres em municípios do interior frequentemente enfrentam dificuldade de acesso a serviços especializados – seja uma delegacia da mulher, uma casa-abrigo ou atendimento de saúde adequado.

Diante disso, emergiu a tendência de interiorização dos serviços de atendimento e proteção. Debates apontaram para a necessidade de criar estruturas regionais: delegacias especializadas e núcleos de atendimento multidisciplinar em cidades-polo, unidades móveis para atender áreas rurais e campanhas itinerantes de direitos nas comunidades mais afastadas.

Além disso, discutiu-se fortalecer as Secretarias Municipais de Políticas para Mulheres (ou instâncias equivalentes) nas cidades do interior goiano, garantindo capacitação de pessoal e recursos para ações locais.

Essa tendência revela uma mudança de direção importante: reconhece-se que a garantia de direitos não pode ficar restrita aos grandes centros, devendo chegar às mulheres do campo, da floresta e das pequenas cidades.

Assim, Goiás sinaliza novos caminhos para uma política estadual mais descentralizada e equitativa, em que nenhuma mulher tenha seus direitos limitados pela distância geográfica.

Empoderamento de mulheres rurais e acesso à terra e recursos

Outra tendência marcante em Goiás foi o foco no desenvolvimento socioeconômico das mulheres do meio rural. As conferências estaduais agruparam discussões que evidenciam novos rumos nessa área, ao reconhecerem tanto o papel das mulheres na produção agrícola familiar quanto às desigualdades que as afetam no campo.





Ganhou destaque a ideia de promover o acesso das mulheres à terra e ao crédito rural como forma de emancipação. Nesse sentido, as participantes ressaltaram a importância de integrar um recorte de gênero nas políticas agrárias: por exemplo, dando prioridade para mulheres (inclusive mulheres chefes de família e jovens rurais) em programas de regularização fundiária e distribuição de lotes agrícolas.

Também foi indicada a necessidade de reforçar a assistência técnica e extensão rural voltada às agricultoras, oferecendo formação em técnicas produtivas, gestão e comercialização, de modo a aumentar a autonomia e renda dessas mulheres.

A tendência inclui, ainda, valorizar o trabalho já desenvolvido por quilombolas, assentadas da reforma agrária e extrativistas no estado, garantindo visibilidade e apoio institucional a seus empreendimentos (cooperativas, feiras agroecológicas, etc.).

Ao lançar luz sobre as mulheres do campo, Goiás demonstra um alinhamento com a pauta nacional de desenvolvimento sustentável com igualdade: as conferências apontaram que fortalecer as mulheres rurais significa não só melhorar suas vidas, mas também impulsionar a economia local e promover a gestão sustentável dos recursos naturais sob uma perspectiva de gênero.

Saúde e direitos reprodutivos como prioridade estratégica

No estado de Goiás, verificou-se uma tendência de dar ênfase renovada à saúde das mulheres, especialmente aos direitos sexuais e reprodutivos. Diversos debates confluíram para destacar que a saúde feminina deve ser tratada como prioridade transversal, reconhecendo desigualdades e necessidades específicas.

Em particular, as conferencistas goianas chamaram atenção para a saúde reprodutiva: discutiu-se abertamente a importância de assegurar o acesso à informação e a serviços relativos ao planejamento familiar, contracepção e aborto legal.

Propostas inovadoras sugeriram incluir no currículo escolar temas de educação sexual e reprodutiva, combatendo a desinformação e reduzindo a gravidez indesejada na adolescência.

Além disso, emergiu a demanda de fortalecer a rede de atenção obstétrica e neonatal com um olhar humanizado, garantindo, por exemplo, casas da gestante para acolher mulheres do interior prestes a dar à luz, e equipes itinerantes de saúde para acompanhamento pré-natal em áreas remotas.





Também apareceu como tendência o enfrentamento da mortalidade materna com recorte racial e regional – reconhecendo que mulheres negras e do campo apresentam maiores riscos –, o que demanda ações específicas como protocolos de atendimento diferenciados e melhoria na referência de casos de alto risco para hospitais equipados.

A saúde mental das mulheres igualmente foi pauta: discutiu-se a carência de serviços psicossociais para mulheres em situação de violência ou depressão pós-parto no estado.

Essa ênfase geral sinaliza que Goiás está alinhado a uma visão estratégica onde saúde é base da igualdade: sem acesso pleno à saúde e sem autonomia sobre seu corpo, as mulheres permanecem em desvantagem nos demais campos.

Diversidade, inclusão e justiça nos espaços de poder

As conferências de Goiás mostraram uma tendência consistente de promover a diversidade e a representatividade de gênero e raça na gestão pública e nos espaços de decisão. As participantes reconheceram que a presença de mulheres – e particularmente de mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+ e de outras identidades marginalizadas – em cargos de liderança é crucial para a formulação de políticas mais equitativas.

Assim, emergiram propostas agrupadas em torno de ampliar a participação feminina e diversa nos espaços políticos e administrativos. Por exemplo, discutiu-se a implementação de políticas de cotas não apenas em candidaturas eleitorais (cumprindo a legislação de cotas de gênero nos partidos), mas também em conselhos estaduais e municipais, comissões e cargos comissionados, de modo a atingir a paridade de gênero e a inclusão racial nessas instâncias.

Houve destaque para medidas que garantam representatividade proporcional de mulheres negras, indígenas e de outros grupos vulnerabilizados na composição de organismos públicos.

Outra faceta dessa tendência foi o reconhecimento de que a inclusão deve vir acompanhada de ambientes seguros e livres de preconceito: foram debatidas ações de combate ao racismo institucional e ao assédio moral/sexual dentro das instituições, para que as mulheres consigam se manter e prosperar nas posições de liderança.

Em resumo, Goiás sinaliza uma virada em direção a uma gestão pública mais plural e justa, entendendo que a justiça social começa dentro das próprias estruturas de poder – e que





somente com mulheres diversas “na mesa” as políticas públicas atenderão efetivamente a toda a população feminina.

Fortalecimento da participação política e combate à violência institucional

Um conjunto de tendências emergentes em Goiás relaciona-se à busca por maior participação política das mulheres e à necessidade de enfrentar as barreiras institucionais e culturais que ainda as afastam da política.

Os debates indicaram que incentivar candidaturas femininas, por si só, não basta: é preciso garantir que as mulheres tenham condições de competir e exercer mandatos em igualdade de condições.

Assim, as conferências propuseram iniciativas como campanhas de incentivo ao voto em mulheres, formação de lideranças femininas nas comunidades e fiscalização rigorosa do cumprimento da legislação eleitoral que destina financiamento adequado às campanhas de candidatas.

Em paralelo, destacou-se a preocupação com a violência política de gênero: muitas participantes relataram casos de desqualificação, ataques pessoais e boicotes sofridos por mulheres em espaços partidários e sindicatos.

Como resposta, emergiu a tendência de criar mecanismos de proteção e apoio a essas mulheres, desde redes de solidariedade entre vereadoras, prefeitas e deputadas, até ouvidorias específicas para denunciar violência política.

Foram aventadas ideias inovadoras, como códigos de conduta nas câmaras municipais para coibir atitudes misóginas e a possibilidade de punições partidárias a filiados que pratiquem violência contra colegas de partido.

Essa tendência reflete uma tomada de consciência de que a democracia paritária exige remover obstáculos invisíveis: não basta abrir a porta para as mulheres entrarem na política, é preciso garantir que elas possam permanecer e influenciar sem serem silenciadas pelo machismo institucional.





Propostas

Combate à violência e interiorização da proteção

As propostas de Goiás no eixo da violência centram-se em expandir e fortalecer a rede de proteção às mulheres em todo o estado. Uma medida prioritária aprovada foi o fortalecimento das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, assegurando delegacias bem estruturadas em número suficiente e distribuídas regionalmente – com destaque para a criação de delegacias em cidades do interior atualmente desprovidas e para o funcionamento 24 horas dessas unidades, inclusive nos fins de semana.

Em complemento, sugeriu-se designar, nas localidades sem DEAM, equipes femininas treinadas em delegacias comuns para atender ocorrências de violência doméstica, garantindo acolhimento adequado onde quer que a mulher esteja.

Goiás também propôs a criação da Casa da Mulher Brasileira no estado (ou a conclusão de sua implementação), idealizada para Goiânia com capacidade técnica e recursos humanos completos, e estudou a viabilidade de unidades regionais deste modelo nas principais regiões (por exemplo, em cidades-polo do norte, sudeste e entorno do DF), facilitando o acesso das mulheres do interior a um atendimento integrado.

Houve recomendações para ampliar o número de abrigos temporários e casas de passagem, inclusive firmando convênios com prefeituras para manutenção de abrigos intermunicipais que atendam diversas cidades vizinhas.

Além da infraestrutura, as propostas goianas focaram em protocolos: elaboração de um Protocolo Estadual de Atenção às Vítimas de Violência, orientando desde o atendimento policial até o encaminhamento na rede de saúde e assistência, para padronizar ações e evitar falhas.

A capacitação contínua de policiais civis e militares, guardas municipais e equipes judiciais também foi indicada, visando humanizar o tratamento e conscientizar os profissionais sobre a Lei Maria da Penha e demais legislações.

Por fim, Goiás quer instituir um Observatório da Violência de Gênero estadual, para consolidar dados de ocorrências, emitir relatórios periódicos e subsidiar políticas preventivas – ferramenta fundamental para entender as dinâmicas regionais, como áreas rurais ou de fronteira agrícola onde a presença do Estado é menor e a vulnerabilidade feminina, maior.





Saúde da mulher e direitos reprodutivos

No âmbito da saúde, as propostas de Goiás buscaram assegurar que nenhuma mulher fique sem acesso a cuidados de qualidade, contemplando aspectos físicos e reprodutivos. Entre as ações aprovadas, está o fortalecimento da atenção básica com perspectiva de gênero: garantir que cada município tenha equipes de saúde da família treinadas para atender às demandas femininas (como planejamento familiar, identificação de sinais de violência e acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade).

Para reduzir desigualdades regionais, propôs-se equipar hospitais regionais com estrutura para parto humanizado e emergência obstétrica, diminuindo a necessidade de deslocamentos longos de gestantes de alto risco.

A preocupação com a mortalidade materna motivou a recomendação de criar um Comitê Estadual de Mortalidade Materna com recorte étnico-racial, que investigue os óbitos e aponte medidas preventivas, dado o índice preocupante especialmente entre mulheres negras e rurais.

No campo dos direitos sexuais e reprodutivos, Goiás destacou a importância de cumprir a legislação de aborto legal: foram sugeridas medidas como treinamentos para profissionais de saúde sobre como proceder nos casos previstos em lei e campanhas informativas para que as mulheres conheçam seus direitos nessas situações.

Além disso, planejou-se ampliar a oferta de métodos contraceptivos no SUS, incluindo DIU, implantes e contracepção de emergência, e integrar a saúde reprodutiva com a educação, por meio de parcerias entre escolas e unidades de saúde para palestras e distribuição de material educativo a adolescentes.

Também foram apresentadas propostas para a saúde mental: por exemplo, implantar serviços de atendimento psicossocial voltados a mulheres do meio rural (onde o isolamento social pode agravar quadros de depressão) e incluir nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) programas específicos para mulheres vítimas de violência.

Em síntese, Goiás delineou um conjunto robusto de ações para garantir o direito à saúde integral, reconhecendo que isso envolve desde a prevenção de doenças e mortes evitáveis até a garantia de autonomia das mulheres sobre seu corpo e sua mente.





Emprego, renda e inclusão produtiva

As propostas de Goiás para autonomia econômica das mulheres visam enfrentar tanto o desemprego urbano quanto a falta de oportunidades no meio rural. Uma iniciativa de destaque é a criação de um Programa Estadual de Qualificação e Emprego para Mulheres, com metas específicas de inserção feminina no mercado de trabalho.

Esse programa abrangeria cursos profissionalizantes gratuitos em áreas com alta demanda (tecnologia da informação, construção civil, agronegócio sustentável, entre outros), aliado a parcerias com empresas para estágios e primeiro emprego de mulheres, incluindo incentivos fiscais para empresas que contratarem e mantiverem mulheres em seus quadros.

Para as mulheres rurais, as conferências aprovaram propostas de assistência técnica e extensão rural com enfoque de gênero: equipes agrônomas, veterinárias e extensionistas mulheres percorrendo comunidades para capacitar agricultoras familiares, difundir técnicas de agroecologia e facilitar o acesso delas a crédito e insumos agrícolas.

Além disso, recomendou-se reforçar programas de compra institucional (como o Programa de Aquisição de Alimentos) com cotas ou critérios que favoreçam produtoras rurais, garantindo mercado para o que produzem.

No campo do empreendedorismo, Goiás propôs a criação de linhas de microcrédito orientado para negócios femininos, tanto urbanos quanto rurais, e o estabelecimento de feiras e incubadoras de negócios voltadas para mulheres, oferecendo capacitação em gestão, marketing e acesso a mercados.

Uma ideia notável foi a formulação de um Fundo Municipal da Mulher Empreendedora em municípios-piloto, alimentado por recursos locais e estaduais, para financiar pequenos projetos liderados por mulheres (como cooperativas de artesanato ou confecção) com baixo juro e acompanhamento de consultoras.

Complementarmente, surgiram propostas para promover igualdade nas políticas de trabalho existentes: por exemplo, garantir que programas de fomento ao agronegócio ou ao turismo interiorano tenham critérios de inclusão de mulheres, e monitorar a aplicação da legislação trabalhista no setor rural, combatendo a informalidade que atinge muitas trabalhadoras (boias-frias, pescadoras, etc.).

Com essas ações integradas, Goiás pretende remover barreiras estruturais – como falta de qualificação, crédito e apoio técnico – que mantêm muitas mulheres, em especial do interior, à margem do desenvolvimento econômico.





Educação para igualdade e cidadania

Nas conferências goianas, a educação apareceu como uma ferramenta chave para transformar realidades e reduzir desigualdades de gênero. As propostas aprovadas refletem um empenho em inserir a temática de gênero e direitos das mulheres na educação formal e informal. Foi destacado, por exemplo, implementar a Lei 13.935/2019 (que prevê psicólogos e assistentes sociais nas escolas) com recorte de gênero, de modo que profissionais capacitados possam trabalhar temas como violência doméstica, equidade e respeito no ambiente escolar.

No currículo, Goiás seguiu a tendência nacional de propor a inclusão de conteúdos de educação em direitos humanos, igualdade de gênero e diversidade desde o ensino fundamental, adaptando a abordagem a cada faixa etária.

Sugeriu-se que a Secretaria de Educação desenvolva material pedagógico localmente contextualizado – abordando, por exemplo, a contribuição histórica de mulheres goianas em diferentes áreas, para elevar a autoestima das alunas e desconstruir estereótipos regionais.

As conferencistas também ressaltaram a importância de educar para a prevenção das violências: recomendaram projetos escolares que abordem bullying de gênero, prevenção do assédio e valorização do respeito mútuo, inclusive com envolvimento das famílias e da comunidade.

Na educação de jovens e adultos (EJA), houve propostas para facilitar o retorno de mulheres aos estudos, como horários flexíveis e oferta de cuidadores/creches durante as aulas para mães estudantes.

Outra proposta inovadora foi promover espaços de formação política e cidadã para adolescentes do sexo feminino, seja via grêmios estudantis, seja em clubes de protagonismo juvenil, incentivando desde cedo habilidades de liderança e participação social.

Ao todo, as iniciativas educacionais de Goiás visam criar uma cultura de igualdade a longo prazo, formando novas gerações mais conscientes e garantindo que as mulheres, independentemente da idade, tenham acesso ao conhecimento necessário para exercer plenamente sua cidadania.





Paridade e participação das mulheres na política

Goiás apresentou um conjunto consistente de propostas para ampliar a participação feminina na política e nos espaços de decisão públicos. Uma delas foi instituir, no âmbito estadual, programas permanentes de formação de lideranças femininas, que englobem oficinas sobre sistema político, técnicas de campanha, comunicação e elaboração de políticas públicas, priorizando a participação de mulheres jovens, negras, indígenas e LGBTQIA+ dos municípios goianos.

Ademais, propôs-se criar um Observatório da Participação Política das Mulheres no estado, para acompanhar indicadores como número de candidatas, eleitas, nomeadas em cargos de confiança, e produzir relatórios que embasem novas ações afirmativas.

No campo legislativo, recomendou-se articular com a Assembleia Legislativa e câmaras municipais a elaboração de códigos de ética contra a violência política de gênero, prevendo punições para casos de assédio, constrangimento e discriminação contra parlamentares mulheres.

Outras iniciativas incluíram a promoção de campanhas publicitárias estaduais incentivando o engajamento político das mulheres – tanto como eleitoras conscientes quanto como candidatas –, desconstruindo mitos que muitas vezes desencorajam sua atuação (como a visão de que política “não é coisa de mulher”).

Além disso, Goiás apontou para a necessidade de aumentar a presença de mulheres também nos espaços de participação social: garantiu-se por meio de propostas que conselhos de políticas públicas e comitês estaduais tenham composição paritária de gênero, e que sejam reservadas vagas para representantes de diversidade (por exemplo, mulheres indígenas, quilombolas) nesses colegiados.

Em suma, as propostas demonstram um esforço não apenas para colocar mais mulheres na política institucional, mas também para mudar a cultura política, tornando-a mais inclusiva, segura e receptiva às pautas de igualdade.

Estrutura institucional e financiamento permanente

Cientes de que a efetivação das políticas depende de condições institucionais adequadas, as conferências de Goiás dedicaram propostas ao fortalecimento estrutural e financeiro dos mecanismos de políticas para mulheres.





Uma das principais foi a criação de um Fundo Estadual de Políticas para as Mulheres, com aportes do orçamento estadual e de emendas parlamentares impositivas, garantindo recursos contínuos para implementar as deliberações da conferência e apoiar iniciativas municipais.

Também se propôs elevar o status e a capacidade da estrutura governamental: transformar a atual gerência ou superintendência em uma Secretaria Estadual da Mulher (ou órgão equivalente de primeiro escalão), dotada de autonomia administrativa e equipe multidisciplinar (advogadas, psicólogas, assistentes sociais, pedagogas) para articular programas em todas as regiões.

Outra recomendação foi firmar pactos federativos junto ao governo federal e prefeituras goianas, de modo a aderir a programas nacionais (como a Casa da Mulher Brasileira) e viabilizar contrapartidas estaduais que potencializem resultados locais.

No tocante aos municípios, sugeriu-se condicionar repasses do estado na área social à existência de Organismos Municipais de Políticas para Mulheres ativos – incentivando, assim, que todas as prefeituras criem coordenadorias ou secretarias da mulher.

Para monitorar a execução das políticas, Goiás indicou a necessidade de um sistema de informações unificado sobre atendimento às mulheres, integrando dados de saúde, segurança e assistência, o que demanda investimento tecnológico e de pessoal.

Por fim, várias propostas salientaram a importância de tornar permanente o processo participativo: institucionalizar a Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres como evento regular (a cada 4 anos, por exemplo), com previsão no calendário oficial e logística assegurada, e fortalecer o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, garantindo representação de todas as regiões e apoio técnico para seu funcionamento.

Essas medidas visam criar um alicerce sólido e duradouro para as políticas de gênero em Goiás, minimizando a dependência de vontades políticas passageiras e assegurando que as ações previstas tenham respaldo material para se concretizarem.





Desafios

Cobertura desigual e acesso insuficiente no interior

Um dos desafios mais evidenciados em Goiás é a desigualdade territorial na implementação das políticas para as mulheres. Devido à extensão do estado e à concentração de serviços na capital e em algumas cidades maiores, mulheres que vivem no interior, especialmente em áreas rurais ou em municípios de pequeno porte, enfrentam grandes dificuldades para acessar apoio quando precisam.

As conferências relataram que muitas mulheres do campo percorrem dezenas de quilômetros para encontrar uma delegacia ou um centro de atendimento especializado – isso quando conseguem fazê-lo. Essa realidade reflete a presença insuficiente do Estado em regiões remotas, o que acarreta situações de desamparo: casos de violência não denunciados por falta de estrutura local, baixa cobertura de programas de saúde da mulher e dificuldade de participação em cursos de qualificação que quase sempre ocorrem nos centros urbanos.

Esse cenário de disparidade regional foi reconhecido como um obstáculo crítico, pois amplia o abismo de oportunidades e proteção entre as mulheres goianas, dependendo de onde residem. Enfrentar essa desigualdade implica em custos logísticos e políticos, configurando um desafio tanto de planejamento (como alocar recursos para o interior) quanto de execução (manter profissionais qualificados em áreas afastadas, garantir transporte e comunicação eficientes, etc.). Superá-lo é fundamental para que as políticas para as mulheres tenham alcance universal no estado.

Fragilidade institucional e limites orçamentários

As participantes da 5ª Conferência em Goiás também apontaram os limites institucionais como um grande desafio. Embora haja vontade política expressa em muitos momentos, na prática os órgãos responsáveis pelas políticas para as mulheres ainda operam com estrutura insuficiente, orçamento exíguo e baixa capilaridade. Foi mencionado que a unidade governamental encarregada da pauta de gênero carece de equipe própria robusta e muitas vezes depende de projetos pontuais.





Além disso, a falta de um fundo específico ou de dotação orçamentária adequada faz com que as ações sejam vulneráveis a cortes e oscilações econômicas. Essa fragilidade estrutural resulta em descontinuidades e morosidade na implementação de propostas: resoluções de conferências anteriores que não saíram do papel, conselhos municipais que existem legalmente mas estão inativos por falta de apoio, e assim por diante.

Outro aspecto é a falta de institucionalização de certas políticas: por exemplo, muitos programas para mulheres funcionam como iniciativas de governo, e não como políticas de Estado, podendo ser desmantelados em mudanças administrativas.

Em Goiás, isso foi identificado como um entrave-chave, pois sem instituições sólidas e recursos garantidos, as demandas levantadas correm o risco de não se efetivar. Em suma, construir capacidade institucional – em termos de pessoas, orçamento e reconhecimento legal – é um desafio urgente a ser enfrentado, sob pena de as melhorias conquistadas ficarem aquém do necessário ou não se sustentarem no longo prazo.

Padrões socioculturais discriminatórios

Assim como em outras regiões, Goiás enfrenta profundos desafios culturais no que diz respeito à igualdade de gênero. As conferências ressaltaram que ideias conservadoras e estereotipadas acerca do papel da mulher estão arraigadas na sociedade, impactando tanto as relações familiares quanto as políticas.

Foi citado, por exemplo, que em algumas comunidades do interior persiste a expectativa de que mulheres não devam ocupar certos espaços (como lideranças políticas ou gerências de fazenda) e que assuntos como violência doméstica sejam tratados como “problema de família”, longe da intervenção do Estado.

Há também resistência de grupos religiosos ou tradicionais em discutir gênero nas escolas ou em apoiar políticas de saúde reprodutiva, o que gera polarização e dificulta a implementação de programas nessas áreas.

Além disso, a naturalização do machismo resulta em baixa denúncia de violências – muitas mulheres ainda sentem medo ou vergonha de procurar ajuda, por medo de julgamento social. Essas barreiras culturais formam um círculo vicioso, perpetuando a subordinação feminina e a tolerância à desigualdade.

As participantes reconheceram que transformar mentalidades é um dos maiores obstáculos, pois envolve confronto de valores e desconstrução de privilégios arraigados. Entretanto,





também notaram sinais de mudança: gerações mais jovens e movimentos sociais têm trazido novos debates que começam a penetrar mesmo em espaços antes fechados.

Ainda assim, romper com preconceitos e tradições excludentes permanece um desafio contínuo, que exige educação, diálogo comunitário e persistência para que as políticas tenham respaldo e efetividade em todo o estado.

Transversalidade com eixos temáticos

As discussões em Goiás mostraram forte alinhamento com os eixos temáticos da 5ª CNPM, evidenciando uma abordagem interconectada das pautas. Frequentemente, as propostas estaduais trataram de mais de um eixo simultaneamente, demonstrando compreensão de que os desafios se entrelaçam.

Por exemplo, ao abordar o eixo de violência contra as mulheres, as conferências goianas conectaram-no diretamente com o eixo de acesso à justiça e segurança pública, levantando questões como a falta de estrutura policial no interior (um problema de segurança) que agrava a impunidade em casos de violência de gênero.

De forma semelhante, o eixo de trabalho, emprego e autonomia econômica apareceu vinculado ao eixo de educação e cultura para igualdade – ficou claro nos debates que melhorar as oportunidades de trabalho para as mulheres rurais requer investir em educação técnica e em mudança cultural nas comunidades para aceitar mulheres em novas funções produtivas.

Os eixos identitários, como o de diversidade e interseccionalidade, também não foram tratados separadamente: pelo contrário, foram incorporados dentro dos demais. Em Goiás, praticamente todas as discussões de saúde, trabalho ou violência incluíram o recorte de raça, etnia e orientação sexual, garantindo que as especificidades de mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+ ou com deficiência fossem consideradas em cada política setorial.

Observou-se ênfase especial no eixo de participação política e fortalecimento dos conselhos, refletindo um esforço consciente de transversalizar o tema da democracia paritária em vários debates – desde propostas para mulheres nos sindicatos agrícolas (misturando participação política com eixo econômico) até sugestões de inserir mulheres de diferentes grupos nos conselhos de saúde e educação (misturando participação com diversidade e com as áreas fim).





Goiás demonstrou uma aplicação prática da transversalidade dos eixos: nenhum tema foi discutido em compartimento estanque. Essa abordagem integrada garantiu que as recomendações finais estivessem coerentes com a visão holística proposta nacionalmente, onde promover a igualdade de gênero implica atuar simultaneamente em múltiplas frentes de maneira coordenada.

Mato Grosso

Tendências emergentes

Interiorização das ações e alcance às comunidades tradicionais

No Mato Grosso, um estado de vastas dimensões, emergiu fortemente a tendência de descentralizar e interiorizar as políticas públicas para as mulheres, alcançando populações rurais, indígenas e comunidades tradicionais espalhadas pelo território. As conferências mato-grossenses destacaram que a concentração de serviços na capital (Cuiabá) e em alguns polos regionais deixa grandes vazios de atendimento.

Assim, delineou-se como nova direção a criação de estruturas móveis e locais de atendimento: propôs-se, por exemplo, unidades móveis (ônibus da mulher) que percorram periodicamente municípios do interior para oferecer orientação jurídica, atendimento psicossocial e informações sobre direitos.

Além disso, discutiu-se estabelecer parcerias com organizações comunitárias em áreas remotas, capacitando lideranças locais (agentes de saúde, professoras, lideranças indígenas) para atuarem como multiplicadoras de políticas de gênero e pontos focais de denúncia e apoio inicial.

Essa tendência inclui também a valorização do conhecimento das comunidades: as políticas planejadas devem respeitar e dialogar com as realidades culturais locais – seja adequando línguas de comunicação (tradução para línguas indígenas quando necessário), seja reconhecendo práticas tradicionais úteis (como redes de solidariedade entre mulheres quilombolas) e integrando-as às ações oficiais.





Ao enfatizar a interiorização, Mato Grosso indica uma mudança estrutural: entende-se que a efetividade das políticas de gênero depende de chegar às mulheres onde elas estão, garantindo acesso equânime independentemente da localização geográfica.

Proteção às mulheres indígenas e diversificação da abordagem cultural

Uma tendência inovadora observada no Mato Grosso foi a incorporação consistente das pautas de mulheres indígenas e de outras comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhas, pantaneiras) nas discussões principais. O estado, que abriga diversas etnias indígenas e comunidades isoladas, viu emergir nas conferências a demanda por políticas desenhadas com e para essas populações.

Uma das direções apontadas é a criação de espaços específicos de acolhimento, como a proposta de estabelecer Casas da Mulher Indígena em áreas estratégicas (próximas a grandes aldeias ou terras indígenas), onde mulheres indígenas possam receber atendimento de saúde especializado, apoio em casos de violência e ações de valorização cultural, tudo num ambiente respeitoso às suas tradições.

Além disso, os debates ressaltaram a importância de profissionais indígenas ou bilíngues nas equipes de atendimento – uma forma de superar barreiras linguísticas e de confiança.

Essa tendência também abrangeu a proteção de conhecimentos e modos de vida: políticas de incentivo à geração de renda para mulheres indígenas e tradicionais consideraram elementos como artesanato, manejo sustentável e turismo de base comunitária, reconhecendo as mulheres como guardiãs da cultura e do meio ambiente.

Mato Grosso delineou uma perspectiva segundo a qual não há justiça de gênero sem justiça étnica e cultural. Integrar plenamente mulheres indígenas e tradicionais nas políticas públicas, garantindo respeito às suas identidades e participação ativa na formulação das ações, despontou como um novo horizonte para se construir igualdade em um contexto multicultural.

Fortalecimento e expansão da rede de enfrentamento à violência

Tal como em outras regiões, também em Mato Grosso consolidou-se uma tendência de ampliar e aprimorar os mecanismos de enfrentamento à violência contra as mulheres. No contexto mato-grossense, isso ganhou contornos próprios: os debates agruparam temas que





indicam a necessidade de novas estratégias diante de desafios como extensas áreas rurais, comunidades isoladas e fronteiras agrícolas.

Surgiram propostas para levar serviços especializados de violência a lugares hoje desassistidos – por exemplo, implementar salas lilás ou núcleos de atendimento à mulher em delegacias comuns do interior, equipando-as com kit de exame, profissionais treinados e ligação direta com a central de Cuiabá via internet.

Também se enfatizou a integração entre setores: confecção de um fluxo intersetorial estadual que una segurança, justiça, saúde e assistência na prevenção e resposta à violência, garantindo que uma denúncia feita numa unidade de saúde rural chegue rapidamente às autoridades policiais e resulte em medidas protetivas efetivas.

Uma novidade nas discussões foi o uso de tecnologia e comunicação para cobrir distâncias – por exemplo, a criação de um aplicativo estadual onde mulheres possam pedir ajuda discretamente, mesmo em fazendas distantes, e acionar redes locais de proteção.

Ademais, considerou-se fundamental a capacitação contínua das forças de segurança em localidades de fronteira agrícola (onde o patriarcado tradicional é forte), para que policiais atuem de forma sensível e sem reproduzir preconceitos.

As mato-grossenses reivindicam que o combate à violência adote um caráter capilarizado e proativo, atingindo tanto a vítima urbana quanto a mulher que vive em assentamentos rurais ou terras indígenas. A mensagem central é que nenhuma mulher pode ficar sem amparo devido a barreiras geográficas ou culturais.

Empreendedorismo feminino e cooperativismo como vias de autonomia

No campo econômico, Mato Grosso apontou a tendência de fomentar o empreendedorismo e o cooperativismo feminino como estratégias para impulsionar a autonomia das mulheres. Percebeu-se que, num estado com forte vocação agrícola e também industrial (especialmente no agronegócio), há oportunidades para inserir mais as mulheres nas cadeias produtivas, desde que se criem mecanismos de apoio e inclusão.

As conferências trouxeram exemplos exitosos de cooperativas de mulheres (em áreas como produção de alimentos, artesanato têxtil, biojoias e reciclagem) que poderiam ser replicados e ampliados com suporte técnico.





Assim, emergiu a ideia de um programa estadual de promoção de negócios femininos solidários, que ofereceria consultoria em gestão, auxílio em marketing e facilitação para que produtos de cooperativas de mulheres fossem inseridos em compras governamentais (merenda escolar, por exemplo) ou em feiras e mercados maiores.

Outra vertente foi o estímulo à inovação e startup liderada por mulheres jovens: vislumbrou-se parcerias com universidades e o setor privado para incubar projetos de tecnologia e sustentabilidade propostos por empreendedoras, conectando a pauta de inovação tecnológica com a de igualdade de gênero.

Essa tendência também dialoga com a diversidade: propôs-se priorizar mulheres de comunidades tradicionais nesses programas, por exemplo, apoiando indígenas e quilombolas a agregarem valor a seus produtos (mel, artesanato, polpas nativas) e alcançarem novos nichos de mercado.

Em suma, Mato Grosso indica um caminho no qual o empreendedorismo feminino, seja individual, coletivo ou de base tecnológica, é visto como motor de emancipação, mitigando a dependência econômica que está na raiz de muitas desigualdades e violências.

Participação política local e formação de lideranças femininas

Outra tendência perceptível em Mato Grosso foi a intensificação dos esforços para incluir mais mulheres nos espaços de decisão política e comunitária, especialmente em nível local. Notou-se que em muitas comunidades do interior a liderança ainda é predominantemente masculina (seja na associação de moradores, no sindicato rural ou na câmara municipal), e mudar esse quadro requer ação proativa.

Assim, as conferencistas mato-grossenses agruparam propostas para formar lideranças femininas nas diversas regiões: capacitações itinerantes que percorram o estado ensinando sobre leis, orçamento público, técnicas de advocacia e administração pública para mulheres interessadas em atuar politicamente.

Além disso, foi tendência a criação de redes regionais de mulheres líderes, conectando vereadoras, secretárias municipais, presidentes de associações e conselheiras locais, para troca de experiências e fortalecimento mútuo.

Houve destaque para a importância de apoiar particularmente mulheres jovens e de minorias étnicas a ingressar na política, considerando as barreiras adicionais que enfrentam





– por exemplo, discutiu-se estabelecer uma espécie de mentoria onde mulheres políticas experientes apadrinhem novas candidatas de grupos sub-representados.

Também emergiu a preocupação em combater a violência política contra mulheres no contexto local: propôs-se que a Associação Mato-grossense dos Municípios e outras entidades elaborem cartas de compromisso e campanhas de conscientização para coibir práticas como perseguição e difamação de mulheres candidatas ou eleitas no interior.

Essa tendência em Mato Grosso revela um movimento de base: promover a democracia paritária desde as comunidades, entendendo que a presença feminina nos centros de poder municipal e regional é fundamental para que as políticas públicas tenham capilaridade e sejam sensíveis às necessidades das mulheres em todas as partes do estado.

Propostas

Rede de atendimento à mulher nas diversas regiões

As propostas de Mato Grosso refletem a urgência de construir uma rede abrangente de atendimento e proteção às mulheres que cubra todo o estado. Uma iniciativa central aprovada foi a criação de Centros de Referência da Mulher em várias regiões: estruturas descentralizadas que ofereçam atendimento psicológico, jurídico e social às mulheres vítimas de violência ou em situação de vulnerabilidade, reduzindo a dependência exclusiva de Cuiabá.

Sugeriu-se instalar esses centros em municípios estratégicos (pelo menos um por região geográfica), vinculados à Secretaria Estadual da Mulher, com equipes multidisciplinares itinerantes que possam também visitar cidades menores no entorno.

fortalecer a resposta imediata à violência, Mato Grosso propôs ampliar e equipar as Delegacias Especializadas de Defesa da Mulher (DEDM) existentes e criar novas unidades onde não houver – inclusive considerando a figura de “escritórios regionais” da delegacia que funcionem em parceria com prefeituras em cidades de médio porte.

Concomitantemente, recomendou-se investir na formação continuada de servidores (policiais, peritos, assistentes sociais, médicos) para padronizar procedimentos humanizados conforme protocolos nacionais e internacionais de atendimento a vítimas.





Outra proposta de destaque foi a implementação de um serviço de transporte e acolhimento para mulheres do interior: uma espécie de convênio com ambulâncias ou vans municipais que facilitem o deslocamento seguro de vítimas graves até abrigos ou hospitais de referência, quando necessário.

O estado também quer instituir um Sistema Integrado de Informação conectando delegacias, judiciário e serviços sociais, de modo que medidas protetivas concedidas pela justiça sejam imediatamente comunicadas à polícia local e monitoradas (especialmente importante em zonas rurais onde a comunicação é precária).

Por fim, Mato Grosso aprovou a adoção de campanhas educativas permanentes nas comunidades – rádios locais, igrejas, sindicatos – para divulgar a Lei Maria da Penha e encorajar denúncias, entendendo que em áreas remotas o silêncio ainda impera.

Essas propostas articuladas buscam consolidar uma rede efetiva e próxima da população, garantindo que toda mulher mato-grossense saiba a quem recorrer e tenha proteção acessível diante de qualquer forma de violência.

Saúde da mulher adaptada às realidades locais

As propostas na área de saúde em Mato Grosso enfatizam a necessidade de adaptar os serviços de saúde às realidades regionais e culturais do estado. Uma das principais recomendações foi desenvolver programas de saúde itinerante: equipes médicas e de enfermagem que periodicamente visitem aldeias indígenas, comunidades ribeirinhas e assentamentos rurais para oferecer pré-natal, exames ginecológicos, orientações sobre planejamento familiar e outros cuidados essenciais.

Foi proposto, por exemplo, instituir a figura da Unidade Móvel de Saúde da Mulher, equipada para realizar mamografia e exame preventivo (Papanicolau) no interior, onde a distância dos centros de diagnóstico leva muitas mulheres a não realizarem esses exames regularmente.

Em paralelo, Mato Grosso quer fortalecer a assistência obstétrica e neonatal descentralizada: ampliar as casas de parto normal em cidades do interior e garantir alas materno-infantis em hospitais regionais, para que gestantes de regiões distantes não fiquem desassistidas ou precisem viajar centenas de quilômetros no momento do parto.

Houve grande preocupação com a situação das gestantes indígenas: as conferências aprovaram a criação de vagas reservadas para parturientes indígenas em casas de gestante e





a contratação de intérpretes ou mediadoras culturais nesses locais, assegurando respeito às tradições durante o trabalho de parto e pós-parto (como a presença de parteiras tradicionais junto à equipe de saúde, se desejado).

No campo dos direitos reprodutivos, as propostas convergiram para ações educativas intensivas: material bilíngue português/línguas indígenas sobre métodos contraceptivos, campanhas sobre direitos sexuais nas escolas do campo e interior, e formação de agentes de saúde locais (incluindo parteiras e benzedeiras) para atuarem como aliadas na disseminação de informação correta.

Também houve destaque para a saúde mental: Mato Grosso quer implantar pelo menos um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) voltado a mulheres em cada região, capacitando equipes para lidar com traumas de violência, depressão pós-parto e outras questões, e utilizando tecnologias de telemedicina para dar suporte psicológico remoto em comunidades isoladas.

As propostas de saúde para o estado reconhecem sua diversidade e dispersão populacional, buscando soluções flexíveis e culturalmente sensíveis para garantir que todas as mulheres tenham cuidado adequado, do cerrado ao pantanal.

Autonomia econômica e fomento ao empreendedorismo

Visando reduzir a dependência econômica que muitas vezes aprisiona as mulheres em ciclos de violência e pobreza, Mato Grosso apresentou um conjunto de propostas para fomentar a autonomia econômica feminina. Uma delas é a criação de um Programa Estadual de Empreendedorismo Feminino, com execução descentralizada, que ofereça capacitação empresarial, assistência técnica e acesso facilitado a crédito.

Dentro desse programa, propôs-se estruturar incubadoras de negócios para mulheres nas principais cidades, inclusive com braços voltados a setores específicos: por exemplo, uma incubadora para beneficiamento de frutos do cerrado coordenada por mulheres extrativistas; outra para artesanato indígena, ajudando na padronização de qualidade e design para ampliar mercados.

O acesso ao crédito apareceu como ponto crucial: as conferências recomendaram parcerias com bancos públicos e cooperativas de crédito para criar linhas de microcrédito simplificado, sem exigência de garantias reais, combinadas com orientação financeira – assim, foi





sugerido que a Agência de Fomento local estabeleça um Fundo de Microcrédito Rosa, voltado a apoiar iniciativas geradoras de renda lideradas por mulheres de baixa renda.

No âmbito do trabalho formal, Mato Grosso propôs medidas para incentivar grandes empregadores (como empresas do agronegócio e indústrias do estado) a contratarem mais mulheres e a adotarem políticas internas de igualdade salarial e ascensão profissional, utilizando selos de certificação ou benefícios fiscais como estímulo para aquelas empresas que demonstrarem compromisso com a equidade de gênero.

Um destaque inovador foi a ideia de criar a “Casa da Mulher Empreendedora” – um centro físico multifuncional em Cuiabá, com extensão virtual, que concentraria serviços de apoio a empreendedoras: balcão de informações sobre abertura de empresas, mentoria com empresárias de sucesso, espaço para exposições/vendas de produtos de mulheres de todo o estado, e um núcleo de pesquisa de mercado para identificar oportunidades específicas para negócios femininos.

Também se abordou a situação das trabalhadoras informais e sazonais (muito comuns na colheita, turismo etc.): o estado planeja implementar programas de formalização e proteção social, de modo que boias-frias, artesãs e autônomas tenham acesso à previdência, seguridade em caso de maternidade e outros direitos, rompendo assim com a vulnerabilidade típica dessas ocupações majoritariamente ocupadas por mulheres.

Educação e capacitação com perspectiva de gênero

As propostas educacionais em Mato Grosso ressaltaram a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero na educação e na formação profissional como parte da estratégia de igualdade.

Foi aprovada a inclusão, nos planos estadual e municipais de educação, de diretrizes para educação para a igualdade de gênero, garantindo que as escolas implementem projetos anuais sobre temas como prevenção à violência, respeito à diversidade e divisão justa das responsabilidades domésticas.

Sugeriu-se que a Secretaria de Educação desenvolva programas de capacitação continuada de docentes para lidar com essas temáticas em sala de aula e enfrente eventuais resistências das comunidades através do diálogo e apresentação de resultados positivos (como a redução de casos de bullying e aumento do respeito mútuo).





Além do ensino regular, Mato Grosso deu atenção especial à educação profissional e tecnológica: recomendou-se expandir vagas e cursos técnicos para mulheres em áreas de alta empregabilidade (por exemplo, mecânica agrícola, tecnologia da informação aplicada ao agronegócio, gestão ambiental), com ofertas em polos regionais e bolsas de estudo para alunas de baixa renda.

Para as jovens mães e outras mulheres que interromperam os estudos, houve propostas de programas de recuperação escolar combinados com políticas de cuidado: por exemplo, ofertar creche noturna ligada a escolas de EJA, para que mães possam concluir o ensino fundamental/médio; e conceder bolsas-auxílio para mulheres participarem de cursos profissionalizantes intensivos.

Também não foram esquecidas as ações culturais e de mídia: as conferencistas sugeriram campanhas públicas (em rádio, TV local e redes sociais) que enalteçam exemplos de mulheres em profissões não tradicionais, que desafiem o imaginário comum – por exemplo, mostrando mulheres caminhoneiras, eletricistas, cientistas atuando no Mato Grosso – para inspirar jovens e quebrar estereótipos.

Ao implementar essas propostas, o estado pretende garantir que a formação educacional e profissional não reproduza discriminações, mas sim empodere as mulheres a perseguirem suas vocações e direitos plenamente, contribuindo para uma mudança de mentalidade na sociedade mato-grossense.

Participação social e controle das políticas

Mato Grosso também direcionou propostas para fortalecer a participação social e o controle das políticas públicas voltadas às mulheres. Reconheceu-se que, em um estado tão diverso, a presença ativa da sociedade civil é essencial para adaptar as políticas a cada contexto local e fiscalizar sua implementação.

Por isso, foi proposta a reativação e o apoio institucional aos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher em todas as cidades mato-grossenses, com previsão de orçamento mínimo, capacitação de conselheiras e integração desses conselhos em uma rede estadual articulada.

O estado aprovou a realização regular de fóruns regionais de mulheres – encontros periódicos em diferentes partes (Norte, Sul, Araguaia, Pantanal) reunindo lideranças comunitárias femininas, representantes de povos tradicionais e gestores públicos para





avaliar o andamento das ações de gênero e propor ajustes conforme as especificidades regionais.

Além disso, discutiu-se implementar plataformas digitais (ouvidorias online, aplicativos) para que qualquer mulher possa avaliar serviços e denunciar falhas anonimamente, alimentando uma base de dados que ajude na gestão e correção das políticas.

Também apareceu como proposta o acompanhamento legislativo: criação de uma Frente Parlamentar na Assembleia Legislativa dedicada aos direitos das mulheres, aberta à participação de movimentos sociais e órgãos de pesquisa, para monitorar leis e orçamentos, garantindo transparência e prioridade às pautas de gênero.

Por fim, Mato Grosso sugeriu a elaboração de relatórios anuais do governo com indicadores-chave de gênero (violência, emprego, saúde etc.), apresentados em audiência pública, de modo que a sociedade possa cobrar os resultados e as metas acordadas.

Essas medidas buscam assegurar que as políticas para as mulheres não só sejam bem formuladas, mas também efetivamente postas em prática e aprimoradas continuamente, com accountability e corresponsabilidade entre Estado e sociedade.

Desafios

Distâncias territoriais e falta de acesso nas áreas remotas

Mato Grosso enfrenta como um de seus maiores desafios a dificuldade de garantir atendimento em um território vasto e disperso. Muitas mulheres que vivem em áreas rurais distantes, comunidades ribeirinhas do Pantanal ou aldeias indígenas na Amazônia mato-grossense estão longe dos centros urbanos onde se concentram serviços essenciais.

Esse isolamento geográfico resulta em baixa cobertura de políticas públicas: desde profissionais de saúde que não chegam regularmente a essas localidades até a inexistência de delegacias ou mesmo sinal de telefone para pedir ajuda em caso de violência.

As conferências sublinharam que a logística para cobrir essas distâncias é custosa e complexa – há estradas precárias, regiões de difícil acesso apenas por rio, e uma baixa capilaridade da internet, o que agrava o hiato digital e informacional.





Esse desafio se traduz em desigualdade profunda de acesso: mulheres urbanas de Cuiabá e Rondonópolis têm muito mais opções de apoio do que mulheres de Conquista D'Oeste ou Santa Terezinha, por exemplo.

A superação desse obstáculo requer investimentos em infraestrutura (transportes, telecomunicações) e em soluções criativas (como pontos de apoio multiuso nas comunidades).

Trata-se de um desafio estrutural para o estado, pois sem encurtar essas distâncias – físicas e de acesso – muitas políticas bem-intencionadas acabam não alcançando quem mais precisa.

A complexa geografia mato-grossense impõe desafios únicos de interiorização das políticas, e enfrentá-los é crucial para a efetividade de qualquer ação voltada às mulheres.

Recursos escassos e descontinuidade administrativa

Outro desafio apontado em Mato Grosso é a escassez de recursos e a descontinuidade na gestão das políticas para as mulheres. Historicamente, a pauta de gênero no estado sofreu altos e baixos conforme a administração vigente, sem conseguir ainda se consolidar plenamente como prioridade permanente.

As participantes relataram que muitas vezes faltam verbas dedicadas: os programas existem no papel, mas não dispõem de orçamento suficiente para serem implementados em todo seu potencial ou para chegar ao interior. Por exemplo, projetos de empreendedorismo que começam pilotos em uma cidade não conseguem escala por falta de financiamento contínuo.

Aliado a isso, há descontinuidade e rotatividade – órgãos governamentais passam por reestruturações frequentes, programas iniciados por um governo são desmobilizados pelo seguinte, e os conselhos de direitos sofrem com troca constante de representantes e falta de apoio técnico.

Esse vai-e-vem compromete a confiança e o engajamento da sociedade civil, que por vezes se sente desmotivada ao ver propostas recorrentes não avançarem na prática. A falta de planejamento de longo prazo e de institucionalização legal de certas políticas (como a inexistência de um Plano Estadual de Políticas para as Mulheres com metas e orçamento plurianual) torna as ações vulneráveis a cortes e mudanças de prioridade.





Em resumo, a fragilidade financeira e política é um sério obstáculo em Mato Grosso: sem garantia de recursos e continuidade, mesmo iniciativas bem estruturadas podem não prosperar. Enfrentar esse desafio requer decisões estratégicas – como alocar dotação orçamentária mínima obrigatória para a área, criar leis que blindem programas essenciais de desmonte e construir consensos suprapartidários em torno da agenda de igualdade de gênero.

Resistências culturais e patriarcado enraizado

Mato Grosso, assim como outros estados, lida com profundas resistências culturais que dificultam a implementação efetiva de algumas políticas para as mulheres. Em regiões onde o patriarcado tradicional é forte – como comunidades agropecuárias conservadoras ou certas aldeias indígenas com papéis de gênero rígidos – há uma tendência de rejeição inicial a mudanças que afetem a dinâmica de poder entre homens e mulheres.

As conferências relataram, por exemplo, casos de lideranças locais que desestimulam a participação de mulheres em cursos ou programas, considerando que o lugar da mulher deve permanecer restrito ao lar.

Há também tabus persistentes: falar de violência doméstica abertamente pode ser visto como “lavar roupa suja em público”, educação sexual enfrenta objeções morais, e mesmo em contextos urbanos parte da população ainda reage negativamente a pautas como direitos reprodutivos (acusando-as de incentivar práticas contrárias à religião).

Além disso, preconceitos contra mulheres de certos grupos são notáveis – por exemplo, relatos de discriminação contra mulheres indígenas que buscam atendimento nas cidades, ou contra mulheres trans em serviços de saúde.

Esses fatores culturais criam um ambiente onde as desigualdades são naturalizadas, e políticas emancipadoras podem encontrar boicote sutil ou explícito. As participantes reconheceram esse contexto como um dos mais desafiadores, pois mudar mentalidades não ocorre de forma imediata.

Ainda assim, enfatizaram a necessidade de persistir em ações educativas e de envolvimento dos homens e das comunidades nas discussões. Quebrar o machismo enraizado e as visões tradicionais limitantes é um desafio contínuo em Mato Grosso, sem o qual as conquistas legais e institucionais correm o risco de não produzir transformações reais na vida cotidiana das mulheres.





Transversalidade com eixos temáticos

As conferências de Mato Grosso demonstraram um alinhamento consistente com os eixos temáticos da 5ª CNPM, explorando as interconexões desses eixos no contexto estadual. De modo geral, percebeu-se um tratamento integrado e transversal dos temas: raramente discutiu-se um eixo sem referenciar outro.

Por exemplo, o eixo de desenvolvimento sustentável com igualdade ganhou relevo especial em MT, dada a importância do debate sobre mulheres rurais, do campo e da floresta – esse tema foi frequentemente associado ao eixo de trabalho e autonomia econômica, evidenciando que fomentar a sustentabilidade ambiental e econômica nas comunidades tradicionais passa necessariamente por empoderar as mulheres dessas comunidades.

Da mesma forma, as pautas do eixo de enfrentamento de todas as formas de violência foram combinadas com reflexões do eixo de acesso à justiça e interiorização de serviços: ficou claro nos debates que combater a violência requer ao mesmo tempo reforçar a presença do Estado (delegacias, julgados) nas diversas regiões, integrando assim dois campos.

Outro aspecto notável foi a transversalidade do eixo de diversidade e interseccionalidade; em Mato Grosso, questões de raça, etnia e localização (urbana/rural) atravessaram praticamente todos os debates.

Não houve discussão sobre saúde, educação ou trabalho que não considerasse as disparidades vividas por mulheres indígenas, quilombolas ou de outras comunidades – essa transversalidade garantiu que os eixos identitários fossem trabalhados conjuntamente com os eixos funcionais.

Observou-se também um diálogo forte com o eixo de participação política e controle social: as conferências mato-grossenses frequentemente amarraram as propostas setoriais a estratégias de participação, ou seja, ao discutir um programa de saúde, já se pensava em como incluir mulheres locais no seu monitoramento; ao propor uma ação econômica, destacava-se o papel de coletivos de mulheres em sua execução.

Em síntese, os eixos temáticos no Mato Grosso não foram abordados como caixas separadas, mas entremeados de forma dinâmica, reforçando a compreensão de que avanços em um eixo dependem e potencializam avanços nos demais. Tal abordagem integrada no estado





contribuiu para uma visão de políticas mais coerentes e adequadas à realidade multifacetada das mulheres mato-grossenses.

Mato Grosso do Sul

Tendências emergentes

Visibilidade e inclusão das mulheres indígenas, quilombolas e tradicionais

No Mato Grosso do Sul, uma tendência emergente de grande relevância foi a busca por dar visibilidade e atendimento específico às mulheres indígenas, quilombolas, ciganas e de outras comunidades tradicionais.

O estado, que abriga populações indígenas significativas (como Guarani-Kaiowá, Terena) e comunidades quilombolas, historicamente viu essas mulheres relegadas a um segundo plano nas políticas públicas.

Nas conferências sul-mato-grossenses, contudo, suas vozes ecoaram fortemente, indicando novos rumos. Ganhou destaque a ideia de criar espaços e programas adaptados às suas realidades.

Por exemplo, foi proposta a implementação de uma Casa da Mulher Indígena na região de Dourados (que concentra aldeias importantes), concebida para oferecer acolhimento, apoio jurídico e culturalmente adequado às mulheres indígenas vítimas de violência ou em situação de vulnerabilidade.

Além disso, evidenciou-se a tendência de incluir representantes dessas comunidades em instâncias decisórias: foi defendido que conselhos e comitês tenham assentos reservados para mulheres indígenas e quilombolas, garantindo sua participação na elaboração e acompanhamento das políticas que lhes dizem respeito.

Essa tendência indica uma mudança de paradigma, onde as mulheres de identidades coletivas específicas deixam de ser invisíveis e passam a ser reconhecidas como sujeitas centrais das políticas de gênero.





O Mato Grosso do Sul sinaliza, assim, uma orientação inclusiva: combater a desigualdade de gênero passa também por enfrentar o racismo, a marginalização histórica e valorizar os saberes e necessidades particulares dessas mulheres.

Autonomia econômica e empreendedorismo feminino

As conferências de Mato Grosso do Sul apresentaram como tendência marcante o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres por meio do empreendedorismo e da geração de renda.

Diante de um cenário estadual que combina atividades agropecuárias, turismo e comércio fronteiriço, delineou-se um novo enfoque de inserir mais as mulheres nessas dinâmicas econômicas.

Uma ideia que ganhou corpo foi a de programas públicos de incentivo ao empreendedorismo feminino, facilitando crédito e capacitação. Sugeriu-se, por exemplo, implementar incubadoras regionais para pequenos negócios liderados por mulheres, como cooperativas de artesanato terena, produção de doces caseiros tradicionais, confecções e serviços de turismo de experiência em comunidades rurais.

Também emergiu a proposta de simplificar a formalização de empreendimentos femininos: redução de burocracia, orientação gratuita sobre MEI e a criação de um selo estadual para destacar produtos feitos por mulheres, aumentando sua visibilidade no mercado.

Uma nuance interessante dessa tendência foi a ênfase na inclusão de mulheres em setores típicos da região: turismo de pesca e ecológico (com treinamentos para que mulheres atuem como guias, por exemplo), agronegócio familiar (incentivando mulheres assentadas a participarem de agroindústrias locais) e comércio internacional de pequena escala nas fronteiras (habilitando microempreendedoras a aproveitar as oportunidades legais do comércio fronteiriço).

O estado também debateu ações afirmativas na economia: destacou-se a aprovação de cotas de gênero e raça em editais e contratos públicos, de forma a priorizar empresas lideradas por mulheres, especialmente negras e indígenas, nas compras governamentais e serviços terceirizados do estado.

Em síntese, a tendência indica que Mato Grosso do Sul está direcionado a romper barreiras de acesso ao mercado de trabalho e negócios, entendendo que a independência financeira é fundamental para empoderar as mulheres e promover igualdade.





Ampliação da rede de proteção e foco em áreas de fronteira

Outra tendência emergente em Mato Grosso do Sul foi o aprimoramento da rede de proteção às mulheres, com atenção especial às áreas de fronteira e regiões rurais. O estado, que faz divisa com Paraguai e Bolívia, reconheceu nas conferências que as mulheres em zonas fronteiriças enfrentam desafios agravados – desde tráfico de pessoas até dificuldade de acesso a serviços devido à distância dos grandes centros.

Delineou-se como direção nova o desenvolvimento de estratégias específicas de segurança e proteção nas faixas de fronteira: por exemplo, propôs-se a criação de núcleos especializados vinculados às Delegacias da Mulher em cidades fronteiriças (como Ponta Porã, Corumbá) para tratar de crimes transnacionais que afetam mulheres (tráfico, exploração sexual, violência ligada ao narcotráfico), com capacitação bilíngue de equipes e cooperação internacional.

Além disso, as conferencistas sul-mato-grossenses agruparam reflexões indicando a necessidade de expandir a rede de atendimento no interior como um todo, o que inclui abrir novos serviços onde inexistem e melhorar a infraestrutura dos existentes.

Foi recorrente a demanda pela interiorização da Casa da Mulher Brasileira – isto é, após a instalação na capital, levar unidades adaptadas ou ao menos núcleos integrados para outras cidades-polo.

Também se debateu a inclusão de transporte e comunicação como parte da proteção: em áreas rurais, pensar em soluções como rádios comunitárias para alertar sobre serviços, criação de pontos de apoio em postos de saúde para acolher denúncias e articular resgates quando necessário.

Essa tendência demonstra que o MS busca abranger nuances geográficas em sua política de enfrentamento à violência, reconhecendo que variáveis como localização fronteiriça, ruralidade e isolamento influenciam no tipo de resposta requerida.

Assim, a rede de proteção almejada para o futuro próximo é mais capilar, especializada e atenta às particularidades locais.

Planejamento institucional e integração das políticas

Mato Grosso do Sul também evidenciou uma tendência voltada ao aperfeiçoamento institucional e à integração das políticas de gênero no aparato estatal. Depois de anos de





enfraquecimento da estrutura de políticas para mulheres no nível federal e estadual, as conferências sul-mato-grossenses destacaram a necessidade de retomar o planejamento e dar caráter permanente às ações.

Uma das direções apontadas foi a elaboração participativa de um Plano Estadual de Políticas para as Mulheres atualizado, alinhado às deliberações da 5ª CNPM, com objetivos, metas e orçamento definidos para os próximos anos – garantindo, assim, continuidade mesmo diante de possíveis trocas de governo.

Além disso, debateu-se a importância de integrar a perspectiva de gênero no planejamento de todas as secretarias: foi tendência propor a criação de um comitê intersetorial no governo, envolvendo saúde, educação, segurança, assistência, agricultura, para coordenar ações e evitar sobreposições ou lacunas.

Observou-se também que a coleta de dados e monitoramento é frágil, o que levou à tendência de estruturar um Observatório Estadual da Mulher, consolidando indicadores e avaliando em tempo real o andamento das políticas (desde índices de violência até alcance de programas de crédito, por exemplo).

Essa tendência reflete uma preocupação em institucionalizar e profissionalizar a gestão da agenda de gênero: longe de depender apenas de esforços isolados, as políticas precisam estar embutidas no sistema de forma transversal.

Ao buscar essa integração, MS almeja maior eficiência e impacto das ações, bem como blindar as conquistas contra retrocessos. Em síntese, há um movimento de tornar a igualdade de gênero parte orgânica do planejamento governamental, fortalecendo mecanismos de controle social e accountability para assegurar que o que for decidido se traduza em resultados palpáveis.

Propostas

Serviços especializados e segurança nas fronteiras

As propostas de Mato Grosso do Sul para enfrentamento da violência priorizaram tanto a expansão de serviços especializados quanto abordagens específicas para contextos de fronteira.





Dentre as principais recomendações, destacou-se a necessidade de instalar Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher em todas as regiões do estado que ainda não dispõem de uma – com atenção especial às cidades de fronteira e às localidades onde os índices de violência de gênero são elevados.

Para as áreas fronteiriças como Corumbá e Ponta Porã, o MS propôs dotar as delegacias de infraestrutura e atribuições ampliadas, atuando em parceria com a Polícia Federal e organismos internacionais no combate ao tráfico de mulheres e meninas e outras violências transnacionais.

Complementando a rede policial, recomendou-se a implementação de pelo menos uma Casa da Mulher Brasileira no estado (em Campo Grande), integrada a um plano de interiorização via criação de Casas da Mulher Cidadã em cidades-polo (estruturas menores inspiradas no modelo da Casa da Mulher Brasileira, oferecendo acolhimento e serviços multidisciplinares).

Outra proposta chave foi fortalecer a articulação entre os serviços de segurança e saúde: por exemplo, garantir que hospitais e postos de saúde disponham de protocolos para notificar casos de violência e de profissionais treinados para prestar os primeiros cuidados e orientar as vítimas sobre seus direitos e locais de apoio.

O MS também propôs intensificar campanhas permanentes de combate ao assédio e à violência – tanto nas cidades quanto nas fazendas e aldeias – envolvendo rádios comunitárias, lideranças locais e materiais em diferentes idiomas (português, guarani e espanhol, considerando a fronteira) para alcançar públicos variados.

Houve ênfase na melhoria do atendimento: sugeriu-se cursos obrigatórios de capacitação em gênero para policiais civis e militares, bem como a especialização de equipes do IML e perícia para lidarem com casos de violência sexual de forma humanizada.

Por fim, visando monitorar e aperfeiçoar as ações, Mato Grosso do Sul recomendou criar um Comitê Estadual de Segurança da Mulher, incluindo representantes governamentais e da sociedade civil, para analisar periodicamente dados de violência em cada região e propor ajustes nas estratégias – um mecanismo de gestão adaptativa crucial para um estado com realidades tão diversas.





Saúde integral e atenção às mulheres vulneráveis

No campo da saúde, as propostas sul-mato-grossenses buscaram garantir cobertura integral e equitativa para as mulheres, com foco naquelas em maior vulnerabilidade (seja pela localização, raça ou condição social). Uma forte recomendação foi estruturar um Programa Estadual de Saúde da Mulher Indígena, alinhado com os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) do estado, para assegurar atendimento qualificado às mulheres nas aldeias.

Esse programa prevê a formação de mais profissionais indígenas de saúde, a inclusão de parteiras e agentes indígenas no sistema oficial e a adequação dos protocolos de pré-natal e parto às culturas locais. Para as mulheres quilombolas e ribeirinhas, propôs-se ações similares de busca ativa e atendimento móvel, respeitando suas especificidades.

Houve um destaque para a redução da mortalidade materna, principalmente entre mulheres negras e indígenas: o MS aprovou a criação de um comitê estadual com enfoque interseccional para investigar óbitos maternos e sugerir intervenções, além de recomendar a ampliação de Casas da Gestante, Bebê e Puérpera próximas a hospitais de referência, de modo que mulheres de áreas remotas possam aguardar o parto com segurança e suporte.

Em relação à saúde sexual e reprodutiva, Mato Grosso do Sul enfatizou a garantia do direito ao aborto legal nos serviços de saúde – foi proposta a capacitação de equipes em todos os hospitais regionais para atendimento humanizado nos casos previstos em lei, bem como a divulgação para a população sobre esse direito (visto que muitas mulheres desconhecem que podem ter acesso em situações extremas).

Além disso, o estado pretende fortalecer a distribuição de métodos contraceptivos de longa duração (DIU, implantes) nos postos de saúde, priorizando municípios com altos índices de gravidez na adolescência.

A saúde mental também apareceu nas propostas: recomendou-se criar grupos de apoio e atendimento psicoterapêutico para mães de crianças com deficiência ou com doenças raras (mencionadas como “mães atípicas” nas conferências) e para mulheres em situação de prisão (visando ressocialização e vínculo familiar).

No tocante à prevenção, MS quer intensificar campanhas de educação em saúde nas escolas e comunidades, abordando temas como prevenção de IST/HIV, violência sexual e planejamento familiar de forma clara e adequada às faixas etárias.





Com esse conjunto, Mato Grosso do Sul visa uma política de saúde que alcance as mais vulneráveis e combata desigualdades que hoje se refletem em indicadores negativos para determinadas parcelas da população feminina.

Emprego, renda e ações afirmativas na economia

As propostas de Mato Grosso do Sul na seara econômica visam criar condições para que as mulheres alcancem independência financeira e oportunidades iguais no mundo do trabalho. Uma medida aprovada foi a introdução de ações afirmativas em programas de emprego e renda.

Por exemplo, a reserva de certa porcentagem de vagas para mulheres (especialmente negras e indígenas) em cursos de qualificação profissional oferecidos pelo governo estadual e em programas de primeiro emprego.

Também se propôs estabelecer metas de contratação feminina em setores onde elas são sub-representadas, como construção civil, forças de segurança ou tecnologia da informação, acompanhadas de incentivos às empresas que cumprirem essas metas.

Para valorizar a mão de obra feminina rural, o MS sugeriu a criação de um Selo de Equidade de Gênero no Agronegócio, a ser concedido a propriedades ou cooperativas que promovam treinamento, condições dignas e crescimento profissional para trabalhadoras rurais – um reconhecimento público para fomentar boas práticas no setor dominante da economia local.

Houve diversas propostas relacionadas ao microempreendedorismo feminino: além de facilitar crédito, o estado planeja oferecer assistência contábil e jurídica gratuita para mulheres abrirem ou regularizarem seus pequenos negócios (desde uma costureira formalizar seu ateliê até uma vendedora se tornar MEI).

Uma recomendação inovadora foi estimular a criação de redes de cooperativas de mulheres entre municípios, para ganho de escala e compartilhamento de recursos; por exemplo, conectar diversas cooperativas de agricultoras familiares de diferentes cidades para vender juntas a produção, conseguindo atender contratos maiores, como merenda escolar regionalizada.

No âmbito do serviço público, o MS propôs revisar seus editais e contratos com enfoque de gênero: incluir cláusulas que incentivem a participação de empresas lideradas por mulheres nas licitações e garantir, nos contratos de obras e serviços, medidas de combate ao assédio no ambiente de trabalho e promoção de igualdade salarial.





Por fim, reconhecendo o impacto da pandemia e crises econômicas recentes sobre as mulheres, foi sugerida a implementação de um plano de retomada econômica com recorte de gênero, prevendo apoio especial a empreendedoras informais que tiveram perdas, incentivo à contratação de mulheres chefes de família desempregadas e expansão de creches para possibilitar que mais mulheres retornem ao trabalho.

Essas propostas, em conjunto, delineiam uma estratégia de empoderamento econômico ativo, rompendo práticas discriminatórias e equipando as mulheres sul-mato-grossenses para prosperarem em pé de igualdade no mercado de trabalho.

Educação para a igualdade e mudança cultural

Conscientes de que a transformação profunda requer trabalhar as bases culturais, as conferencistas de Mato Grosso do Sul elaboraram diversas propostas na área de educação e cultura para a igualdade de gênero.

Uma prioridade identificada foi implementar a educação não sexista nas escolas: o estado pretende seguir as diretrizes nacionais e inserir conteúdos de gênero, raça e diversidade no currículo escolar, com a devida formação dos educadores.

Para tanto, recomendou-se a produção de material pedagógico complementar específico à realidade sul-mato-grossense – incluindo a história de mulheres líderes indígenas e pioneiras locais – para uso em salas de aula, a fim de oferecer referências positivas às crianças e jovens.

Além do currículo formal, MS quer levar a discussão para a comunidade: propôs-se realizar campanhas educativas de massa (teatro, rádio, redes sociais) desafiando estereótipos de gênero e disseminando mensagens de respeito e igualdade, especialmente em cidades pequenas onde a difusão de novas ideias enfrenta mais barreiras.

As propostas também englobam a formação de profissionais fora do sistema educacional: por exemplo, capacitações em equidade de gênero para servidores públicos de todas as áreas, de forma a criar um atendimento mais respeitoso e isento de preconceitos em setores como saúde, segurança e assistência social.

Outro ponto foi a valorização da participação masculina na mudança cultural: o MS sugeriu o desenvolvimento de projetos com homens e adolescentes para reflexão sobre masculinidades positivas, prevenção da violência e corresponsabilidade no cuidado – entendendo que incluir os homens é fundamental para desafiar o machismo estrutural.





Na esfera da mídia e cultura, recomendou-se incentivar produções e eventos que promovam a imagem das mulheres sem estereótipos: por exemplo, festivais de cinema com temática feminina, concursos literários sobre igualdade e apoio a artistas mulheres, especialmente indígenas e negras, para que ocupem espaços culturais e contem suas narrativas.

Com essas propostas, Mato Grosso do Sul demonstra o compromisso de agir na frente educacional e simbólica da igualdade de gênero, ciente de que leis e políticas são mais eficazes quando acompanhadas de mudança de mentalidades e comportamentos na sociedade.

Participação política e controle social

As propostas voltadas à participação política em MS reforçam o engajamento das mulheres nos processos decisórios e o fortalecimento do controle social das políticas. O estado pretende adotar medidas para garantir a paridade de gênero em conselhos e espaços participativos: foi aprovada a meta de 50% de mulheres na composição de conselhos estaduais (especialmente no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, mas também transversalmente em conselhos de saúde, educação, etc.), assim como estimular municípios a replicarem essa paridade em âmbito local.

No que diz respeito às eleições, MS apoiou iniciativas como campanhas públicas de incentivo às candidaturas femininas e, concomitantemente, ações rígidas de combate à violência política de gênero: por exemplo, a criação de uma Ouvidoria da Mulher na Assembleia Legislativa para receber denúncias de assédio e discriminação contra mulheres no ambiente político e recomendar sanções.

Para aumentar a qualificação, propôs-se a implementação de uma Escola de Lideranças Femininas ligada ao governo ou universidades, oferecendo cursos práticos sobre legislação, oratória, elaboração de políticas e gestão pública para mulheres interessadas em ingressar na política ou ocupar cargos de chefia.

Em termos de controle social, Mato Grosso do Sul reforçou a necessidade de apoio contínuo ao Conselho Estadual da Mulher, garantindo dotação orçamentária e equipe de apoio para suas atividades, e sugeriu a realização anual de plenárias regionais de avaliação das políticas para as mulheres, com participação da sociedade civil, para verificar o cumprimento das metas do Plano Estadual e das deliberações conferenciais.





Transparência também apareceu: foi proposta a criação de um portal online que reúna dados e relatórios sobre o andamento de cada ação prevista nas conferências, facilitando o acompanhamento pelas cidadãs.

Com essas propostas, o MS busca consolidar um quadro de democracia mais participativa e inclusiva, onde as mulheres não só influenciam as decisões que lhes dizem respeito, mas também fiscalizam e cobram resultados, assegurando a efetividade das políticas conquistadas.

Desafios

Desigualdades regionais e comunidades desassistidas

Mato Grosso do Sul identificou como um de seus grandes desafios a desigualdade no acesso a políticas entre regiões e comunidades. Embora o estado tenha uma malha urbana significativa, existem bolsões de difícil alcance – áreas rurais extensas, comunidades ribeirinhas no Pantanal e aldeias indígenas – onde a presença do Estado é frágil.

As participantes destacaram que em localidades do interior, e sobretudo nas faixas de fronteira, as mulheres frequentemente carecem de serviços básicos próximos: clínicas de saúde especializadas, delegacias preparadas ou oportunidades de emprego qualificado. Essa brecha territorial significa que mulheres de contextos urbanos (como Campo Grande ou Dourados) usufruem melhor das políticas disponíveis do que aquelas de Porto Murtinho, Iguatemi ou das aldeias em Amambai.

Também foi mencionada a situação de mulheres em privação de liberdade, um grupo minoritário geograficamente concentrado (no presídio feminino da capital, por exemplo) mas socialmente isolado, que muitas vezes não é alcançado por políticas de reabilitação e reinserção adequadas.

Essa disparidade configura um desafio complexo: exige soluções diferenciadas, alocação de recursos extras para logística e um olhar atento às especificidades locais.

Em Mato Grosso do Sul, superar esse obstáculo implica expandir a capilaridade das políticas e moldá-las conforme o território – uma tarefa desafiadora, pois demanda ao mesmo tempo investimento e criatividade para aproximar Estado e comunidades distantes.





Insuficiência de recursos e dependência de parcerias

Outro desafio crucial apontado em MS é a insuficiência de recursos próprios destinados às políticas para as mulheres, tornando o estado muito dependente de parcerias federais ou de emendas pontuais.

As conferências revelaram preocupação com o fato de que muitos programas de atendimento à mulher ou de geração de renda no estado estão vinculados a financiamentos temporários (projetos pilotos, convênios federais) e não possuem financiamento continuado garantido no orçamento estadual.

Essa falta de estabilidade financeira leva a interrupções e limitações: por exemplo, casas-abrigo que operam com capacidade reduzida, falta de profissionais especializados no interior por impossibilidade de contratação, ou cancelamento de cursos de qualificação por ausência de verbas em determinado ano.

Além disso, a dependência de parcerias significa que se o contexto nacional muda e recursos federais cessam, as ações locais ficam ameaçadas – algo que de fato ocorreu na última década e fragilizou as estruturas existentes. Esse desafio foi discutido intensamente, notando-se que sem investir recursos adequados, os objetivos delineados permanecerão no papel.

Mato Grosso do Sul reconhece que precisa vencer a barreira do financiamento e da gestão financeira eficaz: assegurar dotação orçamentária robusta e permanente para a pauta de gênero e melhorar a execução orçamentária (evitando contingenciamentos ou desvios de verba), sob pena de as conquistas ficarem sempre aquém do potencial devido à escassez de meios para implementá-las.

Cultura conservadora e resistência à pauta de gênero

Mato Grosso do Sul enfrenta, igualmente, o desafio da cultura local frequentemente conservadora e da resistência de segmentos da sociedade à pauta de direitos das mulheres.

As conferências trouxeram relatos de que, em muitos municípios, iniciativas como discutir gênero nas escolas, implementar políticas de saúde reprodutiva ou mesmo criar conselhos de mulheres encontram oposição de grupos organizados (sejam religiosos tradicionais ou lideranças políticas com visões conservadoras).





Essa resistência sociopolítica dificulta a tramitação de leis municipais pró-mulheres, atrasa a adesão de prefeituras a programas importantes e até resulta em boatos ou desinformação que minam o apoio popular a certas medidas (por exemplo, distorcendo propostas educativas como suposta “ideologia de gênero”).

Há também desafios culturais mais difusos: a naturalização da violência doméstica em algumas comunidades rurais, o estigma enfrentado por mulheres que denunciam abusos ou por aquelas que ousam assumir papéis de destaque tradicionalmente masculinos.

Esse caldo cultural adverso impede que muitas mulheres procurem seus direitos ou que as políticas alcancem plena efetividade, já que mudanças legislativas esbarram em mentalidades arraigadas.

As conferencistas reconheceram que tal desafio demanda tempo e perseverança para ser superado, passando por diálogo com as comunidades, envolvimento de lideranças locais em campanhas de conscientização e demonstração prática de como as políticas de igualdade beneficiam toda a sociedade.

Em resumo, quebrar as resistências culturais e ideológicas no MS é tão necessário quanto desafiador: sem isso, mesmo boas políticas podem não ser bem recebidas ou implementadas com fervor, limitando seu alcance transformador.

Transversalidade com eixos temáticos

No Mato Grosso do Sul, a relação com os eixos temáticos da 5ª CNPM manifestou-se de forma dinâmica e multifocal, com algumas ênfases particulares emergindo dos debates. Os eixos de enfrentamento à violência contra as mulheres e de promoção da autonomia econômica tiveram destaque em praticamente todas as discussões.

Isso reflete a urgência percebida no estado em garantir segurança e independência financeira para as mulheres – condições vistas como basilares para alcançar as demais conquistas.

Ficou evidente também a transversalidade entre o eixo de trabalho/autonomia econômica e o eixo das políticas do cuidado e da divisão sexual do trabalho: as sul-mato-grossenses enfatizaram que políticas de geração de renda para mulheres de baixa renda só terão pleno êxito se vierem acompanhadas de suporte no cuidado dos filhos e dependentes (creches acessíveis, serviços de apoio), integrando assim as agendas de economia e cuidado.





O eixo de saúde integral, direitos sexuais e reprodutivos permeou muitos debates, frequentemente conectado ao eixo de violência – reconheceu-se, por exemplo, que a violência obstétrica e a mortalidade materna de mulheres indígenas e negras são problemas onde saúde e racismo se cruzam, exigindo ações intersetoriais.

Um elemento transversal muito presente foi o combate às desigualdades interseccionais: praticamente todos os eixos funcionais (trabalho, saúde, educação, segurança) foram abordados levando em conta os eixos identitários (raça, etnia, orientação sexual, território).

Isso se traduz em discussões onde, por exemplo, o eixo da educação não sexista foi tratado junto com a necessidade de valorizar a história da população negra e indígena nas escolas; ou o eixo da segurança pública foi debatido considerando a proteção de mulheres trans e travestis na formulação de políticas.

Essa impregnação da perspectiva de diversidade tornou a transversalidade em MS bastante concreta: reconheceu-se que os eixos temáticos não operam de modo isolado, mas sim se atravessam mutuamente.

Os debates do Mato Grosso do Sul refletiram uma compreensão de que nenhum eixo progride sozinho – a igualdade de gênero exige intervenções sincronizadas em múltiplas frentes, e o estado buscou articular seus esforços exatamente nessa direção, reforçando a ideia de que só uma abordagem integrada trará mudanças substanciais e duradouras.





CAPÍTULO 7

Região Nordeste



5ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres do Ceará. Foto: Secretaria das Mulheres.

A Região Nordeste apresentou em suas conferências preliminares especificidades regionais e pautas alinhadas ao tema nacional “Mais Democracia, Mais Igualdade, Mais Conquistas para Todas”. Em todos os nove estados, convergiu-se na defesa de fortalecer a democracia participativa e garantir os direitos já conquistados pelas mulheres.

Destacou-se a necessidade de ampliar os espaços de participação social – conselhos, fóruns, conferências – como pilares para influenciar políticas públicas de gênero, alinhados ao eixo de Participação nos Espaços de Poder e Decisão da 5ª CNPM. Ressaltou-se que efetivar os direitos das mulheres depende de uma governança democrática inclusiva e contínua.

Em toda a região, temas como autonomia econômica e valorização do trabalho de cuidado foram recorrentes. Praticamente todos os estados enfatizaram ampliar as oportunidades de emprego e renda para as mulheres, reconhecendo a importância de políticas de cuidado (acesso a creches, divisão justa das tarefas domésticas, apoio a cuidadoras) como condição indispensável à igualdade de gênero.





Houve consenso de que, sem dividir o trabalho de cuidado, as mulheres nordestinas permanecem sobrecarregadas, limitando sua participação econômica e política.

As discussões integraram o eixo de Trabalho, Emprego e Autonomia Econômica com a agenda emergente da Economia do Cuidado, demonstrando que ambos caminham juntos para promover a independência das mulheres.

Outra prioridade unânime foi o enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres. Ficou evidente a urgência de fortalecer redes de proteção e aprimorar serviços especializados.

Delegadas e participantes propuseram expandir Delegacias da Mulher, casas-abrigo e Patrulhas Maria da Penha, além de implementar ou ampliar equipamentos como a Casa da Mulher Brasileira nos estados onde ainda não há.

Debates sobre violência doméstica, sexual, institucional e política permearam todos os eixos temáticos, conectando-se às questões de segurança pública e justiça. Esse clamor regional reforçou o eixo de Enfrentamento à Violência da 5ª CNPM e entrelaçou-se com outros eixos – por exemplo, discutiu-se como a violência de gênero afeta a saúde mental das mulheres, interfere na participação política e agrava desigualdades econômicas na ausência de redes de apoio.

A saúde integral das mulheres – física, mental e direitos sexuais e reprodutivos – destacou-se como agenda comum. Todos os estados apontaram deficiências no acesso a serviços de saúde, especialmente no interior e nas periferias urbanas, e demandaram ampliar as políticas públicas de saúde com recorte de gênero.

Foram frequentes as propostas de criar ou fortalecer centros de saúde da mulher, melhorar o atendimento pré-natal e puerperal, garantir acesso à contracepção e combater a violência obstétrica.

Essa prioridade regional dialoga com o eixo de Saúde Integral, Direitos Sexuais e Reprodutivos, indicando o entendimento compartilhado de que saúde vai além da ausência de doenças – inclui acolhimento humanizado e bem-estar, aspectos essenciais à cidadania das mulheres.

Transversalmente, as conferências nordestinas incorporaram a perspectiva interseccional nas análises e propostas. Questões de raça, etnia, classe, território, sexualidade e deficiência estiveram no centro dos debates, reconhecendo-se que as mulheres não são um grupo homogêneo.





Ressaltou-se especialmente que mulheres negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, com deficiência, rurais e periféricas enfrentam barreiras adicionais no acesso a direitos.

Dessa forma, propostas específicas para esses grupos surgiram em todos os estados, alinhadas ao eixo de Enfrentamento do Racismo, Sexismo e LGBTfobia. Essa ênfase garantiu que os temas identitários atravessassem os demais eixos.

Por exemplo, em saúde considerou-se a elevada mortalidade materna de mulheres negras; no trabalho apontou-se a falta de oportunidades para mulheres com deficiência; na violência abordou-se a vulnerabilidade de mulheres trans e rurais. Essa abordagem interseccional consolidou o consenso de que a igualdade de gênero deve vir acompanhada do combate a múltiplas discriminações.

Merece destaque a preocupação comum com o fortalecimento institucional das políticas para as mulheres. Diversos estados apontaram desafios como o subfinanciamento dos órgãos e coordenadorias da Mulher, a falta de recursos orçamentários e de pessoal, e a descontinuidade de programas a cada mudança de gestão.

Como resposta, propôs-se criar fundos estaduais e municipais específicos, garantir dotação orçamentária permanente para ações de gênero e fortalecer os órgãos e conselhos de direitos das mulheres com mais autonomia e capacidade técnica. Essa pauta reflete o entendimento de que as conquistas devem se traduzir em políticas de Estado duradouras.

Ao defender estruturas institucionais robustas e participação social efetiva, a Região Nordeste reforçou o consenso nacional sobre a necessidade de sustentar política e financeiramente as agendas de igualdade.

Além disso, temas emergentes como direito à cidade, moradia digna e justiça climática também integraram o panorama regional. Em diversos estados – especialmente Bahia, Maranhão, Alagoas e Pernambuco – discutiu-se o direito das mulheres ao território, à terra e a um meio ambiente sustentável.

Questões como moradia adequada, saneamento básico, segurança hídrica e enfrentamento das mudanças climáticas apareceram ligadas à realidade das mulheres rurais, periféricas e quilombolas, conectando o eixo de Desenvolvimento Sustentável com Igualdade ao cotidiano das comunidades. Essas discussões apontaram novos rumos nas políticas para as mulheres, articulando sustentabilidade e justiça social sob a ótica de gênero.

Dessa maneira, a voz nordestina apresentou pautas diversas e convergentes. Cada estado trouxe contribuições singulares – da valorização das culturas e saberes tradicionais à





urgência de combater o feminicídio – mas todos reforçaram de forma integrada os eixos temáticos nacionais.

Alagoas

Tendências emergentes

Saúde e cuidado para mulheres periféricas

Despontou em Alagoas uma preocupação com a saúde integral das mulheres das periferias urbanas e comunidades vulneráveis. Destacou-se que a falta de acesso a serviços básicos de saúde, somada à sobrecarga de cuidados não remunerados, impede essas mulheres de viver com dignidade.

Enfatizou-se a necessidade de políticas públicas que garantam atendimento humanizado próximo de onde essas mulheres moram – por exemplo, com unidades móveis de saúde da mulher ou a ampliação da atenção básica com perspectiva de gênero.

Valorizar o cuidado e a saúde básica passou a ser entendido como fundamental: o bem-estar físico e emocional das mulheres periféricas deve ser prioridade na agenda, em alinhamento tanto com o eixo de Saúde Integral quanto com a Economia do Cuidado.

Enfrentamento ampliado da violência de gênero

Evidenciou-se em Alagoas uma abordagem ampla para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Além de discutir os casos de violência doméstica e feminicídio – problemas graves no estado –, buscou-se compreender as raízes da violência de gênero. Debates formativos mostraram que não basta punir agressores: é preciso prevenir a violência por meio da educação e da mudança cultural.

As alagoanas ressaltaram a importância de campanhas contínuas de conscientização, incluindo o envolvimento dos homens no combate ao sexismo. Essa visão alinha-se ao eixo





nacional de Enfrentamento da Violência e também se conecta ao eixo de Educação para a Igualdade.

Mulheres, sustentabilidade e justiça ambiental

Alagoas inovou ao relacionar a pauta das mulheres com o meio ambiente e a sustentabilidade. Surgiram temáticas como “Mulheres do campo e da cidade pela sustentabilidade de seus territórios” e “Gênero e justiça climática”, refletindo preocupação com os impactos ambientais sobre a vida das mulheres.

Discutiu-se casos de poluição hídrica que afetam pescadoras e comunidades ribeirinhas, e as consequências das mudanças climáticas nas zonas rurais. Defendeu-se que as mulheres – especialmente camponesas e moradoras de áreas costeiras – sejam protagonistas nas iniciativas de justiça climática e proteção ambiental, pois vivenciam diretamente os desafios da degradação ambiental.

Essa tendência conectou o eixo de Desenvolvimento Sustentável às políticas para as mulheres em Alagoas, mostrando um novo rumo em que direitos ambientais e direitos das mulheres caminham juntos.

Autonomia econômica e empreendedorismo solidário

Buscou-se em Alagoas promover a autonomia econômica das mulheres por meio do empreendedorismo e da economia solidária. Diante do desemprego e da informalidade que atingem muitas alagoanas, destacaram-se experiências coletivas de geração de renda, como cooperativas femininas e grupos produtivos locais.

Apontou-se a necessidade de capacitação técnica, acesso a microcrédito e apoio governamental para iniciativas empreendedoras lideradas por mulheres, inclusive nas comunidades rurais. Ressaltou-se que a independência financeira é chave para ampliar o poder de decisão das mulheres e protegê-las de situações de violência e submissão.

Ao impulsionar a economia solidária e o cooperativismo, Alagoas alinhou-se ao eixo de Autonomia Econômica, adaptando estratégias à realidade local para incluir mais mulheres no trabalho digno.





Inclusão e diversidade nas políticas públicas

As conferências alagoanas mostraram a tendência de tornar as políticas para as mulheres mais inclusivas, contemplando grupos antes pouco visibilizados. Foram levantadas demandas específicas de mulheres com deficiência, idosas, LGBTQIA+ e quilombolas, reconhecendo que cada grupo enfrenta desafios particulares no acesso a direitos e reforçando a necessidade de políticas direcionadas – inclusive étnico-raciais.

Essa tendência interseccional ampliou o leque de vozes consideradas na elaboração de propostas, garantindo que nenhuma mulher fosse deixada para trás. Consolidou-se o entendimento de que a eficácia das políticas de gênero depende de enxergar as diferenças e promover equidade entre as diversas realidades das mulheres – conceito que perpassa todos os eixos da 5ª CNPM.

Propostas

Fortalecimento da rede de enfrentamento à violência

Muitas propostas de Alagoas focaram em aprimorar a rede de proteção às mulheres em situação de violência. Sugeriu-se criar Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) em municípios sem esse serviço e reforçar as DEAMs existentes com equipes treinadas e funcionamento 24 horas.

Recomendou-se também ampliar o número de casas-abrigo para acolher mulheres (e seus filhos) em risco, garantindo suporte psicológico e jurídico. Outra proposta central foi implementar a Casa da Mulher Brasileira no estado, integrando num só espaço serviços policiais, judiciais, de saúde e assistenciais.

Em síntese, buscou-se cobrir lacunas na proteção, especialmente no interior, e construir uma rede articulada que vá da prevenção à punição dos agressores.

Melhorias na saúde da mulher e direitos reprodutivos

As propostas na área de saúde refletiram a urgência de qualificar a atenção à saúde feminina. Defendeu-se a criação de centros de referência em saúde da mulher em diferentes





regiões do estado, equipados para atendimento ginecológico, obstétrico e psicológico, evitando que as mulheres do interior precisem se deslocar longas distâncias.

Propôs-se medidas como ampliar a oferta de exames preventivos (Papanicolau, mamografia), garantir acesso a métodos contraceptivos nos postos de saúde e oferecer atendimento especializado a vítimas de violência sexual (profilaxia e apoio pós-trauma).

No campo dos direitos reprodutivos, aprovou-se diretrizes para humanizar o parto e combater a violência obstétrica nas maternidades, com destaque para a formação de profissionais de saúde em perspectiva de gênero, assegurando acolhimento digno e respeitoso às alagoanas em todos os ciclos de vida.

Emprego, renda e empreendedorismo feminino

As propostas econômicas concentraram-se em promover a autonomia financeira das mulheres. Sugeriu-se implementar programas de capacitação profissional voltados especialmente a mulheres em situação de vulnerabilidade (como chefes de família, vítimas de violência e jovens negras periféricas).

Recomendou-se criar linhas de microcrédito direcionadas ao empreendedorismo feminino, para apoiar pequenos negócios liderados por mulheres no campo e na cidade. Ideias como feiras de produtos feitos por mulheres, incubadoras de cooperativas e incentivos fiscais para empresas que contratem mulheres foram debatidas como formas de inclusão produtiva.

Defendeu-se também políticas de incentivo à economia solidária, valorizando iniciativas coletivas que gerem trabalho e renda de forma sustentável. Essas propostas visam remover barreiras econômicas e garantir que mais mulheres alcancem independência financeira em Alagoas.

Educação para igualdade e cidadania

No campo educacional, Alagoas trouxe propostas para impulsionar a igualdade de gênero na escola e na comunidade. Uma medida central aprovada foi incorporar conteúdos sobre direitos das mulheres, igualdade de gênero e diversidade nos currículos escolares desde o ensino fundamental.





Propôs-se capacitar professoras e professores para trabalharem temas como prevenção às violências, saúde sexual e reprodutiva e divisão justa dos cuidados nas práticas pedagógicas e projetos escolares.

Além disso, recomendou-se projetos e campanhas comunitárias de combate ao machismo e à LGBTfobia, envolvendo famílias e lideranças locais na promoção de uma cultura de respeito. Tais iniciativas educacionais refletem a convicção de que a mudança cultural em prol da igualdade começa na sala de aula e nas atividades comunitárias.

Políticas intersetoriais e meio ambiente

Alagoas aprovou propostas que conectam as pautas de gênero a políticas intersetoriais inovadoras. Foi sugerido criar um programa estadual “Mulheres e Sustentabilidade”, com ações como assistência técnica para agricultoras familiares, apoio a quintais produtivos agroecológicos e inclusão de mulheres em projetos de preservação ambiental.

Propôs-se também criar espaços de diálogo sobre justiça climática com participação das mulheres – especialmente de comunidades ribeirinhas e costeiras afetadas por desastres ambientais – para embasar políticas de prevenção e resposta a essas situações.

Tais propostas indicam uma visão ampliada das políticas para as mulheres em Alagoas, integrando meio ambiente, desenvolvimento rural e direitos das mulheres numa abordagem transversal.

Desafios

Fragilidades institucionais e recursos escassos

As alagoanas apontaram a estrutura frágil dos organismos de políticas para as mulheres e a escassez de recursos como desafios centrais. Destacou-se a ausência de Secretarias ou Coordenadorias da Mulher em algumas prefeituras, a falta de equipes qualificadas e a dependência de recursos federais – barreiras que dificultam a implementação contínua de programas.

Além disso, a inexistência de orçamento próprio para ações de gênero, tanto no estado quanto em muitos municípios, limita a expansão da rede de serviços (como abrigos, delegacias e centros de saúde da mulher).





Muitas iniciativas dependem de projetos temporários, sem garantia de continuidade. Esse subfinanciamento estrutural ameaça a sustentabilidade das políticas e exige estratégias para tornar o tema prioridade permanente, independentemente de mudanças de governo.

Cultura machista e resistência social à mudança

Outro desafio evidenciado em Alagoas é a persistência de padrões culturais patriarcais que naturalizam a desigualdade de gênero. Mesmo com leis protetivas e avanços institucionais, parte da sociedade ainda resiste a aceitar a plena autonomia das mulheres.

Relatou-se preconceitos em espaços de trabalho, nas comunidades e até em serviços públicos, dificultando a efetividade das políticas. Exemplos mencionados incluíram a culpabilização de vítimas de violência, a divisão sexual do trabalho doméstico recaindo quase exclusivamente sobre as mulheres, e a sub-representação feminina no poder local.

Combater esse machismo enraizado é um desafio complexo, pois implica transformar mentalidades e relações cotidianas. Essa barreira cultural foi reconhecida como transversal, impactando a implementação de políticas em todos os eixos – da saúde à segurança – e demandando investimentos contínuos em educação e sensibilização.

Desigualdades regionais e acesso no interior

Alagoas, embora territorialmente pequeno, apresenta disparidades entre a capital e o interior quanto ao alcance das políticas para as mulheres. Observou-se que serviços especializados – delegacias da mulher, centros de referência, abrigos – estão concentrados em Maceió e nas maiores cidades, deixando municípios menores desassistidos.

Mulheres de áreas rurais ou cidades interioranas enfrentam mais dificuldade para acessar apoio imediato em casos de violência ou atendimento especializado de saúde. Interiorizar as políticas foi um tema recorrente: é preciso garantir que recursos e equipamentos cheguem às regiões do agreste, sertão e zona da mata, superando limitações logísticas e falta de pessoal.

Sem essa capilaridade, as políticas para as mulheres não alcançam quem mais precisa, aprofundando desigualdades internas no estado.





Vulnerabilidade socioeconômica das mulheres

As conferências em Alagoas evidenciaram também o desafio da pobreza e da dependência econômica que atinge grande parcela das mulheres no estado. Altos índices de desemprego feminino, informalidade no trabalho e responsabilidades de sustento familiar sem rede de apoio mantêm muitas mulheres em vulnerabilidade social.

Essa condição precária dificulta que rompam ciclos de violência (por falta de autonomia financeira) e acessem oportunidades de qualificação ou participação política. Destacou-se que políticas públicas muitas vezes não chegam às mulheres em pobreza extrema ou não conseguem reverter a falta de perspectivas no curto prazo.

Assim, romper o ciclo de desigualdade socioeconômica – com políticas integradas de geração de renda, assistência social e educação – foi reconhecido como um desafio estrutural para promover a emancipação plena das alagoanas.

Transversalidade com eixos temáticos

Os debates em Alagoas dialogaram de forma integrada com os eixos nacionais da 5ª CNPM, frequentemente abordando mais de um eixo simultaneamente. Observou-se destaque especial para o eixo de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, sempre presente como prioridade nas discussões estaduais.

Esse eixo, porém, nunca apareceu isoladamente: ao tratar da violência, conectava-se a outras dimensões, como saúde e educação. Por exemplo, reconheceu-se que prevenir a violência exige investir em educação para a igualdade – formando novas gerações conscientes – e fortalecer a saúde integral para garantir atendimento adequado às sobreviventes.

Da mesma forma, o eixo de Trabalho, Emprego e Autonomia Econômica esteve muito presente nos debates, sempre ligado à questão do cuidado. Apontou-se que a falta de creches e apoio aos cuidados impede as mulheres de aproveitarem oportunidades econômicas, evidenciando a interseção entre autonomia econômica e responsabilidade social do cuidado.

Em vários momentos, ao propor soluções de emprego para as mulheres, surgia simultaneamente a necessidade de ações na área do cuidado e da proteção social, mostrando que esses eixos caminham juntos na prática.





Alagoas também articulou o eixo de Desenvolvimento Sustentável com Igualdade aos demais. Nos debates sobre justiça climática e sustentabilidade, questões ambientais foram vinculadas à participação política, defendendo que as mulheres das comunidades afetadas tivessem voz nas decisões ambientais.

Além disso, as pautas das mulheres rurais e camponesas conectaram o eixo de sustentabilidade ao de Enfrentamento do Racismo e das Desigualdades Étnico-Raciais, já que muitas dessas mulheres pertencem a comunidades quilombolas ou indígenas historicamente marginalizadas.

Em suma, Alagoas trabalhou os eixos de modo transversal. Em vez de debates compartimentados, compreendeu-se de forma difusa que melhorar a vida das mulheres requer combinar esforços: a violência foi tratada junto com educação e saúde; trabalho vinculado a cuidado e assistência; igualdade de gênero interligada à igualdade racial e territorial.

Essa abordagem integrada reforçou a ideia de que as políticas para as mulheres precisam atuar simultaneamente em múltiplas frentes, garantindo que avanços em um eixo não sejam limitados por retrocessos em outro.

Bahia

Tendências emergentes

Interseccionalidade e valorização das identidades

Na Bahia, a perspectiva interseccional se destacou como uma das tendências mais fortes nos debates. As conferências baianas enfatizaram consistentemente que as políticas para as mulheres devem considerar raça, etnia, orientação sexual, territorialidade e geração.

Houve amplo destaque para as pautas de mulheres negras – que constituem a maioria da população feminina baiana – bem como para as demandas de mulheres indígenas e quilombolas. Valorizou-se também as identidades culturais, como a ancestralidade e os saberes tradicionais das mulheres de comunidades de terreiro, rurais e litorâneas.





Essa valorização das identidades indica o entendimento de que, na Bahia, a igualdade de gênero caminha junto com o combate ao racismo estrutural e à intolerância religiosa, e que as políticas públicas precisam respeitar e fortalecer as diversas raízes culturais das mulheres baianas.

Combate ao feminicídio e violência estrutural

O enfrentamento da violência contra as mulheres emergiu de forma contundente na Bahia, com especial ênfase no combate ao feminicídio e à violência estrutural que atinge mulheres negras e periféricas.

Os debates indicaram preocupação com os altos índices de homicídios de mulheres no estado e reconheceram o feminicídio como expressão extrema de um contínuo de violência de gênero.

Destacou-se que é necessário atuar nas causas profundas – desde o desmantelamento da cultura machista que naturaliza agressões até a melhoria da resposta do Estado na proteção das vítimas.

Também foram recorrentes as discussões sobre a violência institucional (como abordagens policiais violentas em comunidades) e a violência política de gênero. Essa abordagem demonstra que as mulheres baianas trataram a violência de forma abrangente, articulando o eixo de Enfrentamento à Violência com questões de racismo (visto que a maioria das vítimas de feminicídio são mulheres negras) e com a segurança pública comunitária.

Autonomia econômica e inclusão produtiva rural e urbana

Outra pauta constante na Bahia foi a busca por ampliar a autonomia econômica das mulheres, tanto na zona urbana quanto na zona rural. Observou-se a tendência de valorizar iniciativas de economia solidária, cooperativismo e empreendedorismo feminino, entendendo-as como caminhos para geração de renda em comunidades tradicionais, quilombos e assentamentos rurais.

As mulheres do campo trouxeram demandas por acesso à terra, assistência técnica agrícola e inclusão nos mercados locais – conectando a luta das trabalhadoras rurais ao desenvolvimento sustentável.





Nas áreas urbanas, destacou-se a necessidade de qualificação profissional e inserção das mulheres em setores formais, combatendo a segregação ocupacional que as restringe a empregos precários.

A Bahia evidenciou, assim, uma tendência de pensar a autonomia econômica de modo amplo e inclusivo, abarcando desde a agricultora familiar até a jovem empreendedora urbana, e enxergando as políticas de trabalho e renda como instrumentos de empoderamento e redução das desigualdades.

Saúde das mulheres e direitos reprodutivos em destaque

As conferências baianas dedicaram atenção especial à saúde integral das mulheres, fazendo deste um eixo prioritário. Identificou-se como tendência a luta por melhoria na rede de atenção básica e especializada voltada às necessidades femininas.

Foram apontadas lacunas no atendimento à saúde da mulher, como a falta de ginecologistas e obstetras em unidades do interior, filas para exames (por exemplo, mamografia) e a inadequação do atendimento a mulheres indígenas e quilombolas conforme suas especificidades culturais.

A Bahia evidenciou forte mobilização em torno dos direitos sexuais e reprodutivos: debateu-se o acesso à contracepção, educação sexual nas escolas e a prevenção da gravidez na adolescência, bem como a necessidade de amparo a mulheres em situação de abortamento (dentro do permitido legalmente) e no pós-parto.

Houve também preocupação com a saúde mental, especialmente para mulheres vítimas de violência e para aquelas sobrecarregadas pelas múltiplas jornadas de trabalho.

Essa ampla visão de saúde reflete o entendimento de que, para as baianas, o bem-estar inclui corpo e mente, e requer políticas públicas sensíveis às diferenças regionais e étnicas.

Direito à cidade, moradia digna e serviços públicos

No contexto baiano, emergiu como tendência a discussão do direito à cidade e da melhoria dos serviços públicos. Debateu-se questões como o acesso à moradia adequada, ao saneamento básico e à segurança hídrica, bem como o enfrentamento dos impactos das





mudanças climáticas – tudo isso ligado à realidade das mulheres, em especial das que vivem em áreas rurais, periféricas e quilombolas.

Essas discussões conectaram o eixo de Desenvolvimento Sustentável com Igualdade ao cotidiano das comunidades, integrando sustentabilidade e justiça social sob uma perspectiva de gênero. Indicaram novos rumos nas políticas para as mulheres ao articular demandas urbanas (como moradia e saneamento) com a agenda de igualdade de gênero e raça.

Fortalecimento institucional e participação social das mulheres

Merece destaque na Bahia a defesa do fortalecimento institucional das políticas para as mulheres e da ampliação da participação social. Ressaltou-se que sem instituições robustas e sem controle social ativo, os avanços conquistados podem ser pontuais e reversíveis.

Assim, a Bahia reafirmou a necessidade de democracia paritária e de mecanismos de controle social (como conselhos de direitos das mulheres atuantes) como bases para a efetividade de todos os eixos temáticos.

Propostas

Expansão dos serviços de proteção e justiça

As propostas na Bahia concentraram-se fortemente em medidas para combater a violência de gênero e ampliar a proteção às mulheres. Houve robusta defesa da interiorização e do fortalecimento das Delegacias da Mulher (DEAMs) – com pedidos para criar delegacias especializadas em diversas cidades do interior e melhorar a estrutura das existentes, garantindo equipes treinadas e atendimento 24 horas.

Recomendou-se também aprimorar a investigação e o monitoramento dos casos de violência, incluindo a criação de núcleos especializados para acompanhar e prevenir feminicídios.

Buscou-se, assim, construir uma rede estadual de enfrentamento à violência bem estruturada e capilarizada, garantindo acesso rápido à segurança e à justiça em todo o território baiano.





Melhoria da saúde e serviços especializados

As baianas aprovaram diversas propostas para aprimorar a atenção à saúde da mulher, sempre considerando as peculiaridades da população feminina do estado. Entre as recomendações, destacou-se a criação de centros de referência em saúde da mulher em regiões estratégicas (como o semiárido, extremo sul, oeste), equipados para atender às demandas regionais com ginecologistas, obstetras e psicólogos.

Sugeriu-se também garantir atendimento especializado a vítimas de violência sexual em todos os grandes hospitais, incluindo serviços de emergência com kits de profilaxia e apoio psicossocial.

Essas propostas revelam o esforço de construir um sistema de saúde mais inclusivo e equânime, que atenda às mulheres baianas em sua diversidade e promova qualidade de vida.

Autonomia econômica e inclusão produtiva

Reconhecendo as disparidades econômicas, as conferências da Bahia formularam propostas para impulsionar a autonomia financeira das mulheres em diferentes contextos. Para as mulheres rurais, pleiteou-se assistência técnica e extensão rural com perspectiva de gênero – capacitando agricultoras familiares, quebradeiras de coco, pescadoras e artesãs – além de facilitar seu acesso a crédito e mercados locais.

Para as mulheres urbanas, discutiu-se iniciativas de apoio a pequenos negócios e à economia solidária: oferta de microcrédito orientado a empreendedoras, incubadoras de cooperativas femininas e estímulos fiscais para empresas que contratem mulheres.

Com essas propostas, a Bahia busca atacar o desemprego e a pobreza femininas em múltiplas frentes, diminuindo a dependência econômica que perpetua desigualdades.

Educação para igualdade e valorização cultural

No campo educacional e cultural, a Bahia trouxe propostas alinhadas à transformação social de longo prazo. Uma medida aprovada foi incorporar nos currículos escolares conteúdos de





História das Mulheres, cultura afro-brasileira e indígena, e educação para a igualdade de gênero, conforme determinam leis já existentes (como a Lei 11.645/2008).

No âmbito cultural, propôs-se apoio a projetos e coletivos culturais de mulheres – incluindo editais específicos para mulheres artistas, cineastas, escritoras e mestras de saberes tradicionais – de modo a promover representações positivas e diversas das mulheres na cultura e na mídia.

Tais propostas reforçam a importância da educação e da cultura na mudança de mentalidades em prol da igualdade de gênero.

Atenção a grupos de maior vulnerabilidade

As conferências da Bahia também dedicaram propostas específicas a grupos de mulheres em condições de maior vulnerabilidade. Por exemplo, para as mulheres quilombolas e indígenas, recomendou-se implementar programas de saúde itinerante que levem equipes médicas e de enfermagem às aldeias e quilombos, respeitando as práticas culturais locais.

Sugeriu-se ainda direcionar políticas públicas às mulheres com deficiência e LGBTQIA+, garantindo acessibilidade nos serviços de saúde, delegacias e centros de apoio, bem como capacitação das equipes para um atendimento sem preconceitos. O objetivo é que os avanços das políticas para mulheres na Bahia alcancem a todas, direcionando esforços extras para quem enfrenta barreiras adicionais.

Desafios

Desigualdades territoriais e falta de recursos

Um desafio recorrente identificado na Bahia foi a expressiva desigualdade territorial na implementação das políticas para as mulheres. Devido ao tamanho do estado e à concentração histórica de serviços na capital e em algumas cidades maiores, muitas mulheres que vivem no interior profundo – incluindo regiões do semiárido, do extremo oeste e do sul da Bahia – permanecem desassistidas ou com acesso muito limitado a equipamentos de apoio.





Ficou evidente que delegacias especializadas, casas de amparo, serviços de saúde da mulher e oportunidades de formação chegam de forma muito desigual às diversas regiões.

Essa disparidade ressaltou a necessidade de esforços de interiorização e descentralização das políticas, tarefa reconhecida como complexa frente às limitações orçamentárias e logísticas, mas fundamental para a equidade.

Embora o estado da Bahia possua uma Secretaria de Política para as Mulheres atuante, os recursos disponíveis para programas, campanhas e expansão de serviços ainda são insuficientes diante da dimensão das demandas.

Muitos municípios relataram não ter orçamento próprio para políticas de gênero, tornando difícil a manutenção e expansão de projetos essenciais.

Essa escassez estrutural de recursos foi identificada como um entrave para tirar do papel muitas das propostas aprovadas, sinalizando a necessidade de prioridade política e aumento do investimento público na área.

Violência endêmica e efetividade das políticas

As baianas expressaram preocupação com a magnitude da violência contra a mulher no estado como um desafio em si. A Bahia está entre os estados com os maiores números absolutos de feminicídios e agressões, e essa realidade – especialmente em certas regiões metropolitanas e no interior rural – foi citada como um obstáculo gigantesco a ser superado.

Reconheceu-se que enfrentar a violência endêmica na Bahia não é apenas questão de criar leis ou serviços, mas de garantir efetividade e alcance.

A naturalização da violência em algumas comunidades, a dificuldade de romper o silêncio por medo ou dependência econômica, e a resposta estatal muitas vezes insuficiente (como medidas protetivas que demoram a ser efetivadas) impõem um cenário desafiador.

Superar isso demanda mobilização contínua e monitoramento rigoroso, com compromisso político e engajamento permanente de toda a sociedade.





Transversalidade com eixos temáticos

Na Bahia, observou-se uma forte articulação dos debates em torno dos eixos nacionais da 5ª CNPM, frequentemente trabalhando-os de maneira interligada. O eixo de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres apareceu como prioridade absoluta, permeando praticamente todas as discussões.

Contudo, ele foi abordado de forma transversal: as baianas ligaram a temática da violência ora ao eixo de Saúde, ao discutir o acolhimento de mulheres vítimas e a saúde mental após traumas, ora ao eixo de Participação Política, ao apontar como a violência política afasta mulheres de cargos públicos. Assim, a violência foi entendida não isoladamente, mas em relação com outras áreas da vida das mulheres.

Outro eixo de destaque nos debates da Bahia foi o de Enfrentamento do Racismo, tratado também de forma transversal. Por exemplo, discutiu-se incorporar a história e a realidade da população negra e indígena nos conteúdos educacionais (eixo de Educação), e fomentar políticas culturais que valorizassem as identidades (eixo de Cultura e Comunicação).

Essa transversalidade do eixo identitário garantiu que a interseccionalidade não fosse tratada apenas como um tema separado, mas como uma perspectiva presente em todos os eixos.

No geral, essa abordagem convergente reforçou a ideia de que promover os direitos das mulheres exige um olhar sistêmico: cada eixo – seja violência, saúde, trabalho, educação ou igualdade racial – é parte de uma trama mais ampla, em que avanços em um campo dependem e impulsionam avanços nos outros.

Ceará

Tendências emergentes

Combate à violência e fortalecimento da rede de apoio

No Ceará, assim como em outros estados nordestinos, firmou-se como tendência central a intensificação das ações de enfrentamento à violência contra as mulheres. Destacou-se não





apenas a urgência de conter os altos índices de violência doméstica e sexual, mas também de fortalecer a rede de serviços de apoio.

Ficou evidente a preocupação em aprimorar delegacias da mulher, casas-abrigo e centros de referência no estado, além de ampliar a divulgação da Lei Maria da Penha e dos canais de denúncia em regiões mais remotas.

Uma característica marcante dessa tendência no Ceará foi o enfoque preventivo e educativo: ressaltou-se a importância de campanhas contínuas nas comunidades e escolas para desnaturalizar o machismo e identificar precocemente sinais de abuso.

Essa abordagem integradora – combinando repressão qualificada e prevenção – reflete o alinhamento com o eixo de Enfrentamento à Violência de forma transversal, reconhecendo que o Ceará precisa tanto punir agressores quanto transformar a cultura local que tolera a violência de gênero.

Autonomia econômica e qualificação profissional das mulheres

Outra tendência forte nas conferências cearenses foi a busca pela autonomia econômica feminina, com destaque para a qualificação profissional como caminho para melhorar a empregabilidade das mulheres.

Observou-se a necessidade de ampliar cursos de formação e capacitação voltados às mulheres, especialmente para aquelas em situação de vulnerabilidade e para as que vivem em áreas rurais, de forma a inserir mais mulheres no mercado de trabalho formal.

Discutiu-se também o incentivo ao empreendedorismo feminino e à economia solidária no Ceará, aproveitando iniciativas locais de geração de renda. Essa ênfase na qualificação e no empreendedorismo revela a compreensão de que a independência financeira é crucial para ampliar o poder de decisão das mulheres e reduzir situações de violência e dependência.

Propostas

Fortalecimento da rede de proteção e atendimento





As propostas cearenses concentraram-se em fortalecer a rede de proteção às mulheres em situação de violência. Propôs-se criar novas Delegacias da Mulher no interior e melhorar a estrutura das já existentes, garantindo pessoal capacitado e atendimento 24 horas.

Sugeriu-se ampliar os centros de referência da mulher e estabelecer mais casas-abrigo regionais, de modo que vítimas em todo o estado tenham onde buscar acolhimento seguro e apoio especializado.

Além disso, recomendou-se intensificar campanhas educativas permanentes sobre a Lei Maria da Penha e os direitos das mulheres, alcançando comunidades mais distantes.

O conjunto dessas propostas visa aprimorar o atendimento às vítimas e prevenir novos casos, construindo um Ceará mais seguro para as mulheres.

Promoção da autonomia econômica feminina

Outra prioridade nas propostas cearenses foi promover a autonomia econômica das mulheres. Defendeu-se a criação de programas de capacitação profissional gratuitos para mulheres, com atenção especial às jovens, às mulheres rurais e àquelas em situação de vulnerabilidade social.

Propôs-se ampliar o acesso das mulheres às políticas de emprego e renda, incluindo incentivos para empresas que contratem trabalhadoras e apoio ao empreendedorismo feminino.

Foram sugeridos microcréditos direcionados, incubadoras de negócios liderados por mulheres e feiras de produtos feitos por mulheres, fortalecendo a economia solidária local. Essas iniciativas pretendem reduzir o desemprego feminino e aumentar a independência financeira das mulheres cearenses.

Saúde e direitos reprodutivos

As cearenses também apresentaram propostas na área de saúde da mulher. Recomendaram fortalecer a atenção básica com serviços especializados para mulheres, especialmente no interior, garantindo acesso a exames preventivos e acompanhamento pré-natal de qualidade perto de onde vivem.





Sugeriu-se criar pelo menos um centro de referência em saúde da mulher no estado e capacitar profissionais de saúde para um atendimento humanizado e livre de preconceitos – inclusive em casos de violência sexual. Houve ainda propostas de ampliar a oferta de métodos contraceptivos e de realizar campanhas sobre saúde sexual e reprodutiva, assegurando que as mulheres cearenses tenham pleno acesso a seus direitos nessa esfera.

Desafios

Cultura patriarcal persistente

O Ceará enfrenta o desafio de uma cultura patriarcal ainda forte, que perpetua a violência de gênero e dificulta a efetivação das políticas. Nas conferências, relatou-se resistência de parte da sociedade às transformações necessárias para a igualdade, manifestada em práticas como a culpabilização de vítimas e a tolerância à violência doméstica.

Combater essa mentalidade enraizada exige investimento contínuo em educação e campanhas de sensibilização para transformar valores e atitudes machistas.

Interiorização das políticas e desigualdade regional

Outro desafio identificado foi a desigualdade no acesso às políticas entre a capital e o interior. Muitas cidades interioranas carecem de serviços especializados como delegacias da mulher, centros de atendimento e abrigos.

As mulheres de áreas rurais e pequenas cidades têm dificuldade em obter apoio próximo de suas comunidades. Superar essa lacuna requer a interiorização das políticas para mulheres, levando estrutura, profissionais e recursos às regiões mais distantes para assegurar proteção e serviços efetivos em todo o estado do Ceará.

Vulnerabilidade socioeconômica

Assim como em outros estados, a vulnerabilidade socioeconômica das mulheres cearenses foi apontada como um obstáculo transversal. A pobreza e a falta de oportunidades de





trabalho formal deixam muitas mulheres dependentes financeiramente, o que as torna mais suscetíveis a várias formas de violência e exploração.

Destacou-se a necessidade de políticas integradas de geração de renda, qualificação profissional e assistência social voltadas às mulheres em situação de pobreza, especialmente nas regiões periféricas e rurais, para romper o ciclo de exclusão econômica que as afeta.

Transversalidade com eixos temáticos

No Ceará, as discussões demonstraram um alinhamento significativo com os eixos temáticos da 5ª CNPM, explorando amplamente as intersecções entre eles. Por exemplo, reforçou-se que a educação para a igualdade deve incluir o combate ao racismo e à LGBTfobia nas escolas (unindo os eixos de Educação e de Enfrentamento ao Racismo), e que a violência sofrida por mulheres lésbicas e trans exige ações específicas dentro do eixo de Enfrentamento à Violência.

Ademais, alguns debates incorporaram o eixo de Cultura, Comunicação e Mídia ao analisar como a representação das mulheres cearenses nos meios de comunicação pode perpetuar estereótipos ou inspirar mudanças (ligando cultura com violência e participação).

Essa compreensão transversal garantiu uma abordagem abrangente: para alcançar mais democracia e igualdade – conforme propõe o tema central da conferência – reconheceu-se no Ceará que é preciso avançar simultaneamente em educação, saúde, trabalho e no combate às violências e discriminações, pois os eixos estão interdependentes.

Maranhão

Tendências emergentes

Participação política e inclusão de mulheres diversas





No Maranhão, observou-se uma forte tendência de reivindicar maior participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, com atenção especial à inclusão de mulheres de diferentes origens.

As conferências maranhenses enfatizaram a importância de ter mais mulheres – especialmente negras, indígenas, quilombolas, rurais e jovens – ocupando cargos públicos, conselhos e lideranças comunitárias.

Destacou-se que, sem a presença diversificada das mulheres na política e na gestão pública, muitas demandas específicas não encontram eco nas decisões governamentais.

Essa tendência alinhou-se ao eixo de Participação Política, sinalizando que a igualdade de gênero passa também pela paridade nos espaços de decisão.

Combate à pobreza e múltiplas vulnerabilidades

As conferências do Maranhão trouxeram com força a questão socioeconômica. Altas taxas de pobreza e extrema pobreza no estado significam que muitas mulheres maranhenses lutam diariamente pela sobrevivência, o que as torna mais vulneráveis a violências, exploração e violações de direitos.

Debateu-se que mulheres em situação de pobreza precisam ser priorizadas nas políticas – seja em acesso à renda, qualificação profissional ou serviços básicos –, pois sem garantir condições mínimas de vida outros direitos ficam inviabilizados.

Essa preocupação com a pobreza feminina permeou diversos eixos temáticos, reforçando que a emancipação das mulheres maranhenses requer enfrentar as desigualdades econômicas de forma integrada.

Fortalecimento institucional e continuidade de políticas

Outra tendência no Maranhão foi o foco no fortalecimento institucional das políticas para mulheres. Apontou-se a necessidade de consolidar os órgãos de políticas para as mulheres (secretarias, coordenações) e garantir que os programas e ações tenham continuidade independente de mudanças de governo.

As maranhenses demonstraram preocupação em transformar conquistas em políticas de Estado duradouras, evitando retrocessos a cada ciclo político.





Propostas

Rede de proteção e prevenção da violência

As propostas maranhenses enfatizaram o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência. Propôs-se expandir as Delegacias da Mulher para mais municípios do interior e equipar melhor as já existentes, além de criar Casas da Mulher em regiões estratégicas do estado.

Recomendou-se também ampliar programas de educação e conscientização para prevenir a violência de gênero, incluindo campanhas permanentes nas comunidades e escolas.

Sugeriu-se formar e capacitar agentes comunitárias(os) para atuarem na divulgação da Lei Maria da Penha e no encaminhamento de casos em áreas rurais isoladas.

Esse conjunto de propostas visa tanto melhorar o atendimento às vítimas quanto atuar nas causas da violência, construindo uma rede de proteção mais acessível em todo o Maranhão.

Autonomia econômica e apoio às trabalhadoras rurais

As maranhenses aprovaram propostas para promover a autonomia econômica, com destaque para as mulheres do campo. Sugeriu-se oferecer assistência técnica e crédito facilitado a trabalhadoras rurais – incluindo quebradeiras de coco babaçu, pescadoras e agricultoras familiares – garantindo-lhes meios de aumentar a produção com sustentabilidade.

Propostas incluíram a criação de cooperativas femininas e feiras regionais de produtos das mulheres, gerando renda sem intermediários e valorizando os saberes locais.

Para as mulheres urbanas de baixa renda, recomendou-se programas de inclusão produtiva nas periferias, combinando cursos profissionalizantes, apoio ao primeiro emprego e estímulo ao empreendedorismo em pequenos negócios.

O foco geral dessas propostas é reduzir a pobreza feminina e garantir meios de subsistência dignos às maranhenses.





Educação e cultura para a igualdade

As conferências do Maranhão também focaram em educação e cultura como motores da mudança social. Foi aprovada a inserção de conteúdos sobre igualdade de gênero, direitos das mulheres e diversidade étnico-racial nos currículos escolares, adaptando-os à realidade local.

Propôs-se capacitar educadores e educadoras para abordar temas como combate ao machismo, racismo e LGBTfobia nas salas de aula, formando novas gerações mais conscientes.

No campo cultural, as maranhenses sugeriram apoiar iniciativas que valorizem as expressões culturais das mulheres – por exemplo, projetos de registro e difusão do conhecimento das quebradeiras de coco e artesãs tradicionais – bem como promover maior participação de mulheres em espaços culturais e na mídia local.

Essas propostas indicam um esforço de mudança de mentalidade a longo prazo, aliando educação formal e valorização da cultura das mulheres maranhenses.

Desafios

Pobreza e exclusão social

O Maranhão apresenta um contexto de profunda pobreza que afeta grande parte de sua população feminina. Nas conferências, apontou-se que a luta diária pela sobrevivência mantém muitas mulheres maranhenses em condições de extrema vulnerabilidade, dificultando o acesso a direitos básicos e tornando-as suscetíveis à violência e à exploração.

Mulheres vivendo em pobreza extrema frequentemente ficam fora do alcance das políticas públicas ou não conseguem usufruir delas plenamente. Enfrentar essa realidade foi considerado um desafio transversal: sem reduzir a pobreza entre as mulheres, outras iniciativas têm impacto limitado.





Assim, destacou-se a urgência de políticas integradas de geração de renda, assistência social e educação voltadas às mulheres em situação de pobreza, para quebrar o ciclo de exclusão e assegurar condições básicas de cidadania.

Fragilidade institucional

As maranhenses identificaram desafios institucionais, como a falta de recursos e de continuidade nas políticas para mulheres. Relatou-se o subfinanciamento crônico dos órgãos governamentais voltados para as mulheres e a descontinuidade de projetos a cada troca de governo, o que prejudica a consolidação de programas de longo prazo.

Garantir que as políticas para mulheres se tornem políticas de Estado – com orçamento assegurado, equipes permanentes e marcos legais sólidos – foi apontado como fundamental para que as conquistas não sejam perdidas em transições administrativas.

Cultura patriarcal e violência difusa

Outro obstáculo importante é a persistência de uma cultura patriarcal e de altos índices de violência de gênero no estado. Destacou-se que a naturalização do machismo, combinada com racismo estrutural (no caso de mulheres negras e indígenas), cria um ambiente hostil aos direitos das mulheres.

Combater estereótipos de gênero e preconceitos arraigados foi reconhecido como um desafio que exige ações constantes de educação e conscientização, bem como punição exemplar aos agressores para romper com a sensação de impunidade. Esse desafio cultural foi considerado tão importante quanto os desafios estruturais, pois sem mudança de atitudes sociais, as políticas encontram limites.

Transversalidade com eixos temáticos

As conferências do Maranhão adotaram uma abordagem bastante articulada dos eixos temáticos nacionais, conectando as especificidades do estado a uma visão integrada.

Observou-se, por exemplo, que a participação política das mulheres permeou transversalmente inúmeros debates: frequentemente concluiu-se que aumentar o número





de mulheres nos espaços de decisão é condição para viabilizar melhorias em saúde, autonomia econômica e enfrentamento da violência.

Ou seja, o eixo de Participação Política esteve intimamente ligado ao de Autonomia Econômica – ao discutir desenvolvimento rural e geração de renda, enfatizou-se a importância de mulheres ocupando posições de comando para implantar essas mudanças.

De modo semelhante, os debates sobre violência de gênero no Maranhão incluíram fortemente a dimensão educativa. Reconheceu-se que, para combater efetivamente a violência, é preciso combinar medidas protetivas e repressivas com investimento em educação e cultura, transformando as mentalidades machistas.

Essa visão transversal mostrou que as paraibanas encaram a luta contra a violência como um quebra-cabeça complexo, em que punir agressores, educar comunidades e garantir recursos institucionais são peças igualmente importantes.

Paraíba

Tendências emergentes

Fortalecimento das políticas e transversalidade de gênero

As conferências da Paraíba destacaram a importância de integrar as políticas para mulheres em todas as áreas de governo. Houve forte enfoque na necessidade de mecanismos permanentes de coordenação intersetorial para garantir que a perspectiva de gênero fosse incorporada às ações de saúde, educação, segurança, trabalho, entre outras.

Observou-se maturidade na agenda local: as paraibanas ressaltaram que as demandas das mulheres não devem ser tratadas em “caixas separadas”, mas de forma coerente e transversal em todas as políticas públicas.

Assim, a Paraíba demonstrou compromisso em tornar a igualdade de gênero uma diretriz governamental abrangente, e não apenas um conjunto de iniciativas isoladas.





Participação social e controle das políticas

Outra tendência marcante foi a defesa de maior participação social na gestão das políticas para mulheres. As paraibanas enfatizaram a importância de conselhos de direitos atuantes e de outros espaços de controle social para monitorar e avaliar a implementação das ações governamentais voltadas para a igualdade de gênero.

Essa demanda reflete a busca por mais transparência e eficácia, garantindo que as políticas atendam de fato às necessidades das mulheres no estado.

Propostas

Coordenação intersetorial e institucionalização das políticas

As paraibanas aprovaram propostas focadas na melhoria da governança das políticas para mulheres. Uma proposta-chave foi instituir, no âmbito do governo estadual, um comitê intersetorial permanente envolvendo secretarias como Mulher, Saúde, Educação, Segurança, Assistência Social, entre outras, para articular as ações de forma integrada.

Essa coordenação visa evitar duplicidades e lacunas, assegurando que o recorte de gênero permeie todos os programas governamentais.

Além disso, propôs-se criar um sistema estadual de monitoramento e avaliação das políticas para mulheres, com indicadores claros e participação da sociedade civil, a fim de acompanhar resultados e orientar ajustes necessários.

Dessa forma, busca-se profissionalizar a gestão e garantir continuidade às iniciativas de gênero.

Ampliação de serviços e interiorização

As propostas paraibanas incluíram a expansão de serviços especializados e sua descentralização para o interior. Sugeriu-se criar casas de acolhimento para mulheres em situação de violência nas regiões onde ainda não existem, instalar Delegacias da Mulher em municípios-polo e fortalecer os Centros de Referência da Mulher existentes, garantindo suporte jurídico, psicológico e social acessível em todo o estado.





No campo da saúde, recomendou-se ampliar a cobertura de atendimento às mulheres nas áreas rurais, com unidades móveis e equipes multidisciplinares itinerantes levando serviços ginecológicos e obstétricos a comunidades distantes.

Essas propostas pretendem reduzir as desigualdades regionais no acesso a direitos, fazendo com que mulheres do sertão e do agreste paraibano tenham o mesmo amparo que as da capital.

Desafios

Integração das políticas e continuidade administrativa

Na Paraíba, um desafio identificado é garantir que as políticas para mulheres sejam tratadas de forma integrada entre diferentes setores do governo e mantidas a longo prazo. Mudanças de gestão frequentemente levam à descontinuidade de programas e à perda de avanços já obtidos.

As participantes apontaram a necessidade de institucionalizar as conquistas – por exemplo, por meio de leis estaduais ou fundos permanentes – para que as ações pela igualdade de gênero não fiquem vulneráveis a ciclos políticos.

Sub-representação e violência política

Também se debateu a sub-representação das mulheres nos espaços de poder na Paraíba. Ainda são poucas as mulheres em cargos eletivos e posições de liderança, o que dificulta a priorização das pautas de gênero na agenda pública.

Relatou-se, inclusive, episódios de violência política de gênero que desencorajam mulheres de atuarem na vida pública. Enfrentar esse desafio passa por criar incentivos e mecanismos de apoio à participação política feminina, bem como punir práticas de assédio e violência contra mulheres na política.





Desigualdades socioeconômicas regionais

A Paraíba enfrenta desigualdades internas significativas. Mulheres de regiões semiáridas e do sertão convivem com menos oportunidades de emprego, renda e serviços públicos de qualidade do que aquelas da capital e do litoral. Essa disparidade regional foi listada como um desafio a ser superado.

Foi ressaltado que programas de qualificação profissional e geração de emprego devem contemplar as regiões do interior, assim como investimentos em saúde e proteção social, para evitar que mulheres de áreas remotas fiquem para trás no acesso a direitos.

Transversalidade com eixos temáticos

A Paraíba adotou a transversalidade de gênero como princípio norteador de suas discussões, em consonância com as orientações nacionais. Evidenciou-se que cada eixo temático precisa dialogar com os demais para atingir resultados efetivos.

Por exemplo, debateu-se que políticas de saúde da mulher devem considerar recortes de raça e região; que ações de combate à violência requerem iniciativas educativas e econômicas; e que a promoção da autonomia econômica deve vir acompanhada do combate ao racismo e ao sexismo.

Essa visão integrada indica uma compreensão amadurecida das paraibanas: a de que os direitos das mulheres devem ser promovidos de forma sistêmica.

Ou seja, educação, saúde, trabalho, enfrentamento da violência e discriminações precisam avançar juntos, garantindo que mais democracia e mais igualdade se traduzam em conquistas reais e duradouras para todas as mulheres paraibanas.

Pernambuco

Tendências emergentes





Valorização da economia do cuidado e corresponsabilidade familiar

Em Pernambuco, destacou-se a tendência de reconhecer e dividir de forma mais justa o trabalho de cuidado não remunerado, historicamente sobrecarregado nas mulheres. Os debates ressaltaram que essa sobrecarga limita a participação econômica e política feminina.

Ganhou força a ideia de políticas públicas de cuidado – ampliação de creches, serviços de apoio a cuidadoras e infraestrutura comunitária (cozinhas, lavanderias coletivas) – para aliviar esse peso.

Essa tendência reflete uma mudança estrutural: o cuidado é visto como responsabilidade coletiva (Estado, comunidade e famílias), não apenas das mulheres, alinhado ao debate nacional sobre economia do cuidado.

Saúde integral e bem-estar das mulheres como prioridades

Destacou-se a ênfase na saúde integral das mulheres, abrangendo saúde física, mental e direitos sexuais e reprodutivos. Apontou-se lacunas no atendimento básico e especializado, com preocupação especial em acolhimento de saúde mental para mulheres vítimas de violência ou sobrecarregadas.

Essa visão de saúde ampliada vai além da assistência médica tradicional, incorporando também o bem-estar socioemocional.

Defendeu-se, assim, uma política de saúde intersetorial e humanizada, com prevenção, atendimento adequado e garantia de direitos reprodutivos como parte da cidadania feminina.

Ampliação da rede de enfrentamento à violência de gênero

Houve uma forte tendência de ampliar e aprimorar os mecanismos de enfrentamento à violência contra as mulheres. Discutiu-se criar serviços especializados em regiões desassistidas e integrar ações de segurança, justiça, assistência social e saúde no atendimento às vítimas.





As participantes destacaram a importância de fortalecer a rede de proteção com equipamentos como a Casa da Mulher Brasileira, casas-abrigo e capacitação contínua de policiais e equipes de atendimento.

Defendeu-se que o combate à violência seja permanente e articulado em rede, abrangendo todas as formas de violência de gênero de forma preventiva e efetiva.

Perspectiva interseccional e inclusão de grupos vulnerabilizados

Destacou-se a incorporação da perspectiva interseccional nos debates, com foco na inclusão de mulheres que enfrentam múltiplas discriminações – negras, LGBTQIA+, com deficiência, rurais, quilombolas, entre outras.

Ressaltou-se que as políticas devem considerar essas diferenças: por exemplo, melhorar o acesso de mulheres com deficiência a serviços de apoio, qualificar o atendimento em saúde para mulheres trans e combater o racismo institucional que limita oportunidades de mulheres negras.

Ficou evidente que nenhuma conquista será plena se não alcançar todas as mulheres. A inclusão ampla e a equidade entre diferentes grupos foram afirmadas como critérios fundamentais para a efetividade das políticas públicas de gênero.

Fortalecimento institucional e participação social nos direitos das mulheres

Surgiu também em Pernambuco a tendência de fortalecer os organismos de políticas para mulheres e a participação social em sua formulação e controle. As conferências agruparam discussões sobre a necessidade de consolidar conselhos dos direitos das mulheres atuantes – dotados de recursos adequados e apoio técnico – bem como de criar estruturas institucionais permanentes nas prefeituras e no governo estadual para implementar as ações de gênero.

Enfatizou-se que as pautas de igualdade devem se tornar prioridades de Estado, não apenas de gestões temporárias.

As participantes defenderam maior participação popular e controle social, entendendo que a democracia participativa e instituições sólidas são essenciais para a continuidade e efetividade das políticas para mulheres.





Propostas

Combate à violência e expansão da proteção

Muitas propostas pernambucanas focaram no enfrentamento à violência contra as mulheres e na expansão da rede de proteção. Recomendou-se a criação ou melhoria de unidades especializadas, como Delegacias da Mulher (inclusive com funcionamento 24 horas), mais casas-abrigo e a implementação da Casa da Mulher Brasileira para atendimento integrado.

Definiu-se como diretriz a capacitação obrigatória e contínua de profissionais da segurança, saúde e assistência para evitar revitimização e negligência no atendimento às vítimas.

Também se aprovou o aprimoramento do registro e gestão de dados sobre violência de gênero, com sistemas integrados que permitam traçar perfis de agressores e monitorar reincidências.

Em síntese, buscou-se fortalecer todos os elos da rede de enfrentamento – do acolhimento imediato da vítima à punição do agressor – com proteção social e reabilitação das mulheres.

Políticas de cuidado compartilhado e infraestrutura social

As pernambucanas propuseram políticas de cuidado compartilhado, incluindo ampliar a oferta de creches públicas (com horários estendidos e período integral para atender mães trabalhadoras) e criar centros comunitários multifuncionais – lavanderias e cozinhas coletivas, espaços de convivência – para reduzir o tempo gasto em tarefas domésticas e aliviar a sobrecarga das mulheres.

Sugeriram também um Programa de Proteção à Cuidadora, com incentivos (subsídios ou contribuição previdenciária) para quem cuida de dependentes em tempo integral, reconhecendo e valorizando esse trabalho não pago.

Além disso, defenderam campanhas públicas para envolver mais os homens nas tarefas de cuidado, desconstruindo estereótipos e estimulando licenças parentais igualitárias. Essas propostas demonstram o compromisso em redistribuir o cuidado como política pública, reconhecendo-o como pilar da autonomia feminina e do bem-estar social coletivo.





Saúde, direitos sexuais e reprodutivos e apoio psicossocial

As propostas no campo da saúde buscaram garantir atendimento integral e humanizado às mulheres. Entre as diretrizes, destacam-se a ampliação de serviços especializados – criação de unidades de saúde da mulher e fortalecimento de centros de referência existentes, incluindo atenção à saúde da mulher negra e LGBTQIA+.

Defendeu-se assegurar os direitos sexuais e reprodutivos, ampliando o acesso a contraceptivos, prevenindo e combatendo a violência obstétrica e melhorando a assistência no pré-natal e pós-parto.

As pernambucanas também enfatizaram a importância do apoio psicossocial, propondo núcleos de atendimento psicológico para mulheres em situação de violência ou sofrimento mental, com funcionamento contínuo e equipes multidisciplinares.

Tais propostas refletem a busca por um sistema de saúde mais sensível às especificidades de gênero, que promova não apenas a cura de doenças, mas também o bem-estar e a autonomia corporal das mulheres.

Trabalho, renda e empreendedorismo feminino

No campo da autonomia econômica, Pernambuco apresentou propostas para ampliar as oportunidades de trabalho e renda das mulheres. Uma linha de ação destacada foi o incentivo ao empreendedorismo feminino e à economia solidária, por meio de capacitações técnicas e linhas de crédito ou editais específicos para negócios liderados por mulheres.

Propôs-se também a criação de programas de qualificação profissional alinhados às demandas do mercado local, garantindo acesso prioritário para mulheres em situação de vulnerabilidade – como vítimas de violência, mães solo, mulheres negras e transexuais.

Recomendou-se ainda incentivos para que empresas contratem mais mulheres, especialmente em cargos de liderança ou setores tradicionalmente masculinos, seja por campanhas de sensibilização, vantagens fiscais ou selos de certificação em igualdade de gênero. Tais propostas buscam remover barreiras estruturais que mantêm as mulheres em desvantagem no mercado de trabalho, promovendo igualdade de oportunidades.





Educação inclusiva e cidadania

As pernambucanas aprovaram propostas de educação para igualdade e cidadania. Determinou-se incluir, de forma transversal no currículo escolar, conteúdos sobre gênero, diversidade e prevenção às violências, desde as séries iniciais até a formação continuada de profissionais da educação. Recomendou-se produzir materiais pedagógicos e capacitar professoras(es) para abordar esses temas adequadamente em sala de aula.

Além disso, propuseram medidas para manter meninas e mulheres na escola e na universidade – como apoio financeiro e social a jovens mães para continuarem os estudos e estímulo à participação feminina em áreas científicas e tecnológicas (com bolsas, mentorias e feiras de ciências para alunas).

Essas iniciativas educacionais buscam formar novas gerações comprometidas com a igualdade e empoderar as mulheres a conhecer e reivindicar seus direitos, reforçando sua cidadania ativa.

Inclusão e proteção de grupos específicos de mulheres

As pernambucanas destinaram propostas a grupos de mulheres em maior vulnerabilidade, evidenciando a transversalidade das políticas. Sugeriram ações afirmativas para mulheres negras, enfrentando o racismo institucional com medidas como cotas em programas de emprego e estímulo à formação de lideranças comunitárias.

Para mulheres com deficiência, propuseram garantir acessibilidade plena nos serviços públicos – adaptações físicas (rampas) e comunicacionais (intérpretes de Libras), além de capacitar equipes para um atendimento inclusivo e sem preconceitos.

As mulheres LGBTQIA+ também foram contempladas: recomendou-se criar ambulatórios específicos para a saúde de pessoas trans e programas de empregabilidade que combatam a transfobia no mercado de trabalho.

Ao atender essas especificidades, as propostas pernambucanas reforçam que a política para as mulheres deve atingir a todas, respeitando diferenças e corrigindo desigualdades históricas.





Desafios

Subfinanciamento e estrutura institucional frágil

O subfinanciamento das políticas para as mulheres e a consequente fragilidade das estruturas institucionais surgiram como desafio central em Pernambuco. Secretarias e conselhos da mulher frequentemente operam com recursos insuficientes e sem apoio técnico adequado, o que compromete sua atuação.

A falta de orçamento específico e de equipes permanentes dificulta a continuidade de programas e a interiorização dos serviços. Muitos municípios menores não dispõem de delegacias da mulher, centros de referência ou casas-abrigo, deixando parte da população feminina sem atendimento.

Assim, garantir os direitos das mulheres esbarra nessa precariedade institucional. Tornou-se urgente assegurar orçamento adequado e fortalecer os mecanismos governamentais de gênero, para que as ações não fiquem sujeitas à descontinuidade.

Barreiras de acesso a serviços e direitos

Outro obstáculo evidenciado foi a dificuldade de acesso das mulheres aos serviços públicos e aos seus direitos, seja por falta de informação, seja por deficiências na estrutura de atendimento.

Relatos indicaram que muitas mulheres desconhecem a existência de programas ou equipamentos de apoio (centros de referência, linhas de denúncia, defensorias) por divulgação insuficiente e comunicação pouco eficaz.

Além disso, mesmo ao buscar ajuda, enfrentam barreiras físicas e sociais: desde a distância geográfica em áreas rurais, até a falta de capacitação ou sensibilização de alguns profissionais para atender adequadamente mulheres em situação de violência ou com necessidades específicas (como deficiência ou transexualidade).

Essas barreiras geram descontinuidade no cuidado e desigualdade territorial no acesso às políticas, configurando um desafio a ser superado por meio de melhorias na divulgação das ações, na acessibilidade dos serviços e na capacitação das equipes de atendimento.





Persistência do machismo e da violência estrutural

As pernambucanas apontaram desafios de ordem cultural, particularmente a persistência do machismo e de padrões socioculturais que normalizam a violência e a desigualdade de gênero. Observou-se que, apesar de avanços legais importantes, muitas práticas discriminatórias permanecem enraizadas, dificultando a aplicação efetiva das políticas públicas.

Exemplos citados incluem a sub-representação de mulheres em espaços de poder e a ideia ainda difundida de que pautas relacionadas às mulheres são secundárias ou “menores”. Além disso, a tendência de culpabilizar vítimas de violência e de tolerar comportamentos abusivos – fruto de valores patriarcais arraigados – representa um obstáculo constante à mudança.

Esse contexto se traduz em resistências à implementação de políticas progressistas e, não raro, no descaso de autoridades locais com diretrizes nacionais de igualdade de gênero. Vencê-lo exige um trabalho educativo contínuo e diálogo com a sociedade, com firme compromisso de desconstruir estereótipos e punir atitudes discriminatórias, promovendo uma cultura de respeito e equidade.

Sobrecarga feminina e divisão desigual do trabalho de cuidado

Por fim, destacou-se a divisão sexual desigual do trabalho de cuidado como um desafio transversal. Mesmo inseridas no mercado de trabalho, as mulheres continuam assumindo a maior parte das responsabilidades domésticas e de cuidado com crianças, idosos ou enfermos, sem contrapartida ou reconhecimento.

Essa sobrecarga limita o tempo disponível para educação continuada, participação política ou lazer, afetando a qualidade de vida e as oportunidades de ascensão das mulheres. Trata-se de um problema histórico que permanece atual e pouco abordado pelas políticas públicas.

Superá-lo implica tanto promover mudanças culturais na distribuição das tarefas de cuidado entre homens, Estado e comunidade, quanto implementar políticas concretas de apoio – como serviços públicos de cuidado e benefícios para cuidadoras –, justamente temas contemplados entre as propostas priorizadas no estado.





Transversalidade com eixos temáticos

As discussões em Pernambuco demonstraram forte integração entre os eixos temáticos nacionais da 5ª CNPM. Enfrentar a violência contra as mulheres apareceu como prioridade constante, e o eixo de trabalho e autonomia econômica esteve frequentemente ligado às reivindicações por políticas do cuidado (creches, apoio familiar) para viabilizar a inserção laboral feminina. Em geral, os temas não foram tratados isoladamente.

Por exemplo, ao discutir autonomia econômica logo surgia a questão da falta de creches; nos debates sobre saúde, mencionou-se a violência obstétrica como um problema de saúde pública e a necessidade de apoio em saúde mental às vítimas; ao tratar de participação política, apontou-se a violência de gênero que afasta mulheres dos espaços de poder.

De forma semelhante, o eixo de enfrentamento ao racismo, sexismo e LGBTfobia permeou todos os outros: nenhum debate sobre trabalho, educação ou segurança deixou de considerar as desigualdades vividas por mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+ ou com deficiência.

Os eixos foram trabalhados de forma transversal e interligada em Pernambuco. Ficou claro que avançar na igualdade de gênero requer políticas abrangentes e coordenadas em múltiplas frentes – economia, cuidado, saúde, educação, combate à violência e discriminações –, efetivando o lema nacional “Mais Democracia, Mais Igualdade, Mais Conquistas para Todas”.

Piauí

Tendências emergentes

Integração do desenvolvimento socioeconômico com a igualdade de gênero

No Piauí, uma tendência emergente foi articular as pautas de desenvolvimento socioeconômico do estado com a promoção da igualdade de gênero. Os debates passaram a inserir as políticas para mulheres no contexto do desenvolvimento regional, reconhecendo





que a inclusão produtiva feminina e a redução das desigualdades beneficiam toda a sociedade.

Destacaram-se temas como incentivo ao empreendedorismo feminino em cooperativas e negócios locais, capacitação profissional de mulheres para setores estratégicos da economia piauiense e apoio ao trabalho das mulheres no meio rural.

Essa mudança de perspectiva integrou as políticas para mulheres às estratégias de crescimento econômico com justiça social.

Ganharam relevo propostas que unem geração de emprego e renda a ações afirmativas de gênero, evidenciando que a autonomia econômica das mulheres é condição indispensável para um desenvolvimento sustentável e igualitário no Piauí.

Fortalecimento da rede de enfrentamento à violência

Outra tendência central foi a preocupação em fortalecer e ampliar a rede de enfrentamento à violência de gênero. As participantes destacaram grandes lacunas na proteção às mulheres, especialmente no interior, onde faltam serviços especializados. Demandaram novas Delegacias da Mulher, centros de referência e casas-abrigo em áreas desassistidas, cobrindo todo o território piauiense.

Reforçou-se também a necessidade de integrar as ações dos sistemas de segurança, justiça, saúde e assistência social, construindo um atendimento coordenado e eficaz para as vítimas.

Essa tendência indica a busca por uma abordagem mais robusta e abrangente: as piauienses querem um enfrentamento à violência estruturado em todo o estado e articulado entre as instituições, para prevenir e responder efetivamente a todas as formas de violência contra as mulheres.

Prioridade à saúde das mulheres e direitos reprodutivos

A saúde das mulheres foi tratada como prioridade, com ênfase especial na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Apontou-se a necessidade de melhorar a infraestrutura de saúde feminina no estado, que apresenta carências em saúde materna, atendimento ginecológico especializado e apoio psicológico.





Defendeu-se que assegurar direitos reprodutivos – acesso ao aborto legal nos casos previstos, a métodos contraceptivos e a um pré-natal de qualidade – é fundamental para reduzir problemas como mortalidade materna e gravidez indesejada entre adolescentes.

Paralelamente, destacou-se a importância de ampliar os serviços de saúde mental voltados às mulheres, dado o impacto da violência doméstica e da sobrecarga de trabalho sobre elas.

Essa tendência evidencia uma visão ampliada de saúde da mulher: não apenas ausência de doenças, mas bem-estar físico, autonomia sobre o próprio corpo e apoio emocional, demandando políticas públicas dedicadas a essas frentes.

Perspectiva interseccional e atenção à diversidade das mulheres

Como em outros estados, consolidou-se no Piauí uma forte tendência de aplicar a perspectiva interseccional, reconhecendo a grande diversidade das mulheres piauienses. Nos eventos locais emergiram pautas específicas de diversos grupos.

Discutiu-se, por exemplo, a realidade das mulheres rurais e quebradeiras de coco no interior, as condições de vida das mulheres quilombolas e indígenas em comunidades tradicionais, as dificuldades enfrentadas por mulheres negras nas periferias urbanas, bem como as demandas das jovens mulheres em situação de pobreza e das mulheres LGBTQIA+ por segurança e respeito.

Essa multiplicidade de pautas não foi tratada como setores isolados, mas integrada aos debates principais – por exemplo, quando se falou em autonomia econômica, considerou-se a situação das agricultoras familiares e das empreendedoras quilombolas.

Ao tratar de saúde, mencionou-se recortes de raça e sexualidade para garantir atendimento adequado a mulheres negras, lésbicas e trans.

Assim, consolidou-se uma lente interseccional nas conferências: entendeu-se que não há solução única que sirva igualmente para todas as mulheres, devendo o planejamento ser sensível às diferenças regionais, étnico-raciais, geracionais e de orientação sexual.

Esse enfoque amplia o alcance e a efetividade das políticas públicas, buscando torná-las universais nos direitos, porém específicas nos meios de atender cada grupo, para alcançar a equidade.





Fortalecimento institucional e defesa das políticas de gênero

Por fim, evidenciou-se no Piauí a tendência de fortalecer as instituições e políticas para mulheres, assegurando sua continuidade e defendendo-as contra retrocessos. Os debates agruparam reflexões sobre a necessidade de estruturar e dotar de recursos os órgãos de políticas para as mulheres – como coordenadorias municipais, secretarias especializadas e conselhos estaduais – garantindo que haja equipes qualificadas e orçamento para implementar as ações deliberadas em conferências.

As participantes piauienses enfatizaram transformar a pauta da igualdade de gênero em prioridade de Estado, acima de diferenças partidárias, e ampliar a participação social nos processos decisórios, em sintonia com o tema nacional “Mais Democracia, Mais Igualdade, Mais Conquistas”.

Houve também alerta para o avanço de discursos neoconservadores que ameaçam direitos já conquistados, reforçando a importância de vigilância e mobilização social para evitar retrocessos.

Assim, essa tendência combinou a defesa da democracia e dos direitos das mulheres com o fortalecimento dos mecanismos institucionais – entendendo que somente com instituições sólidas, participação popular e compromisso político será possível sustentar e ampliar os avanços em igualdade de gênero no Piauí.

Propostas

Ampliação da rede estadual de serviços para mulheres

As propostas piauienses destacaram-se pelo esforço de ampliar a rede de serviços especializados para mulheres em todo o estado. Sugeriu-se a instalação de uma unidade da Casa da Mulher Brasileira – centro integrado com delegacia, apoio psicossocial, jurídico e abrigo – na capital e em outras regiões estratégicas.

Recomendou-se criar Centros de Referência da Mulher em todos os municípios de médio porte, equipados para orientação, encaminhamento e acompanhamento de mulheres em situação de violência ou vulnerabilidade.





Propôs-se a descentralização das Delegacias da Mulher, com unidades 24 horas nas maiores cidades e um plano de interiorização prevendo ao menos uma delegacia especializada por território de desenvolvimento, apoiada por viaturas e equipes móveis para atender municípios menores.

As piauienses também defenderam investimentos em tecnologia para integração da rede – implantando sistemas informatizados que conectem delegacias, Judiciário e assistência social, agilizando a emissão de medidas protetivas e o monitoramento de agressores.

Em resumo, buscou-se construir uma rede robusta e capilar de proteção e atendimento, adequada à realidade local e capaz de reduzir as lacunas territoriais existentes.

Políticas de cuidado e suporte às cuidadoras

As mulheres do Piauí apresentaram propostas voltadas a compartilhar as responsabilidades de cuidado e apoiar quem cuida. Recomendou-se a expansão e melhoria da oferta de creches públicas, inclusive em zonas rurais, e a criação de horários flexíveis ou creches noturnas para atender mães trabalhadoras e estudantes, garantindo que a maternidade não impeça a continuidade do trabalho ou dos estudos.

Discutiu-se também o desenvolvimento de iniciativas comunitárias de cuidado, como centros de convivência que ofereçam assistência a crianças, idosos e pessoas com deficiência, aliviando as famílias – principalmente as mulheres – dessa carga diária.

Uma ideia apresentada foi instituir mecanismos de apoio financeiro ou previdenciário às cuidadoras familiares, reconhecendo o trabalho das mulheres que ficam fora do mercado formal para cuidar de parentes.

Paralelamente, as conferências aprovaram campanhas educativas para envolver mais homens nas tarefas domésticas e de cuidado, promovendo uma mudança cultural na divisão de papéis.

Essas propostas mostram um compromisso em tratar o cuidado como questão de interesse público: ao redistribuir as tarefas de cuidado entre Estado, comunidade e famílias, busca-se liberar as mulheres piauienses da sobrecarga que limita sua autonomia econômica e pessoal.





Saúde, direitos reprodutivos e serviços especializados

O eixo da saúde gerou diversas propostas no Piauí, reforçando a importância de oferecer cuidados de saúde acessíveis e especializados para as mulheres. Entre as medidas aprovadas, está a implementação de Centros de Saúde Integral da Mulher, unidades dedicadas ao atendimento humanizado e multidisciplinar das piauienses, concentrando serviços desde ginecologia e pré-natal até apoio psicológico em um só lugar.

Garantir os direitos sexuais e reprodutivos apareceu como prioridade: as delegadas propuseram ampliar a distribuição de contraceptivos nos postos de saúde, qualificar as equipes para prevenir e combater a violência obstétrica nos hospitais e assegurar a realização do aborto legal nos casos previstos em lei, sem obstáculos ou atrasos indevidos.

Outra frente de propostas foi a necessidade de fortalecer a saúde mental: sugeriu-se criar núcleos de atendimento psicológico para mulheres em sofrimento (vítimas de violência, depressão pós-parto etc.), integrados à rede pública e com profissionais capacitados em questões de gênero.

Essas iniciativas refletem o empenho em construir um sistema de saúde no Piauí mais sensível às necessidades das mulheres, que lhes garanta autonomia sobre seus corpos e suporte adequado em todas as fases da vida.

Autonomia econômica, trabalho e empreendedorismo

Para promover a autonomia econômica feminina, as piauienses elaboraram propostas visando melhorar o acesso das mulheres ao trabalho remunerado e aos meios de produção.

Recomendou-se programas de qualificação profissional exclusivos para mulheres, alinhados às vocações econômicas locais (agricultura familiar, turismo, tecnologia da informação, entre outros), garantindo também incentivos para mulheres ingressarem em áreas tradicionalmente ocupadas por homens.

Houve ainda a proposição de criação de um Fundo Estadual de Apoio ao Empreendedorismo Feminino, destinado a oferecer microcrédito orientado, capital semente e assistência técnica a pequenos negócios liderados por mulheres – especialmente nas periferias urbanas e comunidades rurais.

No âmbito do emprego formal, as conferências sugeriram medidas para promover a igualdade salarial e de oportunidades: desde fiscalizar e combater a diferença de salários





entre homens e mulheres até criar incentivos (como selos ou vantagens fiscais) para empresas que contratem mulheres em posições de liderança ou absorvam trabalhadoras de grupos sub-representados (negras, mulheres com deficiência, etc.).

Também se discutiu a ampliação de políticas de apoio às trabalhadoras informais, facilitando sua formalização e acesso à previdência e direitos trabalhistas. Com esse conjunto de proposições, o Piauí busca remover obstáculos estruturais – educacionais, financeiros e culturais – que ainda limitam a plena participação econômica das mulheres, capitalizando suas competências em benefício do desenvolvimento estadual.

Educação para igualdade e participação

No campo educacional, o Piauí reafirmou propostas para utilizar a educação como ferramenta de transformação social e promoção do protagonismo feminino. Uma diretriz central definida foi integrar, de maneira transversal nos currículos escolares, conteúdos de educação em direitos das mulheres, equidade de gênero, diversidade e prevenção da violência, começando pela formação continuada de professores e professoras.

As piauienses propuseram que a temática de gênero e raça fosse abordada de forma efetiva em várias disciplinas, garantindo que cada escola desenvolva projetos que valorizem, por exemplo, o legado de mulheres negras na história local, o combate ao bullying LGBTfóbico e a prevenção do assédio.

Outra proposta foi fortalecer a educação de jovens e adultos (EJA) voltada para mulheres que não concluíram os estudos, incluindo alfabetização para mulheres idosas e flexibilização de horários e modalidades (como EJA semipresencial) para atender quem trabalha ou cuida da família.

Além disso, enfatizou-se a necessidade de programas para evitar a evasão escolar de meninas – em especial das adolescentes mães – oferecendo creches em escolas, auxílio financeiro e apoio psicossocial, de modo que a maternidade precoce não interrompa sua educação.

Por fim, foram recomendadas campanhas educativas e materiais didáticos que desconstruam estereótipos de gênero desde cedo, sensibilizando meninos e meninas para o respeito e a igualdade.

Essas propostas educacionais refletem o entendimento de que a construção de uma sociedade igualitária passa inevitavelmente pela sala de aula e pelos espaços formativos,





preparando as novas gerações para superar preconceitos e aumentando a participação das mulheres em todos os âmbitos, do mercado de trabalho à política.

Inclusão e equidade para grupos de mulheres vulneráveis

Assim como em outros estados, o Piauí desenvolveu propostas específicas para atender grupos de mulheres que enfrentam barreiras adicionais. Para as mulheres do campo, recomendou-se a criação de programas de assistência técnica e extensão rural com enfoque de gênero, garantindo que agricultoras familiares tenham acesso a crédito, insumos e tecnologias apropriadas, além de apoio para a comercialização de seus produtos.

No caso das mulheres quilombolas e indígenas, as conferências aprovaram propostas de proteção das culturas tradicionais e inclusão produtiva, como feiras específicas para artesanato e alimentos produzidos por mulheres dessas comunidades e a titulação de terras com participação das mulheres nas decisões.

Para as mulheres jovens e negras das periferias urbanas, surgiram ideias como escolas de lideranças femininas comunitárias e projetos culturais que elevem suas vozes, entendendo a cultura como espaço de empoderamento.

As mulheres com deficiência foram lembradas em propostas para garantir total acessibilidade física e comunicacional nos serviços públicos (desde rampas e intérpretes de Libras até materiais em braile) e inserir a perspectiva da pessoa com deficiência nas políticas de emprego e saúde da mulher.

Já com relação às mulheres LGBTQIA+ (especialmente mulheres trans), as piauienses sugeriram a implantação de ambulatórios especializados para atendimento da saúde trans e programas de empregabilidade que incentivem a contratação dessas mulheres, combatendo o preconceito que as exclui do mercado formal.

Ao propor essas iniciativas, o Piauí demonstra a intenção de corrigir desigualdades históricas e garantir que os benefícios das políticas públicas cheguem às mulheres em situação de maior vulnerabilidade, respeitando as especificidades de cada grupo.





Desafios

Baixo financiamento e estruturas institucionais frágeis

As conferências do Piauí apontaram o baixíssimo financiamento das políticas para mulheres e a fragilidade institucional como entraves principais à efetivação das ações. Foi ressaltado que os organismos estaduais e municipais responsáveis pela pauta – como coordenadorias da mulher e conselhos – operam com recursos escassos e muitas vezes sem corpo técnico permanente, o que limita a execução contínua dos programas discutidos em conferência.

Essa falta de investimento se reflete na insuficiência de equipamentos especializados: diversas regiões do Piauí carecem de delegacias da mulher, casas-abrigo, centros de atendimento e outros serviços, deixando grande parte da população feminina desassistida.

O resultado é uma enorme desigualdade territorial dentro do estado, onde apenas alguns centros urbanos contam com estrutura para atender mulheres, enquanto comunidades do interior ficam à mercê da sorte.

Enfrentar esse desafio implica garantir orçamento específico e políticas de Estado para a mulher, fortalecendo institucionalmente os órgãos de gênero e dotando-os de meios para agir de forma capilar em todo o Piauí.

Dificuldades de acesso e interiorização insuficiente

Outro desafio apontado é a dificuldade de acesso das mulheres piauienses aos direitos e serviços existentes, agravada pelas distâncias geográficas e pela interiorização insuficiente das políticas. Muitas mulheres em áreas rurais ou municípios pequenos desconhecem seus direitos e os recursos disponíveis – seja por deficiência na divulgação das informações, seja por barreiras culturais e educacionais.

Mesmo quando informadas, encontram obstáculos práticos: longas distâncias até a delegacia ou hospital mais próximo, falta de transporte público, ausência de profissionais capacitados para atendê-las adequadamente em suas localidades.

Esse cenário leva a um baixo índice de denúncias e procura por ajuda, perpetuando situações de violência ou privação de direitos que permanecem invisíveis.





As conferencistas ressaltaram a necessidade de ampliar a presença do Estado no interior, seja por meio de unidades móveis de atendimento, seja pela criação de serviços regionais, além de melhorar a comunicação e orientação para que todas as mulheres conheçam e alcancem as políticas a elas destinadas. Superar tais barreiras de acesso é fundamental para que as políticas públicas tenham efetividade de norte a sul do estado.

Cultura patriarcal e resistências conservadoras

No âmbito sociocultural, um grande desafio reconhecido no Piauí é a cultura patriarcal persistente e as novas resistências conservadoras que dificultam a implementação das políticas para as mulheres.

Apesar dos avanços jurídicos, valores tradicionais que subjagam as mulheres ainda estão enraizados em parte da sociedade, manifestando-se em atitudes como a resistência de alguns gestores em apoiar iniciativas de igualdade de gênero ou a influência de posicionamentos religiosos extremados nas políticas públicas (por exemplo, oposição à educação sexual nas escolas ou ao atendimento em casos de aborto legal).

As participantes alertaram para o fortalecimento de movimentos neoconservadores que tentam reverter direitos já conquistados, o que imprime um clima de constante vigilância e necessidade de defesa das pautas de mulheres. Além disso, as práticas machistas cotidianas – desde a responsabilização da mulher pela violência que sofre até a desqualificação de lideranças femininas – criam um ambiente hostil à equidade.

Vencer esse desafio exige transformação cultural de longo prazo, investimento em educação não sexista, campanhas de conscientização contínuas e firme compromisso político para não ceder a pressões que coloquem em risco os direitos das mulheres.

Sobrecarga do cuidado limitando oportunidades

A divisão desigual do trabalho de cuidado foi novamente destacada como um desafio transversal no Piauí, contribuindo para a permanência da desigualdade de gênero. Nas discussões, reiterou-se que as mulheres piauienses, sobretudo nas zonas rurais e periferias, acumulam jornadas triplas: trabalho remunerado (quando têm emprego), afazeres domésticos e cuidado de filhos, idosos ou pessoas enfermas, muitas vezes sem auxílio.





Essa sobrecarga de responsabilidades implica que mulheres tenham menos tempo para educação formal, qualificação profissional, participação política ou lazer, reduzindo suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e econômico.

Observou-se que, diferentemente de alguns estados mais ricos, onde já se começam a estruturar políticas públicas de cuidado, o Piauí ainda engatinha nesse tema – e a carga recai majoritariamente sobre as famílias e, dentro delas, sobre as mulheres.

Essa situação, além de injusta, aprofunda as desigualdades: mulheres exaustas e sem rede de apoio dificilmente conseguem quebrar o ciclo de pobreza ou violência em que se encontram.

Enfrentar tal desafio implica redistribuir o trabalho de cuidado – por meio de serviços públicos como creches, centros-dia para idosos, programas de cuidadores – e fomentar mudanças de mentalidade para que homens e toda a comunidade dividam essas tarefas, liberando as mulheres para buscar suas conquistas individuais.

Transversalidade com eixos temáticos

As discussões no Piauí refletiram de maneira intensa os eixos temáticos propostos nacionalmente, com uma abordagem integrada entre as diferentes dimensões. Assim como em outros estados, alguns eixos tiveram ênfase especial – o de enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres apareceu como prioridade constante, e o de autonomia econômica e igualdade no trabalho foi frequentemente discutido lado a lado com as políticas de cuidado e de combate ao racismo.

Raramente os temas foram tratados isoladamente pelas piauienses. Ao contrário, ficou clara a interconexão entre os eixos: por exemplo, ao debater trabalho e renda, considerou-se imediatamente a necessidade de creches e de enfrentar as desigualdades raciais no mercado de trabalho (visto que mulheres negras enfrentam maiores obstáculos de emprego e salário).

Nos debates sobre saúde, incorporou-se tanto a questão da violência de gênero – entendendo que saúde da mulher inclui viver livre de violência e ter apoio em saúde mental – quanto a importância de um Estado laico para garantir direitos reprodutivos sem interferências religiosas.





Essa abordagem transversal também se manifestou ao se articular o eixo do enfrentamento ao racismo, sexismo e LGBTfobia dentro dos demais eixos.

As conferências do Piauí trataram o combate às discriminações não como um capítulo à parte, mas como parte inerente de discussões sobre educação (por exemplo, defendendo educação antirracista e anti-LGBTfóbica nas escolas), sobre segurança (com atenção à violência contra mulheres lésbicas e trans) e sobre participação social.

Dessa forma, falar de participação política significou também discutir a violência política de gênero e raça que atinge candidatas e eleitas; discutir cultura e mídia envolveu promover a visibilidade das mulheres quilombolas, indígenas e LGBTQIA+ na produção cultural local; e abordar o desenvolvimento sustentável e meio ambiente levou em conta a situação específica das mulheres em áreas rurais e ribeirinhas no estado.

Em suma, no Piauí os eixos temáticos foram trabalhados de maneira transversal e interdependente, reforçando a compreensão de que os avanços em uma área apoiam-se nos progressos em outra.

Essa visão integrada reafirma que as políticas para as mulheres precisam ser abrangentes e coordenadas entre si para efetivar de fato o lema de mais democracia, mais igualdade e mais conquistas para todas, alcançando as mulheres piauienses em sua pluralidade de realidades.

Rio Grande do Norte

Tendências emergentes

Valorização do trabalho de cuidado e corresponsabilidade coletiva

No Rio Grande do Norte, evidenciou-se uma forte ênfase na economia do cuidado. Os debates destacaram o peso desproporcional do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado que recai sobre as mulheres potiguaras, limitando suas oportunidades de trabalho e participação política.





Ganhou impulso a pauta de políticas públicas de cuidado – criação de creches acessíveis, programas de apoio a cuidadoras e infraestrutura comunitária (como cozinhas e lavanderias coletivas) – visando distribuir de forma mais equitativa as responsabilidades familiares.

Essa tendência reflete a compreensão de que o cuidado deve ser uma responsabilidade compartilhada entre Estado, comunidades e famílias, alinhando-se às discussões nacionais sobre a economia do cuidado e buscando libertar tempo e energia das mulheres para sua autonomia pessoal e profissional.

Saúde integral das mulheres e direitos reprodutivos como prioridade

Outra tendência marcante nas conferências potiguaras foi a centralidade da saúde integral da mulher, incluindo saúde física, mental e direitos sexuais e reprodutivos. Debates em diversos municípios ressaltaram lacunas no atendimento básico e especializado voltado às mulheres, com preocupação especial com as altas taxas de mortalidade materna na região.

Demandou-se melhoria do pré-natal, do parto humanizado e da atenção à saúde menstrual e climatérica, bem como mais serviços de saúde mental para mulheres – seja para acolher vítimas de violência, seja para amparar aquelas sobrecarregadas pela dupla jornada. Essa priorização amplia o conceito de saúde além da assistência médica tradicional, incorporando o bem-estar sócioemocional.

As conferências apontaram para políticas intersetoriais de saúde da mulher que garantam acesso a direitos reprodutivos, prevenção da violência obstétrica e atendimento humanizado, reconhecendo a saúde como dimensão essencial da cidadania feminina.

Ampliação da rede de enfrentamento à violência de gênero

De forma semelhante a outras regiões, o Rio Grande do Norte apresentou uma tendência consistente de fortalecer e expandir os mecanismos de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Os debates agruparam propostas que vão desde a criação de serviços especializados em áreas descobertas (delegacias da mulher e núcleos de atendimento 24 horas) até a integração intersetorial envolvendo segurança, justiça, assistência social e saúde.





As participantes potiguares enfatizaram a importância de consolidar uma rede de proteção contínua, com Casas da Mulher, abrigos temporários e equipes policiais capacitadas e sensibilizadas.

Essa tendência indica que o combate à violência deve ser permanente e articulado em rede, abrangendo desde a violência doméstica até outras formas de violência de gênero, com foco tanto na prevenção quanto na assistência efetiva às vítimas em todo o estado.

Perspectiva interseccional e inclusão de grupos vulnerabilizados

Uma inovação nos debates do RN foi a incorporação firme da perspectiva interseccional na análise dos desafios. Praticamente todas as conferências destacaram pautas de inclusão de mulheres que vivenciam múltiplas camadas de discriminação – mulheres negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, mulheres com deficiência, idosas e mulheres do campo.

Reconheceu-se que as políticas públicas precisam considerar essas diferenças: melhorar a acessibilidade dos serviços para mulheres com deficiência; qualificar o atendimento de saúde às mulheres trans; enfrentar o racismo institucional que limita oportunidades para mulheres negras, entre outros exemplos.

Essa tendência demonstra uma visão compartilhada de que a igualdade de gênero só será plena se alcançar todas as mulheres, respeitando a diversidade.

A busca por equidade entre diferentes grupos passou a ser vista como critério de eficácia das políticas, evidenciando um alinhamento do RN com a agenda nacional de combate simultâneo ao sexismo, racismo e LGBTfobia.

Autonomia econômica e inclusão produtiva das mulheres

Diante das dificuldades socioeconômicas do estado, emergiu fortemente a discussão sobre autonomia econômica feminina. As conferências ressaltaram o impacto da pobreza, do desemprego e da precarização do trabalho na vida das mulheres, especialmente chefes de família e moradoras de zonas rurais ou periféricas.

Foram destacadas experiências de economia solidária, agricultura familiar e empreendedorismo feminino como caminhos para geração de renda.





Essa tendência aponta para a necessidade de políticas ativas de inclusão produtiva – como capacitações profissionais adequadas às realidades locais, acesso ao microcrédito e apoio a cooperativas lideradas por mulheres – entendendo que o empoderamento econômico é condição necessária para romper ciclos de violência e desigualdade.

No RN, houve também atenção à situação das mulheres rurais e do semiárido, enfatizando-se tecnologias sociais (cisternas, quintais produtivos) e práticas agroecológicas que combinam sustentabilidade ambiental e independência financeira para as trabalhadoras do campo.

Fortalecimento institucional e participação democrática das mulheres

Por fim, uma tendência transversal no Rio Grande do Norte foi a busca pelo fortalecimento dos organismos de políticas para mulheres e pela ampliação da participação democrática feminina. Diversos debates realçaram a fragilidade estrutural de órgãos como coordenadorias e conselhos dos direitos das mulheres nos municípios, em geral com recursos escassos e pouca continuidade administrativa.

Frente a isso, as potiguares defenderam a institucionalização dessas instâncias – criando Secretarias Municipais da Mulher onde não existem, garantindo orçamento próprio e equipes qualificadas, e reativando conselhos com representatividade e poder deliberativo.

Paralelamente, enfatizou-se a importância da participação social: estimular a presença de mulheres nos espaços de decisão, desde os conselhos comunitários até os parlamentos, e promover formações políticas que empoderem lideranças femininas.

Essa tendência reflete a compreensão de que a democracia participativa e a perenização das estruturas de gênero no Estado são fundamentais para que as políticas para as mulheres avancem de forma contínua, como políticas de Estado e não apenas de governo.

Propostas

Combate à violência e expansão da proteção





Grande parte das propostas do RN concentrou-se no enfrentamento às diversas formas de violência de gênero e na expansão da rede de proteção às vítimas. Entre as diretrizes aprovadas destacam-se a criação e aprimoramento de unidades especializadas – incluindo a expansão das Delegacias da Mulher (DEAM) para todas as regiões, com funcionamento 24 horas, e a implantação de Casas Abrigo seguras para mulheres (e seus filhos) em situação de risco.

Propôs-se protocolos de atendimento humanizado e capacitação continuada para profissionais da segurança, saúde e assistência, visando evitar a revitimização e melhorar o acolhimento.

Outra recomendação importante foi o aprimoramento dos sistemas de dados e monitoramento da violência de gênero, permitindo identificar reincidências e orientar políticas preventivas de forma mais eficaz.

Também surgiu no RN a ideia de medidas inovadoras como a criação de um benefício financeiro emergencial para mulheres vítimas de violência, auxiliando sua autonomia imediata ao deixarem situações de abuso.

Em síntese, as propostas potiguaras buscaram fortalecer todos os elos da cadeia de proteção – da denúncia e acolhida inicial até a reabilitação da vítima e a responsabilização do agressor – garantindo que nenhuma mulher fique desassistida.

Saúde, direitos sexuais e reprodutivos e apoio psicossocial

No eixo da saúde, o Rio Grande do Norte apresentou propostas robustas para assegurar um atendimento integral e sensível às necessidades das mulheres. Foi aprovada a criação de centros de saúde integral da mulher em nível estadual e municipal, com serviços especializados em saúde ginecológica, obstétrica e mental, incluindo atenção específica a mulheres negras, LGBTQIA+ e rurais que enfrentam barreiras adicionais no sistema de saúde convencional.

Reiterou-se a necessidade de garantir os direitos sexuais e reprodutivos, com ações como ampliar o acesso a métodos contraceptivos, prevenir e combater a violência obstétrica nas maternidades e oferecer educação sexual e planejamento reprodutivo nos serviços de atenção básica.





As potiguaras também propuseram programas de prevenção da mortalidade materna, integrando vigilância e cuidados desde o pré-natal até o puerpério, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade.

Além disso, enfatizou-se o fortalecimento do apoio psicossocial: criação de núcleos de atendimento psicológico e social para mulheres em sofrimento (por violência ou outros motivos), com equipes multidisciplinares e funcionamento contínuo.

Tais propostas refletem a busca por um sistema de saúde público mais humanizado e próximo das comunidades, que cuide não apenas das doenças, mas promova o bem-estar e a autonomia corporal das mulheres em toda a sua diversidade.

Trabalho, renda e autonomia econômica feminina

Considerando as disparidades socioeconômicas no estado, houve um conjunto significativo de propostas voltadas à autonomia econômica das mulheres potiguaras. Uma linha de ação proeminente foi o incentivo ao empreendedorismo feminino e à economia solidária, por meio de capacitações técnicas, assistência para formalização de negócios e linhas de crédito específicas para iniciativas lideradas por mulheres (incluindo jovens empreendedoras, artesãs, agricultoras familiares etc.).

Também se propôs a criação de programas de qualificação profissional orientados pelas demandas do mercado local, garantindo prioridade de acesso para mulheres em situação de vulnerabilidade – como mulheres em situação de violência, mães solo, mulheres com deficiência e transexuais.

Essas formações incluiriam conteúdos de inclusão digital e novas tecnologias, preparando as mulheres para oportunidades em setores de maior remuneração.

Outras recomendações buscaram remover barreiras no mercado de trabalho formal: por exemplo, a criação de incentivos fiscais e selos de equidade de gênero para empresas que adotem igualdade salarial e contratem mulheres em cargos de liderança ou em áreas predominantemente masculinas.

Ao mesmo tempo, reconhecendo a importância do cuidado na equação do trabalho, as potiguaras defenderam a expansão de creches e serviços de apoio que permitam às mulheres trabalharem sabendo que seus filhos e dependentes estão assistidos.





O conjunto dessas propostas visa reduzir a pobreza feminina e a dependência econômica, entendendo que a emancipação financeira é condição indispensável para o exercício pleno dos demais direitos.

Educação para a igualdade e participação cidadã das mulheres

As conferências do RN também geraram proposições no campo da educação e da formação cidadã, entendendo-as como ferramentas de transformação cultural e política. Uma proposta central foi inserir conteúdos sobre gênero, diversidade e prevenção da violência nos currículos escolares, desde a educação básica.

Ao abordar temas como Lei Maria da Penha, respeito à diversidade sexual e racial e equidade de gênero nas escolas, busca-se formar novas gerações conscientes e engajadas na promoção da igualdade, rompendo estereótipos desde cedo.

Aliado a isso, recomendou-se a formação continuada de educadores para lidar com essas temáticas em sala de aula, bem como a contratação de profissionais de apoio (psicólogos e assistentes sociais escolares) para dar suporte a alunas em situação de vulnerabilidade.

No âmbito da participação política, as potiguaras aprovaram propostas para incentivar a liderança feminina: desde projetos pedagógicos que estimulem meninas a ocuparem espaços de representação (como grêmios, conselhos escolares, etc.) até formações político-cidadãs para mulheres adultas nas comunidades, fortalecendo conhecimentos sobre direitos, orçamento público e mecanismos de controle social.

Adicionalmente, sugeriram a implementação de medidas legais para ampliar a representação feminina nos espaços de poder, a exemplo da defesa pela paridade de gênero nas candidaturas eleitorais e em cargos de indicação (buscando aumentar de 30% para 50% a participação de mulheres, com financiamento de campanha equivalente e mecanismos efetivos de cumprimento das cotas).

Essas iniciativas em educação e cidadania caminham juntas para empoderar as mulheres potiguaras: de um lado transformando a cultura machista pela via educacional, de outro promovendo o engajamento e a voz ativa das mulheres nas decisões públicas.





Inclusão e proteção de grupos específicos de mulheres

Por fim, um importante conjunto de propostas do RN focou em garantir direitos a grupos de mulheres em situação de maior vulnerabilidade, reforçando a transversalidade das políticas para as mulheres.

Foram sugeridas ações afirmativas voltadas às mulheres negras, como incentivos à contratação e promoção de mulheres negras em programas de emprego e liderança comunitária, reconhecendo a necessidade de combater o racismo institucional.

Para as mulheres com deficiência, propôs-se medidas de acessibilidade plena nos serviços públicos – adaptações físicas nas delegacias, unidades de saúde e centros de atendimento, além de capacitação das equipes para um acolhimento inclusivo e sem preconceitos.

Em relação às mulheres LGBTQIA+ (especialmente mulheres trans e travestis), as propostas buscaram garantir acesso digno à saúde, ao trabalho e à segurança: por exemplo, a criação de ambulatórios especializados para saúde trans e programas de empregabilidade que enfrentem a transfobia no mercado de trabalho.

As mulheres do campo, das águas e comunidades tradicionais também foram contempladas, com reivindicações por assistência técnica agrícola específica para trabalhadoras rurais, expansão de programas como quintais produtivos e feiras agroecológicas, e reconhecimento das pescadoras artesanais (marisqueiras) como sujeitas de direitos nas políticas de desenvolvimento sustentável do litoral.

Adicionalmente, tendo em vista a relação entre vulnerabilidade socioeconômica e violência, o RN priorizou propostas como garantir moradia digna e segura para mulheres em situação de risco ou pobreza – incluindo prioridade para mulheres (especialmente mães solo) em programas habitacionais públicos e a destinação de imóveis ociosos para iniciativas de habitação popular feminina.

Ao abordar essas especificidades, as propostas potiguaras reforçam que as políticas para as mulheres devem alcançar a todas, corrigindo desigualdades históricas e atendendo necessidades diferenciadas para que nenhuma mulher fique para trás.





Desafios

Subfinanciamento das políticas e fragilidade institucional

As conferências no Rio Grande do Norte diagnosticaram como desafio central o crônico subfinanciamento das políticas para as mulheres, que gera estruturas institucionais frágeis e descontinuidades de ações.

Foi apontado que muitos municípios não dispõem de orçamento próprio para programas de igualdade de gênero; órgãos como coordenadorias e conselhos da mulher funcionam com recursos limitados e dependem de voluntarismo, o que compromete sua efetividade.

Essa falta de investimento resulta na ausência ou precariedade de equipamentos essenciais – delegacias especializadas, casas abrigo, serviços de saúde da mulher – sobretudo fora da capital. Por exemplo, regiões do interior potiguar permanecem sem unidades de apoio às vítimas de violência ou sem creches públicas, por falta de verba e priorização.

A fragilidade institucional também se manifesta na alta rotatividade de equipes e na dependência de convênios descontínuos. Esse cenário evidencia que, sem dotação orçamentária adequada e estrutura permanente, as políticas para as mulheres ficam sujeitas a retrocessos.

Superar esse desafio requer transformar as pautas de gênero em prioridade de Estado, com alocação de recursos garantidos em lei e fortalecimento dos mecanismos governamentais voltados às mulheres, sob pena de os avanços deliberados nas conferências não se consolidarem na prática.

Barreiras de acesso a direitos e serviços

Outro obstáculo ressaltado foi a dificuldade que muitas mulheres enfrentam para acessar os serviços públicos e efetivar seus direitos, seja por desconhecimento, seja por deficiências na oferta e qualidade do atendimento.

Em várias conferências do RN, relatou-se que as mulheres, especialmente nas zonas rurais e periferias, não são informadas sobre a existência de programas de apoio – por exemplo, desconhecem canais de denúncia de violência ou programas de capacitação disponíveis – devido à comunicação insuficiente e à baixa capilaridade das políticas.





Além disso, quando buscam ajuda, deparam-se com barreiras geográficas e institucionais: a distância para chegar a uma delegacia ou centro de referência; a falta de transporte público; horários de funcionamento incompatíveis (como unidades de saúde que não atendem fora do horário comercial, prejudicando trabalhadoras); e ainda barreiras atitudinais, como o atendimento despreparado ou discriminatório por parte de alguns profissionais.

Tais barreiras geram a exclusão ou o abandono do serviço – por exemplo, mulheres que desistem de denunciar por não terem acolhimento adequado, ou que não conseguem concluir um curso profissionalizante por falta de creche para os filhos.

No contexto potiguar, essas dificuldades de acesso aprofundam as desigualdades regionais e sociais, constituindo um desafio a ser enfrentado com a descentralização dos serviços (levando-os até as comunidades), melhoria da infraestrutura (transporte, comunicação) e capacitação das equipes para um atendimento qualificado e empático.

Persistência do machismo e da violência estrutural

As participantes das conferências do RN também apontaram desafios culturais profundos, destacando a persistência do machismo e de padrões socioculturais discriminatórios que naturalizam a desigualdade de gênero.

Embora haja avanços legais, muitas práticas e mentalidades atrasadas permanecem enraizadas, dificultando a implementação efetiva das políticas. Exemplos citados incluíram a sub-representação feminina nos espaços de poder – reflexo de preconceitos que questionam a capacidade das mulheres como líderes – e a resistência de certos gestores em priorizar ações para mulheres, tratando-as como pauta secundária.

Mencionou-se ainda a tendência de culpabilizar as vítimas de violência e tolerar comportamentos abusivos como obstáculos cotidianos à mudança social. No RN, onde muitas comunidades têm estruturas tradicionais, valores patriarcais arraigados geram resistência local a iniciativas como educação sexual nas escolas ou campanhas sobre direitos reprodutivos.

Essa violência simbólica e estrutural perpetua ambientes hostis às mulheres, manifesta-se no discurso público e até no atendimento institucional (com revitimização e descrédito da palavra da mulher) e mina os esforços de promoção da igualdade.

Enfrentar esse desafio exigirá continuidade nas ações de educação e sensibilização de toda a sociedade – mulheres, homens, jovens, autoridades – para desconstruir estereótipos, bem





como rigor na punição de atitudes discriminatórias, construindo uma cultura de respeito e equidade.

Sobrecarga feminina e divisão desigual do trabalho de cuidado

Um desafio transversal identificado nas discussões do RN é a manutenção da divisão sexual desigual do trabalho, em especial no tocante aos cuidados domésticos e familiares. Mesmo quando inseridas no mercado de trabalho, as mulheres continuam assumindo a maior parte das responsabilidades pelo lar, pelos filhos, pelos idosos e pessoas enfermas da família – muitas vezes sem qualquer apoio ou reconhecimento.

As conferências relataram que essa sobrecarga de cuidado limita o tempo e a energia disponíveis para que as mulheres se dediquem à formação profissional, à participação política ou ao autocuidado, perpetuando sua desvantagem em relação aos homens.

Trata-se de um problema histórico, mas que permanece atual e pouco abordado pelas políticas públicas.

No RN, onde redes formais de suporte (creches, instituições de longa permanência) são escassas, recai quase totalmente sobre as mulheres o equilíbrio entre sustento econômico e cuidado familiar.

Superar esse obstáculo implica mudanças culturais – educando para que homens e toda a comunidade assumam sua parcela no cuidado – e políticas concretas de apoio, como a oferta de serviços públicos de cuidado (creches, centros-dia, cuidadores comunitários) e incentivos (auxílios, folgas trabalhistas) para quem realiza trabalho de cuidado.

Sem aliviar a carga que pesa sobre as potiguares nessa esfera, outras conquistas como emprego, educação ou participação política acabam comprometidas.

Transversalidade com eixos temáticos

No Rio Grande do Norte, as discussões das conferências demonstraram forte alinhamento e abordagem integrada em relação aos eixos temáticos nacionais da 5ª CNPM. Diversos temas foram tratados de forma transversal, evidenciando interconexões práticas entre os eixos.





Um exemplo claro foi a relação entre o eixo de autonomia econômica/trabalho e o eixo das políticas de cuidado. Ficou patente nos debates potiguaros que promover emprego e renda para as mulheres requer simultaneamente enfrentar a questão do cuidado.

As propostas de qualificação profissional e empreendedorismo vieram quase sempre acompanhadas de reivindicações por creches em tempo integral, lavanderias comunitárias e outros suportes, mostrando que o acesso das mulheres ao trabalho remunerado depende da disponibilidade de apoio no cuidado de filhos e dependentes. Essa interdependência entre trabalho e cuidado foi um dos traços marcantes da transversalidade no RN.

De forma semelhante, o eixo de enfrentamento à violência contra as mulheres perpassou inúmeros diálogos, mas quase nunca de maneira isolada – ele aparecia conectado a outras dimensões.

Discutiu-se, por exemplo, como a violência doméstica afeta a saúde mental e física das mulheres (conectando-se ao eixo de saúde integral) e como a falta de autonomia financeira pode aprisionar vítimas em relações abusivas (ligando-se ao eixo de trabalho e renda).

As participantes também destacaram a violência política de gênero como um fator que dificulta a participação das mulheres nos espaços de poder, interligando o eixo da violência com o eixo da participação e poder.

Assim, ficou evidente a necessidade de remover as violências (sejam elas domésticas, institucionais ou simbólicas) para viabilizar maior presença feminina na política e em outros setores – uma integração prática entre esses eixos.

O eixo da participação nos espaços de decisão e controle social, por sua vez, foi frequentemente associado à necessidade de fortalecimento institucional (um tema alinhado ao eixo de gestão democrática das políticas para mulheres).

No RN, quando se discutiu participação, logo emergiu a importância de conselhos da mulher ativos, de orçamento público sensível ao gênero e da criação de secretarias específicas – mostrando o diálogo entre o eixo da participação/poder e a agenda de governança das políticas de gênero.

As potiguaras enfatizaram que sem estruturas institucionais sólidas (lei de fundo, órgãos permanentes) a participação social perde eficácia, e vice-versa – uma retroalimentação entre esses temas.

Destaca-se ainda que o eixo de enfrentamento do racismo, sexismo e LGBTfobia permeou praticamente todos os outros eixos de forma transversal nas conferências do RN.





As discussões de saúde consideraram as disparidades enfrentadas por mulheres negras e indígenas no acesso a serviços; os debates de trabalho abordaram as dificuldades extras de inserção para mulheres trans e para quilombolas do campo; no eixo de violência, debateu-se a vulnerabilidade maior de mulheres com deficiência e mulheres LGBTQIA+ à violência sexual e doméstica.

Essa transversalidade identitária garantiu que nenhuma formulação de políticas fosse feita sem levar em conta as diferenças de raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero e território – enriquecendo as propostas com um olhar interseccional.

Embora não tenha surgido entre as prioridades finais do estado, também houve conferências livres no RN que conectaram as pautas de gênero ao eixo do desenvolvimento sustentável e da justiça climática.

Nesses espaços, discutiu-se como as mudanças climáticas e a degradação ambiental afetam especialmente as mulheres do semiárido e das zonas costeiras, e como essas mulheres são também protagonistas de práticas de sustentabilidade (agroecologia, acesso à água, energias renováveis).

Tais debates integraram as agendas de meio ambiente com as de economia e qualidade de vida, evidenciando que mesmo eixos não centrais nacionalmente – como o direito à terra e ao território com igualdade – foram trazidos para o contexto local potiguar de maneira interligada com os demais temas.

De modo geral, o Rio Grande do Norte contribuiu para o debate nacional trazendo exemplos vívidos de intersecção entre os eixos temáticos na vida real das mulheres.

Ficou claro, nos relatos do estado, como os problemas e soluções são multidimensionais: a ausência de políticas de cuidado impacta a autonomia econômica; o racismo agrava a violência de gênero; a falta de participação das mulheres nos espaços de poder relaciona-se com barreiras culturais e institucionais.

Essa visão sistêmica, reforçada pelas conferências potiguares, sublinha a importância de abordagens integradas – às políticas para as mulheres devem ser concebidas de forma a atacar simultaneamente as múltiplas facetas da desigualdade, concretizando de maneira efetiva e abrangente o lema “Mais Democracia, Mais Igualdade, Mais Conquistas para Todas”.





Sergipe

Tendências emergentes

Reconhecimento do trabalho de cuidado e políticas de suporte às cuidadoras

Em Sergipe, assim como em outros estados, destacou-se o reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidado realizado majoritariamente por mulheres e a urgência de dividi-lo de forma mais justa.

As sergipanas ressaltaram que a sobrecarga de afazeres do lar e cuidados com crianças e idosos limita a disponibilidade das mulheres para empregos formais, educação continuada e participação política.

Nesse contexto, consolidou-se a tendência de pautar a corresponsabilidade do cuidado: investimentos na expansão de creches públicas (inclusive em zonas rurais), na implementação de serviços comunitários de apoio (lavanderias, restaurantes populares) e em programas de auxílio a cuidadoras familiares.

Discutiu-se, inclusive, a valorização econômica do cuidado, como a contagem do tempo de cuidado para fins de aposentadoria ou remuneração de cuidadores de pessoas dependentes.

Trata-se de uma mudança de perspectiva importante em Sergipe, que entende o cuidado não mais como obrigação natural das mulheres, mas como trabalho social essencial que deve ser compartilhado por homens, Estado e comunidade.

Alinhada ao debate nacional sobre a economia do cuidado, essa tendência busca libertar as mulheres sergipanas da dupla jornada extenuante e promover maior igualdade no uso do tempo entre os gêneros.

Preocupação com a precarização do trabalho feminino e autonomia econômica

Outra tendência significativa nas conferências de Sergipe foi a preocupação com as condições de trabalho e renda das mulheres, especialmente diante das transformações recentes no mundo do trabalho.





Debates promovidos por movimentos de trabalhadoras evidenciaram a precarização laboral que afeta de maneira aguda as mulheres sergipanas: elevado emprego informal, contratos temporários sem proteção, concentração feminina em setores mal remunerados (como serviços domésticos, educação infantil, comércio) e aumento do desemprego entre mulheres jovens.

Houve denúncias de práticas como assédio moral e discriminação de gênero no ambiente de trabalho, agravadas para mulheres negras e trans.

Em resposta, delineou-se a tendência de articular a pauta do desenvolvimento econômico local com a promoção da igualdade de gênero. Discutiu-se incentivar o empreendedorismo feminino (inclusive cooperativas de produção coletiva e negócios solidários) como alternativa de geração de renda, bem como capacitar mulheres em áreas tecnológicas e da indústria – tradicionalmente ocupadas por homens – aumentando sua empregabilidade.

As conferências propuseram, por exemplo, parcerias com o sistema S e universidades para qualificar as sergipanas em setores estratégicos, além de programas de microcrédito orientados para iniciativas de mulheres de baixa renda.

Essa ênfase reflete a compreensão de que a autonomia econômica feminina é pilar para a emancipação: sem renda e trabalho dignos, as mulheres permanecem vulneráveis a violências e à dependência.

Assim, Sergipe apontou para soluções que combatam a precarização (fiscalização trabalhista, promoção da igualdade salarial) e ampliem as oportunidades econômicas das mulheres, visando um desenvolvimento regional mais justo e inclusivo.

Fortalecimento da rede de enfrentamento às violências de gênero

As discussões em Sergipe reafirmaram como tendência prioritária o enfrentamento ampliado de todas as formas de violência contra as mulheres. Em linha com a mobilização nacional, as sergipanas demonstraram preocupação não apenas com a violência doméstica, mas também com a violência sexual, o assédio nos espaços públicos e a violência institucional.

Emergiram propostas voltadas a expandir e melhorar a rede de atendimento: criação de novas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (ou extensão do atendimento especializado a delegacias comuns) nas cidades do interior, garantindo funcionamento 24 horas; implantação de Casas da Mulher e abrigos regionais para acolhimento seguro de





mulheres em risco; e formação continuada das equipes policiais, judiciais e de saúde para humanizar o acolhimento das vítimas.

Os debates ressaltaram a necessidade de integrar esforços entre diferentes setores – polícia, defensoria, assistência social, saúde – para romper a fragmentação no atendimento às mulheres em situação de violência.

Outra questão recorrente foi a violência contra grupos específicos, como a violência contra mulheres rurais em conflitos agrários ou contra mulheres LGBTQIA+ na esfera doméstica, exigindo respostas especializadas.

Essa tendência demonstra a determinação das sergipanas em fortalecer a rede de proteção de forma capilarizada em todo o estado, combatendo não só a violência já instalada (com punição aos agressores e proteção às vítimas), mas também atuando preventivamente via educação e campanhas comunitárias.

O entendimento é que nenhuma mulher, em nenhum município de Sergipe, deve ficar sem acesso à justiça e ao amparo necessário para viver sem violência.

Perspectiva interseccional e atenção a grupos diversificados de mulheres

As conferências sergipanas incorporaram de maneira transversal a perspectiva interseccional, reconhecendo que mulheres diferentes enfrentam desafios diferentes. Assim, houve ênfases específicas em grupos vulnerabilizados dentro do estado.

Por exemplo, foi evidenciada a situação das mulheres negras nas periferias urbanas, que sofrem com menor acesso a serviços de qualidade, racismo nas relações de trabalho e violência policial e do tráfico em seus territórios.

Da mesma forma, discutiu-se as condições das mulheres rurais e quilombolas no sertão sergipano – muitas vezes invisibilizadas, com dificuldades de acesso a crédito agrícola, tecnologia e até a documentação de suas terras, o que limita sua autonomia.

Um destaque importante em Sergipe foi a visibilidade dada às mulheres pescadoras e marisqueiras do litoral: relatos apontaram que, apesar de contribuírem significativamente para a economia local, elas enfrentam precariedade nas condições de trabalho, exposição a riscos de saúde sem proteção adequada e falta de reconhecimento legal de sua atividade.





As conferências defenderam políticas públicas voltadas a essas trabalhadoras do mar, incluindo equipamentos de segurança, atendimento de saúde ocupacional (como o programa “Maré Viva” para marisqueiras) e inclusão delas em programas de seguro e previdência.

Outros grupos contemplados pela lente interseccional foram as mulheres com deficiência, para as quais se pleiteou acessibilidade em todos os espaços e comunicação inclusiva (por exemplo, intérpretes de Libras em serviços de denúncia e eventos públicos), e as mulheres LGBTQIA+, especialmente mulheres trans, cuja realidade em Sergipe ainda é de alto índice de exclusão no mercado formal e vulnerabilidade à violência.

A tendência interseccional em Sergipe, portanto, reforçou que as políticas para as mulheres devem ser calibradas às especificidades de cada grupo, de modo a garantir equidade de acesso e de resultados – uma mulher negra da periferia, uma mulher indígena ou quilombola, uma mulher idosa ou com deficiência devem todas ter suas necessidades consideradas nas ações governamentais.

Participação social, controle público e institucionalização das políticas para mulheres

Por fim, despontou em Sergipe uma tendência voltada ao fortalecimento da participação das mulheres nos espaços de decisão e à consolidação das estruturas institucionais de gênero.

Diante do pequeno porte do estado, as conferências realçaram que é possível e necessário aproximar as decisões das comunidades, garantindo voz às mulheres na elaboração, execução e fiscalização das políticas públicas.

Foram compartilhadas experiências positivas de conselhos municipais dos direitos da mulher atuantes e de fóruns territoriais de mulheres, indicando o caminho de uma governança descentralizada e participativa.

Ao mesmo tempo, discutiu-se que muitos desses espaços ainda carecem de apoio e reconhecimento – alguns conselhos operam sem orçamento ou sem influência real.

Assim, as sergipanas defenderam a criação e/ou reestruturação de Conselhos da Mulher em todos os municípios, com dotação orçamentária e capacidade deliberativa, bem como a presença obrigatória de mulheres (com diversidade de raça, classe, geração) em conselhos de políticas setoriais e de direitos em geral.





Outra demanda clara foi a manutenção e fortalecimento da Secretaria de Política para Mulheres no âmbito estadual, com recursos suficientes para implementar as deliberações da conferência e articulação eficaz com as secretarias municipais.

Sublinharam ainda a importância de instrumentos legais que garantam a continuidade dessas políticas – por exemplo, leis estaduais que criem Fundos Específicos para financiar ações de promoção da igualdade de gênero e o monitoramento do cumprimento do Plano Estadual de Políticas para Mulheres.

Essa tendência reflete uma dupla estratégia: de um lado, ampliar a participação popular feminina, tornando as mulheres sujeitas ativas no ciclo das políticas; de outro, institucionalizar de vez essas pautas, blindando-as de descontinuidades político-partidárias e assegurando que exista uma estrutura permanente, em todos os níveis, dedicada a promover os direitos das mulheres em Sergipe.

Propostas

Enfrentamento à violência e fortalecimento da proteção

As propostas priorizadas em Sergipe evidenciam um compromisso em combater a violência contra as mulheres em suas várias formas e reforçar a rede de proteção existente. Entre as recomendações aprovadas está a ampliação da estrutura especializada de atendimento: implantação de novas Delegacias da Mulher no interior e transformação das delegacias existentes em verdadeiros centros de atendimento 24h, com equipes multidisciplinares (policiais mulheres, psicólogas, assistentes sociais, advogadas) preparadas para um acolhimento humanizado.

Também foi sugerida a criação de uma Coordenadoria Estadual da Mulher fortalecida, capaz de articular as ações de enfrentamento à violência em todo o estado e apoiar os municípios na criação de suas coordenadorias ou núcleos de gênero.

Outra proposta de destaque foi assegurar a presença de Casas Abrigo regionais, de modo que mulheres em risco iminente possam ser rapidamente acolhidas com segurança, sem precisar deixar seus filhos ou sua comunidade distante.





Paralelamente, propôs-se instituir um sistema integrado de informações sobre violências (unindo dados de saúde, segurança e assistência social) para embasar políticas preventivas e localizar com precisão as áreas e grupos mais vulneráveis.

Em termos de prevenção, as sergipanas reforçaram a importância de campanhas educativas contínuas, inclusive nas escolas, sobre violência de gênero, assédio e respeito às mulheres, visando mudar mentalidades machistas que naturalizam essas agressões.

Em suma, as propostas de Sergipe nesse eixo buscam tanto fortalecer os serviços existentes (com mais recursos, treinamento e cobertura) quanto inovar em estratégias de prevenção e coleta de dados, caminhando para um estado onde nenhuma mulher fique sem proteção adequada diante da violência.

Saúde da mulher, direitos reprodutivos e bem-estar

O conjunto de propostas na área da saúde, em Sergipe, reflete a busca por atendimento integral, acessível e de qualidade para as mulheres em todas as fases da vida. Uma proposta central foi a criação de um Centro de Referência em Saúde da Mulher em nível estadual, sediado em Aracaju mas com atuação itinerante e suporte técnico aos municípios, oferecendo especialidades como ginecologia, obstetrícia, mastologia, psicologia e serviço social voltados ao público feminino.

Prevê-se que esse Centro atenda a demandas específicas, servindo também como referência no cuidado às mulheres vítimas de violência sexual (com protocolos de atendimento emergencial e acompanhamento) e com foco na saúde da mulher negra e das mulheres quilombolas – grupos que estatísticas indicam ter piores indicadores de saúde.

Houve, igualmente, recomendação de fortalecer as Unidades Básicas de Saúde (UBS) para atender melhor as mulheres trabalhadoras: ampliando horários de funcionamento para além do horário comercial e garantindo a presença de profissionais essenciais (ginecologistas, enfermeiras obstetras, psicólogas) em todas as UBS.

No campo dos direitos sexuais e reprodutivos, as sergipanas propuseram ações como garantir a oferta de métodos contraceptivos modernos em toda a rede, implementar programas de educação sexual nas escolas e nas unidades de saúde (para adolescentes e jovens), criar um fluxo protegido de atendimento a casos de abortamento previsto em lei e humanizar o parto e nascimento (com combate explícito à violência obstétrica nos hospitais maternidades).





Ademais, enfatizou-se o tema da saúde mental: sugeriu-se a criação de grupos terapêuticos e atendimento psicológico gratuito para mulheres em sofrimento, incluindo aquelas afetadas por luto, ansiedade ou depressão pós-parto, e as profissionais de saúde exaustas pela pandemia e rotina de cuidados.

Essas propostas denotam uma compreensão ampliada de saúde da mulher, que vai além de tratar doenças – busca-se garantir bem-estar, autonomia sobre o próprio corpo e acesso igualitário aos serviços de saúde, independentemente de renda ou localização geográfica.

Trabalho, emprego e autonomia econômica das mulheres

Visando enfrentar o desemprego e a desigualdade econômica de gênero em Sergipe, as conferências aprovaram diversas propostas focadas em trabalho, renda e autonomia financeira feminina.

Uma das linhas de ação é o fomento ao empreendedorismo e aos pequenos negócios liderados por mulheres: propôs-se criar editais e linhas de crédito específicas (estaduais ou em parceria com bancos públicos) para empreendimentos femininos, inclusive aqueles de economia solidária, artesanato, produção agrícola familiar e negócios de tecnologia social.

Também se destacou a necessidade de programas de qualificação profissional contínua voltados às mulheres, com atenção especial à inclusão digital e capacitação em áreas inovadoras – por exemplo, formação de mulheres em tecnologia da informação, energias renováveis, construção civil e outras áreas de alta demanda, quebrando estereótipos que limitam a atuação feminina a certos setores.

Para tornar essas capacitações eficazes, as propostas sugerem que sejam oferecidas em horários e formatos flexíveis (considerando mães e cuidadoras), com fornecimento de apoio como creche, transporte e alimentação, de modo a remover obstáculos práticos à participação das mulheres.

Além disso, as sergipanas propuseram medidas para promover a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho formal: desde campanhas de sensibilização junto a empresas para combater a discriminação na contratação e promoção de mulheres, até incentivos governamentais (selo de empresa parceira da mulher, vantagens fiscais temporárias) para empregadores que implementem planos de igualdade salarial e equilibrem a presença de mulheres em cargos de chefia ou em áreas predominantemente masculinas.





Houve também preocupação com as trabalhadoras rurais e do mar em Sergipe: recomendou-se políticas como assistência técnica e mecanização agrícola para grupos de agricultoras, e inclusão das pescadoras artesanais em programas de aquisição de alimentos e cooperativas, valorizando suas atividades.

Com esse pacote de propostas, Sergipe busca eliminar as barreiras estruturais no campo econômico, garantindo que as mulheres tenham não apenas emprego, mas empregos dignos, protegidos e reconhecidos – condição fundamental para sua independência e para a superação de outras vulnerabilidades.

Educação inclusiva e formação para a cidadania

Reconhecendo o papel transformador da educação, as propostas sergipanas contemplaram ações para promover a igualdade de gênero e os direitos humanos nos ambientes educacionais e formativos.

Foi aprovada a diretriz de incluir conteúdos sobre gênero, raça e cidadania nos currículos escolares da rede pública estadual e apoiar os municípios a fazerem o mesmo em suas redes.

Isso significa abordar nas salas de aula, de maneira apropriada a cada faixa etária, temas como igualdade entre homens e mulheres, divisão justa dos cuidados, prevenção do bullying de gênero, respeito à diversidade sexual e combate ao racismo – formando crianças e jovens com valores de não discriminação.

Para viabilizar essa mudança curricular, propôs-se a realização de formações continuadas para professores(as) sobre educação não sexista, educação antirracista e métodos de prevenção e mediação de violências no contexto escolar.

As conferências de Sergipe também enfatizaram o incentivo à permanência das meninas e mulheres na educação formal: recomenda-se criar mecanismos de apoio para que adolescentes grávidas ou jovens mães não abandonem os estudos (como oferta de creche nas escolas ou bolsas de estudo específicas), além de expandir cursos noturnos e de educação de jovens e adultos com enfoque em mulheres que desejam retomar a escolarização.

Em nível comunitário, surgiram ideias de projetos de educação popular e formação cidadã para mulheres, por meio de oficinas em bairros e comunidades rurais abordando direitos





legais, orçamento familiar, cooperativismo, participação política e outros temas empoderadores.

Tais iniciativas visam não apenas elevar o nível educacional formal, mas também conscientizar e engajar as mulheres sergipanas como cidadãs plenas, cientes de seus direitos e preparadas para ocupar espaços de liderança em suas comunidades e locais de trabalho.

Essa visão amplia o alcance da educação para além do conteúdo acadêmico, enxergando-a como ferramenta de emancipação e de mudança cultural a longo prazo.

Participação política e fortalecimento institucional

Embora integradas às categorias anteriores, algumas propostas se destacaram especificamente por tratar da ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e do fortalecimento das instituições que realizam políticas para mulheres em Sergipe.

Em relação à participação política, as sergipanas apoiaram a implementação de mecanismos de paridade de gênero na política representativa: foi reiterada a demanda para que a legislação eleitoral evolua de no mínimo 30% de candidatas mulheres para 50% de candidaturas femininas, assegurando também distribuição equitativa dos recursos do fundo partidário e tempo de propaganda.

Além disso, propôs-se incentivar os partidos a criarem programas internos de formação de lideranças femininas e a cumprirem a Lei nº 14.192/2021 (que combate a violência política de gênero), garantindo ambientes seguros para a atuação de mulheres nos pleitos.

No campo institucional, uma proposta relevante foi a criação de Fundos Municipais dos Direitos da Mulher em todas as prefeituras, alimentados com recursos do orçamento local e transferências estaduais, para financiar as ações e projetos voltados às mulheres (como os previstos nos planos municipais de políticas para mulheres).

Também se defendeu a formalização, via lei, de estruturas como a Secretaria Estadual da Mulher – para que tenham estabilidade administrativa e orçamentária – e a previsão de cargos de gestores de políticas para mulheres em secretarias-chave (saúde, educação, segurança), garantindo a transversalidade de gênero na gestão pública.

Por fim, Sergipe propôs aprimorar os mecanismos de controle social: por exemplo, institucionalizar conferências periódicas (municipais e estadual) de políticas para mulheres





como instâncias deliberativas permanentes, e assegurar que conselhos e fóruns de mulheres tenham acesso aos processos de planejamento e orçamento participativo.

Concretizar essas propostas significa dar sustentação e voz ativa às pautas de gênero no estado – tanto por meio da presença das mulheres decidindo e influenciando as prioridades (no parlamento, nos conselhos, no Executivo), quanto por meio de estruturas governamentais sólidas e dotadas de recursos para transformar em realidade as deliberações das mulheres.

Desafios

Insuficiência de recursos e estrutura institucional frágil

As conferências de Sergipe identificaram, como dificuldade primordial, a insuficiência de recursos financeiros e humanos destinados às políticas para as mulheres, o que resulta em estruturas governamentais frágeis.

Foi relatado que, apesar da vontade política em alguns momentos, iniciativas importantes acabam não saindo do papel ou têm alcance reduzido por falta de orçamento contínuo.

Muitos municípios sergipanos não contam com órgãos exclusivos para questões de gênero e, quando contam, são departamentos pequenos dentro de outras secretarias, sem equipe dedicada.

Essa precariedade institucional leva à descontinuidade de programas – por exemplo, projetos-piloto de qualificação ou de combate à violência que não prosseguem nos anos seguintes – e à concentração de ações somente na capital. A situação é agravada pela dependência de repasses federais ocasionais e pela ausência de um fundo estadual regular para o setor.

Torna-se, portanto, um desafio urgente criar mecanismos de financiamento perene (como fundos específicos aprovados em lei) e garantir que órgãos como a Coordenadoria/Secretaria da Mulher e os conselhos tenham estrutura mínima permanente (técnicos concursados, sede, equipamentos) para desempenhar suas funções.

Superar esse desafio em Sergipe é crucial para que as boas ideias e planos deliberados nas conferências não sejam frustrados pela falta de meios para implementá-los. Significa passar





de políticas eventuais e projetos-piloto para políticas de Estado duradouras, com orçamento assegurado e institucionalidade sólida.

Acesso desigual aos serviços e interiorização insuficiente

Um obstáculo recorrente apontado nos debates sergipanos é a dificuldade de acesso das mulheres aos serviços públicos de apoio, especialmente fora da região metropolitana de Aracaju.

Sergipe, sendo um estado de menor extensão territorial, teoricamente permitiria maior capilaridade, mas na prática muitas mulheres em municípios do interior enfrentam barreiras para usufruir de direitos básicos.

Foi mencionado que faltam, em várias cidades pequenas, serviços essenciais como delegacias especializadas, atendimento ginecológico regular ou centros de referência da mulher – forçando moradoras a se deslocar até a capital ou municípios maiores para receber apoio, o que acarreta custos e até riscos (no caso de mulheres que buscam proteção contra agressores, por exemplo).

Além disso, mesmo onde os serviços existem, há barreiras informacionais e culturais: a pouca divulgação faz com que mulheres não saibam onde procurar ajuda; em localidades menores, o medo da exposição ou a relação de proximidade com os atendentes (que podem ser conhecidos da comunidade) inibe denúncias e buscas por orientação.

As sergipanas também relataram casos de atendimento inadequado ou discriminatório a mulheres – seja em unidades de saúde (minimizando queixas de violência ou julgando comportamentos) ou em delegacias (onde por vezes faltam profissionais mulheres ou há tendência de desacreditar o relato da vítima).

Essas situações levam muitas mulheres a desistirem de acessar seus direitos, gerando subnotificação de violências e baixo aproveitamento de programas públicos. Enfrentar esse desafio requer uma interiorização efetiva das políticas – levar unidades móveis de serviço onde não houver fixas, capacitar agentes locais para atendimento de primeira linha, criar roteiros itinerantes de equipes multidisciplinares – além de campanhas para informar as mulheres sobre seus direitos e os serviços disponíveis.

Adicionalmente, é necessário implementar protocolos de acolhimento e humanização em todos os pontos de atendimento, para garantir que, ao buscar ajuda, as mulheres de qualquer canto de Sergipe encontrem portas abertas e apoio qualificado.





Resistências culturais e manutenção do patriarcado

As conferências de Sergipe também evidenciaram resistências culturais persistentes que dificultam a plena implementação das políticas de igualdade de gênero. Trata-se de valores e estereótipos patriarcais que ainda estão presentes na sociedade sergipana, especialmente em contextos tradicionais.

Foi observado, por exemplo, que muitas vezes iniciativas como educação sexual nas escolas, distribuição de contraceptivos ou campanhas contra o machismo enfrentam oposição de grupos conservadores locais, sob alegações religiosas ou morais.

Essa pressão cultural pode levar gestores a evitar ou esvaziar ações necessárias, com receio de retaliação política ou social. Da mesma forma, a ideia de mulheres ocupando espaços de poder nem sempre é bem aceita: candidatas mulheres relatam que enfrentam preconceito do eleitorado e até dos próprios partidos, indicando que a violência política de gênero – ainda que sutil – constitui um desafio real em Sergipe.

Outro aspecto citado foi a naturalização da divisão sexual do trabalho: em muitas comunidades, espera-se que a mulher concilie sozinha emprego e casa, e o homem não é incentivado a assumir tarefas domésticas, reproduzindo um ciclo de desigualdade que as políticas públicas têm dificuldade de romper apenas com medidas formais.

Portanto, além de investir em estruturas e leis, as sergipanas reconhecem ser necessário transformar mentalidades. Esse é um desafio de longo prazo: envolve ampliar o diálogo com lideranças comunitárias e religiosas progressistas para apoiarem as pautas da conferência, promover atividades educativas com famílias, homens e jovens sobre novas masculinidades e divisão de responsabilidades, e dar visibilidade a exemplos positivos de mulheres líderes e de igualdade vivida nas comunidades.

Somente enfrentando frontalmente o machismo entranhado – e isso inclui punir com rigor casos de violência doméstica, sexual e moral para passar a mensagem de tolerância zero – é que Sergipe poderá avançar de maneira sustentável rumo à igualdade substantiva de gênero.





Dupla jornada e dificuldades de conciliar trabalho e família

Por fim, um desafio estrutural enfatizado em Sergipe é a dupla (às vezes tripla) jornada de trabalho das mulheres e a falta de suporte para conciliar vida profissional e familiar. Apesar de participarem massivamente do mercado de trabalho, as mulheres continuam arcando com a maioria das obrigações domésticas e do cuidado dos filhos e idosos.

Isso gera uma sobrecarga que afeta sua saúde, limita seu tempo de lazer e desenvolvimento pessoal, além de prejudicar seu desempenho e crescimento na carreira.

Foi destacado que, sem serviços públicos de qualidade – como creches em horário integral, escolas de tempo integral e centros de cuidados para idosos/pessoas com deficiência – muitas mulheres acabam reduzindo sua jornada remunerada ou saindo do emprego para dar conta da família. Essa sobrecarga feminina é particularmente visível entre as mulheres de baixa renda em Sergipe, que não têm recursos para contratar ajuda privada.

Ademais, mesmo políticas como licença-maternidade ou flexibilidade de horário no trabalho ainda atingem uma parcela restrita de mulheres, principalmente as do setor formal, deixando trabalhadoras informais e autônomas desprotegidas.

As sergipanas apontaram que, enquanto o equilíbrio trabalho-família for tratado como “problema individual” das mulheres, dificilmente haverá igualdade de condições com os homens no ambiente de trabalho ou na participação pública.

Assim, superar esse desafio implica políticas de conciliação amplas: desde ampliar a oferta e os horários de creches e pré-escolas públicas (inclusive em período noturno, para mães que estudam ou trabalham à noite), até estimular empresas a adotarem medidas amigas da família (flexibilização de jornada, trabalho remoto onde possível, licenças parentais estendidas também para homens).

Implica também campanhas para que os homens dividam as tarefas domésticas e de cuidado, desconstruindo a ideia de que essas tarefas “não são trabalho” ou que seriam naturalmente femininas.

As mulheres de Sergipe deixaram claro que a divisão igualitária do cuidado é não só uma reivindicação de justiça, mas uma condição para que possam aproveitar plenamente as oportunidades de emprego, educação e participação política conquistadas.





Transversalidade com eixos temáticos

As discussões em Sergipe mostraram-se fortemente conectadas aos eixos temáticos nacionais da 5ª Conferência, trabalhando-os de forma integrada e complementar. Observou-se que alguns eixos ganharam ênfase particular nos debates estaduais – com destaque para o eixo da violência contra as mulheres, sempre citado como prioridade, e para o eixo do trabalho, emprego e autonomia econômica, muito presente nas reivindicações por igualdade salarial e valorização do trabalho feminino.

Entretanto, as participantes sergipanas raramente trataram desses temas de modo isolado; ao contrário, ficou evidente uma abordagem transversal, em que um eixo era frequentemente abordado em conjunto com outro.

Por exemplo, ao discutir autonomia econômica, prontamente emergia a ligação com o eixo do cuidado: reconheceu-se amplamente que sem creches e políticas de apoio familiar, as mulheres – sobretudo mães solo – não conseguem aproveitar ofertas de emprego ou qualificação.

Essa conexão entre trabalho e cuidado foi ilustrada em propostas como a de criar espaços seguros para deixar as crianças enquanto as mães trabalham ou estudam, evidenciando o diálogo direto entre os dois eixos. Da mesma forma, o debate sobre participação política e decisão foi vinculado a outros eixos.

Ficou patente que para aumentar a presença de mulheres na política (eixo da participação/poder) é necessário enfrentar tanto a violência política de gênero (parte do eixo de violência, pois muitas lideranças femininas sofrem ataques e intimidações) quanto os estereótipos reproduzidos na mídia e cultura (ligando com o eixo de cultura e comunicação).

Assim, argumentou-se em Sergipe que garantir mais mulheres nos espaços de poder requer ações transversais: proteger candidatas e eleitas de violências, promover imagens positivas de mulheres líderes e capacitar novas lideranças femininas – englobando múltiplos eixos numa mesma estratégia.

O eixo de saúde integral das mulheres também foi frequentemente atravessado por outros recortes. Discutiu-se, por exemplo, a necessidade de serviços de saúde mental para mulheres em situação de violência (convergindo o eixo de saúde com o de violência) e a importância de olhar a saúde das mulheres sob a ótica racial e territorial (conectando com o eixo de enfrentamento do racismo e com o de desenvolvimento sustentável e direitos





territoriais, ao lembrar das mulheres quilombolas e ribeirinhas com acesso precário à saúde).

Em Sergipe, especificamente, surgiram pautas inovadoras relacionando saúde e trabalho: por exemplo, a atenção à saúde ocupacional de trabalhadoras específicas como as marisqueiras – mostrando um diálogo entre o eixo de saúde e o eixo de autonomia econômica, adaptado à realidade local das mulheres pescadoras.

Adicionalmente, o eixo de enfrentamento do racismo, do sexismo e da LGBTfobia manifestou-se de modo onipresente nos debates sergipanos, colorindo as discussões de todos os outros eixos.

Não houve conversa sobre trabalho, educação ou segurança que não considerasse as diferenças e desigualdades vividas por subgrupos de mulheres. Por exemplo, ao tratar de emprego (eixo do trabalho), discutiu-se a inclusão de mulheres negras e trans no mercado formal e a necessidade de cotas ou incentivos para corrigir a discriminação histórica.

Ao tratar de violência (eixo específico), debateu-se a vulnerabilidade das mulheres lésbicas em ambientes domésticos hostis e a importância de treinar a polícia para atender casos envolvendo pessoas LGBT; ao tratar de educação (outro eixo), ressaltou-se a urgência de incluir a história das mulheres negras e indígenas nos currículos e de combater o bullying homofóbico nas escolas.

Essa transversalidade identitária garantiu que as políticas propostas não tivessem um viés único, mas sim atendessem à pluralidade das mulheres sergipanas – reconhecendo que fatores como raça, orientação sexual, deficiência ou local de moradia modulam o acesso das mulheres a todos os direitos.

Por fim, vale mencionar que Sergipe, assim como outros estados, também inseriu suas peculiaridades locais na discussão dos eixos nacionais. O eixo de desenvolvimento sustentável com igualdade apareceu, por exemplo, quando foram debatidas as condições das mulheres do campo e das áreas litorâneas: falou-se em justiça ambiental, acesso à terra e suporte à produção agroecológica feminina, integrando esse eixo com os de autonomia econômica e de enfrentamento das desigualdades regionais.

Já o eixo da cultura, comunicação e mídia emergiu na preocupação em dar visibilidade às lideranças femininas comunitárias e em difundir campanhas educativas nas rádios locais e mídias sociais para alcançar mulheres de todas as regiões – cruzando cultura e participação. Em suma, as conferências de Sergipe apresentaram uma articulação dinâmica entre os eixos





temáticos, demonstrando compreensão de que os problemas enfrentados pelas mulheres são multidimensionais.

As soluções propostas refletiram isso: raramente se limitavam a um só eixo, ao contrário, visavam impactos positivos simultâneos em múltiplas frentes (por exemplo, uma proposta de cooperativa de mulheres quilombolas pode envolver autonomia econômica, valorização cultural e sustentabilidade ambiental, tudo em uma única iniciativa).

Essa abordagem integrada reforça a ideia de que somente políticas abrangentes e coordenadas – que considerem trabalho, cuidado, saúde, educação, violência e diversidade de forma conjunta – poderão efetivar, em Sergipe e no Brasil, os objetivos de mais democracia e mais igualdade para todas as mulheres.





CAPÍTULO 8

Região Norte



5ª Conferência de Políticas para Mulheres do Amapá. Foto: Deco de França/Sepm.

A Região Norte articulou demandas comuns relacionadas à defesa dos direitos dos povos tradicionais, à ampliação dos serviços públicos e ao enfrentamento às diversas formas de violência contra a mulher.

Observou-se forte preocupação com a preservação ambiental, integrando-se ao tema de gênero a valorização dos saberes indígenas, quilombolas e ribeirinhos, o que reforça que as pautas locais dialogam estreitamente com eixos nacionais de desenvolvimento sustentável e justiça social.

As conferências estaduais também evidenciaram a interseção entre diferentes eixos temáticos nacionais. Por exemplo, as discussões sobre políticas de cuidado (como creches e serviços de apoio a cuidadoras) foram frequentemente abordadas de forma integrada às pautas de trabalho e emprego, reconhecendo que a autonomia econômica das mulheres depende diretamente do suporte no cuidado familiar.





A saúde integral das mulheres foi outra prioridade, especialmente no que tange à saúde mental e reprodutiva, cruzando-se tanto com o enfrentamento à violência quanto com o eixo da participação política e controle social.

Em meio a essas convergências, emergiram desafios estruturais comuns: a extensa geografia e a precariedade de infraestrutura dificultam o acesso de muitas mulheres a serviços essenciais; os órgãos de políticas para as mulheres ainda operam com recursos escassos em vários estados; e valores culturais conservadores e estereótipos machistas presentes em partes da região impõem barreiras à implementação de políticas de igualdade.

Diante disso, as conferências enfatizaram a necessidade de ações integradas e continuadas, alinhadas às orientações nacionais da conferência, para efetivar a igualdade de gênero em todo o Norte.

Acre

Tendências emergentes

Inclusão de mulheres trans nas oportunidades de trabalho e educação

A conferência acreana evidenciou um inédito destaque à inserção de mulheres transexuais em espaços formais. Houve reconhecimento de que a promoção da igualdade de gênero precisa abarcar a diversidade, resultando em propostas inovadoras para garantir cotas e incentivos que ampliem o acesso de mulheres trans a concursos públicos, empregos e formações educacionais.

Essa tendência reflete uma abordagem mais abrangente das políticas para as mulheres, contemplando segmentos historicamente marginalizados e promovendo a diversidade e inclusão como valores centrais.





Empreendedorismo feminino e inclusão digital

Observou-se um movimento crescente de estímulo à autonomia econômica feminina por meio da tecnologia. A pauta de autonomia econômica ganhou contornos modernos com a ideia de implementar plataformas digitais de vendas coletivas, permitindo que mulheres empreendedoras alcancem mercados maiores.

Essa tendência revela a percepção de que a transformação digital pode ser aliada no empoderamento das mulheres do Acre, mitigando o isolamento geográfico e conectando produtoras locais a consumidores. Ao mesmo tempo, essa iniciativa promove a inclusão digital e a inovação no âmbito econômico.

Fortalecimento da rede de acolhimento às mulheres

Tornou-se evidente a preocupação em aprimorar a estrutura de proteção para mulheres em situação de violência. Emergiram discussões sobre a necessidade de descentralização do atendimento, com criação de Casas de Acolhimento regionais para garantir abrigo seguro e apoio multidisciplinar às vítimas em todas as partes do estado.

Essa ênfase indica uma tendência de ampliar a capilaridade das políticas de enfrentamento à violência, reconhecendo a urgência de atender mulheres em áreas distantes e garantindo que os serviços especializados estejam mais próximos de quem mais necessita.

Propostas

Construção de Casas de Acolhimento regionais

Uma das propostas priorizadas pelo Acre foi a implantação de Casas de Acolhimento em diferentes regiões do estado. Essas casas teriam infraestrutura adequada e equipes capacitadas para oferecer acolhimento emergencial e atendimento especializado a mulheres vítimas de violência doméstica e sexual.

O objetivo é proporcionar apoio psicológico, jurídico e social de longo prazo, auxiliando na superação do trauma, na reconstrução da autoestima e na reinserção social dessas





mulheres. A iniciativa visa suprir a carência de abrigos seguros, especialmente no interior, e fortalecer a rede de proteção de forma abrangente.

Cotas e incentivos para a inclusão de mulheres trans

Outra proposta de destaque foi a criação de mecanismos para promover a inclusão socioeconômica de mulheres trans. Prevê-se estabelecer cotas específicas para mulheres transexuais em concursos públicos e processos seletivos, tanto no setor público quanto no privado.

Além disso, propõe-se oferecer incentivos fiscais às instituições que adotarem essas medidas afirmativas e criar bolsas-auxílio educacionais para mulheres trans em situação de evasão escolar no ensino fundamental e médio.

Complementando essas ações, a proposta sugere desenvolver programas de formação profissional e aprovar legislação estadual de apoio a essa população, combatendo a discriminação e ampliando as oportunidades de trabalho e renda para mulheres trans.

Plataforma digital para mulheres empreendedoras

A conferência aprovou também a proposta de implementar uma plataforma digital de vendas coletivas voltada às empreendedoras acreanas. Essa ferramenta online, de alcance possivelmente nacional, permitirá que mulheres produtoras e artesãs comercializem seus produtos de forma cooperativa, rompendo barreiras geográficas.

Com a plataforma, busca-se promover a autonomia econômica das participantes, conectando-as a mercados consumidores mais amplos e diversificados. A iniciativa também incentiva a inclusão digital e a capacitação de mulheres no uso de tecnologia.

Esse aprimoramento de habilidades em comércio eletrônico, marketing digital e networking é essencial para fortalecer negócios liderados por mulheres no Acre.





Desafios

Limitações institucionais e orçamentárias

O Acre enfrenta o desafio de estruturar políticas para as mulheres com recursos escassos e órgãos governamentais ainda frágeis. A ausência de equipamentos especializados suficientes, como abrigos e delegacias da mulher em número adequado, evidencia a necessidade de investimento contínuo.

O financiamento limitado dificulta a expansão da rede de atendimento, exigindo estratégias criativas – como a busca de apoio federal – para viabilizar a implementação das propostas, notadamente a construção das Casas de Acolhimento e a manutenção de equipes multidisciplinares atuantes em todo o estado.

Distâncias geográficas e interiorização do atendimento

A geografia acreana impõe barreiras ao acesso das mulheres aos serviços. Comunidades isoladas enfrentam dificuldade para chegar aos centros onde se concentram os recursos. Esse cenário torna desafiador o enfrentamento à violência e a oferta de cursos e oportunidades de emprego para mulheres distantes dos grandes centros.

A criação de estruturas regionais de acolhimento e o uso de plataformas digitais são respostas diretas a esse desafio, mas demandam logística eficaz e conectividade ampliada, evidenciando a necessidade de integrar soluções de transporte, comunicação e expansão da internet no interior.

Preconceito e exclusão de grupos vulneráveis

Persistem obstáculos culturais significativos, como o preconceito contra mulheres trans e outras minorias de gênero. A baixa escolarização e a exclusão social dessas populações resultam em dificuldades adicionais para sua inserção no mercado de trabalho e no ambiente educacional.

O desafio está em desconstruir estigmas e construir políticas públicas inclusivas que garantam direitos iguais.





As propostas de cotas para mulheres trans e de programas de formação contínua refletem o reconhecimento desse problema e a tentativa de reduzir a marginalização, mas sua efetividade dependerá de uma ampla sensibilização social e da fiscalização no cumprimento das medidas.

Fragilidades na autonomia econômica

Muitas mulheres acreanas, especialmente em áreas rurais, ainda dependem financeiramente de terceiros ou carecem de oportunidades para desenvolver negócios próprios. A ausência de redes de comercialização e a dificuldade em competir no mercado convencional limitam sua geração de renda.

Nesse contexto, fomentar o empreendedorismo feminino é desafiador. Será preciso oferecer capacitação, microcrédito e acesso à tecnologia para que iniciativas como a plataforma digital tenham impacto concreto.

A alfabetização digital e o apoio técnico surgem como requisitos para superar o hiato tecnológico e garantir que mulheres de diferentes faixas etárias e níveis educacionais possam se beneficiar da economia digital emergente.

Transversalidade com eixos temáticos

No Acre, ficou evidente que promover autonomia econômica feminina requer ações intersetoriais. A proposta da plataforma digital entrelaça este eixo com inclusão digital, demonstrando que a igualdade no trabalho hoje envolve acesso à tecnologia e inovação.

Além disso, a inclusão de mulheres trans no emprego conecta a autonomia econômica à agenda de diversidade e direitos, pois equalizar oportunidades laborais passa por tratar desigualdades específicas. O eixo da economia também dialogou com o de desenvolvimento regional, já que incentivar empreendimentos de mulheres no Acre significa considerar a sustentabilidade e as vocações locais, integrando mulheres rurais e extrativistas às cadeias de valor de forma competitiva e justa.

As discussões sobre violência mostraram forte interdependência com outros eixos. A criação de Casas de Acolhimento requer fortalecimento institucional, pois demanda recursos, profissionais especializados e atuação integrada das secretarias de segurança, justiça e assistência social.





Também se relaciona com saúde integral, dado que o atendimento às vítimas envolve suporte psicológico e cuidados médicos para a recuperação física e emocional.

No contexto acreano, enfrentar a violência implica levar em conta as dimensões territoriais, garantindo que mulheres do campo e da floresta tenham a mesma proteção que as da cidade.

Houve ainda reconhecimento de que é preciso incluir recortes de raça e identidade de gênero, uma vez que mulheres trans, negras ou indígenas podem vivenciar formas específicas de violência que exigem abordagem sensível e articulada com políticas de direitos humanos.

Ainda que não tenha emergido como proposta prioritária nesta conferência, o debate sobre saúde perpassou outros temas de forma transversal. Ficou claro que assegurar saúde integral – incluindo direitos sexuais e reprodutivos – relaciona-se com o enfrentamento à violência, já que mulheres vítimas de agressão sexual precisam de acesso facilitado a serviços de saúde, contracepção de emergência e acolhimento humanizado para abortamento legal nos casos previstos em lei.

A saúde das mulheres também foi conectada à inclusão social: por exemplo, melhorar o atendimento a mulheres trans e garantir respeito às suas especificidades médicas envolve combater o preconceito e capacitar as equipes de saúde, integrando princípios de diversidade.

No Acre, o eixo da saúde também dialogou com o de fortalecimento institucional, visto que a efetivação de políticas públicas de saúde da mulher depende de coordenação entre diferentes órgãos (saúde, mulher, educação), bem como de financiamento adequado e vontade política.

A conferência reconheceu que ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder e consolidar mecanismos institucionais dedicados às políticas de gênero são objetivos que atravessam todos os demais eixos.

No Acre, embora não tenha havido proposta específica sobre paridade política, subentende-se que o empoderamento econômico (eixo 1) e a educação proporcionada pelas formações criam condições para que mais mulheres liderem e participem ativamente da vida pública.





O fortalecimento de conselhos e órgãos de políticas para mulheres foi apontado como fundamental para implementar as medidas de enfrentamento da violência e para garantir a continuidade de programas de geração de renda e cuidado.

Dessa forma, o eixo institucional atua como alicerce: sem estruturas governamentais sólidas e participação social efetiva, os avanços nos demais eixos ficam fragilizados. A transversalidade manifestou-se na necessidade de cooperação federativa – a busca de apoio do governo federal e de parcerias com municípios para viabilizar projetos – demonstrando que a articulação política em rede é parte integrante de todas as estratégias.

A realidade amazônica do Acre trouxe para o debate a importância de alinhar as políticas para as mulheres com a agenda de desenvolvimento sustentável. As participantes ressaltaram que a garantia de terra, moradia digna e preservação ambiental tem faces de gênero: mulheres do campo, da floresta e das águas sofrem impactos particulares com a falta de infraestrutura e com a degradação ambiental.

As propostas econômicas, como a plataforma digital, foram pensadas também para beneficiar produtoras rurais, conectando-as a mercados, o que promove desenvolvimento local sem abandonar suas comunidades.

Nesse sentido, o eixo 5 se conectou ao eixo da autonomia econômica e ao eixo da diversidade, ao enfatizar que políticas agrárias e ambientais precisam incluir mulheres quilombolas, extrativistas e indígenas, respeitando seus modos de vida e conhecimentos tradicionais.

A transversalidade ficou evidente na ideia de que um Acre sustentável e inclusivo depende de políticas integradas: conservação ambiental com justiça social e equidade de gênero.

Por fim, o eixo da diversidade permeou toda a conferência no Acre. As iniciativas em prol das mulheres trans demonstram claramente a incorporação desse eixo, mas não apenas elas: discutiu-se também a situação de mulheres indígenas, negras e de outras comunidades tradicionais.

Foi consenso que nenhuma política será plenamente eficaz se não contemplar a pluralidade das experiências femininas. Esse eixo mostrou-se transversal ao eixo da violência, uma vez que certos grupos enfrentam violências específicas (como a transfobia, o racismo ou a violência doméstica em comunidades isoladas) que requerem respostas direcionadas.

Da mesma forma, conectou-se ao eixo econômico, pois promover a inclusão socioeconômica passa por considerar as diferentes necessidades e pontos de partida das mulheres.





No Acre, enfatizou-se que valorizar a diversidade – seja de identidade de gênero, orientação sexual, raça, etnia ou territorialidade – não é uma pauta separada, mas parte integrante de cada política proposta, garantindo que os avanços alcancem todas as mulheres, sem exceção.

Amapá

Tendências emergentes

Paridade de gênero na representação política

A conferência do Amapá destacou de forma contundente a demanda por uma participação política equilibrada entre homens e mulheres. Debates intensos reforçaram a ideia de estabelecer a paridade de gênero nos órgãos legislativos e executivos, indo além da cota mínima já existente de 30%.

Essa tendência se materializou em propostas para que 50% das candidaturas e das cadeiras sejam ocupadas por mulheres, garantindo condições equânimes de competição por meio de distribuição equitativa de recursos eleitorais e tempo de mídia.

O Amapá, ao enfatizar a paridade, refletiu o anseio de corrigir a sub-representação histórica e de promover a democracia paritária, onde mulheres de todas as origens ocupem espaços de poder.

Prioridade à saúde materna e reprodutiva

Outro tema emergente foi a atenção especial à saúde da mulher, em particular à redução da mortalidade materna e à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. A conferência reforçou a importância de fortalecer a rede de atenção básica e especializada para mulheres em todas as fases da vida reprodutiva, assegurando acompanhamento de qualidade durante a gestação, parto e pós-parto.





Essa ótica de cuidado integral está alinhada à tendência nacional de retomar políticas de saúde da mulher que haviam sido enfraquecidas, incluindo o acesso ampliado a métodos contraceptivos, a prevenção do câncer ginecológico e o combate à violência obstétrica.

Colocar a saúde materna no centro das discussões refletiu a realidade local do Amapá, onde indicadores de mortalidade e morbidade materna demandam ações urgentes e coordenadas.

Vinculação de recursos para políticas para as mulheres

A conferência do Amapá também evidenciou uma tendência de buscar fontes sustentáveis de financiamento para as políticas públicas de gênero. Surgiu com destaque a ideia de vincular parte das receitas de setores estratégicos às ações em prol das mulheres.

Especificamente, discutiu-se a destinação de um percentual dos royalties da produção de petróleo para fundos ou programas que promovam a igualdade de gênero. Essa tendência reflete a percepção de que garantir autonomia econômica e direitos das mulheres requer investimento contínuo e que é possível inovar na obtenção de recursos, aproveitando a riqueza gerada por atividades extrativas para corrigir desigualdades sociais.

Ao propor a vinculação orçamentária, o Amapá se alinhou à ideia de que o progresso nas pautas de gênero depende também de sustentação financeira assegurada.

Propostas

Paridade eleitoral e cotas de gênero

Como resultado do forte apelo por igualdade política, foi aprovada a proposta de alteração da legislação eleitoral para estabelecer a paridade de gênero nas eleições. Concretamente, o Amapá sugere que a lei assegure que pelo menos 50% das candidaturas apresentadas pelos partidos sejam de mulheres, e que metade das vagas nos parlamentos de todo o país seja efetivamente ocupada por mulheres.

Além disso, prevê medidas de suporte à elegibilidade feminina, como a distribuição equitativa do Fundo Eleitoral entre candidaturas de mulheres e homens, a garantia de





tempo igualitário de propaganda eleitoral e fiscalização rigorosa do cumprimento dessas cotas.

Essa proposta ambiciosa visa remover barreiras estruturais à participação política feminina, construindo um cenário em que a voz das mulheres esteja presente em condições de igualdade na tomada de decisões.

Apoio às famílias de mulheres falecidas no exterior

Uma proposta singular trazida pela etapa estadual do Amapá foi a criação de um mecanismo de apoio financeiro para custear o traslado e a repatriação dos corpos de mulheres brasileiras falecidas no exterior.

Pela proposta, o governo federal passaria a reservar recursos específicos no orçamento para cobrir despesas de transporte aéreo, hospedagem, alimentação e apoio logístico para até dois familiares que precisem se deslocar a outro país para os trâmites funerários.

Essa iniciativa surgiu da sensibilização quanto à situação de famílias de baixa renda que, além da perda de uma mulher querida, enfrentam graves dificuldades financeiras para trazê-la de volta ao país.

Ao propor esse fundo de emergência humanitária, o Amapá enfatizou a necessidade de amparar as mulheres e suas famílias mesmo além das fronteiras nacionais, demonstrando solidariedade e responsabilidade do Estado em contextos transnacionais.

Royalties do petróleo para empoderamento feminino

Visando garantir recursos consistentes para as políticas públicas para as mulheres, a conferência aprovou uma proposta de alocação orçamentária inovadora: destinar 5% de toda a arrecadação de royalties do petróleo diretamente para programas e ações de promoção da igualdade de gênero.

Essa porcentagem, se implementada, constituiria um fundo robusto e perene para financiar desde iniciativas de combate à violência contra a mulher até projetos de qualificação profissional e apoio ao empreendedorismo feminino.

A ideia é que a riqueza proveniente de recursos naturais estratégicos seja parcialmente revertida para corrigir desigualdades e fomentar a autonomia das mulheres.





Com essa proposta, o Amapá agregou à pauta nacional uma perspectiva econômica: aliar desenvolvimento e exploração de recursos à justiça social e de gênero, criando uma base financeira sólida para a implementação das demais diretrizes da política para as mulheres.

Desafios

Sub-representação política feminina

O Amapá encara, assim como outras unidades federativas, o desafio da baixa representação de mulheres nos cargos eletivos. A ausência de vereadoras, deputadas e gestoras públicas em número significativo compromete a diversidade de vozes nas esferas de poder.

Essa sub-representação reflete barreiras estruturais, desde o financiamento de campanhas até práticas de discriminação partidária, que mantêm as mulheres à margem dos processos decisórios. A proposta de paridade eleitoral surge justamente para enfrentar esse desafio, mas sua aprovação e implementação efetiva demandam forte articulação política e pressão social.

Vulnerabilidades na saúde da mulher

O estado apresenta índices preocupantes nos indicadores de saúde feminina, em especial no tocante à mortalidade materna. Os desafios incluem a melhora do acesso pré-natal de qualidade, a presença de maternidades equipadas e a disponibilidade de profissionais treinados para prevenção e manejo de complicações na gestação e parto.

Além disso, há lacunas na oferta de serviços de planejamento reprodutivo e na atenção à saúde sexual, que impactam diretamente a autonomia corporal das mulheres.

Enfrentar essas vulnerabilidades exige investimentos contínuos na rede de saúde e a integração de campanhas educativas, para que direitos como o acesso à contracepção e à assistência humanizada sejam plenamente garantidos.





Dependência orçamentária e falta de recursos

Implementar políticas efetivas para as mulheres no Amapá esbarra na limitação de recursos financeiros. O orçamento estadual restrito e a ausência de verbas carimbadas para a pauta de gênero resultam em ações pontuais, muitas vezes dependentes de repasses federais ou de organizações internacionais.

Esse quadro de instabilidade orçamentária compromete a continuidade de programas e a expansão de serviços, como casas-abrigo, centros de atendimento à mulher e projetos de qualificação. Daí emergiu a proposta de destinar royalties do petróleo para um fundo de políticas para mulheres, buscando enfrentar o desafio de forma estruturante.

Contudo, até que haja fonte permanente de financiamento, permanece o risco de retrocesso ou interrupção de iniciativas importantes devido à falta de dinheiro público dedicado.

Proteção de mulheres em contextos transnacionais

A proposta relativa à repatriação de corpos trouxe à tona um desafio menos comum nas conferências: a situação de mulheres migrantes ou que vivem fora do país. O Amapá, por sua localização e tamanho populacional, vê muitas de suas cidadãs buscarem oportunidades em outros países ou estados, e algumas podem se encontrar em circunstâncias de vulnerabilidade longe de sua rede familiar.

A falta de acordos e recursos para lidar com emergências envolvendo essas mulheres evidencia um desafio de proteção que extrapola fronteiras. Garantir apoio a famílias que perdem entes queridos no exterior é parte desse esforço, mas também aponta para a necessidade de políticas que acompanhem mulheres migrantes, prevenindo situações de exploração e garantindo que seus direitos sejam respeitados onde quer que estejam.

Transversalidade com eixos temáticos

No Amapá, o debate sobre a autonomia econômica das mulheres esteve fortemente vinculado a iniciativas inovadoras de financiamento e à garantia de recursos. A ideia de destinar royalties do petróleo às políticas para as mulheres exemplifica a interseção entre esse tema e o fortalecimento institucional, já que vincular verbas estatais é uma decisão política e estrutural.





A proposta de investimentos em qualificação e empreendedorismo feminino com esses recursos conectou autonomia econômica à inclusão social, promovendo a capacitação de mulheres de diversas origens em atividades produtivas.

Nesse contexto, a questão do trabalho e renda foi tratada de forma transversal, compreendendo que não há empoderamento econômico sem um apoio orçamentário consistente, especialmente para as mulheres mais vulneráveis.

Embora as propostas prioritárias do Amapá não tenham abordado a violência como um ponto autônomo, o tema permeou as discussões, interligando-se com outros eixos. A segurança e proteção das mulheres foi vista como um aspecto relacionado à melhoria da saúde, pois reduzir a mortalidade materna também envolve combater a violência doméstica e sexual, causas indiretas de agravos à saúde feminina.

Para enfrentar a violência, foi destacada a necessidade de uma estrutura estatal e de políticas públicas eficazes, associando esse eixo ao fortalecimento institucional.

O debate ressaltou a importância de casas-abrigo, delegacias especializadas e campanhas educativas, mostrando que, embora não houvesse propostas formais sobre isso, existe uma compreensão de que nenhuma agenda de mulheres estará completa sem enfrentar as múltiplas formas de violência de gênero.

A saúde integral das mulheres foi central nas discussões, demonstrando uma forte transversalidade. As estratégias para melhorar a saúde materna estão intimamente ligadas à inclusão, especialmente ao garantir atenção especial a grupos de mulheres historicamente negligenciados, como ribeirinhas, quilombolas e periféricas, para reduzir disparidades nos indicadores de saúde.

A prevenção da violência obstétrica e o acolhimento de vítimas de estupro no sistema de saúde também são interseções importantes entre saúde e violência. Além disso, a garantia de direitos reprodutivos plenos requer articulação política para implementar protocolos hospitalares humanizados e assegurar que legislações como a do abortamento legal sejam cumpridas.

Assim, ficou claro que investir na saúde da mulher é fundamental para que ela possa usufruir de todos os outros direitos, já que uma mulher saudável tem mais condições de trabalhar, participar politicamente e viver sem violência.

As deliberações sobre paridade evidenciaram a conexão entre a participação política e os demais eixos. Para viabilizar uma maior participação política das mulheres, foi reconhecido





que é necessário avançar em autonomia econômica, proporcionando recursos, capacitação e independência financeira para que as mulheres possam disputar eleições em condições igualitárias.

A paridade política também foi vista como um fator catalisador para melhorias nos outros eixos, com a expectativa de que mais mulheres em posições de poder fortaleçam as instituições dedicadas às políticas para as mulheres e defendam orçamentos próprios para essas pautas.

Além disso, a proposta de paridade no Amapá não se limitou à quantidade, mas também à qualidade, garantindo que mulheres negras, jovens, idosas, de comunidades tradicionais e LGBTQIA+ também tenham voz nos espaços políticos.

Dessa forma, a participação política feminina foi tratada como um elemento chave para desbloquear avanços transversais, reforçando a importância de arranjos institucionais robustos, conselhos atuantes e uma legislação moderna que sustente as transformações desejadas.

Embora o Amapá não tenha apresentado propostas explícitas sobre o meio ambiente e a terra, a questão foi abordada indiretamente ao discutir o uso de recursos do petróleo para financiar políticas sociais. Esse enfoque demonstra que o desenvolvimento econômico e ambiental do estado deve resultar em melhorias para as mulheres.

A proposta de destinar parte da renda extrativa ao empoderamento feminino se conectou ao eixo econômico, além de ser reconhecida a necessidade de que a sustentabilidade envolva também a justiça social.

A infraestrutura, habitação e uso da terra no Amapá devem considerar a segurança e o bem-estar das mulheres, especialmente aquelas que vivem em áreas rurais ou periféricas.

Garantir direitos fundiários e acesso à moradia digna permite que as mulheres tenham melhores condições de gerar renda e participar ativamente da vida comunitária, o que fortalece os objetivos de autonomia e participação.

A transversalidade da diversidade foi evidente nas proposições e discussões do Amapá. Houve preocupação em reconhecer as especificidades de mulheres de diferentes segmentos, como quilombolas, indígenas, LGBTQIA+ e mulheres com deficiência, em cada eixo temático.

Por exemplo, no tratamento da saúde materna, destacou-se a necessidade de alcançar as comunidades mais isoladas e vulneráveis; na defesa da paridade política, assumiu-se que a





inclusão verdadeira deve contemplar mulheres de diversas raças, idades e condições; e, ao promover a autonomia econômica, reconheceu-se que capacitações e crédito devem alcançar as mulheres em situações de maior exclusão social.

A conferência, portanto, reafirmou que a equidade de gênero no Amapá só será plena com uma abordagem interseccional, moldando as políticas públicas para atender à pluralidade das mulheres, garantindo que iniciativas nas áreas de violência, saúde, educação e trabalho sejam acessíveis e adaptadas às diferenças culturais, étnicas e socioeconômicas.

Amazonas

Tendências emergentes

Interiorização dos serviços de atendimento à mulher

Na conferência do Amazonas, uma tendência marcante foi a busca por ampliar a presença das políticas públicas em regiões distantes e ribeirinhas do estado.

Diante da extensão territorial amazônica e da dispersão das comunidades, discutiu-se intensamente a necessidade de interiorizar os serviços de acolhimento e proteção, levando delegacias especializadas, casas de apoio e unidades móveis (como embarcações adaptadas para a patrulha fluvial do “Ronda Maria da Penha”) a áreas de difícil acesso.

Essa tendência reflete a consciência de que as mulheres do interior do Amazonas não podem ficar desassistidas: é preciso descentralizar a rede de atendimento, garantindo que quem vive em comunidades ribeirinhas, aldeias indígenas ou municípios isolados também tenha acesso à segurança e à justiça.

Qualificação de profissionais e humanização do atendimento

Emergiu como prioridade o aperfeiçoamento contínuo das equipes que atuam nas políticas para as mulheres, abrangendo profissionais de saúde, educação, assistência social e segurança.





A tendência é investir em formação continuada para que tais profissionais atuem livres de preconceitos e com conhecimento atualizado sobre direitos das mulheres, em especial nas áreas de saúde sexual e reprodutiva e de enfrentamento à violência.

No Amazonas, enfatizou-se a importância de acolhimento humanizado – respeitando especificidades culturais e de gênero – e de uma rede intersetorial articulada.

Esse foco na qualificação aponta a tendência de valorizar a preparação técnica e sensibilização dos agentes públicos, reconhecendo que o atendimento ineficaz ou discriminatório é obstáculo para o acesso das mulheres aos seus direitos.

Financiamento colaborativo das políticas para mulheres

A conferência amazonense evidenciou também uma tendência de buscar apoio financeiro sólido e compartilhado entre as esferas de governo para viabilizar a ampliação das ações. Foi ressaltado o papel crucial da União em cofinanciar equipamentos e programas estaduais, dada a insuficiência de recursos locais para cobrir um território tão amplo e com tantas demandas.

Nesse sentido, despontou a defesa de ferramentas federativas de financiamento, como a criação de um Fundo Nacional de Políticas para as Mulheres e o aumento de repasses vinculados.

Essa tendência indica a compreensão de que sem um arranjo cooperativo – envolvendo Ministério das Mulheres, governos estadual e municipais – não será possível implementar soluções estruturais, como novas delegacias da mulher, casas-abrigo e projetos de capacitação, em todas as regiões do Amazonas.

Fortalecimento das vozes indígenas e comunitárias

Uma tendência diferencial no Amazonas foi a visibilidade dada às pautas e à participação de mulheres indígenas, quilombolas e moradoras de comunidades tradicionais nas discussões.

Representantes de diversas etnias e localidades trouxeram à tona demandas específicas – como o respeito aos saberes tradicionais de parteiras, a proteção das mulheres nas regiões de fronteira e a garantia de tradutores para línguas indígenas nos serviços públicos.





Essa abertura à diversidade interna do estado destacou a tendência de interseccionalidade nas políticas: reconhece-se que as realidades sócio-culturais do Amazonas são múltiplas, e que é necessário incorporar esses diferentes olhares na elaboração e execução das políticas para as mulheres, para que nenhuma fique para trás.

Propostas

Expansão da rede estadual de proteção à mulher

A conferência do Amazonas priorizou propostas voltadas a fortalecer e ampliar os equipamentos de atendimento à mulher em situação de violência.

Uma das principais iniciativas aprovadas foi o aumento do repasse de recursos federais para permitir a criação e a ampliação de equipamentos especializados – tais como novas Delegacias da Mulher com infraestrutura própria, Juizados de Violência Doméstica, Centros de Referência e Casas Abrigo – em quantidade suficiente para cobrir todas as regiões do estado.

A proposta também abrange a implantação de programas ostensivos específicos, a exemplo da patrulha Maria da Penha em áreas urbanas e ribeirinhas, garantindo que o atendimento às vítimas seja especializado, humanizado e imediato.

Além disso, prevê medidas de responsabilização de agressores, como mecanismos para impedir que homens condenados por violência contra a mulher ocupem cargos públicos de destaque. Com esse conjunto, espera-se consolidar uma rede de proteção robusta e capilarizada, apta a acolher e proteger mulheres em qualquer localidade do Amazonas.

Criação de um fundo nacional para as políticas para mulheres

Outra proposta fundamental decorrente das deliberações amazonenses foi a defesa da instituição de um Fundo Nacional de Políticas para as Mulheres. Essa reserva orçamentária específica, vinculada ao Ministério das Mulheres, teria como objetivo financiar de forma contínua os programas, serviços e equipamentos voltados à promoção da igualdade de gênero em todo o país.





A proposta sugere que o fundo seja composto por um percentual fixo do Orçamento Geral da União – propõe-se 2% das receitas – além de permitir complementação com recursos dos estados e municípios conforme suas respectivas pastas.

Com esses recursos, seria possível cofinanciar a implantação de novas unidades de atendimento à mulher, apoiar iniciativas de formação e campanhas educativas e garantir a manutenção de redes essenciais como os conselhos e organismos de políticas para mulheres em todos os níveis da federação.

Ao endossar essa proposta, o Amazonas reforça a ideia de que a sustentabilidade das políticas de gênero depende de planejamento orçamentário e compromisso financeiro de longo prazo por parte do Estado.

Formação continuada intersetorial

Por fim, o Amazonas aprovou uma proposta orientada à qualificação constante dos profissionais que lidam diretamente com as questões de gênero. Prevê-se a criação de um programa permanente de formação continuada voltado a profissionais das áreas de saúde, educação, assistência social, justiça e segurança pública, para que aperfeiçoem suas práticas no atendimento à população feminina.

O programa enfatizaria conteúdos sobre direitos sexuais e reprodutivos – assegurando, por exemplo, que adolescentes e jovens recebam orientações adequadas livres de tabu – e sobre enfrentamento de todas as formas de violência de gênero, incluindo dinâmicas familiares, comunitárias e institucionais.

Além disso, fomentaria a articulação da rede intersetorial, integrando protocolos entre saúde, justiça e serviços sociais, de modo a garantir encaminhamentos céleres e informação qualificada em qualquer porta de entrada.

Com essa proposta, o estado busca assegurar que as políticas públicas não sejam apenas amplas em alcance, mas também efetivas em qualidade, tornando o atendimento às mulheres mais competente, empático e resolutivo.





Desafios

Dimensão territorial e isolamento geográfico

O Amazonas é marcado por distâncias continentais e difícil acesso a várias regiões, fator que impõe desafios singulares à implementação de políticas públicas para as mulheres. Muitas comunidades só são alcançáveis por via fluvial ou aérea, o que encarece e dificulta a manutenção de serviços regulares de atendimento.

Essa realidade contribui para a desigualdade no acesso: mulheres em municípios do interior frequentemente estão distantes de delegacias, defensorias, hospitais de referência ou centros de apoio.

Superar esse isolamento geográfico exige soluções logísticas criativas – como unidades móveis fluviais – e descentralização efetiva dos recursos humanos e financeiros, de modo a levar a presença do Estado onde ele hoje mal chega.

Insuficiência de equipamentos especializados

Embora Manaus concentre algumas estruturas importantes, como Delegacia da Mulher e centro de referência, o Amazonas como um todo ainda carece de equipamentos especializados em número e capilaridade adequados.

A maioria dos municípios não conta com casa-abrigo, e delegacias comuns nem sempre estão preparadas para atender ocorrências de violência de gênero com o devido acolhimento. Essa carência estrutural dificulta a proteção das mulheres, pois sem locais seguros para onde possam ir, muitas vítimas permanecem em situações de risco.

A ampliação da rede especializada – uma das propostas da conferência – enfrenta o desafio de encontrar recursos, capacitar profissionais e coordenar a implantação de novos serviços em territórios tão distintos, dos centros urbanos às comunidades ribeirinhas.

Pressão sobre o orçamento e dependência de apoio federal

Manter e expandir políticas para as mulheres em um estado com as características do Amazonas gera forte pressão orçamentária sobre os cofres estaduais e municipais. A





arrecadação própria não comporta investimentos maciços necessários, tornando o estado dependente de convênios e repasses da União.

Essa dependência por vezes inviabiliza a continuidade de programas quando há cortes ou atrasos federais. O desafio, portanto, é assegurar fontes estáveis de financiamento: a proposta de criação de um Fundo Nacional e de incremento de repasses direcionados às ações de gênero tenta responder a isso, mas até que se concretize, o Amazonas precisa lidar com a incerteza orçamentária e fazer escolhas difíceis na alocação de recursos.

Desigualdades culturais e necessidade de formação

O contexto sociocultural do Amazonas é bastante diverso, e as políticas para as mulheres enfrentam o desafio de se adequarem a diferentes realidades. De um lado, há altos índices de violência de gênero e naturalização do machismo em algumas comunidades, o que requer intensas campanhas de conscientização e educação em direitos.

De outro, profissionais que atuam na ponta muitas vezes não estão suficientemente preparados para lidar com questões de gênero de maneira sensível e informada, podendo reproduzir estigmas ou minimizá-las.

A conferência evidenciou que lacunas de formação são um entrave: sem treinamentos periódicos, protocolos unificados e troca de conhecimentos, é difícil padronizar um atendimento de qualidade.

Assim, o desafio é duplo: transformar mentalidades na sociedade em geral – combatendo o preconceito de gênero e a tolerância à violência – e simultaneamente aprimorar a capacitação técnica daqueles que implementam as políticas públicas, para que haja compromisso e compreensão uniforme das diretrizes de igualdade e equidade de gênero.

Transversalidade com eixos temáticos

No Amazonas, o fortalecimento da autonomia econômica feminina esteve presente nas discussões de forma transversal, embora não tenha gerado propostas específicas entre as três principais.





Reconheceu-se que muitas mulheres amazonenses, especialmente nas comunidades ribeirinhas e indígenas, dependem de iniciativas de geração de renda sustentável ligadas aos recursos naturais da região.

Fomentar o empreendedorismo feminino local e a economia extrativista de maneira responsável significa empoderar mulheres e, simultaneamente, proteger seus modos de vida tradicionais.

Além disso, a melhoria da renda feminina foi vista como essencial para reduzir vulnerabilidades, incluindo a violência, uma vez que mulheres com maior independência financeira tendem a ter mais alternativas para romper ciclos de agressão.

As discussões indicaram também que garantir oportunidades de trabalho e capacitação para mulheres no interior requer apoio institucional, como políticas de crédito rural e assistência técnica, além de parcerias com associações comunitárias, evidenciando a interdependência entre empoderamento econômico e presença do Estado.

O enfrentamento à violência contra as mulheres foi um tema central na conferência do Amazonas, com amplas conexões com outros eixos. As estratégias de combate à violência, como a expansão das delegacias e abrigos, dependem de recursos financeiros e de uma estrutura institucional robusta, pois demandam investimentos em pessoal, instalações e manutenção contínua.

Ficou claro que enfrentar a violência exige também articular saúde e assistência social, uma vez que as mulheres sobreviventes necessitam de atendimento médico de qualidade, incluindo o tratamento das consequências das agressões, além de apoio psicológico especializado, integrando os serviços de forma ágil.

Além disso, ressaltou-se a importância de considerar aspectos culturais e de diversidade no enfrentamento à violência, já que comunidades indígenas e tradicionais enfrentam obstáculos adicionais, como barreiras de idioma e distâncias, para denunciar abusos.

Políticas de combate à violência devem, portanto, dialogar com lideranças locais, incluir intérpretes quando necessário e respeitar costumes, sempre assegurando os direitos humanos das mulheres.

A saúde integral das mulheres foi outro eixo transversal nas discussões do Amazonas. A necessidade de qualificar profissionais para um atendimento sem preconceitos está diretamente conectada à diversidade, pois envolve aprender a lidar com diferentes realidades, como a de adolescentes grávidas, mulheres indígenas que valorizam práticas





tradicionais de parto ou mulheres com deficiência que requerem adaptações nos serviços de saúde.

O aprimoramento da saúde sexual e reprodutiva também foi relacionado à educação e ao enfrentamento da violência, já que identificar e acolher precocemente mulheres vítimas de violência sexual nos serviços de saúde é essencial para garantir seus direitos reprodutivos, como o acesso à profilaxia de DSTs e ao abortamento legal nos casos previstos em lei.

No Amazonas, discutiu-se a saúde da mulher de forma ampla, incluindo também a saúde mental, especialmente importante para vítimas de violência e mulheres sobrecarregadas pelo trabalho de cuidado, o que demonstra interseção com o cuidado e desenvolvimento sustentável, pois comunidades com piores indicadores socioambientais enfrentam também maiores desafios sanitários.

Em resumo, promover saúde integral no Amazonas envolve desde respeitar a sabedoria das parteiras tradicionais até garantir alta tecnologia nos centros urbanos, integrando saberes e políticas em todos os níveis.

O fortalecimento institucional foi percebido como condição necessária para viabilizar muitos dos avanços pretendidos.

A criação de um Fundo Nacional e o aumento do financiamento federal tratam de mecanismos de política pública que só se concretizam com articulação federativa e vontade política.

Esse eixo se mostrou transversal ao eixo econômico, ao propor que o orçamento reflita as prioridades de gênero, e ao eixo de enfrentamento à violência, ao demandar que governo estadual e prefeituras assumam a instalação de serviços especializados.

A participação social também foi destaque, com a conferência reforçando a atuação dos conselhos de direitos das mulheres e das organizações da sociedade civil, conectando o eixo institucional à diversidade, já que garantir que mulheres de diferentes segmentos participem do planejamento e controle social das políticas é uma forma de tornar as instituições mais representativas e eficazes.

Em resumo, a consolidação de estruturas estatais fortes e a inclusão de lideranças femininas nos espaços decisórios foram vistas como alavancas para potencializar os outros eixos, desde a saúde até a segurança, numa perspectiva integrada.





Pensar no desenvolvimento sustentável com enfoque de gênero é essencial para o Amazonas, dado que muitas mulheres atuam como guardiãs dos recursos naturais em suas comunidades.

Embora esse eixo não tenha gerado propostas explícitas entre as prioritárias, ele permeou as discussões sobre autonomia econômica e combate à pobreza. Políticas de preservação ambiental e de uso da terra precisam considerar a situação das mulheres do campo e da floresta, já que questões como o acesso à terra para cultivo de subsistência, habitação adequada e infraestrutura impactam diretamente a qualidade de vida e a autonomia das amazonenses.

Esse eixo se relaciona diretamente ao econômico, pois garantir terra e meios de produção às mulheres rurais aumenta sua capacidade produtiva e sua renda, além de se conectar à inclusão, ao reconhecer que mulheres indígenas, quilombolas e ribeirinhas devem ser protagonistas nas políticas de desenvolvimento local.

As discussões indicaram que sem melhorar as condições básicas de sobrevivência e assegurar direitos territoriais, especialmente em regiões de fronteira e reservas extrativistas, muitas iniciativas de saúde ou segurança não alcançarão eficácia plena.

Assim, a pauta ambiental e de moradia foi tratada como parte indissociável da promoção da cidadania das mulheres no Amazonas, ainda que de forma transversal.

A diversidade teve um papel de destaque transversal na conferência, refletindo a vasta pluralidade sociocultural do Amazonas. Em todos os eixos temáticos, apontou-se a necessidade de considerar as especificidades de grupos variados: mulheres indígenas, que pediram atenção diferenciada nos serviços de saúde e proteção; mulheres negras e quilombolas, que destacaram a importância de ações contra o racismo institucional; e mulheres LGBTQIA+, que exigiram visibilidade e respeito em todas as políticas.

Essa abrangência está diretamente conectada ao eixo da saúde, ao garantir tradução e mediação cultural no atendimento de indígenas e a inclusão de mulheres trans nos protocolos de saúde, e ao enfrentamento à violência, ao reconhecer que certos grupos, como mulheres trans e do campo, enfrentam formas mais graves de violência.

Integrar a diversidade no desenho de políticas requer fortalecimento institucional para treinar agentes públicos na abordagem interseccional e para formular programas direcionados.





No Amazonas, compreendeu-se que a eficácia de qualquer iniciativa, seja na economia, saúde ou segurança, depende de alcançar e incluir todas as mulheres, respeitando suas diferenças. Apenas com esse olhar interseccional as políticas públicas conseguirão reduzir as desigualdades e garantir direitos de maneira justa em todo o estado.

Pará

Tendências emergentes

Institucionalização e monitoramento das políticas

A conferência paraense revelou uma forte tendência de aperfeiçoar as estruturas e mecanismos de acompanhamento das políticas públicas para as mulheres. Houve ênfase na necessidade de institucionalizar e perenizar as iniciativas de gênero por meio de leis, planos e, principalmente, de sistemas de monitoramento.

Surgiu o entendimento de que para avançar é fundamental dispor de dados consistentes e de avaliação contínua: assim, propostas como a criação de observatórios e sistemas integrados de informação sobre a situação das mulheres ganharam destaque.

Essa tendência indica maturidade na agenda, reconhecendo que a continuidade e a efetividade das políticas dependem de instituições fortalecidas (conselhos, coordenadorias, secretarias) e de ferramentas que permitam medir resultados, identificar gargalos e garantir transparência e accountability no enfrentamento das desigualdades de gênero.

Centralidade do trabalho de cuidado e das políticas sociais

O Pará trouxe para o centro do debate a questão do cuidado e da divisão sexual do trabalho não remunerado. Ficou evidente a tendência de valorizar o trabalho das cuidadoras e de incorporar as políticas de cuidado à agenda governamental.





Foram levantadas propostas para a realização de um censo que dimensione a quantidade de mulheres (e homens) dedicadas aos cuidados familiares e comunitários, bem como para incluir o tema do cuidado como elemento estruturante no planejamento público.

Essa tendência reflete a percepção de que a sobrecarga do cuidado é um dos principais entraves à autonomia econômica e política das mulheres, e que sem políticas públicas – como creches, centros-dia para idosos e pessoas com deficiência, e serviços de apoio domiciliar – as desigualdades tendem a persistir.

Ao trazer o cuidado para o primeiro plano, a conferência sinalizou uma tendência de construção de uma rede de proteção social mais sensível à questão de gênero, distribuindo melhor as responsabilidades entre Estado, mercado e família.

Paridade e diversidade na representação política

Assim como em outros estados, o Pará apresentou uma tendência clara de buscar a paridade de gênero nos espaços de poder. Contudo, o diferencial paraense foi ressaltar também a importância da diversidade identitária entre as mulheres representadas.

Ou seja, além de garantir 50% de mulheres em candidaturas e cargos, discutiu-se a necessidade de que essas mulheres refletissem a pluralidade da população – incluindo mulheres negras, indígenas, jovens, idosas, LGBTQIA+ e de diferentes regiões do estado.

Essa tendência manifesta a consciência de que a democracia paritária deve ser interseccional, corrigindo não apenas o desequilíbrio de gênero, mas também dando voz a grupos de mulheres historicamente marginalizadas nos processos decisórios.

A conferência debateu propostas para mecanismos que assegurem essa diversidade – desde estímulos partidários até cotas dentro das próprias cotas – indicando uma tendência de avançar a pauta da representação para além dos números, alcançando a qualidade e a inclusão.

Justiça agrária e ambiental com enfoque de gênero

No Pará, estado marcado por tensões fundiárias e desafios ambientais na Amazônia, emergiu a tendência de entrelaçar a agenda de gênero à luta por direito à terra e sustentabilidade ambiental.





Debates ressaltaram que mulheres do campo, da floresta e das águas enfrentam vulnerabilidades específicas, seja no acesso à terra e titulação, seja na exposição a conflitos agrários e violência no contexto rural.

A conferência apontou como tendência a defesa de uma reforma agrária e urbana inclusiva, que priorize mulheres como beneficiárias de lotes e moradias, bem como a implementação de projetos de desenvolvimento sustentável que tenham as mulheres como protagonistas (por exemplo, em cooperativas agroextrativistas, no turismo de base comunitária ou na gestão de unidades de conservação).

Essa tendência reflete a compreensão de que a equidade de gênero também se constrói na relação com o território e o meio ambiente: incluir as mulheres na gestão dos recursos naturais e garantir sua segurança nos espaços rurais é fundamental para um Pará mais justo e sustentável.

Propostas

Fundo Nacional de Políticas para as Mulheres

Uma das principais propostas provenientes da etapa paraense foi a criação de um Fundo Nacional de Políticas para as Mulheres, de abrangência federal. Essa iniciativa visa assegurar recursos financeiros estáveis e carimbados para a implementação de ações e programas voltados à equidade de gênero em todo o país.

Pelo desenho proposto, o fundo seria alimentado com verbas da União (possivelmente um percentual fixo do orçamento anual) e poderia receber complementações de estados e municípios, garantindo um fluxo contínuo de financiamento.

Com esses recursos, seria possível, por exemplo, expandir a rede de serviços especializados, apoiar a construção de Casas da Mulher Brasileira, manter observatórios e sistemas de monitoramento, além de fomentar projetos inovadores nas áreas de saúde, educação e trabalho voltados às mulheres.

Ao propor explicitamente o fundo, o Pará evidenciou a necessidade de enfrentar a fragilidade orçamentária que historicamente afeta as políticas para as mulheres, buscando dar-lhes sustentabilidade e prioridade dentro da agenda nacional.





Observatório e sistema nacional de dados sobre violência

Outra proposta de destaque foi a criação de um Observatório Nacional de Violência contra as Mulheres, acompanhado de um sistema unificado de monitoramento de casos e atendimento.

A ideia é estabelecer uma plataforma centralizada, alimentada por informações de delegacias, unidades de saúde, judiciário e demais órgãos, para acompanhar em tempo real os índices de violência de gênero e as medidas tomadas em cada situação.

Com esse observatório, seria possível mapear onde a violência é mais crítica, avaliar a eficácia das políticas de prevenção e punição, além de subsidiar campanhas e ações focadas.

A proposta inclui o desenvolvimento de indicadores padronizados e a transparência dos dados para a sociedade civil, de modo a ampliar o controle social.

O Pará, que vivencia índices expressivos de violência contra a mulher (notadamente nas áreas de fronteira agrária e em zonas metropolitanas), teria com esse observatório uma ajuda para direcionar melhor os esforços e a envolver diversos setores (segurança, saúde, assistência, Justiça) numa resposta mais integrada e baseada em evidências.

Valorização do cuidado: senso e planejamento integrado

Destacando-se na conferência paraense, duas propostas complementares foram aprovadas com foco no eixo do cuidado. A primeira sugere a realização de um amplo censo ou levantamento nacional para identificar quantas pessoas – majoritariamente mulheres – dedicam-se às tarefas de cuidado (crianças, idosos, doentes, pessoas com deficiência) e em que condições esse trabalho não remunerado ocorre.

Esse censo de cuidadoras permitiria dimensionar o peso econômico e social do cuidado e subsidiar políticas públicas. A segunda proposta visa incorporar formalmente o cuidado como um dos eixos do planejamento público plurianual e dos orçamentos, de modo que todo programa governamental relevante avalie o impacto sobre as pessoas cuidadoras e preveja ações para aliviar a sobrecarga do cuidado nas famílias.





Essa integração poderia se traduzir, por exemplo, em metas de expansão de vagas em creches, criação de centros de convivência para idosos ou incentivo à licença-parental compartilhada entre mães e pais.

Ao aprovar essas medidas, o Pará busca transformar o cuidado – historicamente invisível nas estatísticas e políticas – em parte integrante e prioritária da formulação de políticas, promovendo maior justiça entre gêneros na distribuição desse trabalho.

Paridade e diversidade na política

Em sintonia com a tendência observada, a conferência paraense aprovou propostas voltadas a assegurar maior representação feminina e diversa nos órgãos públicos. Foi reiterado o apoio às iniciativas de lei que fixam 50% de vagas para mulheres em parlamentos e listas de candidatos, mas o Pará foi além.

Recomendou-se que os partidos e instâncias legislativas criem mecanismos para garantir que dentro dessa parcela feminina haja inclusão de mulheres de vários segmentos, especialmente negras, quilombolas, indígenas e jovens.

Também foi proposta a destinação obrigatória de pelo menos 30% do Fundo Partidário para formação e capacitação política de mulheres, visando equipá-las para a disputa eleitoral e estimular lideranças femininas em todos os municípios.

Essas medidas buscam não apenas atingir a paridade numérica, mas também eliminar desigualdades raciais e regionais na participação política, fazendo da política um espelho mais fiel da diversidade das mulheres paraenses.

Reforma agrária e urbana com enfoque de gênero

Por fim, uma proposta abrangente que surgiu no Pará aborda a questão fundiária e habitacional sob a perspectiva de gênero. Recomenda-se que os programas de reforma agrária priorizem a titulação de terras em nome de mulheres ou em cotitularidade, garantindo sua segurança jurídica como produtoras rurais e prevenindo sua expulsão em casos de separação ou viuvez.

Além disso, preconiza-se a implementação de uma reforma urbana que assegure a mulheres de baixa renda o acesso a lotes urbanizados e moradias populares, reconhecendo que





chefiadas por mulheres são parcela significativa das famílias em situação de pobreza nas cidades.

A proposta integra também a criação de incentivos para projetos produtivos sustentáveis liderados por mulheres em assentamentos e comunidades tradicionais, de forma a conciliar geração de renda, conservação ambiental e fixação das famílias no campo com qualidade de vida.

Com essa abordagem, o Pará imprime à pauta de gênero uma dimensão socioambiental, buscando empoderar as mulheres como agentes de desenvolvimento rural sustentável e justiça fundiária.

Desafios

Crônica escassez de recursos

Uma das maiores barreiras enfrentadas no Pará é a limitação orçamentária para viabilizar de modo amplo e eficaz as políticas para as mulheres. Embora o estado seja economicamente relevante, historicamente os recursos destinados à agenda de gênero têm sido insuficientes ou irregulares.

Essa carência se reflete na estruturação incipiente de órgãos especializados (como secretarias ou coordenadorias da mulher com autonomia e dotação adequadas) e na dependência de convênios federais para a execução de programas.

A escassez crônica de recursos gera descontinuidade de ações e impossibilita a expansão de serviços a todas as regiões do estado. Enfrentar esse desafio foi motivação para propostas estruturais como o Fundo Nacional, na esperança de garantir verbas carimbadas.

No entanto, até que medidas assim se concretizem, a realidade é de orçamentos minguados que forçam a priorização de poucas iniciativas, deixando várias demandas femininas sem atendimento.





Violência generalizada e falta de dados integrados

O Pará registra altos índices de violência contra as mulheres, incluindo feminicídios e tráfico de mulheres em áreas de garimpo e fronteira. Um dos desafios é a dificuldade de mapear e responder a esse fenômeno de forma integrada. Ausência de dados consolidados e comunicação precária entre órgãos (polícia, Justiça, saúde) resultam em subnotificação e em políticas reativas, em vez de preventivas.

A falta de um sistema unificado faz com que muitos casos fiquem invisíveis nas estatísticas oficiais, dificultando a alocação correta de recursos e o desenho de ações focalizadas. Além disso, sem monitoramento contínuo, é difícil avaliar a eficácia das medidas adotadas.

Essa realidade motivou as propostas de Observatório e sistema de dados, mas implementá-los requer superar resistências institucionais, garantir investimento em tecnologia e capacitação de pessoal, e pactuar fluxos de informação entre diferentes esferas de governo – todos eles desafios consideráveis em si mesmos.

Desigualdades políticas e socioculturais

Apesar de avanços, as mulheres paraenses ainda enfrentam barreiras significativas para ocupar espaços de poder e ter suas vozes ouvidas em público. As estruturas partidárias muitas vezes reproduzem o favoritismo a candidaturas masculinas, além de faltar apoio financeiro e logístico para campanhas lideradas por mulheres.

Adicionalmente, a cultura política local pode ser hostil à participação feminina, especialmente para mulheres de grupos minoritários – sejam elas mulheres negras, LGBTQIA+ ou de comunidades rurais – que enfrentam preconceito em dobro. Essa desigualdade se reflete nas baixas taxas de vereadoras e deputadas estaduais, e até mesmo na sub-representação em conselhos comunitários.

Mudar esse quadro é desafiador porque envolve tanto transformar mentalidades (combater o machismo e racismo estrutural na política) quanto criar mecanismos legais e práticos de incentivo. As propostas de paridade e de investimentos em formação política para mulheres buscam endereçar essas barreiras, mas sua implementação eficaz requer articulação político-institucional e pressão da sociedade civil de modo contínuo.





Sobrecarga do cuidado e exclusão econômica

Outra dificuldade evidente é a manutenção do ciclo de pobreza para muitas mulheres, intensificado pela carga desproporcional de trabalho de cuidado não pago que recai sobre elas. No Pará, é comum que meninas e mulheres abandonem estudos ou empregos para cuidar de filhos, parentes idosos ou pessoas doentes, já que as políticas públicas de suporte ainda são insuficientes.

Essa dinâmica perpetua sua exclusão econômica e dependência financeira, criando um círculo vicioso de baixa renda e oportunidades limitadas. O desafio aqui é duplo: por um lado, implementar serviços públicos (creches, etc.) em escala e qualidade adequadas, inclusive no interior do estado; por outro, reconhecer e valorizar o trabalho das cuidadoras, integrando-as em programas de formação e geração de renda.

Mudar mentalidades para que o cuidado deixe de ser visto como problema exclusivamente privado e passe a ser tratado como questão de política pública também é um ponto nevrálgico.

O Pará deu passos nesse sentido ao eleger o cuidado como eixo central, mas tirar as ideias do papel demandará coordenação entre diferentes setores (saúde, assistência, educação) e recursos que ainda precisam ser conquistados.

Desafios em áreas rurais e tradicionais

Por ser um estado vasto e heterogêneo, o Pará enfrenta desafios peculiares em suas áreas rurais, ribeirinhas e comunidades tradicionais. Mulheres que vivem no campo, em assentamentos, em territórios quilombolas ou aldeias sofrem com a falta de acesso a serviços básicos, violência fundiária e isolamento geográfico.

Muitas vezes, as políticas estaduais não chegam até elas de forma efetiva, seja por limitações logísticas ou por modelos urbanos de implementação que não dialogam com a realidade local.

Isso aprofunda desigualdades regionais e torna essas mulheres particularmente vulneráveis – a violência sexual e doméstica pode ficar invisível em comunidades isoladas, a falta de documentação impede acesso a benefícios, e oportunidades de qualificação ou crédito são escassas.





As propostas sobre reforma agrária e desenvolvimento sustentável tentam endereçar parte desse problema, mas a execução requer superar desafios como infraestruturas precárias (estradas, internet) e garantir a participação ativa dessas comunidades no desenho das políticas.

Trata-se de um desafio de inclusão territorial e cultural, imprescindível para que os avanços das políticas para as mulheres no Pará sejam de fato abrangentes e não deixem segmentos inteiros – justamente os mais vulneráveis – à margem.

Transversalidade com eixos temáticos

No Pará, as discussões sobre autonomia econômica estiveram fortemente ligadas a questões estruturais e sociais. A valorização do cuidado, como parte do desenvolvimento social, mostrou que, sem redistribuir a carga de trabalho não pago, as mulheres continuarão em desvantagem no mercado de trabalho.

Além disso, garantir autonomia econômica implicou dialogar com o eixo institucional, pois a efetiva inclusão de mulheres em todos os setores exige políticas públicas bem planejadas e financiadas, como microcrédito, capacitação e incentivo fiscal para empresas inclusivas.

Também houve destaque para a interseção com a diversidade: a independência financeira das mulheres negras, quilombolas ou ribeirinhas requer ações específicas, como feiras de produtos comunitários, reconhecimento de saberes tradicionais e apoio a cooperativas femininas.

A autonomia econômica no Pará foi tratada de forma transversal, contemplando tanto os contextos urbano quanto rural, e vinculada à construção de uma infraestrutura social do cuidado, que liberte as mulheres para empreender e trabalhar remuneradamente.

O combate à violência de gênero, no contexto paraense, demonstrou conexões diretas com quase todos os outros eixos. A ideia do Observatório e de sistemas de dados colocou este eixo em diálogo estreito com o eixo institucional, pois exige articulação entre esferas de governo, investimento em tecnologia e compromisso político para transparência.

Ao mesmo tempo, muito se falou sobre a necessidade de integrar a rede de saúde no enfrentamento à violência, desde a capacitação de profissionais de saúde para identificar sinais de abuso até a garantia de atendimento ágil às vítimas, incluindo saúde mental e reprodutiva.





O eixo também se conectou ao desenvolvimento sustentável, uma vez que a violência no campo e em comunidades tradicionais tem especificidades, como conflitos de terra e exploração ambiental, que exigem abordagens próprias.

Além disso, ressaltou-se a importância de considerar a diversidade no enfrentamento à violência, reconhecendo que combater a violência também pressupõe enfrentar o racismo e a LGBTfobia, que agravam a situação de certas mulheres.

Em suma, o Pará entendeu que a luta contra a violência é transversal por excelência – ela requer dados, saúde, justiça, educação e deve ser adaptada às realidades de todas as mulheres, sejam urbanas ou rurais, brancas ou indígenas.

A saúde das mulheres permeou o debate de forma importante, apesar de não ser o foco das propostas prioritárias. A transversalidade se manifestou ao considerar que a sobrecarga do cuidado também é um problema de saúde: mulheres exaustas e sem apoio sofrem mais doenças físicas e mentais. Assim, integrar políticas de cuidado contribui para a saúde integral.

Outra interseção foi com o eixo da violência: proteger a saúde sexual e reprodutiva inclui garantir que vítimas de estupro tenham acesso a atendimento humanizado e direitos como contracepção de emergência e aborto legal, o que exige protocolos rígidos e formação de equipes.

O Pará também discutiu a saúde sob a lente da diversidade, destacando, por exemplo, a importância de capacitar a rede para atender mulheres com deficiência, como aquelas que usam Libras ou braile, e respeitar os saberes tradicionais de parteiras nas comunidades ribeirinhas.

Para avançar neste eixo, foi reconhecido que é indispensável o apoio institucional para financiar os serviços e monitorar resultados, mostrando que até a saúde exige articulação ampla de esforços intersetoriais.

No Pará, a busca por paridade e diversidade na política evidenciou a relação entre este eixo e os demais. Mulheres ocupando espaços de poder tendem a priorizar temas como cuidado, violência e saúde das mulheres, integrando a perspectiva de gênero nas decisões governamentais.

Portanto, ampliar a participação feminina tem impacto direto sobre a autonomia econômica, como, por exemplo, vereadoras que podem propor leis de incentivo à contratação de





mulheres, e sobre a violência, com deputadas fiscalizando e propondo políticas de segurança pública com recorte de gênero.

Além disso, institucionalizar conselhos e secretarias da mulher fornece o arcabouço necessário para implementação das propostas nos outros eixos.

No Pará, enfatizou-se que sem arranjos institucionais fortes, boas ideias acabam não saindo do papel. Dessa forma, o eixo de participação política se entrelaçou com o eixo da inclusão ao preconizar que as instâncias de participação social devem contar com mulheres de vários grupos, garantindo que conselhos e conferências futuras sejam cada vez mais representativos.

Concluindo, consolidar a participação política feminina e fortalecer instituições dedicadas à pauta de gênero foi visto como um pré-requisito para o avanço sustentável dos demais eixos.

As questões socioambientais, fundiárias e urbanísticas apareceram de forma transversal na conferência do Pará. Políticas de reforma agrária e moradia digna foram debatidas não apenas como justiça social, mas também como estratégia de empoderamento feminino, evidenciando a ligação com autonomia econômica, já que a posse da terra e da casa potencializa a capacidade produtiva e a segurança financeira das mulheres.

Além disso, garantir terra e moradia a mulheres é reconhecido como um fator de prevenção à violência, uma vez que mulheres com habitação própria têm mais condições de deixar relações abusivas, por exemplo.

O eixo de desenvolvimento sustentável também dialogou com a diversidade, pois as soluções sustentáveis precisam respeitar a cultura e o protagonismo de mulheres quilombolas, extrativistas e ribeirinhas na gestão de seus territórios.

As propostas paraenses reforçaram que a agenda ambiental não está alheia à de gênero: ao contrário, mulheres com terra titulada e envolvidas na proteção florestal tendem a promover desenvolvimento de base comunitária e usos sustentáveis dos recursos, beneficiando toda a coletividade. Logo, políticas agrárias e ambientais sensíveis ao gênero convergem com os objetivos de reduzir desigualdades e promover direitos.

Por fim, o eixo da diversidade permeou integralmente as deliberações no Pará. Cada eixo temático foi pensado levando-se em conta os distintos grupos de mulheres do estado. Ao falar de violência, discutiu-se o recorte racial, reconhecendo que mulheres negras estão entre as mais vítimas, e a vulnerabilidade de mulheres trans.





Ao tratar de política, enfatizou-se a inclusão de lideranças de todas as etnias e orientações, e nas propostas de desenvolvimento rural, garantiu-se atenção às mulheres das águas, do campo e da floresta. Isso mostra que a conferência trabalhou com uma noção interseccional de direitos.

O eixo institucional foi visto como meio de concretizar essa visão, com conselhos diversificados e monitoramento de políticas por recorte. O eixo da saúde também foi pensado, incluindo acessibilidade para mulheres com deficiência e respeito à diversidade, formando equipes culturalmente competentes.

Assim, o Pará reafirma que só haverá pleno avanço se cada política chegar a todas as mulheres, considerando suas diferenças. A inclusão não é um capítulo à parte, mas uma abordagem que deve permear todos os eixos temáticos para garantir equidade real.

Rondônia

Tendências emergentes

Equidade de gênero nas organizações

Em Rondônia destacou-se a tendência de incentivar práticas inclusivas no setor público e privado, visando ambientes de trabalho com igualdade entre mulheres e homens.

Observou-se discussões voltadas à adoção de políticas de equidade salarial, combate ao assédio e promoção de mulheres a cargos de liderança, tanto no serviço público quanto na iniciativa privada.

Essa tendência reflete o reconhecimento de que superar a discriminação no trabalho demanda mudança cultural e medidas concretas por parte das organizações.

A ideia de um selo de empresas inclusivas surgiu justamente para incentivar esse movimento, certificando e premiando instituições que promovam igualdade de gênero em seus quadros e práticas internas.





Busca pela paridade política

A conferência rondoniense reforçou o apelo à ampliação da participação feminina nos espaços de decisão, alinhando-se ao movimento nacional por 50% de mulheres na política e acesso equitativo a recursos eleitorais.

Debateu-se mecanismos para garantir maior presença de mulheres em cargos eletivos, indo além das cotas atuais, com propostas que assegurem distribuição justa do fundo partidário e do tempo de propaganda entre os gêneros.

Essa busca sinaliza a intenção de corrigir a sub-representação feminina no poder. Ao defender paridade de gênero na política, Rondônia acompanha uma agenda nacional de democratização das instituições, entendendo que a presença equilibrada de mulheres nos parlamentos e executivos é fundamental para que as políticas públicas incorporem as perspectivas de gênero e atendam às demandas das mulheres.

Fortalecimento da rede de atendimento

Diante de índices expressivos de violência de gênero em certas localidades, emergiu a tendência de expandir serviços especializados como a Casa da Mulher Brasileira nos municípios mais vulneráveis, aproximando a proteção das vítimas.

Foram salientadas as disparidades regionais no atendimento: localidades do interior enfrentam escassez de delegacias da mulher e abrigos, impulsionando a demanda por unidades integradas de atendimento às vítimas.

Essa preocupação evidencia a urgência de levar a rede de proteção para mais perto das mulheres em todo o estado.

A expansão da Casa da Mulher Brasileira e de outros serviços especializados foi vista como essencial para garantir acolhimento imediato, apoio psicossocial e acesso à Justiça, especialmente em áreas rurais ou isoladas que hoje permanecem desassistidas.

Propostas





Certificação de empresas inclusivas

A conferência aprovou a criação de um selo de certificação nacional para reconhecer empresas comprometidas com a igualdade de gênero e a diversidade em seus quadros de funcionários.

Essa certificação “empresa amiga da mulher” seria concedida a organizações que adotem práticas inclusivas, como equidade salarial, prevenção do assédio e promoção de mulheres a posições de liderança.

A proposta busca incentivar o engajamento do setor privado na agenda da igualdade. Com o selo, empresas que avançarem nessas políticas poderiam obter reconhecimento público e até vantagens como incentivos fiscais ou preferência em contratos governamentais.

Assim, espera-se estimular uma mudança cultural no ambiente de trabalho, premiando quem investe em equidade e inspirando outras organizações a seguir o exemplo.

Cota de gênero de 50% nas eleições

Outra proposta de destaque é ampliar a cota mínima de candidaturas femininas nas eleições para 50%. Essa medida viria acompanhada da divisão igualitária do fundo eleitoral e do tempo de propaganda eleitoral entre os gêneros, garantindo recursos e visibilidade equivalentes para candidatas mulheres.

A iniciativa visa não apenas aumentar o número de candidatas, mas assegurar que mais mulheres sejam efetivamente eleitas nas três esferas de poder (municipal, estadual e federal).

Ao equiparar condições de competição política, a proposta pretende corrigir distorções históricas e promover uma representação paritária, entendendo que a presença de mulheres em pé de igualdade nos espaços políticos é fundamental para a incorporação das pautas de gênero nas decisões públicas.

Instalação de Casas da Mulher Brasileira

Também foi priorizada a implementação da Casa da Mulher Brasileira nos municípios com maiores índices de violência contra a mulher. Esse equipamento de atendimento integral





reuniria, em um só local, serviços essenciais – delegacia especializada, apoio psicológico, assistência social, defensoria – oferecendo acolhimento seguro e humanizado às vítimas.

A instalação dessas casas nos pontos mais vulneráveis do estado busca aproximar a proteção de quem mais precisa. Com uma estrutura intersetorial, a proposta pretende agilizar o atendimento e romper o ciclo de violência, assegurando que mulheres em situação de risco encontrem amparo imediato sem precisar percorrer grandes distâncias. O desafio será viabilizar recursos e parcerias para manter essas unidades funcionando de forma eficaz e sustentável.

Desafios

Discriminação de gênero no mercado de trabalho

A baixa presença de mulheres em posições de liderança e a persistência de diferenças salariais em desfavor delas caracterizam o mercado de trabalho rondoniense. Persistem práticas discriminatórias que limitam a ascensão profissional feminina e segmentam ocupações por gênero.

Enfrentar essa discriminação exige tanto mudanças culturais quanto medidas concretas de incentivo à equidade nas organizações – daí a relevância da proposta do selo de empresas inclusivas.

É necessário promover conscientização sobre igualdade de oportunidades, fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista antidiscriminatória e valorizar empresas que adotem políticas de promoção da mulher, para gradualmente reverter esse quadro.

Sub-representação feminina

A sub-representação feminina nas instâncias de poder permanece um obstáculo em Rondônia. Poucas mulheres ocupam cargos eletivos, o que dificulta a priorização e a defesa de pautas de interesse das mulheres nas políticas públicas.

Superar esse desafio implica investir em formação política para lideranças femininas e garantir financiamento adequado de suas campanhas. Também requer compromisso dos





partidos políticos em cumprir e exceder as cotas de candidaturas femininas, proporcionando às candidatas suporte estrutural e visibilidade.

Somente com ações combinadas – capacitação, recursos e vontade política – será possível ampliar a presença das mulheres nos espaços de decisão.

Violência e ausência de serviços no interior

A violência de gênero atinge de forma agravada as áreas interioranas de Rondônia, onde faltam delegacias da mulher, casas de abrigo e outros equipamentos de proteção. Em comunidades distantes, mulheres vítimas de violência frequentemente não encontram serviços acessíveis, o que as torna ainda mais vulneráveis e desamparadas.

A proposta de instalar Casas da Mulher Brasileira e fortalecer a capacitação de profissionais no interior surge como resposta a essa lacuna, mas esbarra em dificuldades práticas. A extensão territorial, as estradas precárias e a escassez de recursos orçamentários dificultam levar adiante essas iniciativas. Assim, o estado enfrenta o desafio de articular apoio federal e soluções logísticas criativas para garantir que a rede de atendimento alcance efetivamente todas as regiões, sem deixar as mulheres do interior para trás.

Transversalidade com eixos temáticos

A certificação de empresas inclusivas relaciona o eixo de autonomia econômica ao eixo da inclusão. Ao incentivar oportunidades iguais no mercado de trabalho – inclusive para mulheres negras, indígenas, com deficiência ou de outros grupos vulneráveis – essa proposta demonstra uma intersecção clara entre empoderamento econômico e valorização da diversidade.

A proposta de expandir as Casas da Mulher exige articulação com o eixo institucional e integração com os setores da saúde e da justiça. Implementar esses equipamentos em regiões com realidades distintas, inclusive áreas de fronteira, evidencia a necessidade de adaptar as políticas às especificidades locais, reforçando a transversalidade com o eixo de gestão descentralizada e desenvolvimento regional.

Embora não tenha aparecido como proposta específica, a conferência pontuou a importância do eixo da saúde se alinhar ao enfrentamento da violência e à diversidade.





Destacou-se que profissionais de saúde devem ser capacitados para identificar casos de agressão e atender mulheres sem preconceitos – inclusive mulheres com deficiência ou trans – conectando a temática da violência de gênero aos princípios de atendimento humanizado e inclusivo do eixo da saúde integral.

A proposta de cota de 50% de representação feminina cruza o eixo da participação política com considerações econômicas e de diversidade. Garantir recursos eleitorais igualitários e fiscalizar o cumprimento de paridade exige mecanismos legais robustos (eixo institucional) e promove a inclusão de diferentes perfis de mulheres na política, diversificando as vozes nos espaços de poder.

As discussões tocaram ainda o eixo do desenvolvimento sustentável: abordou-se a justiça climática destacando o papel das mulheres – especialmente das rurais – nas políticas ambientais. Ao reivindicar a participação ativa das mulheres do campo nas iniciativas ecológicas, conectou-se o eixo ambiental ao eixo da diversidade e à autonomia econômica, reconhecendo as mulheres como agentes centrais do desenvolvimento sustentável local.

De modo geral, o eixo da diversidade permeou todas as propostas rondonienses. O selo de empresas inclusivas busca contemplar mulheres de todos os perfis; a paridade política visada inclui a diversidade de identidades; e as Casas da Mulher que se pretende implantar deverão acolher igualmente mulheres trans, negras, indígenas ou com deficiência, adequando o atendimento às necessidades de cada grupo. Essa perspectiva transversal assegura que as ações planejadas alcancem e beneficiem a pluralidade de mulheres no estado.

Roraima

Tendências emergentes

Criação de estrutura governamental de gênero

A conferência roraimense evidenciou uma forte tendência de institucionalizar a pauta de gênero no estado. Defendeu-se a criação de uma Secretaria Estadual exclusiva para as





políticas para as mulheres, dotada de orçamento próprio e de um sistema unificado de informações que subsidie a formulação e o monitoramento dessas políticas.

Essa movimentação mostra o reconhecimento de que sem um aparato governamental robusto é difícil coordenar e implementar ações efetivas. Ao propor uma estrutura permanente e bem financiada para tratar das questões das mulheres, Roraima sinaliza a intenção de consolidar institucionalmente a agenda de igualdade de gênero, garantindo maior continuidade e eficiência às iniciativas voltadas a este público.

Inovação tecnológica para denúncias

Outro destaque em Roraima foi a tendência de aproveitar a tecnologia para aprimorar o enfrentamento à violência de gênero. Discutiu-se o uso de ferramentas digitais – como aplicativos e sistemas integrados – para facilitar e agilizar as denúncias de violência doméstica e sexual, assegurando maior proteção às vítimas e rapidez na responsabilização dos agressores.

Essa abordagem inovadora reflete a busca por superar barreiras de acesso e medo que muitas mulheres enfrentam ao denunciar. Ferramentas digitais podem oferecer canais discretos e acessíveis, conectados a uma base de dados unificada, permitindo que autoridades acompanhem os casos em tempo real. Roraima, ao enfatizar essa tendência, indica que a modernização dos mecanismos de denúncia é vista como caminho para ampliar o alcance da rede de proteção e tornar o combate à violência mais efetivo e abrangente.

Inclusão político-social ampla

A conferência roraimense também demonstrou preocupação em engajar mulheres de todos os segmentos sociais e culturais do estado. Houve destaque para iniciativas visando incluir ativamente mulheres indígenas, migrantes (em especial vindas da Venezuela), mulheres LBT, trabalhadoras rurais e quilombolas em programas e políticas – seja por meio de formações políticas inclusivas, seja por projetos de empreendedorismo feminino com foco em sustentabilidade.

Essa ampla inclusão político-social revela a compreensão de que a pauta de mulheres deve abarcar sua diversidade. Em Roraima, onde a população feminina é heterogênea e inclui povos tradicionais e migrantes internacionais, as políticas públicas precisam ser adaptadas a realidades distintas.





Ao promover capacitações específicas e apoiar empreendimentos verdes liderados por mulheres de diferentes origens, busca-se não deixar nenhum grupo à margem, fortalecendo a coesão social e garantindo que os benefícios das políticas cheguem às comunidades mais vulneráveis e diversas.

Propostas

Secretaria Estadual da Mulher

A principal proposta aprovada foi a criação de uma Secretaria Estadual da Mulher. Esse órgão governamental próprio seria responsável por coordenar todas as políticas para as mulheres no estado, contando com dotação orçamentária específica e um sistema integrado de informações para acompanhar indicadores e ações relacionados à condição feminina em Roraima.

A implantação de uma secretaria dedicada visa suprir uma lacuna institucional histórica. Com orçamento garantido e equipe técnica especializada, espera-se dar unidade e efetividade às iniciativas hoje dispersas em diferentes pastas.

A nova estrutura centralizaria esforços de proteção, promoção de direitos e inclusão, fortalecendo a transversalidade de gênero nas políticas públicas estaduais e garantindo maior visibilidade e priorização das demandas das mulheres.

Ferramentas tecnológicas de denúncia

A conferência aprovou o desenvolvimento de aplicativos e sistemas tecnológicos integrados para denúncias de violência contra mulheres e meninas. A ideia é criar ferramentas digitais que permitam às vítimas – ou mesmo a terceiros – reportar casos de agressão de forma simples e segura, alimentando um banco de dados unificado que acione rapidamente a rede de proteção e as autoridades competentes.

Com esses mecanismos, pretende-se garantir que nenhuma forma de violência fique sem registro ou resposta por falta de acesso ou medo de denunciar. Os aplicativos seriam desenhados para proteger a identidade da denunciante e agilizar o encaminhamento dos casos às delegacias e serviços de apoio.





Ao investir em tecnologia, Roraima busca ampliar o alcance das denúncias, inclusive em regiões remotas, e tornar o enfrentamento à violência mais rápido, coordenado e eficaz.

Programa "Mulheres na Política"

Outra proposta central foi a criação do programa "Mulheres na Política", voltado à formação e capacitação de lideranças femininas. O programa, a ser implementado em parceria com a Assembleia Legislativa, câmaras municipais, órgãos governamentais e entidades da sociedade civil, oferecerá cursos e oficinas sobre legislação e participação política para mulheres de todas as origens e grupos (incluindo mulheres negras, indígenas, quilombolas, LBT, com deficiência, jovens, idosas e moradoras de áreas rurais e ribeirinhas).

O objetivo do programa é ampliar a representatividade feminina e a diversidade nas esferas de poder de Roraima. Ao qualificar mulheres de diferentes comunidades e perfis para atuarem politicamente, pretende-se não apenas aumentar o número de mulheres na política local, mas também garantir que essas representantes reflitam a pluralidade da sociedade roraimense. Essa iniciativa busca formar lideranças capazes de defender as pautas das mulheres, influenciar decisões públicas e contribuir para uma democracia mais inclusiva.

Fundo Estadual de Empreendedorismo Feminino

Foi proposta a criação de um Fundo Estadual de Empreendedorismo Feminino. Esse fundo teria como finalidade dar suporte financeiro e técnico a iniciativas, projetos e negócios liderados por mulheres em Roraima, por meio de financiamento direto, concessão de crédito facilitado ou outras formas de apoio institucional.

A medida visa impulsionar a autonomia econômica das mulheres, especialmente daquelas que encontram barreiras no acesso a crédito e investimentos pelos meios convencionais.

Com recursos específicos para empreendimentos femininos, o estado poderia fomentar a criação e expansão de pequenos negócios geridos por mulheres, estimulando a geração de renda, a inovação e o desenvolvimento local com enfoque em igualdade de gênero.





Centros de atendimento e acolhimento psicossocial

A conferência também priorizou a estruturação de uma rede de acolhimento mais capilarizada para mulheres vítimas de violência. Propôs-se a criação de centros regionais de atendimento e acolhimento psicossocial em vários municípios, espaços onde sobreviventes de violência de gênero possam receber acompanhamento psicológico, social e jurídico contínuo.

Prevê-se, ainda, a capacitação permanente das equipes nesses centros para um atendimento especializado e humanizado.

Paralelamente, recomendou-se a expansão das Salas Lilás – salas especiais de atendimento a mulheres – em delegacias, hospitais e maternidades de todo o estado. Essas salas garantem um acolhimento multidisciplinar e uma escuta qualificada, resguardando a privacidade e a dignidade das vítimas no primeiro contato com os serviços.

A combinação dos novos centros com a ampliação das Salas Lilás busca cobrir as lacunas existentes no amparo às mulheres roraimenses, levando assistência profissionalizada a diferentes pontos do território e melhorando a articulação entre segurança pública e saúde no enfrentamento à violência.

Desafios

Ausência de um aparato institucional robusto

Um dos desafios evidenciados é a ausência histórica de um aparato institucional robusto voltado às políticas para mulheres. Até então, Roraima não dispunha de uma secretaria ou órgão exclusivo para essa agenda, o que fragilizava a coordenação das ações e dificultava a obtenção de recursos dedicados.

A criação de uma Secretaria Estadual da Mulher, embora urgente, enfrenta obstáculos práticos: é necessária vontade política para sua implantação, bem como dotação orçamentária e contratação de equipe técnica especializada. Em um contexto de orçamento limitado, alocar fundos e pessoal para essa nova estrutura será um desafio, mas é fundamental para dar sustentação e continuidade às políticas de gênero no estado.





Barreiras linguísticas e culturais

A diversidade étnica e cultural de Roraima traz consigo barreiras de comunicação no acesso das mulheres aos serviços públicos. O estado abriga numerosas comunidades indígenas e tem sido destino de fluxo migratório internacional (notadamente de venezuelanos), resultando em uma parcela de mulheres que não dominam a língua portuguesa ou não se veem atendidas em suas especificidades culturais.

Essas barreiras linguísticas e culturais dificultam especialmente que mulheres indígenas e migrantes busquem ajuda em casos de violência ou acessem programas sociais. Sem tradutores, intérpretes ou mediadores culturais suficientes, muitas vezes há desencontro entre as políticas disponíveis e quem delas mais necessita.

O desafio posto é implementar estratégias de atendimento multilíngue e sensível às diferenças culturais, de modo a integrar plenamente essas mulheres à rede de proteção e aos serviços de saúde, justiça e assistência.

Violência exacerbada e cobertura insuficiente

Roraima enfrenta níveis alarmantes de violência de gênero, por vezes associados a contextos específicos como áreas de garimpo, zonas de fronteira e comunidades isoladas. Apesar da gravidade e abrangência do problema, a estrutura de atendimento é limitada: há poucas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, escassez de abrigos seguros e insuficiência de serviços especializados fora da capital.

A expansão dessa rede de proteção, proposta pela conferência por meio da criação de centros regionais e da multiplicação de Salas Lilás, esbarra em dificuldades significativas. Além da questão orçamentária – pois recursos estaduais são limitados –, há o desafio de formar e reter equipes qualificadas em um território extenso e de difícil logística.

Garantir que novas unidades funcionem adequadamente no interior demandará investimentos contínuos, parcerias interinstitucionais e soluções inovadoras para levar atendimento às áreas remotas.





Desigualdades socioeconômicas

As desigualdades socioeconômicas representam outro entrave, afetando especialmente grupos tradicionais. Mulheres indígenas, quilombolas e moradoras de áreas rurais em Roraima enfrentam uma combinação de pobreza, isolamento e falta de infraestrutura básica – muitas comunidades carecem de água potável, energia elétrica confiável ou meios de comunicação eficazes.

A falta de acesso a crédito e a oportunidades de qualificação profissional mantém essas mulheres à margem da economia formal. Lançar políticas de empreendedorismo e projetos sustentáveis que realmente as alcancem exige a presença ativa do Estado em regiões historicamente negligenciadas e o combate a preconceitos estruturais.

Será preciso investir em crédito subsidiado, assistência técnica e inclusão produtiva direcionada a essas comunidades, ao mesmo tempo em que se cria um ambiente que valorize e incorpore o conhecimento tradicional e respeite as especificidades culturais desses grupos.

Sistema de saúde precário para as mulheres

O sistema de saúde de Roraima apresenta fragilidades no que tange à atenção à saúde da mulher. Faltam serviços de referência para casos de violência sexual, e a oferta de procedimentos previstos em lei, como o aborto legal, é praticamente inexistente. Além disso, muitas regiões carecem de atendimento obstétrico adequado, o que compromete a saúde materna.

A conferência apontou ainda a ausência de serviços preparados para atender populações específicas, como um ambulatório voltado à saúde de mulheres trans. Melhorar esse quadro requer uma articulação de políticas de saúde com enfoque de gênero: desde capacitar equipes para atendimento humanizado e livre de preconceito até instituir protocolos específicos e ampliar a infraestrutura (como criar centros de referência regionais).

Trata-se de um desafio complexo, que envolve desde a gestão de recursos até a sensibilização dos profissionais de saúde para as necessidades particulares das mulheres em toda sua diversidade.





Transversalidade com eixos temáticos

As propostas de criação do fundo de empreendedorismo e de programas de qualificação evidenciaram a interseção entre os eixos de autonomia econômica, sustentabilidade e inclusão.

Ao priorizarem o apoio a projetos de empreendedorismo verde liderados por mulheres de comunidades tradicionais e migrantes, elas conectam a geração de renda à preservação ambiental e garantem que grupos historicamente marginalizados sejam incluídos no desenvolvimento econômico – um exemplo de transversalidade entre empoderamento econômico e justiça climática com recorte de gênero.

O fortalecimento das denúncias e do atendimento às vítimas via aplicativos, centros regionais e Salas Lilás depende de um eixo institucional sólido e articulado com o eixo da saúde.

Essas iniciativas tecnológicas e de expansão de serviços requerem integração entre segurança pública, justiça e assistência social, bem como entre os níveis de governo. Além disso, envolvem sensibilidade cultural (eixo da diversidade), dado que as usuárias incluem indígenas, imigrantes e mulheres de diferentes contextos.

Assim, a implementação eficaz dessas propostas perpassa a necessidade de políticas ajustadas às realidades locais e respeito às especificidades das usuárias.

A melhoria da saúde da mulher (como a atenção obstétrica humanizada e a saúde mental enfatizadas) tem caráter transversal: relaciona-se diretamente ao enfrentamento da violência – pois mulheres violentadas precisam de atendimento médico adequado e suporte psicológico – e ao eixo da diversidade e inclusão, ao exigir que o sistema de saúde atenda igualmente bem mulheres indígenas, quilombolas, com deficiência, trans, etc.

Ao discutir protocolos para abortamento legal e a criação de serviços especializados, ficou claro que os eixos de saúde e direitos humanos das mulheres caminham juntos em Roraima.

O programa Mulheres na Política une o eixo da participação e liderança com o eixo da diversidade. Ao capacitar mulheres de todas as origens para atuação política, ele não apenas promove a democracia paritária (eixo institucional da participação), mas também garante que essa participação seja diversa em termos étnicos, geracionais e culturais.

Essa proposta transversal prepara lideranças femininas que levarão para os espaços de poder as demandas dos vários eixos – desde a autonomia econômica até saúde e combate à





violência –, evidenciando como a representatividade feminina diversa reforça todos os demais temas.

Observou-se ainda a transversalidade envolvendo o eixo de desenvolvimento sustentável. Reconhecer as mulheres como guardiãs do meio ambiente e fomentar o empreendedorismo sustentável liderado por elas conectou a agenda ambiental ao empoderamento econômico.

A garantia de acesso à terra, moradia e infraestrutura para mulheres rurais, por exemplo, foi debatida tanto como questão de justiça ambiental quanto de proteção social (eixo de assistência e segurança), com o entendimento de que comunidades rurais mais estruturadas e empoderadas tendem a apresentar menores índices de violência.

De maneira geral, em Roraima o eixo da diversidade permeou todas as discussões e propostas. A criação da secretaria estadual prevê políticas específicas para distintos grupos de mulheres; os aplicativos de denúncia deverão ser acessíveis também em línguas indígenas; e o programa de formação política foi delineado para alcançar segmentos variados.

Cada iniciativa concebida buscou abarcar a pluralidade das mulheres roraimenses, de forma que nenhuma fique excluída – um enfoque transversal que fortalece o impacto e a equidade de todas as políticas propostas.

Tocantins

Tendências emergentes

Abordagem integrada de combate à violência

A conferência do Tocantins enfatizou a necessidade de um combate integrado à violência de gênero. Discutiu-se estratégias combinadas que vão desde a prevenção e educação até o acolhimento emocional das vítimas e seu empoderamento econômico, numa abordagem holística para romper o ciclo da violência doméstica.

Essa tendência de ação multidimensional reflete a compreensão de que a violência contra a mulher é um problema complexo, alimentado por fatores culturais, sociais e econômicos.





Assim, além de punir os agressores, propõe-se prevenir a violência por meio da conscientização e reeducação (envolvendo, por exemplo, homens e jovens), oferecer apoio psicológico e redes de proteção para as sobreviventes e promover sua autonomia financeira para que possam reconstruir a vida longe do agressor.

A junção dessas frentes – prevenção, proteção e promoção da autonomia – caracteriza a resposta tocantinense como abrangente e inovadora.

Modernização e tecnologia

A modernização dos instrumentos de política para mulheres despontou como outra tendência no Tocantins. Foi destacada a incorporação de soluções tecnológicas, como a integração de bancos de dados entre órgãos e o desenvolvimento de aplicativos, para aprimorar a eficácia e a acessibilidade das ações voltadas às mulheres, em especial no âmbito da segurança pública.

Essa orientação tecnológica busca superar a burocracia e a fragmentação dos serviços. Ao conectar sistemas de polícia, justiça e assistência social, por exemplo, pretende-se facilitar o registro e o acompanhamento de casos de violência doméstica, garantindo resposta mais ágil e coordenada.

Além disso, aplicativos móveis e plataformas online podem ampliar o alcance das denúncias e orientações, alcançando mulheres em locais remotos do Tocantins. Em síntese, a tendência indica que o estado aposta na inovação digital como aliada para diminuir lacunas e integrar a rede de atendimento.

Fortalecimento institucional e parcerias

A conferência sublinhou, ainda, a importância do fortalecimento institucional e das parcerias intergovernamentais. Como exemplo concreto, mencionou-se a assinatura de um convênio entre o governo estadual e o federal para implantar a Casa da Mulher Brasileira no Tocantins, ilustrando a busca por colaboração entre diferentes níveis de governo para viabilizar políticas públicas de apoio às mulheres.

Paralelamente, enfatizou-se a necessidade de ampliar a participação social das mulheres na elaboração e fiscalização dessas políticas.





Ou seja, fomentar conselhos, fóruns e outros espaços onde as mulheres – de diversas regiões e grupos – possam opinar e contribuir ativamente na definição das ações governamentais.

Essa dupla tendência – cooperação institucional e engajamento das mulheres como protagonistas – revela um entendimento de que políticas de gênero efetivas exigem tanto apoio político e financeiro mútuo entre União, estado e municípios, quanto o diálogo contínuo com a sociedade civil feminina.

Propostas

Sistema unificado de denúncia

Uma das propostas aprovadas foi a criação de um sistema unificado de denúncias. Prevê-se o desenvolvimento de uma API – uma interface de programação de aplicativos – e de uma plataforma digital que integre os sistemas dos diversos órgãos envolvidos (polícia, justiça, serviços sociais), de modo a unificar o registro e o acompanhamento das denúncias de violência contra a mulher.

Com essa integração tecnológica, espera-se agilizar o fluxo de informações e evitar a revitimização das mulheres, que hoje precisam repetir sua história em cada instituição. O sistema único tornaria o atendimento mais célere e eficiente, permitindo que autoridades compartilhem dados em tempo real e monitorem o andamento de cada caso.

Além disso, ao assegurar sigilo e proteção dos dados, a plataforma incentivaria mais vítimas a denunciarem, confiantes de que serão acolhidas por um sistema articulado e sensível.

Programa interministerial de prevenção

A conferência propôs a criação de um programa interministerial de prevenção à violência de gênero. A iniciativa seria implementada em âmbito nacional, por meio de uma parceria entre o Ministério das Mulheres, o Ministério da Educação e outras pastas, com o objetivo de incluir conteúdos sobre igualdade de gênero, prevenção da violência e respeito à diversidade nos currículos escolares e na formação continuada de servidores públicos.





A ideia central é promover uma mudança cultural de longo prazo, atuando em duas frentes complementares. Nas escolas, educar crianças e jovens – meninas e meninos – sobre direitos, equidade e relacionamentos saudáveis, desconstruindo desde cedo o machismo e a violência.

Paralelamente, capacitar profissionais do setor público (professores, agentes de saúde, policiais, etc.) para reconhecer e enfrentar situações de violência de gênero, garantindo um atendimento mais humanizado e informado. Esse programa integrado reforça que a prevenção da violência exige envolvimento de múltiplos atores e educação permanente da sociedade.

Ampliação da assistência à saúde da mulher

Outra proposta priorizada foi a ampliação da assistência à saúde da mulher em todo o estado. Prevê-se o fortalecimento da rede de saúde de forma que mulheres de todos os municípios tenham acesso a exames preventivos essenciais (como mamografias e papanicolau), a atendimentos de saúde mental e a serviços de acolhimento em casos de violência sexual – incluindo a implementação de protocolos humanizados em hospitais e delegacias para esses atendimentos.

A proposta busca reduzir as disparidades regionais no acesso à saúde feminina. Ao interiorizar especialistas e serviços, o Tocantins pretende detectar doenças precocemente, oferecer apoio psicológico adequado e assegurar que vítimas de estupro ou outras violências recebam cuidado imediato e respeitoso, independentemente de onde vivem.

Isso implica não só investir em infraestrutura (como clínicas e equipamentos de diagnóstico), mas também treinar equipes para um olhar sensível às necessidades específicas das mulheres, integrando ações da saúde com as redes de segurança e justiça.

Fomento à autonomia econômica

O fomento à autonomia econômica das mulheres apareceu como proposta central, englobando diversas ações. Está prevista a criação de linhas de crédito especiais e programas de capacitação profissional voltados às mulheres, com destaque para iniciativas de formação empreendedora que as ajudem a iniciar ou expandir negócios próprios.





Além disso, propõe-se conceder incentivos fiscais a empresas que adotem políticas afirmativas de contratação e promoção de mulheres. O conjunto dessas medidas visa reduzir as desigualdades de gênero no mundo do trabalho, proporcionando às mulheres mais oportunidades de emprego e renda.

Ao qualificar mão de obra feminina, facilitar o acesso a financiamentos e estimular ambientes corporativos mais igualitários, espera-se aumentar a participação das mulheres em setores econômicos diversificados e em cargos de maior responsabilidade, corrigindo gradativamente as disparidades existentes.

Incentivo à liderança feminina

A conferência tocanrinense aprovou também ações de incentivo à liderança feminina. Entre elas, a realização de campanhas públicas e cursos de formação dedicados a estimular uma participação mais ativa de mulheres em conselhos (como conselhos de direitos e conselhos comunitários), em associações de bairro e outras organizações locais, bem como nos processos políticos formais do município e do estado.

Com essas iniciativas, busca-se fortalecer a voz e o protagonismo das mulheres nos espaços de tomada de decisão. A presença feminina em cargos de liderança comunitária e política tende a trazer novas pautas e perspectivas para o debate público, enriquecendo as políticas com a visão de quem vivencia as desigualdades de gênero.

Ao derrubar barreiras que inibem a atuação política das mulheres – como falta de apoio, de capacitação ou mesmo de reconhecimento – o Tocantins pretende construir um ambiente mais inclusivo, onde as mulheres se sintam encorajadas e preparadas para assumir posições de liderança e influenciar os rumos de suas comunidades.

Desafios

Violência persistente e multifatorial

O Tocantins convive com índices elevados de violência doméstica e de gênero. Esse quadro persistente revela deficiências tanto na articulação do poder público quanto na esfera cultural: historicamente, as ações governamentais têm sido fragmentadas e os órgãos atuam





com pouca comunicação integrada, enquanto normas sociais machistas ainda levam muitas vezes à tolerância ou subnotificação da violência.

Enfrentar essa realidade multifatorial é um grande desafio. É preciso construir uma rede governamental coesa, onde polícia, justiça, saúde e assistência atuem de forma alinhada e eficiente, compartilhando informações e protocolos.

Em paralelo, deve-se combater as raízes culturais do problema, promovendo educação e conscientização para desconstruir a naturalização do machismo. O programa interministerial de prevenção aprovado caminha nesse sentido, mas sua efetivação demandará comprometimento contínuo para realmente reduzir os índices de violência no estado.

Infraestrutura limitada

A limitação de infraestrutura dedicada às mulheres é outro obstáculo evidente no Tocantins. Até há pouco, o estado não dispunha de instalações especializadas, como a Casa da Mulher Brasileira, para acolher e atender de forma integrada às vítimas de violência. Em muitos municípios, faltam abrigos seguros, centros de referência e outros espaços onde as mulheres possam buscar proteção e apoio imediato.

Essa lacuna estrutural torna mais difícil às vítimas romperem o ciclo da violência e reivindicarem seus direitos, pois muitas vezes não há para onde ir ou a quem recorrer localmente. Supri-la é uma prioridade urgente, mas que enfrenta a realidade de orçamentos apertados e a necessidade de priorização política.

A assinatura recente de um convênio para implantar a Casa da Mulher Brasileira em Palmas indica progresso, contudo será fundamental assegurar recursos continuados e gestão eficaz para que esse e outros equipamentos similares sejam expandidos e mantidos em pleno funcionamento.

Acesso desigual a serviços de saúde

Há também consideráveis disparidades regionais no acesso das tocantinenses aos serviços de saúde. Em diversas partes do estado, principalmente nas áreas rurais e cidades menores, verifica-se escassez de médicos especialistas e de oferta de exames e procedimentos essenciais à saúde da mulher.





Por exemplo, muitas mulheres têm dificuldade para realizar mamografias ou contar com acompanhamento ginecológico regular; igualmente limitado é o acesso a atendimento em saúde mental ou a serviços especializados para vítimas de violência sexual.

A consequência desse quadro é o diagnóstico tardio de doenças preveníveis e um acolhimento insuficiente em situações de abuso, agravando a vulnerabilidade feminina. Para equacionar o problema, será necessário interiorizar profissionais qualificados – como ginecologistas, psicólogos e enfermeiros obstétricos – e reforçar a estrutura da rede básica de saúde.

Isso implica investir em polos de atendimento regionalizados, telemedicina, melhorias de transporte sanitário e incentivos para fixar profissionais no interior. A superação do desafio requer planejamento e alocação de recursos de forma equânime entre as regiões, garantindo que nenhuma mulher fique sem assistência médica adequada devido ao local onde reside.

Empoderamento econômico incipiente

A autonomia econômica das mulheres ainda é incipiente em amplas parcelas do Tocantins. Sobretudo nas zonas rurais e nas periferias urbanas, muitas mulheres têm poucas oportunidades de trabalho e geração de renda, ficando restritas ao trabalho informal ou à dependência financeira de terceiros.

Fatores como baixa escolaridade ou qualificação profissional, a falta de creches e apoio para cuidado dos filhos, além de preconceitos de gênero na contratação, dificultam sua inserção no mercado formal.

Alavancar o empoderamento econômico feminino configura um desafio contínuo. É necessário implementar cursos profissionalizantes acessíveis, programas de microcrédito e outras iniciativas de inclusão produtiva dirigidas a essas mulheres. No entanto, tais políticas esbarram frequentemente na escassez de recursos e na descontinuidade administrativa.

Para que tenham impacto real, exigem compromisso governamental de longo prazo e parcerias com setor privado e sociedade civil, de modo a criar uma estrutura de suporte sólida que permita às mulheres desenvolverem suas habilidades e conquistarem autonomia financeira.





Participação social limitada

No Tocantins, percebe-se também uma participação social limitada das mulheres nos processos decisórios. Existem conselhos de direitos das mulheres e movimentos organizados atuantes, mas nem todas as mulheres – especialmente aquelas de grupos minorizados, como mulheres negras, indígenas, quilombolas ou moradoras de áreas periféricas – conseguem acessar ou se sentir representadas nesses espaços de diálogo com o poder público.

Fortalecer os mecanismos de participação social feminina é, portanto, imperativo para democratizar a formulação de políticas. Isso significa interiorizar e diversificar os conselhos (incentivando a criação e a atividade dos conselhos municipais da mulher), ampliar a divulgação de informações sobre canais de denúncia e participação, e sensibilizar as autoridades locais a valorizar as contribuições vindas da base.

O desafio reside em garantir que essas instâncias não sejam meramente formais, mas efetivamente influentes, e que as vozes de mulheres de todas as origens sejam ouvidas e consideradas nas decisões governamentais.

Transversalidade com eixos temáticos

As propostas de fomento econômico – como as linhas de crédito e capacitações – não se limitam ao eixo de autonomia econômica; elas se articulam também com o eixo institucional e o de inclusão. Para serem efetivadas, requerem políticas integradas entre secretarias e níveis de governo (eixo institucional forte), e foram pensadas para contemplar a diversidade de público, incluindo mulheres rurais e de baixa renda geralmente excluídas dessas oportunidades (eixo da inclusão socioeconômica).

Desse modo, ao promover a independência financeira das mulheres mais vulneráveis, o Tocantins alinha desenvolvimento econômico com justiça social e equidade de gênero.

A proposta de integração dos sistemas de denúncia e o programa interministerial de prevenção ilustram a transversalidade entre os eixos de segurança, saúde e educação. A unificação de bases de dados e atuação conjunta de órgãos de polícia, justiça e assistência (como previsto no sistema unificado de denúncias) demanda gestão compartilhada e cooperação institucional intensa.





Já o programa educativo interministerial conecta o eixo da educação e cultura de paz com o eixo da diversidade, ao incluir discussões de gênero nas escolas e envolver a formação de jovens e servidores públicos.

Essas iniciativas combinadas pretendem tanto aperfeiçoar a resposta imediata à violência (articulando segurança e saúde) quanto mudar mentalidades a longo prazo (educação para a igualdade), demonstrando a necessidade de abordar a violência de gênero sob múltiplos ângulos simultaneamente.

A melhoria da assistência à saúde feminina, por sua vez, tem intersecção direta com outros eixos prioritários. Trata-se de uma expansão no eixo da saúde que dialoga com o enfrentamento à violência de gênero (eixo da segurança e direitos humanos), uma vez que mulheres vítimas precisam de atendimento médico e psicológico adequados, e também com o eixo da inclusão, ao enfatizar que mulheres com deficiência ou moradoras de regiões remotas devem ter acesso igualitário aos serviços de saúde.

Ao interiorizar e humanizar a saúde da mulher, o Tocantins está também prevenindo consequências mais graves da violência e garantindo direitos básicos – evidenciando a natureza transversal da política de saúde.

A iniciativa de ampliar a participação social e política das mulheres (por meio de campanhas de liderança e fortalecimento de conselhos) se conecta com o empoderamento econômico e outros eixos.

Mulheres com independência financeira tendem a participar mais ativamente da vida pública, indicando que avanços no eixo econômico podem impulsionar o eixo da participação política.

Além disso, mais mulheres nos espaços decisórios pode influenciar positivamente o eixo do enfrentamento à violência – trazendo maior sensibilidade às políticas de segurança – e reforça o eixo da diversidade e inclusão, assegurando que diversas perspectivas femininas (de jovens, idosas, minorias étnicas etc.) estejam representadas nos debates e decisões.

Embora menos evidenciado nas propostas, a conferência tocantinense reconheceu a importância do eixo de desenvolvimento sustentável e direito à terra para as mulheres rurais, relacionando-o com a autonomia econômica e a inclusão.

Projetos de desenvolvimento agrário e ambiental que incluam mulheres agricultoras e extrativistas podem elevar sua renda e status social, ao mesmo tempo em que promovem





conservação ambiental, demonstrando a interdependência entre justiça climática e igualdade de gênero.

De forma semelhante, a implantação de equipamentos como a Casa da Mulher Brasileira envolve planejamento urbano sensível ao gênero, ligando a política de infraestrutura e cidades seguras ao bem-estar e segurança das mulheres.

Por fim, vale notar que a transversalidade permeou a formulação de todas as propostas tocantinenses, sempre com a preocupação de não deixar nenhum grupo de fora. As ações de combate à violência incorporam a dimensão educativa nas escolas, alcançando tanto meninas quanto meninos; as melhorias em saúde e geração de renda priorizam regiões periféricas e rurais, tradicionalmente menos assistidas.

Cada iniciativa foi pensada para atingir as mulheres onde elas estão, respeitando especificidades regionais e culturais – seja adaptando linguagem e método, seja levando a estrutura do Estado a locais distantes –, o que reforça o caráter abrangente e interseccional do plano traçado para o Tocantins.





CAPÍTULO 9

Região Sudeste



5ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo.

A Região Sudeste destacou-se pelo vigor dos debates nas conferências preparatórias e estaduais, evidenciando uma pauta ampla e diversa, porém convergente em pontos centrais. Em todas as unidades federativas sudestinas, as mulheres ressaltaram a importância de fortalecer a democracia participativa e garantir a efetividade de direitos já conquistados, alinhando-se ao tema nacional “Mais Democracia, Mais Igualdade, Mais Conquistas para Todas”.

Emergiram de forma recorrente preocupações com a autonomia econômica das mulheres, incluindo acesso ao trabalho, renda e apoio ao empreendedorismo, bem como a valorização das políticas de cuidado como dimensão indispensável para a igualdade de gênero. Além disso, houve consenso sobre a urgência de enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, com ênfase em aprimorar redes de proteção e serviços especializados.

Outro aspecto transversal observado nos quatro estados foi a incorporação de perspectivas interseccionais nas análises e propostas. Os debates regionais enfatizaram que questões de





raça, classe, geração, território, sexualidade e deficiência permeiam os desafios enfrentados pelas mulheres, exigindo respostas integradas.

Assim, propostas direcionadas a mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres LGBTQIA+, jovens, idosas e mulheres com deficiência apareceram em todas as conferências estaduais, demonstrando uma compreensão comum de que a igualdade de gênero deve articular-se com o combate ao racismo, ao sexismo e à LGBTfobia.

Essa abordagem integrada reforçou os eixos temáticos nacionais, mostrando como, no Sudeste, trabalho e cuidado, participação política e combate à violência, saúde e direitos reprodutivos são agendas interligadas.

Destacou-se também a preocupação com o fortalecimento institucional e a participação social para a efetivação das políticas para as mulheres. As conferências da região apontaram desafios como limitações orçamentárias e estruturais nos organismos de políticas para mulheres, ao mesmo tempo em que propuseram estratégias para superá-los – seja por meio da criação de fundos, melhoria da governança ou ampliação dos espaços de controle social.

O Sudeste apresentou uma voz coesa na defesa de políticas públicas integradas, sustentáveis e sensíveis às diferentes realidades das mulheres, contribuindo de forma decisiva para os consensos nacionais nos eixos priorizados.

Espírito Santo

Tendências emergentes

Valorização da economia do cuidado e corresponsabilidade familiar

No Espírito Santo, um dos conjuntos de tendências emergentes concentrou-se em torno do reconhecimento do trabalho de cuidado não remunerado e da necessidade de compartilhá-lo de forma mais equitativa. Diversos debates salientaram que a sobrecarga dos cuidados domésticos e familiares impede a plena participação econômica e política das mulheres.





Nesse sentido, ganhou força a ideia de políticas públicas de cuidado – como creches acessíveis, serviços de apoio a cuidadoras e equipamentos comunitários (por exemplo, cozinhas e lavanderias coletivas) – para aliviar o peso desproporcional que as capixabas carregam nessa esfera.

Essa tendência reflete uma mudança estrutural em curso, que entende o cuidado como responsabilidade não só individual ou feminina, mas coletiva e do Estado, alinhando-se às discussões nacionais sobre a economia do cuidado.

Saúde integral e bem-estar das mulheres como prioridades

Outra tendência marcante nas conferências do Espírito Santo foi a ênfase na saúde integral das mulheres, incluindo saúde física, mental e direitos sexuais e reprodutivos. As participantes destacaram demandas por melhoria no atendimento básico e especializado, evidenciando lacunas na oferta de serviços de saúde voltados às necessidades femininas. Em especial, o acolhimento em saúde mental emergiu como uma preocupação recorrente, seja para mulheres em situação de violência, seja para aquelas sobrecarregadas pelo acúmulo de funções.

Essa priorização do bem-estar reflete uma compreensão ampliada de saúde, que ultrapassa a mera assistência médica e abarca condições socioemocionais. A tendência aponta para políticas intersetoriais de saúde, articulando prevenção, atendimento humanizado e garantia dos direitos reprodutivos como parte integrante da cidadania das mulheres.

Ampliação da rede de enfrentamento à violência de gênero

No Espírito Santo, assim como em outras partes do Sudeste, consolidou-se uma forte tendência de ampliar e aprimorar os mecanismos de enfrentamento à violência contra as mulheres. Os debates estaduais agruparam temas que indicam novas direções nessa agenda, como a criação de serviços especializados em regiões ainda desassistidas e a integração das ações de segurança, justiça, assistência social e saúde.

As conferências ressaltaram a importância de fortalecer a rede de proteção, tanto através de equipamentos como a Casa da Mulher Brasileira e casas de passagem, quanto pela capacitação contínua das equipes policiais e de atendimento.





Essa tendência aponta uma mudança estrutural: as capixabas reivindicam que o combate à violência não seja isolado, mas articulado em rede e permanente, atacando não só a violência doméstica, mas todas as formas de violência de gênero de maneira preventiva e efetiva.

Perspectiva interseccional e inclusão de grupos vulnerabilizados

Uma tendência inovadora observada no Espírito Santo foi a incorporação consistente da perspectiva interseccional nas discussões. Temas recorrentes agruparam demandas de inclusão de mulheres que enfrentam múltiplas formas de discriminação e vulnerabilidade, em especial mulheres negras, mulheres LGBTQIA+, mulheres com deficiência e do interior rural.

Os debates apontaram que as políticas precisam considerar essas diferenças: por exemplo, melhorar o acesso de mulheres com deficiência a serviços de apoio em casos de violência, qualificar o atendimento à saúde de mulheres trans, e abordar o racismo institucional que dificulta o acesso de mulheres negras a oportunidades iguais.

Essa tendência revela um alinhamento com mudanças estruturais nas políticas para mulheres, enfatizando que nenhuma conquista será plena se não alcançar todas. A inclusão social ampla e a equidade entre diferentes grupos de mulheres passaram a ser vistas como critérios fundamentais de eficácia das políticas públicas.

Fortalecimento institucional e participação social nos direitos das mulheres

Por fim, emergiu como tendência no Espírito Santo a busca pelo fortalecimento dos organismos de políticas para mulheres e da participação social na formulação e controle dessas políticas.

As conferências estaduais agruparam discussões sobre a necessidade de consolidar conselhos dos direitos das mulheres atuantes, dotados de recursos e apoio técnico, bem como sobre a criação de estruturas institucionais permanentes nas prefeituras e no governo estadual para implementar as ações de gênero.

Observou-se uma preocupação em transformar em prioridade de Estado – e não apenas de governos transitórios – as pautas de igualdade. As participantes defenderam ainda maior





participação popular e controle social, entendendo que a democracia participativa é essencial para que as políticas das mulheres avancem e se mantenham.

Essa tendência reflete uma direção em que as políticas de gênero são cada vez mais institucionalizadas e respaldadas pela sociedade civil organizada, garantindo sua continuidade e efetividade.

Propostas

Combate à violência e expansão da proteção

Grande parte das propostas capixabas concentrou-se no enfrentamento à violência contra as mulheres e na expansão da rede de proteção. Recomendações reiteradas incluíram a criação ou melhoria de unidades especializadas, como delegacias da mulher, casas abrigo e a implementação da Casa da Mulher Brasileira no estado, assegurando atendimento humanizado 24 horas.

Propôs-se ainda a capacitação obrigatória e contínua de profissionais da segurança pública, saúde e assistência social para o atendimento adequado às vítimas, combatendo a revitimização e a negligência institucional.

Outra diretriz foi aprimorar os mecanismos de registro e gestão de dados sobre violência de gênero, de modo a orientar políticas preventivas – por exemplo, criando cadastros e sistemas integrados que permitam traçar o perfil de agressores e monitorar reincidências.

Em síntese, as propostas de Espírito Santo visam fortalecer todos os elos da rede de enfrentamento, do acolhimento imediato à punição do agressor, passando pela proteção social da vítima.

Saúde, direitos reprodutivos e apoio psicossocial

O eixo da saúde também gerou propostas significativas no estado, evidenciando uma preocupação em garantir atendimento integral e humanizado às mulheres. Dentre as diretrizes aprovadas, destacam-se a ampliação da oferta de serviços de saúde





especializados, como unidades de saúde da mulher e centros de referência para saúde da mulher negra e para a saúde LGBTQIA+.

Foram propostas ações para assegurar direitos sexuais e reprodutivos, incluindo o acesso a métodos contraceptivos, prevenção e combate à violência obstétrica e melhoria do pré-natal e do puerpério.

As mulheres capixabas também enfatizaram a importância do apoio psicossocial, sugerindo a criação de núcleos de atendimento psicológico para mulheres em situação de violência ou em sofrimento mental, com funcionamento contínuo e equipe multidisciplinar.

Essas propostas refletem a busca por um sistema de saúde mais sensível às especificidades de gênero, que promova não apenas a cura de doenças, mas também o bem-estar e a autonomia corporal das mulheres.

Trabalho, renda e empreendedorismo feminino

No campo da autonomia econômica, o Espírito Santo apresentou propostas voltadas a melhorar as oportunidades de trabalho e renda para as mulheres. Uma linha de ação proeminente foi o incentivo ao empreendedorismo feminino e à economia solidária, por meio de capacitações técnicas e linhas de crédito ou editais específicos para negócios liderados por mulheres.

Propôs-se também a criação de programas de qualificação profissional orientados às demandas do mercado local, garantindo acesso prioritário para mulheres em situação de vulnerabilidade – como vítimas de violência, mulheres solo chefes de família, negras e transexuais.

Outras recomendações incluíram mecanismos de incentivo à contratação de mulheres pelas empresas, especialmente em posições de liderança ou em áreas de pouca presença feminina, seja através de campanhas públicas de sensibilização, seja por meio de políticas fiscais e selos de igualdade de gênero no ambiente de trabalho.

Essas propostas indicam um esforço de remover barreiras estruturais que mantêm as mulheres em desvantagem no campo econômico e laboral.





Educação inclusiva e cidadania

Reconhecendo o papel transformador da educação, as capixabas aprovaram propostas para promover a igualdade de gênero e os direitos humanos no ambiente educacional. Entre elas, destaca-se a inclusão de conteúdos sobre gênero, diversidade e prevenção às violências no currículo escolar, abrangendo desde as séries iniciais até a formação de profissionais da educação.

Foi recomendada a produção de materiais pedagógicos e cursos de capacitação para docentes a fim de prepará-los para lidar com essas temáticas em sala de aula. Além disso, surgiram proposições para fortalecer a permanência de meninas e mulheres na escola e na universidade – por exemplo, oferecendo suporte financeiro e social para jovens mães continuarem os estudos e estimulando a participação de mulheres em áreas científicas e tecnológicas tradicionalmente masculinas.

Essas medidas educacionais visam formar novas gerações comprometidas com a igualdade e, ao mesmo tempo, empoderar as mulheres a conhecer e reivindicar seus direitos, reforçando sua cidadania ativa.

Inclusão e proteção de grupos específicos de mulheres

Por fim, um conjunto importante de propostas do Espírito Santo dedicou-se a grupos de mulheres em situação de maior vulnerabilidade, evidenciando a transversalidade das políticas.

Foram sugeridas ações afirmativas e programas específicos para a inclusão socioeconômica de mulheres negras, enfrentando o racismo institucional com medidas como cotas em programas de emprego e o estímulo a lideranças comunitárias.

Para mulheres com deficiência, propôs-se assegurar acessibilidade plena nos serviços públicos – incluindo adaptações arquitetônicas nas delegacias e unidades de saúde, bem como capacitação das equipes para um atendimento inclusivo e livre de preconceitos.

As mulheres LGBTQIA+, em particular mulheres trans e travestis, também estiveram contempladas em recomendações que visam garantir acesso digno à saúde, ao trabalho e à segurança, como a criação de ambulatórios específicos para saúde trans e programas de empregabilidade que combatam a transfobia no mercado de trabalho.





Ao abordar essas especificidades, as propostas capixabas reforçam que a política para as mulheres deve atingir a todas, respeitando diferenças e corrigindo desigualdades históricas.

Desafios

Subfinanciamento e estrutura institucional frágil

As conferências de Espírito Santo diagnosticaram como desafio central o subfinanciamento das políticas para as mulheres e a consequente fragilidade das estruturas institucionais responsáveis por implementá-las.

Foi mencionado que órgãos como coordenações e conselhos dos direitos da mulher frequentemente operam com recursos insuficientes e falta de apoio técnico, o que compromete sua atuação plena.

A ausência de orçamento dedicado e de equipes permanentes dificulta a continuidade de programas e a capilaridade das ações no estado. Esse contexto resulta em disparidades regionais na oferta de serviços, onde municípios menores ou do interior capixaba ficam desprovidos de equipamentos essenciais (como delegacias especializadas ou abrigos) por falta de investimento público.

Assim, a garantia dos direitos das mulheres esbarra na precariedade institucional, tornando urgente enfrentar o desafio da alocação orçamentária adequada e do fortalecimento dos mecanismos governamentais voltados à equidade de gênero.

Barreiras de acesso a serviços e direitos

Outro obstáculo evidenciado foi a dificuldade de acesso das mulheres aos serviços públicos e aos seus próprios direitos, seja por falta de informação, seja por deficiências na estrutura de atendimento.

Relatos nas conferências indicaram que muitas mulheres desconhecem a existência de programas ou equipamentos de apoio (como centros de referência ou canais de denúncia), devido à pouca divulgação e à comunicação ineficaz.





Além disso, mesmo quando buscam ajuda, encontram barreiras físicas e sociais: desde a distância geográfica em áreas rurais, até a falta de capacitação de profissionais para atender adequadamente mulheres em situação de violência ou em necessidades específicas (como deficiência ou transexualidade).

Essas barreiras geram descontinuidade no cuidado e desigualdade territorial no provimento de políticas, configurando um desafio a ser enfrentado por meio de melhorias na divulgação, acessibilidade e capacitação dentro dos serviços.

Persistência do machismo e da violência estrutural

As capixabas também apontaram desafios de ordem cultural, particularmente a persistência do machismo e de padrões socioculturais que normalizam a violência e a desigualdade de gênero. Foi observado que, apesar de avanços legais, muitas práticas discriminatórias permanecem enraizadas, dificultando a aplicação efetiva das políticas.

Exemplos citados incluem a sub-representação de mulheres em espaços de poder e a ideia ainda difundida de que assuntos relacionados às mulheres são secundários ou “pautas menores”. Além disso, a tendência de culpabilizar vítimas de violência e tolerar comportamentos abusivos – fruto de valores patriarcais arraigados – representa um obstáculo constante à mudança.

Esse contexto se traduz em resistência à implementação de políticas progressistas e, não raro, no descaso de autoridades locais com as diretrizes nacionais de igualdade, necessitando de esforços contínuos de educação, sensibilização e monitoramento para ser superado.

Sobrecarga feminina e divisão desigual do trabalho de cuidado

Por fim, um desafio transversal identificado nas conferências de Espírito Santo é a divisão sexual desigual do trabalho, especialmente no tocante aos cuidados domésticos e familiares.

As participantes ressaltaram que, mesmo quando inseridas no mercado de trabalho, as mulheres continuam assumindo a maior parte das responsabilidades do lar, cuidado com crianças, idosos ou pessoas enfermas, sem contrapartida ou reconhecimento.





Essa sobrecarga limita o tempo disponível para educação continuada, participação política ou lazer, afetando a qualidade de vida e as oportunidades de ascensão das mulheres. Apesar de ser uma questão histórica, ela permanece atual e pouco abordada pelas políticas públicas, configurando um obstáculo cultural e estrutural.

Superar esse desafio implica tanto promover mudanças culturais na distribuição das tarefas de cuidado entre homens, Estado e comunidade, quanto implementar políticas concretas de apoio, como serviços públicos de cuidado e benefícios para cuidadoras, temas que justamente emergiram como propostas no estado.

Transversalidade com eixos temáticos

As discussões no Espírito Santo demonstraram um forte diálogo com os eixos temáticos propostos nacionalmente, frequentemente tratando-os de forma integrada e transversal. Observou-se que alguns eixos ganharam destaque particular nos debates estaduais – caso do eixo de Violência contra as mulheres, sempre presente como prioridade, e do eixo de Trabalho, emprego e autonomia econômica, frequentemente ligado às reivindicações por creches e divisão dos cuidados.

Entretanto, as participantes capixabas raramente abordaram esses temas de maneira isolada. Ao contrário, ficou evidente a intersecção entre diferentes eixos: por exemplo, ao discutir autonomia econômica, logo emergia a conexão com o eixo de políticas do cuidado, já que o acesso das mulheres ao trabalho remunerado dependia diretamente da disponibilidade de suporte no cuidado de filhos e dependentes.

De forma semelhante, o debate sobre saúde integral das mulheres cruzou-se com o enfrentamento às violências – reconhecendo, por exemplo, a violência obstétrica como tema de saúde e a necessidade de saúde mental para mulheres vitimadas – e com a pauta de enfrentamento do racismo, ao tratar das disparidades no acesso de mulheres negras a serviços de qualidade.

Essa abordagem transversal também se manifestou na atenção dada às políticas setoriais para grupos específicos dentro de eixos gerais. As conferências articularam o eixo de enfrentamento do racismo, sexismo e LGBTfobia não como um assunto apartado, mas como parte inerente de discussões em trabalho, educação e segurança.

Assim, falar de participação política incluía analisar a violência política de gênero e de raça; discutir cultura e mídia incluía pensar na representação das mulheres negras e lésbicas;





tratar de desenvolvimento sustentável com igualdade levava em conta a situação das mulheres rurais, indígenas e quilombolas do estado.

No Espírito Santo os eixos temáticos foram trabalhados de forma integrada, com ênfase nas interconexões entre economia, cuidado, violência e inclusão, reforçando a ideia de que as políticas para as mulheres devem ser abrangentes e coordenadas para efetivar a democracia e a igualdade pretendidas.

Minas Gerais

Tendências emergentes

Integração entre desenvolvimento socioeconômico e igualdade de gênero

Em Minas Gerais, uma tendência emergente notável foi a articulação entre as pautas de desenvolvimento socioeconômico regional e a promoção da igualdade de gênero. Os debates mineiros frequentemente inseriram a discussão das políticas para as mulheres no contexto mais amplo do desenvolvimento estadual, reconhecendo que a inclusão produtiva das mulheres e a redução das desigualdades beneficiam a sociedade como um todo.

Temas recorrentes incluíram o incentivo ao empreendedorismo feminino em cooperativas e negócios locais, a capacitação profissional de mulheres para setores estratégicos da economia mineira e o apoio ao trabalho feminino no meio rural. Essa tendência reflete uma mudança de perspectiva: não se trata mais de ver as políticas para as mulheres isoladamente, mas integrá-las às estratégias de crescimento econômico com justiça social.

Assim, ganharam relevo propostas que unem geração de emprego e renda com ações afirmativas de gênero, evidenciando que a autonomia econômica feminina é condição para um desenvolvimento sustentável e igualitário em Minas Gerais.

Fortalecimento da rede de saúde e atenção às mulheres do campo





Outra tendência agrupada nos debates de Minas Gerais foi a preocupação em fortalecer a rede de saúde para atender de forma adequada as mulheres, inclusive nas áreas rurais e remotas do estado. Identificou-se uma necessidade premente de melhorar a estrutura e a capilaridade dos serviços de saúde da mulher, diante de relatos de falta de profissionais especializados e de unidades equipadas em várias regiões.

Em especial, discutiu-se a realidade das mulheres do campo, que enfrentam obstáculos adicionais para acessar cuidados de saúde sexual e reprodutiva, pré-natal de qualidade e medidas de prevenção à violência doméstica.

A tendência, portanto, caminha no sentido de descentralizar e interiorizar os serviços de saúde da mulher, com soluções como unidades móveis de atendimento, formação de equipes multiprofissionais que atuem em comunidades rurais e implantação de casas de apoio à gestante e à parturiente no interior.

Ao mesmo tempo, salientou-se a importância de integrar ações de saúde com educação e assistência social, compondo uma rede de proteção mais efetiva para as mineiras em todas as localidades.

Enfrentamento multifacetado da violência contra a mulher

Em Minas Gerais, consolidou-se também a tendência de abordar a violência contra a mulher de forma multifacetada, indo além do enfoque punitivo para contemplar prevenção, atendimento e inclusão pós-violência.

Os grupos de discussão reuniram temas que apontam para uma atuação articulada: enfatizou-se tanto a necessidade de ampliar a presença de delegacias da mulher e serviços de abrigo, quanto de implementar campanhas educativas contínuas que desafiem o machismo e promovam a igualdade de gênero nas comunidades.

Uma diretriz inovadora debatida foi a criação de programas de reeducação e responsabilização dos agressores, como grupos reflexivos para homens envolvidos em violência doméstica, complementando as medidas protetivas às vítimas.

Além disso, a tendência inclui o reconhecimento de formas menos visíveis de violência – como a violência psicológica, patrimonial e a violência política contra mulheres – incorporando-as na agenda pública.





Minas Gerais demonstrou uma abordagem que enxerga a violência de gênero como um fenômeno complexo, exigindo ações coordenadas em segurança, justiça, saúde, educação e assistência para seu enfrentamento eficaz.

Participação política e controle social ampliados

As conferências mineiras evidenciaram uma tendência de demandar maior participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, bem como o fortalecimento do controle social sobre as políticas públicas. Os debates agruparam percepções de que a sub-representação feminina em cargos eletivos, postos de liderança pública e mesmo nos altos escalões do funcionalismo resulta em políticas menos sensíveis às questões de gênero.

Em resposta, as mulheres propuseram ações para estimular lideranças femininas – como formações em cidadania e liderança para mulheres jovens, campanhas por paridade de gênero em candidaturas e incentivos à participação de mulheres nos conselhos de políticas públicas.

Paralelamente, reforçou-se a importância dos conselhos dos direitos da mulher e fóruns de participação como instâncias fundamentais de influência e fiscalização.

Essa tendência traduz a busca por mudanças estruturais nas relações de poder, entendendo que a plena democracia exige a presença proporcional de mulheres definindo os rumos do estado e fiscalizando a execução das políticas que as afetam.

Reconhecimento das diversidades e demandas específicas

Por fim, uma tendência transversal em Minas Gerais foi o reconhecimento da diversidade das mulheres e de suas demandas específicas, levando a debates mais segmentados dentro da pauta de gênero.

Ficou nítido que as experiências de mulheres indígenas, quilombolas, negras urbanas, jovens, idosas, LGBTQIA+ ou com deficiência apresentam particularidades que precisam ser consideradas na formulação de políticas.

Os grupos de trabalho frequentemente abordaram, por exemplo, a urgência de enfrentar a mortalidade materna entre mulheres negras (mais alta que a média), de garantir segurança





e renda para mulheres idosas que vivem sozinhas, ou de combater a dupla discriminação vivenciada por mulheres lésbicas e bissexuais em ambientes de trabalho.

Ao agregar essas discussões, as conferências mineiras indicaram uma tendência de interseccionalizar as políticas públicas, isto é, desenhá-las contemplando os múltiplos eixos de desigualdade que atravessam a vida das mulheres.

Esse reconhecimento das diversidades reforça a ideia de que “mulheres” não são um grupo homogêneo e que a efetividade das ações públicas requer atenção às especificidades de cada segmento.

Propostas

Interiorização e melhoria dos serviços de saúde da mulher

As propostas de Minas Gerais refletiram fortemente a necessidade de melhorar a infraestrutura de saúde para as mulheres, especialmente fora dos grandes centros. Foi proposta a criação de centros de referência da saúde da mulher em regiões do interior, equipados para atendimento ginecológico, obstétrico e psicológico, de modo a reduzir deslocamentos e facilitar o acesso.

Também se recomendou a expansão de equipes de Estratégia de Saúde da Família com capacitação em saúde da mulher, capazes de identificar e encaminhar casos de violência ou vulnerabilidades nas comunidades rurais.

Outra diretriz significativa foi o fortalecimento das maternidades regionais e casas de parto, garantindo acolhimento humanizado às gestantes e parturientes, assegurando boas práticas de atendimento e combate à violência obstétrica.

As mineiras salientaram ainda a importância de programas de formação contínua para profissionais de saúde em temas como direitos reprodutivos, atendimento a mulheres vítimas de estupro e saúde da mulher indígena e quilombola.

Essas propostas buscam assegurar que, em um estado extenso como Minas, nenhuma mulher fique desassistida devido a barreiras geográficas ou deficiências de estrutura na área da saúde.





Enfrentamento ampliado das violências e acolhimento das vítimas

No tocante à segurança e direitos humanos, Minas Gerais apresentou um conjunto robusto de propostas para ampliar o enfrentamento às diversas formas de violência contra as mulheres.

Entre as medidas aprovadas, destaca-se a interiorização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), visando cobrir cidades-polo que atualmente carecem desse serviço, bem como o aumento do efetivo e da capacitação nas DEAMs já existentes.

Propôs-se instituir unidades móveis (como vans ou ônibus lilás) para levar atendimento policial, jurídico e psicossocial a comunidades rurais ou periferias urbanas, numa estratégia de busca ativa das vítimas.

Outra frente de propostas tratou da criação de centros integrados de atendimento à mulher vítima de violência, onde em um só local a mulher possa registrar ocorrência, obter medidas protetivas, receber atendimento médico, psicológico e orientação jurídica, diminuindo sua peregrinação por diferentes órgãos.

Complementando o apoio às vítimas, recomendou-se a ampliação do número de casas-abrigo e a concessão de auxílio financeiro temporário para mulheres em processo de ruptura de ciclos de violência, garantindo sua proteção e autonomia imediata.

Essas iniciativas refletem uma compreensão de que o combate à violência deve ser abrangente e proativo, unindo prevenção, proteção e assistência.

Incentivos à autonomia econômica e qualificação profissional

Cientes de que a independência financeira é uma peça-chave para o empoderamento, as mineiras aprovaram propostas visando incentivar a autonomia econômica das mulheres e sua qualificação para o trabalho.

Dentre elas, figura a implementação de programas de capacitação profissional gratuitos voltados para mulheres em situação de vulnerabilidade ou reingresso no mercado de trabalho, com destaque para cursos em áreas tecnológicas e de maior empregabilidade.





Houve ainda a proposição de parcerias com o setor privado para facilitar a contratação de mulheres, incluindo a criação de selos ou incentivos fiscais para empresas com boas práticas de equidade de gênero.

No âmbito do empreendedorismo, recomendou-se o fortalecimento das redes de economia solidária e cooperativas femininas já existentes em Minas Gerais, com assistência técnica, microcrédito orientado e inserção dos produtos dessas cooperativas em mercados institucionais (como compras governamentais).

Outra ideia inovadora foi oferecer mentorias e incubadoras para projetos de startup liderados por mulheres jovens, conectando a pauta de inovação tecnológica com a de igualdade de gênero.

Tais propostas demonstram um esforço em remover obstáculos históricos – como a falta de qualificação ou de capital – que impedem as mulheres de alcançarem autonomia econômica plena.

Educação para igualdade e protagonismo feminino

No campo educacional, Minas Gerais apresentou propostas para consolidar a educação como ferramenta de transformação social e promoção do protagonismo feminino. Uma diretriz central foi inserir de maneira transversal nos currículos escolares conteúdos de educação para a igualdade de gênero e direitos humanos, preparando as novas gerações para desafiar estereótipos e prevenir violências desde cedo.

Propôs-se a criação de projetos pedagógicos e campanhas escolares que valorizem mulheres na ciência, na história e na cultura, oferecendo referências positivas às meninas. Em complementação, às conferências sugeriram programas extracurriculares de formação cidadã para alunas adolescentes, abordando temas como liderança, participação política, educação financeira e saúde sexual, de forma a prepará-las para uma vida adulta autônoma e consciente de seus direitos.

Houve também preocupação em apoiar a retomada dos estudos por mulheres adultas, com expansão da educação de jovens e adultos (EJA) e iniciativas de alfabetização voltadas a mulheres idosas, entendendo que o acesso ao conhecimento é fundamental para que possam se defender de abusos e buscar melhores oportunidades.





Essas propostas educacionais se conectam ao reconhecimento de que a mudança cultural em prol da igualdade começa nas escolas e comunidades educativas, e que investir nas meninas e mulheres estudantes é assegurar conquistas duradouras.

Políticas direcionadas a grupos específicos de mulheres

Assim como em outros estados do Sudeste, Minas Gerais desenvolveu propostas específicas para atender grupos de mulheres que enfrentam barreiras adicionais.

Para as mulheres rurais, foi recomendada a criação de programas de assistência técnica e extensão rural com enfoque de gênero, garantindo que agricultoras familiares tenham acesso a crédito, insumos e tecnologias, além de apoio para a comercialização de seus produtos.

No caso das mulheres idosas, as conferências aprovaram propostas de criação de centros-dia e serviços de cuidado que as atendam, reconhecendo que muitas são responsáveis pelo sustento familiar e carecem de redes de apoio.

As mulheres com deficiência foram contempladas em diretrizes que visam assegurar acessibilidade não apenas física, mas comunicacional nos serviços públicos (por exemplo, capacitação de intérpretes de Libras em delegacias e unidades de saúde).

Vale mencionar ainda propostas focadas em mulheres encarceradas e egressas do sistema prisional, pleiteando medidas como garantia de acompanhamento pré-natal e neonatal para gestantes nos presídios, e programas de reinserção social e econômica das egressas.

Ao prever políticas setoriais tão variadas, Minas Gerais demonstra atenção à pluralidade das experiências femininas e busca responder de forma direcionada às demandas de cada segmento, sem perder de vista a universalidade dos direitos.

Desafios

Desigualdades regionais e acesso insuficiente no interior





Um dos desafios ressaltados em Minas Gerais é a expressiva desigualdade territorial na implementação das políticas para as mulheres. Devido ao tamanho do estado e à concentração de serviços na capital e principais cidades, mulheres que vivem no interior profundo ou em áreas rurais frequentemente enfrentam dificuldade para acessar serviços básicos relacionados à saúde, justiça e proteção social.

Foram relatados casos de municípios sem qualquer equipamento especializado, exigindo deslocamentos longos para obter atendimento em delegacias de mulheres ou em centros de referência.

Essa disparidade geográfica se agrava pela falta de infraestrutura de transporte público em certas regiões, isolando comunidades e tornando as políticas inacessíveis na prática.

Portanto, um obstáculo-chave é levar as políticas onde as mulheres estão, superando o histórico desequilíbrio entre o centro e a periferia (ou zona urbana e rural).

Enfrentar esse desafio implica planejamento descentralizado, investimento em unidades móveis ou tecnologias de atendimento remoto, e garantia de recursos para que as prefeituras do interior executem ações alinhadas às diretrizes nacionais.

Carência de recursos humanos e capacitação especializada

Outro desafio identificado está na carência de profissionais qualificados e capacitados para atuar nas frentes prioritárias das políticas para as mulheres. As conferências mineiras apontaram que muitas vezes faltam, nas equipes de saúde e segurança, pessoas preparadas para aplicar os protocolos de atendimento às mulheres em situação de violência ou para abordar questões de gênero com a sensibilidade necessária.

Foi citada a falta de médicas/os ginecologistas e psicólogas/os em determinadas regiões, bem como a rotatividade de profissionais treinados, o que fragiliza a continuidade do cuidado.

No sistema de justiça e na polícia, a ausência ou insuficiência de delegados/as e agentes especializados também foi considerada um entrave para a eficácia das medidas protetivas e investigativas nos casos de violência.

Assim, Minas Gerais enfrenta o desafio de formar e reter recursos humanos especializados, o que requer investimento em capacitação contínua, melhores condições de trabalho e





interiorização de concursos públicos para atrair profissionais comprometidos a atuar fora dos grandes centros.

Resistências culturais e sub-representação política

As mineiras também identificaram como barreiras persistentes as resistências culturais e institucionais à igualdade de gênero, manifestadas tanto no cotidiano quanto nas estruturas de poder.

Minas Gerais ainda apresenta baixa representação de mulheres em cargos eletivos e posições de decisão, sinal de que barreiras culturais – preconceitos de gênero, discriminação partidária, violência política – continuam dificultando o acesso feminino a esses espaços.

Adicionalmente, práticas tradicionais machistas podem minar a implementação de políticas, seja pela despriorização das pautas de mulheres nos orçamentos locais, seja pela recepção pouco acolhedora em determinados serviços (como casos em que vítimas de violência não são levadas a sério por autoridades).

Esse desafio se traduz na necessidade de mudança de mentalidade e de sensibilização ampla na sociedade e no Estado.

Para superá-lo, apontou-se a importância de educação continuada em igualdade de gênero para servidores públicos, campanhas de conscientização que envolvam homens e jovens, e o fortalecimento de instrumentos legais que coíbam a violência política de gênero, garantindo que as mulheres tenham voz e vez nos espaços de poder mineiros.

Sustentabilidade das políticas e coordenação intersetorial

Um último desafio de natureza mais estrutural mencionado em Minas Gerais foi a sustentabilidade e a coordenação intersetorial das políticas para as mulheres. Notou-se que, muitas vezes, iniciativas bem-sucedidas acabam descontinuadas por falta de integração entre órgãos ou por mudanças de gestão, o que compromete os resultados a longo prazo.

A ausência de uma coordenação forte entre as secretarias (saúde, educação, segurança, assistência social, trabalho) leva à fragmentação de ações, com risco de sobreposição ou lacunas no atendimento.





As conferências questionaram a inexistência de um sistema unificado de monitoramento e avaliação das políticas para mulheres, que permitiria ajustes e daria visibilidade aos avanços e desafios em tempo real.

Portanto, um obstáculo significativo é institucionalizar mecanismos de coordenação e avaliação, de modo que as políticas sobrevivam aos ciclos políticos e sejam continuamente aprimoradas com base em evidências. Sem isso, mesmo as boas propostas correm risco de não se converterem em melhorias concretas e duradouras na vida das mulheres, especialmente das mais vulneráveis.

Transversalidade com eixos temáticos

As conferências de Minas Gerais demonstraram um alinhamento consistente com os eixos temáticos da 5ª CNPM, explorando suas interconexões no contexto estadual. Observou-se que os eixos de trabalho e autonomia econômica e de educação para igualdade e cidadania foram frequentemente tratados lado a lado, evidenciando a percepção de que qualificações educacionais e oportunidades econômicas são partes de um mesmo desafio para a autonomia das mulheres.

Também o eixo de violência contra as mulheres permeou diversos debates, mas sempre ligado a outras dimensões: discutiu-se, por exemplo, como a violência doméstica impacta a saúde mental (conectando-se ao eixo de saúde integral) e como a violência política inibe a participação nos espaços de poder (convergindo com o eixo de participação e poder).

Assim, ficou patente uma abordagem transversal, em que ações de um eixo eram pensadas em complemento a ações de outro.

Minas Gerais deu especial relevo ao eixo de desenvolvimento sustentável com igualdade, integrando-o com a realidade rural do estado e com o eixo de direito à terra com igualdade.

As participantes trouxeram as perspectivas das mulheres agricultoras ao debater acesso à terra, crédito e tecnologia – temas que se conectaram naturalmente às discussões sobre autonomia econômica e enfrentamento das desigualdades raciais (visto o peso de comunidades quilombolas e tradicionais no estado).

Ademais, o eixo de enfrentamento do racismo, sexismo e LGBTfobia permeou transversalmente os demais: não houve debate de saúde, educação ou trabalho que não considerasse as disparidades vividas por mulheres negras, indígenas ou LGBTQIA+.





Essa transversalidade garantiu que os eixos temáticos fossem trabalhados de maneira integrada e complementar em Minas Gerais, reforçando a noção de que os direitos das mulheres são interdependentes.

O resultado foi uma rica articulação: às políticas propostas sob um eixo já previam efeitos ou requerimentos sobre outros, promovendo uma visão sistêmica indispensável para avanços efetivos na igualdade de gênero.

Rio de Janeiro

Tendências emergentes

Combate à violência com foco em prevenção e responsabilização

No Rio de Janeiro, as discussões evidenciaram uma tendência emergente de aprofundar o combate à violência contra as mulheres com foco não apenas na punição, mas também na prevenção e responsabilização social.

Em um estado marcado por altos índices de violência urbana e doméstica, as conferências reuniram temas que apontam novas direções: campanhas permanentes de conscientização em comunidades e escolas, engajamento de homens como aliados no enfrentamento ao machismo e fortalecimento dos mecanismos de denúncia anônima foram alguns dos caminhos debatidos.

Notou-se também uma mobilização para cobrar maior responsabilização do poder público – por exemplo, garantindo orçamento para políticas de proteção e integrando as delegacias da mulher às redes de segurança pública nas áreas de maior risco.

Essa tendência indica uma mudança de postura: as mulheres fluminenses querem que o enfrentamento à violência seja tratado de forma abrangente, atacando causas estruturais e não apenas os sintomas, e exigem uma resposta efetiva que vá além do âmbito doméstico, alcançando as estruturas comunitárias e governamentais.





Articulação entre participação política e enfrentamento da violência política

Uma tendência singular no Rio de Janeiro foi a forte articulação estabelecida entre a busca por maior participação das mulheres nos espaços de poder e o reconhecimento da violência política de gênero como um obstáculo a essa participação.

Os debates locais destacaram que as mulheres que se lançam à vida pública ou ao ativismo frequentemente enfrentam ameaças, ataques pessoais e desqualificação – especialmente mulheres negras, jovens lideranças de favelas e representantes de movimentos LGBTQIA+.

Desse modo, emergiu a compreensão de que ampliar a representação feminina passa também por criar mecanismos de proteção e apoio a essas mulheres em espaços partidários, sindicais e institucionais.

As conferencistas propuseram ações desde campanhas de incentivo ao voto em mulheres até códigos de conduta para coibir práticas misóginas em câmaras municipais e na assembleia legislativa.

Essa tendência mostra uma consciência crescente de que a democracia paritária requer não só incentivar candidaturas femininas, mas também garantir um ambiente seguro e respeitoso para a atuação política das mulheres, livre de violências e preconceitos.

Políticas de cuidado e desenvolvimento social nas comunidades

Outra tendência emergente no Rio de Janeiro relaciona-se à integração das políticas de cuidado no contexto do desenvolvimento social das comunidades, especialmente nas áreas mais vulneráveis (favelas e periferias).

Foi amplamente debatido como a ausência de creches, pré-escolas de horário integral e serviços de apoio a idosos ou pessoas com deficiência recai sobre as mulheres, limitando suas oportunidades de emprego e educação.

As participantes fluminenses agruparam reflexões que indicam novos caminhos, como a criação de centros comunitários de cuidado geridos em parceria com associações de moradores, oferecendo cuidados infantis, refeitórios comunitários e espaços de convivência.

A tendência reflete a ideia de que a solução para a sobrecarga das mulheres com o cuidado pode ser coletiva e territorializada: ao fortalecer a infraestrutura de cuidado nas





comunidades, promove-se simultaneamente a autonomia econômica feminina e a melhoria da qualidade de vida local.

Essa abordagem combina, portanto, o eixo das políticas do cuidado com o de desenvolvimento sustentável e igualdade, mostrando-se alinhada às demandas de regiões urbanas de alta vulnerabilidade social no estado.

Inserção produtiva e qualificação de mulheres jovens

No âmbito econômico, uma tendência perceptível no Rio de Janeiro foi a ênfase na inserção produtiva de mulheres jovens, ligando geração de renda com prevenção de vulnerabilidades sociais.

Diante de um cenário de desemprego e informalidade que afeta especialmente a juventude, as conferências destacaram a necessidade de programas voltados às jovens mulheres – muitas delas mães precoces ou moradoras de áreas de risco – para evitar que fiquem à margem das oportunidades.

Foram debatidas iniciativas como qualificação profissional em setores emergentes (tecnologia, economia criativa, turismo, etc.), estímulo ao primeiro emprego com cotas ou incentivos para contratação de jovens do sexo feminino, além de bolsas de estudo e mentoria para que meninas concluam a educação básica e acessem o ensino superior.

Essa tendência aponta para uma mudança estratégica: investir nas mulheres desde cedo para quebrar ciclos intergeracionais de pobreza e exclusão.

Ao apostar no protagonismo econômico das jovens, as fluminenses sinalizam políticas integradas entre os eixos de educação, trabalho e igualdade geracional, entendendo que empoderar a nova geração de mulheres é garantir conquistas futuras e consolidar as atuais.

Ênfase na interseccionalidade raça-gênero nas políticas públicas

Por fim, as conferências do Rio de Janeiro mostraram uma tendência clara de enfatizar a interseccionalidade entre raça e gênero nas análises e propostas de políticas públicas.





Considerando a composição demográfica do estado – com grande população de mulheres negras, muitas em contexto de pobreza urbana – os debates insistiram que nenhuma política para as mulheres será eficaz sem enfrentar o racismo estrutural.

Temas como a mortalidade materna desproporcional de mulheres negras, a precarização do trabalho doméstico (majoritariamente realizado por mulheres negras) e a violência letal que vitima jovens negras nas comunidades foram trazidos para o centro das discussões.

Assim, emergiu uma postura de transversalizar o combate ao racismo em todos os eixos: seja na saúde (com protocolos específicos para saúde da mulher negra), na segurança (com atenção à violência policial que atinge mães e familiares), ou na cultura e mídia (incentivando narrativas positivas sobre as mulheres negras e periferias).

Essa tendência reforça uma mudança de paradigma: reconhecer que, no Rio de Janeiro, às questões de gênero estão profundamente entrelaçadas às de raça e classe, exigindo soluções intersetoriais e interseccionais.

Propostas

Fortalecimento e expansão dos serviços de proteção às mulheres

Nas propostas fluminenses, sobressaiu a pauta de fortalecer e expandir os serviços de proteção e atendimento às mulheres em situação de violência. Propôs-se a criação de novas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher em municípios onde não existem, bem como a disponibilização de equipe feminina treinada em delegacias comuns para atender ocorrências de emergência em locais e horários sem DEAM.

Outra recomendação chave foi a estruturação da Casa da Mulher Brasileira em território fluminense, integrando em um só complexo diversos serviços (delegacia, defensoria, juizado, atendimento psicológico e abrigo temporário), garantindo acolhimento completo e 24 horas às vítimas.

As mulheres do Rio de Janeiro também enfatizaram a importância de investir em centros de reabilitação e responsabilização de agressores, sinalizando que a prevenção de reincidência passa por educar e monitorar aqueles que cometem violência.





Além disso, surgiram propostas para a criação de observatórios ou sistemas de monitoramento da violência de gênero, a fim de acompanhar indicadores, mapear áreas de risco e subsidiar políticas públicas localizadas.

Em suma, as diretrizes fluminenses buscaram consolidar uma rede de proteção robusta e capilarizada, apta a atender prontamente as mulheres e também a atuar de forma preventiva.

Proteção às mulheres nos espaços políticos e comunitários

Outra inovação nas propostas do Rio de Janeiro foi o conjunto de medidas destinadas a proteger e incentivar a participação das mulheres nos espaços políticos e comunitários.

Preocupadas com a violência política de gênero, as delegadas sugeriram a criação de observatórios de violência política contra a mulher, para registrar e dar visibilidade a casos de assédio, ameaças ou ataques sofridos por mulheres em atuação pública, bem como oferecer suporte jurídico e psicológico às vítimas.

Ademais, foi proposta a instituição de normas e compromissos nos partidos políticos para prevenção e punição de práticas machistas internamente, garantindo igualdade de condições para candidatas.

No âmbito comunitário, as participantes recomendam apoiar as lideranças femininas de associações de moradores, coletivos culturais e conselhos escolares, através de programas de formação em gestão e cidadania e do reconhecimento público de iniciativas lideradas por mulheres nas favelas e periferias.

Essas propostas refletem o entendimento de que a participação feminina não se restringe ao voto ou ao cargo eletivo, mas permeia a vida comunitária e requer um ambiente livre de violências e preconceitos para florescer.

Políticas integradas de cuidado nas favelas e periferias

Visando responder às demandas das mulheres nas áreas de vulnerabilidade social, o Rio de Janeiro apresentou propostas para implementar políticas integradas de cuidado nas favelas e periferias.





Uma das diretrizes aprovadas foi a criação de centros de educação infantil e desenvolvimento social dentro dessas comunidades, funcionando com horários estendidos (incluindo período noturno) para atender crianças cujas mães trabalham em turnos variados.

Sugeriu-se também montar espaços comunitários polivalentes onde, além de creche, haja oferta de cursos para mães (como alfabetização de adultos ou capacitação profissional) e atividades de convivência para idosos e pessoas com deficiência aos cuidados da família – assim, toda a rede de cuidados seria atendida em um mesmo local.

Outra proposta foi implementar programas de renda ou bolsa-auxílio para cuidadoras familiares de baixa renda, reconhecendo o trabalho invisível que realizam e aliviando a pressão econômica sobre esses lares.

Essas iniciativas combinam esforços dos eixos de cuidado, trabalho e assistência social, e têm como objetivo romper o isolamento das mulheres cuidadoras, integrá-las à vida econômica e comunitária e prevenir que a falta de suporte continue perpetuando ciclos de pobreza e dependência.

Inclusão produtiva de jovens mulheres e mães solo

As conferências do Rio evidenciaram preocupação com as jovens mulheres, muitas delas mães solo, que enfrentam desemprego e falta de oportunidades. Por isso, delinearam propostas de inclusão produtiva específicas para esse público.

Entre as medidas está a implementação de programas Primeiro Emprego feminino, que ofereçam vagas e treinamento remunerado para mulheres entre 16 e 24 anos em empresas parceiras ou órgãos públicos, vinculando a permanência do benefício à continuidade dos estudos.

Também se propôs a expansão de iniciativas de aprendizagem e estágio direcionadas a alunas do ensino médio técnico, incentivando sua entrada em áreas como tecnologia da informação, finanças e administração – setores com demanda crescente no Rio de Janeiro.

Para atender às jovens mães, as delegadas sugeriram a instalação de creches ou espaços kids próximos a escolas técnicas e universidades, bem como a flexibilização de horários e oferta de ensino à distância, de modo que a maternidade não interrompa seus trajetos educacionais.





Complementarmente, foi aprovada a ideia de criar uma rede de mentoria e apoio empreendedor para mães jovens, conectando-as a mulheres de sucesso em vários campos que possam orientá-las em pequenos negócios ou carreiras.

Essas propostas mostram um engajamento em quebrar o ciclo de exclusão da juventude feminina, atacando fatores que historicamente levam essas jovens a abandonar estudos ou empregos, como a falta de suporte no cuidado infantil e a discriminação etária e de gênero no mercado de trabalho.

Promoção da equidade racial e reconhecimento das culturas periféricas

Destacando a interseccionalidade raça-gênero, as fluminenses elaboraram propostas para promover a equidade racial nas políticas para mulheres e valorizar as culturas das periferias sob a ótica feminina.

Uma das medidas sugeridas foi a adoção, pelo governo do estado e prefeituras, de um Plano de Equidade Racial para as Mulheres, com metas e orçamento voltados a reduzir desigualdades que atingem particularmente as mulheres negras (como diferenças salariais, menor acesso a crédito e maior exposição à violência).

No campo da saúde, propôs-se a implementação de protocolos específicos de atendimento à mulher negra, incluindo capacitação para um cuidado qualificado no pré-natal e parto visando evitar a mortalidade materna negra, e acolhimento qualificado em saúde mental levando em conta o racismo vivenciado.

Outra proposta inovadora focou na cultura e mídia: a criação de editais e prêmios para projetos culturais liderados por mulheres de favelas e comunidades tradicionais, incentivando produções artísticas (cineclubes, teatro, música, literatura) que deem visibilidade às narrativas dessas mulheres e desconstruam estereótipos.

Tais iniciativas pretendem tanto corrigir desigualdades históricas quanto celebrar o papel das mulheres negras e periféricas na sociedade, integrando os eixos de enfrentamento ao racismo e de cultura e comunicação em uma perspectiva feminina.





Desafios

Violência endêmica e presença insuficiente do Estado

No Rio de Janeiro, um dos desafios mais urgentes identificados é a violência endêmica em diversas esferas da vida, agravada pela presença insuficiente ou precária do Estado em certas regiões. As mulheres fluminenses convivem não apenas com a violência de gênero no âmbito doméstico, mas também com violências comunitárias ligadas ao crime organizado, à ação policial e à insegurança pública em geral, o que cria um ambiente de constante risco.

Esse cenário dificulta a implementação de políticas públicas, pois serviços essenciais muitas vezes não alcançam as áreas conflagradas ou as alcançam de forma intermitente. Foi apontado que, em bairros marcados por confrontos armados, as unidades de saúde fecham mais cedo, as escolas sofrem interrupções e as redes de apoio se fragilizam – afetando diretamente as mulheres, que são as principais usuárias e provedoras desses cuidados familiares.

Assim, enfrentar a questão da segurança pública sob a ótica de gênero surge como um desafio complexo: requer tanto políticas específicas para proteger mulheres (como rotas seguras e iluminação pública adequada nos trajetos que elas percorrem) quanto uma pacificação mais ampla dos territórios, sem a qual os direitos das mulheres ficam inviabilizados na prática.

Desigualdades socioeconômicas e vulnerabilidade feminina

Outro desafio estruturante no Rio de Janeiro é a profunda desigualdade socioeconômica, que acentua a vulnerabilidade de grande parte das mulheres. O estado concentra bolsões de extrema riqueza e áreas de pobreza, muitas vezes separadas por poucos quilômetros, e as mulheres pobres – majoritariamente negras – sofrem com a dificuldade de ascensão social, mobilidade urbana restrita e precarização do trabalho.

As conferências realçaram que políticas universais, quando não levam em conta essa desigualdade de base, acabam não atingindo quem mais precisa. Por exemplo, cursos de capacitação profissional podem não chegar às mulheres das comunidades se não houver ajuda de custo para transporte ou oferta de cuidado para seus filhos durante as aulas. Da





mesma forma, direitos trabalhistas como licença-maternidade são pouco úteis a quem está na informalidade sem proteção.

Foi consenso que sem equidade social, as políticas de gênero têm alcance limitado. Portanto, um grande obstáculo é articular as agendas de combate à pobreza, geração de emprego e melhoria dos serviços públicos com as necessidades específicas das mulheres, sob pena de perpetuar cenários em que ser mulher e periférica significa estar continuamente exposta a privações e riscos.

Racismo estrutural e revitimização

Dado o destaque à interseccionalidade nas propostas, não surpreende que as fluminenses tenham elencado o racismo estrutural como um desafio transversal que compromete a efetividade das políticas para as mulheres. Relatos indicaram que mulheres negras enfrentam, além do sexismo, o preconceito racial ao buscar ajuda: por exemplo, quando uma mulher negra denuncia violência, pode ser recebida com desconfiança maior ou menor urgência pelas autoridades; ou ainda, mulheres negras tendem a ter suas dores subestimadas no sistema de saúde (o que eleva riscos de morbimortalidade).

Essa dupla discriminação resulta em revitimização – ou seja, a mulher, já vulnerável, encontra novas violências simbólicas ou institucionais ao buscar seus direitos. No Rio de Janeiro, onde a maioria da população feminina é negra ou parda, o racismo institucional se apresenta como um entrave gritante, minando a universalidade das políticas.

O desafio, portanto, é implementar capacitações antirracistas obrigatórias, monitorar indicadores recortados por raça e punir práticas discriminatórias nas repartições, para que as políticas cheguem com igual qualidade a todas as mulheres.

Sem enfrentar esse óbice, às conquistas legais tendem a beneficiar desproporcionalmente as mulheres brancas, ampliando as brechas de desigualdade.

Instabilidade política e continuidade das ações

As conferências do Rio de Janeiro também manifestaram preocupação com a instabilidade política e administrativa e seus impactos na continuidade das ações voltadas às mulheres. Mudanças frequentes de gestão ou prioridades governamentais têm levado a





descontinuidades, como programas interrompidos, conselhos esvaziados ou planos não executados.

Essa falta de perenidade torna-se um desafio em si: mesmo políticas bem desenhadas não produzem efeito se não tiverem tempo ou investimento suficientes para maturar. Foi citado, por exemplo, o caso de centros de referência inaugurados sem equipe completa ou orçamento assegurado para manutenção nos anos seguintes.

Além disso, crises fiscais e disputas políticas internas no estado acabam por afetar diretamente áreas sociais, frequentemente sofrendo cortes orçamentários. Assim, garantir a institucionalização e blindagem das políticas de gênero contra descontinuidades configura um obstáculo a ser superado.

As mulheres fluminenses percebem que necessitam não apenas conquistar novas leis e programas, mas consolidá-los de forma que resistam aos vaivéns políticos – seja inscrevendo-os em leis orgânicas e planos plurianuais, seja fortalecendo a cobrança e participação popular para mantê-los em execução.

Transversalidade com eixos temáticos

No Rio de Janeiro, a relação com os eixos temáticos da 5ª CNPM se deu de forma dinâmica, com algumas ênfases particulares. Os eixos de violência contra as mulheres e violência política e das redes estiveram fortemente presentes e muitas vezes interligados nas discussões, refletindo a realidade local em que a violência assume múltiplas formas – da doméstica à institucional – impactando a vida das mulheres e sua participação na esfera pública.

Simultaneamente, o eixo de participação nos espaços de poder e decisão foi trabalhado não isoladamente, mas em conexão direta com as questões de violência (como obstáculo a ser removido) e com o de cultura, comunicação e mídia (visando transformar a representação das mulheres e dar visibilidade às lideranças femininas comunitárias).

Essa abordagem demonstra que, no contexto fluminense, ampliar a participação feminina exigiu necessariamente dialogar com outros eixos relativos ao ambiente em que essa participação ocorre.

Os debates do Rio também evidenciaram a transversalidade entre os eixos de trabalho, emprego e autonomia econômica e de políticas de cuidado e autonomia das mulheres. Ficou





claro nas conferências que políticas de geração de renda para as mulheres de baixa renda só terão pleno êxito se acompanhadas de suporte no cuidado dos filhos e dependentes, uma interdependência que foi ressaltada nas propostas de creches comunitárias e benefícios a cuidadoras.

Além disso, a proeminência do eixo de enfrentamento do racismo, sexismo e LGBTfobia deu o tom transversal de praticamente todos os debates: na saúde, discutiu-se mortalidade materna de mulheres negras; na segurança, a proteção de mulheres trans e travestis; na educação, a valorização da história da população negra e indígena.

Isso mostra que os eixos identitários atravessaram os eixos temáticos funcionais, numa integração que enriqueceu a análise.

De modo geral, o Rio de Janeiro contribuiu para o debate nacional trazendo exemplos vívidos de como os eixos temáticos se cruzam na vida real – como a ausência de cuidado afeta o trabalho, ou como o racismo agrava a violência –, reforçando a importância de políticas interseccionais e coordenadas entre diferentes áreas temáticas.

São Paulo

Tendências emergentes

Governança feminista e participação descentralizada

No estado de São Paulo, uma tendência emergente de destaque foi a discussão acerca de uma governança feminista, marcada pela participação descentralizada e pela transversalidade de gênero nas políticas públicas.

Diante do grande número de conferências municipais e livres realizadas, as paulistas enfatizaram a importância de fortalecer os mecanismos de controle social (como conselhos e fóruns regionais de mulheres) e de garantir que as demandas levantadas nas bases cheguem efetivamente às instâncias decisórias.

Essa tendência agrupa reflexões sobre novas formas de se fazer política pública de gênero: mais horizontal, democrática e territorializada. Foram mencionadas experiências de





orçamentos participativos com enfoque de gênero e a necessidade de institucionalizar nos municípios instâncias permanentes que acompanhem a execução das ações (por exemplo, comitês intersetoriais de gênero envolvendo secretarias de saúde, educação, segurança, etc.).

Em síntese, emergiu em São Paulo uma visão de que, para se obter mudanças estruturais, as mulheres devem não apenas ser beneficiárias, mas co-produtoras das políticas, influenciando a tomada de decisão e a alocação de recursos de forma capilarizada por todo o estado.

Inovação e tecnologia a serviço do empoderamento feminino

São Paulo, polo econômico e tecnológico do país, trouxe como tendência a incorporação de inovação e tecnologia nas estratégias de empoderamento feminino. As discussões indicaram um interesse crescente em usar ferramentas digitais e soluções criativas para promover a autonomia das mulheres, seja na economia, seja na proteção de direitos.

Um exemplo foi a ideia de plataformas digitais para divulgar o trabalho de artesãs e empreendedoras, conectando-as a mercados consumidores mais amplos.

Também ganhou força a proposta de aplicativos ou sistemas online para facilitar denúncias de violência e o acompanhamento de medidas protetivas pelas vítimas, integrando dados entre órgãos de justiça e segurança.

Essa tendência reflete uma mudança geracional e contextual: as paulistas vislumbram novos modelos de intervenção que vão além do tradicional, aproveitando o potencial da tecnologia para ampliar o alcance e a eficiência das políticas para as mulheres.

Ao mesmo tempo, discutiu-se a importância de garantir acesso digital e inclusão tecnológica para todas, evitando que a inovação aprofunde desigualdades existentes. Assim, São Paulo aponta para direções futuras onde tecnologia e gênero caminham juntos, com soluções modernas para problemas históricos.

Economia do cuidado e políticas de apoio às cuidadoras

Assim como nos demais estados do sudeste, São Paulo consolidou a tendência de colocar a economia do cuidado no centro do debate sobre igualdade de gênero. Porém, dada a





dimensão populacional e a diversidade socioeconômica paulista, o enfoque ganhou contornos específicos: discutiu-se muito a criação de políticas de apoio direto às mulheres cuidadoras, reconhecendo o valor econômico e social do seu trabalho não remunerado.

Os debates agruparam desde propostas de remuneração ou subsídio previdenciário para cuidadores familiares de pessoas dependentes (inspiradas em experiências internacionais) até a expansão de serviços públicos de cuidado, como creches noturnas e centros-dia para idosos e pessoas com deficiência.

A tônica é a compreensão de que, em São Paulo, a participação das mulheres no mercado de trabalho e nos espaços de poder depende crucialmente da redistribuição do cuidado. Essa tendência indica uma mudança estrutural: políticas de assistência social, trabalho e saúde passaram a ser pensadas de forma integrada, tendo o cuidado como eixo transversal que precisa ser compartilhado por Estado, mercado e famílias de forma mais equilibrada.

Enfrentamento de múltiplas formas de violência de gênero

Em São Paulo, a pauta do enfrentamento à violência de gênero mostrou-se abrangente e complexa, emergindo a tendência de abordar de forma integrada múltiplas formas de violência que atingem as mulheres.

Além da violência doméstica e familiar, as conferências paulistas destacaram fenômenos como a violência online e assédio nas redes, a violência institucional (por exemplo, em atendimentos de saúde ou abordagem policial) e a violência política contra lideranças femininas.

Agruparam-se, assim, discussões que apontam para a necessidade de estratégias diversificadas: desde campanhas de educação midiática para combater o discurso de ódio contra mulheres na internet, até protocolos em hospitais para identificar casos de violência sexual e atendimento especializado imediato.

Também se debateu a interiorização das delegacias da mulher e a criação de unidades regionalizadas da Casa da Mulher Brasileira para atingir todo o estado, dada a extensão territorial de São Paulo e a concentração de serviços na capital.

Essa tendência reflete uma visão de que o enfrentamento à violência deve ser multifocal e adaptado às novas realidades, reconhecendo que a agressão pode acontecer tanto no lar quanto no ambiente virtual ou institucional, exigindo respostas coordenadas em várias frentes.





Perspectiva interseccional e atenção à diversidade feminina

Por fim, manteve-se em São Paulo a forte tendência de aplicar a perspectiva interseccional em todas as análises, com atenção à imensa diversidade das mulheres paulistas.

Nos eventos locais emergiram temas específicos como a condição das mulheres imigrantes que vivem no estado (muitas em situação vulnerável de trabalho precário), o apoio a mulheres indígenas e quilombolas nas poucas comunidades tradicionais paulistas, e as demandas de jovens mulheres periféricas em relação à segurança e oportunidades educacionais.

Essa multiplicidade de pautas foi tratada não como compartimentos isolados, mas integrando-se às discussões principais – por exemplo, quando se falou em empreendedorismo, lembrou-se de incluir as imigrantes empreendedoras; ao tratar de saúde, mencionou-se recortes de raça e orientação sexual.

A tendência, portanto, foi consolidar de vez uma lente interseccional nas políticas públicas: entender que não há solução única que sirva igualmente para todas as mulheres, devendo o planejamento ser sensível às diferenças regionais, étnico-raciais, geracionais e de orientação sexual.

Isso reforçou no estado de São Paulo uma abordagem já vista nas outras unidades do Sudeste, mas com ainda mais complexidade devido ao tamanho e heterogeneidade populacional – evidenciando que as políticas para mulheres devem ser ao mesmo tempo universais em direitos e específicas nos meios, para alcançar equidade.

Propostas

Ampliação da rede estadual de serviços para mulheres

As propostas paulistas destacaram-se pela abrangência, visando uma ampliação significativa da rede de serviços especializados para mulheres em todo o estado. Foi proposta a instalação de unidades da Casa da Mulher Brasileira em diferentes regiões administrativas, de modo a garantir atendimento integrado (delegacia, apoio psicossocial, jurídico e abrigo) próximo às comunidades.





Além disso, sugeriu-se a criação de Centros de Referência da Mulher em todos os municípios de médio porte, equipados para orientação, encaminhamento e acompanhamento das mulheres em situação de violência ou vulnerabilidade.

Outra iniciativa aprovada foi a descentralização das Delegacias da Mulher, com unidades 24h nas maiores cidades e um plano de interiorização que incluía ao menos uma delegacia especializada por região de governo, apoiada por viaturas e equipes móveis para atendimento em cidades menores.

As paulistas também propuseram investimentos em tecnologia para integração da rede – por exemplo, sistemas informatizados que conectem delegacias, judiciário e serviços de assistência, agilizando medidas protetivas e o monitoramento de agressores.

Em resumo, as propostas de São Paulo buscaram construir uma rede robusta e capilar de proteção e atendimento, compatível com a dimensão populacional do estado e capaz de reduzir as lacunas territoriais existentes.

Políticas de cuidado compartilhado e infraestrutura social

Fortemente influenciadas pela pauta do cuidado, as mulheres de São Paulo apresentaram propostas para implementar políticas de cuidado compartilhado e desenvolver a infraestrutura social de apoio. Entre elas, destaca-se a recomendação de ampliar a oferta de creches públicas e conveniadas, inclusive com horários noturnos e atendimento em período integral, adequando-se às necessidades de mães trabalhadoras em diferentes turnos.

Propôs-se também a criação de centros de cuidado comunitários multifuncionais, onde serviços como lavanderias coletivas, restaurantes populares e espaços de convivência possam reduzir o tempo e os custos do trabalho doméstico para as famílias, liberando as mulheres dessa sobrecarga.

Outra proposta inovadora foi a implementação de um Programa de Proteção ao Cuidador, prevendo incentivos (como subsídios ou contribuição previdenciária) para pessoas – majoritariamente mulheres – que dedicam tempo integral a cuidar de dependentes, de forma similar a políticas já adotadas em outros países.

As paulistas sugeriram ainda a promoção de campanhas para envolver mais os homens nas tarefas de cuidado, desconstruindo estereótipos e estimulando licenças parentais mais igualitárias.





Essas propostas evidenciam um compromisso com a redistribuição do cuidado como política pública, reconhecendo-o como pilar da autonomia das mulheres e do bem-estar social.

Emprego, empreendedorismo e inovação para a autonomia econômica

Na área de autonomia econômica, São Paulo trouxe um leque extenso de propostas voltadas a gerar emprego, fomentar o empreendedorismo feminino e incluir mulheres na inovação tecnológica.

Dentre as medidas aprovadas, estão programas de empregabilidade para mulheres de baixa renda, combinando qualificação profissional acelerada com intermediação junto a empresas para contratação após a conclusão dos cursos – priorizando setores com demanda de mão de obra.

As conferências também propuseram a criação de um Fundo Estadual de Apoio ao Empreendedorismo Feminino, que ofereça microcrédito orientado, capital semente e assessoria técnica para pequenos negócios conduzidos por mulheres, especialmente os de economia solidária e nas periferias urbanas.

Com relação à inovação, as delegadas aprovaram iniciativas para incluir mais mulheres em áreas STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática): desde feiras e oficinas de robótica e programação para meninas na rede pública, até incubadoras de startups exclusivas para projetos liderados por mulheres, aproveitando o ecossistema tecnológico paulista.

Complementarmente, sugeriu-se expandir e divulgar políticas de apoio já existentes, como reservar cotas para mulheres em programas de aprendizagem técnica e ampliar a assistência para trabalhadoras informais se formalizarem e acessarem direitos.

Com esse conjunto, São Paulo visa remover barreiras estruturais – educacionais, financeiras e culturais – que ainda limitam a plena participação econômica das mulheres, capitalizando suas competências e criatividade em benefício do desenvolvimento.





Educação para igualdade, cidadania e mundo do trabalho

No campo educacional, São Paulo reafirmou propostas para usar a educação como ferramenta de promoção da igualdade e de preparação para o mundo do trabalho sob a perspectiva de gênero.

Entre as diretrizes definidas, está a integração de conteúdos de educação em direitos das mulheres, diversidade e prevenção da violência em todas as etapas de ensino, a começar pela formação continuada de professores e professoras.

As paulistas propuseram que a temática de gênero e raça seja abordada de forma transversal nas disciplinas, conforme prevê a legislação federal, garantindo que cada escola desenvolva projetos anuais sobre, por exemplo, valorização de mulheres cientistas, combate ao bullying LGBTfóbico, ou prevenção ao assédio.

Outra proposta foi fortalecer a educação profissional e tecnológica para mulheres, expandindo vagas para alunas e incentivando-as a ingressar em cursos onde são sub-representadas, como mecânica, informática, engenharia, através de bolsas e mentorias.

Também se enfatizou a necessidade de programas de retomada escolar para mulheres adultas, sobretudo mães jovens que abandonaram os estudos, oferecendo modalidades flexíveis (EJA semipresencial, creches nas escolas, etc.).

Por fim, foi recomendada a criação de materiais didáticos e campanhas educativas que contraponham estereótipos de gênero desde cedo, sensibilizando meninos e meninas para o respeito e a equidade. Essas propostas educacionais refletem o entendimento de que a construção de uma sociedade igualitária passa inevitavelmente pela sala de aula e pelos espaços formativos, moldando atitudes e oportunidades futuras.

Promoção de direitos e visibilidade para grupos de mulheres em vulnerabilidade

As conferências paulistas não deixaram de lado os grupos de mulheres em vulnerabilidade específica, formulando propostas para promoção de seus direitos e maior visibilidade de suas pautas.

Para as mulheres transexuais e travestis, propôs-se a expansão de ambulatórios de saúde integral trans pelo estado e programas de empregabilidade que incentivem empresas a contratá-las, combatendo sua exclusão do mercado formal.





Em relação às mulheres com deficiência, foram aprovadas medidas para assegurar plena acessibilidade em todos os equipamentos da rede de atendimento à mulher (desde rampas e sinalização tátil até atendimento em Libras), além de campanhas para sensibilizar a sociedade sobre a dupla vulnerabilidade dessas mulheres à violência.

No tocante às mulheres idosas, as delegadas paulistas sugeriram a criação de centros de referência voltados a esse público, que ofereçam desde atividades físicas e de convívio para evitar o isolamento, até orientação jurídica sobre direitos previdenciários e proteção contra abusos financeiros ou violência doméstica na terceira idade.

Por fim, chamando atenção para um tema emergente, foram apresentadas propostas relativas às mulheres migrantes e refugiadas residentes no estado: por exemplo, garantir acesso à documentação, idioma e oportunidades de trabalho, além de incluir suas representações nos conselhos de direitos.

Com essas ações, São Paulo busca garantir que nenhuma mulher – independente de sua condição ou origem – fique invisível ou desamparada nas políticas públicas, reforçando a indivisibilidade dos direitos humanos das mulheres.

Desafios

Complexidade territorial e disparidades regionais

Dada a dimensão de São Paulo, um desafio apontado foi a complexidade territorial e as disparidades regionais na implementação das políticas para as mulheres. O estado abriga desde metrópoles altamente urbanizadas até regiões rurais e comunidades tradicionais, e as conferências evidenciaram que essa heterogeneidade dificulta soluções uniformes.

Há municípios com ampla estrutura de serviços e outros onde falta o básico; realidades socioeconômicas distintas fazem com que certos programas funcionem bem em um lugar e não em outro. Assim, planejar políticas estaduais que atendam igualmente a essa diversidade é um obstáculo constante.

Foi citado, por exemplo, o desafio de interiorizar serviços especializados que hoje se concentram na capital e poucas cidades – muitas mulheres do interior precisam viajar horas para acessar uma Delegacia da Mulher ou um atendimento de saúde especializado.





Igualmente, garantir que recursos estaduais cheguem a municípios menores e com menos capacidade técnica é uma preocupação.

Portanto, o desafio de equilibrar o desenvolvimento regional e adaptar as políticas ao contexto local permanece presente: sem isso, correm-se riscos de aprofundar desigualdades internas ao estado, com mulheres de áreas periféricas ou distantes ficando para trás em relação às da capital.

Volume de demandas e necessidade de priorização efetiva

Outro desafio típico de São Paulo é o volume elevado de demandas e a consequente dificuldade de priorização e coordenação. O estado concentrou o maior número de propostas e recomendações, reflexo de sua população e organização ativa, mas isso também se traduz na complexidade de implementar tantas frentes simultaneamente.

A pluralidade de pautas – abrangendo desde questões urbanas como transporte seguro até demandas rurais como apoio a agricultoras, passando por tecnologia, cultura, saúde avançada – pode diluir esforços se não houver foco estratégico. As conferências reconheceram que há uma necessidade de priorizar ações estruturantes que gerem efeito multiplicador, de modo a otimizar recursos.

Identificar por onde começar ou quais políticas entregar primeiro é um exercício desafiador quando tudo parece urgente e justificável. Além disso, a coordenação intersetorial dentro de um governo complexo como o paulista requer alinhamento político e técnico que nem sempre se atinge facilmente.

Em suma, o desafio está em transformar a riqueza de propostas em planos factíveis, sem dispersão, garantindo que as ações escolhidas para execução tenham impacto e abram caminho para as próximas, dentro de uma visão de longo prazo.

Populismo penal e tensões políticas

As paulistas também apontaram como desafio o clima político em torno de algumas pautas de direitos das mulheres, especialmente no que tange a tensões ideológicas e populismo penal. Temas como educação sexual nas escolas, direitos reprodutivos (inclusive a discussão sobre aborto legal) e abordagem da violência doméstica podem enfrentar resistência de grupos conservadores ou serem distorcidos por discursos de ódio nas redes sociais.





Houve relatos de pressões sofridas por educadores ao implementar diretrizes de gênero, ou de iniciativas barradas em câmaras municipais por desinformação e preconceito. Esse ambiente polarizado dificulta a aprovação e implementação de políticas baseadas em evidências, pois muitas vezes o debate sai do campo técnico para o embate político-eleitoral.

Além disso, o apelo ao populismo penal – isto é, respostas simplistas e punitivistas para questões complexas – pode desviar a atenção de soluções integradas e preventivas, focando apenas em aumento de penas ou ações espetaculares de segurança que pouco resolvem as raízes da violência.

Lidar com essas resistências e narrativas antagônicas é, portanto, um obstáculo: implica intensificar a comunicação com a sociedade sobre a importância das políticas de igualdade, construir alianças suprapartidárias e manter o enfoque nos direitos humanos apesar das pressões contrárias.

Sustentabilidade financeira das políticas para as mulheres

Por fim, um desafio comum em São Paulo, como em todo país, é a sustentabilidade financeira das políticas para as mulheres. Mesmo com uma economia forte, o estado enfrenta limites orçamentários e precisa disputar recursos entre múltiplas prioridades. As conferências notaram que muitas iniciativas para as mulheres dependem de convênios federais ou internacionais, ou são projetos piloto sem garantia de continuidade financeira.

A falta de dotação orçamentária específica e permanente para programas de gênero foi citada como um gargalo – as ações ficam vulneráveis a cortes em tempos de crise fiscal ou mudanças administrativas. Além disso, a não execução plena de recursos destinados (devido a burocracias ou contingenciamentos) reduz o alcance das políticas planejadas.

Em São Paulo, esse desafio se expressa na escala ampliada: atender milhões de mulheres requer investimentos proporcionais. A busca por fontes alternativas, parcerias público-privadas ou fundo estadual dedicado foram apontadas como caminhos, mas todos eles enfrentam a realidade da escassez ou da competição com outras áreas igualmente urgentes.

Portanto, garantir financiamento contínuo e adequado para as políticas de igualdade de gênero permanece como uma barreira a ser superada, sob pena de as propostas não saírem do papel ou não atingirem seu potencial transformador.





Transversalidade com eixos temáticos

São Paulo demonstrou uma articulação complexa e rica entre os eixos temáticos da 5ª CNPM, muito em função da variedade de pautas abordadas. De modo geral, todos os eixos tiveram algum grau de incidência nas conferências paulistas, mas o diferencial foi a maneira como vários eixos eram tratados de forma simultânea dentro de uma mesma proposta ou diagnóstico.

Por exemplo, ao discutir a criação de plataformas digitais para empreendedoras (eixo de mulheres, empreendedorismo e economia solidária), imediatamente conectava-se essa ideia ao eixo de cultura, esporte, comunicação e mídia, tratando da visibilidade dos negócios de mulheres na mídia, e também ao eixo de trabalho, emprego e autonomia econômica em sentido estrito.

Da mesma forma, o debate sobre ampliar creches noturnas envolveu tanto o eixo de políticas do cuidado quanto o de participação nos espaços de poder, já que se argumentou que a falta de onde deixar os filhos impede mulheres de frequentarem reuniões comunitárias ou espaços políticos à noite. Esses exemplos ilustram a tônica transversal das discussões em São Paulo.

O estado também evidenciou a convergência entre o eixo de violência contra as mulheres e o de saúde integral, direitos sexuais e reprodutivos. Ficou claro nas propostas que o atendimento às vítimas de violência passa por garantir saúde física e mental adequadas – consolidando protocolos hospitalares, acesso a contracepção de emergência, tratamento de traumas –, mostrando a interdependência entre enfrentar a violência e prover cuidado em saúde.

Ademais, as conferências integraram de forma notável o eixo de enfrentamento do racismo, sexismo e LGBTfobia em todos os demais: praticamente nenhuma diretriz de trabalho, educação, segurança ou desenvolvimento sustentável foi formulada sem considerar recortes de raça, orientação sexual ou geração.

Essa impregnação da perspectiva de diversidade tornou a transversalidade em São Paulo bastante completa. Em síntese, o diálogo entre os eixos temáticos no contexto paulista foi fluído e interconectado, reforçando a ideia de que nenhuma política setorial terá pleno êxito se isolada.





O maior estado do país contribuiu para a conferência nacional evidenciando, em grande escala, que democracia, igualdade e conquistas para todas dependem de ações conjuntas em múltiplos eixos, sempre orientadas pela inclusão e pela justiça social.





CAPÍTULO 10

Região Sul



6ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul. Foto: Giovanni Disegna/Ascom SJCDH.

As conferências estaduais da Região Sul revelaram debates intensos e agendas amplas, mas com pontos centrais convergentes entre Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em sintonia com o lema nacional “Mais Democracia, Mais Igualdade e Mais Conquistas para Todas”, as participantes reafirmaram a importância de fortalecer a participação social e as instâncias democráticas nos territórios, buscando a efetivação de direitos já conquistados.

Foi recorrente a ênfase na ampliação da autonomia econômica das mulheres – por meio de trabalho digno, renda e apoio ao empreendedorismo – ao mesmo tempo em que se destacou a valorização das políticas de cuidado (como creches, serviços comunitários de apoio e corresponsabilidade familiar) como condição básica para a igualdade de gênero.

Paralelamente, as delegadas de todos os estados expuseram de forma unânime a urgência de enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, propondo o fortalecimento das redes de proteção (delegacias especializadas, abrigos e atendimento psicossocial) e a prevenção por vias integradas entre segurança, justiça e assistência social.





Nas discussões, observou-se também forte preocupação com a saúde integral feminina – desde o acesso à atenção básica e às políticas de saúde sexual e reprodutiva até cuidados de saúde mental e apoios psicossociais –, sinalizando que o bem-estar emocional das mulheres é parte essencial da pauta.

Os debates incorporaram de modo consistente uma perspectiva interseccional: identificou-se que fatores como raça, geração, território, deficiência e orientação sexual cruzam as demandas por direitos, influenciando desde o acesso aos serviços públicos até a exposição a violências específicas.

Em todos os estados aparecem propostas dirigidas a mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+, jovens, idosas, pessoas com deficiência e moradoras de áreas rurais ou periféricas, indicando um consenso de que a igualdade de gênero deve articular-se com o combate ao racismo, à LGBTfobia e às desigualdades sociais.

As dificuldades estruturais também foram tema comum nas conferências sulinas: foram apontados o subfinanciamento das políticas de gênero, a insuficiência de infraestrutura pública (como saúde, educação e assistência social) em municípios menores e áreas mais distantes, e a fragilidade de conselhos e instâncias de controle social locais.

A Região Sul apresentou uma pauta coesa em defesa de políticas públicas integradas e inclusivas, unindo as reivindicações de trabalho e renda, cuidado e participação política, saúde e proteção contra violências em uma visão regional articulada aos eixos temáticos da 5ª CNPM.

Paraná

Tendências emergentes

Saúde integral e bem-estar feminino

No Paraná, emergiu de forma consistente a priorização da saúde da mulher como tema transversal. Debates estaduais destacaram a necessidade de expandir a atenção básica e especializada – incluindo programas de prevenção, atendimento obstétrico humanizado e





apoio psicológico – bem como garantir direitos reprodutivos como planejamento familiar e atenção ao pré-natal.

As conferências trataram a saúde como dimensão ampla da cidadania, ligando demandas por serviços de saúde às condições socioemocionais, como o acolhimento de mulheres em situações de vulnerabilidade e a atenção à saúde mental.

Essa tendência indica um entendimento compartilhado de que políticas intersetoriais de saúde, englobando prevenção, atendimento qualificado e manutenção dos direitos sexuais e reprodutivos, são fundamentais para o avanço da igualdade de gênero no estado.

Enfrentamento à violência de gênero e expansão das redes de proteção

Outra tendência marcante foi a ênfase no enfrentamento sistemático de todas as formas de violência contra as mulheres. Nas conferências paranaenses, organizou-se a agenda em torno da ampliação e aperfeiçoamento de serviços especializados – como Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAMs), centros de referência e casas-abrigo – e da integração entre segurança pública, assistência social e rede de apoio psicossocial.

A discussão destacou que o combate à violência não deve ser isolado, mas sim permanente e articulado em rede.

Entre as propostas, ganharam força orientações para capacitação continuada das equipes de atendimento, criação de programas de acolhimento para sobreviventes de violência e implementação de campanhas educativas.

Essa tendência reflete uma cobrança das participantes para que o enfrentamento da violência seja sustentável e abrangente, incluindo prevenção e responsabilização dos agressores em todos os níveis de atuação estatal.

Emprego, renda e autonomia econômica

Entre as tendências emergentes observadas no Paraná está o debate sobre autonomia econômica das mulheres. Foi recorrente o reconhecimento de que a geração de emprego qualificado e renda está diretamente ligada à emancipação feminina.

Nas conferências, agruparam-se discussões sobre formas de ampliar a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, apoiar empreendedoras e fortalecer o cooperativismo.





Mencionou-se, por exemplo, a criação de linhas de crédito específicas, programas de capacitação profissional e apoio técnico para negócios liderados por mulheres, especialmente em municípios de pequeno porte.

Essa tendência sinaliza um movimento para remover obstáculos estruturais – como falta de qualificação e capital – que historicamente impedem as mulheres paranaenses de alcançar independência econômica plena.

Cuidado não remunerado e corresponsabilidade familiar

Outra tendência identificada foi o reconhecimento crescente da desigualdade na divisão do trabalho doméstico e de cuidado. Participantes sublinharam que a sobrecarga de cuidados não remunerados (com crianças, idosos, pessoas dependentes) limita a participação plena das mulheres em outras esferas, como trabalho e política.

Discursos nas conferências sugeriram, por exemplo, a oferta de serviços públicos de cuidado (creches, centros-dia para idosos, lavanderias comunitárias) e políticas que promovam a corresponsabilização masculina pelas tarefas domésticas.

Essa tendência sinaliza um deslocamento na compreensão social: o cuidado passa a ser visto como responsabilidade coletiva e do Estado, não apenas individual ou familiar.

À luz dos debates nacionais, reforça-se a ideia de que investir em políticas de cuidado é investir na igualdade de gênero e na capacitação das mulheres para atuar economicamente.

Fortalecimento institucional e participação social

Por fim, emergiu a pauta do fortalecimento das estruturas de governança e da participação popular nos direitos das mulheres. As conferências no Paraná identificaram como tendência a busca por conselhos municipais atuantes, efetivos e dotados de recursos adequados, bem como a implantação de mecanismos permanentes de formulação e controle das políticas de gênero nas instâncias estadual e municipais.

Discutiu-se a necessidade de superar a fragilidade institucional dos órgãos dedicados às mulheres – muitas vezes carentes de orçamento próprio ou de equipes técnicas – para garantir a continuidade das políticas além de períodos de governo.





Em todas as discussões, destacou-se a relevância de ampliar espaços de participação direta, estimulando a presença e o controle social das comunidades femininas nas decisões públicas. Essa tendência reforça a compreensão de que a democracia participativa é essencial para a sustentabilidade das conquistas de igualdade de gênero no estado.

Propostas

Ampliação das redes de proteção e enfrentamento à violência

Grande parte das propostas formuladas no Paraná concentrou-se no combate à violência de gênero. Recomendações enfatizaram a criação ou aperfeiçoamento de estruturas especializadas de acolhimento, como a instalação de Delegacias de Atendimento à Mulher em mais cidades e a expansão de casas-abrigo, além da implementação de serviços integrados de apoio psicossocial às vítimas.

Sugeriu-se ainda a realização de campanhas educativas permanentes e programas intersetoriais com participação de saúde, segurança pública e assistência social para prevenir violência doméstica e outras formas de agressão.

Essas diretrizes buscam garantir que as mulheres paranaenses tenham acesso rápido e eficaz a redes de proteção, bem como mecanismos de denúncia e proteção social que sejam contínuos e articulados.

Saúde integral e atenção psicossocial

Nas conferências paranaenses, foram também aprovadas diversas propostas relacionadas à saúde da mulher. Dentre elas destacam-se programas de atenção integral à saúde física e mental feminina, incluindo ampliação do acesso a consultas ginecológicas, pré-natal de qualidade e serviços de apoio psicológico.

A saúde mental das sobreviventes de violência foi ressaltada em propostas que recomendam capacitação de profissionais de saúde para atendimento humanizado, bem como a criação de núcleos de suporte psicossocial nas unidades básicas.





Além disso, reforçou-se proposições para assegurar direitos sexuais e reprodutivos – como acesso a métodos contraceptivos seguros, prevenção de complicações obstétricas e ampliação do atendimento ao câncer de mama e colo do útero – evidenciando a preocupação com a integralidade do cuidado à vida reprodutiva das mulheres.

Emprego, renda e inclusão produtiva

Um conjunto expressivo de propostas visou fortalecer a autonomia econômica feminina. Foram sugeridas iniciativas para ampliar as oportunidades de trabalho formal e empreendedorismo, como a criação de linhas de crédito, feiras de empregabilidade e incentivos ao cooperativismo feminino.

Em especial, destacaram-se propostas para programas de capacitação profissional direcionados às mulheres (incluir cursos técnicos, treinamentos de gestão financeira, informática), com atenção a ocupações estratégicas e setores emergentes.

Também foi aprovada a ideia de fortalecer a economia solidária e as associações locais, de modo a criar redes de apoio mútuo.

Essas propostas refletem o esforço por remover barreiras estruturais – tais como falta de qualificação ou ausência de recursos iniciais – que impedem que mais mulheres paranaenses ingressem plenamente no mercado de trabalho ou desenvolvam seus próprios negócios.

Educação e formação continuada

O tema da educação ganhou espaço nas deliberações, especialmente no que tange à formação e qualificação permanente das mulheres. Foram apresentadas propostas para difundir a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em todos os territórios, garantindo às mulheres jovens e adultas condições de acesso e permanência na escola como forma de superar a exclusão escolar histórica.

Sugeriu-se também incluir conteúdos sobre igualdade de gênero, direitos humanos e respeito à diversidade nos currículos formais, desde a educação infantil até a educação profissionalizante.





Outras proposições focaram na criação de programas de formação continuada em áreas técnicas e empreendedoras, a fim de empoderar as mulheres com novas habilidades. Essas medidas visam consolidar a educação como alicerce para a cidadania plena e a participação das mulheres nas esferas econômica e social.

Participação política e fortalecimento institucional

As conferências do Paraná articularam, ainda, propostas para aprimorar a governança das políticas de gênero. Entre as diretrizes aprovadas, destacam-se recomendações para tornar os Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher mais permanentes e efetivos, dotando-os de orçamento próprio, regimento claro e espaços de interlocução com os demais conselhos setoriais.

Além disso, propôs-se a ampliação de conselhos de região para assegurar controle social nas políticas públicas descentralizadas. Complementarmente, foram indicadas ações de estímulo à participação política das mulheres em processos decisórios, como oficinas de formação cívica e transparência orçamentária.

Essas propostas buscam consolidar uma estrutura institucional robusta que dê continuidade às políticas para as mulheres, reduzindo a dependência de iniciativas isoladas e de curta duração.

Desafios

Subfinanciamento e estrutura institucional frágil

Nas conferências paranaenses foi unânime o apontamento de que a insuficiência de recursos financeiros e técnicos compromete a efetividade das políticas para as mulheres. Em especial, lamentou-se o subfinanciamento crônico dos órgãos governamentais e conselhos responsáveis por essas políticas, refletido na falta de programas permanentes e na dependência de projetos eventuais.

Essa carência de recursos gera estruturas institucionais frágeis, incapazes de implementar ou manter em longo prazo ações essenciais (como serviços de acolhimento e assistência), tornando as iniciativas muito vulneráveis às trocas de gestão. Em suma, esse desafio





evidencia a necessidade de construir mecanismos orçamentários (fundos públicos específicos, repasses regulares) que sustentem as agendas de igualdade de gênero no Paraná, de forma que não sejam interrompidas por limitações fiscais.

Desigualdades territoriais e acesso precário em áreas rurais e periferias

Outro obstáculo recorrente é a discrepância no acesso a serviços públicos entre diferentes regiões do estado. As mulheres que vivem no interior ou em bairros periféricos frequentemente enfrentam grandes dificuldades para alcançar equipamentos básicos, seja por falta de transporte, seja pela concentração de serviços nas cidades-polo.

Essa desigualdade territorial foi destacada como barreira à inclusão plena: sem infraestrutura adequada de saúde, educação ou assistência social nos municípios mais distantes, muitas demandas das mulheres acabam desassistidas.

As conferências apontaram que esta questão é agravada pela escassez de unidades especializadas (como Delegacias da Mulher ou Centros de Saúde da Mulher) fora dos grandes centros, dificultando a garantia universal dos direitos debatidos.

Barreiras socioculturais e preconceitos persistentes

Nas discussões paranaenses também foram enfatizados obstáculos de ordem cultural e social. Mesmo com avanços legais em direção à equidade, persistem em muitas comunidades padrões normativos que marginalizam as mulheres: machismo arraigado, discriminação racial e estigmas contra grupos diversos (como pessoas LGBTQIA+ ou mães solo) dificultam a implementação das políticas.

Observou-se, por exemplo, que os temas de violência de gênero e orientação sexual ainda enfrentam resistências locais, e que práticas discriminatórias podem inibir as mulheres de exercerem plenamente seus direitos.

Esses desafios socioculturais são estruturais e sistêmicos, exigindo ações educativas e transformações profundas na sociedade para que não cancelarem o efeito das políticas públicas avançadas.





Transversalidade com eixos temáticos

As principais pautas debatidas no Paraná demonstram forte conexão com os eixos nacionais da 5ª CNPM, evidenciando abordagens integradas. As reivindicações relativas a trabalho e renda, associadas às demandas por políticas de cuidado, dialogam diretamente com o eixo “Trabalho e Economia do Cuidado”, ao passo que o foco no enfrentamento à violência de gênero reforça o eixo “Segurança e Cidadania”.

A ênfase na saúde integral da mulher, incluindo direitos reprodutivos, se alinha ao eixo “Saúde e Direitos Reprodutivos”, mostrando a preocupação com o bem-estar no ciclo vital feminino.

Paralelamente, às propostas de participação política e controle social refletem o eixo “Democracia Participativa e Controle Social”, pois procuram ampliar a voz das mulheres nas decisões públicas.

Além disso, as iniciativas voltadas às diferentes populações de mulheres (negras, indígenas, LGBTQIA+, rurais etc.) ressaltam a transversalidade do eixo “Igualdade e Diversidade”, deixando claro que as políticas em pauta são multidimensionais.

Em conjunto, as discussões no Paraná ilustram como as agendas regionais integram e reforçam os eixos temáticos nacionais da conferência, reconhecendo que conquistas em trabalho, saúde, proteção e participação são indissociáveis para a promoção da igualdade de gênero.

Rio Grande do Sul

Tendências emergentes

Ampliação das redes de enfrentamento e prevenção à violência

No Rio Grande do Sul, consolidou-se uma forte tendência de expandir e aprimorar os mecanismos de combate à violência contra as mulheres. Os debates estaduais agruparam propostas para criação de serviços especializados em regiões desassistidas, como delegacias





e centros integrados de atendimento, e enfatizaram a integração das ações de segurança pública, justiça e assistência social.

As conferências ressaltaram a importância de fortalecer a rede de proteção – desde a existência de abrigos emergenciais até a capacitação contínua de equipes policiais e profissionais de saúde – para garantir acolhimento imediato e acompanhamento às vítimas.

Essa tendência aponta para um entendimento compartilhado: a mulher gaúcha demanda que o enfrentamento à violência seja contínuo, articulado em rede e preventivo, não restrito às formas mais evidentes de agressão, mas abarcando todas as manifestações de violência de gênero.

Saúde integral e atenção psicossocial

Outra pauta recorrente nas conferências do RS foi a ênfase na saúde integral das mulheres. As participantes destacaram a necessidade de avançar na oferta de serviços de saúde física e mental, com especial foco no acolhimento personalizado para quem sofre com doenças crônicas, transtornos mentais ou trauma decorrente de violência.

Sobressaiu-se também a demanda por educação em saúde, por meio de campanhas de conscientização e prevenção de doenças prevalentes entre mulheres (incluindo condições autoimunes e enfermidades de maior incidência em grupos racializados).

A priorização do bem-estar global reforçou a compreensão de que a saúde feminina ultrapassa o atendimento médico: é preciso cuidar das dimensões psicológica, afetiva e social.

Em particular, as conferências apontaram a importância de serviços de saúde próximos das mulheres – como unidades especializadas em sexualidade e obstetrícia – e de políticas contínuas de apoio ao pós-parto, à saúde mental em situação de vulnerabilidade e à saúde preventiva como parte integrante da cidadania plena.

Autonomia econômica, trabalho decente e empreendedorismo

A autonomia econômica figurou como tendência latente nas discussões gaúchas. Os participantes observaram que gerar oportunidades de emprego formal, garantir condições





de trabalho decente e apoiar iniciativas empreendedoras femininas são peças-chave da igualdade de gênero.

Nesse contexto, apareceu com frequência a defesa de programas de qualificação profissional voltados às necessidades locais, incentivos ao microcrédito para negócios de mulheres, e estímulo à economia solidária como alternativa à informalidade.

Foram defendidas propostas para a instalação de cooperativas e centros de capacitação técnica em territórios periféricos, além de ações afirmativas para mulheres em situação de vulnerabilidade (por exemplo, imigrantes e agricultoras familiares).

Essa tendência indica a busca por desvincular a inserção no trabalho de obstáculos históricos, articulando a geração de renda com políticas de inclusão territorial e apoio ao empreendedorismo feminino em rede.

Participação social, governança e descentralização

Emergiu como tendência no RS o fortalecimento dos canais de participação popular e governança feministas. As conferências estaduais agruparam discussões sobre a necessidade de descentralizar as estruturas de poder e levar as políticas de gênero para além dos centros urbanos. Debateu-se, por exemplo, a criação de conselhos de políticas para as mulheres em esferas municipais e regionais, a vinculação de recursos orçamentários próprios a esses conselhos e a institucionalização de áreas temáticas nas prefeituras para garantir continuidade às ações.

Também se enfatizou a importância de aumentar a representatividade das mulheres em espaços de decisão, seja por meio de campanhas de formação cívica ou por mecanismos de reserva de vagas em cargos públicos.

Essa tendência reflete a visão de que ampliar a participação social e consolidar organismos de controle é essencial para que as políticas voltadas às mulheres sejam eficazes, monitoradas pela sociedade e não revertidas em ciclos políticos.

Inclusão interseccional e equidade de direitos

Por fim, destacou-se no Rio Grande do Sul a incorporação de uma perspectiva interseccional nas agendas estaduais. Temas recorrentes abordaram demandas específicas de grupos





vulneráveis, como mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência e populações rurais.

Os debates ressaltaram que, para além das pautas universais, as políticas públicas precisam reconhecer as desigualdades múltiplas: por exemplo, garantindo acesso digno de mulheres com deficiência a serviços de assistência, qualificando o atendimento a mulheres trans nos centros de saúde ou enfrentando o racismo institucional que dificulta o acesso de mulheres negras a oportunidades iguais.

A tendência revela uma compreensão de que nenhuma conquista será plena se não alcançar todas as mulheres, apontando para a equidade como critério fundamental na elaboração das políticas regionais.

Propostas

Combate à violência e expansão da proteção

Assim como em outros estados do Sul, muitas propostas gaúchas centraram-se no enfrentamento à violência contra as mulheres e na ampliação das redes de apoio. Foi reiterada a necessidade de implementar ou aprimorar estruturas especializadas, incluindo a interiorização de Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM) em cidades de médio porte, a criação de casas-abrigo e centros integrados de acolhimento multidisciplinar.

Propô-se programas estaduais de prevenção, com educação desde a infância sobre igualdade de gênero e campanhas de alerta sobre violência, além do fortalecimento das linhas de denúncia e atendimento emergencial.

Essas recomendações visam garantir que o combate à violência seja contínuo e abrangente, do acolhimento imediato da vítima à punição do agressor, passando pela proteção social da mulher.

Saúde integral e direitos sexuais reprodutivos

Grande parte das propostas apontou para a consolidação de um sistema de saúde mais sensível às necessidades das mulheres. Entre as diretrizes aprovadas, destacam-se a





ampliação da oferta de serviços especializados – como centros de referência da saúde da mulher em todas as regiões –, e a melhoria do pré-natal e do pós-parto para evitar complicações obstétricas.

Foram propostas ações para assegurar direitos sexuais e reprodutivos, incluindo políticas de acesso a métodos contraceptivos gratuitos, prevenção e combate à violência obstétrica e ampliação dos serviços de atenção à saúde mental em situações de vulnerabilidade.

As gaúchas também enfatizaram a importância do acolhimento psicossocial, sugerindo a criação de equipes multiprofissionais dedicadas às mulheres vítimas de violência ou em crise (por exemplo, mães vítimas de trauma).

Essas propostas refletem o compromisso por um atendimento integral, que promova não apenas a cura de enfermidades, mas o bem-estar físico e emocional das mulheres.

Autonomia econômica, trabalho digno e economia solidária

Na esfera econômica, as conferências do RS impulsionaram propostas para incentivar a geração de emprego e renda feminina. Dentre elas, figuram a implementação de programas de qualificação profissional e a promoção de cursos técnicos alinhados às demandas do mercado local, visando aumentar a empregabilidade das mulheres.

Também foram defendidas ações afirmativas, como editais de financiamento exclusivamente para empreendedoras e incentivos à economia solidária, para apoiar iniciativas comunitárias.

Um exemplo destacado foi o estímulo ao cooperativismo feminino, sobretudo em regiões rurais, com oferta de assistência técnica a agricultoras e de incentivo à participação em feiras locais.

Essas propostas indicam um esforço de remover barreiras econômicas históricas – como falta de acesso ao crédito ou informalidade – que mantêm as mulheres gaúchas em desvantagem, buscando proporcionar oportunidades sustentáveis de trabalho decente.

Educação, cultura e capacitação

Reconhecendo o papel transformador da educação, as propostas aprovadas no RS visaram promover igualdade de gênero e inclusão também no ambiente educacional e cultural. Entre





elas, destaca-se a inclusão de conteúdos sobre gênero, diversidade e prevenção às violências nos currículos escolares desde os níveis iniciais, bem como a expansão de programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas comunidades.

Propôs-se ainda a promoção da cultura da igualdade por meio de campanhas midiáticas e eventos comunitários, e o apoio à participação de mulheres em manifestações artísticas e esportivas.

Essas iniciativas reconhecem que a mudança cultural em prol da igualdade começa na educação e no acesso à informação, assegurando que meninas e mulheres recebam, desde cedo, formação integral para serem protagonistas de seu desenvolvimento.

Inclusão de populações vulnerabilizadas

Por fim, um conjunto de propostas se dedicou especificamente a grupos de mulheres em situação de maior vulnerabilidade, evidenciando a transversalidade das políticas.

Foram sugeridas ações afirmativas e programas dirigidos para a inclusão de mulheres negras na educação e no mercado de trabalho, enfrentando o racismo estrutural. Outras proposições visaram assegurar direitos específicos de mulheres indígenas e quilombolas, como a garantia de assistência à saúde diferenciada e apoio à educação intercultural bilíngue.

Houve ainda recomendações para políticas de apoio às mulheres LGBTI+, incluindo treinamentos em instituições públicas para coibir LGBTfobia e expandir espaços de acolhimento.

Ao abordar essas especificidades, as propostas gaúchas reforçam a mensagem de que a política para as mulheres deve atingir todas, respeitando diferenças e corrigindo desigualdades históricas.

Desafios





Subfinanciamento e fragilidade institucional

Os debates identificaram como entrave central a continuidade das políticas de gênero a falta de recursos dedicados. No Rio Grande do Sul, observou-se que os conselhos estaduais e municipais, além de órgãos setoriais, sofrem com cortes orçamentários e falta de apoio técnico, o que compromete sua capacidade de atuação.

Essa carência impede a implementação plena de muitas diretrizes aprovadas – desde serviços de enfrentamento à violência até programas sociais –, evidenciando a necessidade de institucionalizar mecanismos de financiamento (fundos especiais, verbas vinculadas) para sustentar as agendas de igualdade de forma permanente.

Em resumo, o subfinanciamento crônico reforça a fragilidade das políticas públicas de gênero no estado, tornando-as vulneráveis a variações de gestão.

Desigualdades regionais e acesso insuficiente no interior

Um dos principais desafios ressaltados no RS é a expressiva desigualdade territorial na implementação das políticas para as mulheres. Devido à extensa área do estado e à concentração de serviços nos centros urbanos, muitas mulheres residentes em municípios do interior profundo ou em áreas rurais convivem com oferta insuficiente de equipamentos básicos – como postos de saúde especializados, escolas de EJA e unidades de assistência social.

Essa realidade dificulta que demandas consideradas prioritárias cheguem a parcela significativa da população feminina. As conferências apontaram que, enquanto nas capitais e cidades maiores há pelo menos alguma estrutura de atendimento, as localidades mais afastadas permanecem negligenciadas, evidenciando a necessidade de interiorizar políticas e descentralizar recursos.

Violência estrutural e insuficiência do aparato estatal

As sulistas gaúchas identificaram também que a violência contra a mulher tem caráter endêmico e é agravada pela presença insuficiente do Estado em certas regiões.

Em áreas periféricas e rurais, constatou-se a falta de delegacias especializadas e a ausência de infraestrutura policial e judiciária adequada para lidar com crimes de gênero, o que incentiva a impunidade.





Além disso, foi apontada a violência simbólica e institucional: práticas discriminatórias enraizadas nas instituições (como lacunas no atendimento a minorias) que dificultam a aplicação efetiva de leis protetivas.

Esses elementos estruturais tornam o enfrentamento à violência ainda mais desafiador, pois convivem com a precariedade dos serviços públicos de segurança e assistência social, limitando as respostas estatais às demandas das mulheres.

Transversalidade com eixos temáticos

O eixo relacionado à violência contra as mulheres foi um dos mais recorrentes, com propostas para expandir e aprimorar os serviços especializados, como Delegacias de Atendimento à Mulher em regiões desassistidas e centros integrados de acolhimento.

Essa pauta conecta-se diretamente ao eixo “Segurança e Direitos Humanos”, reforçando a necessidade de uma abordagem preventiva e integrada no enfrentamento da violência de gênero, além de capacitação contínua das equipes de segurança e saúde para garantir um atendimento mais eficaz.

No campo da saúde integral e atenção psicossocial, as discussões alinharam-se ao eixo “Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos”, com ênfase na expansão de serviços de saúde preventiva, como pré-natal e apoio pós-parto, além de um cuidado integral que envolva o apoio psicológico e emocional, principalmente para mulheres em situação de violência.

A autonomia econômica das mulheres foi outra prioridade nas conferências, com foco no incentivo ao trabalho decente e ao empreendedorismo feminino, especialmente em áreas periféricas.

Este tema dialoga diretamente com o eixo “Trabalho e Economia do Cuidado”, abordando a redistribuição das responsabilidades de cuidado e criando condições para que as mulheres acessem o mercado de trabalho formal por meio de iniciativas de capacitação e apoio a negócios liderados por mulheres.

A participação política foi discutida com a criação de conselhos municipais e regionais, fortalecendo a governança feminista e a descentralização das políticas de gênero, alinhando-se ao eixo “Democracia Participativa”.





A inclusão de mulheres nos espaços de decisão e a promoção de mecanismos de controle social são essenciais para garantir que as políticas públicas atendam de forma efetiva às necessidades locais.

Por fim, a inclusão interseccional foi um tema central, com propostas para atender mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+, e em situações de vulnerabilidade, como migrantes e agricultoras. Essas discussões se conectam ao eixo “Igualdade e Diversidade”, destacando a necessidade de políticas públicas que reconheçam e atendam às especificidades de cada grupo.

Santa Catarina

Tendências emergentes

Enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres

Em Santa Catarina prevaleceu como tendência central a pauta da violência de gênero. As conferências estaduais agruparam discussões sobre a necessidade de ampliar a rede de enfrentamento a todas as formas de agressão – seja física, sexual, obstétrica ou simbólica.

Debateu-se novas diretrizes para fortalecer os dispositivos de proteção, como a criação de Delegacias da Mulher em municípios carentes, implantação de abrigos temporários e serviços de acolhimento psicológico.

Foi consenso que o combate à violência deve incluir a responsabilização dos agressores (por meio de capacitação policial e judiciária) e a construção de políticas de prevenção nas comunidades.

Esse foco revela que as catarinenses demandam ações abrangentes e integradas, desde a denúncia até a reparação, para tornar o combate à violência efetivo em todos os níveis.





Saúde integral e direitos reprodutivos

Outra tendência marcante foi a ênfase no acesso à saúde sexual, reprodutiva e ao bem-estar integral das mulheres. Nos debates do estado, destacou-se a necessidade de ampliar os serviços de saúde voltados ao ciclo de vida feminino – como ginecologia, pré-natal e planejamento familiar – e a inclusão da educação sobre sexualidade e prevenção de doenças nos programas públicos.

Em especial, as discussões repercutiram a vulnerabilidade materna, propondo o fortalecimento das políticas de acolhimento à maternidade (inclusão do cuidado digno no parto e puerpério) e apoio a gestantes em situação de risco.

Essa priorização reflete a compreensão de que a saúde da mulher no contexto catarinense deve abranger também dimensões emocionais e sociais, garantindo condições adequadas em todas as fases da vida reprodutiva.

Emprego, renda e empreendedorismo feminino

Nos encontros catarinenses emergiram preocupações relacionadas ao fortalecimento da autonomia econômica das mulheres. Debateu-se a necessidade de gerar oportunidades de trabalho decente e ampliar programas de inclusão produtiva.

Entre as propostas discutidas foram destacadas ações de incentivo ao empreendedorismo feminino – como editais de fomento e apoio técnico para empreendedoras – e a promoção de qualificações profissionais voltadas às realidades locais.

Também ganhou força a ideia de implementar políticas de proteção trabalhista específicas, regulamentando direitos (por exemplo, proteção à maternidade no emprego) e criando redes de economia solidária.

Essa tendência indica que, para as mulheres de Santa Catarina, superar a dependência econômica passa pela combinação de formação técnica, apoio à inovação social e garantia de direitos no ambiente de trabalho.

Participação social e descentralização das políticas

Outra linha de tendência foi o reforço da importância da participação popular e da descentralização das políticas de gênero. As discussões enfatizaram a criação de estruturas





permanentes em nível municipal – como equipes de atenção às mulheres nas prefeituras e conselhos locais atuantes – capazes de executar e fiscalizar as políticas de gênero de forma contínua.

Propôs-se, por exemplo, a extensão de conselhos territoriais e a inclusão de membros da sociedade civil em espaços decisórios. Essa tendência evidencia o entendimento de que levar o debate sobre igualdade de gênero para mais perto das comunidades é fundamental para sua efetividade; trata-se de multiplicar os espaços de voz das mulheres, tornando-os menos dependentes das instâncias centrais do governo.

Inclusão interseccional e políticas afirmativas

Por fim, constatou-se tendências ligadas à inclusão de mulheres em situação de maior vulnerabilidade. Nos eventos catarinenses, temas recorrentes foram as demandas de mulheres negras, indígenas, imigrantes e LGBTI+.

As discussões apontaram a necessidade de políticas específicas para corrigir desigualdades históricas: por exemplo, fomentar programas de apoio à inserção socioeconômica de mulheres negras e imigrantes, garantir assistência bilíngue ou intercultural a mulheres indígenas e proteger legalmente mulheres vítimas de discriminação racial e homofóbica.

Em sintonia com as conferências regionais, houve compreensão de que a agenda estadual deve responder às múltiplas violências que se cruzam (racismo, xenofobia, LGBTfobia) como parte integrante das políticas para as mulheres, assegurando que nenhuma medida de igualdade seja plena sem esses recortes interseccionais.

Propostas

Direitos trabalhistas e inclusão produtiva

Grande parte das propostas catarinenses abordou a interseção entre trabalho e direitos sociais. Destacaram-se proposições para regulamentar o acesso das mulheres a direitos trabalhistas, como estabilidade no emprego durante a licença-maternidade e ampliação da rede de creches em empresas, visando reduzir o impacto da dupla jornada.





Foram sugeridas ainda ações específicas de inserção profissional, como cursos de capacitação técnica e programas de apoio a empreendimentos femininos em setores estratégicos.

Essas propostas têm foco em corrigir a precarização do trabalho feminino e ampliar as oportunidades econômicas das mulheres, reconhecendo a importância de redes de proteção trabalhista como mola propulsora da autonomia financeira.

Saúde integral, sexualidade e direitos reprodutivos

Uma parcela considerável das propostas dedicou-se à saúde sexual e reprodutiva. Entre as diretrizes aprovadas estão a implementação de políticas abrangentes de planejamento familiar, com acesso facilitado a métodos contraceptivos seguros, e a recomendação de inclusão de atendimentos completos de pré-natal e puerpério em todas as regiões.

Em consonância com debates nacionais, também figuraram propostas controversas, como a revisão da lista de substâncias abortivas em território nacional, refletindo o amplo espectro de posicionamentos sobre reprodução.

No geral, as medidas buscam assegurar um sistema de saúde sensível às especificidades femininas, articulando os eixos da saúde preventiva, do respeito às escolhas das mulheres e do acompanhamento adequado em todas as fases reprodutivas.

Enfrentamento à violência de gênero e ampliação da rede de proteção

As propostas de Santa Catarina foram firmes em recomendar ações integradas contra a violência. Sugeriu-se, por exemplo, a criação de campanhas educativas permanentes e de serviços especializados – como Casas da Mulher Brasileira ou centros integrados de atendimento – que aglutinem denúncia, orientação jurídica e acolhimento psicossocial em um único local.

Também se propôs implementar cursos de formação para profissionais de segurança pública e saúde sobre atendimento às vítimas, de modo a fortalecer a rede de atendimento. Essas propostas visam sistematizar o enfrentamento à violência de forma preventiva, garantindo que a mulher vítima receba suporte imediato e contínuo, e que os agressores sejam rapidamente responsabilizados.





Educação e combate às desigualdades

Reconhecendo o papel fundamental da educação, foram aprovadas propostas voltadas à promoção da igualdade e diversidade no ambiente escolar. Entre elas, destaca-se a inclusão do letramento de gênero, racial e de prevenção a todas as violências nos currículos, de modo transversal, desde os primeiros anos escolares.

Outras proposições envolveram a promoção de programas de inclusão digital para mulheres de baixa renda, e a realização de campanhas de conscientização sobre direitos humanos nas comunidades.

Essas iniciativas refletem a compreensão de que investir na educação das mulheres – acadêmica, técnica e social – é garantir conquistas duradouras e conscientizar toda a sociedade para as pautas de gênero e diversidade.

Participação cidadã e fortalecimento de instâncias de controle

Por fim, destacou-se a proposição de mecanismos para aumentar a participação das mulheres nos espaços de decisão públicos. Foram sugeridas ações como a capacitação de lideranças femininas, criação de canais de comunicação direta com o poder público e a instituição de fundos municipais para políticas das mulheres, de modo a assegurar recursos de forma participativa.

Propostas para ampliação de conselhos de direitos, orçamentos participativos com perspectiva de gênero e mecanismos de controle social complementam essa pauta.

Essas medidas têm em comum o objetivo de consolidar a participação política das mulheres catarinenses, possibilitando que as demandas identificadas nas conferências se reflitam mais rapidamente nas políticas implementadas.

Desafios





Subfinanciamento e fragilidade das políticas sociais

O cenário catarinense enfrenta desafios semelhantes ao restante do País em relação ao orçamento destinado às mulheres. As conferências estaduais apontaram que os recursos escassos destinados às ações específicas de gênero comprometem a estruturação de programas sólidos e permanentes.

Esse entrave se manifesta na falta de continuidade dos serviços – tanto nos âmbitos municipal quanto estadual – e na dependência de projetos de duração limitada. Como consequência, muitas iniciativas aprovadas perdem eficácia ou não saem do papel por falta de verba.

Em síntese, o subfinanciamento crônico das políticas para as mulheres figura como um desafio central, exigindo maior institucionalização orçamentária para garantir que as conquistas previstas não sejam interrompidas.

Desigualdade regional e precariedade de serviços no interior

Um ponto crucial destacado foi a desigualdade na oferta de serviços públicos entre as regiões do estado. Mulheres residentes em áreas rurais ou municípios menores geralmente enfrentam dificuldades de acesso a equipamentos básicos – escolas de EJA, unidades de saúde especializadas, centros de convivência – que concentradamente existem apenas nos centros urbanos.

Essa desigualdade territorial resulta em atendimento insuficiente às necessidades dessas populações. Por exemplo, em localidades de menor porte há carência de unidades de saúde dedicadas à mulher, o que eleva barreiras a um atendimento de qualidade.

Tal cenário evidencia a necessidade de política pública que interiorize os serviços e promova infraestrutura mínima em todo o território catarinense.

Barreiras legais e estigmas culturais

Também foram levantados desafios de ordem sociocultural e legal. No contexto catarinense, persistem resistências locais quanto a pautas controversas (como direitos reprodutivos) e arraigadas normas de gênero que mantêm práticas discriminatórias.





Relatos de discriminação racial, LGBTfobia e preconceito contra certos grupos (mulheres migrantes, trabalhadoras informais) foram identificados como obstáculos para a plena efetivação dos direitos.

Além disso, lacunas na aplicação efetiva de leis existentes (por exemplo, ausência de delegacias de defesa da mulher em regiões remotas) e entraves burocráticos dificultam a garantia jurídica desses direitos.

Esses aspectos culturais e legais agem de forma estrutural, reforçando desigualdades e demandando intervenções educativas e institucionais para superá-los.

Transversalidade com eixos temáticos

As discussões catarinenses refletem nitidamente a interseção com os eixos nacionais da 5ª CNPM. As propostas que articulam trabalho decente e políticas de cuidado (como creches e lavanderias comunitárias) se conectam ao eixo “Trabalho e Economia do Cuidado”, pois evidenciam que a autonomia feminina depende da repartição justa das responsabilidades de cuidado.

O enfrentamento amplo à violência e a criação de redes de apoio dialogam diretamente com o eixo “Segurança e Direitos Humanos”, ao insistir numa abordagem integrada de proteção e responsabilização.

As demandas por saúde reprodutiva e serviços de qualidade em todas as fases da vida alinham-se ao eixo “Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos”, refletindo a prioridade do bem-estar feminino.

Paralelamente, a ênfase em participação social, fortalecimento de conselhos e controle popular corresponde ao eixo “Democracia Participativa”, enquanto as ações afirmativas para mulheres negras, imigrantes e outras minorias confirmam a transversalidade do eixo “Igualdade e Diversidade”.

Assim, no Sul observou-se que trabalho, cuidado, saúde, participação política e inclusão são agendas indissociáveis, reforçando a visão de que os eixos temáticos nacionais atuam de modo integrado nas propostas e problemas regionais.







PARTE V - OS 15 EIXOS TEMÁTICOS

CAPÍTULO 11

Eixos Temáticos, Espaços de Diálogos e Propostas

Foto: Thiago Lustosa



Os eixos temáticos da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foram reflexos das grandes prioridades que orientaram os debates e a construção coletiva de propostas durante o processo conferencial no Brasil ao longo de 2025. Efetivamente, os eixos categorias temáticas foram definidos a partir do amplo conjunto de deliberações e propostas que chegaram das conferências livres, das conferências municipais e das conferências estaduais de políticas para as mulheres realizadas em todo o país. Isto significa que as categorias temáticas apresentadas não foram escolhidas de forma abstrata ou apenas normativa: elas resultaram diretamente da escuta qualificada e da sistematização das





prioridades indicadas pelas mulheres brasileiras em seus territórios e contextos, abarcando a pluralidade dos desafios vividos e fornecendo as bases para o avanço das políticas públicas voltadas às mulheres.

Deste modo, cada eixo temático traduz um agrupamento político-programático que representa a base de referência para o debate nacional, para a pactuação federativa e para o planejamento subsequente das políticas para as mulheres. Os eixos temáticos da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foram os seguintes:

1. Trabalho, Emprego e Autonomia Econômica das Mulheres
2. Políticas do Cuidado e a Autonomia das Mulheres
3. Empreendedorismo e Economia Solidária
4. Educação para Igualdade e Cidadania
5. Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
6. Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres
7. Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão
8. Desenvolvimento Sustentável com Justiça Socioambiental e Econômica
9. Direito à Terra, à Moradia Digna e à Cidade
10. Cultura, Esporte e Comunicação com Igualdade de Gênero
11. Enfrentamento do Racismo, Sexismo, Lesbofobia, Transfobia e Outros Marcadores de Desigualdade
12. Igualdade para Jovens, Idosas e Mulheres com Deficiência
13. Outras Políticas Públicas para Mulheres
14. Institucionalização dos Organismos de Políticas para Mulheres
15. Sistema de Participação, Controle Social e Avaliação das Políticas para Mulheres





Esse universo temático foi debatido em todos os espaços da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as mulheres, mas, sobretudo e de maneira específica, nos espaços de diálogos, que representaram espaços onde foi possível oportunizar a participação democrática e plural das mulheres brasileiras no debate sobre todos os temas e subtemas alcançados por estes eixos temáticos. Os espaços de diálogos se configuraram, assim, em ambientes físicos e simbólicos para que mulheres de diferentes regiões, contextos e identidades pudessem se reunir, debater e formular coletivamente propostas em torno de temas centrais.

A importância desses espaços está na inclusão ampla e na valorização das vozes diversas, especialmente daquelas historicamente marginalizadas, como mulheres negras, indígenas, quilombolas, LBT+, jovens e com deficiência. Além disso, os espaços de diálogos foram fundamentais para a construção de uma agenda nacional para as mulheres, servindo de referência estratégica para orientar as políticas públicas voltadas à igualdade de gênero no Brasil. O processo realizado em tais espaços pode garantir que as proposições fossem resultado de um consenso construído democraticamente, refletindo agendas reais e contemporâneas, o que fortalece o protagonismo das mulheres e aproxima o Estado da sociedade.

Assim, os espaços de diálogos não apenas estruturaram os debates temáticos como representaram a base para a legitimação política da conferência, promovendo uma agenda participativa e transformadora que visa consolidar direitos, promover justiça social e assegurar avanços em políticas públicas de gênero. Dessa maneira, eles simbolizaram a força coletiva na construção de um Brasil mais justo e igualitário para todas as mulheres.

Todos os 15 eixos temáticos da Conferência Nacional de Políticas para Mulheres foram contemplados em 20 Grupos de Trabalho. Alguns dos temas foram subdivididos de maneira a favorecer o debate. Segue abaixo detalhamento de cada um dos eixos temáticos da 5ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, com o indicativo contextual, as propostas e hierarquização de propostas.

Eixo Temático 1: Trabalho, Emprego e Autonomia Econômica

O Eixo 1 da 5ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres oportunizou debate central sobre o trabalho, emprego e autonomia econômica das mulheres, destacando a necessidade





de políticas públicas intersetoriais capazes de garantir direitos, oportunidades e proteção social para mulheres em situação de vulnerabilidade. As propostas indicaram a urgência em consolidar políticas integradas que promovam educação, qualificação profissional, empreendedorismo e inclusão digital, incentivando a igualdade salarial, melhores condições de trabalho, acesso a creches e apoio ao cuidado, ao mesmo tempo em que combate a violência e prioriza a diversidade de raça, gênero e território.

A relevância e o propósito desse tema residem no enfrentamento das desigualdades estruturais que impactam a autonomia financeira e o acesso ao trabalho digno, especialmente para mulheres negras, indígenas, trans, migrantes, com deficiência e de regiões periféricas. As propostas avançam na defesa da equidade salarial, na criação de mecanismos de fiscalização e denúncia, no fortalecimento da proteção previdenciária, e na implementação de programas de capacitação inovadores – inclusive tecnológicos – além do incentivo à inclusão laboral de grupos mais vulneráveis e do reconhecimento do cuidado como trabalho social. A importância deste debate não reside apenas corrigir desigualdades históricas, mas fortalecer a justiça social e a participação feminina em todos os setores econômicos, articulando políticas públicas inovadoras, inclusivas e baseadas na valorização da diversidade

Propostas discutidas no Eixo Temático 1:

1. Consolidar políticas integradas para autonomia econômica e proteção das mulheres.

Promover políticas públicas intersetoriais que garantam autonomia econômica e proteção para mulheres em vulnerabilidade, com foco em educação, qualificação profissional, empreendedorismo e inclusão digital. Incentivar a igualdade salarial e oportunidades, apoio ao cuidado, e combate à violência, priorizando diversidade de raça, gênero e território.

2. Reduzir a jornada de trabalho e promover equidade de gênero

Extinguir a escala 6x1, reduzindo a jornada semanal para 36 horas sem redução salarial, garantindo dois dias de descanso. Promover igualdade salarial e condições dignas para todas as mulheres, com foco em mulheres negras, indígenas e trans. Implementar políticas de apoio ao cuidado familiar e incentivos fiscais, visando melhorar a qualidade de vida e a autonomia financeira das mulheres.





3. Criar programa integrado de autonomia econômica para mulheres

Desenvolver um programa nacional que promova a autonomia econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade, incluindo vítimas de violência, imigrantes, refugiadas e em situação de rua. Oferecer capacitação profissional, apoio psicológico, assistência financeira emergencial e incentivos ao empreendedorismo, garantindo acesso a direitos e inclusão produtiva, respeitando diversidade, promovendo a equidade de gênero em todas as suas dimensões e a justiça social.

4. Garantir igualdade salarial e transparência no mercado de trabalho

Assegurar a efetivação da Lei 14.611/2023 com fiscalização rigorosa, penalidades para discriminação salarial e obrigatoriedade de relatórios de transparência salarial, incluindo todas as formas de remuneração. Promover a participação de sindicatos e sociedade civil no monitoramento, com foco em equidade para mulheres de todas as raças e origens, e criar mecanismos de denúncia e combate ao assédio. Oferecer incentivos fiscais para empresas que adotem cotas de gênero e raça, e promovam trabalho remoto e flexível.

5. Desenvolver políticas integradas para autonomia e inclusão de mulheres

Criar políticas públicas que integrem educação, capacitação profissional e apoio financeiro para mulheres, priorizando aquelas em situação de vulnerabilidade. Promover acesso a creches, jornadas de trabalho flexíveis e combate à violência. Incentivar economia solidária e agroecologia, garantindo igualdade de oportunidades e participação ativa das mulheres em todos os setores econômicos.

6. Criar programa integrado de qualificação e empregabilidade para mulheres

Desenvolver um programa nacional de qualificação e empregabilidade voltado a mulheres em situação de vulnerabilidade, incluindo idosas, jovens, mulheres com deficiência, travestis e pessoas trans. O programa oferecerá formação em áreas STEM, certificação de saberes, incentivo à economia criativa e garantia de acesso a creches, fortalecendo a autonomia econômica e a igualdade de gênero. Será priorizada a inclusão de mulheres negras, trans, com deficiência e acima de 50 anos em setores estratégicos, como tecnologia e construção civil





7. Estabelecer licença parental igualitária e abrangente

Garantir licença-maternidade de 180 dias e licença-paternidade igualitária, incluindo casais homoafetivos e adotantes, com acesso para trabalhadoras informais. Promover estabilidade no emprego por 12 meses pós-licença e retorno gradual ao trabalho. Ratificar a Convenção 183 da OIT e assegurar condições de trabalho adaptadas para mães de crianças com deficiência.

8. Implementar programa integrado de geração de renda para mulheres

Criar um programa que integre geração de renda, segurança alimentar e capacitação profissional para mulheres, com foco em cozinhas solidárias e reciclagem. Estabelecer parcerias com ONGs, empresas e instituições de ensino para oferecer formação, emprego e apoio psicológico, priorizando catadoras e mulheres em situação de vulnerabilidade, promovendo autonomia e igualdade de gênero.

9. Consolidar direitos trabalhistas e previdenciários para mulheres em situação de vulnerabilidade

Criar políticas integradas para reconhecer e proteger trabalhadoras informais e da cultura popular, garantindo acesso à seguridade social e direitos trabalhistas. Revogar reformas que precarizam o trabalho, promover igualdade salarial e capacitação. Implementar programas de previdência simplificados e campanhas de conscientização, priorizando mulheres negras e periféricas.

10. Promover inclusão e proteção laboral para mães atípicas e cuidadoras

Estabelecer políticas de inclusão laboral para mães atípicas e cuidadoras, com cotas em empresas e instituições públicas. Garantir flexibilidade de jornada, trabalho remoto e estabilidade no emprego. Expandir creches públicas e oferecer incentivos fiscais a empresas que criem ambientes inclusivos. Assegurar que o BPC não seja afetado por rendas de até um salário mínimo.

11. Desenvolver centros de formação e capacitação para mulheres

Estabelecer centros de formação profissional, presenciais e digitais, que ofereçam cursos gratuitos e oficinas voltadas à autonomia financeira e à inclusão produtiva das mulheres. As





atividades deverão priorizar áreas tecnológicas e sustentáveis, garantindo acessibilidade a mulheres de regiões remotas e disponibilizando suporte para o cuidado infantil durante as aulas, de modo a promover igualdade de oportunidades e valorização da diversidade. Os Centros oferecerão mentorias, acesso a editais específicos para mulheres, cursos técnicos, formação em políticas públicas e saberes tradicionais como a medicina popular, sempre com foco em sustentabilidade e inclusão social.

12. Ratificar e implementar convenções da OIT para igualdade de gênero no trabalho.

Ratificar e aplicar as convenções da OIT C100, C111, C156, C189 e C190 para promover igualdade de gênero no trabalho, combater discriminação e prevenir violência e assédio. Garantir a execução da Lei de Equidade Salarial e reconhecer o cuidado como trabalho com direitos previdenciários, assegurando condições dignas para todas as trabalhadoras, incluindo as rurais e domésticas.

13. Consolidar políticas de valorização para trabalhadoras em setores essenciais.

Unificar políticas de valorização para trabalhadoras da educação, saúde, assistência social e trabalho doméstico, assegurando piso salarial digno, condições de trabalho adequadas, formação continuada e direitos trabalhistas. Implementar centros de apoio, incentivos fiscais e garantir representação sindical, promovendo igualdade e justiça social em todas as esferas.

14. Criar política de geração de trabalho e renda para mulheres

Desenvolver uma política de geração de trabalho e renda que promova igualdade, combata racismo e valorize o salário mínimo. Focar na redução da informalidade e desigualdade salarial, apoiando a organização produtiva das mulheres em áreas urbanas e rurais. Garantir recursos para infraestrutura e suporte, promovendo autonomia econômica e rompendo o ciclo de violência.

15. Estabelecer incentivos para a contratação inclusiva de mulheres

Criar incentivos fiscais e linhas de crédito para empresas que contratem mulheres em setores masculinos, cargos de liderança e a partir de 40 anos, incluindo negras, com deficiência, mães solo, LBT e de comunidades tradicionais. Oferecer cursos e habilitações para aumentar a qualificação, promovendo diversidade e igualdade no mercado de trabalho.

16. Reconhecer direitos das mulheres na pesca artesanal





Aprovar lei que formalize o trabalho das mulheres na pesca artesanal, abrangendo pré-captura, captura e pós-captura. Garantir previdência, seguridade e direitos trabalhistas, além de políticas específicas, crédito facilitado e apoio à organização coletiva. Promover autonomia econômica e protagonismo social, respeitando diversidade de raça, classe, gênero e território.

17. Criar selo "Empresa Amiga das Mulheres" com incentivos fiscais

Instituir o selo "Empresa Amiga das Mulheres" para reconhecer e incentivar empresas que promovem equidade de gênero e valorização feminina no trabalho. O poder público oferecerá incentivos fiscais às empresas certificadas, promovendo diversidade e inclusão em diferentes setores e territórios, com atenção a raça, classe e gênero.

18. Garantir direitos e qualificação para trabalhadoras domésticas

Assegurar todos os direitos trabalhistas, sociais e sindicais às trabalhadoras domésticas, promovendo equidade e dignidade no trabalho. Oferecer cursos de qualificação profissional para aprimorar habilidades e ampliar oportunidades, considerando a diversidade de raça, classe e território, fortalecendo a inclusão e o desenvolvimento socioeconômico dessas profissionais.

19. Realizar oficinas de Direito Trabalhista para jovens mulheres

Promover oficinas de Direito Trabalhista em escolas, universidades e comunidades ribeirinhas, garantindo que jovens mulheres tenham acesso à informação, capacitação e conscientização sobre seus direitos. A iniciativa busca empoderar mulheres de diferentes contextos sociais e geográficos, promovendo igualdade de oportunidades e fortalecendo sua inserção no mercado de trabalho.

20. Implementar isenção e ajuste progressivo do Imposto de Renda

Propor isenção do Imposto de Renda para indivíduos com salários de até 5 mil reais, aliviando a carga tributária sobre a classe trabalhadora. Paralelamente, ajustar progressivamente as alíquotas para os super ricos, promovendo justiça fiscal. A medida visa reduzir desigualdades econômicas e fomentar a equidade social, beneficiando especialmente mulheres e grupos marginalizados.





Eixo Temático 2: Políticas do Cuidado e Autonomia das Mulheres

As Políticas do Cuidado e a Autonomia das Mulheres, tema debatido no Eixo 2 na 5ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, centrou-se na construção de políticas públicas que reconheçam e redistribuam o trabalho de cuidado, promovendo a autonomia econômica e social das mulheres em contextos de vulnerabilidade. Seu propósito principal foi debater a necessária expansão e diversificação da infraestrutura de creches públicas e comunitárias, com horários flexíveis e inclusivos, implementar uma Política Nacional de Cuidados intersetorial, e oferecer suporte integral a cuidadoras familiares, incluindo benefícios previdenciários, formação contínua e apoio psicossocial, visando aliviar a sobrecarga doméstica e facilitar o acesso ao trabalho e à educação.

A relevância deste debate residiu no enfrentamento das desigualdades de gênero enraizadas na divisão sexual do trabalho, que afeta especialmente mães solo, negras, indígenas, trans, rurais e em periferias, fortalecendo a equidade por meio de ações como redução de jornada laboral, criação de centros de convivência para idosos e dependentes, e integração de serviços como lavanderias e restaurantes comunitários. Nesse contexto, as propostas apontavam para a urgência em universalizar o acesso a cuidados ao longo da vida, com ênfase na diversidade e na participação social, alinhando-se à reconstrução democrática de políticas para as mulheres no Brasil.

Propostas discutidas no Eixo Temático 2

1. Expandir e adaptar infraestrutura de cuidado infantil e apoio a mães estudantes

Ampliar e diversificar a oferta de creches públicas, comunitárias e salas de acolhimento em instituições de ensino e comunidades, com horários flexíveis, inclusive noturnos, para atender mães trabalhadoras e estudantes, priorizando periferias, áreas rurais e quilombolas. Garantir vagas para mães solo e trabalhadoras informais, com infraestrutura inclusiva e formação contínua para profissionais, promovendo a autonomia das mulheres e o desenvolvimento integral das crianças. Priorizar mulheres em situação de vulnerabilidade,





assegurando acesso à educação e ao trabalho, além de implementar rotas cuidadoras e serviços de apoio a mães e crianças, com respeito à diversidade e à inclusão.

2. Implementar a Política Nacional de Cuidados

Desenvolver a Política Nacional de Cuidados com participação social e do movimento feminista, garantindo recursos para planos em todos os níveis. A política será universal, integral e intersetorial, integrando saúde, educação e trabalho, valorizando o cuidado como trabalho essencial e promovendo justiça social e igualdade de gênero. Incluir creches públicas e comunitárias, centros de convivência para idosos, lavanderias e restaurantes comunitários, com funcionamento estendido, suporte financeiro, psicológico e social a cuidadores, reconhecendo o trabalho de cuidado familiar como contribuição previdenciária.

3. Instituir política nacional de apoio a cuidadoras familiares

Criar uma política nacional que reconheça e valorize cuidadoras familiares, garantindo benefícios financeiros acumuláveis, acesso à formação continuada e suporte psicossocial. A política deve incluir aposentadoria especial, contagem do tempo de cuidado para previdência e residências terapêuticas para continuidade do cuidado após falecimento das cuidadoras.

4. Implementar políticas integradas de cuidado e apoio às mulheres trabalhadoras

Criar políticas públicas que garantam creches e cuidotecas 24h, lavanderias e cozinhas comunitárias, assegurando apoio contínuo a mulheres trabalhadoras e estudantes, especialmente mães solo, negras, LBTs, jovens e com deficiência. Promover divisão justa do trabalho de cuidado entre gêneros e Estado, com campanhas de conscientização, suporte financeiro e valorização dos cuidadores. Integrar esses serviços a programas habitacionais, garantindo segurança, autonomia, atendimento humanizado e inclusão social, reduzindo a sobrecarga do trabalho doméstico e fortalecendo o desenvolvimento integral de mulheres e crianças em áreas urbanas e rurais.

5. Consolidar políticas integradas de apoio a mulheres cuidadoras

Desenvolver políticas públicas intersetoriais de apoio a mulheres cuidadoras, priorizando mães atípicas e em situação de vulnerabilidade. As ações incluem acesso à saúde física e mental, grupos terapêuticos, oficinas de autocuidado, creches inclusivas, flexibilização de jornadas e incentivo ao empreendedorismo. Implementar políticas de aposentadoria,





microcrédito, capacitação profissional e espaços de convivência, articuladas entre ministérios e governos locais, com diagnóstico participativo e expansão gradual. Priorizar mulheres negras, idosas, rurais e em vulnerabilidade, promovendo autonomia, fortalecimento emocional e participação cidadã.

6. Criar centros de apoio integral para mães atípicas e vulneráveis

Estabelecer centros de apoio integral para mães atípicas e em vulnerabilidade, oferecendo suporte psicológico, jurídico e profissionalizante. Esses centros devem incluir creches adaptadas e espaços de autocuidado, com atividades como yoga e terapias integrativas. Garantir cuidado temporário para filhos, promovendo a inserção no mercado de trabalho e o bem-estar das mães.

7. Garantir direitos trabalhistas para acompanhamento de dependentes em saúde

Estabelecer políticas públicas que assegurem a trabalhadoras o direito de acompanhar filhos e dependentes em consultas, exames e internações, sem prejuízo salarial ou de carreira. Incluir licença remunerada de até 14 dias para acompanhamento de crianças em tratamento, além de abono de faltas para cuidadoras, promovendo suporte integral e estabilidade para mulheres em todas as redes de ensino e.

8. Expandir creches, centros de cuidado infantil e escola em tempo integral

Ampliar e construir creches e centros de cuidado infantil em tempo integral, gratuitos e acessíveis, para crianças a partir de 6 meses. Focar em áreas vulneráveis visando apoiar mães trabalhadoras, especialmente às solo, e facilitar sua inserção e permanência no mercado de trabalho, promovendo equidade de gênero e autonomia feminina.

9. Reduzir jornada de trabalho e incluir cláusulas de cuidado em acordos coletivos

Promover a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, especialmente para mulheres com responsabilidades de cuidado, e ampliar cláusulas sobre licenças e acesso à creche em negociações coletivas. Isso reconhece o cuidado como trabalho essencial, enfrentando a divisão sexual do trabalho e promovendo equidade de gênero e justiça social.

10. Desenvolver Plano Nacional de Cuidados Comunitários

Criar um Plano Nacional de Cuidados que contemple a criação de lavanderias e restaurantes comunitários, centros-dia e cooperativas de cuidadores. Fortalecer redes comunitárias e





mapear iniciativas de economia solidária. Assegurar participação social e recursos orçamentários em todas as esferas governamentais, promovendo a partilha de responsabilidades e apoio a mulheres em vulnerabilidade.

11. Criar Centros de Cuidado e Convivência para Idosos e Mulheres Vulneráveis

Estabelecer Centros de Cuidado e Convivência em todo o país, oferecendo acolhimento diurno para idosos, pessoas com deficiência e mulheres vulneráveis. Esses centros proporcionarão convivência, lazer e cuidados especializados, aliviando a carga dos cuidadores e promovendo autonomia e inclusão social, respeitando diversidade de gênero, raça e etnia.

12. Ampliar creches e escolas em tempo integral

Expandir e garantir creches e escolas em tempo integral para crianças até o 5º ano, com horários compatíveis à jornada das mães trabalhadoras. As instituições devem oferecer atividades pedagógicas e multidisciplinares, incluindo cultura e esportes, assegurando cuidado e desenvolvimento. Empresas com mais de 100 funcionários devem cumprir a lei de creches, beneficiando filhos de colaboradores até.

13. Desenvolver política nacional de cuidados e autonomia materna

Estabelecer uma política nacional de cuidados que promova a maternagem como ato político, garantindo suporte a mães, especialmente atípicas, e seus filhos. Priorizar a criação de creches para autonomia materna e direitos infantis. O Ministério das Mulheres deve assegurar recursos para implementação, atendendo à diversidade de raça, classe e território, ampliando o acesso a cuidados essenciais.

14. Estabelecer centros de apoio para mães universitárias

Criar centros de apoio em universidades que ofereçam creches para filhos de estudantes, com funcionamento em todos os turnos de aula. Implementar auxílio-creche, casas para mães universitárias, e garantir dignidade menstrual. Normatizar a aceitação de atestados médicos dos filhos para justificar faltas e trancamentos, promovendo suporte psicológico e combate ao assédio.

15. Destinar apoio a cuidadores em equipamentos de cuidado





Garantir que equipamentos de cuidado ofereçam suporte integral aos cuidadores, reconhecendo sua importância e promovendo seu bem-estar. Isso inclui acesso a recursos, capacitação e apoio emocional, assegurando que possam desempenhar suas funções de maneira saudável e sustentável. A medida visa valorizar o papel dos cuidadores e melhorar a qualidade do cuidado oferecido às pessoas assistidas.

16. Garantir acesso universal a serviços públicos de cuidado

Assegurar acesso universal e de qualidade à saúde, educação e serviços de cuidado ao longo da vida. Implementar escolas e creches em tempo integral, inclusive aos fins de semana e feriados, e criar espaços de cuidado para idosos e pessoas com deficiência. Estabelecer lavanderias, cozinhas solidárias e restaurantes públicos, sob uma Política Nacional de Cuidados inclusiva e abrangente.

Eixo Temático 3: Mulheres, Empreendedorismo e Economia Solidária

O tema em debate no Eixo 3 destacou o fortalecimento do empreendedorismo feminino e da economia solidária como estratégias essenciais para a promoção da autonomia econômica das mulheres, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade e pertencentes a grupos historicamente marginalizados. O propósito central foi ampliar o debate do acesso ao crédito facilitado, capacitação técnica, incentivos fiscais e infraestrutura de apoio, priorizando mulheres negras, indígenas, LBT+, com deficiência, rurais e periféricas. Propôs-se a criação de fundos nacionais, centros de assistência técnica, plataformas digitais e redes de apoio, incentivando cooperativas, economia solidária, inovação e parcerias público-privadas.

A relevância do tema reside no enfrentamento direto das desigualdades de gênero, promovendo igualdade salarial, desenvolvimento sustentável, acesso a mercados, participação decisória e inclusão social em diferentes territórios. Destacaram-se ainda o debate sobre ações voltadas à proteção social, desburocratização de editais, estímulo ao cooperativismo, inclusão digital e fortalecimento do protagonismo de mulheres em comunidades tradicionais, urbanas e rurais. O contexto das discussões refletiu a necessidade





de políticas públicas articuladas que garantam justiça econômica, integração de saberes ancestrais, sustentabilidade ambiental e valorização plena da diversidade de raça, classe e gênero, consolidando a economia solidária como ferramenta de desenvolvimento e cidadania.

Propostas discutidas no Eixo Temático 3

1. Promover a autonomia econômica feminina com inclusão e equidade

Fortalecer o empreendedorismo feminino por meio de crédito facilitado, capacitação técnica e incentivos fiscais, priorizando mulheres negras, indígenas, LBT, com deficiência, em vulnerabilidade e de áreas rurais e periféricas. Criar fundo nacional e centros de apoio para assistência técnica, acesso a mercados e participação em conselhos decisórios. Incentivar cooperativas, economia solidária e sustentável, com parcerias público-privadas, promovendo independência financeira, igualdade salarial e redução das desigualdades de gênero.

2. Implementar programa nacional de apoio ao empreendedorismo feminino

Criar programa abrangente de apoio ao empreendedorismo feminino, oferecendo linha de crédito com juros reduzidos e menos burocracia para mulheres empreendedoras, incluindo negras, indígenas, quilombolas, mães solo e de baixa renda. Priorizar o empoderamento financeiro por meio de capacitação técnica, mentorias, acesso a microcrédito, tecnologias e redes de apoio, promovendo igualdade de oportunidades, autonomia econômica e desenvolvimento sustentável em áreas urbanas e rurais.

3. Criar uma Plataforma de Capacitação e Comercialização para os projetos das mulheres

Desenvolver plataforma digital para capacitação, rede de apoio e comercialização voltada a mulheres em vulnerabilidade social, considerando diversidade e interseccionalidade. A iniciativa incluirá mapeamento, certificação, mentorias, parcerias com empresas e selo de valorização, garantindo suporte em gestão, finanças e inovação, fortalecendo desenvolvimento pessoal, profissional e sustentável.





4. Promover políticas integradas para o empoderamento econômico de mulheres rurais e tradicionais

Fomentar a autonomia econômica e cultural de mulheres rurais e de comunidades tradicionais, incluindo indígenas, ribeirinhas e de terreiros, por meio de linhas de crédito facilitadas, editais específicos, capacitação técnica e apoio à comercialização. Estimular a economia criativa e solidária, turismo comunitário, agroindústrias familiares, hortas comunitárias e práticas sustentáveis, valorizando saberes ancestrais e preservação ambiental. Garantir infraestrutura, acesso a mercados e participação em feiras, assegurando renda justa, desenvolvimento local e fortalecimento da autonomia feminina.

5. Desenvolver redes de economia solidária para mulheres

Criar e fortalecer redes de economia solidária para mulheres em todas as regiões, priorizando aquelas em situação de vulnerabilidade, incluindo encarceradas e catadoras. Oferecer apoio jurídico, financeiro e técnico, acesso a crédito, capacitação e participação em compras públicas. Promover oficinas de artesanato, quintais produtivos e bijoias, integrando cooperativas e associações, garantindo estruturas de comercialização, autogestão, inclusão social, sustentabilidade e igualdade de oportunidades. Desenvolver programas de formação e comunicação para educar a sociedade sobre economia solidária com enfoque de gênero, assegurando recursos para qualificação das mulheres e sua participação equitativa em lideranças e políticas, respeitando diversidade de raça, classe e território.

6. Criar centros de desenvolvimento e empreendedorismo feminino inclusivos

Estabelecer centros comunitários que integrem formação e capacitação para mulheres de todas as idades e origens, com foco em empreendedorismo e inserção no mercado de trabalho. Esses espaços oferecerão suporte técnico, creche compartilhada, e parcerias com universidades e ONGs, promovendo inclusão social e econômica, especialmente para mulheres negras, com deficiência e do campo.

7. Fortalecer o empreendedorismo feminino com proteção social

Revisar políticas para que mulheres empreendedoras, especialmente beneficiárias do Bolsa Família e mães atípicas, tenham carência de até um ano antes do desligamento do programa. Promover campanhas sobre benefícios do INSS, reduzir contribuições para autônomas e incentivar cooperativas com formação técnica e acesso a maquinário, garantindo estabilidade e recursos para empreender.





8. Criar cooperativas femininas para produção e comercialização local

Estabelecer cooperativas femininas que integrem agricultoras, pescadoras e artesãs, promovendo a produção e comercialização local de produtos agrícolas, pesqueiros e menstruais sustentáveis. As cooperativas terão acesso a crédito com juros baixos e participarão de licitações públicas, garantindo preço justo e fortalecendo a economia local com diversidade e inclusão.

9. Promover inclusão digital e empreendedorismo para mulheres

Facilitar o acesso à tecnologia e capacitação digital para mulheres do campo e de terreiros, oferecendo internet, plataformas de vendas online e linhas de crédito. Criar uma plataforma nacional de vendas coletivas para fortalecer o empreendedorismo feminino, promovendo autonomia econômica e inclusão digital, respeitando a diversidade de raça, classe, gênero e território.

10. Ampliar editais de economia solidária para mulheres assentadas

Expandir e desburocratizar editais focados em economia solidária para mulheres assentadas, promovendo geração de renda por meio do financiamento de projetos de energia solar, insumos e modernização. Garantir assistência técnica gratuita, considerando diversidade de raça, classe e território, para fortalecer a autonomia econômica e social dessas mulheres.

11. Elevar a economia solidária a política de Estado

Garantir financiamento permanente e instituir programa de compras públicas solidárias para produtos e serviços do setor. Oferecer infraestrutura adequada e capacitação contínua, assegurando ampla presença territorial, com atenção especial a áreas urbanas e periféricas. Consolidar a economia solidária como política de Estado, promovendo inclusão social, geração de renda e desenvolvimento sustentável.

12. Ampliar projeto de economia solidária para mulheres do campo

Expandir o projeto de economia solidária para mulheres rurais, promovendo a fabricação de bolos, queijos e artesanatos. A iniciativa visa fortalecer a autonomia econômica feminina, respeitando a diversidade cultural e territorial, e incentivando práticas sustentáveis. O projeto inclui capacitação técnica e acesso a mercados, beneficiando comunidades locais e fomentando a inclusão social.





13. Fortalecer a autonomia financeira de mulheres negras na economia solidária

Promover a autonomia financeira de mulheres negras através da economia solidária, publicando editais de fomento para empreendimentos populares solidários. Esses editais serão acessíveis a iniciativas sem CNPJ, ampliando o alcance e a inclusão de grupos marginalizados, fortalecendo suas lutas e promovendo justiça econômica e social.

14. Garantir acesso gratuito a feiras para mulheres

Promover políticas públicas que assegurem a participação inclusiva de mulheres em feiras, reservando um percentual de espaços gratuitos. Essa medida visa eliminar barreiras econômicas, garantindo diversidade e representatividade, e fortalecendo a presença feminina em eventos comerciais e culturais, respeitando diferenças de raça, classe e território.

Eixo Temático 4: Educação para Igualdade e Cidadania

O Eixo 4, “Educação para Igualdade e Cidadania”, teve como contexto o compromisso com a construção de uma educação inclusiva, democrática e promotora de direitos, fundamental para o enfrentamento das desigualdades de gênero, raça e classe. A relevância desse eixo foi poder pensar e propor políticas que reformulem currículos escolares para incorporar temas de gênero, diversidade e direitos humanos, fortaleçam a presença de psicólogos e assistentes sociais nas instituições de ensino e promovam ambientes seguros, acolhedores e equitativos para todas as pessoas.

Entre os principais pontos, destacaram-se a ampliação do acesso e da permanência de mulheres, meninas, populações diversas e pessoas em situação de vulnerabilidade na educação básica, profissional e superior, por meio de cotas, bolsas, creches, transporte, alimentação e apoio psicossocial. O eixo também focou no estímulo à liderança feminina em ciência e tecnologia, no cumprimento das legislações que asseguram ensino antirracista e na implantação de programas de educação inclusiva e acessível. Buscou-se ainda fortalecer a formação continuada de educadores, valorizar as profissionais da educação e promover projetos de leitura, inclusão digital para idosos, bibliotecas comunitárias e educação quilombola. O objetivo específico é consolidar políticas públicas educacionais que





asseguem igualdade de oportunidades, respeito à diversidade, participação social e o pleno exercício da cidadania para mulheres e meninas em todos os territórios do país.

Propostas discutidas no Eixo Temático 4

1. Implementar educação inclusiva e antissexista nas escolas

Reformular currículos escolares para incluir educação em gênero, diversidade, direitos humanos e prevenção à violência, promovendo liderança feminina e participação cidadã desde a base. Implementar formação continuada de educadores, produzir materiais didáticos inclusivos e articular ações entre educação, saúde e assistência social. Fortalecer a presença de psicólogos e assistentes sociais, garantindo apoio psicossocial, combate à evasão escolar e criação de ambientes seguros, respeitosos e inclusivos, valorizando a pluralidade e promovendo autonomia, representatividade e equidade para todos.

2. Expandir acesso e permanência na educação para mulheres e comunidades diversas

Ampliar o acesso à educação integral e profissional para mulheres e comunidades rurais, urbanas e indígenas, com infraestrutura adequada, creches, inclusão digital e alimentação nutritiva. Fortalecer a EJA e capacitar docentes para promover igualdade de gênero e diversidade, assegurando a participação das mães e jovens em conselhos e espaços políticos.

3. Garantir educação inclusiva e suporte para mulheres em vulnerabilidade

Promover acesso e permanência educacional para mulheres em situação de vulnerabilidade, com creches, bolsas e apoio psicológico. Oferecer educação profissional e tecnológica, com enfoque em diversidade e inclusão. Criar espaços de apoio em instituições de ensino, priorizando mães, negras, indígenas, quilombolas e vítimas de violência, para reduzir a evasão escolar e fomentar autonomia.

4. Promover inclusão e liderança feminina na ciência e tecnologia

Estabelecer um programa nacional que fomente a inclusão, permanência e liderança de meninas e mulheres na ciência e tecnologia. Oferecer mentoria, bolsas de estudo e editais





específicos, com foco em diversidade e interseccionalidade. Criar redes de apoio, ampliar a visibilidade de modelos femininos e garantir condições adequadas para mães e gestantes, assegurando equidade e reconhecimento na.

5. Garantir educação inclusiva e antirracista

Assegurar o cumprimento das Leis 10.639/03 e 11.645/08, integrando conteúdos sobre culturas afrobrasileira e indígena em todos os níveis de ensino. Promover formação continuada para educadores, com foco em letramento racial e de gênero, e criar mecanismos de fiscalização. Estabelecer centros de acolhimento para vítimas de racismo, garantindo apoio pedagógico e psicológico.

6. Ampliar acesso e permanência de mulheres no ensino superior

Expandir políticas de cotas e bolsas para mulheres em situação de vulnerabilidade, incluindo mães, negras, indígenas, trans e com deficiência, garantindo auxílio-creche, moradia, transporte e horários flexíveis em infraestrutura inclusiva. Priorizar áreas de ciência e tecnologia, ampliando equidade de gênero e diversidade nas universidades públicas e privadas. Ampliar acesso à internet e equipamentos para mulheres e meninas em áreas rurais e periferias, criar polos universitários públicos e gratuitos com infraestrutura adequada em regiões afastadas e oferecer transporte seguro e gratuito, assegurando acesso regular à educação básica e superior, com foco em inclusão, diversidade e democratização do ensino.

7. Criar Programa Nacional de Educação Inclusiva e Acessível

Estabelecer programa nacional de educação inclusiva e acessível, com formação continuada de educadores, suporte multiprofissional e tecnologias assistivas. Integrar saúde e educação, oferecendo apoio psicológico e pedagógico a pessoas com deficiência e em vulnerabilidade. Fomentar educação cidadã, grupos de apoio a vestibulares e concursos, plataformas digitais acessíveis e campanhas comunitárias, promovendo diversidade, soberania digital e inclusão social.

8. Consolidar políticas públicas para equidade de gênero e inclusão social

Desenvolver uma política nacional integrada que promova a equidade de gênero e a inclusão social, priorizando mulheres em situação de vulnerabilidade. Ações incluem formação continuada, apoio financeiro e estrutural para permanência educacional, combate a





violências de gênero, e promoção da diversidade em espaços acadêmicos e comunitários, com parcerias intersetoriais e foco em direitos humanos.

9. Criar núcleos de formação e apoio para mulheres em instituições educacionais

Estabelecer núcleos em instituições educacionais para capacitar mulheres em liderança, direitos e diversidade, promovendo espaços seguros e apoio contra barreiras de gênero. Integrar ações com movimentos sociais e comunidades locais, incentivando a participação feminina em pesquisa, cultura e política, especialmente em áreas periféricas e diversificadas.

10. Integrar temas de gênero, raça e segurança digital nos currículos escolares e jurídicos

Integrar nos currículos escolares e de cursos jurídicos conteúdos sobre gênero, raça, segurança digital e cidadania, abordando violência contra mulheres, impactos sobre mulheres negras e trans, e interseccionalidade. Promover a valorização dos saberes femininos e tradicionais, relacionando-os à cultura e sustentabilidade, e incluir esses temas em concursos públicos e no Exame da OAB.

11. Assegurar educação presencial inclusiva, acessível e respeito à diversidade

Garantir acesso e permanência de jovens e adultos na escola pública em turnos diurno e noturno, com ensino presencial, políticas de acessibilidade e inclusão, e respeito à liberdade de cátedra, considerando a predominância de docentes mulheres. Integrar debates sobre gênero, igualdade e respeito nas práticas pedagógicas, envolvendo comunidade, profissionais da saúde e educadoras. Desenvolver projetos educativos e culturais que promovam a não violência, questionem estereótipos e valorizem vozes femininas diversas.

12. Garantir acesso inclusivo à educação e creches para mulheres

Facilitar o acesso à educação infantil e creches em comunidades diversas, incluindo aldeias, para mulheres, assegurando vagas na educação infantil e EJA noturna próximas às residências. Implementar creches em instituições de ensino superior, atendendo filhos de estudantes, inclusive crianças com deficiência, e atender às necessidades de mulheres trabalhadoras, especialmente em áreas rurais, garantindo educação inclusiva, suporte à permanência nos estudos, horários flexíveis, alimentação e transporte. Além disso, integrar o ensino dos direitos das crianças e das mulheres no currículo escolar, fortalecendo a conscientização desde a infância e garantindo um ambiente inclusivo e seguro para todos.





13. Implementar centros de inclusão e educação digital para idosos

Criar centros-dia que ofereçam cursos de alfabetização digital e financeira para idosos, com foco em mulheres, promovendo inclusão social e autonomia. Oferecer atividades culturais, esportivas e terapias, além de uma "Bolsa Digital" para aquisição de equipamentos. Estimular a participação intergeracional e ampliar o acesso à educação superior para idosos em universidades públicas.

14. Fortalecer bibliotecas e formação de leitores nas escolas públicas

Investir em bibliotecas escolares e comunitárias, aumentando a verba para aquisição regular de livros literários. Oferecer programas de formação de leitores e criar grupos de leitura com a juventude, promovendo a inclusão e diversidade. Criar um cadastro nacional de bibliotecas comunitárias para facilitar o acesso e a troca de experiências entre elas.

15. Fortalecer a educação pública e formação contínua de profissionais

Promover a valorização e formação contínua de profissionais da educação, saúde e assistência social, garantindo liberdade de cátedra e inclusão de assistentes sociais e psicólogos nas escolas. Reforçar a educação pública, laica e gratuita, combatendo a privatização e assegurando atendimento humanizado e inclusivo, com foco em diversidade e direitos das mulheres.

16. Assegurar ampliação do Fundeb para valorização das professoras

Garantir a continuidade e ampliação dos recursos do Fundeb para melhorar a educação continuada, assegurando salários justos e condições de trabalho adequadas para as professoras. Valorizar a importância das mulheres na educação, promovendo equidade de gênero e reconhecendo a diversidade de raça, classe e território no ambiente escolar.

17. Expandir formação técnica e acadêmica inclusiva em T.I.

Ampliar vagas em cursos técnicos, de graduação e pós-graduação em Tecnologia da Informação, com cotas para mulheres, especialmente negras, LBT+, pessoas com deficiência, refugiadas e indígenas. Promover programas de formação técnica e digital para mulheres na educação, garantindo igualdade de gênero e direito a afastamento para estudos avançados.





18. Fortalecer a educação quilombola e combater o racismo

Promover a educação quilombola nas redes de ensino, valorizando saberes tradicionais e combatendo o racismo ambiental. Integrar diretrizes curriculares que incluam história afro-brasileira e mestres quilombolas como educadores. Assegurar estrutura adequada e vagas específicas para educadores quilombolas, garantindo materiais didáticos contextualizados e apoio a turmas multisseriadas.

19. Promover rodas de conversa e formação de multiplicadores

Realizar rodas de conversa qualificadas para mulheres, abordando temas como empoderamento, igualdade de gênero e direitos. Paralelamente, formar multiplicadoras para disseminar conhecimentos adquiridos em suas comunidades, garantindo diversidade de perspectivas. Essa abordagem fortalece redes de apoio e fomenta a transformação social de forma inclusiva e participativa.

Eixo Temático 5: Saúde Integral, Direitos Sexuais e Reprodutivos

O Eixo 5 versou sobre a promoção da saúde integral das mulheres como um direito humano, articulando dimensões físicas, mentais, sociais e ambientais, com ênfase na universalidade, integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde. O contexto geral das propostas abrangeu o fortalecimento do cuidado qualificado em todas as fases da vida, priorizando saúde sexual e reprodutiva, prevenção de agravos e redução da mortalidade materna, neonatal e por causas evitáveis, além do enfrentamento das desigualdades de raça, território e classe que afetam especialmente mulheres negras, indígenas, quilombolas, rurais, ribeirinhas, LBT e com deficiência.

Entre os principais pontos, destacaram-se a instituição de uma Política Nacional de Saúde Integral para Mulheres, a ampliação e qualificação dos serviços, o acesso universal a exames, planejamento familiar, práticas integrativas e suporte multiprofissional, o enfrentamento à violência obstétrica e ao racismo médico, e a garantia do aborto legal e humanizado. Também são propostas ações específicas para comunidades tradicionais, programas para menopausa e dignidade menstrual, fortalecimento da saúde mental com centros integrados





e equipes multidisciplinares, além do investimento em educação sexual, prevenção e integração de saberes ancestrais. A relevância do eixo está na busca pela equidade, autonomia, dignidade e justiça social, consolidando o compromisso com o acesso universal, humanizado e inclusivo à saúde das mulheres.

Propostas discutidas no Eixo Temático 5

1. Instituir Política Nacional de Saúde Integral para Mulheres

Criar uma política nacional que assegure saúde física, mental e reprodutiva das mulheres, fortalecendo o SUS com serviços especializados e intersetoriais. Instituir centros de atendimento integral e humanizado, priorizando grupos vulneráveis, com foco em equidade, dignidade e enfrentamento à violência de gênero.

2. Assegurar acesso e qualidade do Cuidado

Garantir acesso a exames, planejamento familiar, protocolos de diagnóstico, práticas integrativas, inovação tecnológica, apoio psicológico e suporte multiprofissional. Incluir atenção específica à saúde mental, doenças crônicas, envelhecimento e às desigualdades de raça, gênero e território.

3. Garantir estrutura e funcionamento dos serviços

Ampliar o horário de funcionamento das Unidades de Saúde da Mulher, incluindo atendimento noturno e aos fins de semana, com foco em saúde mental e ginecológica. Garantir equipes multiprofissionais, preferencialmente compostas por mulheres, além de transporte gratuito para mulheres do campo.

4. Implementar política nacional de saúde integral e humanizada para mulheres e pessoas que gestam

Estabelecer uma política nacional de saúde integral e humanizada para mulheres e pessoas que gestam, garantindo atendimento multiprofissional, respeito aos direitos reprodutivos e sexuais, combate à violência obstétrica e inclusão de doulas e parteiras. A política deve





assegurar suporte emocional, jurídico e social, com foco na diversidade e especificidades culturais, promovendo autonomia e.

5. Garantir acesso universal e humanizado ao aborto legal

Assegurar o acesso universal e humanizado ao aborto legal no SUS, descriminalizando o procedimento e ampliando serviços em todas as regiões. Implementar protocolos alinhados à OMS, integrar telessaúde, e proibir objeção de consciência institucional. Capacitar profissionais de saúde, educação e assistência social, promovendo campanhas informativas e garantindo suporte multidisciplinar e intersetorial, assegurando acolhimento, sigilo e dignidade às mulheres em todas as etapas do atendimento.

6. Implementar programa de saúde integral e humanizado para mulheres diversas

Criar um programa nacional de saúde integral para mulheres, garantindo acesso universal e humanizado em áreas urbanas, rurais e periféricas. Focar em saúde reprodutiva, mental e bem-estar, respeitando a diversidade cultural e social. Incluir equipes multidisciplinares, práticas integrativas e suporte contínuo, priorizando mulheres em situação de vulnerabilidade e respeitando saberes tradicionais.

7. Criar Centros Integrados de Apoio à Saúde Mental das Mulheres

Estabelecer Centros Integrados de Apoio à Saúde Mental para mulheres, oferecendo serviços psicológicos, jurídicos e sociais gratuitos e acessíveis. Esses centros promoverão rodas de conversa, oficinas de autocuidado, apoio a vítimas de violência e espaços de escuta segura, com atendimento humanizado e inclusivo, respeitando a diversidade e as necessidades específicas de cada mulher.

8. Implementar Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos

Criar uma política nacional que garanta acesso universal e humanizado a serviços de saúde reprodutiva, incluindo contracepção, aborto legal e combate à violência obstétrica. Promover educação sexual crítica e laica, assegurar dignidade menstrual e criar centros regionais de apoio. Envolver movimentos sociais e garantir orçamento para efetivação e expansão das ações, respeitando a diversidade.





9. Implementar política integrada de saúde reprodutiva e combate à violência obstétrica

Criar uma política nacional de enfrentamento à violência obstétrica e ao racismo médico, com ouvidorias específicas, formação contínua antirracista e protocolos de acolhimento humanizado. Instituir comitês de monitoramento e observatórios de mortalidade materna e infantil, garantindo pré-natal digno e integral. Promover campanhas educativas, ampliar o acesso a métodos contraceptivos e assegurar o direito ao aborto legal, com prioridade para mulheres em situação de maior vulnerabilidade.

10. Consolidar programa nacional de saúde e educação sexual

Criar programa nacional de saúde e educação sexual, com foco em prevenção, direitos reprodutivos e igualdade de gênero. Incluir unidades móveis em áreas rurais, formação de profissionais e campanhas em mídias sociais. Garantir rodas de conversa, oficinas em escolas e universidades, acesso a métodos contraceptivos e produtos de higiene. Priorizar mulheres jovens, negras, indígenas, com deficiência e LBT+, ampliando consultas, exames e monitoramento intersetorial.

11. Consolidar rede de saúde integral para mulheres

Criar centros de saúde da mulher que ofereçam exames preventivos, como mamografias e exames de colo do útero, com prioridade na entrega de resultados. Reduzir a idade mínima e aumentar a máxima para exames preventivos, garantindo acesso ampliado. Incluir apoio psicológico e priorizar mães atípicas. Investir em infraestrutura, equipamentos e pesquisa para métodos menos invasivos, com foco em áreas.

12. Consolidar programa de saúde e dignidade menstrual para mulheres e meninas

Promover um programa abrangente de saúde e dignidade menstrual, garantindo acesso gratuito a absorventes e tecnologias menstruais em escolas, universidades e comunidades vulneráveis. Incluir educação menstrual e perinatal, suporte à menopausa e cuidados reprodutivos. Assegurar saneamento básico e campanhas educativas para desmistificar tabus, valorizando a saúde integral e a cidadania das.

13. Promover saúde integral e equitativa para mulheres negras

Desenvolver políticas públicas que garantam saúde integral para mulheres negras, com foco em saúde mental, reprodutiva e prevenção de doenças prevalentes. Capacitar profissionais em racismo institucional e atendimento humanizado. Criar ambulatórios especializados e





campanhas de conscientização, respeitando especificidades culturais e sociais, para reduzir a mortalidade materna e enfrentar a.

14. Implementar política de saúde integral para mulheres quilombolas

Promover saúde integral para mulheres quilombolas, reconhecendo parteiras e benzedadeiras como profissionais. Ampliar acesso a serviços de saúde com profissionais capacitados, incluindo saúde mental e ecoansiedade. Criar UBS com práticas tradicionais e horários flexíveis. Formar agentes de saúde quilombola e garantir recursos, respeitando cultura e necessidades locais.

15. Proporcionar início imediato do tratamento oncológico

Garantir que o tratamento oncológico comece imediatamente após o diagnóstico, eliminando atrasos e burocracias. Implementar protocolos que assegurem a continuidade e eficácia do tratamento, priorizando o bem-estar dos pacientes e respeitando a diversidade de suas condições e contextos sociais.

16. Promover acolhimento humanizado e integral no SUS e SUAS

Integrar serviços de saúde e assistência social para oferecer acolhimento humanizado e integral, com foco em saúde mental, espiritualidade e diversidade de gênero. Criar células de atendimento para pessoas trans idosas e promover ambientes de trabalho saudáveis, garantindo sigilo e não discriminação, conforme diretrizes da OMS, em todos os níveis de governo.

17. Integrar saúde da mulher no currículo escolar e UBS

Promover a saúde da mulher através da inclusão de disciplinas sobre saúde feminina nos 8º e 9º anos do currículo escolar e oferecer apoio contínuo nas UBS. As ações incluem palestras e rodas de conversa sobre prevenção e educação sexual, abrangendo todas as fases da vida. A iniciativa visa empoderar mulheres de diversas origens, garantindo acesso a informações e cuidados necessários.

18. Desenvolver Política Nacional de Saúde Integral para Mulheres Indígenas

Criar uma Política Nacional de Saúde Integral para Mulheres Indígenas, integrando saberes tradicionais e medicina ancestral ao SUS. Capacitar e remunerar parteiras e pajés, garantindo sua atuação nas comunidades. Incluir profissionais de saúde mental





especializados e promover formação continuada para atuação em contextos indígenas, respeitando diversidade cultural e territorial.

19. Promover planejamento familiar inclusivo e acessível

Capacitar profissionais para oferecer planejamento familiar inclusivo, com foco em diversidade e equidade. Garantir acesso à reprodução assistida pelo SUS para famílias LGBTQIA+. Destinar orçamento sensível para qualificação em atendimento multidisciplinar, abrangendo desde o planejamento até o parto e maternagem, respeitando a diversidade de gênero e orientação sexual.

20. Promover ações integradas de apoio e conscientização sobre saúde reprodutiva feminina

Integrar ações educativas sobre perda gestacional e luto perinatal com apoio psicológico e social, promovendo a criação de casas de parto humanizadas. Incentivar a formação de um Fórum Permanente Feminista para discutir aborto seguro e revisar políticas de jornada de trabalho e saúde no SUS, garantindo suporte inclusivo e equitativo para todas as mulheres.

21. Desenvolver programa nacional de saúde para mulheres no climatério e menopausa

Criar um programa nacional de saúde humanizado para mulheres no climatério, perimenopausa, menopausa e pós-menopausa, com foco em acompanhamento psicológico, reposição hormonal e terapias necessárias. Incluir licença menstrual em períodos críticos e ampliar o acesso a tratamentos e informações, considerando diversidade de raça, classe e território.

22. Garantir acesso integral à saúde para mulheres

Assegurar a presença de especialistas em saúde, incluindo psicólogos, psiquiatras, geriatras e ginecologistas, nas UBS, UPAs e aldeias indígenas. Promover a medicina tradicional indígena e cursos de troca de saberes. Oferecer serviços de saúde mental e cuidados geriátricos, respeitando diversidade cultural e territorial, para um atendimento efetivo e inclusivo.

23. Fortalecer práticas integrativas e complementares para a saúde da mulher

Ampliar e fortalecer as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) no SUS, com foco na saúde da mulher. Aumentar recursos, formar terapeutas e integrar mulheres nas





práticas em seus territórios. Promover divulgação em comunidades e serviços de saúde, usando mídias sociais para alcançar diversidade de raça, classe e gênero.

24. Ampliar acesso à saúde reprodutiva e vacinação contra HPV

Garantir acesso universal e gratuito a métodos contraceptivos modernos, como DIU, implantes e preservativos, e estender a vacinação contra o HPV até 19 anos. A política visa promover a saúde reprodutiva e prevenir doenças, considerando diversidade de raça, classe e território, assegurando que mulheres jovens em todo o país tenham acesso igualitário a cuidados essenciais.

Eixo Temático 6: Violência Contra as Mulheres

O Eixo 6 abordou debates em torno do enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres, reconhecendo que combater agressões físicas, psicológicas, sexuais, morais, patrimoniais, políticas, institucionais e digitais é condição essencial para o exercício pleno da cidadania e igualdade. Seu objetivo principal é consolidar uma política nacional integrada, articulando prevenção, proteção, responsabilização dos agressores e reparação às vítimas, com atenção especial para casos de feminicídio, violência doméstica, sexual, institucional, tráfico de mulheres e crimes motivados por racismo e LBTfobia.

As propostas do eixo destacaram o fortalecimento de redes intersetoriais de acolhimento e atendimento, com serviços 24 horas em delegacias especializadas, casas de acolhimento, centros de referência e equipes multidisciplinares. Também indicaram educação permanente sobre prevenção da violência de gênero, campanhas informativas e capacitação continuada dos profissionais. Outro ponto fundamental esteve relacionado à instituição de políticas eficazes de combate ao assédio e à discriminação no trabalho, além de garantir orçamentos específicos, ampliar centros de atendimento e criar sistemas integrados de denúncia e proteção. A relevância do eixo residiu na busca pela autonomia, segurança, justiça e dignidade de todas as mulheres, consolidando ações inovadoras, intersetoriais e inclusivas em diferentes territórios do país.





Propostas discutidas no Eixo Temático 6

1. Fortalecer rede integrada de acolhimento e atendimento a mulheres em situação de violência

Consolidar uma rede intersetorial de proteção a mulheres em situação de violência, integrando segurança, saúde, assistência social, educação e justiça. Garantir atendimento 24h em delegacias especializadas, casas de acolhimento e centros de referência. Ampliar a presença da Patrulha Maria da Penha em todo o país, com equipes multidisciplinares capacitadas e atendimento humanizado, com protocolos padronizados que respeitem diversidade de raça, gênero e território.

2. Promover Educação, Suporte e Campanhas Permanentes sobre violência contra mulheres

Promover educação sobre a Lei Maria da Penha nas escolas, suporte jurídico e psicológico, especialmente em áreas rurais, quilombolas e vulneráveis. Desenvolver campanhas educativas permanentes e formação continuada de profissionais, assegurando proteção, autonomia e direitos para todas as mulheres, com foco em interseccionalidade e integração entre os serviços de atendimento.

3. Instituir política nacional de combate ao assédio no trabalho

Criar uma política nacional obrigatória para combater assédio moral, sexual e discriminação nos ambientes de trabalho, com protocolos seguros de denúncia, acolhimento humanizado e punição efetiva. Incluir capacitação contínua de gestores, proteção às vítimas e paridade de gênero em cargos de liderança, garantindo ambientes inclusivos e seguros para todas as mulheres.

4. Consolidar política nacional de enfrentamento à violência contra mulheres

Criar uma política nacional integrada para enfrentar a violência contra mulheres, combinando educação preventiva, fortalecimento da rede de proteção e responsabilização de agressores e instituições negligentes. Garantir orçamento contínuo e específico, com fundos nacionais e municipais, para financiar delegacias especializadas, centros de referência e programas de autonomia econômica e inclusão social. Integrar políticas públicas





que ampliem a proteção, incluindo tipificação de crimes, aumento de penas, criação de varas especializadas e protocolos de atendimento, assegurando implementação e fiscalização rigorosa da Lei Maria da Penha.

5. Consolidar rede nacional de proteção e autonomia para mulheres

Criar uma rede nacional integrada de proteção às mulheres, com Casas da Mulher Brasileira em todos os municípios, oferecendo acolhimento, apoio jurídico, psicológico e social. Priorizar mulheres negras, indígenas, quilombolas e em situação de vulnerabilidade. Incluir formação profissional, empreendedorismo e programas de habitação, respeitando especificidades territoriais e culturais.

6. Consolidar políticas educacionais e de apoio contra a violência de gênero

Integrar a prevenção da violência de gênero nos currículos escolares, com ações intersetoriais que envolvam educação, saúde e assistência social. Ampliar o apoio psicossocial e jurídico para vítimas, capacitar profissionais e criar grupos reflexivos para homens. Promover campanhas educativas e protocolos de enfrentamento, respeitando diversidade e interseccionalidade.

7. Expandir e fortalecer Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Estabelecer Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher em todos os municípios, priorizando áreas rurais e regiões Norte e Nordeste. Garantir funcionamento 24 horas, equipes majoritariamente femininas e multidisciplinares, e atendimento humanizado. Integrar serviços de saúde, assistência social e justiça, assegurando proteção e acolhimento dignos para mulheres vítimas de violência.

8. Consolidar políticas integradas de prevenção e enfrentamento à violência de gênero

Desenvolver uma política nacional que articule educação, saúde, justiça e cultura para prevenir e enfrentar a violência de gênero. Incluir ensino obrigatório sobre prevenção nas escolas, ampliar DEAMs, criar espaços de acolhimento, reeducar agressores e fortalecer apoio às vítimas, garantindo atendimento confidencial e acessível. Promover campanhas educativas contínuas com escolas, empresas, mídia e comunidades, abordando prevenção, cultura do estupro e direitos das mulheres, além de utilizar arte como ferramenta de conscientização e proteção comunitária. Garantir aumento de penas para crimes digitais e





ações que promovam mudança de mentalidade e equidade de gênero em todo o território nacional.

9. Ratificar a Convenção 190 da OIT para combater a violência no trabalho

O Brasil deve ratificar com urgência a Convenção 190 da OIT, que visa eliminar a violência e o assédio no ambiente de trabalho, especialmente contra mulheres e pessoas LBT. A ratificação fortalecerá políticas públicas, promovendo um ambiente laboral seguro e igualitário, reduzindo o absenteísmo e aumentando a produtividade, além de assegurar direitos humanos fundamentais.

10. Estabelecer centros de acolhimento e apoio para mulheres vítimas de violência

Criar centros especializados em todos os municípios para acolhimento de mulheres vítimas de violência, oferecendo atendimento psicológico, jurídico e social 24 horas. As unidades devem contar com equipes multidisciplinares e abrigo temporário, priorizando diversidade e inclusão. Parcerias com ONGs e intercâmbio entre municípios garantirão proteção e reinserção social.

11. Implantar unidades fluviais para atendimento a mulheres em situação de violência

Criar unidades fluviais equipadas e com equipes técnicas especializadas para atender mulheres em situação de violência em áreas remotas dos biomas brasileiros. Essas unidades oferecerão serviços essenciais, garantindo acesso a apoio e proteção para moradoras de florestas, águas e campos, promovendo segurança e direitos em regiões de difícil acesso.

12. Criar Observatório Nacional de Violência de Gênero

Estabelecer um Observatório Nacional de Violência de Gênero, vinculado ao Ministério das Mulheres, para coletar, sistematizar e analisar dados sobre violência contra mulheres. O observatório promoverá políticas baseadas em evidências, com participação de movimentos sociais, e monitorará tendências em diversos territórios, incluindo ambientes virtuais e locais militarizados.

13. Implementar programa intersetorial de capacitação contínua

Desenvolver um programa intersetorial de capacitação contínua para profissionais de saúde, educação, segurança e assistência social. Foco em atendimento humanizado, combate à violência de gênero e respeito à diversidade. Inclui formação em direitos humanos,





interseccionalidade e comunicação não violenta, com avaliação periódica de práticas e impactos.

14. Integrar perspectiva de gênero no sistema de justiça e segurança pública

Promover a justiça com perspectiva de gênero, fortalecendo protocolos nacionais e capacitando profissionais do sistema de justiça e segurança. Integrar políticas de prevenção e acolhimento, garantindo acesso democrático à justiça. Monitorar e responsabilizar práticas discriminatórias, assegurando proteção a mulheres e populações vulneráveis, com foco na diversidade e direitos humanos.

15. Implementar plano integrado de segurança urbana para mulheres

Desenvolver um plano nacional de segurança urbana que inclua iluminação aprimorada em espaços públicos, vigilância em universidades e pontos de ônibus, e transporte público exclusivo para mulheres. O plano deve incorporar botões de pânico e câmeras de segurança, garantindo acessibilidade e paradas seguras próximas às residências, promovendo a segurança e prevenindo a violência contra mulheres.

16. Desenvolver sistema integrado de proteção e denúncia para mulheres

Criar um sistema nacional integrado que combine pulseira de alerta, monitoramento eletrônico de agressores e um aplicativo de segurança. O app oferecerá geolocalização, denúncia anônima, orientação legal e suporte emocional, com integração direta às autoridades. A tecnologia garantirá resposta rápida, proteção eficaz e acesso seguro à rede de apoio, priorizando privacidade e acessibilidade.

17. Consolidar apoio integral a mulheres vítimas de violência

Criar um Sistema Único de Proteção para mulheres vítimas de violência, garantindo estabilidade no emprego, licença remunerada de até 60 dias, auxílio financeiro emergencial, apoio psicológico e jurídico, e capacitação profissional. O sistema deve atender especialmente mulheres em situação de vulnerabilidade social, incluindo imigrantes, agricultoras e mulheres com deficiência, promovendo.

18. Consolidar rede de apoio integral para mulheres em situação de vulnerabilidade

Estabelecer uma rede integrada de apoio para mulheres vítimas de violência, mães atípicas e solos, com unidades da Casa da Mulher Brasileira em áreas urbanas e rurais. Oferecer





acolhimento, apoio psicossocial, segurança e aluguel social, garantindo atendimento a diversos tipos de violência e suporte para reconstrução de vidas em segurança e dignidade.

19. Implementar campanhas de conscientização nos espaços públicos

Utilizar espaços públicos para campanhas de conscientização sobre direitos das mulheres, assédio e violência. Integrar esforços de comunicação com a sociedade civil e governos locais, promovendo uma cultura de respeito e igualdade de gênero.

20. Desenvolver campanhas e fortalecer redes de apoio contra a violência às mulheres

Promover campanhas nacionais interministeriais e intersetoriais para enfrentar a violência contra as mulheres em todas as suas formas, incluindo feminicídio. Fortalecer redes de apoio nas Usafas e UBS, garantindo a implementação efetiva de medidas existentes. As ações devem considerar diversidade de raça, classe, gênero e território, assegurando proteção e conscientização abrangentes.

21. Estabelecer ouvidorias femininas e protocolos de apoio em instituições de ensino

Criar ouvidorias femininas em instituições de ensino, com equipes capacitadas para acolher denúncias de assédio e violência de gênero. Implementar protocolos claros para investigação, além de oferecer apoio jurídico, psicológico e social às vítimas. Promover campanhas de conscientização sobre respeito e equidade de gênero, visando um ambiente seguro e inclusivo para todas.

22. Estabelecer programas de combate à violência de gênero nas escolas

Desenvolver programas de prevenção e combate à violência de gênero nas escolas, garantindo ambientes seguros e igualitários para educadoras e estudantes. Promover a equidade de gênero, reduzir o número de alunos por sala para melhorar as condições de trabalho das docentes e ampliar o teto de isenção do imposto de renda para 5 mil reais, assegurando justiça econômica.

23. Consolidar Centros Integrados de Atendimento à Mulher

Estabelecer Centros Integrados de Atendimento à Mulher em municípios com mais de 50 mil habitantes, oferecendo serviços jurídicos, psicológicos, médicos e sociais, com funcionamento 24h. Garantir capacitação profissional, incentivo ao empreendedorismo e





inserção no mercado de trabalho, com equipe treinada em perspectiva de gênero e orçamento público assegurado.

24. Criar núcleo de apoio jurídico gratuito para mulheres

Estabelecer um núcleo de apoio jurídico gratuito para mulheres, oferecendo assistência em medidas protetivas, guarda de filhos, pensão alimentícia e reconhecimento de paternidade. Promover mutirões de justiça itinerante para descentralizar o acesso à justiça, garantindo que mulheres de diferentes raças, classes e territórios tenham suporte legal adequado e acessível.

Eixo Temático 7: Violência Política e das Redes

O Eixo 7 focou na violência política de gênero e a violência nas redes digitais como expressões contemporâneas do patriarcado que buscam silenciar, intimidar e afastar as mulheres dos espaços públicos e de decisão. O propósito central dos debates foi reconhecer, tipificar e enfrentar práticas como ameaças, difamação, perseguição, discurso de ódio, divulgação de dados pessoais, ataques à honra e campanhas coordenadas de desinformação dirigidas a mulheres que atuam na política institucional, em movimentos sociais, na imprensa, nas universidades, na cultura e em outros espaços de visibilidade.

As propostas abrangeram a capacitação de multiplicadores para o enfrentamento da violência política de gênero, a criação de mecanismos de proteção nas instituições públicas e partidos, incluindo ouvidorias independentes, suporte jurídico e psicológico, além de responsabilização rigorosa dos agressores. O eixo previu também a instituição de observatórios regionais para monitorar a violência política de gênero, fortalecimento de redes de proteção a vítimas, desenvolvimento de protocolos intersetoriais e campanhas educativas para conscientização sobre o tema. A relevância do eixo está na promoção da democracia, equidade e segurança para a participação plena e segura das mulheres na esfera pública, respeitando a diversidade de raça, classe, gênero e território e fortalecendo a representatividade feminina nos espaços de poder.





Propostas discutidas no Eixo Temático 7

1. Capacitar multiplicadores para enfrentar violência política

Capacitar homens e lideranças femininas em comunidades para atuarem como multiplicadores no enfrentamento à violência política de gênero. Promover conferências e campanhas em escolas e espaços públicos, assegurando que informações sobre direitos e legislações cheguem a todos. Criar materiais informativos acessíveis, fortalecendo redes de apoio comunitário.

2. Estabelecer mecanismos de proteção contra violência política de gênero

Criar protocolos em instituições públicas e partidos para prevenir e punir assédio e violência política contra mulheres líderes. Incluir ouvidorias independentes, suporte jurídico e psicológico, e responsabilizar partidos com sanções como suspensão de recursos. Garantir proteção física e fiscalização rigorosa para assegurar ambientes seguros e inclusivos.

3. Criar observatórios de violência política de gênero

Estabelecer um Observatório Nacional com núcleos regionais, incluindo a Amazônia, para monitorar e divulgar dados sobre violência política de gênero e raça, integrando universidades, movimentos sociais e o sistema de justiça, em consonância com a Lei 14.192/2021. Implementar protocolos nacionais de acolhimento e acompanhamento, capacitando órgãos em todas as esferas. A iniciativa visa oferecer medidas protetivas, gerar relatórios que orientem políticas públicas, formar lideranças e promover diversidade de perspectivas em raça, classe, gênero e território, fortalecendo a democracia e a equidade.

4. Fortalecer redes de proteção e enfrentamento à violência política de gênero

Ampliar e integrar redes de proteção para mulheres vítimas de violência política de gênero, garantindo canais de denúncia, fóruns de discussão e medidas protetivas. Estabelecer mecanismos de responsabilização para gestores que falhem em agir, além de aprovar legislação para investigação qualificada de feminicídios, com equipes especializadas e responsabilização efetiva.





5. Criar protocolos e redes de apoio contra violência política de gênero

Desenvolver protocolos coletivos para prevenir e enfrentar a violência política de gênero, ampliando a Lei 14.192/2021 para incluir movimentos sindicais e sociais. Fortalecer redes de apoio jurídico e emocional, além de capacitar mulheres em segurança física e digital, promovendo campanhas e oficinas para conscientização e suporte às mulheres engajadas politicamente.

6. Instituir protocolo interseccional de combate à violência política

Instituir um protocolo interseccional para combater a violência política de gênero e raça, assegurando paridade nos partidos, priorização de mulheres negras e trans, e proteção à rede de apoio. Incluir a coleta de dados sociais, formação continuada em partidos e uso do Fundo Partidário para campanhas educativas e multiplicação de conhecimento.

7. Coibir violência política de gênero e acolher vítimas

Implementar políticas públicas para combater a violência política de gênero, oferecendo acolhimento a mulheres vítimas e seus familiares. Promover campanhas educativas para esclarecer o tema, garantindo apoio psicológico e legal. A iniciativa deve considerar diversidade de raça, classe e território, assegurando um ambiente seguro e inclusivo para todas.

8. Promover conscientização sobre violência política de gênero

Implementar campanhas contínuas nas redes sociais para educar sobre violência política de gênero, suas manifestações e consequências. Utilizar linguagem acessível para alcançar diversos públicos, incentivando a denúncia e promovendo uma cultura de igualdade e respeito nos espaços institucionais e comunitários, considerando a diversidade de raça, classe, gênero e território.

9. Desenvolver plano interministerial contra misoginia digital

Criar um plano interministerial que envolva os Ministérios das Mulheres, Justiça, Comunicação, Direitos Humanos e Educação para enfrentar a misoginia nas redes sociais. A iniciativa incluirá regulamentação e monitoramento das plataformas, campanhas públicas, formação em cultura digital crítica e capacitação de mulheres para a cidadania digital na era da inteligência artificial.





10. Promover campanhas educativas contra violência política e machismo institucional

Desenvolver campanhas educativas nacionais que abordem a violência política e o machismo institucional, especialmente durante os períodos eleitorais. As campanhas devem incluir perspectivas de raça, classe e gênero, e envolver parcerias com organizações da sociedade civil para alcançar diversos públicos e promover um ambiente político mais inclusivo e respeitoso.

11. Estabelecer normas contra violência política de gênero em instituições

Criar e divulgar normas claras para prevenir e combater a violência política de gênero em partidos, sindicatos e associações. Essas diretrizes devem ser amplamente publicizadas e aplicadas, garantindo ambientes institucionais seguros e inclusivos, respeitando a diversidade de raça, classe, gênero e território, promovendo a participação igualitária das mulheres.

12. Criar mecanismos de combate à violência política contra mulheres

Estabelecer mecanismos eficazes para combater a violência política contra mulheres eleitas e militantes, garantindo a paridade de gênero e coibindo candidaturas laranjas. Exigir dos partidos planos de campanha detalhados, materiais de divulgação e prestação de contas individualizada para cada candidatura, assegurando transparência e equidade no processo eleitoral.

13. Proteger mulheres parlamentares contra violência política

Estabelecer medidas de proteção para mulheres parlamentares, visando combater a violência política de gênero. A proposta inclui a criação de protocolos de segurança, campanhas de conscientização e suporte psicológico. Busca garantir um ambiente político seguro e inclusivo, respeitando a diversidade e promovendo a igualdade de gênero no exercício de mandatos legislativos.

14. Promover campanha nacional sobre a Lei 14.192/2021

Divulgar a Lei 14.192/2021 por meio de uma campanha nacional adaptada às diversidades socioculturais e linguísticas, com ênfase na Amazônia. Criar comissões regionais para monitorar o cumprimento da lei e assegurar respostas rápidas a casos de violência política contra mulheres, promovendo a conscientização e a proteção dos direitos das mulheres em todo o país.





15. Criar linha de pesquisa sobre violência política de gênero na CAPES

Estabelecer uma linha de pesquisa na CAPES focada em violência política de gênero, com bolsas de estudo e vagas afirmativas para pesquisadoras. O objetivo é fomentar dissertações e teses que utilizem dados empíricos e proponham soluções para erradicar esse fenômeno, promovendo diversidade de perspectivas e incentivando avanços concretos na área.

16. Tipificar e combater a Violência Política de Gênero

Estabelecer uma lei que tipifique a Violência Política de Gênero, criando mecanismos de prevenção, acolhimento e proteção para as vítimas. A proposta visa erradicar essa violência, garantindo segurança e igualdade para mulheres na política, considerando diversidade de raça, classe e território, e promovendo um ambiente político inclusivo e respeitoso.

17. Estabelecer rede de apoio para vítimas de violência política e de gênero

Criar uma rede especializada para atender vítimas de violência política e de gênero, oferecendo espaços seguros de acolhimento, escuta ativa e proteção. A rede deve ser intersetorial, garantindo acesso a serviços de saúde, assistência social e apoio jurídico, respeitando a diversidade de raça, classe, gênero e território.

18. Reconhecer e enfrentar a violência política de gênero contra defensoras de direitos humanos

Reconhecer a violência contra defensoras de direitos humanos como violência política de gênero, adotando uma abordagem de risco ampliada. Criar protocolos específicos de mitigação e reparação, acessíveis e inclusivos, considerando diversidade de gênero, raça, etnia, orientação sexual, religiosidade, territórios e PCDs, com fluxos de denúncia eficazes.

19. Fortalecer estruturas de apoio e proteção à mulher

Reforçar as Procuradorias da Mulher com recursos próprios, equipe dedicada e orçamento adequado para ampliar ações preventivas e de apoio. Tipificar a violência política de gênero com penas mais rigorosas e criar varas especializadas para agilizar denúncias. Expandir núcleos da Defensoria Pública para garantir atendimento inclusivo, abrangendo áreas remotas e diversas realidades sociais.





20. Revisar Lei para combater violência política contra mulheres

Revisar a Lei nº 14.192/2021 para incluir agravantes de violência política baseada em discriminação múltipla, como raça, gênero e orientação sexual. Definir claramente tipos de violência, incluindo feminicídio político e sub-representação étnico-racial. Estabelecer estrutura competente para implementar políticas e procedimentos eficazes.

21. Ampliar proteção legal contra violência política de gênero

Expandir a definição legal de violência política de gênero para abranger todos os espaços de representação, como partidos e sindicatos. Estabelecer medidas protetivas urgentes para vítimas e ratificar as Convenções 156 e 190 da OIT, promovendo um ambiente político seguro e inclusivo para mulheres de todas as raças, classes e territórios.

22. Criminalizar a violência política de gênero

Estabelecer a criminalização da violência política de gênero, impondo penalidades para atos de assédio, intimidação e perseguição contra mulheres em espaços de poder. A medida visa proteger a participação feminina na política, promovendo um ambiente seguro e inclusivo, respeitando a diversidade de raça, classe e território.

23. Desenvolver plano nacional contra violência política de gênero

Criar um plano nacional integrado entre Justiça Eleitoral, Defensoria Pública, Ministério das Mulheres e movimentos sociais para combater a violência política de gênero. Focado em candidatas e mulheres eleitas, o plano promoverá ações coordenadas para garantir segurança e igualdade no processo político, respeitando diversidade de raça, classe, gênero e território.

24. Implementar medidas contra a violência política de gênero

Promover ações para prevenir e combater a violência política de gênero, assegurando a participação segura e plena das mulheres na política. As medidas incluirão formação para partidos, proteção legal aprimorada e campanhas de conscientização, considerando a diversidade de raça, classe, gênero e território para garantir um ambiente político inclusivo e equitativo.





25. Adotar medidas integradas para combater a violência política de gênero e raça

Estabelecer protocolos de segurança para mulheres em situação de violência política, reconhecendo a sub-representação por raça e gênero como forma de violência. Promover ações partidárias de formação política e garantir financiamento eleitoral justo, com distribuição planejada antes da formação das chapas, visando a equidade e a erradicação da violência política.

Eixo Temático 8: Participação nos Espaços de Poder e Decisão

O Eixo 8, “Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão”, focalizou a ampliação da presença feminina em todos os setores de poder — Executivo, Legislativo, Judiciário, órgãos de controle, conselhos de políticas públicas, sindicatos, movimentos sociais, empresas e organizações da sociedade civil. O propósito do debate foi ainda avaliar sobre formas de enfrentar a sub-representação histórica das mulheres, especialmente negras, indígenas, quilombolas, LBT, jovens, idosas e com deficiência, garantindo condições reais para sua presença, atuação e permanência em posições de comando e influência.

As propostas destacaram a implementação de uma política nacional que fomente a participação política inclusiva, com cotas, formação cidadã e liderança, fortalecendo redes de apoio, combate à violência política e garantia de recursos para candidaturas. Também foi discutido sobre as políticas afirmativas para assegurar paridade de gênero e diversidade racial, social e de orientação sexual em cargos de liderança, incluindo cotas, metas e capacitação, assegurando permanência e desenvolvimento. Incluem ainda a necessidade de modificação da legislação eleitoral para garantir paridade nas candidaturas e cargos eletivos, mecanismos de combate ao assédio e promoção de ambientes seguros, além de incentivos para liderança e capacitação feminina em diversas áreas. O eixo visou reforçar representatividade, equidade e segurança para a atuação política das mulheres, promovendo a interseccionalidade e valorizando a diversidade nos espaços de decisão.





Propostas discutidas no Eixo Temático 8

1. Promover a participação política inclusiva de mulheres

Implementar uma política nacional que fomente a participação política de mulheres de diversas origens, garantindo cotas, formação cidadã e liderança. Fortalecer redes de apoio e mentorias, combater a violência política e assegurar recursos para candidaturas. Promover campanhas educativas e criar espaços seguros para diálogo, priorizando interseccionalidade e diversidade.

2. Promover paridade e diversidade em cargos de liderança

Estabelecer políticas afirmativas para garantir a paridade de gênero e diversidade racial, social e de orientação sexual em cargos de liderança no setor público e privado. Implementar cotas e metas, promover formação e capacitação, e assegurar condições de permanência e desenvolvimento para mulheres, incluindo negras, indígenas, LGBTQIAP+, e pessoas com deficiência, em todos os níveis e setores.

3. Estabelecer paridade de gênero nas candidaturas e cargos eletivos

Alterar a legislação eleitoral para assegurar paridade de gênero nas candidaturas e ocupação de 50% das cadeiras legislativas e cargos de decisão por mulheres. Garantir distribuição equitativa de recursos do fundo partidário e tempo de propaganda, com fiscalização rigorosa. Incluir cotas para diversidade étnico-racial e pessoas com deficiência, medidas de combate à violência política de gênero, financiamento específico para candidaturas de mulheres diversas e formação política. Promover campanhas de incentivo à participação feminina e assegurar fiscalização efetiva para garantir inclusão, representatividade e igualdade de oportunidades em todos os níveis

4. Promover equidade de gênero e raça na política brasileira

Ampliar a participação política de mulheres, especialmente negras, indígenas, quilombolas e periféricas, por meio de cotas de 50% em eleições e cargos de liderança. Garantir financiamento público equitativo, formação política e redes de apoio. Criar políticas de proteção para defensoras da floresta e fortalecer a presença feminina em decisões políticas e ambientais, respeitando diversidades.





5. Criar Escola Nacional de Formação Política para Mulheres

Estabelecer uma escola nacional para formação política de mulheres, focando em grupos sub-representados como negras, indígenas, LBT+, com deficiência e periféricas. Oferecer cursos presenciais e virtuais sobre direitos humanos, gestão de projetos e incidência política, promovendo liderança e participação em conselhos e espaços de decisão em todas as esferas de poder.

6. Consolidar políticas de participação política e liderança feminina

Criar um Plano Nacional de Participação Política das Mulheres, garantindo cotas de 50% em cargos eletivos e conselhos, com financiamento específico e auditorias rigorosas. Incluir formação política interseccional, combate à violência política e paridade de gênero. Estabelecer parcerias com sindicatos e organizações para fortalecer a representatividade feminina em todos os níveis de decisão.

7. Promover equidade de gênero e diversidade na representação política

Estabelecer políticas que garantam representação equitativa de gênero e diversidade racial, étnica e territorial em todos os níveis de poder. Implementar listas fechadas com alternância de gênero e critérios de diversidade, assegurando recursos financeiros justos e monitoramento de candidaturas. Ampliar cotas para mulheres e criar observatórios para combater violência política e candidaturas.

8. Assegurar paridade de gênero nos cargos eletivos

Promover a paridade de gênero nos cargos eletivos, garantindo que 50% das vagas em todas as instâncias legislativas sejam ocupadas por mulheres. Implementar gradualmente, começando com uma reserva mínima de 30%, e assegurar que as mulheres de diferentes origens, incluindo as de terreiros, tenham representação. Alterar legislações para refletir essa paridade e garantir equidade no fundo eleitoral.

9. Combater o assédio e promover ambientes seguros para mulheres

Implementar canais de denúncia seguros e eficazes para combater o assédio moral e sexual em ambientes de trabalho e estudo. Promover políticas de prevenção e conscientização, assegurando ambientes seguros e respeitosos para mulheres em todas as esferas.





10. Incentivar a liderança e capacitação feminina em diversas áreas

Promover um programa nacional de mentoria e capacitação para mulheres e jovens, incentivando a liderança em política, ciência, tecnologia, esportes e áreas técnicas. Conectar mulheres experientes a iniciantes, oferecendo suporte, treinamento e visibilidade, com atenção à diversidade racial, social e territorial, fortalecendo comunidades e reduzindo barreiras estruturais.

11. Promover formação política e liderança para mulheres

Oferecer cursos de formação política e liderança para mulheres, presenciais e online, com certificação oficial. Parcerias com instituições de ensino, partidos políticos e órgãos como TSE garantirão diversidade nos conteúdos e no público-alvo, empoderando mulheres no serviço público e na política, fortalecendo a representatividade e a inclusão em todas as esferas.

12. Fortalecer participação inclusiva em espaços de decisão

Promover a inclusão de mulheres, especialmente com deficiência e cuidadoras, em conselhos e comitês de políticas públicas, garantindo acessibilidade e suporte. Criar um selo que incentive a participação de grupos vulneráveis em editais. Assegurar 40% de representatividade de coletivos de mobilidade em discussões, incluindo servidoras em planejamento urbano e ambiental.

13. Estabelecer paridade de gênero em conselhos e diretorias executivas

Promover a paridade de gênero em conselhos de políticas públicas e diretorias executivas de empresas estatais e órgãos equivalentes. A iniciativa visa garantir a representação equitativa de mulheres, respeitando a diversidade racial e territorial, e será regulamentada por legislação específica, assegurando a inclusão e a igualdade de oportunidades em todos os níveis de decisão.

14. Desenvolver coletivos de mulheres em universidades

Criar coletivos de mulheres em universidades, em parceria com entidades estudantis, para promover políticas inclusivas e de apoio. Esses coletivos atuarão como espaços de diálogo e ação, abordando questões de gênero, raça e classe, e incentivando a participação ativa das mulheres na vida acadêmica e na formulação de políticas institucionais.





15. Promover igualdade de direitos e solidariedade internacional feminina

Destacar a igualdade de direitos das mulheres, reafirmando a solidariedade das mulheres de Pernambuco com as mães palestinas afetadas pelo conflito em Gaza. A proposta visa fortalecer laços internacionais, promovendo a paz e a soberania da Palestina, enquanto defende os direitos humanos e a justiça social para todas as mulheres, independentemente de sua origem.

16. Assegurar participação de mulheres indígenas em conselhos e políticas públicas

Promover a inclusão efetiva de mulheres indígenas em Conselhos de Controle Social e no Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres. Garantir recursos e condições adequadas para sua participação ativa, respeitando a diversidade cultural e territorial, e fortalecendo sua voz na formulação e monitoramento de políticas públicas.

17. Promover conscientização sobre o plebiscito em feiras livres

Organizar ações de conscientização em feiras livres para informar a população sobre o plebiscito da escala 6x1. Utilizar barracas para distribuir panfletos e dialogar com a comunidade, destacando a importância da participação cidadã e os impactos da medida proposta. A iniciativa visa alcançar uma diversidade de públicos, respeitando diferentes contextos sociais e culturais.

18. Assegurar direito ao voto de imigrantes residentes no Brasil

Reconhecer o direito ao voto para imigrantes que residem legalmente no Brasil, promovendo sua inclusão política e social. Esta medida visa fortalecer a democracia, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas, independentemente da origem. A implementação deve considerar aspectos legais e culturais, respeitando a diversidade e promovendo a integração.

Eixo Temático 9 Desenvolvimento Sustentável com Justiça Socioambiental e Econômica





O Eixo 9 destacou o protagonismo das mulheres na defesa do meio ambiente, na construção de modos de vida sustentáveis e na promoção de uma economia de baixo carbono com justiça social. Seu propósito foi considerar a articulação de políticas públicas de trabalho, renda, clima, energia, água, alimentação, mobilidade e moradia a partir da perspectiva de gênero, raça e território, valorizando especialmente mulheres do campo, da floresta, das águas, das periferias urbanas e das comunidades tradicionais.

Dentre suas principais propostas, destacaram-se a consolidação de políticas de justiça climática com enfoque de gênero, o apoio à agroecologia e ao empoderamento feminino no campo e na cidade, a promoção da agricultura urbana e periurbana sustentável, e a criação de uma política nacional de gestão hídrica inclusiva e sustentável. O eixo também visou avaliar políticas integradas de proteção a territórios tradicionais, ampliação do acesso à infraestrutura rural, promoção da educação ambiental crítica e garantia da segurança alimentar e geração de renda para mulheres em situações vulneráveis. A relevância do eixo é proporcional à relevância do tema da promoção da autonomia econômica, da justiça socioambiental e da equidade de gênero, fortalecendo o papel das mulheres na construção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo em todos os territórios do país.

Propostas discutidas no Eixo Temático 9

1. Consolidar políticas de justiça climática com enfoque de gênero

Promover justiça climática com protagonismo feminino, garantindo participação ativa de mulheres em decisões ambientais. Criar fundos de compensação e transferência de renda, capacitar lideranças e proteger territórios. Incentivar práticas sustentáveis e preservar culturas locais, assegurando consultas prévias e apoio a mulheres impactadas por mudanças climáticas.

2. Promover agroecologia e empoderamento feminino no campo e na cidade

Apoiar a produção agroecológica liderada por mulheres, garantindo acesso a crédito, assistência técnica e canais de comercialização. Fortalecer a agricultura familiar e urbana, criando hortas comunitárias, quintais produtivos e feiras agroecológicas. Promover educação





ambiental e infraestrutura adequada, valorizando saberes tradicionais e incentivando a autonomia econômica e protagonismo feminino.

3. Promover agricultura urbana e periurbana sustentável

Integrar hortas comunitárias, feiras agroecológicas e restaurantes populares, em parceria com escolas e associações, para fortalecer a produção e consumo local. Incentivar práticas sustentáveis, como compostagem e reciclagem, e facilitar a comercialização solidária. Focar na inclusão de gênero e raça, garantindo acesso a alimentos saudáveis e culturalmente adequados.

4. Criar política nacional de gestão hídrica inclusiva e sustentável

Desenvolver uma política nacional para proteger e gerir recursos hídricos, envolvendo mulheres e comunidades tradicionais como protagonistas. Promover acesso à água potável e saneamento, investir em infraestrutura hídrica sustentável e criar Conselhos Municipais da Água para gestão participativa, assegurando justiça socioambiental e proteção contra degradação.

5. Desenvolver políticas integradas para justiça climática e social

Criar políticas públicas que reconheçam refugiados climáticos, integrem catadores na economia de carbono e fortaleçam a infraestrutura verde e o saneamento. Promover educação ambiental para mulheres periféricas e reduzir poluição por plásticos. Assegurar proteção social, saúde e trabalho digno, com foco em comunidades negligenciadas e participação ativa das mulheres nas decisões.

6. Desenvolver plano nacional de adaptação climática inclusivo

Criar um plano nacional de adaptação climática que inclua abrigos acessíveis e seguros para mulheres, priorizando LBT+ em áreas vulneráveis. Incluir famílias multiespécies e garantir recursos para mitigação de impactos, com participação paritária de mulheres na governança e orçamento dedicado. Promover formação em saúde e resiliência, integrando mulheres em decisões climáticas.

7. Implantar Canteiros Comunitários e Centros de Referência para Mulheres

Criar canteiros comunitários e centros de referência em territórios tradicionais e urbanos, promovendo autonomia alimentar, medicina ancestral e soberania feminina. Integrar





educação ambiental, agroecologia e segurança alimentar, com foco em populações vulneráveis. Fortalecer economia solidária e participação política, assegurando apoio técnico e acesso a recursos sustentáveis.

8. Ampliar acesso à água e infraestrutura rural para mulheres

Priorizar famílias chefiadas por mulheres em comunidades rurais e tradicionais, garantindo acesso à água potável e infraestrutura adequada. Expandir programas de cisternas e manutenção, melhorar estradas e transporte público, assegurando mobilidade, segurança hídrica e econômica. Fortalecer a autonomia e a resiliência frente às mudanças climáticas, promovendo desenvolvimento local sustentável.

9. Fortalecer a agricultura familiar no semiárido com práticas sustentáveis

Promover a mecanização da agricultura familiar no semiárido, integrando tecnologias sociais para uso eficiente da água e ampliação de quintais produtivos. Oferecer assistência técnica contínua, valorizando conhecimentos tradicionais e incentivando o cultivo agroecológico e plantas medicinais. Implementar atendimento veterinário gratuito para animais de criação e estimação, assegurando.

10. Promover justiça climática inclusiva para mulheres negras e indígenas

Integrar mulheres negras e indígenas na formulação de políticas climáticas que combatam o racismo ambiental e promovam a agroecologia. Garantir assistência econômica e reparação para mulheres impactadas por desastres naturais, especialmente na Amazônia. Criar fundos não-reembolsáveis para apoiar artesãs indígenas e quilombolas, assegurando justiça e equidade.

11. Desenvolver plano nacional de proteção a territórios tradicionais

Criar um plano nacional para enfrentar a emergência climática, protegendo territórios tradicionais e sagrados. Assegurar a preservação cultural e ambiental, reconhecendo a importância dos saberes femininos ancestrais. Promover gestão comunitária de resíduos, reflorestamento e segurança alimentar, garantindo autonomia e justiça climática para mulheres negras, quilombolas e ribeirinhas.





12. Implantar política de segurança alimentar feminista e interseccional

Desenvolver uma política de segurança alimentar que articule agroecologia, renda básica e equipamentos comunitários, priorizando mulheres negras, periféricas, mães de PCD, vítimas de violência e migrantes. Integrar agroecologia urbana e quintais produtivos nas políticas nacionais, promovendo soberania alimentar, justiça ambiental e resiliência climática, conforme ODS 1, 2, 5 e 8.

13. Estabelecer financiamento acessível para mulheres na proteção ambiental

Criar mecanismos de financiamento acessível para mulheres quilombolas, ribeirinhas, indígenas e periféricas, focando em agroecologia, extrativismo sustentável e economia solidária. Parcerias com bancos públicos oferecerão microcrédito e assistência técnica. Capacitação em gestão financeira e editais simplificados garantirão igualdade de acesso e promoção da inovação.

14. Implantar tetos solares para mulheres do semiárido

Expandir o projeto "Um Milhão de Tetos Solares para o Semiárido" da ASA, priorizando moradias e espaços produtivos de mulheres rurais e pescadoras. Destinar recursos públicos e financiamento com subsídios para instalação de energia solar, promovendo autonomia energética, redução de custos e fortalecimento da produção agroecológica e pesqueira. Incluir capacitação local e controle social.

15. Promover transição energética justa e inclusiva

Promover uma transição energética justa que valorize o papel das mulheres como guardiãs ambientais, garantindo seu protagonismo nas decisões energéticas. Priorizar o acesso democrático e sustentável à energia para comunidades tradicionais, integrando práticas agroecológicas e respeitando direitos territoriais.

16. Promover apoio psicológico e proteção ambiental integrada

Desenvolver políticas públicas que integrem apoio psicológico para comunidades afetadas por problemas ambientais e ações de proteção e restauração de áreas sensíveis. A iniciativa visa mitigar impactos emocionais e ambientais, promovendo resiliência comunitária e sustentabilidade, com atenção à diversidade de raça, classe, gênero e território.





17. Destinar espaços ociosos para iniciativas comunitárias e sustentáveis

Utilizar espaços ociosos de empresas para criar ambientes comunitários que promovam lazer, educação e negócios sociais. Estabelecer redes de mulheres para gerir hortas e cozinhas solidárias, e facilitar consultas públicas sobre gestão sustentável de recursos. Capacitar mulheres em tecnologias verdes, respeitando as necessidades locais e reduzindo a sobrecarga de trabalho.

18. Promover agroecologia e produção orgânica urbana

Incentivar a agroecologia e a produção orgânica em quintais urbanos, integrando políticas públicas que fortaleçam a organização social e produtiva. O foco é garantir segurança alimentar, inclusão social, farmácia verde e geração de renda, promovendo diversidade e sustentabilidade nos territórios urbanos.

19. Fortalecer a agricultura familiar e o turismo rural sustentável

Promover o fortalecimento da agricultura familiar com foco em inovação tecnológica e infraestrutura, visando impulsionar o turismo rural em comunidades tradicionais. Investir em equipamentos e práticas sustentáveis para melhorar a economia local, respeitando a diversidade cultural e ambiental, e promovendo inclusão social e igualdade de gênero.

20. Promover saneamento básico e educação ambiental comunitária

Mobilizar a comunidade para pressionar o poder público por melhorias no saneamento básico, incluindo a restauração de galerias a céu aberto. Focar na educação ambiental para conscientizar sobre a coleta e descarte correto do lixo, considerando a diversidade de raça, classe, gênero e território, garantindo um ambiente mais saudável e sustentável para todos.

21. Melhorar infraestrutura rural e educação técnica agrícola

Promover o desenvolvimento rural por meio do piçarramento de estradas vicinais e da construção de uma escola técnica voltada para atividades agrícolas. A melhoria das estradas facilitará o acesso à educação e ao escoamento da produção, enquanto a escola oferecerá cursos que capacitem mulheres e jovens, respeitando a diversidade local e impulsionando a economia rural.





22. Implementar educação ambiental crítica e integrada

Promover uma educação ambiental crítica e transformadora em todos os níveis de ensino, conectada aos territórios e integrada a temas como justiça social, racismo ambiental e saberes tradicionais. A abordagem será inter e transdisciplinar, visando a preservação ambiental e o enfrentamento da emergência climática, com foco em mitigação, adaptação e consumo consciente.

23. Garantir proteção ambiental e segurança alimentar

Promover a recuperação e proteção de nascentes e mananciais assegurando o equilíbrio socioambiental. Implementar políticas compensatórias para perdas agrícolas devido a efeitos climáticos, beneficiando programas como PAA e PNAE. Focar na segurança alimentar e geração de renda para mulheres rurais e da agricultura familiar, integrando proteção ambiental e apoio econômico.

24. Desenvolver políticas de saneamento e conservação ambiental em áreas rurais

Criar políticas públicas integradas para saneamento básico e conservação ambiental em Abaetetuba, com foco na coleta seletiva de lixo e preservação do Cerrado. A iniciativa visa atender 97% do território rural desassistido, promovendo regularização fundiária e sustentabilidade, respeitando a diversidade de raça, classe e gênero nas comunidades locais.

25. Analisar impacto da urbanização do Pantanal na vida das mulheres

Avaliar o impacto da urbanização do Pantanal nas mulheres, considerando aspectos sociais, econômicos e ambientais. A análise deve incluir a participação das mulheres locais, abordando questões de acesso a recursos, segurança e preservação cultural, garantindo que suas vozes sejam centrais no desenvolvimento de políticas públicas inclusivas e sustentáveis.

26. Criar viveiro de plantas nativas da Mata Atlântica

Estabelecer um viveiro dedicado à preservação e cultivo de plantas nativas da Mata Atlântica, promovendo a educação ambiental e a conscientização sobre a biodiversidade. Este espaço servirá como um recurso comunitário para pesquisas, restauração ecológica e atividades educativas, envolvendo mulheres e grupos locais em sua gestão e operação, fortalecendo a inclusão e a sustentabilidade.





27. Promover geração de renda sustentável para mulheres

Criar programas de geração de renda para mulheres que integrem práticas sustentáveis, respeitando a diversidade de raça, classe e território. Incentivar a capacitação em áreas como agricultura orgânica, artesanato e tecnologia verde, garantindo acesso a recursos e mercados. A iniciativa visa empoderar economicamente as mulheres, promovendo autonomia e desenvolvimento sustentável.

Eixo Temático 10: Direito à Terra com Igualdade

O Eixo 10 enfatizou o direito fundamental das mulheres à terra, à moradia e à cidade como bases para sua autonomia, segurança e pleno exercício da cidadania. O eixo propôs o enfrentamento de processos de grilagem, conflitos fundiários, despejos, remoções forçadas e violência tanto no campo quanto nas periferias urbanas, reconhecendo o papel central das mulheres em assentamentos rurais, ocupações urbanas, comunidades tradicionais e territórios populares.

Entre as principais propostas, destacaram-se a criação de um programa nacional para promover a autonomia econômica das mulheres rurais, indígenas e quilombolas com acesso à terra, crédito subsidiado, assistência técnica feminista e agroecológica, além da garantia da titularidade da terra para mulheres chefes de família. O eixo também valorizou o trabalho das mulheres na pesca artesanal, assegurando direitos trabalhistas e previdenciários, e propôs a ampliação do acesso ao crédito, mecanização e capacitação técnica. Houve ainda foco na promoção da inclusão e direitos das mulheres indígenas e rurais, criação de fundos específicos para territórios tradicionais, fortalecimento da agricultura comunitária sustentável e da participação em políticas públicas. A relevância do eixo foi debater garantir justiça fundiária, moradia digna e direito à cidade, promovendo a equidade, a diversidade cultural e territorial e o empoderamento das mulheres em diferentes contextos sociais e geográficos

Propostas discutidas no Eixo Temático 10





1. Instituir programa de fomento à autonomia das mulheres rurais

Criar um programa nacional que promova a autonomia econômica das mulheres rurais, indígenas e quilombolas, com acesso à terra, crédito subsidiado, assistência técnica feminista e agroecológica. Incluir capacitação, infraestrutura sustentável e valorização de saberes tradicionais, garantindo representação em conselhos e políticas públicas, respeitando diversidade e modos de vida.

2. Garantir titularidade da terra e autonomia econômica para mulheres rurais

Promover a titularidade feminina da terra no meio rural, assegurando autonomia econômica e segurança jurídica. Implementar programas de regularização fundiária, acesso a crédito e capacitação, priorizando mulheres chefes de família. Fortalecer cooperativas e garantir infraestrutura básica, como saneamento, energia e água, para fomentar a participação feminina na produção agrícola e na preservação.

3. Reconhecer e valorizar o trabalho das mulheres na pesca artesanal

Reconhecer legalmente a profissão de pescadora, garantindo direitos trabalhistas, previdenciários, seguridade social e direitos territoriais, protegendo contra empreendimentos predatórios. Criar políticas específicas com crédito facilitado, acesso a EPIs, capacitação técnica e regularização fundiária. Incentivar comercialização cooperativa, agroecologia marinha e participação em gestão ambiental. Promover festivais culturais, debates e espaços de poder para fortalecer a autonomia, protagonismo e organização coletiva das mulheres pescadoras, respeitando a diversidade dos biomas e territórios pesqueiros do Brasil.

4. Implementar planejamento familiar no campo

Assegurar que o planejamento familiar seja um direito garantido para mulheres rurais, promovendo sua autonomia e saúde reprodutiva. Oferecer serviços de educação e apoio em planejamento familiar, garantindo que as mulheres do campo possam tomar decisões informadas sobre suas vidas e famílias.

5. Ampliar acesso a crédito e mecanização para mulheres rurais





Facilitar o acesso de mulheres agricultoras familiares a linhas de crédito com juros reduzidos e a maquinários agrícolas de pequeno porte, como tratores e microtratores. Priorizar a distribuição em áreas com forte presença feminina e promover capacitações técnicas para operação e manutenção dos equipamentos, incentivando a formação de cooperativas e a instalação de agroindústrias.

6. Criar plano integrado de defesa territorial e climática para mulheres

Desenvolver um plano nacional com metas e recursos para proteger territórios e enfrentar a crise climática, priorizando mulheres amazônidas, indígenas, quilombolas e periféricas. Garantir direitos territoriais, regularização fundiária, segurança jurídica e titularidade feminina. Fortalecer redes femininas agroecológicas e de defesa ambiental com financiamento e suporte técnico.

7. Promover inclusão e direitos das mulheres indígenas e rurais

Fortalecer a inclusão e os direitos das mulheres indígenas e rurais por meio de debates sobre feminismo em comunidades tradicionais e religiosas. Assegurar intérpretes de línguas maternas em conferências, garantir participação paritária em projetos de emprego e renda, e priorizar a demarcação de territórios indígenas para preservar segurança, saúde e cultura.

8. Criar fundo nacional para territórios tradicionais e quilombolas

Estabelecer um fundo nacional para delimitação, demarcação e titulação de territórios quilombolas e Unidades Territoriais Tradicionais, com previsão no Plano Plurianual. Garantir infraestrutura, saúde, educação e segurança, respeitando protocolos de consulta e valorizando a ancestralidade. Parcerias com CONAQ e apoio financeiro para pontos de cultura do sagrado são essenciais.

9. Promover inclusão e autonomia de mulheres de comunidades tradicionais

Criar políticas públicas que integrem habitação, cultura e economia para mulheres de comunidades tradicionais de matriz africana. Destinar áreas para cultivo e práticas culturais, capacitar para elaboração de projetos, e fomentar participação em ciência e saúde. Reconhecer saberes ancestrais, garantindo representação em conselhos e acesso a programas federais de apoio.





10. Fortalecer a produção e comercialização das mulheres rurais

Promover o fortalecimento da produção e comercialização das mulheres rurais por meio de projetos que ofereçam maquinário, implementos agrícolas, infraestrutura de irrigação e suporte logístico. A iniciativa visa melhorar a organização produtiva e econômica, garantindo transporte e acesso a mercados, com atenção à diversidade de raça, classe e território.

11. Promover agricultura comunitária sustentável em territórios diversos

Fortalecer a agricultura comunitária em quilombos e áreas rurais por meio de cooperativas que garantam assistência técnica, insumos e infraestrutura para escoamento de produtos. Incentivar práticas agroecológicas e a cozinha tradicional, assegurando a comercialização justa e sustentável, respeitando a diversidade cultural e territorial.

12. Fortalecer direitos e proteção das comunidades Quilombolas

Promover a fiscalização da lei 10.639/2003 e garantir apoio jurídico e técnico às comunidades Quilombolas para proteger seus territórios e direitos de produção e moradia. Estabelecer um prazo máximo de três anos para a titulação definitiva dos Quilombos, priorizando a pré-titulação para mulheres Quilombolas, assegurando justiça e equidade de gênero.

13. Promover inclusão econômica de mulheres na agricultura familiar

Estabelecer financiamento específico para mulheres na agricultura familiar, garantindo acesso a mercados públicos e privados, como merenda escolar. Implementar obrigatoriedade de 50% das compras governamentais desses produtos, priorizando mulheres. Adaptar triagem socioeconômica para incluir mulheres rurais, pensionistas e trabalhadoras de baixa renda, respeitando as especificidades do campo.

14. Realizar levantamento e assegurar inclusão de indígenas em serviços públicos

Promover o levantamento dos não indígenas na Terra Indígena Jaguapiru e Bororó e garantir a aplicação de cotas para indígenas, conforme legislação vigente. Assegurar vagas para indígenas falantes de Guarani e Kaiowá em concursos públicos, para atuarem como intérpretes em serviços e órgãos que atendem comunidades indígenas, promovendo inclusão e respeito cultural.





15. Promover inclusão e regularização fundiária para mulheres agricultoras

Apoiar mulheres agricultoras através do fortalecimento da agricultura familiar e regularização fundiária. A iniciativa visa garantir acesso à terra e recursos, promovendo autonomia econômica e segurança jurídica, respeitando as diversidades locais e incentivando práticas sustentáveis e inclusivas no campo.

16. Capacitar e facilitar acesso a políticas públicas para mulheres rurais

Promover a capacitação em políticas públicas para mulheres rurais, abordando suas necessidades específicas e diversidade. Paralelamente, simplificar processos burocráticos para melhorar o acesso a essas políticas, garantindo que as mulheres em áreas rurais possam participar ativamente e se beneficiar plenamente dos recursos disponíveis.

17. Revogar o Marco Temporal para garantir direitos indígenas

Revogar o Marco Temporal é crucial para assegurar os direitos territoriais dos povos indígenas, respeitando sua diversidade cultural e histórica. Essa medida visa proteger as terras tradicionais, promovendo justiça social e equidade, além de fortalecer a preservação ambiental e a sustentabilidade das comunidades indígenas em todo o território nacional.

18. Garantir acesso à terra para famílias rurais

Conceder 25 hectares de terra por família para promover a autonomia econômica e social de mulheres no campo. A política deve priorizar famílias em situação de vulnerabilidade, respeitando a diversidade racial e territorial. O acesso à terra visa fortalecer a agricultura familiar e garantir segurança alimentar, além de incentivar práticas sustentáveis e inclusivas.

19. Assegurar orçamento e expandir a Ater Mulher

Destinar recursos adequados e expandir a Ater Mulher, garantindo assistência técnica e extensão rural para mulheres agricultoras. A iniciativa visa fortalecer a autonomia econômica feminina no campo, promovendo igualdade de gênero e inclusão social, com atenção às diversidades de raça, classe e território.





Eixo Temático 11: Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia

O Eixo 11 foi a oportunidade de reconhecer esses campos como áreas estratégicas para a disputa de narrativas, construção de identidades e exercício pleno dos direitos das mulheres, sobretudo negras, indígenas, quilombolas, LBT, periféricas e com deficiência. O propósito central foi promover a presença, representatividade digna e valorização feminina nesses espaços, combatendo estereótipos, objetificação e discursos de ódio.

As propostas englobaram a criação de linhas de financiamento permanentes para coletivos culturais liderados por mulheres, com prioridade para territórios periféricos e grupos sub-representados, além de editais específicos para projetos culturais de mulheres da pesca. Os debates indicavam a importância de desenvolver programas abrangentes de fomento cultural inclusivo, consolidar saberes ancestrais femininos, estabelecer centros culturais comunitários e plataformas digitais, e promover campanhas educativas sobre saúde e prevenção do uso de álcool e drogas. No esporte, o debate do eixo incentivou a ampliação das oportunidades para mulheres, regulamentação da comunicação com equidade de gênero, promoção do protagonismo feminino e garantia de ambientes seguros e inclusivos. A relevância do eixo foi consolidar a cultura, o esporte e a comunicação como instrumentos de empoderamento, autonomia e participação, valorizando a diversidade e fortalecendo a identidade cultural das mulheres em todos os territórios.

Propostas discutidas no Eixo Temático 11

1. Criar linhas de financiamento para coletivos culturais de mulheres.

Estabelecer linhas de financiamento permanentes para coletivos culturais liderados por mulheres, priorizando territórios periféricos e grupos sub-representados. Assegurar cotas e pontuação extra para mães solo, mulheres negras, indígenas, LBT+ e pessoas com deficiência. Integrar essas iniciativas às políticas culturais e educacionais, garantindo infraestrutura, segurança e remuneração justa.

2. Criar editais para projetos culturais de mulheres da pesca





Estabelecer editais específicos para apoiar projetos culturais liderados por mulheres da pesca, assegurando sua inclusão em conselhos e conferências de cultura, meio ambiente e pesca. Proteger territórios e promover a cultura da pesca nas escolas, garantindo visibilidade para mulheres LBT+, negras e de grupos historicamente marginalizados, com suporte financeiro adequado.

3. Desenvolver programa de fomento cultural inclusivo para mulheres.

Criar um programa abrangente de fomento cultural que apoie mulheres, especialmente de periferias, com financiamento, bolsas e editais. Estabelecer cotas para projetos liderados por mulheres, criar centros culturais comunitários e plataformas digitais para divulgação. Promover eventos inclusivos e formação de agentes culturais, incentivando a diversidade e o combate ao etarismo.

4. Consolidar saberes ancestrais e culturais femininos

Promover políticas públicas que valorizem e preservem os saberes ancestrais e culturais das mulheres, incluindo a criação de museus, escolas e festivais. Incentivar a formação e gestão de projetos culturais, com reconhecimento e apoio à mestras da cultura popular. Integrar esses conhecimentos nos currículos escolares e garantir sua transmissão intergeracional, fortalecendo a identidade cultural.

5. Consolidar políticas culturais inclusivas para mulheres e minorias

Reconhecer a cultura como direito essencial, promovendo políticas públicas que garantam visibilidade e protagonismo de mulheres e minorias em espaços culturais. Criar Casas das Artes e Casas Semente para formação, acolhimento e produção artística, com financiamento contínuo e parcerias intersetoriais, fortalecendo redes de apoio e inclusão social.

6. Promover campanhas educativas e de saúde

Implementar campanhas educativas sobre o uso e abuso de álcool e drogas, especialmente voltadas para a juventude. Realizar intervenções em eventos culturais do hip hop para prevenção, cuidado e promoção da saúde. Envolver mulheres de diversas origens e idades, fortalecendo a comunidade e a cultura.

7. Promover equidade e inclusão de mulheres no esporte





Ampliar oportunidades para mulheres no esporte por meio de incentivos a professoras e professores, formação em defesa pessoal, e fomento a projetos amadores. Criar o "Bolsa Atleta" com 30% a 50% das vagas para mulheres, e um edital exclusivo para o esporte feminino, garantindo financiamento e compromisso público.

8. Estabelecer centros culturais e de formação para mulheres

Criar centros culturais que promovam a autonomia feminina através de oficinas de escrita de projetos, captação de recursos e capacitação em cultura. Focar em samba, artesanato e tradições indígenas, com ênfase em mulheres negras e periféricas. Valorizar memórias e trajetórias femininas, incentivando a transmissão intergeracional e a diversidade cultural.

9. Criar Central de Intérpretes e Mediadores Culturais

Estabelecer uma Central Pública de Intérpretes de Libras e Mediadores Culturais em Passo Fundo, operando 24/7, com agendamento acessível. A central atenderá áreas como saúde, educação, justiça e assistência social, assegurando comunicação efetiva para surdos, imigrantes e refugiados, promovendo inclusão e acesso igualitário aos serviços públicos.

10. Promover acesso inclusivo a cultura e lazer para mulheres diversas

Oferecer atividades culturais e de lazer inclusivas para mulheres de todas as idades, com ênfase em grupos marginalizados, como negras, idosas, LBT+ e com deficiência. Criar espaços de convivência e socialização, garantindo transporte acessível e assistência especializada. Estabelecer parcerias para programas que valorizem a diversidade cultural e promovam a inclusão digital e social.

11. Promover protagonismo feminino na literatura e redes sociais

Incentivar a criação de espaços literários e digitais que fortaleçam o protagonismo feminino. Estabelecer clubes de leitura com obras de autoras mulheres, realizar feiras literárias regionais e fomentar a comunicação nas redes sociais para compartilhar histórias e conquistas. Criar uma lei federal que apoie a literatura feminina e a diversidade, promovendo inclusão e ação coletiva.

12. Promover acesso a espaços públicos de cultura, lazer e esporte

Facilitar o acesso a espaços públicos de cultura, lazer e esporte nas periferias e comunidades rurais, utilizando escolas e praças como centros de atividades. Destinar recursos para





manutenção contínua e promover atividades inclusivas, como rodas de conversa e práticas culturais, fortalecendo laços comunitários e promovendo a igualdade de gênero e o empoderamento feminino.

13. Instituir rede integrada de saúde, cultura e esporte para mulheres

Criar uma rede integrada que articule saúde, cultura e esporte, promovendo bem-estar e inclusão para mulheres de todas as idades e condições. Ações incluirão eventos culturais com serviços de saúde, modalidades esportivas acessíveis e espaços seguros de convivência. A rede será intersetorial, garantindo diversidade e presença em territórios periféricos, com foco em gênero, raça e geração.

14. Promover igualdade e segurança no esporte

Realizar campanhas educativas em academias e espaços esportivos para valorizar a participação feminina, combater estereótipos de gênero e prevenir assédio. As ações devem conscientizar sobre o respeito ao corpo feminino e a diversidade corporal, garantindo ambientes seguros e inclusivos para todas, respeitando as diversidades de raça, classe e território.

15. Fortalecer políticas de incentivo ao esporte feminino

Ampliar o acesso das mulheres ao esporte desde a infância por meio de programas escolares, bolsas para atletas e investimentos em infraestrutura. Incluir financiamento, auxílio para transporte e hospedagem, visibilidade na mídia e capacitação de profissionais, abrangendo o paradesporto. Promover a diversidade e inclusão, garantindo oportunidades para todas as mulheres.

16. Regular comunicação com equidade de gênero

Promover a regulamentação democrática da mídia e plataformas digitais, assegurando a presença paritária de mulheres na produção e gestão de conteúdo. Estabelecer mecanismos de denúncia e fiscalização contra práticas misóginas, com foco em diversidade e interseccionalidade, garantindo formação e educação midiática para combater a violência simbólica de gênero.





17. Promover inclusão e seguridade para mulheres na cultura Hip Hop

Criar um programa integrado que reduza a carga de trabalho 6x1, oferecendo mais tempo para lazer e participação social, especialmente para mulheres negras. Incluir bolsa-auxílio para praticantes de breaking e seguridade social para agentes 60+. Oferecer cuidados a mães e crianças neurodivergentes e programas de autodefesa para mulheres do movimento Hip Hop.

18. Promover representatividade feminina no esporte e na mídia

Garantir visibilidade às mulheres atletas, destacando seus feitos e talentos, é crucial para promover a igualdade de gênero. Aumentar a cobertura midiática e o apoio institucional às atletas de diversas origens e modalidades fortalece a diversidade e inspira novas gerações, contribuindo para um ambiente esportivo mais inclusivo e equitativo.

19. Reduzir carga tributária e destacar tradições de matriz africana

Reduzir a carga tributária sobre produtos e insumos usados em ritos sagrados de tradições de matriz africana, reconhecendo e valorizando suas práticas culturais e religiosas. Essa medida busca promover a igualdade religiosa e cultural, respeitando a diversidade e fortalecendo o patrimônio imaterial das comunidades afrodescendentes.

20. Promover intercâmbio cultural entre comunidades quilombolas

Facilitar programas de intercâmbio cultural entre comunidades quilombolas em diversas regiões do estado e do país, visando a valorização e troca de saberes e experiências. A iniciativa busca fortalecer identidades culturais, promover inclusão social e fomentar o desenvolvimento comunitário através do diálogo intercultural e do compartilhamento de práticas tradicionais.

21. Garantir reservas de vagas para mulheres em eventos e editais culturais

Estabelecer a reserva de vagas para mulheres em eventos e editais culturais financiados pelo governo federal, assegurando a inclusão de mulheres de matriz africana, povos originários e LGBTQIA+. Essa política visa promover a diversidade e equidade de gênero no setor cultural, ampliando o acesso e a representatividade feminina em espaços culturais.





22. Regularizar e promover o Ecossistema do Livro

Estabelecer regulamentações para proteger o Ecossistema do Livro e criar um seminário inclusivo que amplie o conhecimento e promova a igualdade entre seus componentes. O seminário fomentará a discussão de projetos e políticas públicas, garantindo diversidade de perspectivas e fortalecendo o setor literário em termos de raça, classe, gênero e território.

23. Garantir acesso à justiça para herdeiros de artistas falecidos

Facilitar o acesso à justiça para herdeiros de artistas falecidos, assegurando a proteção de seus direitos patrimoniais e culturais. Promover assistência jurídica especializada e gratuita, com enfoque na diversidade de gênero, raça e classe, para garantir que o legado cultural e os direitos de família sejam respeitados e preservados.

24. Incentivar publicação de coletâneas temáticas para mulheres.

Promover a publicação de coletâneas temáticas que destacam a diversidade de experiências e perspectivas de mulheres, abrangendo raça, classe e território. Essas publicações visam amplificar vozes femininas, fomentar a inclusão e enriquecer o debate público sobre questões de gênero, incentivando a participação de autoras de diferentes contextos sociais e culturais.

Eixo Temático 12: Enfrentamento do Racismo, Sexismo, Lesbofobia, Transfobia e Outros Marcadores de Desigualdade

O Eixo 12 foi um momento ímpar de reconhecimento da interseccionalidade das desigualdades que atingem as mulheres, considerando raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, classe, geração, deficiência e território, e suas consequências em formas específicas de violência e exclusão. O propósito foi debater sobre a urgência de estruturar políticas públicas integradas que combatam essas discriminações e incluam mulheres negras, indígenas, quilombolas, ciganas, LBT, com deficiência e de diferentes territórios como protagonistas da ação pública.





As propostas centraram-se na implementação de políticas inclusivas e interseccionais que promovam igualdade de oportunidades e proteção contra violências, criação de redes nacionais de acolhimento para mulheres LBT, atendimento humanizado e qualificado em saúde e assistência social, formação contínua para profissionais, combate ao racismo institucional, incentivo a ações afirmativas no trabalho, educação antirracista, e promoção do respeito às diversidades culturais e religiosas. O eixo também buscou mapear e garantir direitos dos povos tradicionais de matriz africana, estabelecer fóruns interseccionais para participação nas decisões públicas, oferecer apoio psicológico especializado e criar delegacias específicas para crimes raciais. A relevância do eixo esteve na centralidade do debate da promoção da inclusão, equidade, justiça social e valorização da diversidade, assegurando a defesa dos direitos humanos e combatendo todas as formas de opressão que afetam as mulheres em suas múltiplas identidades.

Propostas discutidas no Eixo Temático 12

1. Implementar políticas públicas inclusivas e interseccionais para mulheres

Desenvolver políticas públicas que promovam igualdade de oportunidades para mulheres, com foco em raça, gênero, orientação sexual e deficiência. As ações incluem formação profissional, proteção contra violências, acesso à saúde e educação, e fomento cultural. Garantir orçamento e parcerias com sociedade civil para fortalecer a inclusão e combater discriminações estruturais.

2. Criar rede nacional de acolhimento e apoio para população LBT+

Estabelecer uma rede nacional de casas de acolhimento para LBT+ com foco em mulheres trans e idosas, oferecendo moradia temporária, apoio psicossocial, capacitação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho. A política incluirá programas de geração de renda, cotas em concursos e formação contínua de profissionais, promovendo inclusão e combate à discriminação.

3. Implantar atendimento inclusivo e humanizado para mulheres LBT+ e negras





Implantar atendimento inclusivo e humanizado em saúde, assistência e acolhimento para mulheres LBT+ e negras, assegurando escuta qualificada e intervenção psicossocial. Revisar sistemas de informação para coleta de dados LBT+ e garantir medicamentos para hormonização. Fortalecer práticas integrativas no SUS, respeitando a reforma psiquiátrica e garantindo orçamento para saúde integral e.

4. Desenvolver políticas integradas para mulheres LBT+

Criar políticas públicas que reconheçam e combatam a violência de gênero contra mulheres LBT+, promovendo segurança, acolhimento e respeito à diversidade. Implementar formação contínua para educadores, centros de referência nas escolas, assistência jurídica e psicossocial, e garantir 10% das vagas em abrigos para mulheres LBT+, com foco especial em mulheres trans e travestis.

5. Desenvolver políticas públicas inclusivas e antirracistas na saúde e educação

Promover formação contínua e obrigatória em letramento racial e educação antirracista para profissionais de saúde e educação. Incluir conteúdos sobre gênero e raça nos currículos, criar protocolos de atendimento especializado e fortalecer programas de permanência para mulheres negras. Estabelecer mecanismos de denúncia e monitoramento para combater o racismo institucional e promover equidade.

6. Instituir formação obrigatória em gênero e diversidade para profissionais públicos

Instituir formação obrigatória e contínua em gênero, raça e diversidade para profissionais de justiça, saúde, educação, segurança e assistência social. A formação deve abordar interseccionalidade e opressões estruturais, com foco em populações vulneráveis, e incluir monitoramento e avaliação de indicadores, assegurando acessibilidade e valorização de saberes plurais.

7. Criar Observatório Nacional de Inclusão e Direitos LBT+

Estabelecer um Observatório Nacional para monitorar e pesquisar as condições de vida e trabalho das mulheres LBT+, considerando recortes de gênero, raça, classe e território. O observatório subsidiará políticas públicas inclusivas, com foco em violência, saúde, educação e mercado de trabalho, articulando-se com universidades e instituições de pesquisa para garantir dados atualizados e eficazes.





8. Combater o racismo e a discriminação nos ambientes de trabalho e serviços públicos

Implementar políticas públicas para combater o racismo e a discriminação nos ambientes de trabalho e serviços públicos, incluindo multas para empresas, formação de servidores, e mecanismos de denúncia e responsabilização. Promover a educação antirracista e monitorar práticas discriminatórias, garantindo investigação e punição efetiva de atos racistas.

9. Estabelecer políticas inclusivas para igualdade de gênero e diversidade no trabalho

Promover políticas que incentivem a negociação de cláusulas de igualdade de gênero e raça, criação de corregedorias para apurar discriminação, e pesquisas sobre inserção de pessoas trans no mercado. Fomentar diálogo com empresas sobre recrutamento e desenvolvimento LBT+, assegurando ambientes de trabalho justos e respeitosos.

10. Implementar plano nacional de reparação e proteção para mulheres POTMA

Criar um plano nacional que integre reparação histórica e proteção para mulheres de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. Incluir saúde acessível no SUS, justiça especializada, educação sobre cultura afro-brasileira, e fomento à economia solidária. Promover participação política, liberdade de culto e combate ao racismo, assegurando dignidade e autonomia.

11. Adotar interseccionalidade em políticas públicas para mulheres

Integrar a interseccionalidade em políticas para mulheres, considerando raça, classe, gênero e território. Envolver mulheres negras e periféricas no processo decisório, valorizar saberes ancestrais e linguagens diversas. Formar forças de segurança em gênero e raça, com controle social. Produzir dados desagregados e apoiar a maternidade em vulnerabilidade com creches, moradia e renda básica.

12. Promover campanhas de conscientização e proteção para mulheres negras

Desenvolver campanhas permanentes que abordem as violências raciais e de gênero enfrentadas por mulheres negras cis, trans e LBT+, incluindo a eliminação de termos estigmatizantes. Assegurar assistência jurídica e suporte territorial, promovendo a autoestima e proteção legal, como a descriminalização do aborto, para mulheres em situação de vulnerabilidade.





13. Promover políticas de enfrentamento ao racismo e à violência de gênero

Desenvolver políticas públicas que enfrentem o racismo e a violência de gênero, com foco em mulheres negras, LBT+ e outros grupos vulneráveis. Incluir programas de conscientização, apoio psicológico e jurídico, além de ações afirmativas para garantir equidade e representatividade. Fortalecer a defesa dos direitos humanos e promover uma sociedade inclusiva e diversa.

14. Padronizar coleta e publicação de dados sobre violência de gênero

Estabelecer parâmetros nacionais para a coleta de dados sobre violência de gênero, garantindo que todos os estados integrem categorias de raça, cor, gênero e identidade de gênero. Padronizar boletins de ocorrência online com linguagem neutra e publicar anualmente Dossiês LBT+ com dados desagregados, integrando informações de saúde, segurança, justiça e serviços de atendimento, com.

15. Mapear e garantir direitos dos Povos Tradicionais de Matriz Africana

Realizar mapeamento nacional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana para obter dados completos sobre gênero, raça e perfil socioeconômico. Basear políticas públicas no PL Makota Valdina, assegurando reparação histórica, criação de leis específicas e reconhecimento das lideranças femininas como guardiãs culturais e ambientais, promovendo igualdade e equidade.

16. Estabelecer fóruns interseccionais de inclusão e diversidade

Criar fóruns permanentes para incluir mulheres negras, indígenas, LBT+, com deficiência e outros grupos nas discussões e decisões de políticas públicas. Esses espaços promoverão a interseccionalidade, garantindo que as especificidades de cada grupo sejam consideradas, fortalecendo a participação ativa e a escuta das diversas vozes femininas na sociedade.

17. Oferecer apoio psicológico especializado para mulheres negras

Criar espaços seguros e acolhedores em comunidades para oferecer apoio psicológico especializado a mulheres negras, incluindo aquelas com deficiência. Integrar práticas culturais e ancestrais, como rodas de conversa e atividades criativas, abordando racismo, saúde mental e violência de forma interseccional, com ênfase em práticas integrativas e complementares.





18. Realizar mapeamento e revisão de normas para inclusão de pessoas trans e mulheres

Mapeamento municipal das condições de vida de mulheres e pessoas trans, aliado à revisão de normas do INSS para reconhecer exclusões históricas. Visa garantir acesso ao BPC e aposentadoria especial para trans nascidas até 1970, promovendo reparação e inclusão social. A proposta considera diversidade de raça, classe e território.

19. Fortalecer redes de apoio para mães negras em luto

Promover a criação e o fortalecimento de redes de apoio entre mulheres negras, visando romper com a lógica de culpabilização das mães em situações de luto. Essas redes proporcionarão suporte emocional e social, garantindo que nenhuma mãe enfrente o luto sozinha, e serão coordenadas por lideranças comunitárias para assegurar representatividade e inclusão.

20. Regularizar dispensa remunerada para praticantes de religiões de Matriz Africana

Estabelecer regulamentação que garanta dispensa remunerada para trabalhadores do setor público e privado que pratiquem religiões de Matriz Africana, assegurando o direito de participação em obrigações religiosas. A medida visa promover a igualdade religiosa e respeitar a diversidade cultural, fortalecendo a inclusão e o respeito às tradições afro-brasileiras.

21. Estabelecer delegacia especializada em crimes raciais e de intolerância religiosa

Criar uma delegacia especializada para investigar crimes raciais e de intolerância religiosa. Esta unidade visa garantir atendimento qualificado e ágil, promovendo justiça e segurança para comunidades vulneráveis, além de fortalecer a confiança nas instituições públicas e fomentar a convivência pacífica e respeitosa.

Eixo Temático 13: Igualdade para Jovens, Idosas e com Deficiência

O Eixo 13 abordou as especificidades enfrentadas por esses grupos, que enfrentam barreiras particulares ao acesso a direitos, participação social e autonomia. O propósito do debate foi





garantir que políticas de educação, trabalho, saúde, cultura, proteção social, mobilidade e participação sejam desenvolvidas com atenção às diferentes fases da vida e condições de funcionalidade, superando a invisibilidade dessas mulheres nas respostas estatais.

As principais propostas incluem a criação de centros integrados de apoio a mulheres com deficiência e suas cuidadoras, oferta de serviços multidisciplinares, infraestrutura acessível e formação continuada para profissionais; políticas públicas integradas para pessoas idosas e com deficiência, com foco em saúde integral, inclusão social e respeito intergeracional; desenvolvimento de centros de referência e moradia para mulheres idosas vulneráveis; prioridade no atendimento a mães atípicas no SUS e no trabalho; garantia de acessibilidade ampla e inclusiva; implementação de programas de emprego e auxílios específicos para mães jovens e atípicas; e fortalecimento de uma rede de apoio e participação ativa para mulheres idosas, promovendo protagonismo, inclusão digital e combate ao isolamento. O eixo enfatizou a importância da inclusão, equidade, dignidade e respeito às diversidades de raça, gênero, classe e território para assegurar a cidadania plena dessas mulheres.

Propostas discutidas no Eixo Temático 13

1. Criar centros integrados de apoio a mulheres com deficiência e cuidadoras

Estabelecer centros integrados em todo o Brasil para apoio a mulheres com deficiência e cuidadoras. Oferecer serviços de saúde, assistência social, jurídica e psicológica, com equipes multidisciplinares e infraestrutura acessível. Promover formação continuada de profissionais para acolhimento humanizado e garantir segurança e dignidade menstrual em áreas remotas.

2. Consolidar políticas públicas para pessoas idosas e com deficiência

Promover políticas públicas integradas para pessoas idosas e com deficiência, garantindo saúde integral, inclusão social e respeito intergeracional. Implementar Avaliação Multidimensional, campanhas educativas e acessibilidade urbana. Assegurar cuidados especializados e suporte estatal, prevenindo abandono e violência, com enfoque em gênero, raça e idade.





3. Desenvolver centros de referência e moradia para mulheres idosas

Criar centros de referência e vilas de moradia para mulheres idosas em situação de vulnerabilidade, garantindo habitação digna, saúde, lazer, cultura e proteção contra violências. Integrar suporte jurídico, emocional e social, com atenção especial a idosas indígenas e PCD. Priorizar alimentação saudável e formação de profissionais para acolhimento e denúncia.

4. Priorizar apoio integral a mães atípicas no SUS e no trabalho

Fortalecer o suporte a mães atípicas com atendimento prioritário no SUS, incluindo suporte psicossocial e educação antirracista para crianças. Implementar programas de emprego com incentivos para empresas que as contratem, ampliar o auxílio creche e criar auxílio para terapias. Garantir afastamento no serviço público e reduzir a jornada de trabalho para acompanhamento dos filhos.

5. Garantir acessibilidade inclusiva para mulheres com deficiência

Promover políticas públicas que assegurem acessibilidade ampla e inclusiva para mulheres com deficiência, contemplando infraestrutura adaptada, formação anticapacitista, e campanhas inclusivas. Priorizar a presença de intérpretes de Libras, adequação do transporte público e capacitação contínua para garantir autonomia e participação plena em todos os âmbitos sociais e políticos.

6. Criar centros integrados de apoio para mães e pessoas com deficiência

Estabelecer centros integrados que ofereçam diagnóstico, tratamento e suporte para pessoas com deficiência e suas mães. Esses centros proporcionarão medicação, apoio médico, psicológico e jurídico, além de atividades terapêuticas para filhos e programas de geração de renda para mães. A central de informação fornecerá dados atualizados sobre diagnósticos e serviços disponíveis.

7. Criar centros de convivência e inclusão digital para mulheres idosas

Estabelecer centros de convivência que promovam o empoderamento de mulheres idosas, oferecendo inclusão digital, apoio psicológico e social. Parcerias com universidades e órgãos públicos garantirão cursos de letramento digital e segurança online. Esses espaços fomentarão a interação intergeracional e a participação ativa na sociedade, combatendo o isolamento e o preconceito.





8. Criar rede de apoio e participação para mulheres idosas

Desenvolver uma rede de apoio para mulheres idosas que promova direitos, equidade e participação ativa. A iniciativa incluirá oficinas de protagonismo, grupos de diálogo em comunidades escolares e espaços coletivos de cuidado. Focará na valorização de histórias e experiências, respeitando diversidade de raça, classe e território, para fortalecer a sociabilização e bem-estar.

9. Implementar programa integrado de acessibilidade e apoio para mulheres

Criar um programa contínuo e acessível que integre comunicação pública, suporte digital e atendimento especializado para mulheres, especialmente com deficiência e cuidadoras atípicas. Oferecer informações sobre direitos, serviços e canais de denúncia em múltiplos formatos, garantindo acessibilidade 24h e inclusão digital para neurodivergentes.

10. Desenvolver Plano Nacional para Jovens Mulheres

Desenvolver o Plano Nacional sobre Políticas para Jovens Mulheres, integrando a Política Nacional de Direitos das Mulheres, baseado em consultas participativas em todo o Brasil, assegurando diversidade e inclusão.

11. Reformular políticas habitacionais e de apoio para mulheres vulneráveis

Reformular políticas habitacionais e de apoio para mulheres acima de 50 anos, mães solo e atípicas, garantindo financiamento habitacional com juros e prazos diferenciados, isenção de imposto de renda para famílias vulneráveis e ampliação de vagas em saúde. Priorizar mulheres em programas sociais, assegurando acesso a tratamentos essenciais e dignidade.

12. Capacitar profissionais de saúde para atendimento geriátrico inclusivo

Promover formação específica para profissionais da saúde pública, incluindo geriatras, com foco em atendimento ao idoso, considerando gênero e diversidade, como pessoas trans e travestis. Integrar geriatras na Estratégia Saúde da Família para melhorar o cuidado, reduzir internações e expandir programas como o Brasil Sorridente, especialmente em áreas periféricas.

13. Implementar formação permanente para acolhimento e respeito às mulheres





Promover formação contínua para servidores públicos e sociedade, visando acolhimento e respeito às mulheres em famílias atípicas, idosas e com deficiência. O programa abordará enfrentamento ao capacitismo e preconceito, garantindo atendimento humanizado e acessível em serviços municipais, como Delegacias da Mulher, hospitais e postos de saúde.

14. Fortalecer direitos das mulheres idosas nos conselhos de saúde

Promover a ratificação da Convenção Interamericana dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas e aumentar a representação das entidades civis nos conselhos de saúde para garantir os direitos das mulheres idosas. Distribuir o Estatuto do Idoso em todos os estados para conscientizar sobre os direitos e promover a inclusão e participação ativa das idosas na sociedade.

15. Garantir suporte integral para jovens atípicos em escolas

Assegurar a presença de técnicos de enfermagem em escolas e oferecer atividades terapêuticas e de treinamento de habilidades em turno e contraturno para jovens atípicos. Essa abordagem visa promover inclusão e desenvolvimento integral, respeitando a diversidade e as necessidades específicas de cada estudante, com apoio contínuo de profissionais capacitados.

16. Desenvolver sistema de apoio para crianças autistas e mães solas

Criar um sistema integrado de apoio para crianças autistas e suas mães, especialmente aquelas que são mães solas ou atípicas. Este sistema oferecerá suporte especializado em saúde, educação e assistência social, inspirado no modelo SER para pacientes oncológicos, garantindo inclusão e suporte contínuo para famílias diversas em contextos vulneráveis.

17. Implantar plano nacional para mulheres neurodivergentes e mães atípicas

Criar um plano nacional que proteja e empodere mulheres neurodivergentes, com deficiências ocultas e mães atípicas, garantindo dignidade e segurança. Capacitar o judiciário para atendimento diferenciado, incluir advogadas neurodivergentes nos processos e oferecer apoio psicológico em audiências. Estender pensão para mães atípicas e abrir concursos específicos para juízes de vara de família.





18. Capacitar e integrar monitores para inclusão educacional

Garantir a presença de monitores capacitados para estudantes com deficiência em instituições de ensino, promovendo formação continuada sobre práticas inclusivas e direitos das pessoas com deficiência. Esses monitores devem ser integrados à equipe pedagógica, com remuneração justa e supervisão de profissionais da educação especial, assegurando uma inclusão escolar efetiva e anticapacitista.

19. Reformular sistema de avaliação e acessibilidade para pessoas com deficiência

Reformular o sistema de avaliação da deficiência, adotando laudo vitalício para deficiências permanentes e modelo biopsicossocial. Criar mecanismos para melhorar a acessibilidade em áreas periféricas e rurais, garantindo mobilidade urbana para pessoas idosas com deficiência ou dificuldade de locomoção, considerando barreiras sociais e diversidade territorial.

20. Incluir e protagonizar a juventude na garantia de direitos humanos

Promover a inclusão da juventude como protagonista na sociedade, assegurando o respeito e a garantia dos direitos humanos fundamentais, com foco na diversidade de raça, classe, gênero e território. A iniciativa visa escutar ativamente os jovens, integrando suas vozes em políticas públicas que valorizem suas experiências e potencialidades.

21. Criar política nacional de cuidado para mulheres PCD e mães atípicas

Desenvolver uma política nacional de cuidado que atenda mulheres com deficiência (PCD) e mães atípicas, garantindo suporte integral e inclusivo. A política deve contemplar assistência personalizada, acessibilidade, apoio psicológico e redes de suporte comunitário, promovendo a autonomia e qualidade de vida, respeitando a diversidade de raça, classe e território.

22. Estabelecer vagas de emprego inclusivas para mães jovens e atípicas

Criar vagas de emprego para mães jovens e atípicas, com jornadas flexíveis e reduzidas, garantindo creches acessíveis e apoio emocional. A política visa proporcionar oportunidades reais de inserção no mercado de trabalho, respeitando a diversidade e as necessidades específicas dessas mulheres, promovendo inclusão e equidade no ambiente profissional.





23. Garantir segurança e prioridade para mulheres chefes de família

Promover políticas públicas que assegurem a segurança e priorizem o acesso a serviços essenciais para mulheres chefes de família. Isso inclui moradia segura, apoio financeiro e acesso prioritário a programas sociais, considerando a diversidade de raça, classe e território. A iniciativa visa fortalecer a autonomia e proteção dessas mulheres, reconhecendo seu papel central na estrutura familiar.

Eixo Temático 14: Outras políticas Para Mulheres

O Eixo 14 organizou o debate sobre políticas que impactam a vida das mulheres em diversos setores além dos tradicionalmente abordados, como segurança pública, assistência social, desenvolvimento econômico, ciência e tecnologia, transporte e turismo. O propósito foi o debate sobre a necessidade de consolidar a perspectiva de gênero como eixo estruturante e transversal em todas as políticas públicas, evitando que a agenda das mulheres fique restrita a ações pontuais ou ministérios isolados.

As propostas incluíram o desenvolvimento de políticas urbanas inclusivas que promovam cidades seguras, acessíveis e com infraestrutura adequada para mulheres, especialmente em territórios periféricos e populações vulneráveis; a criação de programas habitacionais sustentáveis e acessíveis para mulheres em situação de vulnerabilidade, assegurando titularidade feminina e uso de mão de obra feminina; a consolidação de políticas de segurança alimentar através de acesso a cestas básicas, cozinhas solidárias e restaurantes populares; a promoção de atendimentos integrados e presenciais em equipamentos essenciais como CRAS, hospitais e escolas; a garantia de transporte público seguro e acessível com tarifas reduzidas e ampliação de horários; a criação de conselhos participativos para gestão de crises em áreas vulneráveis; a implantação de centros de convivência inclusivos e redes de apoio social; a promoção de direitos previdenciários inclusivos e equitativos; o fortalecimento do serviço público como garantia dos direitos das mulheres; e a promoção do acesso à internet de qualidade em áreas vulneráveis, assegurando ambiente digital seguro e inclusivo.





Propostas discutidas no Eixo Temático 14

1. Desenvolver políticas urbanas inclusivas para mulheres

Promover cidades seguras e acessíveis para mulheres, integrando infraestrutura urbana, moradia digna, mobilidade e segurança. Envolver mulheres na definição e fiscalização de políticas, priorizando territórios periféricos e populações vulneráveis. Garantir iluminação, saneamento, transporte eficiente e espaços de convivência, respeitando a diversidade de gênero, raça e classe.

2. Desenvolver programa habitacional inclusivo e sustentável para mulheres

Criar um programa habitacional nacional que priorize mulheres em situação de vulnerabilidade, como mães solo, vítimas de violência, imigrantes, refugiadas, idosas, trans e egressas do sistema prisional. O programa usará mão de obra feminina, materiais ecológicos e garantirá titularidade feminina, com parcerias intergovernamentais e movimentos sociais para acesso à moradia digna e sustentável.

3. Consolidar políticas de segurança alimentar para mulheres vulneráveis

Integrar programas de segurança alimentar para mulheres em situação de vulnerabilidade, garantindo cestas básicas, cozinhas solidárias e restaurantes populares. Priorizar mulheres negras, periféricas e indígenas, articulando com o Programa Bolsa Família e iniciativas locais, como hortas urbanas e feiras de produtores, para assegurar acesso a alimentos de qualidade e respeitar hábitos culturais.

4. Consolidar políticas públicas integradas para mulheres

Promover políticas públicas integradas que garantam moradia digna, saúde, transporte acessível, e enfrentamento ao racismo. Estabelecer espaços de convivência e acolhimento, fortalecer redes comunitárias e assegurar suporte a mães solo e idosas em áreas de risco. Articular ações entre governos e sociedade civil para garantir direitos fundamentais e igualdade de gênero.

5. Garantir moradia digna e inclusiva para populações vulneráveis





Promover a construção de moradias dignas e acessíveis para populações de baixa renda, indígenas, refugiados e imigrantes, através de parcerias público-privadas. Utilizar terrenos subutilizados e imóveis desocupados para habitação social, assegurando infraestrutura adequada. Estabelecer prazos claros de entrega e priorizar mão de obra local, fomentando emprego e respeitando a diversidade cultural.

6. Garantir atendimento integrado e presencial

Assegurar atendimento integrado e presencial de políticas públicas, priorizando equipamentos essenciais para mulheres e trabalhadoras, como CRAS, hospitais e escolas. Estender horários de funcionamento para atender trabalhadoras, promovendo inclusão e acesso igualitário

7. Consolidar políticas públicas para equidade de gênero e justiça social

Promover a coleta de dados desagregados por sexo, reformar o sistema fiscal para justiça tributária, e destinar 1% da arrecadação de impostos para políticas de gênero. Garantir transporte público seguro e banheiros adequados em eventos. Incentivar a ratificação de convenções internacionais e proteger direitos de mulheres aposentadas. Financiar repatriação de corpos de brasileiras no exterior.

8. Desenvolver plano de mobilidade inclusiva e acessível para mulheres

Investir em transporte público inclusivo e eficiente, renovando a frota e adaptando pontos de ônibus. Ampliar horários e linhas intermunicipais com tarifas reduzidas para mulheres de baixa renda e grupos vulneráveis. Capacitar motoristas e cobradores para atender às necessidades das mulheres, garantindo acesso à educação, saúde e trabalho.

9. Instituir conselhos participativos para gestão de crises em áreas vulneráveis

Criar conselhos participativos com governo e sociedade civil em áreas vulneráveis a enchentes e outras crises, visando transparência e controle social. Esses conselhos planejarão e acompanharão ações de infraestrutura, moradia e serviços básicos, garantindo que as necessidades das comunidades sejam atendidas e que políticas públicas sejam eficazes e inclusivas.





10. Criar Centros de Convivência Inclusivos para Mulheres

Estabelecer Centros de Convivência Inclusivos que atendam mulheres de todas as idades, raças e condições sociais, incluindo indígenas, periféricas e em situação de rua. Oferecer atividades culturais, sociais e de saúde, com foco no envelhecimento saudável e na inclusão digital. Garantir equipe multiprofissional, segurança, higiene e apoio psicossocial, priorizando mulheres em vulnerabilidade e.

11. Criar rede integrada de apoio e comunicação para mulheres

Estabelecer uma rede integrada que combine núcleos de apoio social, uma plataforma digital e estratégias de comunicação para divulgar serviços e políticas públicas para mulheres. A iniciativa visa garantir atendimento diferenciado e de qualidade, alcançando mulheres de diferentes territórios e contextos sociais, promovendo inclusão e equidade.

12. Assegurar direitos previdenciários inclusivos e equitativos

Garantir acesso universal e equitativo aos benefícios previdenciários para mulheres e crianças com deficiência, incluindo aquelas do campo, cidade e floresta. Reconhecer condições incapacitantes, como hanseníase, e vincular reajustes do BPC e aposentadorias ao salário mínimo. Manter direitos integrais e paridade para servidoras aposentadas, assegurando justiça social e econômica.

13. Fortalecer programas de apoio financeiro e habitacional inclusivo

Ampliar programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, com acréscimos para famílias que cuidam de pessoas com deficiência. Garantir fiscalização do Ministério Público na seleção do Minha Casa Minha Vida, assegurando justiça social. Criar sistemas para evitar endividamento abusivo de beneficiários e promover acesso inclusivo à previdência para vulneráveis.

14. Proteger o serviço público como garantia da vida das mulheres

Fortalecer o serviço público é essencial para garantir a segurança e os direitos das mulheres, combatendo a precarização e preservando o Regime Jurídico Único (RJU). Isso assegura condições de trabalho dignas e serviços de qualidade, promovendo equidade e justiça social, especialmente para mulheres de diferentes raças, classes e territórios.





15. Revisar políticas de privatização e abrigamento com foco em direitos sociais

Revisar critérios de privatização e políticas de abrigamento, integrando cláusulas de reversão por má prestação de serviço e diretrizes que garantam direitos de estudantes, trabalhadoras e infâncias. A proposta inclui pesquisas de satisfação independentes e levantamento de reivindicações para assegurar comunicação eficaz e espaços seguros e inclusivos.

16. Formalizar protocolos intersetoriais para visibilidade da vulnerabilidade feminina

Formalizar protocolos intersetoriais no SUS, SUAS e SISA para mapear a vulnerabilidade das mulheres à insegurança alimentar. Criar uma base de dados nacional com indicadores de gênero, raça, etnia, estado nutricional, morbidades, território, pobreza e educação. Isso permitirá políticas públicas eficazes e adaptadas às necessidades regionais.

17. Desenvolver infraestrutura e serviços essenciais para a comunidade

Implementar uma campanha comunitária para engajar moradores na melhoria da infraestrutura local, incluindo o asfaltamento e iluminação das vias principais. Além disso, disponibilizar uma ambulância para atender emergências, garantindo acesso rápido a cuidados de saúde. A proposta visa promover segurança, mobilidade e bem-estar, respeitando a diversidade e necessidades específicas da comunidade.

18. Garantir habitação segura e digna para mulheres chefes de família

Assegurar que unidades habitacionais populares sejam registradas em nome de mulheres, especialmente mães solas e atípicas. As moradias devem contar com infraestrutura completa, incluindo saneamento, calçamento, escolas e outros serviços sociais, promovendo segurança e qualidade de vida para as famílias.

19. Promover dignidade menstrual para mulheres e meninas

Garantir acesso universal a produtos menstruais gratuitos em escolas, unidades de saúde e centros comunitários, visando combater a pobreza menstrual. A iniciativa deve incluir campanhas educativas sobre saúde menstrual, respeitando a diversidade de raça, classe e território, e envolver parcerias com organizações locais para assegurar distribuição eficaz e contínua.





20. Estabelecer Restaurantes Populares em áreas estratégicas

Implantar Restaurantes Populares em bairros densamente povoados e em grandes empresas, visando garantir alimentação acessível e de qualidade. A iniciativa promoverá segurança alimentar e inclusão social, beneficiando especialmente mulheres de baixa renda e suas famílias, além de fomentar a economia local e a diversidade cultural na oferta de refeições.

21. Assegurar acesso à internet de qualidade e segura para mulheres em áreas vulneráveis

Promover o acesso à internet de qualidade, gratuita ou subsidiada, como um direito básico para mulheres em zonas rurais, periferias e Grupos Tradicionais Específicos. A iniciativa incluirá a regulamentação das redes virtuais para coibir a circulação de informações misóginas, garantindo um ambiente digital seguro e inclusivo para todas.

Eixo Temático 15: Institucionalização dos Organismos para Mulheres

O Eixo abordou o fortalecimento e a sustentabilidade das estruturas governamentais responsáveis pelas políticas para mulheres nos três níveis de governo, além das instâncias de participação e controle social. Seu propósito foi garantir a discussão em torno da urgência que secretarias, coordenadorias, conselhos, conferências e mecanismos de transversalidade de gênero tenham status institucional, equipe técnica qualificada, orçamento próprio e capacidade de coordenação eficaz das políticas de igualdade de gênero.

As principais propostas incluíram a criação de um Sistema Nacional de Políticas para Mulheres, integrando União, estados e municípios, com financiamento contínuo por fundos descentralizados e repasses automáticos; a instituição de um Fundo Nacional de Políticas para Mulheres para garantir recursos regulares e fiscalização transparente; a criação de comissões permanentes para monitorar, avaliar e aprimorar essas políticas com ampla participação social e uso de dados interseccionais; e a criação de secretarias de políticas para mulheres em todos os níveis governamentais. O eixo também enfatizou a consolidação da gestão democrática e transparente do orçamento público voltado para as políticas de





gênero, fortalecer conselhos municipais com autonomia e recursos, garantir o acesso à justiça com perspectiva de gênero e promover capacitação contínua para servidores públicos e auditores, além de condicionar repasses de recursos ao cumprimento de metas de gênero. A relevância está em assegurar a implementação, controle social, financiamento eficaz e fortalecimento institucional das políticas públicas para a igualdade de gênero, com foco na diversidade, autonomia, combate à violência de gênero e promoção da liderança feminina.

Propostas discutidas no Eixo Temático 15

1. Criar Sistema Nacional de Políticas para Mulheres

Estabelecer um Sistema Nacional de Políticas para Mulheres, integrando União, estados e municípios. Garantir financiamento contínuo por meio de fundos nacionais, estaduais e municipais, com repasses automáticos. Promover a criação de secretarias e conselhos em todas as esferas, assegurando estrutura, autonomia orçamentária e participação social para enfrentar a violência de gênero e promover a autonomia econômica e liderança feminina, com foco em diversidade e interseccionalidade.

2. Criar Fundo Nacional de Políticas para Mulheres

Estabelecer um Fundo Nacional de Políticas para Mulheres, garantindo repasses regulares e descentralizados para estados e municípios. O fundo apoiará a implementação de políticas de equidade de gênero, com participação ativa dos conselhos de mulheres, e será fiscalizado para assegurar transparência e eficácia, considerando diversidade regional e inclusão social.

3. Criar comissão permanente para monitorar políticas para mulheres

Estabelecer comissão permanente para monitorar, avaliar e aprimorar políticas públicas para mulheres. Garantir participação social e uso de dados interseccionais, ampliando representação política feminina com cotas, financiamento justo e combate à violência política de gênero.

4. Criar Secretarias de Políticas para Mulheres em todas as esferas governamentais





Estabelecer Secretarias de Políticas para Mulheres em níveis municipal, estadual e federal, assegurando autonomia administrativa, orçamento próprio e equipe técnica qualificada. Essas secretarias atuarão de forma intersetorial para formular, implementar e monitorar políticas públicas que promovam a igualdade de gênero e ampliem a presença feminina em posições de liderança.

5. Criar Sistema Único de Políticas para Mulheres

Estabelecer um Sistema Único de Políticas para Mulheres, inspirado no SUS e SUAS, com orçamento próprio e permanente. Assegurar a inclusão de gênero, raça e classe, com participação social na definição e fiscalização dos recursos. Promover cooperação entre União, estados e municípios, garantindo a diversidade e a transversalidade das políticas, com metas claras e controle social efetivo.

6. Fortalecer a estrutura de políticas públicas para mulheres nos municípios

Consolidar a criação e o fortalecimento de coordenadorias e conselhos municipais de direitos das mulheres, assegurando autonomia, recursos e ampla participação social. Promover articulação entre conselhos municipais, estaduais e nacionais, com núcleos jurídicos voluntários para acolhimento e orientação.

7. Instituir política nacional de acesso à justiça com perspectiva de gênero

Criar uma política nacional que assegure o acesso à justiça com perspectiva de gênero, promovendo ações macroestruturais e controle de convencionalidade dos direitos humanos das mulheres. A política deve fomentar a divulgação de leis existentes e novas, garantindo dignidade, segurança e direitos, além de incentivar a livre organização e diálogo interinstitucional.

8. Garantir financiamento permanente para capacitação e transparência

Assegurar orçamento e financiamento contínuo para cursos e capacitação em políticas públicas de gênero, promovendo transparência nos gastos governamentais. Essa medida fortalecerá a implementação e avaliação de políticas, beneficiando especialmente mulheres de grupos marginalizados.

9. Estabelecer formação e controle para garantir direitos das mulheres





Criar comissões gestoras tripartites em serviços públicos e privados para assegurar a qualidade no atendimento às mulheres. Implementar formação continuada para servidores e auditores de controle externo sobre direitos das mulheres e orçamento sensível a gênero, promovendo um combate efetivo ao machismo institucional e garantindo a fiscalização adequada das políticas públicas.

10. Estabelecer mecanismos de financiamento e governança para políticas de gênero

Condicionar repasses de recursos federais e estaduais ao cumprimento de metas de gênero, criando fundos municipais e estaduais para políticas de mulheres. Permitir a destinação de parte do imposto de renda para esses fundos. Instituir Conselhos de Direitos da Mulher em todos os municípios para monitorar e implementar políticas, garantindo diversidade e participação social.

11. Garantir gestão democrática e transparente do orçamento público

Assegurar que o orçamento público seja gerido de forma democrática e transparente, eliminando cortes em políticas sociais e a dependência de emendas parlamentares. Ampliar espaços de orçamento participativo, permitindo controle social e participação popular contínua. Isso fortalece a democracia e garante que recursos cheguem aos serviços essenciais, como educação e combate à violência de gênero.

12. Estabelecer Conselho e Serviços de Apoio às Mulheres no Município

Criar um Conselho Municipal das Mulheres que inclua representação das mulheres indígenas, garantindo voz às diversidades de raça e território. Tipificar Secretarias da Mulher em cidades estratégicas e implementar uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) em Araripina. Estabelecer a Casa Lilás como espaço seguro e de apoio para mulheres em situação de vulnerabilidade.

13. Fortalecer conselhos municipais de políticas para mulheres

Estabelecer uma lei federal que obrigue o funcionamento pleno dos conselhos municipais de políticas para mulheres, garantindo acesso a recursos federais. Fortalecer parcerias entre Executivo, Legislativo e Judiciário para fiscalização e proposição de políticas, com canais de denúncia acessíveis em todas as esferas de poder, assegurando diversidade e inclusão.





14. Consolidar financiamento e gestão integrada de políticas para mulheres

Promover a gestão integrada e o financiamento regular das políticas públicas para mulheres, assegurando repasses federais e apoio técnico por meio de convênios estaduais e regionais. Fortalecer a fiscalização e atualizar bancos de dados para decisões informadas, garantindo a formação de profissionais e o fortalecimento das redes de apoio às mulheres.

15. Criar Sistema Único de Políticas Públicas para Mulheres

Estabelecer um Sistema Único de Políticas Públicas para Mulheres que integre observatórios de direitos e comitês comunitários liderados por mulheres. Este sistema promoverá a igualdade de gênero, assegurando a diversidade de raça, classe e território, e fortalecerá o controle social e a liderança feminina nas políticas públicas.

16. Reativar e fortalecer estruturas de políticas para mulheres

Reativar e fortalecer a Secretaria de Políticas para Mulheres no Rio Grande do Sul, o Conselho de Mulheres de Salvador e o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres. Garantir fiscalização e implementação de políticas públicas para mulheres em todos os estados, municípios e no Distrito Federal, promovendo igualdade de gênero e diversidade.

17. Fortalecer redes e coletivos de mulheres

Integrar ONGs, associações e coletivos de mulheres à rede pública de enfrentamento à violência, assegurando financiamento e parcerias. Facilitar o acesso a recursos para projetos comunitários e promover a articulação entre movimentos nacionais e internacionais, fortalecendo redes de solidariedade e diversidade, considerando raça, classe, gênero e território.

18. Criar fundo e órgão nacional para apoio a populações atingidas

Estabelecer um fundo nacional e um órgão centralizado para operacionalizar a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e coordenar pautas de populações atingidas. A iniciativa visa garantir recursos e articulação efetiva entre diferentes esferas, promovendo inclusão e equidade, com atenção às diversidades de raça, classe, gênero e território.





19. Destinar royalties do petróleo para políticas de equidade de gênero

Alocar 5% dos royalties do petróleo para financiar políticas públicas voltadas para a promoção da equidade de gênero e o empoderamento das mulheres. Esses recursos serão direcionados para iniciativas que abrangem saúde, educação, combate à violência e promoção de oportunidades econômicas, garantindo diversidade e inclusão em todas as esferas sociais.

20. Garantir cumprimento efetivo das leis de proteção às mulheres

Assegurar a aplicação rigorosa das leis de proteção às mulheres, promovendo capacitação contínua para agentes públicos e campanhas de conscientização. Fortalecer mecanismos de fiscalização e criar canais acessíveis para denúncias, garantindo que as vozes das mulheres sejam ouvidas e respeitadas, independentemente de raça, classe ou território.

Os espaços de diálogos evidenciaram que as categorias temáticas definidas para o debate confidencial não foram, efetivamente, escolas abstratas, mas resultantes de um processo denso de elaboração coletiva, em que as experiências, saberes e diagnósticos produzidos pelas mulheres se convertem em referência política para o Estado. Ao reunir trabalhadoras urbanas e rurais, mulheres negras, indígenas, quilombolas, LBT+, jovens, idosas e com deficiência, e tantas outras representações, esses espaços atualizaram permanentemente o sentido de cada eixo, submetendo-o a um exercício de pensamento coletivo sobre trabalho, renda, terra, saúde, educação, cultura, participação política, racismo e violência. Assim, o conhecimento acumulado não se restringe ao plano técnico: ele nasce da inteligência coletiva dos sujeitos que vivenciam as desigualdades e formulam, em primeira pessoa, as respostas necessárias.

Simultaneamente, os espaços de diálogos se configuraram como instância privilegiada de construção de consensos e de legitimação das prioridades que orientarão as políticas para as mulheres. Foi por meio da reflexão compartilhada, da escuta recíproca e da negociação entre diferentes territórios e identidades que se consolidaram as agendas, as responsabilidades estatais e os parâmetros de acompanhamento das decisões, assegurando que cada eixo temático se traduza em programas, recursos e mecanismos institucionais. Desse modo, os espaços de diálogos afirmam a centralidade do pensamento coletivo na produção de políticas públicas de Estado, qualificando a democracia participativa e reforçando o compromisso de que a igualdade de gênero, a justiça social e o enfrentamento





das múltiplas opressões permaneçam como projeto político pactuado pela sociedade brasileira. O resultado final dos espaços de diário foi a hierarquização de 03 propostas prioritárias a serem conhecidas e debatidas pela plenária final da Conferência Nacional, que serão apresentados na forma de propostas nacionais prioritárias.







PARTE VI - RESULTADOS DA ETAPA NACIONAL

CAPÍTULO 12

Propostas Nacionais Prioritárias



Este capítulo é dedicado à apresentação das Propostas Nacionais Prioritárias definidas coletivamente pela plenária final da 5ª. Conferência. Expõe as três propostas prioritárias definidas por cada Eixo Temático, (após debate nos grupos - espaços de diálogo-), conforme metodologia, detalhando sua importância estratégica para o fortalecimento das políticas públicas de no campo das mulheres no Brasil e sua relação transversal com a totalidade dos temas estruturantes do evento.





A definição dessas propostas é fruto de processo democrático e participativo, que envolveu representantes de diferentes territórios e segmentos sociais, reafirmando o compromisso coletivo com a reconstrução de direitos, a institucionalização de políticas e a promoção da igualdade. Assim, identificadas como estratégicas, estas referências propositivas se destacam não apenas por sua capacidade de responder às necessidades imediatas das mulheres brasileiras, mas também por articularem inovação, intersectorialidade e efetividade na promoção dos direitos, autonomia e proteção das mulheres. Sua relevância reside no potencial de impactar, transversalmente, os 15 eixos temáticos que embasaram a conferência nacional, garantindo que temas como enfrentamento à violência, justiça econômica, saúde integral, participação política, diversidade, educação, autonomia econômica e justiça ambiental sejam considerados de forma integrada nas políticas públicas.

Além do que, as propostas prioritárias, em número de 60 (3 por eixo) incorporam uma abordagem interseccional, reconhecendo as múltiplas vulnerabilidades e desigualdades estruturais enfrentadas por mulheres negras, indígenas, quilombolas, rurais, LBT+, mulheres com deficiência, idosas e jovens. A efetivação das prioridades nacionais demanda o fortalecimento dos marcos legais, a ampliação da participação social, o respeito à diversidade e o compromisso contínuo do Estado brasileiro com a consolidação de políticas públicas universais, inclusivas e eficientes.

Nessa perspectiva, ao relacionar 03 propostas de cada eixo estratégico, o trabalho da Conferência aponta para a urgência de ações concretas, articuladas e monitoráveis, voltadas à reconstrução democrática, garantia de direitos e promoção da igualdade de gênero em todo o território nacional.

O debate e definição nos eixos temáticos em articulação direta com as propostas priorizadas, demonstram de maneira inequívoca a centralidade das políticas de gênero como vetores fundamentais para o avanço da justiça social, da democracia participativa e da promoção dos direitos humanos das mulheres brasileiras em toda sua diversidade. Ao analisar a pertinência e impacto estratégico das propostas, evidencia-se não apenas sua relação com demandas históricas dos movimentos de mulheres, mas também seu potencial transformador no cenário das políticas públicas, consolidando avanços para conquistas futuras





Eixo 1 - Trabalho, Emprego e Autonomia Econômica das Mulheres

As propostas prioritárias do Eixo 1 da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres articularam, de forma integrada e estratégica, de base e propostas relacionados à luta por igualdade, dignidade e autonomia econômica das mulheres brasileiras diante das persistentes desigualdades estruturais. Ao garantir a igualdade salarial e a transparência no mercado de trabalho, elas combatem práticas discriminatórias e fortalecem mecanismos de fiscalização e inclusão, assegurando direitos trabalhistas e o reconhecimento do trabalho de cuidado como essencial. A redução da jornada de trabalho para 36 horas e a eliminação da escala 6x1 refletem o compromisso com condições laborais justas e a valorização da diversidade das mulheres, considerando suas múltiplas identidades e necessidades. Além disso, a ênfase em políticas públicas articuladas para qualificação profissional, acesso a creches, apoio financeiro e incentivo à economia solidária demonstra a preocupação com a inclusão social ampla, criando um ambiente propício para a autonomia real das mulheres em todas as suas dimensões. Essas propostas, portanto, não apenas são estratégias de enfrentamento de desigualdades econômicas e sociais, mas também constroem um modelo sustentável de desenvolvimento onde as mulheres participam ativamente da transformação econômica e social do país.

Proposta 1 - Garantir igualdade salarial e transparência no mercado de trabalho

Efetivar a Lei nº 14.611/23 particularmente quanto a produção de relatórios obrigatórios de transparência; aplicação de penalidades; constituição de canais de denúncia e combate ao assédio com fiscalização do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho; incentivos a empresas inclusivas; ratificação/implementação das Convenções OIT C100, C111, C156, C189, C190 e reconhecimento do cuidado enquanto trabalho protegido por direitos previdenciários; apoio à regulamentação da licença paternidade de, no mínimo 60 dias, custeada pelo INSS, nos mesmos moldes da licença-maternidade, garantindo proteção à criança, maior equidade entre mulheres e homens e corresponsabilização pelo cuidado. Estabelecer que a implementação de cotas de gênero e raça seja primordialmente uma iniciativa do poder público, contemplando também pessoas trans e travestis, mulheres egressas do sistema prisional e mulheres vítimas de violências. Posteriormente, estimular





que empresas adotem essas práticas por meio de incentivos fiscais, especialmente quando também promoverem trabalho remoto. Garantir que as empresas justifiquem formalmente qualquer redução de vagas ocupadas por mulheres e assegurem a reposição prioritária dessas vagas por trabalhadoras do mesmo gênero. Estabelecer programas de qualificação e desenvolvimento da liderança feminina, ampliando o acesso das mulheres a cargos de decisão.

Proposta 2 – Reduzir a jornada de trabalho e promover equidade de gênero

Extinguir a escala 6x1, reduzindo a jornada semanal para 36 horas sem redução salarial, garantindo dois dias de descanso. Promover igualdade salarial e condições dignas para todas as mulheres, com foco em mulheres negras, indígenas, LBT+, com e sem deficiência (visíveis e invisíveis), quilombolas, mães atípicas, mães de pessoas com deficiência, migrantes, refugiadas, apátridas, mulheres acima de 50 anos, egressas do sistema prisional e privadas de liberdade, quer sejam das cidades, do campo, das florestas ou das águas. Implementar políticas de apoio ao cuidado familiar (como auxílio-creche e flexibilização do acompanhamento médico dos filhos) e incentivos fiscais, visando melhorar a qualidade de vida e a autonomia financeira das mulheres.

Proposta 3 – Desenvolver políticas integradas para autonomia e inclusão de mulheres

Criar, potencializar e fortalecer políticas públicas que integrem educação, qualificação profissional e garantia orçamentária para auxílio em custos de transporte, alimentação e apoio à permanência na formação continuada profissional para mulheres, integradas aos centros de atendimento que já existem pelo Brasil, priorizando aquelas em situação de vulnerabilidade. Promover o combate à violência e a garantia do acesso às creches, aumentando o número dessas últimas e a extensão do horário das 7h às 19h. Incentivar e financiar a economia solidária, agroecologia e economia criativa, garantindo igualdade de oportunidades e participação ativa das mulheres em todos os setores econômicos. Construir e implantar um fundo nacional para as mulheres.





Eixo 2 - Políticas do Cuidado e a Autonomia das Mulheres

No Eixo 2 — Políticas do Cuidado e Autonomia das Mulheres — as três propostas priorizadas formam uma agenda integrada para reconhecer o cuidado como direito, organizar a política nacional de cuidados e remover barreiras que penalizam as mulheres na conciliação entre trabalho e responsabilidades de cuidado. Ao articular a implementação da Política e do Plano Nacional de Cuidados com a expansão de uma rede pública de serviços de apoio ao cuidado, o conjunto orienta investimentos, governança e participação social de modo intersetorial e com enfoque de equidade. A incorporação de direitos trabalhistas e de cláusulas de cuidado nas relações de trabalho promove corresponsabilização entre Estado, empresas e famílias, valoriza quem cuida e favorece trabalho decente e autonomia econômica para as mulheres. Essa arquitetura alinha-se ao propósito da 5ª Conferência de enfrentar desigualdades de gênero, raça e classe e de fortalecer a participação social na formulação e no controle das políticas para as mulheres

Proposta 1 - Implementar a Política Nacional de Cuidados, publicar e implementar o Plano Nacional de Cuidados

Garantir a implementação da Política e do Plano Nacional de Cuidados. Assegurar participação e controle social que abranjam as mulheres em sua diversidade, além de recursos orçamentários permanentes, suficientes e progressivos em todas as esferas governamentais, promovendo a partilha de responsabilidades e apoio às mulheres em vulnerabilidade e às mulheres de maternidade atípica, com garantia de cumprimento de ações prioritárias a curto prazo. A Política deve ser universal, transversal e inclusiva, considerando as desigualdades de gênero, raça, etnia, geração, território, orientação sexual e deficiência. Estruturar rede de serviços públicos com funcionamento estendido, incluindo o noturno, com ampliação de creches, escolas integrais, atendimento domiciliar, cuidotecas, centros-dia, lavanderias e cozinhas populares. Enfrentar a divisão sexual do trabalho, fortalecer redes comunitárias, garantir direitos a cuidadoras(es) e assegurar trabalho decente.

Proposta 2 – Garantir acesso universal a creches, escolas de tempo integral, cuidotecas e centros-dia para pessoas idosas e pessoas com deficiência





Garantir a ampliação de creches, escolas integrais e cuidotecas gratuitas e acessíveis com horários compatíveis às jornadas de trabalho, inclusive noturnos e fins de semana, priorizando periferias, áreas rurais e quilombolas, com precedência para as mães solo, estudantes e integrantes do CadÚnico. Garantir atividades pedagógicas, artísticas, culturais e de formação profissional. Ampliar centros-dia para pessoas idosas e pessoas com deficiência, além de atendimento domiciliar, reduzindo a sobrecarga de cuidadoras(es) familiares e promovendo a autonomia de quem cuida e de quem é cuidado.

Proposta 3 – Garantir redução da jornada de trabalho, direitos trabalhistas, direito ao acompanhamento de pessoas dependentes em saúde física e mental e incluir cláusulas de cuidado em negociações coletivas -

Garantir políticas que promovam o direito ao cuidado sem penalização profissional e que envolvam a corresponsabilização dos empregadores pelo cuidado. Prever redução da jornada de trabalho para trabalhadoras(es) sem corte salarial; direito a acompanhar dependentes em consultas e procedimentos de saúde física e mental e em atividades pedagógicas, com abono de faltas; ampliar cláusulas sobre cuidado em negociações coletivas; e que fique assegurado nos acordos coletivos de trabalho a oferta de creches para mães e pais trabalhadoras(es).

Eixo 3 - Mulheres, Empreendedorismo e Economia Solidária

O conjunto de propostas apresentadas para o fortalecimento da autonomia econômica feminina articula estratégias inovadoras e estruturantes orientadas pela inclusão, equidade e valorização da diversidade entre mulheres. Este eixo reconhece o papel transformador do empreendedorismo solidário e da economia solidária como ferramentas essenciais para romper barreiras históricas de acesso ao crédito, à capacitação e à inserção produtiva, especialmente para mulheres negras, com deficiência e do campo. Ao fomentar fundos de desenvolvimento, incentivos para cooperativas e espaços coletivos, e ao garantir infraestrutura e políticas públicas de apoio contínuo, o eixo impulsiona não só a geração de renda, mas também promove uma lógica de desenvolvimento mais justa e sustentável,





ancorada no protagonismo feminino e na ampliação de oportunidades em todo o território nacional.

Proposta 1 – Promover a autonomia econômica feminina com inclusão e equidade

Criar um fundo nacional de desenvolvimento de empreendimento solidário de mulheres que destine linha de crédito facilitado com a finalidade de dar suporte e oferecer serviços que contribuam para acesso a tecnologias, mentorias, capacitação técnica e participação nos conselhos, além de uma plataforma digital para divulgação e comercialização de produtos para empreendimentos de mulheres por meio de incentivo à criação de cooperativas, economia solidária e sustentável, parcerias público-privadas, bem como ao crédito facilitado e microcrédito com redução de juros e burocracia.

Proposta 2 – Criar centros de desenvolvimento e de empreendedorismo inclusivos para mulheres

Estabelecer centros comunitários que integrem formação e capacitação para mulheres de todas as idades e origens, com foco em empreendimento de mulheres, inserção no mercado de trabalho e inclusão digital. Esses espaços oferecerão suporte técnico, creche, cuidoteca e outros lugares de acolhimento e parcerias com universidades e ONGs, promovendo inclusão social e econômica, especialmente para mulheres negras, com deficiência e do campo.

Proposta 3 – Elevar a economia solidária à política de Estado

Garantir financiamento permanente e instituir programa de compras públicas solidárias para produtos e serviços do setor. Oferecer infraestrutura adequada e capacitação contínua, assegurando ampla presença territorial, com atenção especial às áreas urbanas, periféricas e rurais. Consolidar a economia solidária como política de Estado, promovendo inclusão social, geração de renda e desenvolvimento sustentável.

Eixo 4 - Educação para Igualdade e Cidadania





As propostas que compõem o eixo “Educação para Igualdade e Cidadania” da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres surgem da necessidade urgente de transformar a educação em ferramenta fundamental para a superação das desigualdades e para a promoção dos direitos das mulheres em toda a sua diversidade. O momento histórico de reconstrução democrática vivenciado pela Conferência evidencia que garantir educação pública, inclusiva e antidiscriminatória é pilar essencial para o avanço das conquistas femininas no país.

O eixo “Educação para Igualdade e Cidadania” reafirma o compromisso da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres em promover um ambiente educacional transformador, plural e inclusivo, capaz de enfrentar as desigualdades históricas e garantir o pleno desenvolvimento das potencialidades femininas. As propostas deste eixo dialogam diretamente com a necessidade de reformular e fortalecer as práticas curriculares, metodologias e estruturas de ensino, promovendo uma educação pública, laica, gratuita, acessível e de qualidade para todas as mulheres e suas comunidades. Ao priorizar políticas de inclusão interseccional, ampliação do acesso e permanência na educação e formação continuada das profissionais, as diretrizes aprovadas apontam para um projeto pedagógico que reconhece as diferenças, valoriza a diversidade e assegura condições para que as mulheres se tornem protagonistas da transformação social. Trata-se de um esforço coletivo orientado pela valorização dos direitos humanos, pelo combate ao preconceito e pela construção de uma cidadania plena e democrática, alinhada aos princípios centrais da 5ª Conferência

Proposta 1 - Implementar educação inclusiva, antissexista, anticapacitista, antirracista, antietarista nas escolas

Reformular e garantir a interseccionalidade, intersetorialidade e transversalidade nos currículos, com vistas à autonomia e protagonismo da mulher com deficiência, debate de gênero, raça, cor/etnia, deficiência, diversidade, direitos humanos e prevenção à violência, educação sexual com formação continuada das profissionais. E, ainda, a garantia de ensino presencial com acessibilidade e respeito à liberdade de cátedra. Neste sentido, assegurar o cumprimento das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 em todos os níveis de ensino, currículo escolar, com materiais didáticos inclusivos e acessíveis, que contemplem as singularidades dos territórios, incluindo povos indígenas e de matrizes africanas, comunidades tradicionais,





ribeirinhas, povos ciganos e quilombolas, das cidades, do campo, das águas, das florestas, mulheres negras, LBT+, mulheres com deficiência (visível e invisível), mulheres surdas com direito à interpretação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) sem avatares, idosas, migrantes, apátridas, refugiadas, em situação de rua, privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.

Proposta 2 – Expandir acesso e permanência na educação para mulheres e comunidades diversas

Garantir política de acesso, permanência, qualidade e suporte socioeducativo em todos os níveis de educação pública, gratuita e laica, com equipe multidisciplinar, criando programas especiais para os (as) filhos (as) de estudantes e profissionais da educação, com atenção aos filhos (as) de mulheres em situação de violência em brinquedotecas/diurno e cuidotecas/noturno em todos os níveis de ensino nas escolas, universidades e institutos federais. E, ainda, o fomento da inclusão de meninas e mulheres na ciência e tecnologia, oferecendo mentorias, bolsas de estudo e editais específicos, com foco em diversidade e interseccionalidade.

Proposta 3 – Fortalecer a educação pública e formação contínua de profissionais

Garantir a continuidade e ampliação dos recursos para a Educação Básica que resultem em valorização profissional, assegurando a expansão do Fundeb com vistas a formação continuada, salários justos e condições de trabalho adequadas. Reconhecer a equidade de gênero, diversidade de raça/cor/etnia, línguas, classe e território no ambiente escolar, inclusive no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais. E, ainda, a criação de cursos técnicos de inclusão tecnológica em todos os níveis de educação para negras, LBT+ , mulheres com deficiência (visível e invisível), mulheres surdas com direito à interpretação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) sem avatares, idosas, migrantes, refugiadas, apátridas, povos indígenas, povos de matrizes africanas, comunidades tradicionais, ribeirinhas, das cidades, do campo, das florestas e das águas, povos ciganos e quilombolas, em situação de rua, privadas de liberdade e egressas do sistema prisional. E, por fim, a implementação da Lei nº 15.142/25 nas três esferas de governo.





Eixo 5 - Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

As propostas prioritárias do eixo "Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos" representam um compromisso fundamental da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres com a garantia de acesso universal, integral e humanizado aos serviços de saúde, reconhecendo as especificidades e diversidades das mulheres brasileiras. Este eixo reafirma a centralidade do Sistema Único de Saúde como espaço de promoção da autonomia corporal, dos direitos sexuais e reprodutivos, e do enfrentamento às violências institucionais, especialmente o racismo obstétrico.

As diretrizes aprovadas apontam para a necessidade de implementar políticas que considerem os marcadores étnico-raciais, sociais, de gênero e sexualidade, ampliando o cuidado em todas as fases da vida e priorizando populações historicamente marginalizadas. Ao propor a legalização do aborto humanizado, a consolidação de programas de educação sexual e a articulação intersetorial da rede de atenção, as propostas afirmam a saúde como direito humano essencial e como instrumento de promoção da dignidade, da igualdade e da justiça social para todas as mulheres.

Proposta 1 – Implementar Política Nacional de Saúde Integral para Mulheres

Implementar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres (PNAISM), considerando marcadores étnico-raciais, sociais, de gênero e sexualidade, fortalecendo o SUS por meio de linhas de cuidado, com destaque à Atenção Primária à Saúde nos territórios e articulação da Rede de Atenção à Saúde/intersetorial, atenção aos ciclos de vida, agravos crônicos não transmissíveis (em especial oncológicos) e doenças transmissíveis, com atenção integral e imediata, promoção dos direitos sexuais, reprodutivos e enfrentamento das violências, sobretudo racismo obstétrico.

Proposta 2 – Garantir acesso universal e humanizado ao aborto legal

Legalizar e implementar o aborto universal e humanizado em todos os serviços do SUS. Assegurar protocolos alinhados à OMS (Organização Mundial de Saúde), integrar telessaúde,





delimitar a objeção de consciência individual garantindo atendimento célere. Capacitar profissionais de Saúde, Educação e Assistência Social por meio de campanhas, além de suporte multidisciplinar e intersetorial. Assegurar sigilo e dignidade em todas as etapas do atendimento.

Proposta 3 – Consolidar programa nacional de saúde e educação sexual

Criar e ampliar programas nacionais de saúde e educação sexual, com foco em prevenção, direitos reprodutivos, igualdade de gênero, acesso a métodos contraceptivos, garantindo formação multidisciplinar de profissionais articulada aos saberes tradicionais. Priorizar mulheres jovens, negras, quilombolas, indígenas, rurais, sem com deficiência (visível e invisível), surdas com direito à acessibilidade na interpretação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) sem avatares, LBT+, ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras, ciganas, das cidades, do campo, das florestas, das águas, migrantes, refugiadas, apátridas, em situação de rua, privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, além de outras populações marginalizadas.

Proposta 4 – Instituir Política Nacional de Saúde Integral para Mulheres (PNAISM)

Garantir a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres (PNAISM), respeitando os marcadores étnico-raciais, sociais, de gênero e orientação sexual, fortalecendo o SUS por meio de linhas de cuidado, com destaque à atenção básica nos territórios, articulação da rede de saúde/intersetorial, atenção aos ciclos de vida (a exemplo da dignidade menstrual, da maternidade e do climatério), promoção dos direitos sexuais, reprodutivos e enfrentamento às violências. Estabelecer centros integrados de apoio à saúde mental para mulheres oferecendo serviços psicológicos, jurídicos e sociais, gratuitos e acessíveis, garantindo espaços de escuta segura, humanizada e inclusiva às mulheres em situação de violência e outras vulnerabilidades, respeitando a diversidade e as necessidades específicas de cada mulher.

Proposta 5 – Garantir acesso universal e humanizado ao aborto legal

Legalizar e implementar o aborto com atendimento universal e humanizado em todos os serviços do SUS. Assegurar protocolos alinhados à OMS (Organização Mundial de Saúde),





integrar telessaúde, delimitar a objeção de consciência individual, garantindo atendimento célere. Formação permanente de profissionais de saúde, educação, assistência social, conselheiras (os) tutelares e campanhas educativas, na mídia e nas redes sociais, além de suporte multidisciplinar intersetorial. Assegurar sigilo e dignidade em todas as etapas de forma efetiva.

Proposta 6 – Consolidar programa nacional de saúde e educação sexual

Criar e executar programa nacional de saúde e educação sexual, com foco em: 1) prevenção de violências e ISTs (acesso à PrEP, PEP, preservativos, inclusive para sexo entre pessoas com vulva); 2) contracepção; e 3) acesso ao processo transexualizador. Em todos os casos deve-se respeitar os direitos sexuais, reprodutivos e a equidade de gênero e sexualidade, garantindo espaços de formação escolar e contínua de profissionais multidisciplinares, campanhas em mídias sociais, articuladas com saberes tradicionais, priorizando adolescentes, jovens, pessoas transmasculinas, não binárias, intersexo, mulheres cis e trans, indígenas, negras, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras, ciganas, pessoa com deficiências (visível e invisível), surdas com direito à interpretação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) sem avatares, LBT+, migrantes, refugiadas, apátridas, em situação de rua, privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.

Eixo 6 - Violência Contra as Mulheres

As propostas do Eixo 6 da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres reafirmam o compromisso com a construção de políticas de enfrentamento à violência de gênero, registrando a gravidade e a complexidade dos múltiplos tipos de violência vivenciados pelas mulheres brasileiras. Orientadas por uma perspectiva intersetorial, elas buscam segurança articular, saúde, assistência social, educação, justiça, emprego e renda, fortalecendo a rede integrada de acolhimento, atendimento especializado e proteção permanente. A expansão de políticas como a Casa da Mulher Brasileira, a criação de observatórios nacionais, bem como a integração de centros de referência, patrulhas e unidades móveis, evidencia o





esforço coletivo pela universalização do acesso à justiça, à prevenção e ao atendimento humanizado.

Ao priorizar campanhas educativas, formação contínua de profissionais, monitoramento sistemático de dados e ações estruturantes como o Sistema Único de Proteção para as Mulheres, essas propostas apontam para um novo patamar de articulação institucional. O impacto das medidas deliberadas reside no fortalecimento das respostas públicas, no combate ao feminicídio, à violência digital e à discriminação, e na valorização da autonomia feminina. Assim, o eixo contribui decisivamente para consolidar os direitos, ampliar a cidadania, e transformar práticas e mentalidades, promovendo avanços estruturais na garantia de uma vida livre de violência para todas as mulheres no Brasil.

Proposta 1 – Fortalecer rede integrada de acolhimento e atendimento a mulheres em situação de violência

Consolidar uma rede intersetorial de proteção às mulheres em situação de violência, integrando segurança, saúde, assistência social, educação, justiça, emprego e renda. Ampliar a política da Casa da Mulher Brasileira de forma macrorregional e casas da mulher indígena por biomas e territórios étnicos; garantir atendimento 24 horas em delegacias especializadas; ampliar casas de acolhimento, casas abrigos, centros de referências e patrulhas Maria da Penha em todo país; ampliar unidades fluviais e unidades móveis com equipes técnicas especializadas, com garantia de orçamento contínuo e específico, com fundos nacionais, estaduais e municipais para as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres e prevenção ao feminicídio.

Proposta 2 – Consolidar políticas integradas de prevenção e enfrentamento à violência de gênero

Consolidar políticas integradas de prevenção e enfrentamento à violência de gênero. Desenvolver uma política nacional que articule educação, saúde, justiça e cultura para prevenir e enfrentar a violência de gênero. Incluir como ensino obrigatório a prevenção à violência nas escolas, ampliar Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), criar espaços de acolhimento, fortalecer apoio às vítimas garantindo atendimento confidencial e acessível. Promover campanhas educativas contínuas nas escolas, empresas, mídia e comunidades, abordando prevenção, combate a naturalização do estupro e garantia





dos direitos das mulheres, além de utilizar arte como ferramenta de conscientização e proteção comunitária. Garantir o aumento de penas para crimes digitais e ações que promovam mudança de mentalidade e equidade de gênero em todo o território nacional.

Proposta 3 – Criar Observatório Nacional de Violência de Gênero

Criar o Observatório Nacional de Violência de Gênero, vinculado ao Ministério das Mulheres, para coletar, sistematizar e analisar dados sobre violência contra as mulheres. O Observatório promoverá políticas baseadas em evidências, com participação de movimentos sociais e universidades com obrigatoriedade do fornecimento de dados de forma periódica pela rede de proteção dos municípios e estados. Registrar dados e tipificar os diferentes tipos de violências contra as mulheres — doméstica, institucional, patrimonial, racial, entre outras — reconhecendo, também, o afastamento ou a separação forçada entre mãe e filho como forma de violência.

Proposta 4 – Implementar programa intersetorial de capacitação contínua

Desenvolver um programa intersetorial de capacitação contínua, de caráter obrigatório, para profissionais de saúde, educação, segurança, assistência social e organismos de políticas para mulheres, com foco em atendimento humanizado, combate à violência de gênero e respeito à diversidade, por meio da qualificação em temas como direitos humanos, interseccionalidades e comunicação não violenta, com avaliação periódica de práticas e impacto.

Proposta 5 – Integrar perspectiva de gênero no sistema de justiça e segurança pública

Promover justiça e segurança com perspectiva de gênero, fortalecendo e garantindo a aplicação dos protocolos nacionais e capacitando profissionais do sistema de justiça e segurança de forma continuada. Combater a naturalização do estupro contra a mulher, além de políticas de acolhimento, garantindo acesso democrático à justiça e à segurança. Monitorar e responsabilizar práticas discriminatórias, assegurando proteção às mulheres e populações vulneráveis e vulnerabilizadas, com foco em diversidade e direitos humanos, sob pena da prática de crime de violência institucional.





Proposta 6 – Sistema único de Proteção para as Mulheres e Centros Integrados de Atendimento à Mulher

Criar um Sistema Único de Proteção para Mulheres em situação de violência, instituindo centros integrados de atendimento à mulher em todos os municípios, os quais farão parte do sistema. O funcionamento será de 24h e contará com equipe treinada em perspectiva de gênero. Deve-se buscar evitar revitimizações, oferecendo serviços jurídicos, psicológicos, médicos e sociais, incluindo licença remunerada de 60 dias e auxílio financeiro emergencial pago em até 30 dias, estabilidade no emprego público ou privado e promoção de ações continuadas de inserção no mercado de trabalho, autodefesa feminina, empreendedorismo e geração de renda, por meio de orçamento público.

Eixo 7 - Violência Política e das Redes contra as Mulheres

O conjunto de propostas para o enfrentamento da violência política de gênero reflete o compromisso com a construção de um ambiente democrático mais seguro, igualitário e inclusivo para as mulheres em todos os espaços de poder e decisão. As iniciativas priorizam não só a regulamentação de campanhas educativas e protocolos interministeriais, mas também a articulação permanente entre partidos, sindicatos, movimentos sociais e o Estado para garantir apoio, acolhimento, proteção e respostas rápidas às vítimas. Com ênfase na diversidade de raça, classe, orientação sexual, território e acessibilidade, o eixo estabelece medidas concretas para enfrentar a misoginia institucional, assegurar paridade, transparência e implementar políticas que promovam a representatividade e o protagonismo das mulheres na política brasileira.

Essas ações contribuem para fortalecer o enfrentamento à violência simbólica, estrutural e digital, promover mecanismos eficazes de denúncia e proteção, e garantir que candidatas, militantes, parlamentares e defensoras de direitos humanos tenham acesso à formação, suporte psicológico, jurídico e financeiro. Incentivam ainda a revisão de leis, campanhas de conscientização, auditoria permanente de práticas discriminatórias, e o financiamento justo para assegurar equidade nos processos eleitorais, ampliando a defesa dos direitos humanos e a diversidade nos espaços de decisão.





Proposta 1 – Implementar políticas públicas e campanhas educativas contínuas para combater a violência política de gênero

Implementar políticas públicas e campanhas educativas contínuas em redes sociais, escolas e espaços comunitários para combater a violência política de gênero, o machismo institucional e o assédio moral. As iniciativas devem esclarecer o tema, oferecer acolhimento às vítimas, aos seus familiares e garantir apoio psicológico, jurídico e financeiro. Criar um plano interministerial (envolvendo os Ministérios das Mulheres, Justiça, Comunicação, Direitos Humanos e Educação) para enfrentar a misoginia nas redes sociais, com regulamentação e monitoramento das plataformas, capacitação em cidadania digital e incentivo à denúncia. As ações devem respeitar raça, classe, gênero e território, promover a diversidade e assegurar ambientes seguros e inclusivos em partidos, sindicatos e associações. Todas as políticas devem garantir acessibilidade para mulheres com deficiência visíveis e invisíveis; mulheres surdas com direito à interpretação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) sem avatares e ter execução obrigatória no PPA, LOA e LDO.

Proposta 2 – Criar protocolos interministeriais, interseccionais e coletivos para prevenir e enfrentar a violência política de gênero e que incidem de maneira racializada

Criar protocolos interministeriais, interseccionais e coletivos para prevenir e enfrentar a violência política de gênero e raça em partidos, sindicatos, associações, conselhos e movimentos sociais. As ações devem incluir ouvidorias independentes, redes de apoio jurídico e emocional, formação continuada em partidos, capacitação em segurança física e digital, coleta e divulgação de dados sociais, além de campanhas educativas custeadas pelo Fundo Partidário. Devem ser previstas também normas claras e amplamente publicizadas, que responsabilizem partidos com sanções, assegurem paridade, priorizem mulheres negras, trans, indígenas e, por fim, promovam a participação igualitária em ambientes políticos e institucionais. Todas as medidas devem incluir acessibilidade para mulheres com deficiência (visíveis e invisíveis), mulheres surdas com direito à interpretação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) sem avatares e estarem previstas obrigatoriamente no PPA, LDO e LOA.

Proposta 3 – Criar e fortalecer mecanismos eficazes para enfrentar a violência





Criar e fortalecer mecanismos eficazes para enfrentar a violência política contra mulheres eleitas, militantes e parlamentares. As medidas incluem a criação de protocolos de segurança, campanhas de conscientização, suporte psicológico e jurídico, além de exigir dos partidos planos de campanha detalhados, materiais de divulgação e prestação de contas individualizadas. O objetivo é coibir candidaturas fictícias, assegurar transparência e equidade nos processos eleitorais, além de garantir um ambiente político seguro, inclusivo e paritário, que respeite a diversidade de gênero, raça e território. Todas as ações devem assegurar acessibilidade para mulheres com deficiências visíveis e invisíveis, além de mulheres surdas com direito à interpretação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) sem avatares.

Proposta 4 – Revisar a Lei nº 14.192/2021 para definir e tipificar os crimes de violência política contra as mulheres por meio de uma perspectiva de raça e tratar do feminicídio político

Revisar a Lei nº 14.192/2021 para definir e tipificar os crimes de violência política contra as mulheres por meio de uma perspectiva de raça e colocar em destaque o feminicídio político, o qual abrange servidoras públicas, agentes governamentais, parlamentares, partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e defensoras de direitos humanos. Incluir agravantes de violência política baseadas em interseccionalidades étnico-raciais, religiosidades, mulheres com deficiência (visível e invisível), mulheres surdas com direito à interpretação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) sem avatares, orientação sexual, classe, origens e territórios, bem como os cometidos através de meios digitais. Estabelecer medidas protetivas urgentes, espaços de acolhimento e proteção para as vítimas e ratificar as convenções 156 e 190 da OIT. Estabelecer uma estrutura competente para implementar políticas e procedimentos eficazes.

Proposta 5 – Desenvolver um plano nacional integrado para combater a violência política contra as mulheres com uma perspectiva de raça

Criar um plano nacional integrado, a partir da revisão da Lei nº 14.192/21, entre o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e o Poder Executivo, sob a coordenação do Ministério das Mulheres, Ministério Público e movimentos sociais, para combater a violência política contra as mulheres com uma perspectiva de raça. O plano deve abranger candidatas e mulheres





eleitas, servidoras públicas, agentes governamentais, parlamentares, mulheres de partido políticos, sindicalizadas, ativistas de movimentos sociais e de direitos humanos e promoverá ações coordenadas para garantir segurança e igualdade no processo político, respeitando a diversidade étnico-racial, religiosidades, orientação sexual, classe, origens e territórios, acessibilidade para mulheres com deficiência (visível e invisível), mulheres surdas com direito à interpretação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) sem avatares e mulheres neurodivergentes. O plano incluirá, ainda, a divulgação da Lei nº 14.192/21 por meio de uma campanha nacional adaptada às diversidades socioculturais e linguísticas, com ênfase na Amazônia. Criar comissões regionais para monitorar o cumprimento da lei e assegurar respostas rápidas a casos de violência política contra mulheres, promovendo a conscientização e a proteção dos direitos das mulheres em todo o país.

Proposta 6 – Proteger mulheres parlamentares contra a violência política que incidem de maneira racializada

Estabelecer medidas de proteção para mulheres candidatas e mulheres eleitas, servidoras públicas, agentes governamentais, parlamentares, mulheres de partido políticos, sindicalizadas, ativistas de movimentos sociais e defensoras de direitos humanos através de uma rede intersetorial especializada para atender as vítimas com protocolos de segurança e campanhas de conscientização, garantindo suporte psicológico e jurídico. Essas medidas devem ser providas através de recurso financeiro que propicie ações partidárias de formação política, proteção legal apropriada e campanhas de conscientização, sempre considerando a diversidade de raça, classe, gênero e território, com o objetivo de garantir um ambiente político inclusivo e equitativo. Garantir financiamento econômico e eleitoral justos com distribuição planejada antes da formação de chapas.

Eixo 8 - Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão

As propostas para assegurar a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão refletem o compromisso com a construção de um sistema político mais representativo, equitativo e democrático. O eixo enfatiza a necessidade de paridade de gênero, raça e etnia





nas candidaturas, associando essa medida a mecanismos rigorosos de fiscalização da distribuição igualitária dos recursos partidários e do tempo de propaganda, para garantir que a diversidade seja efetivamente contemplada nas disputas eleitorais.

Além disso, as propostas apontam para indicativos concretos na perspectiva de reverter a realidade atual: a criação da Escola Nacional de Formação Política para Mulheres visa estimular novas lideranças femininas, promover a articulação entre diferentes saberes, e fortalecer capacidades políticas de atuação profissional, comunitária e institucional. Tais ações consolidam avanços no protagonismo das mulheres em todo o país, reduzindo barreiras estruturais e ampliando a representação de mulheres diversas nos espaços decisórios de maior impacto social.

Proposta 1 – Estabelecer paridade de gênero nas candidaturas e cargos eletivos

Alterar a legislação eleitoral para assegurar paridade de gênero, raça e etnia nos mandatos legislativos.

Proposta 2 – Promover equidade de gênero e de raça na política brasileira

Alterar a legislação eleitoral e a lei dos partidos a fim de assegurar uma distribuição transparente, igualitária e equitativa, garantindo no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos recursos do Fundo Partidário, do Fundo Especial dos Financiamento de Campanha e do tempo de propaganda eleitoral às mulheres, obedecendo a critérios objetivos, específicos e obrigatórios. As medidas deverão ser acompanhadas de mecanismos de fiscalização rigorosa, que impeçam a concentração de recursos e garantam o efetivo acesso das candidaturas das mulheres em sua diversidade e pluralidade, respeitando suas interseccionalidades. Não haverá anistia para os partidos que descumprirem as normas.

Proposta 3 – Criar Escola Nacional de Formação Política para Mulheres

Criar uma Escola Nacional de Formação Política para Mulheres, contemplando mulheres em sua diversidade e pluralidades, apta a oferecer cursos em temas como Direitos Humanos, Gestão de Projetos e Incidência Política, para o incentivo de lideranças nos espaços de poder e decisão a partir da transversalidade do Ministério das Mulheres com o Ministério da





Educação/Secretaria de Educação Continuada e Inclusão. A Escola estabelecerá parcerias com universidades, partidos, entidades sindicais e estudantis, com o objetivo de conectar mulheres de diferentes saberes, fortalecendo as comunidades e reduzindo barreiras estruturais. Para um maior alcance, a oferta de cursos será presencial e/ou virtual com certificação oficial.

Eixo 9 - Desenvolvimento Sustentável com Igualdade Econômica e Social

O eixo “Desenvolvimento Sustentável com Igualdade Econômica e Social” articula propostas que promovem uma transformação profunda da relação das mulheres com o território, o trabalho, o ambiente e os direitos sociais no Brasil. Centralizando o protagonismo feminino, o acesso a práticas sustentáveis, a justiça climática e o empoderamento nas decisões sobre adaptação, mitigação e inovação ambiental, essas diretrizes ampliam oportunidades para mulheres negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e lideranças comunitárias.

Ao valorizar saberes locais, fomentar parcerias para microcrédito, educação ambiental, agroecologia e titularidade fundiária em nome das mulheres, o eixo constrói respostas integradas às desigualdades e amplia a autonomia produtiva, social e política. Com essas ações, fortalece-se um modelo mais justo, inclusivo e democrático de desenvolvimento, em que os direitos, necessidades e capacidades das mulheres são reconhecidos como essenciais para a transformação nacional.

Proposta 1 – Consolidar políticas de justiça climática com enfoque de gênero

Promover e consolidar justiça climática com protagonismo feminino e enfoque de gênero, garantindo participação ativa de mulheres em decisões ambientais. Criar fundos de compensação e transferência de renda, capacitar lideranças e proteger territórios. Incentivar práticas sustentáveis e preservar culturas locais, assegurando consultas livres, prévias e informadas, com apoio a mulheres impactadas por mudanças climáticas, notadamente mulheres negras, originárias, indígenas e de povos e comunidades tradicionais. Reflorestar árvores nativas em áreas degradadas em rios e afluentes. Garantir acesso à moradia às mulheres impactadas pelos efeitos dos eventos climáticos extremos, como as inundações.





Proposta 2 – Implantar política de segurança alimentar feminista e interseccional

Desenvolver uma política de segurança alimentar e nutricional que articule agroecologia, renda básica e equipamentos comunitários, para todas as mulheres, notadamente mulheres negras, periféricas, ciganas, em situações de rua, indígenas, de terreiro, extrativistas, mães de pessoa com deficiências, vítimas de violência e migrantes. Integrar agroecologia urbana e quintais produtivos nas políticas nacionais, promovendo soberania alimentar, justiça ambiental e resiliência climática, conforme ODS 1, 2, 5 e 8.

Proposta 3 – Estabelecer financiamento acessível para mulheres na proteção ambiental

Criar mecanismos de financiamento acessíveis às mulheres quilombolas, originárias, assentadas, catadoras, periféricas, agricultoras familiares, ribeirinhas, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, incluindo também as brigadistas voluntárias que combatem as queimadas, focando em agroecologia, extrativismo sustentável e economia solidária. Parcerias com instituições financeiras, públicas e privadas, para oferta de microcrédito e assistência técnica. Capacitação em gestão financeira e editais simplificados garantirão igualdade de acesso e promoção da inovação.

Proposta 4 – Estabelecer financiamento acessível para mulheres na proteção ambiental

Promover o fortalecimento da agricultura familiar com foco em inovação tecnológica e infraestrutura, visando impulsionar o turismo ecológico e rural sustentável de base comunitária em territórios de povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido, garantir a demarcação das terras indígenas e titulação das terras de povos e comunidades tradicionais, bem como a reforma agrária, priorizando o título de propriedade em nome das mulheres. Investir em equipamentos e práticas sustentáveis para melhorar a economia local, respeitando a diversidade cultural e ambiental, promovendo inclusão social e igualdade de gênero.

Proposta 5 – Transição Energética Justa, inclusiva e popular





Promover uma transição energética justa, inclusiva e popular que valorize o papel das mulheres guardiãs ambientais, garantindo seu protagonismo nas decisões energéticas. Destinar recursos públicos e financiamentos com subsídios para a instalação de tetos solares, promover autonomia energética, redução de custos para agricultura familiar de comunidades tradicionais e mulheres atingidas por desastres ambientais. Assim, deve-se integrar práticas ecológicas, respeitar direitos territoriais, promover a melhoria das estradas e vicinais e construir escolas técnicas voltadas às atividades agrícolas.

Proposta 6 – Promover geração de renda com práticas sustentáveis para mulheres

Criar programas de geração de renda para mulheres que integrem práticas sustentáveis, respeitando a diversidade de raça, classe e território. Incentivar, promover e garantir a capacitação em áreas como agricultura orgânica, artesanato e gestão de resíduos, com inclusão social e produtiva das catadoras, e implementos que respeitem as particularidades dos biomas, garantindo acesso a recursos e comercialização. A iniciativa visa empoderar economicamente as mulheres, promovendo autonomia e desenvolvimento sustentável.

Eixo 10 - Direito à Terra com Igualdade para Mulheres do Campo e da Floresta

O eixo “Direito à Terra com Igualdade para Mulheres do Campo e da Floresta” da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres avança rumo à justiça social, à equidade de gênero e à valorização da diversidade étnica e territorial das brasileiras. Ao articular políticas públicas de inclusão econômica, crédito, mecanização, assistência técnica e participação das mulheres rurais, quilombolas, indígenas, ribeirinhas e dos povos tradicionais, as propostas apontam para o fortalecimento de cooperativas, associações e agroindústrias desenvolvidas por mulheres, com apoio logístico, institucional e fiscal. Sustentadas pelo reconhecimento do papel estratégico das mulheres na produção, comercialização, conservação ambiental e desenvolvimento territorial, estas medidas promovem autonomia e transformam estruturalmente o acesso à terra, aos mercados e às políticas públicas.





Ao garantir financiamento específico, simplificar processos burocráticos, facilitar o acesso à pesquisa, inovação e tecnologias específicas, o eixo estimula a formação coletiva e o empoderamento produtivo feminino, promovendo a justiça socioambiental, a segurança alimentar, o combate à poluição e a inclusão social. Valorizando a participação ativa das mulheres e LBT+ na agricultura familiar e nos territórios/maretórios, essas ações ampliam direitos, fortalecem economias locais, respeitam a diversidade de raça, classe, gênero e promovem a sustentabilidade em todas as regiões do Brasil.

Proposta 1 - Promover inclusão econômica de mulheres na agricultura familiar

Propor a criação e implementação de uma política pública estruturante que fortaleça a produção, comercialização e organização coletiva de mulheres do campo, das águas, das florestas, de comunidades tradicionais e originárias, com foco na justiça socioambiental e na equidade de gênero. Estabelecer linhas de financiamento específicas para mulheres de comunidades rurais, da pesca artesanal, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e demais povos tradicionais, conforme os Decretos nº 6.040/2007 e nº 8.750/2016, garantindo acesso facilitado a mercados públicos e privados, por meio do fortalecimento de cooperativas, associações e empreendimentos coletivos liderados por mulheres, com apoio técnico, logístico e institucional. Instituir a obrigatoriedade de que, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das compras governamentais de alimentos, matérias-primas e produtos agroextrativistas sejam provenientes dessas organizações, além de isentá-las de tributos e exigências burocráticas, reconhecendo seu papel estratégico na geração de renda, na segurança alimentar, na conservação ambiental e no desenvolvimento territorial sustentável.

Garantir infraestrutura adequada de transporte, armazenamento e distribuição para ampliar o acesso das mulheres do campo, das águas, das florestas, de comunidades tradicionais, respeitando e valorizando a diversidade étnico-racial, identidade de gênero, orientação sexual, classe social e território de origem. Fortalecer os mecanismos de monitoramento, fiscalização e transparência das políticas públicas e pesquisas realizadas nesses territórios, assegurando que os dados coletados orientem decisões justas, eficazes e respeitosas aos direitos das comunidades envolvidas. Integrar ações de conservação e educação ambiental à proposta, com foco na sustentabilidade dos recursos naturais e na melhoria da qualidade de vida, por meio do combate à poluição das terras, águas marinhas, continentais, bem como de todas as espécies da fauna e flora.





Proposta 2 - Ampliar acesso a crédito e mecanização para mulheres rurais

Promover o fortalecimento da produção e comercialização das mulheres e LBT+ rurais por meio de projetos e acesso a linhas de crédito com juros reduzidos que incluam maquinário, implementos agrícolas, infraestrutura de irrigação, suporte logístico e capacitação técnica para operação e manutenção dos equipamentos, incentivando a formação de associações, sindicatos, cooperativas e instalação de agroindústria. A iniciativa visa melhorar a organização produtiva e econômica, garantir transporte e acesso a mercados/feiras, com atenção à diversidade de raça, classe e território/marítimo. Fomentar a pesquisa, a inovação e a disseminação de tecnologias contextualizadas para atender as necessidades das mulheres e LBT+ nos territórios/marítimos.

Proposta 3 - Capacitar e facilitar acesso a políticas públicas para mulheres rurais

Destinar recursos adequados e expandir a ATER Mulher, garantindo assistência técnica e extensão rural e pesqueira para mulheres rurais em sua diversidade (LBT+). Objetiva capacitar e facilitar acesso a políticas públicas, abordando suas necessidades específicas. Paralelamente, simplificar processos burocráticos. A iniciativa visa fortalecer a autonomia econômica feminina no campo, nas floresta e nas águas, promovendo igualdade de gênero e inclusão social, com atenção às diversidades de raça, classe e território.

Eixo 11 - Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia

O eixo “Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia” prioriza o fortalecimento da representatividade, da diversidade e da equidade de gênero, promovendo espaços culturais inclusivos, redes de financiamento para coletivos de mulheres, apoio à produção artística de saberes diversos e mecanismos de prevenção às violências de gênero nos ambientes culturais. As propostas garantem cotas, medidas de acolhimento, centros culturais comunitários, remuneram justa e visibilidade aos talentos femininos, com ênfase especial em mulheres negras, indígenas, LBT+, migrantes, refugiadas, mães atípicas, pessoas com deficiência, privadas de liberdade e outros grupos historicamente excluídos.





No esporte, destacam-se editais exclusivos, bolsas, infraestrutura adequada e formação continuada para ampliar a participação das mulheres em todas as modalidades, inclusive no paradesporto, garantindo inclusão, visibilidade midiática e apoio institucional.

Ao propor a regulamentação democrática da comunicação e das plataformas digitais, o eixo busca estabelecer paridade na produção de conteúdos, mecanismos de denúncia e fiscalização contra práticas misóginas e fortalecer a formação midiática para combater a violência simbólica de gênero. Essas medidas convergem para ampliar a presença, o protagonismo e a voz das mulheres em todos os campos culturais e midiáticos, valorizando saberes ancestrais e promovendo uma transformação estrutural que contribui para a superação das desigualdades e consolidação de políticas públicas democráticas para as mulheres no Brasil.

Proposta 1 – Criar linhas de financiamento para coletivos culturais de mulheres

Promover a diversidade e a equidade de gênero no setor cultural, ampliando o acesso e a representatividade feminina em espaços culturais por meio da criação de um programa que apoie todas as mulheres, com financiamento, bolsas e editais, priorizando territórios periféricos e grupos marginalizados, incluindo mulheres negras, indígenas, LBT+, sem e com deficiência (visível e invisível), mães de pessoas com deficiência, surdas com direito à interpretação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) sem avatares, autistas, mães atípicas, ciganas, migrantes, refugiadas, apátridas, das cidades, do campo, das florestas, das águas, pessoas trans designadas mulheres no nascimento, em situação de rua, privadas de liberdade, egressas do sistema prisional e coletoras de material reciclável. Garantir cotas, pontuação extra e fiscalização em eventos e editais para assegurar participação real. Assegurar medidas de prevenção e enfrentamento às violências de gênero e raça, no campo cultural, garantindo ambientes seguros, protocolos de acolhimento e mecanismos de denúncia acessíveis para todas as mulheres. Criar centros culturais comunitários e plataformas digitais. Promover eventos inclusivos, formação de agentes culturais, infraestrutura segura e remuneração justa, valorizando os saberes ancestrais, de matriz africana e demais saberes, fortalecendo a diversidade e o protagonismo feminino.

Proposta 2 – Promover equidade e inclusão de mulheres no esporte





Implementar programas de esporte que garantam a participação feminina, oferecer bolsas para atletas amadoras, investir em infraestrutura adequada e assegurar auxílio para transporte, hospedagem e condições de permanência no esporte. Criar editais exclusivos para o esporte feminino e reservar 50% (cinquenta por cento) das vagas do Bolsa Atleta para mulheres, inclusive treinadoras, assegurando financiamento e compromisso público. A formação continuada de professoras e professores deve incluir cursos como defesa pessoal, fomentar projetos amadores e ampliar a inclusão. Valorizar e divulgar feitos e talentos de mulheres atletas provenientes de diferentes origens e modalidades, em especial aquelas do paradesporto, com o objetivo de ampliar a cobertura midiática e fortalecer o apoio institucional.

Proposta 3 – Regularizar comunicação com equidade de gênero

Promover a regulamentação democrática da mídia e plataformas digitais assegurando a presença paritária de mulheres na produção e gestão de conteúdo. Estabelecer mecanismos de denúncia e fiscalização contra práticas misóginas, com foco em diversidade e interseccionalidades, garantindo formação e educação midiática para combater a violência simbólica de gênero.

Eixo 12 - Enfrentamento do Racismo, Sexismo, Transfobia e Lesbofobia

O eixo “Enfrentamento do Racismo, Sexismo, Transfobia e Lesbofobia” assume papel central na agenda transformadora da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, reconhecendo que as violências estruturais afetam de forma múltipla e agravada mulheres negras, LBT+, indígenas, refugiadas, com deficiência e pertencentes a comunidades tradicionais. As propostas abrangem a criação de casas de acolhimento, redes nacionais e observatórios para LBT+, políticas públicas interseccionais e ações afirmativas como cotas em seletivas e universidades, produção de herança de dados, valorização dos saberes ancestrais, fortalecimento da assistência social, combate ao racismo institucional e fomento à herança histórica para mulheres de matriz africana. Estas diretrizes garantem o atendimento humanizado, o acesso universal e equitativo à saúde, a educação e a justiça, a





promoção da empregabilidade e da renda, a inclusão social e a construção de uma rede estatal e comunitária de proteção.

Proposta 1 – Implementar políticas públicas inclusivas e interseccionais para mulheres

Criar uma política nacional de casas de acolhimento para mulheres LBT+ e negras, com moradia temporária e abrigo permanente, atendimento humanizado, enfrentamento às violências, formação profissional, acesso ao mercado de trabalho e geração de renda. Estabelecer cotas em concursos e nas universidades. Garantir a promoção da inclusão, o combate à discriminação e o financiamento público. Inserir as categorias de coleta de dados LBT+ nos sistemas oficiais. Garantir medicamentos para hormonização. Fortalecer práticas integrativas no SUS. Fortalecer os centros de cidadania e as políticas formativas nas escolas. Garantir 10% (dez por cento) das vagas em abrigos para mulheres LBT+. Criar e financiar um Observatório Nacional para monitorar e pesquisar as condições de vida das mulheres LBT+ em conjunto com as universidades e instituições públicas.

Proposta 2 – Criar rede nacional de acolhimento e apoio para população LBT+

Garantir políticas públicas interseccionais com equidade de oportunidades para as mulheridades, dando especial atenção às periféricas e faveladas, além de possibilitar a participação nas decisões. Assegurar políticas de assistência linguística e formação profissional interseccional obrigatória e permanente em gênero, identidade e expressão de gênero e raça para profissionais públicos das diversas áreas, além de proteção contra violências. Acesso à saúde, à educação e à cultura. Garantir orçamento e parcerias com a sociedade civil. Abordar as opressões estruturais, com foco em mulheridades LBT+. Incluir monitoramento e avaliação de indicadores. Assegurar a valorização de saberes ancestrais. Garantir a produção de dados desagregados. Apoiar a maternidade vulnerável por meio de creches em tempo integral, moradia e renda básica.

Proposta 3 – Desenvolver políticas públicas inclusivas e antirracistas na saúde e na educação

Garantir dotação orçamentária para implementar, efetivar, monitorar políticas públicas e promover formação contínua e obrigatória em letramento racial e educação antirracista para





servidores públicos em todas as áreas, com prioridade na saúde, educação, segurança e assistência social de todos os entes federativos. Desenvolver campanhas sobre gênero e raça nos currículos, fortalecendo o intercâmbio com países africanos; criar protocolos de atendimento especializado e fortalecer programas destinados a meninas e mulheres negras, cis, trans, LBT+, com deficiência (visível e invisível), surdas com direito à interpretação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) sem avatares, migrantes, refugiadas, apátridas, das cidades, do campo, das florestas, das águas, em situação de rua, privadas de liberdade, egressas do sistema prisional e de povos e comunidades tradicionais para a defesa dos direitos humanos e promoção de uma sociedade inclusiva, diversa, com equidade e justiça social. Implementar políticas de combate ao racismo nos ambientes de trabalho e monitorar práticas discriminatórias, garantindo investigação e punição efetiva de atos racistas, inclusive com aplicação de multas para as empresas.

Proposta 4 – Implementar plano nacional de reparação e proteção para mulheres POTMA (Povos Tradicionais de Matrizes Africanas)

Criar e implementar, com dotação orçamentária própria, o Plano Nacional de Reparação Histórica, Proteção, Segurança e Garantias de Direitos, assegurando acesso à justiça especializada para os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. Criar e efetivar leis que garantam dispensa remunerada, nos setores públicos e privados, das funções laborais para obrigações religiosas. Incentivar a criação, em âmbito estadual, de delegacias especializadas para identificar crimes de racismo e intolerância religiosa, com o objetivo de promover a igualdade religiosa e o respeito à diversidade cultural, com garantia de orçamento.

Proposta 5 – Padronizar coleta e publicação de dados sobre violência de gênero

Propõe-se o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas integradas de enfrentamento ao racismo e à violência de gênero, com atenção prioritária a mulheres negras, mulheres LBT+, pessoas trans do gênero feminino, povos e comunidades tradicionais (conforme Decreto nº 6.040/2007), jovens, adolescentes, migrantes, refugiadas e apátridas, com deficiência (visível e invisível), surdas com direito à interpretação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) sem avatares, das cidades, do campo, das florestas, das águas, em situação de rua, privadas de liberdade, egressas do sistema prisional e demais grupos





historicamente vulnerabilizados. As ações devem contemplar: a) programas permanentes de conscientização e formação voltados à sociedade civil e às instituições públicas para combater práticas racistas, sexistas, lgbtfóbicas e discriminatórias. b) rede de acolhimento com apoio psicológico, jurídico e social, garantindo atendimento humanizado e acessível às vítimas de racismo e violência de gênero; c) ações afirmativas que assegurem equidade, representatividade política e inclusão social; d) fortalecimento da defesa dos direitos humanos, visando a construção de uma sociedade inclusiva, justa e diversa; e) estabelecimento de parâmetros nacionais para a coleta e sistematização de dados sobre violência de gênero, garantindo que todos os estados integrem categorias de raça, cor, gênero e identidade de gênero; f) padronização dos boletins de ocorrência (incluindo versões on-line) com linguagem inclusiva, para facilitar o acesso de todas as pessoas; e g) publicação anual de dossiês LBT+ com dados desagregados, articulando informações das áreas de saúde, segurança, justiça e serviços de atendimento. Essas propostas visam enfrentar as desigualdades estruturais, promover reparação histórica e garantir que o Estado e a sociedade avancem na implementação de políticas inclusivas, baseadas na equidade e no respeito à diversidade étnico-racial, de gênero, sexualidade, classe e território.

Proposta 6 – Criar rede nacional de acolhimento e apoio para população LBT+

Garantir políticas públicas interseccionais, com equidade de oportunidades para as mulheres, dando especial atenção às periféricas e faveladas, além de possibilitar a participação nas decisões. Assegurar políticas de assistência linguística e formação profissional interseccional, obrigatória e permanente em identidade, expressão de gênero e raça para profissionais públicos das diversas áreas e proteção contra violências. Acesso à saúde, à educação e à cultura. Garantir orçamento e parcerias com a sociedade civil. Abordar opressões estruturais, com foco em mulheres LBT+. Incluir monitoramento e avaliação de indicadores. Assegurar a valorização de saberes ancestrais. Garantir a produção de dados desagregados. Apoiar a maternidade vulnerável com creches em tempo integral, moradia e renda básica.

Eixo 13 - Igualdade para Mulheres Jovens, Idosas e com Deficiência





As propostas voltadas à promoção da igualdade para mulheres jovens, idosas e com deficiência refletem um avanço essencial na construção de políticas públicas verdadeiramente inclusivas. Ao propor a criação de centros integrados de apoio e referência, essas iniciativas asseguram atendimento multidisciplinar e acessível, incluindo serviços de saúde, apoio psicológico, jurídico, assistência social, comunicação aumentativa e cursos de geração de renda, contemplando as diferentes realidades de mulheres com deficiência e cuidadoras.

O eixo destaca ainda programas integrados de acessibilidade para mulheres idosas e políticas direcionadas às jovens, buscando articulação intersetorial, inclusão digital, protagonismo e participação ativa em políticas públicas. São medidas que reconhecem e enfrentam as múltiplas barreiras vivenciadas por esses grupos, assegurando autonomia, inclusão social, segurança e respeito à diversidade como condições indispensáveis à cidadania plena e ao exercício dos direitos.

Proposta 1 – Criar centros integrados de apoio a mulheres com deficiência e cuidadoras

Criar, implementar e garantir, em âmbito nacional, centros integrados de apoio e referência para mulheres sem e com deficiência (visível e invisível), cuidadoras, mães de neurodivergentes, mães atípicas, surdas com direito à interpretação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) sem avatares, idosas e jovens em situação de vulnerabilidade. Oferecer serviços de saúde, bem como apoio médico, medicação, assistência social, jurídica e psicológica por meio de equipes multidisciplinares, com estrutura de acessibilidade (LIBRAS e Braille, comunicação aumentativa alternativa, serviços de audiodescrição), além de atividades terapêuticas e programas de geração de renda.

Proposta 2 – Criar centros integrados e garantir inclusão digital para mulheres idosas

Criar um programa integrado de acessibilidade e apoio para mulheres, com foco especial em mulheres idosas, mulheres com deficiência visível e invisível, surdas com direito à interpretação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) sem avatares, mães e cuidadoras. O programa será implementado em articulação com a rede SUAS e contemplará Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), Centros-Dias, Centros de Convivência Intergeracional (CCIInter), programas de acompanhamento domiciliar e formação de cuidadores comunitários, com equipe multidisciplinar em saúde física e mental, promovendo oficinas de





protagonismo, grupos de diálogo em comunidades escolares e espaços coletivos. Além disso, estabelecerá parcerias com universidades e órgãos públicos para ofertar cursos de letramento digital e segurança on-line, ampliando a autonomia, a inclusão social e a qualidade de vida dessas mulheres.

Proposta 3 – Desenvolver Plano Nacional para Jovens Mulheres

Garantir e desenvolver a implementação do Plano Nacional da Juventude feminina em articulação com o Estatuto da Juventude, além de políticas intersetoriais que assegurem diversidade e interseccionalidades (raça/etnia, território, povos e comunidades tradicionais, deficiência visível e invisível) sobre Políticas para Jovens Mulheres. Essas estratégias devem integrar a Política Nacional de Direitos das Mulheres, baseadas em consultas participativas em todo o Brasil que garantam diversidade e inclusão, integrando vozes femininas em políticas públicas que valorizem suas experiências e potencialidades.

Eixo 14 - Outras Políticas Públicas para as Mulheres

As propostas para políticas urbanas e habitacionais inclusivas para mulheres estabelecem um novo paradigma na concepção de cidades e territórios feministas, integrando ações intersetoriais que asseguram moradia digna, mobilidade segura, acesso a serviços públicos, educação e espaços de convivência. Fundamentadas em justiça de gênero, justiça tributária e combate ao racismo, tais diretrizes priorizam a inclusão de mães solo, idosas e mulheres das periferias, com destaque para o fortalecimento das redes comunitárias e a destinação de recursos específicos para políticas de gênero.

O eixo também reconhece a importância da soberania e segurança alimentar feminista, conectando programas de agricultura familiar, cozinhas solidárias, hortas urbanas, distribuição de alimentos e inclusão produtiva. Com medidas que valorizam dados desagregados e articulação entre políticas de assistência, saúde e educação, esses avanços ampliam a autonomia das mulheres, promovem a redução das desigualdades e fortalecem o tecido social das comunidades, colocando a equidade no centro das agendas públicas urbanas e rurais.





Proposta 1 – Desenvolver políticas urbanas inclusivas para mulheres

Cidades feministas e políticas integradas para a igualdade. Criar Sistema Único de Políticas para as Mulheres (SUPM) a fim de proporcionar cidades e territórios feministas por meio de políticas públicas integradas que assegurem moradia digna, mobilidade segura, educação, emprego, saúde, saneamento e espaços de convivência, com protagonismo das mulheres, especialmente nas periferias. É preciso enfrentar o racismo, apoiar mães solo e idosas, fortalecer redes comunitárias e garantir justiça tributária, destinando recursos específicos de no mínimo 1% (um por cento) da arrecadação de impostos às políticas de gênero. Com dados desagregados, transporte acessível, proteção a trabalhadoras e compromissos internacionais, é possível firmar uma agenda feminista de equidade e justiça social para todas, garantindo direitos fundamentais, igualdade de gênero, raça e classe, respeitando hábitos culturais e mulheridades.

Proposta 2 – Desenvolver programa habitacional inclusivo e sustentável para mulheres

Moradia feminista, digna e sustentável. Garantir o direito à moradia e habitação dignas, regularização fundiária plena, por meio da ampliação do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, de forma inclusiva, que favoreça mulheres em todas as suas expressões de pluralidades e especificidades — assegurando titularidade feminina, infraestrutura completa e respeito à diversidade cultural, incluindo um programa de melhorias habitacionais que permita a reconstrução de moradias com prioridade à permanência nos territórios. Esse programa deve aproveitar imóveis ociosos, terrenos subutilizados, materiais ecológicos, empregar mão-de-obra local e feminina, além de articular governos, sociedade civil e movimentos sociais. Ao integrar habitação, transferência de renda, previdência e proteção contra endividamento abusivo, promove-se justiça social e sustentabilidade, fortalecendo redes comunitárias e garantindo segurança e qualidade de vida para todas as famílias.

Proposta 3 – Consolidar políticas de segurança alimentar para mulheres vulneráveis

Soberania e segurança alimentar feminista e inclusiva. Consolidar políticas de soberania, segurança alimentar e nutricional sustentável e feminista, integrando programas no campo e na cidade que garantam acesso digno e culturalmente adequado, priorizando alimentos





agroecológicos da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais para todas as mulheres, considerando suas pluralidades e especificidades. Isso envolve cozinhas solidárias com apoio financeiro às mulheres voluntárias, cestas básicas, cartão social, hortas comunitárias urbanas, uso de áreas públicas e áreas em desuso, feiras locais e Restaurantes Populares em territórios estratégicos, articulados ao Programa Bolsa Família, ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e ao Programa Minha Casa Minha Vida, com linhas de crédito para unidades produtivas e protocolos intersetoriais no SUS, SUAS e SISAN. A partir de uma base nacional de dados desagregados por gênero, raça e território será possível planejar políticas eficazes que assegurem alimentação de qualidade e em quantidade suficiente, inclusão social, fortalecimento das redes comunitárias e ampliação de recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos.

Eixo 15 - Institucionalização dos Organismos para Mulheres

As propostas para a institucionalização dos organismos de políticas para mulheres estabelecem as bases de uma governança pública sólida, integrada e participativa. Ao prever a criação de um Sistema Nacional de Políticas para Mulheres, os textos preconizam articulação federativa, autonomia orçamentária e fortalecimento estrutural de órgãos e conselhos, sempre orientados pelo princípio da diversidade e da interseccionalidade. A estruturação de fundos nacionais, estaduais e municipais, contemplando fontes específicas de financiamento e priorização de regiões historicamente excluídas, assegura a sustentabilidade das ações, bem como a expansão do acesso a direitos em todas as regiões do país.

Complementando esse arcabouço, destaca-se a necessidade de rigor na fiscalização e auditoria de recursos públicos, com participação tripartite e mecanismos de denúncia acessíveis, fortalecendo a efetividade das leis e das políticas protetivas. São diretrizes fundamentais para garantir a continuidade, integração e impacto das políticas voltadas para o enfrentamento à violência, o empoderamento e a promoção da autonomia das mulheres brasileiras.





Proposta 1 – Criar Sistema Nacional de Políticas para Mulheres

Estabelecer um Sistema Nacional de Políticas para Mulheres, integrando União, estados e municípios. Garantir financiamento contínuo por meio de fundos nacionais, estaduais e municipais, com repasses automáticos. Promover a criação de secretarias com quadro de profissionais efetivos. Instituir conselhos em todas as esferas, assegurando estrutura, autonomia orçamentária e participação social para enfrentar a violência de gênero e promover a autonomia econômica e liderança feminina, com foco em diversidade e interseccionalidades. Estabelecer diretrizes técnicas e orçamentárias nacionais pelo Ministério das Mulheres, vinculando o repasse de recursos financeiros e programas federais apenas a órgãos gestores específicos de políticas para as mulheres com e sem deficiência, em estados e municípios, de forma autônoma e desvinculada de estruturas exclusivas da Assistência Social.

Proposta 2 – Criar Fundo Nacional de Políticas para Mulheres

Estabelecer um Fundo Nacional de Políticas para Mulheres com repasses regulares e descentralizados para estados e municípios, criando fundos municipais e estaduais para políticas de mulheres. Destinar e alocar 10% (dez por cento) dos royalties de exploração de recursos naturais para financiar políticas públicas voltadas para a promoção da equidade de gênero, de enfrentamento de todas as formas de violência e o empoderamento das mulheres com e sem deficiência. Permitir a destinação de parte do imposto de renda para esses fundos, os quais terão gestão democrática, participativa e transparente do orçamento público. Priorização de regiões historicamente excluídas, respeitando as interseccionalidades das mulheres.

Proposta 3 – Garantir cumprimento efetivo das leis de proteção às mulheres

Criar comissões gestoras tripartites em serviços públicos e privados para assegurar a qualidade no atendimento às mulheres sem e com deficiência (visíveis e invisíveis). Implementar formação e capacitação continuada para servidores e agentes públicos, bem como realizar campanhas de conscientização que promovam o combate efetivo à violência institucional contra mulheres vitimadas. Fortalecer os mecanismos de fiscalização e criar canais acessíveis para denúncias. Instituir auditoria de controle externo para fiscalizar a





aplicação do orçamento destinado aos serviços de garantia dos direitos das mulheres e à efetivação das políticas públicas para mulheres.

CAPÍTULO 13

Painel 1 – Políticas Públicas e Ações para as Mulheres do Brasil

Foto: Luís Targino



O Painel 1 da etapa nacional da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, intitulado Políticas Públicas e Ações para as Mulheres do Brasil, constituiu um momento estratégico de apresentação, escuta e síntese das principais demandas trazidas pelas representantes de todo o país. O Painel marcou o reencontro das mulheres brasileiras com a democracia e com a possibilidade concreta de reconstrução de políticas públicas depois de quase dez anos de silenciamento do processo conferencial nacional. A memória da última conferência, realizada em 2016 com a presença da presidenta Dilma Rousseff, reapareceu como referência simbólica e política, reafirmando que a proteção das instituições e da





democracia deveria salvaguardar, em qualquer circunstância, a decisão soberana do povo brasileiro.

Ao reunir, numa mesma mesa, ministras de diferentes ministérios e a Ministra das Mulheres, Márcia Lopes, a Ministra Sonia Guajajara, do Ministério dos Povos Indígenas, a Ministra Anielle Franco, do Ministério da Igualdade Racial, a Ministra Esther Dweck, do Ministério da Gestão, a Ministra Macaé Evaristo, do Ministério dos Direitos Humanos, e a Ministra Luciana Santos, do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Painel 1 representou um ponto de inflexão da agenda de gênero no país: um momento em que se articularam a memória das lutas históricas, as demandas emergentes e a decisão política de transformar políticas de governo em políticas de Estado para as mulheres, ancoradas em institucionalidade sólida e em programas com capilaridade nacional.

À luz da metodologia aprovada para essa etapa, o Painel foi concebido como um grande espaço de diálogo e balanço das políticas públicas para as mulheres no último triênio, orientado por três movimentos centrais: atualizar o panorama das ações e conquistas recentes; garantir a escuta direta das mulheres, ampliando de forma qualificada a participação social; e reafirmar o Ministério das Mulheres como instância articuladora e integradora das políticas de gênero, fortalecendo a cooperação federativa com estados e municípios. O Painel, portanto, articulou balanço governamental e participação social em um mesmo dispositivo metodológico, garantindo que a apresentação de programas e resultados estivesse permanentemente tensionada pelas experiências concretas e pelas demandas vindas da base. O painel foi organizado a partir de perguntas encaminhadas pela plenária às ministras, com o apoio de sistema informatizado, e às representantes do governo federal, o Painel articulou a discussão em torno de três grandes eixos: a criação de um Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres, a necessidade de financiamento estável para essa agenda e a centralidade da interseccionalidade na formulação das políticas públicas.

O Painel 1 demonstrou, na prática, como o princípio da transversalidade se articulava com o conceito de interseccionalidade. Segundo a tônica das painelistas, a transversalidade, no contexto da gestão pública, implicava a integração da perspectiva de gênero em todas as etapas do ciclo de políticas públicas, desde a formulação até a avaliação. A interseccionalidade, por sua vez, atuava como a lente analítica que impedia a homogeneização da categoria “mulher”, reconhecendo que as experiências de opressão e as necessidades programáticas eram moldadas pelo cruzamento de múltiplos marcadores sociais, tais como raça, classe, território, deficiência e orientação sexual. Este foi um dos fios condutores do Painel, ou seja, a compreensão de que as políticas para as mulheres, na





gestão então vigente, assumiam um caráter transversal e estruturante na reconstrução do Estado brasileiro.

A presença das Ministras, além da Ministra das Mulheres, sinalizou, de maneira inequívoca, o imperativo da transversalidade e da institucionalização da agenda de gênero como condição para a reconstrução democrática. Esta composição, por si só, representou uma declaração política de que a agenda de equidade e de combate às desigualdades de gênero não podia ser confinada a um único órgão setorial, mas deveria, imperativamente, permear e influenciar a totalidade das políticas públicas federais, desde a alocação orçamentária até a execução programática nas mais diversas áreas. As intervenções das Ministras forneceram exemplos concretos dessa sinergia a partir de uma potente exposição de balanço das políticas para as mulheres no governo Lula.

A Ministra da Gestão, Esther Dweck, ao detalhar a implementação de cotas para mulheres em situação de violência em contratações públicas e a priorização de movimentação funcional para servidoras vítimas de violência, demonstrou como a política de recursos humanos e a gestão administrativa podiam ser transformadas em instrumentos de proteção social e de empoderamento econômico. Este era um exemplo paradigmático de como a transversalidade operava: uma política de gestão que, ao incorporar a perspectiva de gênero, transcendia sua função original e adquiria um impacto social significativo. Destacou ainda que, desde a transição de governo, tinham sido criadas assessorias especiais de participação social e diversidade em todos os ministérios, afirmando que a pauta das mulheres deveria atravessar o conjunto da ação governamental. Essa reorganização institucional indicava uma mudança de paradigma: a igualdade de gênero deixava de ser um tema setorial para se tornar eixo estruturante da gestão pública.

De modo análogo, a Ministra Luciana Santos destacou dados que evidenciavam as desigualdades estruturais no país, como a diferença salarial em que as mulheres recebiam em média 20% a menos que os homens, e a alta informalidade entre as trabalhadoras domésticas (76,6%). Ressaltou a necessidade de ações afirmativas para combater essas desigualdades. Enfatizou a responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) na criação de oportunidades para meninas e mulheres, citando programas como o Programa Futuras Cientistas, que tinha mais de 10 anos e em 2024 atendeu mais de 400 alunas e professoras da rede pública, com impacto significativo na continuidade dos estudos em ciência e tecnologia. Outro destaque foi o programa Mulheres Inovadoras, que concedia prêmios para startups femininas, além da participação exclusiva de mulheres em editais estratégicos do MCTI, ilustrando a aplicação da transversalidade no combate à segregação





ocupacional e na promoção da equidade no acesso ao conhecimento. A ênfase em ações afirmativas para mulheres negras, indígenas e de comunidades periféricas, por sua vez, evidenciou a aplicação da lente interseccional, reconhecendo as barreiras de acesso à ciência.

A Ministra Sônia Guajajara, do Ministério dos Povos Indígenas, por sua vez, destacou a importância da participação das mulheres indígenas e negras, especialmente em cargos de alto escalão, como uma conquista significativa. Parabenizou o Ministério das Mulheres pela organização do evento e ressaltou o papel das conferências livres na ampliação dos debates sobre temas fundamentais, como justiça climática, combate à violência doméstica, redução da jornada de trabalho e aplicação da Lei de Equidade de Gênero. Ressaltou fortemente a realização da 1ª Conferência Nacional de Mulheres Indígenas, organizada pelo Ministério dos Povos Indígenas em parceria com o Ministério das Mulheres e a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), que resultou em 50 propostas prioritárias em cinco eixos: direito e gestão territorial, emergência climática, violência de gênero, saúde e educação e saberes ancestrais. A Ministra enfatizou a conexão das lutas femininas com grandes questões globais, como a emergência climática. Além disso, destacou as dificuldades de acesso das indígenas a órgãos e instrumentos estatais devido ao distanciamento geográfico e linguístico, o que comprometia sua inclusão nas políticas públicas. A construção de um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres Indígenas, com a elaboração de 50 propostas e a criação de um grupo de trabalho para implementá-las, também foi um ponto central de sua fala, evidenciando a importância de políticas públicas específicas para esse grupo.

A Ministra Macaé Evaristo, do Ministério dos Direitos Humanos, destacou o compromisso do MDHC em reconstruir políticas públicas de proteção, segurança e cidadania das mulheres após um período de retrocessos, defendendo a democracia e os direitos humanos como base dessa agenda. Sublinhou que o objetivo era garantir um Brasil em que todas as mulheres estivessem vivas, seguras, protegidas e com dignidade, enfrentando desigualdades raciais, econômicas e sociais, o trabalho análogo à escravidão, todos os tipos de violência de gênero (inclusive política) e assegurando autonomia econômica e condições de cuidado. A Ministra Macaé valorizou a participação social – com mais de 156 mil mulheres envolvidas nas etapas da conferência em 2025 – e reforçou a centralidade das demandas de mulheres negras, indígenas, quilombolas, ciganas, LBT, com deficiência, jovens, idosas, urbanas, rurais e de comunidades tradicionais. Sua fala reafirmou o caráter democrático e coletivo da conferência e o compromisso do governo em transformar essas demandas em novas políticas e ações concretas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.





Na direção de reforçar essa potente demonstração de força institucional, a Ministra Anielle Franco, do Ministério da Igualdade Racial, destacou a importância da participação social e do diálogo intersetorial para a construção de políticas públicas de qualidade para as mulheres brasileiras. Ela enfatizou que espaços como a conferência eram essenciais para trazer da ponta demandas e soluções específicas, defendendo uma abordagem transversal na entrega de respostas concretas às mulheres do país. A ministra também chamou atenção para a necessidade de combate a todas as formas de violência contra as mulheres, à misoginia, ao racismo e à opressão, reforçando que nenhuma violência era tolerável e que nenhum direito podia ser retirado. Segundo Anielle Franco, as políticas só seriam efetivas se fossem elaboradas e implementadas coletivamente, por meio de ampla participação e representatividade, envolvendo mulheres negras, indígenas, com deficiência e LBTs, além das distintas realidades territoriais e sociais. Por fim, a Ministra Anielle reforçou que a retomada da conferência, após quase dez anos, simbolizava a reconquista do espaço democrático e de participação, fundamental para o avanço das políticas públicas e da democracia no Brasil.

A participação social organizada e o diálogo com os movimentos de mulheres surgiam como outro eixo estruturante do Painel 1. A partir da experiência recente do governo federal, destacaram-se a criação e o fortalecimento de espaços de escuta com trabalhadoras domésticas, marisqueiras, catadoras, mulheres das águas, dos campos, das florestas e sindicalistas, entre outras mulheridades. Esses fóruns expressavam a opção política de reconhecer a pluralidade de sujeitos que compunham o campo das políticas para as mulheres e de construir agendas de forma compartilhada com quem vivia, cotidianamente, as consequências diretas dessas políticas em seus territórios.

Ponto marcante do desenvolvimento do Painel foi a apresentação, pela Ministra Márcia Lopes, do compromisso assumido com o presidente Lula ao assumir o Ministério das Mulheres: encontrar, ao final da gestão, as mulheres do Brasil mais atendidas, mais protegidas e menos expostas à violência. Durante o Painel 1, a Ministra Márcia Lopes proferiu um discurso carregado de simbolismo, que marcou um momento histórico para o movimento organizado das mulheres no Brasil. Ela iniciou agradecendo o compromisso e a dedicação diária das trabalhadoras do Ministério das Mulheres, ressaltando que a conferência representava a realização de um sonho coletivo, construído com a mobilização que percorreu o país desde conferências livres, municipais, regionais e estaduais. A Ministra Márcia Lopes pontuou que a conferência era um espaço democrático, plural e transformador, onde mais de quatro mil mulheres se reuniam para debater e propor diretrizes para todos os níveis de governo. Destacou que a 5ª Conferência Nacional surgia





em um momento de reencontro e resistência, após anos de retrocessos, violência política e ataques às conquistas democráticas das mulheres. Essa resistência, segundo ela, “brotou ainda mais força” e reafirmava que nada podia deter a presença organizada das mulheres brasileiras. Ela também chamou atenção para a importância da Lei da Igualdade Salarial, reconhecendo-a como uma conquista histórica que precisava ser potencializada pela mobilização e organização das mulheres para garantir que recebessem o mesmo salário pelo mesmo trabalho.

A Ministra destacou o trabalho intenso e dedicado da equipe do Ministério, ressaltando o compromisso permanente em fortalecer as políticas públicas para as mulheres em todos os níveis governamentais e que o Ministério vinha sendo fundamental para articular e implementar estratégias que ampliassem direitos, promovessem a igualdade de gênero e combatessem a violência contra as mulheres. Essas ações eram apresentadas como parte integrante do esforço coletivo para garantir que as políticas nacionais se transformassem em realidade concreta para as mulheres em todo o Brasil, reafirmando o papel do Ministério como um eixo essencial na coordenação dessas políticas federais em parceria com estados e municípios.

O debate do Painel 1 assumiu um papel central, pois constituiu um espaço qualificado de formulação coletiva, de explicitação de conflitos e de construção de consensos em torno da agenda de direitos das mulheres. Todo o debate do Painel foi mediado por um sistema digital dedicado especificamente a receber perguntas, preocupações, provocações e debates, o que ampliou a participação, diversificou as vozes ouvidas e qualificou a escuta das diferentes realidades presentes no processo conferencial.

Um primeiro bloco de intervenções concentrou-se na proposta de criação de um Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres, inspirado em arranjos federativos já consolidados em outras políticas, como saúde e assistência social. As representantes expressaram grande expectativa de que esse sistema viesse acompanhado de um Fundo Nacional específico, com repasses regulares – preferencialmente na modalidade fundo a fundo – e critérios claros de cofinanciamento entre União, estados e municípios. Surgiram questionamentos sobre prazos de implantação, fontes de recursos, formas de integração com outros sistemas e, sobretudo, sobre o papel dos Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs) na gestão cotidiana das ações.

Em estreita relação com esse debate, muitas falas chamaram atenção para a situação concreta dos organismos de políticas para as mulheres nos territórios. Secretarias, coordenadorias e conselhos locais foram descritos como estruturas frequentemente





marcadas por alta rotatividade política, ausência de orçamento próprio e escassez de equipes técnicas. As perguntas dirigidas às ministras insistiram em saber quais estratégias seriam adotadas para fortalecer esses espaços, assegurar equipe qualificada e orçamento, e garantir que o desenho do Sistema Nacional e do Fundo Nacional incorporasse mecanismos estáveis de apoio à gestão local.

Outro bloco de questões abordou diretamente os desafios enfrentados por mulheres em posições de liderança, com destaque para as trajetórias das próprias ministras presentes na mesa. Ao solicitar que elas relatassem obstáculos vividos em suas carreiras, as representantes deslocaram o foco do debate exclusivamente técnico para uma reflexão sobre como o patriarcado se manifestava no interior do Estado, dos partidos e das instituições públicas. Apareceram referências à violência política de gênero, à deslegitimação de mulheres em espaços de decisão, à sobrecarga do trabalho de cuidado e à persistente percepção de que as mulheres não estariam plenamente “preparadas” para ocupar funções estratégicas. Esse compartilhamento de experiências, embora situado e simbólico, aproximava o desenho das políticas da vida concreta das mulheres que as formulavam e implementavam. O Painel explicitava, assim, que políticas para as mulheres não se resumiam à ampliação de serviços, mas envolviam disputas materiais e simbólicas no interior do próprio Estado.

A interseccionalidade apareceu, ao longo de todo o Painel, como princípio estruturante. As perguntas reunidas por categoria revelaram preocupação permanente com grupos específicos de mulheres em situação de vulnerabilidade agravada. As falas sobre mulheres que viviam com HIV/AIDS, por exemplo, denunciavam estigmas persistentes, efeitos colaterais dos tratamentos, lacunas de informação e mensagens públicas excludentes, como campanhas que exaltavam a amamentação sem considerar aquelas que não podiam amamentar. Também foram mencionadas mulheres em situação de rua, privadas de liberdade, trabalhadoras rurais, catadoras, mulheres negras e indígenas, mulheres com deficiência e moradoras de periferias urbanas. O elemento comum era a percepção de que essas realidades seguiam pouco visíveis em políticas generalistas e de que era necessário incorporar recortes de raça, classe, território, geração e deficiência de maneira consequente em todo o ciclo de políticas públicas.

As temáticas da saúde e da educação atravessavam o debate em múltiplas frentes, tanto nas falas das ministras quanto nas perguntas das representantes. No campo da saúde, destacaram-se preocupações com mortalidade materna, violência obstétrica, acesso a métodos contraceptivos, saúde sexual e reprodutiva, doenças crônicas pouco reconhecidas,





saúde mental e atendimento qualificado a mulheres com deficiência, com HIV ou em contextos de pobreza extrema. No campo da educação, sobressaíam a defesa da educação sexual nas escolas como estratégia de prevenção de violências e abusos, o enfrentamento da evasão escolar de meninas e adolescentes – sobretudo negras e periféricas – e a importância de ambientes escolares livres de discriminação de gênero, racismo e LBTfobia. Essa conexão entre saúde e educação era associada, de forma recorrente, à ideia de autonomia. As propostas que emergiam do Painel apontavam, nesse sentido, para a necessidade de combinar investimentos em serviços com programas de formação de profissionais, ações educativas e campanhas de comunicação que dialogassem com realidades concretas de mulheres nos diferentes territórios.

A violência, em suas diversas formas, constituiu uma força nas intervenções. Foram mencionadas situações de violência doméstica, feminicídio, violência sexual, violência institucional e violência política, bem como violências simbólicas e digitais expressas nas redes sociais. A percepção registrada no Painel era que não bastava expandir a rede de serviços: era imprescindível qualificar o atendimento, articular políticas de segurança pública, justiça, saúde, assistência social e direitos humanos, e investir em campanhas permanentes de enfrentamento às culturas machistas que naturalizavam agressões e culpabilizavam as vítimas.

Da mesma forma, as falas apontavam para a necessidade de construir protocolos claros, equipes capacitadas e mecanismos efetivos de proteção, que incluíssem medidas específicas para mulheres com deficiência e para aquelas que trabalhavam em setores particularmente vulneráveis. Foram sugeridas, por exemplo, ações de capacitação para profissionais de saúde e educação na abordagem de temas sensíveis como violência de gênero e saúde mental; campanhas de conscientização sobre direitos e serviços disponíveis para mulheres em situação de violência; e protocolos de atendimento acessíveis e inclusivos.

Outro eixo central das intervenções referia-se à participação e à representação política das mulheres. Diversas perguntas convergiam para a preocupação com a baixa presença feminina nos espaços institucionais de poder, problematizando as barreiras que limitavam o acesso a mandatos parlamentares e cargos de direção. As representantes evocavam propostas que iam além das cotas de candidaturas, avançando para o debate sobre cotas de cadeiras, financiamento específico de campanhas de mulheres – especialmente negras, indígenas, jovens e periféricas – e criação de redes de apoio para o enfrentamento da violência política de gênero.





Essa discussão dialogava diretamente com as intervenções sobre paridade e democracia feitas no Painel. A mensagem central era nítida: sem presença substantiva de mulheres nos espaços de decisão, as políticas tendiam a reproduzir um olhar predominantemente masculino sobre a realidade. Alargar a participação de mulheres nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como nos conselhos de políticas públicas, era condição para que as agendas e prioridades refletissem a diversidade das experiências femininas.

Por fim, o Painel revelou forte preocupação com o enfrentamento das desigualdades econômicas que atravessavam a vida das mulheres. Nas perguntas e contribuições sistematizadas, surgiam referências à necessidade de fortalecer políticas de emprego e renda; reconhecer o trabalho doméstico e de cuidado; enfrentar a precarização do trabalho informal; valorizar o trabalho de catadoras e trabalhadoras rurais; e garantir condições para que mulheres rompessem ciclos de violência e dependência econômica. A discussão sobre o Fundo Nacional de Políticas para as Mulheres articulava-se, nesse sentido, com a reivindicação de que recursos orçamentários fossem direcionados a programas que combinassem proteção social, qualificação profissional, apoio ao empreendedorismo e valorização do trabalho não remunerado, especialmente aquele ligado ao cuidado.

A partir desse acúmulo, o Painel delineou um conjunto de perspectivas e recomendações para o período pós-conferência. Entre as ações propostas, destacaram-se a criação de um Fundo Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, com recursos garantidos para estados e municípios; o desenvolvimento de programas de formação e capacitação para profissionais de saúde e educação, focados na abordagem de temas como violência de gênero, saúde sexual e reprodutiva e saúde mental; a promoção de campanhas permanentes de conscientização sobre direitos e serviços disponíveis para mulheres em situação de violência; o estabelecimento de protocolos de atendimento específicos para mulheres com deficiência, assegurando acessibilidade e suporte adequado em serviços públicos; e a implementação de medidas de proteção e suporte às mulheres que trabalhavam em setores vulneráveis.

As etapas subsequentes incluíram a realização de reuniões com representantes de estados e municípios para debater a implementação das políticas recomendadas; a criação de uma plataforma de acompanhamento das políticas públicas voltadas para as mulheres, com relatórios periódicos de eficácia e transparência; e o fortalecimento de espaços permanentes de diálogo com a sociedade civil, de modo a garantir que as vozes das mulheres continuassem sendo ouvidas e consideradas na formulação, execução e avaliação das políticas públicas.





Observados em conjunto, os conteúdos do Painel 1 delinearão um quadro abrangente e complexo da agenda contemporânea de direitos das mulheres no Brasil. De um lado, evidenciou-se um consenso significativo em torno da criação de um Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres, ancorado em financiamento estável, participação social qualificada e fortalecimento das estruturas locais responsáveis pela execução cotidiana das ações. De outro, emergiu com força a exigência de que esse sistema fosse, desde sua concepção, atravessado pela interseccionalidade, reconhecendo a diversidade das experiências femininas e recusando soluções homogêneas que reproduzissem exclusões históricas.

O Painel também tornou visível que a luta por políticas para as mulheres não se limitava à ampliação de serviços ou à apresentação de programas, por mais importantes que fossem. Ela envolvia disputas simbólicas e materiais no interior do Estado e da sociedade, passando pela transformação de práticas institucionais, culturas políticas e relações de poder. Ao trazer à cena as trajetórias das ministras, as violências vividas por diferentes grupos de mulheres, as barreiras à participação política, a desigual divisão sexual do trabalho e os desafios da economia do cuidado, o debate reafirmava que a igualdade de gênero era, ao mesmo tempo, objetivo e condição para a democracia.

Em síntese, o Painel 1 cumpriu uma dupla função: por um lado, atuava como espelho, ao registrar, nas perguntas e inquietações das representantes, a complexidade das desigualdades que marcavam a vida das mulheres brasileiras; por outro, funcionava como bússola, ao apontar prioridades claras para o período subsequente à conferência. Entre essas prioridades, destacavam-se a constituição de um Sistema Nacional forte, a centralidade da interseccionalidade, o enfrentamento integrado das violências, o fortalecimento dos organismos de políticas para as mulheres e a ampliação da presença feminina nos espaços de decisão. Converter essas diretrizes em políticas concretas, com metas, recursos e mecanismos de monitoramento, configurava o desafio colocado para o pós-conferência, tanto para o governo e o Conselho Nacional quanto para a sociedade civil organizada. Os caminhos abertos pelo Painel 1 indicavam que era possível avançar quando havia vontade política, mobilização social e compromisso com a diversidade das mulheres brasileiras.





CAPÍTULO 14

Painel 2 - Painéis Temáticos da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres



Painel temático “Justiça de Gênero e Justiça Étnico-racial: Caminhos Convergentes”. Foto: Vitor Vasconcelos.

O Painel 2, realizado em 30 de setembro, constituiu-se como um conjunto de doze painéis temáticos simultâneos que abordaram, sob diferentes perspectivas, as inter-relações entre gênero, raça, etnia, classe e território na vida das mulheres brasileiras.

A proposta central dos painéis foi garantir a transversalidade dos princípios da Conferência — igualdade de gênero, enfrentamento à violência e à discriminação, autonomia econômica, acesso às políticas públicas e fortalecimento da democracia com a participação das mulheres. Reunindo especialistas, gestoras públicas e lideranças de movimentos sociais, os debates buscaram construir um diálogo qualificado entre diferentes saberes e experiências, produzindo insumos estratégicos para a Plataforma das Mulheres do Brasil.





Os temas do Painel 2 oportunizaram um momento de extrema relevância estratégica para o avanço das políticas públicas voltadas às mulheres, uma vez que organiza o debate em torno de temáticas específicas essenciais para compreender e enfrentar os desafios diversos vividos pelas mulheres em diferentes contextos sociais, econômicos e políticos. Essa estrutura temática permite aprofundar discussões fundamentais, promovendo um espaço para que especialistas, ativistas e representantes de movimentos sociais com diferentes olhares possam contribuir para a construção coletiva de soluções e proposições concretas, fortalecendo a articulação entre políticas, direitos e movimentos sociais. A importância do painel está em conectar esses diversos saberes, experiências e demandas, traduzindo-os em produtos que vão desde relatórios e documentos técnicos até encaminhamentos políticos e propostas de ações integradas e intersetoriais.

Os significados do painel 2 foram muito além da mera organização temática; simbolizaram uma estratégia deliberada para qualificar o debate conferencial com foco na especificidade das questões de gênero, raça, autonomia econômica, segurança, saúde, educação, justiça e participação política, entre outras. A divisão do painel 02, em doze subáreas específicas, foi fundamental para que cada tema receba a atenção necessária à sua complexidade e especificidade. Isso assegurou um debate mais qualificado, com capacidade para aprofundar as questões de forma segmentada, mas dialogando entre si, compondo um quadro abrangente das lutas e demandas femininas. Essa divisão também facilitou a participação de especialistas e lideranças diretamente envolvidas com cada tema, enriquecendo o processo conferencial com experiências diversas, saberes técnicos e popularmente validados, e propiciando a construção de soluções que dialogam com diferentes realidades regionais e sociais.

O painel 2 significou, assim, um espaço estratégico para o fortalecimento da democracia, da igualdade e da soberania das mulheres no Brasil. Através desse painel, em suas várias configurações e temas, a conferência conseguiu promover o entrelaçamento de diferentes pautas e exigências, permitindo que a diversidade e a multiplicidade das mulheres sejam contempladas nas políticas públicas de maneira ampla e integrada, o que é essencial para garantir avanços duradouros na garantia de direitos e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Este espaço teve, portanto, um impacto direto na definição das prioridades e dos rumos das ações governamentais e sociais para os próximos anos, consolidando um legado político e social de importância crucial para o país. Abaixo segue algumas informações relevantes sobre cada um dos 12 temas do Painel 2.





Tema 1 – Entre a Lei e a Vida: O Judiciário e a Segurança Pública no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

O painel debateu como os avanços legais – em especial a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio – são fundamentais, mas não bastam para garantir, na prática, a proteção e a vida das mulheres. A discussão ressaltou que o enfrentamento à violência depende de uma atuação articulada do Judiciário, da segurança pública, da assistência social, da saúde e da educação, somada ao engajamento da sociedade civil. O racismo estrutural, o patriarcado, a desigualdade territorial e a precariedade dos serviços públicos foram apontados como entraves centrais à efetividade dessas leis, sobretudo para mulheres negras, indígenas, surdas, com deficiência, trans e para aquelas que vivem em regiões mais isoladas, como o Norte do país.

As exposições das convidadas dialogaram com a experiência concreta das mulheres presentes no auditório. A relatoria registrou que, diante da “ânsia de falar”, optou-se por priorizar as inscrições ao microfone em vez de um bloco formal de perguntas. Surgiram relatos de violência doméstica desde a adolescência, tentativas de feminicídio, discriminação religiosa contra mulheres muçulmanas, violência no trabalho doméstico, falta de acessibilidade para mulheres surdas e com deficiência, ausência de delegacias em áreas ribeirinhas e desqualificação das denúncias apresentadas. As participantes também trouxeram propostas como a criação da Casa da Mulher Indígena, o fortalecimento da Casa da Mulher Brasileira com acessibilidade plena, a estruturação da “Rede Catarina” e a urgência de garantir acolhimento e políticas específicas para mulheres privadas de liberdade.

O painel reforçou que o enfrentamento à violência começa muito antes da denúncia formal: passa pela educação básica, pelos serviços de atenção primária em saúde, pelo trabalho comunitário e pelos espaços de convivência nos territórios. Destacou-se a necessidade de serviços especializados, acessíveis e culturalmente adequados – como Casas da Mulher, Casas da Mulher Indígena, delegacias 24 horas com equipes capacitadas, atendimento bilíngue para mulheres surdas e protocolos que considerem raça, território, identidade de gênero e deficiência. Também foi problematizada a resistência patriarcal presente no próprio sistema de justiça e em segmentos da sociedade, inclusive em setores do movimento LGBT que tendem a excluir mulheres trans. A mensagem central do painel é que proteger a vida das mulheres exige respostas sincronizadas em várias frentes – jurídica,





institucional, cultural e comunitária – para garantir cidadania plena, segurança e o direito de viver sem violência para todas.

Pontos principais abordados

- Centralidade das leis protetivas (Lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio), articuladas a políticas e serviços concretos de proteção.
- Racismo estrutural, patriarcado e desigualdade territorial como barreiras estruturais ao acesso à justiça e à proteção.
- Vulnerabilidades específicas de mulheres negras, indígenas, ribeirinhas, surdas, com deficiência, trans, muçulmanas e moradoras do Norte do país.
- Propostas de criação e fortalecimento de serviços especializados: Casas da Mulher, Casa da Mulher Indígena, Casa da Mulher Brasileira com acessibilidade plena, delegacias 24h bem estruturadas e defensorias capacitadas.
- Relatos emocionantes de violência doméstica, sexual, digital, laboral e de tentativas de feminicídio, evidenciando a distância entre a lei e a vida real das mulheres.
- Denúncia da ausência ou precariedade de delegacias em territórios ribeirinhos e periféricos e da desqualificação das denúncias feitas pelas mulheres.
- Importância da prevenção na atenção básica de saúde, nas escolas e nos territórios, com ações intersetoriais e campanhas educativas permanentes.
- Reconhecimento da situação das mulheres privadas de liberdade como expressão extrema de desproteção e da necessidade de políticas específicas para esse grupo.
- Crítica à resistência patriarcal no Judiciário e na sociedade, bem como à exclusão de mulheres trans em espaços tradicionais do movimento LGBT.
- Defesa de uma articulação permanente entre Estado e sociedade civil, garantindo redes de proteção efetivas e o fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.





Tema 2 – Trabalho, Renda, Poder e Cuidado: Caminhos para a Autonomia Econômica das Mulheres

O painel discutiu a autonomia econômica das mulheres como um processo muito mais amplo do que o simples acesso à renda. As contribuições dos painelistas trouxeram a ideia de que autonomia econômica implica reconhecer e redistribuir o conjunto do trabalho produtivo e reprodutivo realizado pelas mulheres – especialmente o trabalho doméstico e de cuidado, historicamente invisibilizados e não remunerados. A partir de uma perspectiva feminista e antirracista, destacou-se que não há autonomia real enquanto o tempo das mulheres seguir sendo capturado por jornadas exaustivas, pela responsabilidade quase exclusiva pelos cuidados e pela falta de políticas públicas que sustentem a vida com dignidade.

A mesa demonstrou, por meio do debate, que a economia feminista entende a autonomia econômica como articulação entre renda, tempo, direitos, proteção social, condições dignas de trabalho e poder de decisão sobre a própria vida. Foram apontados os limites de políticas que reduzem a autonomia apenas a “ter um emprego para sair de uma relação violenta”, ignorando outros arranjos familiares, a realidade das mulheres trans, das mulheres do campo, das águas, das florestas, das periferias urbanas e das cuidadoras de pessoas idosas e com deficiência. A centralidade da Política Nacional de Cuidados apareceu como eixo estruturante: cuidado como trabalho, necessidade e direito, organizado hoje de forma injusta, racializada e profundamente sustentada pelo trabalho de mulheres negras.

As exposições também evidenciaram experiências concretas de políticas públicas e de auto-organização das mulheres que apontam caminhos de transformação: Plano e Política Nacional de Cuidados, cuidotecas, lavanderias públicas, programas de formação em cuidados, quintais produtivos, Pronaf B com crédito diferenciado para mulheres, fortalecimento de cooperativas, grupos de economia solidária e redes de apoio nas periferias e territórios rurais. Ao mesmo tempo, o debate trouxe provocações sobre financiamento, sobre a necessidade de que a política de cuidados seja de Estado (e não apenas de governo) e sobre o enfrentamento das bases estruturais do problema – o modelo de desenvolvimento e o próprio capitalismo, que dependem do trabalho gratuito ou superexplorado das mulheres. A organização e a mobilização coletiva aparecem, assim, como condição para que as mulheres transformem sua potência cotidiana em poder político e econômico.





Pontos principais abordados:

- A autonomia econômica vai muito além da renda: envolve tempo livre, proteção social, direitos, poder de decisão e reconhecimento do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres.
- O trabalho doméstico e de cuidado é essencial para a vida e para a economia, mas segue invisibilizado, não remunerado e concentrado nas mulheres – especialmente nas mulheres negras.
- A atual organização social dos cuidados no Brasil é desigual, injusta, insustentável e racializada; a Política Nacional de Cuidados busca transformar esse modelo, afirmando cuidado como direito e responsabilidade compartilhada entre Estado, família, mercado e comunidade.
- Desafios centrais: racismo estrutural, divisão sexual do trabalho, informalidade, precarização, assédio e desigualdade salarial, que atingem sobretudo mulheres negras, periféricas, rurais, ribeirinhas, quilombolas, LBT e cuidadoras de pessoas idosas e com deficiência.
- Importância da redução e redistribuição da jornada de trabalho e do tempo de cuidado, com expansão de serviços públicos: creches em tempo integral, serviços para pessoas idosas e com deficiência, cuidotecas, lavanderias públicas e outras infraestruturas do cuidado.
- Necessidade de políticas integradas (trabalho, assistência social, saúde, educação, desenvolvimento agrário, igualdade racial e de gênero) e de financiamento estável, tratando o cuidado como política de Estado.
- Relevância de políticas de fomento à autonomia produtiva das mulheres do campo, das águas e das florestas (quintais produtivos, Pronaf B com crédito favorecido, apoio a cooperativas e associações, compras públicas de alimentos produzidos por mulheres).
- Reconhecimento de que o cuidado é também lugar de exploração extrema, mas igualmente de resistência e organização coletiva das mulheres, que sustentam a vida cotidiana e o funcionamento da sociedade.





- Centralidade da organização e da mobilização das mulheres – em movimentos, fóruns, cooperativas, sindicatos, redes comunitárias e coletivos – para disputar o modelo de desenvolvimento, garantir a implementação da Política Nacional de Cuidados e ampliar a autonomia econômica, política e subjetiva das mulheres.

Tema 3 – Justiça de Gênero e Justiça Étnico-racial: Caminhos Convergentes

Este painel debateu a convergência entre justiça de gênero e justiça étnico-racial, afirmando que não há igualdade para as mulheres sem o enfrentamento radical do racismo estrutural, do patriarcado e da lógica colonial que ainda organiza o Estado e a sociedade. As exposições lembraram que o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, especialmente o eixo 9, já inscreve essa agenda, mas que a simples previsão em planos e normas não foi suficiente para reduzir o feminicídio, o racismo cotidiano, as disparidades econômicas e a falta de serviços públicos adequados. Destacou-se a interseccionalidade – formulada e praticada pelas mulheres negras – como tecnologia política indispensável para compreender que gênero, raça, classe, território, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência e origem étnica produzem desigualdades específicas, impossíveis de serem enfrentadas por políticas fragmentadas.

As intervenções das panelistas e das participantes trouxeram para o centro do debate experiências de mulheres negras, indígenas, ciganas, quilombolas, mulheres do campo, das águas e das florestas, mulheres de terreiro, lésbicas, LBT, migrantes africanas e mulheres surdas e trans. Foram denunciados o “desmentido social” das violências (quando o sofrimento é desacreditado), o racismo religioso, a estigmatização dos povos ciganos, a negação de direitos às mulheres rurais e sem-terra, o racismo ambiental que coloca prisões e lixões nos territórios negros, e a invisibilização das dores e lutas dessas populações. Também se problematizou a ideologia de gênero usada para atacar feministas, a misoginia aberta nas redes sociais, a seletividade das políticas de igualdade salarial e o fato de que a maioria das mulheres negras continua fora do emprego formal e dos espaços de decisão.

As intervenções apontaram que a justiça, tal como hoje se organiza, não é neutra: é atravessada pelo olhar branco, masculino e de classe média. Por isso, falar em justiça de gênero e étnico-racial significa disputar o próprio conceito de justiça, recolocando a





experiência das mulheres negras como referência e defendendo que as propostas aprovadas em conferências não podem ficar no “limbo”, devendo se transformar em políticas efetivas com orçamento, metas e controle social. O painel reforçou a centralidade da educação antirracista, da comunicação não violenta desde a infância, da articulação entre educação, saúde e assistência social, da reestruturação de serviços como CRAM e Casas da Mulher na perspectiva de gênero e raça, e da presença das mulheres negras no centro das decisões políticas, culturais e econômicas, em diálogo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Pontos principais abordados:

- Necessidade de políticas interseccionais que articulem gênero, raça, classe, território, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência e origem étnica, superando a “mulher universal”.
- Reforço do eixo 9 do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e crítica ao abismo entre o que está escrito nos planos e a persistência do feminicídio, do racismo e das desigualdades econômicas.
- Inclusão efetiva de mulheres negras, indígenas, ciganas, quilombolas, mulheres do campo, das águas e das florestas, mulheres de terreiro, LBT e migrantes africanas nas políticas públicas, com reconhecimento de suas especificidades.
- Denúncia do “desmentido social” das violências, do racismo religioso, do racismo ambiental e da exploração desproporcional do trabalho de cuidado realizado por mulheres negras.
- Crítica à fragmentação das políticas setoriais e defesa da transversalidade de gênero e raça em educação, saúde, assistência social, justiça, segurança pública, trabalho e meio ambiente.
- Ampliação e qualificação do acesso a serviços públicos adequados (escola, saúde, CRAM, Casas da Mulher, justiça) com equipes capacitadas para atuar a partir da interseccionalidade.
- Centralidade da organização e da luta coletiva das mulheres – marchas, movimentos, MST, associações de mulheres ciganas, coletivos de mulheres de terreiro, entre





outros – para tirar as decisões das conferências do papel e transformá-las em conquistas concretas.

Tema 4 – Dimensão de Gênero e Raça nos Impactos das Mudanças Climáticas

O tema discutiu como a crise climática aprofunda desigualdades já existentes e incide de forma desproporcional sobre mulheres negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, agricultoras familiares, mulheres de comunidades tradicionais e das periferias urbanas. A partir da noção de racismo ambiental, as falas evidenciaram que não estamos todos no mesmo barco: enquanto grandes empreendimentos concentram terra, água e energia, são as populações pobres e racializadas que vivem nas áreas de risco, sofrem com enchentes, secas prolongadas, contaminação de solos e rios, remoções forçadas e perda de meios de vida. Quando falta água, quando a produção é destruída ou quando alguém adoece, a sobrecarga recai primeiro sobre as mulheres, que acumulam o trabalho de prover o sustento, cuidar da família e defender o território.

As exposições também denunciaram o modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio predatório, na mineração e na energia fóssil, que trata a natureza como mercadoria e ignora os limites físicos do planeta. Em contraponto, foram apresentadas alternativas construídas nos territórios: agroecologia, agricultura familiar, defesa da soberania e segurança alimentar, valorização dos bens comuns, energias renováveis com controle social, organização comunitária em favelas e periferias, redes de mulheres que atuam na gestão de riscos e na reconstrução pós-desastres. Destacou-se que justiça climática pressupõe enfrentar o capitalismo racializado (o “capitaloceno”), garantir demarcação de terras indígenas e quilombolas, proteger defensoras ambientais ameaçadas e colocar mulheres negras, indígenas, jovens e de povos e comunidades tradicionais no centro da formulação e do controle das políticas climáticas – inclusive nas negociações da COP 30.

As intervenções da plenária reforçaram a urgência de protocolos específicos para desastres climáticos, governança intersetorial que articule União, estados e municípios, reconhecimento dos saberes tradicionais (povos indígenas, povos de terreiro, comunidades quilombolas, povos das águas, ciganas/os, PCTs em geral) e maior participação da juventude e das mulheres em espaços decisórios. A mensagem síntese do painel é que não há resposta





consistente à crise climática sem enfrentar, ao mesmo tempo, o racismo estrutural, o patriarcado e a desigualdade territorial, transformando o modelo econômico e fortalecendo as lutas das mulheres em seus territórios.

Pontos principais abordados:

- Impactos desproporcionais das mudanças climáticas sobre mulheres negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de povos e comunidades tradicionais e das periferias urbanas.
- Racismo ambiental como componente estrutural da desigualdade: territórios negros e indígenas transformados em “zonas de sacrifício”, sujeitos a enchentes, secas, contaminação e remoções.
- Relação entre crise climática, modelo de desenvolvimento e exploração capitalista dos territórios (agronegócio, mineração, energia fóssil e renovável sem controle social).
- Centralidade da soberania e segurança alimentar, da defesa do território e da agroecologia como respostas à crise climática.
- Participação ativa das mulheres na defesa ambiental, na luta por terra, água, demarcação de territórios e na construção de alternativas econômicas solidárias.
- Necessidade de incluir gênero, raça e povos e comunidades tradicionais como eixos estruturantes das políticas climáticas nacionais e das negociações da COP 30.
- Importância de protocolos de prevenção e resposta a desastres climáticos com recorte de gênero, raça, território e geração, protegendo especialmente defensoras ambientais.
- Valorização dos saberes tradicionais, da economia feminista e da economia ecológica para orientar uma transição socioecológica justa.
- Defesa de uma governança intersetorial e interseccional, que articule políticas de clima com cuidados, moradia, saneamento, trabalho, educação, saúde e proteção social.





- Reivindicação de maior presença da juventude, de mulheres negras, indígenas e de povos e comunidades tradicionais nos espaços de decisão sobre clima e meio ambiente.

Tema 5 – Participação das Mulheres na Política e Enfrentamento às Violências Políticas e Digitais

Este painel aprofundou os desafios que as mulheres enfrentam para participar e permanecer na política em um cenário marcado por misoginia institucional, ataques coordenados e campanhas de ódio nas redes. As falas mostraram como a violência política de gênero é usada como ferramenta de controle social: intimida, isola, tenta cassar mandatos, destrói reputações e empurra as mulheres para fora da esfera pública. Não atinge apenas quem ocupa cargos eletivos, mas também professoras, jornalistas, lideranças comunitárias, defensoras de direitos humanos e qualquer mulher que se coloque como voz pública.

A partir de experiências concretas de perseguição, cassação de mandato, exílio forçado e ameaças de morte, o painel evidenciou que essa violência não é “excesso de opinião”, mas estratégia organizada – muitas vezes articulada por grupos extremistas – para enfraquecer a democracia. Foram apresentados dados sobre violência digital que mostram o peso desproporcional dos ataques contra mulheres e meninas, em especial mulheres negras e progressistas, e como isso leva ao silenciamento, ao adoecimento e até a casos de suicídio. Discutiu-se a internet como extensão do patriarcado e do racismo: um espaço que poderia ampliar a participação, mas que, sem regulação e proteção, torna-se mais uma arena de exclusão.

As exposições apontaram caminhos: regulamentar as plataformas digitais e responsabilizar as big techs, criar mecanismos de proteção institucional e jurídica rápidos e efetivos, investir em formação política e segurança digital para mulheres, estruturar redes de acolhimento que ofereçam apoio jurídico, psicológico e comunicacional e construir uma cultura de solidariedade entre mulheres – o oposto do isolamento produzido pelo ódio online. O painel concluiu que garantir a integridade das mulheres na política é condição para garantir o





próprio direito do povo à representação e para que a democracia não seja capturada por quem quer calar vozes femininas.

Pontos principais abordados:

- A violência política de gênero, inclusive digital, é estratégia para intimidar e expulsar mulheres do espaço público, fragilizando a democracia.
- Misoginia institucional e machismo estrutural atravessam partidos, parlamentos, governos, justiça e mídia, naturalizando ataques e deslegitimação das mulheres.
- A violência política não atinge apenas mulheres com mandato, mas todas as que têm protagonismo público (professoras, jornalistas, ativistas, lideranças comunitárias).
- Internet e redes sociais funcionam como extensão do patriarcado: discursos de ódio, campanhas de difamação e ameaças organizadas produzem silenciamento e adoecimento.
- Necessidade de marcos legais e políticas de proteção jurídica específicas para mulheres na política, com respostas rápidas das instituições.
- Importância da capacitação em segurança digital, comunicação e formação política para mulheres em cargos públicos, movimentos sociais e coletivos feministas.
- Criação e fortalecimento de redes de apoio e solidariedade que ofereçam suporte jurídico, psicológico, comunicacional e organizativo às mulheres atacadas.
- Regulamentação das plataformas digitais e responsabilização das big techs pela disseminação de desinformação, misoginia e discurso de ódio.
- Implementação de sistemas de monitoramento da violência política de gênero, integrando dados de universidades, sociedade civil e poder público.
- Garantia de participação política segura, livre de violência e igualitária como requisito para construir parlamentos e governos mais representativos e comprometidos com os direitos das mulheres.





Tema 6 – Corpos e Lutas Criminalizadas: Desafios para as Políticas Públicas e a Democracia

O painel abordou a invisibilização e a criminalização de corpos marginalizados – especialmente mulheres negras, mulheres trans, mulheres desfeminilizadas e defensoras de direitos humanos – e os impactos dessa realidade para as políticas públicas e para a própria democracia. A partir de uma perspectiva feminista decolonial, foram evocadas tradições e saberes originários (como o princípio de sankofa, de voltar ao passado para construir o futuro) e referências de autoras negras brasileiras para afirmar que não há democracia possível quando determinados corpos são permanentemente marcados como descartáveis e perigosos. As exposições evidenciaram como a violência institucional, o lesbo-ódio, a transfobia, o racismo, o racismo religioso e a criminalização das lutas por moradia e por território moldam o cotidiano dessas mulheres: da dificuldade de sair da prostituição, mesmo com emprego formal, à negação de direitos básicos como saúde integral, habitação, educação e proteção contra a violência policial. Foi denunciada a insegurança vivida por defensoras de direitos humanos, muitas sob ameaça constante, bem como a ausência de mecanismos eficazes de proteção.

Participantes ressaltaram que não existe feminismo se todas as mulheridades não estiverem contempladas, reivindicando que o movimento feminista e o Estado incorporem de forma plena corpos trans, travestis, lésbicas, mulheres do campo, das águas, das florestas, indígenas, quilombolas, ciganas e mulheres com deficiência. O painel concluiu que enfrentar a criminalização desses corpos exige políticas públicas interseccionais e mecanismos jurídicos e institucionais de proteção, construídos em diálogo com os movimentos sociais. A resistência coletiva, a solidariedade entre mulheres e a centralidade das experiências das mais vulnerabilizadas foram apontadas como caminhos estratégicos para reorientar as políticas de direitos humanos, fortalecer a democracia e transformar conquistas legais em proteção concreta nos territórios.

Os pontos abordados ressaltam que a invisibilização, estigmatização e criminalização de mulheres negras, trans, travestis, desfeminilizadas e defensoras de direitos humanos ainda são barreiras estruturais à cidadania plena. Destaca-se também o impacto da violência institucional e securitária, que limita o acesso a direitos e a efetividade das políticas públicas, exigindo respostas interseccionais em saúde, segurança, habitação, trabalho, educação e participação política. A síntese reforça a necessidade de mecanismos eficazes de proteção e valorização do papel das defensoras da democracia, ao mesmo tempo em que aponta a resistência coletiva, a solidariedade interseccional e a inclusão de todas as





mulheridades como elementos fundamentais para a construção de uma democracia verdadeiramente plural e justa.

Pontos principais abordados:

- Invisibilização, estigmatização e criminalização de corpos marginalizados (mulheres negras, trans, travestis, desfeminilizadas e defensoras de direitos humanos).
- Violência institucional e securitária como entrave à garantia de direitos e à efetividade das políticas públicas.
- Urgência de políticas públicas interseccionais em saúde, segurança, habitação, trabalho, educação e participação política.
- Necessidade de mecanismos de proteção e reconhecimento do papel das defensoras de direitos humanos na defesa da democracia.
- Resistência coletiva, solidariedade interseccional e inclusão plena de todas as mulheridades como condições para uma democracia plural e justa.

Tema 7 – O Desafio da Implementação de Políticas Públicas para as Mulheres na Relação Interfederativa

O painel analisou, em profundidade, a complexa engrenagem necessária para que as políticas públicas para as mulheres sejam, de fato, implementadas em um país federativo como o Brasil. Partiu-se do reconhecimento de que a formulação de planos, leis e programas, no âmbito da União, não é suficiente para assegurar a materialização dos direitos nas realidades locais. A efetivação das políticas exige coordenação contínua entre União, estados, Distrito Federal e municípios, com definição clara de competências, responsabilidades e contrapartidas, bem como com capacidade administrativa, técnica e financeira em todas essas esferas.

As exposições destacaram que a política para as mulheres é, por natureza, transversal: envolve saúde, assistência social, educação, trabalho, segurança pública, justiça, habitação,





cultura, entre outras áreas. Essa transversalidade, embora seja uma virtude, também torna a implementação mais complexa, pois requer instâncias de articulação interfederativa que consigam alinhar prioridades, pactuar metas e garantir que as ações sejam executadas de forma integrada. Foi ressaltado que a fragilidade institucional dos organismos de políticas para as mulheres – muitas vezes com estrutura reduzida, alto grau de rotatividade e orçamento limitado – compromete a continuidade das ações e dificulta o diálogo horizontal entre os entes federativos.

O painel também chamou atenção para os limites impostos por regras fiscais e orçamentárias, pelos processos burocráticos de transferência de recursos e pela excessiva dependência de projetos pontuais e emendas parlamentares. Argumentou-se que, sem mecanismos estáveis de cofinanciamento e critérios claros de repartição dos recursos, as políticas tendem a se concentrar em localidades com maior capacidade técnica ou influência política, acentuando desigualdades regionais. Nesse sentido, foi apontada a relevância de um arranjo financeiro mais previsível e duradouro – como fundos específicos ou linhas de financiamento permanentes – que permita aos estados e municípios planejar ações de médio e longo prazo voltadas às mulheres.

Por fim, enfatizou-se que a participação social é elemento estruturante desse processo. Conselhos de direitos, conferências, fóruns e movimentos de mulheres foram apresentados como espaços privilegiados para monitorar a implementação das decisões nacionais, tensionar prioridades, denunciar a ausência de políticas em determinados territórios e propor ajustes. O monitoramento participativo, articulado a sistemas de informação consistentes, foi apontado como condição para identificar gargalos, corrigir rumos e assegurar que as políticas cheguem às mulheres em sua diversidade – urbanas e rurais, negras, indígenas, quilombolas, periféricas, com deficiência, jovens, idosas, entre outras.

Pontos principais abordados

- Complexidade da cooperação interfederativa para políticas de gênero em contexto de fortes desigualdades regionais.
- Necessidade de definição clara de responsabilidades entre União, estados e municípios na formulação, financiamento e execução das políticas.
- Transversalidade das políticas para as mulheres nas diversas áreas governamentais e necessidade de organismos de gênero fortalecidos.





- Centralidade da participação social e do monitoramento democrático por conselhos, conferências e movimentos de mulheres.
- Superação de entraves burocráticos, fiscais e orçamentários por meio de mecanismos estáveis de cofinanciamento.
- Ampliação do alcance das políticas para todas as regiões e grupos de mulheres, considerando especificidades territoriais e étnico-raciais.

Tema 8 – Mulheres que Envelhecem: Direitos, Desafios e Políticas para uma Vida Digna

O painel tratou das especificidades do envelhecimento das mulheres, evidenciando que o fenômeno possui forte recorte de gênero, raça e classe. Destacou-se que o envelhecimento é majoritariamente feminino – e, no Brasil, ainda marcado pelo “branqueamento” da população idosa –, ao mesmo tempo em que muitas mulheres sequer chegam à velhice em territórios periféricos e vulnerabilizados. Nesse contexto, foi ressaltado que as mulheres idosas seguem subsidiando o Estado e a sociedade por meio do trabalho de cuidado não remunerado, acumulando responsabilidades domésticas, afetivas e intergeracionais, o que torna indispensável o fortalecimento da Política Nacional de Cuidados e o reconhecimento do direito de cuidar, de ser cuidada e de acessar informação e conhecimento.

A discussão evidenciou diversas formas de etarismo de gênero, com recorte racial: o “assassinato simbólico” das mulheres idosas, sobretudo negras, o desestímulo à participação social e política, a desconsideração de suas experiências e saberes e a pressão estética que empurra muitas mulheres a rejeitarem o próprio envelhecer. Foram problematizadas práticas idadistas na saúde (limites etários para exames, invisibilização da menopausa e do climatério, barreiras para acesso a serviços especializados) e no mercado de trabalho, assim como o abandono em instituições de longa permanência, que atinge mulheres de diferentes classes sociais. Também se discutiu a situação de mulheres lésbicas e trans que, ao envelhecer, muitas vezes precisam “voltar ao armário” para serem aceitas em abrigos e serviços, o que expõe a necessidade de políticas que respeitem a diversidade sexual e de gênero na velhice.





As exposições enfatizaram, ainda, o papel das mulheres cuidadoras – em geral filhas, netas ou outras mulheres da família – e a urgência de políticas que as protejam da sobrecarga, incluindo propostas como bolsa de cuidado, reconhecimento previdenciário e oferta de apoio psicossocial. Foram defendidas estratégias para ampliar o debate público sobre envelhecimento feminino, fortalecer a participação das mulheres idosas nos movimentos feministas e nos espaços de controle social, garantir moradia digna, acesso à saúde integral (física e mental) e ao SUS de qualidade, além de apoiar iniciativas legislativas que incorporem o cuidado à Constituição e consolidem direitos específicos para mulheres idosas em diferentes contextos sociais e territoriais.

Pontos principais abordados

- Complexidade da cooperação interfederativa para a implementação de políticas de gênero, em cenário de fortes desigualdades regionais.
- Vulnerabilidades sociais, econômicas, raciais e de saúde que afetam de forma particular as mulheres idosas.
- Persistência do trabalho de cuidado não remunerado realizado por mulheres idosas, exigindo políticas estruturadas de cuidado.
- Práticas de etarismo de gênero e raça em serviços de saúde, no mercado de trabalho e na vida social.
- Necessidade de políticas públicas para garantir qualidade de vida, prevenir e enfrentar violências, abandono e isolamento e Necessidade de definição clara de responsabilidades entre União, estados e municípios quanto à formulação, financiamento e execução de políticas para as mulheres.
- Valorização, proteção e apoio às mulheres cuidadoras, com reconhecimento de seus direitos.
- Ampliação e qualificação de serviços específicos para um envelhecimento digno, com atenção à saúde integral e à saúde mental.
- Integração entre saúde, assistência social, previdência, habitação, cultura e direitos humanos, com participação ativa das mulheres idosas na definição e no controle dessas políticas.





Tema 9 – Democracia e Soberania na Perspectiva da Emancipação das Mulheres

O painel discutiu a relação entre emancipação das mulheres, democracia e soberania, ressaltando que a sub-representação feminina não é apenas um “problema das mulheres”, mas um déficit da própria democracia. As intervenções destacaram que não haverá soberania nacional e popular efetiva enquanto as mulheres – em sua diversidade racial, territorial, de classe e de orientação sexual – permanecerem afastadas dos espaços de poder, decisão e produção de sentidos sobre o país. A agenda feminista foi apresentada como dimensão constitutiva da agenda democrática, e não como um tema setorial ou secundário.

Houve um apontamento sobre a necessária articulação das diferentes frentes de luta. A partir da experiência dos movimentos sociais, especialmente do campo, enfatizou-se que a disputa por terra, território e soberania alimentar é inseparável da luta das mulheres por direitos e autonomia. Do ponto de vista institucional e acadêmico, foram evidenciados os limites de uma democracia que tolera desigualdades estruturais de gênero, raça e classe, mesmo na presença de políticas formais de inclusão. A emancipação das mulheres foi compreendida como processo que combina transformação das instituições (regras eleitorais, mecanismos de participação, políticas públicas) com mudança das relações sociais e culturais que sustentam o patriarcado.

Reafirmou-se a importância da articulação entre movimentos de mulheres, organizações populares e instâncias estatais para formular, implementar e controlar políticas que assegurem direitos sociais, culturais, econômicos e políticos. O painel concluiu que o fortalecimento da democracia e da soberania popular exige a centralidade das mulheres como sujeitas políticas, ampliando sua presença nas lutas sociais, nos parlamentos, nos governos, na produção de conhecimento e na definição dos rumos do desenvolvimento nacional.

Pontos principais abordados





- Relação indissociável entre emancipação das mulheres, democracia substantiva e soberania popular.
- Persistência de exclusões e retrocessos na agenda das mulheres, mesmo diante de marcos legais e institucionais.
- Necessidade de articular lutas de gênero com lutas de classe, raça, terra, território e soberania alimentar.
- Importância da convergência entre movimentos sociais, academia e políticas públicas para efetivar direitos.
- Centralidade da promoção dos direitos sociais, culturais, econômicos e políticos das mulheres para o fortalecimento da democracia e da soberania em perspectiva feminista.

Painel 10 – A Política de Assistência Social e Garantia de Direitos para as Mulheres

O painel debateu o papel estratégico da assistência social na garantia de direitos das mulheres, em especial das mulheres negras, periféricas, com deficiência e de povos e comunidades tradicionais, que são maioria entre usuárias, trabalhadoras, gestoras e conselheiras do SUAS. A partir de uma denúncia inicial sobre capacitismo e falta de acessibilidade na própria Conferência, evidenciou-se que as desigualdades de gênero, raça, classe, território e deficiência atravessam tanto a oferta dos serviços quanto o acesso a eles. As exposições destacaram o racismo estrutural como componente central da desigualdade na assistência social, reiterando que a proteção social só se efetiva se incorporar, de maneira explícita, recortes étnico-raciais, territoriais e de gênero.

As panelistas retomaram fundamentos da política de assistência social – direito e proteção, território e família, convivência, participação social, intersetorialidade – e as seguranças socioassistenciais (acolhida, renda, convivência, autonomia, apoio e auxílio), enfatizando que os serviços do SUAS são espaços privilegiados para ouvir e enfrentar o sofrimento social produzido pelas desigualdades estruturais. Foram lembrados os dados que revelam a centralidade das mulheres no sistema: maioria no Cadastro Único, no Bolsa Família, entre as





peessoas vitimadas atendidas pelo PAEFI, nos CREAS e entre idosas e mulheres com deficiência vítimas de violência e negligência. Discutiu-se a necessidade de que as famílias sejam compreendidas em sua diversidade e de que o território seja entendido como espaço onde a vida pulsa e onde se produzem tanto violações quanto estratégias de resistência.

O debate reafirmou o cuidado como responsabilidade prioritária do Estado – e não apenas das mulheres e das famílias – e apontou que todas as políticas públicas devem considerar seus impactos sobre o trabalho de cuidado. Nesse sentido, foram problematizadas as condicionalidades dos benefícios, entendidas não como instrumento de punição, mas como oportunidade de ampliar proteção social, desde que acompanhadas de oferta concreta de serviços. Destacou-se ainda a importância da vigilância socioassistencial, do aperfeiçoamento dos instrumentos de registro (como o RMA) para captar recortes de gênero, raça, deficiência e nacionalidade, do fortalecimento dos conselhos de assistência social e da valorização das/os trabalhadoras/es do SUAS, com melhores condições de trabalho, vínculos estáveis, formação permanente e remuneração adequada.

Pontos principais abordados

- Centralidade das mulheres negras, periféricas, com deficiência e de povos e comunidades tradicionais como usuárias, trabalhadoras, gestoras e conselheiras do SUAS.
- Presença do racismo estrutural, do capacitismo e das desigualdades territoriais na oferta e no acesso à assistência social.
- Necessidade de políticas e serviços socioassistenciais interseccionais, com recortes claros de gênero, raça, deficiência, território e nacionalidade.
- Reconhecimento do cuidado como responsabilidade do Estado e eixo estruturante da proteção social.
- Crítica ao assistencialismo e defesa da proteção social como direito, com foco na autonomia econômica, política e subjetiva das mulheres.
- Fortalecimento da vigilância socioassistencial, dos mecanismos de participação e controle social e da valorização das/os trabalhadoras/es do SUAS como condição para qualificar o atendimento e garantir direitos.





Painel 11 – A Política de Saúde e a Garantia de Direitos para as Mulheres

O painel discutiu os avanços e os desafios da política de saúde das mulheres no âmbito do SUS, reafirmando a centralidade da atenção integral ao longo de todo o ciclo de vida – da adolescência à velhice. Foram abordados temas como saúde sexual e reprodutiva, planejamento reprodutivo, mortalidade materna, saúde mental, cânceres mais incidentes entre mulheres, climatério e menopausa, dignidade menstrual e atenção às violências, com ênfase na violência obstétrica e sexual. Destacou-se o protagonismo histórico das mulheres como trabalhadoras, usuárias e formuladoras do SUS, em especial mulheres negras, periféricas, cuidadoras, mães atípicas, mulheres com deficiência, do campo, das águas, das florestas e das periferias urbanas.

Foram apresentados programas e medidas recentes, como a ampliação da mamografia a partir dos 40 anos, a oferta do implante contraceptivo subdérmico (Implanon) pelo SUS, o fortalecimento da Rede Aline e das Salas Lilás para atenção às violências, a expansão de bancos de leite humano, ações de reconstrução da rede de saúde mental e de oncologia (mutirões, redução de filas, integração entre atenção básica e especializada), além da formulação de uma política específica para mulheres no climatério e pós-menopausa. As falas evidenciaram, porém, profundas desigualdades regionais, raciais e territoriais no acesso aos serviços, bem como a persistência do racismo institucional, do capacitismo e da precarização das condições de trabalho das profissionais de saúde.

A saúde mental das mulheres apareceu como eixo crítico: dados sobre uso de psicotrópicos, depressão, tentativas de suicídio e aumento do consumo de álcool e outras drogas entre mulheres evidenciam o peso da sobrecarga de cuidado, da violência de gênero e da pobreza sobre o sofrimento psíquico. Foram trazidas experiências de mães atípicas, cuidadoras de pessoas com demência, mulheres neurodivergentes, ribeirinhas, indígenas, pessoas com deficiência e idosas, que apontam a insuficiência de serviços e a necessidade de intersetorialidade real entre saúde, assistência social, educação, cultura e trabalho. O painel reforçou que a garantia do direito à saúde das mulheres exige financiamento adequado, qualificação da força de trabalho, participação social efetiva e políticas sensíveis às diferenças de gênero, raça, classe, território, geração e deficiência.





Pontos principais abordados

- Atenção integral à saúde das mulheres ao longo do ciclo de vida, incluindo saúde sexual, reprodutiva e mental.
- Enfrentamento da violência obstétrica, sexual e institucional, com fortalecimento da Rede Aline e das Salas Lilás.
- Papel do SUS como sistema público, universal e sustentado pela participação social.
- Desigualdades raciais, territoriais e socioeconômicas no acesso aos serviços e nos indicadores de saúde.
- Ampliação da mamografia a partir dos 40 anos e fortalecimento das linhas de cuidado em oncologia.
- Expansão de métodos contraceptivos de longa duração e promoção da autonomia reprodutiva.
- Reconhecimento do impacto da pobreza, da sobrecarga de cuidado e da violência de gênero na saúde mental das mulheres.
- Necessidade de ações específicas para cuidadoras, mães atípicas, mulheres com deficiência, do campo, das águas, das florestas, ribeirinhas e periféricas.
- Construção de política nacional para mulheres no climatério e pós-menopausa.
- Reforço da intersetorialidade, do financiamento e da qualificação das equipes como condições para garantir o direito à saúde das mulheres.

Painel 12 – A Política de Educação e a Garantia de Direitos para as Mulheres

O painel tratou da educação como eixo estruturante para a garantia de direitos das mulheres e para a construção de uma cultura de igualdade. Destacou-se que a escola deve assumir, de





forma explícita, uma perspectiva inclusiva, antissexista, antirracista, anticapacitista e antietarista, assegurando o cumprimento das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, a educação em direitos humanos e a abordagem sistemática de gênero, raça, diversidade sexual, deficiência e prevenção às violências em todos os níveis de ensino. Foram ressaltadas a importância da formação continuada das(os) profissionais de educação, da produção de materiais didáticos inclusivos e acessíveis e da presença de equipes multiprofissionais – psicologia e serviço social – para apoiar estudantes e comunidades escolares.

A discussão evidenciou os desafios da evasão e da exclusão escolar, que atingem de forma mais intensa meninas e jovens negras, indígenas, quilombolas, ciganas, do campo, das águas, das florestas, periféricas, LBTQIAPN+, com deficiência, em situação de rua, refugiadas e mães jovens. Foram apontadas como estratégicas as políticas de acesso e permanência – incluindo EJA, educação integral, alimentação escolar adequada, transporte seguro, inclusão digital, creches, brinquedotecas diurnas e cuidotecas noturnas – bem como programas específicos de incentivo à participação de meninas e mulheres na ciência, na tecnologia e na pesquisa. Ressaltou-se, ainda, a necessidade de articulação entre educação, saúde e assistência social para enfrentar violências, garantir apoio psicossocial e fortalecer a rede de proteção desde a educação infantil até o ensino superior.

As falas reforçaram que a valorização profissional é condição para uma educação de qualidade: ampliação e estabilidade do financiamento público, com destaque para o Fundeb; salários justos; condições dignas de trabalho; liberdade de cátedra; e políticas de formação continuada com enfoque em gênero, raça e direitos humanos. Propôs-se a criação de núcleos de formação e apoio para mulheres em instituições educacionais, bem como programas nacionais de educação inclusiva e acessível que integrem tecnologias assistivas, segurança digital e participação social, de forma a promover autonomia, representação e liderança feminina nos espaços educativos.

Pontos principais abordados

- Redução da evasão escolar de meninas e jovens, com foco especial em negras, indígenas, quilombolas, periféricas e demais grupos vulnerabilizados.
- Implementação de educação inclusiva, antissexista, antirracista, anticapacitista e antietarista em todos os níveis de ensino.





- Programas de acesso, permanência e formação continuada, incluindo EJA, educação integral, creches, brinquedotecas e cuidotecas.
- Ambientes escolares seguros, livres de violência de gênero, racismo, LGBTfobia e outras discriminações, com equipes multiprofissionais.
- Articulação entre educação, saúde e assistência social na prevenção das violências e no apoio psicossocial.
- Incentivo à participação de meninas e mulheres na ciência, tecnologia e inovação.
- Valorização das(os) profissionais da educação, com financiamento estável, formação continuada e respeito à liberdade de cátedra.
- Promoção da autonomia e do empoderamento das meninas e mulheres por meio da educação, desde a infância até o ensino superior.





CAPÍTULO 15

Resoluções e Moções



5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Foto: Luís Targino.

Síntese das resoluções aprovadas e moções de apoio, repúdio e reconhecimento, documentando os posicionamentos políticos da conferência.

Moções Aprovadas

Moção 01

Postulante: Luana Franca Amorim.

Tipo de Moção: Repúdio.





Tema: Moção de repúdio contra a dificuldade de acesso ao aborto legal e fechamento do Hospital Maternidade da Vila Nova Cachoeirinha na Cidade de São Paulo.

Destinatário: Prefeitura de São Paulo, Ministério da Saúde das Mulheres.

Moção 02

Postulante: Delegação do Estado do Rio de Janeiro.

Tipo de Moção: Repúdio.

Tema: Ausência de Transporte Aéreo para a Delegação do Estado do Rio de Janeiro vir à 5ª CNPM e denúncia das péssimas condições mecânicas e insalubres do Transporte Terrestre contratado. Além disso, não foi assegurado água potável e alimentação para segurança alimentar das passageiras.

Destinatário: Governador do Rio de Janeiro e Presidente da ALERJ.

Moção 03

Postulante: Camila Rafaela de Lima/Laura Brasil Feitosa.

Tipo de Moção: Repúdio.

Tema: Moção de repúdio contra o movimento antigênero e transexcludente.

Destinatário: Governador do Rio de Janeiro e Presidente da ALERJ.

Moção 04

Postulante: Andreia Araújo Marcolino.

Tipo de Moção: Reivindicações.

Tema: Seminário de Cultura Inclusiva e Conhecimento.

Destinatário: Governo Federal, Ministério das Mulheres.





Moção 05

Postulante: Alessandra Santos Almeida.

Tipo de Moção: Apoio.

Tema: Apoio ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e dos Adolescentes (CONANDA) e a resolução nº 258/2024/CONANDA “Criança não é Mãe”.

Destinatário: CONANDA, CNAS, CNE, CNS, Secretarias Nacionais: Assistência Social, Saúde, Direitos Humanos, Justiça, Educação, Ministério dos Direitos Humanos, Ministério das Mulheres, Congresso Nacional: Câmara dos Deputados e Senado Federal, Presidência da República.

Moção 06

Postulante: Daiane Maria Conceição de Souza Guimarães.

Tipo de Moção: Reivindicação.

Tema: Criação do Fundo Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres

Destinatário: Ministério das Mulheres.

Moção 07

Postulante: Gilberlice da Cruz Menezes.

Tipo de Moção: Outras: Apoio e reivindicações de políticas públicas.

Tema: Criação do Fundo Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres.

Destinatário: Ao Governo Federal.

Moção 08





Postulante: Roma Actis Pereira.

Tipo de Moção: Reivindicação.

Tema: A teoria vs prática: Iniquidade no espaço da Democracia.

Mulheres com deficiência (visual, auditiva e autistas) mães solas/atípicas enfrentaram barreiras como poluição sonora e dificuldades dos intérpretes de libras em o que comunicar. Ademais mulheres trans e travestis sofreram transfobia

Destinatário: Ministério das Mulheres e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Moção 09

Postulante: Campanha Levante Feminista Contra o Feminicídio, Lesbocídio e Transfeminicídio.

Tipo de Moção: Reivindicação.

Tema: Dar visibilidade à tragédia dos feminicídios, lesbocídios e transfeminicídio no PNPM.

Destinatário: Ministério das Mulheres.

Moção 10

Postulante: CEDIM – Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Alagoas; AMADA – Associação das Mulheres Advogadas de Alagoas; ABMCJ – Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica.

Tipo de Moção: Apoio.

Tema: Moção de Apoio às Mulheres vítimas do desastre da Braskem em Maceió/AL

Destinatário: Ministério das Mulheres, CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Organismos internacionais de direitos humanos e direitos das mulheres.





Moção 11

Postulante: Frente Nacional de Mulheres no HIP HOP.

Tipo de Moção: Apoio

Tema: Moção de apoio para a criação de políticas públicas para mulheres no HIP HOP.

Destinatário: Ao Governo Federal

Moção 12

Postulante: Rejane Medeiros (MMM-RN)/ Maria Fernanda Marcelino (MMM-SP).

Tipo de Moção: Apoio.

Tema: Implementação da Política Nacional de Cuidados e efetivação do Plano Nacional de cuidados com garantia de orçamento e centralidade na agenda pública.

Destinatário: Presidência da República, Ministério das Mulheres, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Ministério da Saúde, Ministério da Educação.

Moção 13

Postulante: Amanda Gomes Corcino (SNMT/CUT E MMM).

Tipo de Moção: Apoio.

Tema: Redução da Jornada de trabalho sem redução de salário e apoio à PEC pelo fim da escala 6x1.

Destinatário: Congresso Nacional, Ministério do Trabalho e Presidência da República.

Moção 14

Postulante: Elaine Monteiro Ribeiro (MMM-RJ) / Luana Franca Amorim (MNU-SP).





Tipo de Moção: Repúdio.

Tema: Moção pela garantia do acesso ao aborto previsto em lei e repúdio a difusão de informações falsas sobre o direito ao aborto.

Destinatário: Presidência da República, Ministério das Mulheres, Ministério da Saúde, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Ministério da Saúde, governos estaduais e governos municipais.

Moção 15

Postulante: Liége Rocha.

Tipo de Moção: Reivindicação.

Tema: Preservação da memória histórica e da necessidade da construção pública da verdade para mais democracia, mais igualdade, mais conquistas para todas.

Destinatário: Presidência da República.

Moção 16

Postulante: Ilona Açucena Chaves Gonçalves.

Tipo de Moção: Repúdio.

Tema: Moção de Repúdio à violência de gênero. Denunciamos e repudiamos a escala da violência política de gênero que atinge mulheres em todo o país, especialmente aquelas que são lideranças e exercem mandatos seletivos.

Destinatário: Presidência da República, Ministério das Mulheres, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Ministério da Justiça, Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Câmara Federal, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal.

Moção 17

Postulante: Maria Fernanda P. Marcelino (MMM-SP).





Tipo de Moção: Apoio, Repúdio.

Tema: Criminalização de Militante (Vanessa Gil) Marcha Mundial das Mulheres. Alvo de processo após publicar uma denúncia contra a vandalização de uma bandeira Palestina

Destinatário: Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Justiça, Ministério de Direitos Humanos, CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher), Ministério Público de Santa Catarina, Defensoria Pública de Santa Catarina, Associação Brasileira de Juristas pela Democracia.

Moção 18

Postulante: Camila Mafioletti Daltoé (Conselho Nacional de Direitos das Mulheres) e Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos (Comissão Nacional de Desenvolvimento e População).

Tipo de Moção: Reivindicação.

Tema: Moção pela criação e implementação urgente da Política Nacional de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, em consonância com Compromissos Internacionais e os ODS.

Destinatário: Presidência da República, Ministério das Mulheres, Ministério da Saúde, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, governos estaduais e governos municipais.

Moção 19

Postulante: Leidiane Sampaio Santos.

Tipo de Moção: Apoio, Reivindicação.

Tema: Pela liberdade de Sônia Maria de Jesus.

Destinatário: 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Congresso Nacional.





Moção 20

Postulante: Valéria Cristina Vilhena (Associação Mulheres EIG – Evangélicas pela Igualdade de Gênero).

Tipo de Moção: Repúdio.

Tema: Por um Parlamento laico, onde vale a Constituição e não a Bíblia – moção de repúdio contra a instrumentalização da religião cristã pelas “Frentes Parlamentares Católica Romana e Evangélica” do Congresso Nacional, especialmente a partir da 57ª legislatura.

Destinatário: Ao Congresso Nacional – Presidente Senador Davi Alcolumbre/Senado Federal E Presidente Deputado Hugo Motta/Câmara dos Deputados do Brasil.

Moção 21

Postulante: Maria de Fátima dos Santos.

Tipo de Moção: Reivindicação

Tema: Aumento do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV-E) de R\$ 180.500,00 para R\$ 218.000,00, visando atender às necessidades das mulheres que são maioria entre os beneficiários e ainda não têm acesso à moradia digna.

Destinatário: Presidente da República

Moção 22

Postulante: Não identificado.

Tipo de Moção: Reivindicação.

Tema: Regulamentação da profissão e Doula e sua inserção no Sistema Único de Saúde (SUS).

Destinatário: Congresso Nacional, Ministério da Saúde, Ministério das Mulheres.





Moção 23

Postulante: Luiza Zwang

Tipo de Moção: Reinvidicação

Título: Enfrentamento a violência contra as mulheres com deficiência

Destinatário: Governo Federal e seus ministérios

Moção 24

Postulante: Josélia Nunes das Chagas

Tipo de Moção : Reivindicação

Título: Apoio à aprovação da Lei Nacional de reconhecimento e proteção dos direitos das mulheres pescadoras artesanais do Rio de Janeiro

Destinatário: Ministério das Mulheres, Parlamentares da Bancada Feminista, Min. Aquicultura e Pesca, Ministério do Trabalho e Emprego

Moção 25

Postulante: Ana Paula Barbosa Cusinato (MMM)

Tipo de Moção: Repúdio

Título: Moção contra a militarização das escolas e por uma educação livre e democrática.

Destinatário: Presidência da República, Ministério das Mulheres, Ministério da Educação e Governos Estaduais

Moção 26

Postulante: Andreia Araújo Marcolino

Tipo de Moção: MOÇÃO DE APLAUSOS





Título: 1ª Bailarina com deficiência negra e PCD a ganhar títulos internacionais – México, Estados Unidos e Argentina

Destinatário: Planalto – Ser reconhecida Nacionalmente

Moção 27

Postulante: Sebastiana de Souza Garcia

Tipo de Moção: Repúdio

Título: Repúdio ao Genocídio Indígena Guarani Kaiowa no MS

Destinatário: Governador do estado de Mato Grosso do Sul

Moção 28

Postulante: Edith Aparecida de Moura(Naque/MG)

Tipo de Moção: Apoio

Título: Apoio à luta das mulheres atingidas por barragens/crimes ambientais e por mais mulheres atingidas nos espaços de formulação de políticas públicas, conselhos, instancias de reparação e com conferências.

Destinatário: Presidência da República, Ministério das Mulheres, Ministério da saúde, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação.

Moção 29

Postulante: Maristela Maffei

Tipo de Moção: Repúdio

Título: Proteção da Casa da Mulher Brasileira - O governo federal já aportou R\$ 19 milhões para a obra da Casa da Mulher Brasileira, mas o governo estadual segue sem indicar





oficialmente o terreno e sem dar início ao processo, colocando em risco a concretização deste equipamento público tão essencial.

Destinatário: Governo do Rio Grande do Sul.

Moção 30

Postulante: Tatiane Souza da Costa E Elianar Guimarães dos Santos -

Tipo de Moção: Repúdio

Título: Contra reavaliação abusiva do BPC para deficiência permanente

Destinatário: Presidência da República, Senadores, Deputados Federais, Ministro dos Direitos Humanos, Comissão das Pessoas com Deficiência e INSS .







PARTE VII - RECURSOS E FERRAMENTAS

CAPÍTULO 16

Ferramentas Interativas

Foto: Luís Targino



- **Sistema de busca por propostas** - Localização rápida por tipo de conferência, estado e região. [Disponível aqui](#)
- **Livro eletrônico** - <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/assuntos/5cnpm/ebook/view>
https://issuu.com/5cnpm.cndm/docs/livro_digital_5_cndm_-_mdm_a903ac40034149
- **Galeria fotográfica** - <https://www.flickr.com/photos/5cnpm>





- **Playlist de vídeos da conferência -**

https://youtube.com/playlist?list=PLXPuhWfzQEY5aHXrtf5DFFzMhfHdeziNy&si=Tbn7GfyOAE_EEF7Y





CAPÍTULO 17

Galeria Fotográfica



5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Foto: Vítor Vasconcelos.

A galeria com o registro visual do processo conferencial, com fotografias das etapas municipais, estaduais e nacional está disponível no link:
<https://www.flickr.com/photos/5cnpm>





Conclusão

Foto: Luís Targino



A 5ª CNPM reafirma o compromisso do Estado brasileiro com a promoção da igualdade de gênero e a construção de um Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres. As propostas aqui sistematizadas orientarão a formulação de políticas públicas integradas, democráticas e participativas, garantindo que as vozes de milhares de mulheres brasileiras sejam traduzidas em ações concretas para a transformação social.





Anexos

Anexo A: Documentos de Referência

A Plataforma Brasil Participativo foi o ambiente oficial de participação e construção coletiva das propostas da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (5ª CNPM). Ao longo das etapas preparatórias e durante a própria conferência, mulheres de diferentes regiões puderam acessar documentos-base, orientações metodológicas, participar de fóruns temáticos, submeter contribuições e acompanhar o fluxo de deliberações. A plataforma consolidou informações sobre as oficinas, salas de debate e sistematização das propostas, servindo como repositório público de todo o processo de mobilização e construção participativa. Para consultar materiais, regulamentos, guias, sínteses de debates e os desdobramentos da 5ª CNPM, acesse o endereço abaixo.

Link: <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/CNPM5>



5ª CNPM

Conferência Nacional de
Políticas para as Mulheres

MAIS DEMOCRACIA, MAIS IGUALDADE, MAIS CONQUISTAS PARA TODAS

Apoio:



Realização:

CNDM

CONSELHO NACIONAL DOS
DIREITOS DA MULHER

MINISTÉRIO DAS
MULHERES

